ISSN 1677-7042

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVII Nº 75 Brasília - DF, quinta-feira, 18 de abril de 2019 SEÇÃO 1

## Sumário

Atos do Poder Legislativo ..... 1
Atos do Congresso Nacional ..... 1
Atos do Poder Executivo ..... 1
Presidência da República ..... 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ..... 1
Ministério da Cidadania ..... 3
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ..... 7
Ministério da Defesa ..... 8
Ministério do Desenvolvimento Regional ..... 9
Ministério da Economia ..... 10
Ministério da Educação ..... 36
Ministério da Infraestrutura ..... 43
Ministério da Justiça e Segurança Pública ..... 55
Ministério do Meio Ambiente ..... 67
Ministério de Minas e Energia ..... 69
Ministério da Saúde ..... 124
Controladoria-Geral da União ..... 144
Ministério Público da União ..... 145
Tribunal de Contas da União ..... 147
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ..... 182

Esta edição completa do DOU é composta de 183 páginas

## Atos do Poder Legislativo

### LEI Nº 13.814, DE 17 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a extinção da empresa binacional Alcântara Cyclone Space.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 858, de 2018, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada a extinção da empresa binacional Alcântara **Cyclone Space**, em razão da denúncia do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos **Cyclone**-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, firmado em Brasília, em 21 de outubro de 2003, nos termos do Decreto nº 8.494, de 24 de julho de 2015.

Parágrafo único. Ficam encerrados os prazos de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria e ficam extintos os mandatos dos membros do Conselho Fiscal.

Art. 2º A União sucederá a extinta Alcântara **Cyclone Space** em seus bens, seus direitos e suas obrigações contraídos e situados no território brasileiro.

§ 1º O cronograma de pagamento das obrigações da extinta Alcântara **Cyclone Space** respeitará os limites da programação orçamentária e financeira anual.

§ 2º A União, por meio da Advocacia-Geral da União, sucederá a extinta Alcântara **Cyclone Space** nas ações em tramitação no Poder Judiciário brasileiro em que for autora, ré, assistente, oponente ou terceira interessada.

§ 3º Os bens, os direitos e as obrigações da extinta Alcântara **Cyclone Space** situados fora do território brasileiro poderão ser inventariados pela Ucrânia e, ao fim do processo de inventariança, serão objeto de compensação entre a República Federativa do Brasil, representada pela União, e a Ucrânia.

Art. 3º Os bens, os direitos e as obrigações da extinta Alcântara **Cyclone Space** localizados no território brasileiro serão inventariados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Caberá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações indicar o inventariante.

§ 2º A conclusão do processo de inventariança ocorrerá até 29 de março de 2019.

§ 3º O prazo de inventariança de que trata o § 2º deste artigo poderá ser prorrogado por ato do Poder Executivo.

§ 4º Ato do Poder Executivo disporá sobre as atribuições do inventariante e as medidas para o encerramento da inventariança da extinta Alcântara **Cyclone Space**.

Art. 4º Caberá ao inventariante:

I - rescindir os contratos de trabalho remanescentes;

II - gerir e destinar os bens, inclusive a alienação, além de zelar pelos direitos e pelas obrigações existentes no território brasileiro;

III - submeter à aprovação do Ministro de Estado da Fazenda as demonstrações contábeis de extinção da Alcântara **Cyclone Space**; e

IV - desempenhar as demais atividades estabelecidas em ato do Poder Executivo federal.

Art. 5º As despesas com a inventariança da extinta Alcântara **Cyclone Space** correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 6º Fica restituída à União a área atualmente ocupada pela extinta Alcântara **Cyclone Space** no Centro de Lançamento de Alcântara, Estado do Maranhão.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo disporá sobre a gestão temporária da área de que trata o **caput** deste artigo e sobre as condições para sua posterior transferência ao Comando da Aeronáutica.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 17 de abril de 2019; 198º da Independência e 131º da República

Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

## Atos do Congresso Nacional

### ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 21, DE 2019

**O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL,** cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº **873, de 1º de março de 2019**, publicada em Edição Extra no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 17 de abril de 2019
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

## Atos do Poder Executivo

### RETIFICAÇÃO

### DECRETO Nº 9.768, DE 16 DE ABRIL DE 2019

(Publicado no Diário Oficial da União de 17 de abril de 2019 - Seção 1)

- Na página 6, nas assinaturas, **leia-se**: Jair Messias Bolsonaro, Paulo Guedes e Roberto de Oliveira Campos Neto.

## Presidência da República

### DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 134, de 17 de abril de 2019. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.105.

Nº 135, de 17 de abril de 2019. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.107.

Nº 136, de 17 de abril de 2019. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.114.

## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### GABINETE DA MINISTRA

### PORTARIA Nº 69, DE 17 DE ABRIL DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, na Resolução MERCOSUL GMC nº 28/18 e o que consta do Processo nº 21000.038350/2018-56, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 356, de 4 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações.

"ANEXO

.....

5.....

5.1.....

Aditivos adicionais unicamente para queijo processado ralado ou fatiado (em rodelas ou em fatias)

| ADITIVOS | FUNÇÃO | CONC. MÁXIMA |
|---|---|---|
| Lecitina | Antiaglutinante | 10g/Kg sós ou combinado |
| Celulose microcristalina | | |
| Óxido de silício | | |

....."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS

### SECRETARIA EXECUTIVA

### PORTARIA Nº 1.621, DE 12 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 6º do Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019, e considerando o que consta no Processo nº 21000.008035/2019-85, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao dirigente da Coordenação de Processamento da Execução Orçamentária e Financeira, da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira do Departamento de Administração deste Ministério, para, além de suas atribuições regimentais, na qualidade de co-responsável, praticar todos os atos inerentes à execução orçamentária e financeira, no âmbito daquela Coordenação-Geral, e nos impedimentos ou afastamentos regulamentares, ao seu substituto legalmente designado.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 24, de 12 de dezembro de 2007, publicada no DOU de 24 de dezembro de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS MONTES CORDEIRO

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria nº 988, de 15 de fevereiro de 2019, publicada na seção 1, página 1, do Diário Oficial da União, de 19 de fevereiro de 2019, onde se lê: "... Coordenação-Geral de Execução Financeira, deste Ministério....", leia-se: "... Coordenação-Geral de Execução, Orçamentária e Financeira, do Departamento de Administração deste Ministério ...".

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

**PORTARIAS DE 8 DE ABRIL DE 2019**

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria n° 1.756, de 10/08/2017, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Nº 91 - Habilitar o médico veterinário, Alex Muniz Felisbino, inscrito no CRMV/SC Nº 8242 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI, 21050.001983/2018-13, no Estado de Santa Catarina.

Fica revogada a Portaria n° 196 de 06.04.2018

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 92 - Habilitar o médico veterinário, Igor Augusto Coelho Nunes, inscrito no CRMV/SC Nº 8633 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI, 21050.002888/2019-18, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

**PORTARIA Nº 117, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria n° 1.756, de 10/08/2017, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Habilitar a médica veterinária, Adriano Brambatti, inscrito no CRMV/SC Nº 2561 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI, 21050.003258/2019-61, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de nº 263 de 27/02/2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO

**PORTARIA Nº 181, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 292, da Portaria Ministerial nº. 561, de 11/04/2018, publicado no D.O.U. de 13/04/2018, página 7 a 39 e o Memorando Circular nº 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 - Processo SEI nº. 21000.015362/2018-11, considerando o que consta no Processo SEI SFA/SP nº. 21052.014029/2018-71, resolve:

Art. 1 - HABILITAR os Médicos Veterinários abaixo discriminados para a colheita de material e envio de amostras aos laboratórios credenciados para o diagnóstico de Mormo, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

| ORDEM | NOME | CRMV-SP |
|---|---|---|
| 1 | ALESSANDRA GONÇALVES DOS SANTOS | 21758 |
| 2 | ANA CARLA CAPARICA APARICIO | 18548 |
| 3 | ANA PAULA FRANCISCHINELLI VENTURA | 40594 |
| 4 | BRUNO CARVALHO ABBATEPAOLO | 25441 |
| 5 | DANIELA PEREIRA LIMA | 26513 |
| 6 | DIEGO GOSIK | 41177 |
| 7 | LUCAS APARECIDO MAICHAKI CABRAL | 39024 |
| 8 | MAILSON DIEGO MEIRELLES DOS SANTOS | 43329 |
| 9 | MARIANA BARONI SELIM | 27053 |
| 10 | MATHEUS DE OLIVEIRA WIEZEL | 40317 |
| 11 | ROGÉRIO BORGES FILHO | 11796 |
| 12 | SANDRA POSSEBON GATTI | 8721 |
| 13 | TATIANA DE CARVALHO CASTRO | 35331 |
| 14 | TAYNÁ ROSENDO DA SILVA | 41732 |
| 15 | THALES BUENO LOPES | 41838 |
| 16 | THATIANE MARTINS AGUIAR | 32492 |
| 17 | WILSON LUIS RIGOLETO JÚNIOR | 29381 |

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, podendo ocorrer suspensão e cancelamento da habilitação de qualquer médico veterinário nela contido, em razão do não cumprimento da legislação vigente.

ANDRÉA FIGUEIREDO PROCÓPIO DE MOURA

## SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

**PORTARIA Nº 65, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 21, do Anexo I do Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21181.000737/2019-30, resolve:

Art. 1º Suspender o credenciamento do Laboratório Loci Genética Laboratorial, nome empresarial Loci Biotecnologia Ltda - ME, CNPJ nº 18.496.213/0001-11, localizado na Rua Coronel Durães, nº 170, Bairro Bela Vista, CEP: 33.400-000, Lagoa Santa/MG, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na área de Identidade Genética e Material de Multiplicação Animal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AUGUSTO PEREIRA MENDES

## DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

**PORTARIA Nº 1, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 do Anexo I do Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 14, de 5 de maio de 2005, e considerando o que consta do Processo nº 21000.016617/2019-35, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Alfa Consultoria e Análise de Risco de Pragas Ltda, CNPJ 12.329.291/0001-45, localizada à Rua Comendador José Júlio de Mello, nº 121, Bairro Teresópolis, Porto Alegre, RS, como Centro Colaborador para realização de Análise de Risco de Pragas - ARP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS GOULART

## COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA INTERNACIONAL

## COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

**DECISÕES DE 16 DE ABRIL DE 2019**

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao art. 46 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a):

Nº 39 - O Cancelamento da proteção da cultivar de Kiwi (Actinidia Lindl.), denominada SORELI, Certificado de Proteção nº 20160120, de titularidade da Università Degli Studi di Udine, da Itália, com base no disposto no inciso II, do art. 42 da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 40 - A EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Syngenta Crop Protection AG, da Suíça, das cultivares de crisântemo (Chrysanthemum L.), denominadas YOHARVARD, Certificado de Proteção nº 20130074; SYNMONTEGO BAY, Certificado de Proteção nº 20130123; YELLOW YODURANGO, Certificado de Proteção nº 20140004; e YOTAMPICO, Certificado de Proteção nº 890, com base no disposto no inciso II, do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 41 - A Extinção dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Deliflor Royalties B.V., da Holanda, da cultivar de crisântemo (Chrysanthemum x morifolium Ramat.), denominada DELICANDY, Certificado de Proteção nº 20180136, e das cultivares de crisântemo (Chrysanthemum L.), denominadas DELIZARITA, Certificado de Proteção nº 20150239 e DELISIENNA, Certificado de Proteção nº 20100064, com base no disposto no inciso II, do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 42 - A Extinção dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Piet Schreurs Holding B.V., da Holanda, da cultivar de rosa (Rosa L.), denominada SCHYCECOLD, Certificado de Proteção nº 20140062, e da cultivar de gérbera (Gerbera L.), denominada HEATWAVE, Certificado de Proteção nº 20090110, com base no disposto no inciso II, do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 43 - A Extinção dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Dekker Breeding B.V., da Holanda, da cultivar de crisântemo (Chrysanthemum L.), denominada DEKLINDI YELLOW, Certificado de Proteção nº 20100043 e DEKLINDI WHITE, Certificado de Proteção nº 1147, com base no disposto no inciso II, do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas Decisões.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

## INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria INCRA/SR-19/G/N° 85, de 29 de outubro de 1999, publicada DOU Nº 213, de 08 de novembro de 1999, Seção 1, Página 22, que criou o Projeto de Assentamento 3 de agosto, no Estado do Rio Grande do Norte, registrado no SIPRA sob o código RN0192000, onde se lê: "... 1.855,2656ha (hum mil, oitocentos e cinquenta e cinco hectares, vinte e seis ares e cinquenta e seis centiares)", leia-se: "... 1.979,3134ha (hum mil, novecentos e setenta e nove hectares, trinta e um ares e trinta e quatro centiares)...".

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL**

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

**SEÇÃO 1** • Publicação de atos normativos
**SEÇÃO 2** • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
**SEÇÃO 3** • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

**A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas**

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

## Ministério da Cidadania

### SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA
### SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

**PORTARIA Nº 237, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
180896 - Diário de Pilar na Grécia
Movimento Carioca Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 35.790.682/0001-68
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 293.973,81
Valor total atual: R$ 888.697,92
183591 - (A)Gentes do Riso 8
Companhia Zero
CNPJ/CPF: 05.049.061/0001-67
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Complementado: R$ 6.684,66
Valor total atual: R$ 211.639,50
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )
184605 - Leitura em todos os cantos
Fundação Dorina Nowill Para Cegos
CNPJ/CPF: 60.507.100/0001-30
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 2.520,00
Valor total atual: R$ 2.903.894,59

**PORTARIA Nº 238, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º )
179556 - PROJETO INICIAR CAPOEIRA
OSMAR DA SILVA
CNPJ/CPF: 865.410.481-34
Cidade: Goiânia - GO;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
184587 - Plano bianual de Atividades 2019/2020 - Heimat Museum
Associação Comunitária dos Moradores Proprietários de Witmarsum
CNPJ/CPF: 80.618.051/0001-10
Cidade: Palmeira - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º )
184290 - Teatro Musical - Rio Bossa Nossa
CARIOCA ENTRETENIMENTO E PRODUÇÕES ART., CULT. E ESP. LTDA
CNPJ/CPF: 11.516.741/0001-46
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019

**PORTARIA Nº 239, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
172208 - Madeira - Festival de Teatro de Rondônia.
Édier William Medeiros da Silva
CNPJ/CPF: 000.957.662-27
Cidade: Ariquemes - PR;
Valor Reduzido: R$ 76,96
Valor total atual: R$ 218.664,50
172208 - Madeira - Festival de Teatro de Rondônia.
Édier William Medeiros da Silva
CNPJ/CPF: 000.957.662-27
Cidade: Ariquemes - PR;
Valor Reduzido: R$ -559,96
Valor total atual: R$ 218.664,50
182616 - RODEIO CULTURAL CTG OS PRAIANOS
CTG OS PRAIANOS
CNPJ/CPF: 83.720.722/0001-48
Cidade: São José - SC;
Valor Reduzido: R$ 169.999,99
Valor total atual: R$ 730.000,01
185522 - Agenda Cultural Guaira
Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça
CNPJ/CPF: 07.602.959/0001-46
Cidade: Guaíra - SP;
Valor Reduzido: R$ 27.026,99
Valor total atual: R$ 874.468,38
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
182403 - ARTE PARA TODOS.
Henrique Natal Vieira
CNPJ/CPF: 436.731.046-91
Cidade: Araxá - MG;
Valor Reduzido: R$ 80,00
Valor total atual: R$ 80.795,00
184554 - Plano Anual de atividades do Instituto Histórico Israelita Mineiro
INSTITUTO HISTÓRICO ISRAELITA MINEIRO
CNPJ/CPF: 22.254.783/0001-72
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 2.878,50
Valor total atual: R$ 443.253,80
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )
178800 - Thomas Ender e o Brasil
CAPIVARA EDITORA LTDA
CNPJ/CPF: 04.803.073/0001-72
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 140.994,47
Valor total atual: R$ 664.875,53
180823 - PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E ARTÍSTICO DO MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS
EDITORA RODYCZ & ORDAKOWSKI LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.643.136/0001-69
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 31.369,21
Valor total atual: R$ 154.806,75
183753 - MOSHE MAIMÔNIDES II - O Livro Do Amor
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BRASILEIRA ISRAELITA YESHIVA TOMCHEI TMIMIM
CNPJ/CPF: 07.569.731/0001-00
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 31.722,42
Valor total atual: R$ 486.480,04
185263 - MISHNÁ Â- ENSINAMENTOS Â- TRADUÇÃO COMENTADA (Título Provisório)
ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL MAKOM
CNPJ/CPF: 13.627.196/0001-90
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 326.602,68
Valor total atual: R$ 1.193.625,29

**PORTARIA Nº 240, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Alterar a(s) razão(ões) social(ais) do(s) proponente(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 129325 - Museu da Família - Digitalização de acervo e equipagem de Banco de Dados, publicado na portaria nº 0175/13 de 09/04/2013, publicada no D.O.U. em 10/04/2013.

Onde se lê: Instituto Museu Memoria e Vida Rural de Jussara

Leia-se: Instituto Memoria e Vida

Art. 2.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 172359 - SEMEANDO CULTURA 2018 - HORIZONTINA - ARTE CIRCENSE, publicado na portaria nº 0575/17 de 20/09/2017, no D.O.U. em 21/09/2017, para SEMEANDO ARTE CIRCENSE.

Art. 3.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 154476 - Projeto Orquestra Experimental Uberlândia, publicado na portaria nº 0011/16 de 08/01/2016, publicada no D.O.U. em 11/01/2016.

Onde se lê:

Realização de 10 Concertos gratuitos de música erudita, para um público estimado de 4500 pessoas, aliados a realização de seis ensaios com 130 alunos de Violino, Viola, Violoncello e Contrabaixo advindos de dois pólos musicais sociais de projetos de Uberlândia/MG. Os concertos irão ocorrer nas cidades do interior de Minas Gerais: Araxá, Patos de Minas, Patrocínio e Uberlândia e na cidade de Góias: Itumbiara. Estes concertos terão com finalidade difundir a música para diferentes classes sociais e influenciar os participantes, sendo que seis serão realizados na própria cidade de Uberlândia/MG, dos quais dois contarão com a participação, se possível for, de todos os 130 alunos e todos os outros 08 concertos propostos contarão com 60 participantes, em média, cada um.

Leia-se: Realização de 10 Concertos gratuitos de música erudita, para um público estimado de 4500 pessoas, aliados a realização de seis ensaios com 130 alunos de Violino, Viola, Violoncello e Contrabaixo advindos de dois pólos musicais sociais de projetos de Uberlândia/MG. Os concertos irão ocorrer em Uberlândia, cidade do interior de Minas Gerais. Estes concertos terão com finalidade difundir a música para diferentes classes sociais e influenciar os participantes, sendo que dos dez concertos que serão realizados em Uberlândia/MG, dois contarão com a participação, se possível for, de todos os 130 alunos e todos os outros 08 concertos propostos contarão com 60 participantes, em média, cada um.

Art. 4.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

**PORTARIA N° 241, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o § 9º do art. 1º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo I)

Art. 2º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) com ressalva(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo II)

Art. 3º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas reprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo III)

Art. 4º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve a reversão da reprovação do projeto e passa ser aprovado com ressalva, após recurso, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86 de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo IV)

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

| PRONAC | Projeto | Proponente | CNPJ/CPF | Resumo do Projeto | Valor Aprovado | Valor Captado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 08-6413 | 50 Anos TV no Sul os Televisionários Gaúchos | AA Desing-Produções Artísticas e Culturais Ltda | 09.660.815/0001-71 | Edição de livro com depoimentos sobre a criação, implantação e desenvolvimento da TV no Rio Grande do Sul, de autoria de Walmor Bergesch. | 152.580,00 | 152.580,00 |
| 01-4883 | Exposição Eduardo Alves da Costa | Antonieta Bérgamo | 032.644.148-48 | Exposição inédita do artista Eduardo Alves da costa, com publicação de catálogo. | 46.400,00 | 10.000,00 |
| 08-9405 | Inclusão Social | Coop. de Trab de Artísticas. Téc e Produtores em Artes e Audio Visuais | 07.406.375/0001-03 | Realizar curso livre de Teatro para deficientes físicos, visuais, Síndrome de Down e pessoas afins com montagem de espetáculo ao final do curso. | 151.591,00 | 50.000,00 |
| 04-5025 | FMI Feira de música Independente | GRV Produções Culturais Ltda | 03.744.959/0001-20 | O projeto consiste nas apresentações de artistas de várias partes dos país: exposição de produtos em estandes de gravadoras, selos, editoras e comerciantes do segmento musical, o público da FMI ainda poderá ter acesso a workshops e palestras conduzidas por especialistas e profissionais desse setor fonográfico. | 217.664,70 | 80.000,00 |
| 07-11986 | Projeto Resumo da Ópera | Associação dos Amigos do Theatro 13 de Maio | 00.316.669/0001-97 | Proporcionar à comunidade local e regional maior acesso a espetáculos de música erudita, realizando 6 apresentações de óperas em formato de óperas de bolso. | 65.370,00 | 65.370,00 |
| 09-3483 | Música para as Comunidades - IV | Associação orquestra Municipal de Teutônia | 03.163.278/0001-78 | Realizar 12 espetáculos de música instrumental em cidades do Rio Grande do Sul, com livre e gratuito acesso ao povo em geral. | 178.440,00 | 131.540,00 |
| 08-6876 | Som da banda | Associação Cultural banda de Música Branca da Mota Fernandes | 03.456.658/0001-00 | O projeto busca oferecer ensino gratuito de música para crianças e adolescentes de Maringá e proximidades, em oficinas a serem organizadas de 1º de setembro de 2008 a 30 de junho de 2009. | 148.326,20 | 148.326,20 |
| 09-4532 | Concertos Didáticos - O Brasil de Tuhu | Baluarte Agência de Projetos Culturais Ltda | 07.560.676/0001-89 | Concertos Didáticos O Brasil de Tuhu propõe a circulação de concertos de música erudita, especialmente desenvolvidos para jovens, dando oportunidade de contato com uma estética muitas vezes fora do alcance de todos. No projeto o Quarteto Radamés Gnattali, que apresentará o projeto, homenageará Heitor Villa-Lobos. | 648.604,00 | 235.080,00 |
| 09-4199 | Carguinha II | Mariana Antonucci Correa | 226.291.898-80 | Continuidade ao Projeto Carguinha, implantado em 2007 via Ministério da Cultura, tendo como proposta central o incentivo à leitura como ferramenta básica no acesso à informação, um dos canais para a participação efetiva do indivíduo na sociedade. Publicação direcionada a crianças e adolescentes, filhos de caminhoneiros e transportadores. | 164.079,50 | 164.079,50 |

ANEXO II

| PRONAC | Projeto | Proponente | CNPJ/CPF | Resumo do Projeto | Valor Aprovado | Valor Captado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 10-3328 | Dança Brasil Recife | ABPA Incentive - Atividades Culturais e Artísticas Ltda | 10.519.641/0001-00 | A proposta trata da realização do Projeto Dança Brasil Recife, que vem estimular a expressão múltipla das artes cênicas num contexto de interdisciplinaridade, levando a dança e exposições artísticas, com cultura, diversão e informação. | 1.946.150,00 | 1.946.150,00 |
| 08-0928 | Teatro Jovem 2008 | Estamos Aqui produções Artísticas Ltda | 00.149.994/0001-02 | Produção do espetáculo teatral "O homem da cabeça de papelão em continuidade ao teatro Jovem. O projeto trabalha o valor da arte como instrumento de reflexão e é desenvolvido há doze anos, com produções renovadas anualmente, para serem apresentadas aos jovens, em vários estados do Brasil, levando a cultura teatral a locais aonde, na maioria das vezes o teatro não chega. | 375.830,00 | 310.000,00 |
| 01-2556 | Polaroides Explícitas | Signorini Marketing e Eventos Ltda | 02.813.157/0001-61 | Promover a montagem da peça teatral "Polaroides Explícitas", texto de Mark Ravenhill, sob direção de Ary Coslov, tendo no elenco: Luiza Mariani, Wladmir Brischta, Bruno Garcia e Cristiana Guinie. A peça busca revelar, com humor e sutileza, como lidar com crenças e valores, nessa virada de século. | 350.460,00 | 300.000,00 |
| 10-0107 | Sobremirada | Automática Produção Contemporânea Ltda | 07.491.492/0001-04 | Este projeto tem por objetivo principal realizar a exposição Sobremirada, do artista José Bechara, composta por trabalhos produzidos nos últimos vinte anos, em diferentes suportes, técnicas e materiais. A exposição será realizada em 2010 e 2011, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM) e no Museu Oscar Niemeyer (MON), em Curitiba, respectivamente. | 776.765,00 | 400.000,00 |
| 05-4146 | Batucadeiros | Roberto Ricardo Santos de Amorim | 381.638.531-15 | O objetivo do projeto é melhorar a qualidade de vida dos jovens atendidos pelo projeto Batucadeiros por meio da inserção cultural, usando a música como forma de linguagem, com atividades voltadas para a criação e apreciação musical, estimulando a criatividade dos participantes com atividades lúdico-musicais e sócio-educativa | 167.332,97 | 166.400,00 |
| 02-2615 | Tangolomango | Mil e Uma Imagens Com e Prod Ltda | 02.621.783/0001-56 | Tangolomango terá uma mostra de artes, exibição de filmes e vídeos que abordam a questão social, palestras, apresentações performáticas, exposição de trabalhos realizados nas comunidades, oficinas de artes, além de muita música e brincadeiras. | 319.513,48 | 200.000,00 |
| 07-10235 | Coral Pequenos Cantores de Cássia | Corporação Musical Maestro Godofredo de Barros | 19.831.270/0001-72 | Manutenção do coral Pequenos Cantores de Cássia e da banda Maestro Godofredo de Barros, para manter um efetivo de 50 membros do coral e 30 membros da banda e mais 60 iniciantes. | 219.074,00 | 219.074,00 |
| 04-5201 | O Menino e o Rio | Patrícia Sicilliani Engel da Cruz Secco | 022.925.788-75 | Edição de um livro infanto juvenil abordando o tema diversidade cultural, água, vida e preservação. | 137.500,00 | 119.580,00 |
| 07-5873 | Maratona Cultural Paulista | Supra Participação e Administração Ltda | 62.204.631/0001-80 | Promover a Maratona em suas primeiras versões, contemplando o Teatro como a forma de expressão artística que servirá de matrizes para a realização de todas ações do eventos. | 364.399,20 | 364.399,20 |
| 08-8469 | Trupe da Saúde 5 | Trento Edições Culturais Ltda | 08.381.850/0001-99 | Ampliação do atendimento do projeto Trupe da Saúde e de número de atores e equipe. Ampliação do número de hospitais atendidos, fomentar campo de trabalho para atores-palhaços. | 363.488,60 | 265.280,69 |
| 10-10888 | Tudo Azul | Uh Tererê Diversão e Arte Ltda | 03.760.075/0001-69 | Esse projeto propõe a realização seis apresentações de música instrumental com o Carlos Malta Quarteto. O formato a ser utilizado para cada apresentação envolve três atividades distintas, que se complementam: palestra, oficina e show musical. | 246.848,68 | 246.848,68 |
| 10-11779 | 31ª Festival de Música de londrina | Associação de Amigos do Festival de música de Londrina | 80.507.742/0001-47 | Realizar uma Programação Artística Pedagógica, centrada na valorização da música erudita instrumental e vocal que possibilite a inclusão de novos públicos, a potencialização e ativação de novos circuitos culturais, possibilitando a articulação com políticas públicas de cultura.. | 455.780,00 | 265.800,00 |
| 06-3337 | Senhora Macbeth | Daltrozo Produções limitada | 63.928.865/0001-32 | Realizar a montagem e temporada do espetáculo teatral A Senhora Macbetch na cidade de São Paulo, sendo três mês de ensaio e três meses de temporada, totalizando 48 apresentações. | 747.601,18 | 350.000,00 |
| 07-1537 | Osquindô na Praça - Circuito Triângulo/Sul Mineiro | Josélia Alves ME | 05.034.457/0001-30 | Osquindô na Praça - Circuito Triângulo/Sul Mineiro é um projeto que mistura arte, entretenimento, cultura e educação, abordando o universo do folclore infantil brasileiro, promovendo a circulação do espetáculo Osquindô com apresentações em praças públicas de 6 cidades da região do Triângulo Mineiro e Sul de Minas ao longo do ano de 2007. | 213.681,60 | 45.000,00 |
| 08-5836 | Carta de Machado de Assis | Ouro sobre Azul Desing e Editora Ltda | 03.818.688/0001-00 | Realizar a edição de livro contendo 22 cartas de Machado de Assis e Mário de Alencar. | 291.174,00 | 270.000,00 |
| 09-1691 | Ponte Aérea Portenha Eletrotango | Azambuja produções Culturais Ltda | 01.043.387/0001-26 | Produzir e realizar o projeto musical PONTE AÉREA PORTENHA %u2013 ELETROTANGO, composto de 28 (vinte e oito) shows de tango eletrônico e que reúne quatro dos mais renomados grupos de eletrotango de Buenos Aires: Tanghetto, Otros Aires, Narcotango e San Telmo Lounge. | 1.112.814,00 | 612.295,00 |
| 08-6836 | Capoeira e Cidadania - Ano III | Associação Viking | 75.214.718/0001-80 | Prestar atendimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, residentes em bairros da cidade de Curitiba de alta vulnerabilidade social, através do acesso às manifestações culturais, em particular à Capoeira. | 127.044,50 | 127.044,50 |
| 08-3520 | Minas, Estado de Espírito | L/RV Recursos Visuais Ltda | 65.032.450/0001-01 | Editar um livro sobre a identidade de Minas Gerais, ressaltando aspectos relevantes da cultura e do imaginário do estado. | 344.976,50 | 344.976,30 |

ANEXO III

| PRONAC | Projeto | Proponente | CNPJ/CPF | Resumo do Projeto | Valor Aprovado | Valor Captado | Valor Nominal a ser Restituído ao FNC |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06-4731 | Drs Palhaços | Associação dos Amigos da Clínica da Alegria | 03.377.295/0001-03 | Tem como objetivo homenagear pessoas através da arte e da técnica Clown. Levar esta técnica aos hospitais e instituições filantrópicas. | 118.720,80 | 118.720,80 | 118.720,80 |
| 04-6648 | Concertos Comunitários - RS | Opus Assessoria e promoções Artísticas Ltda | 88.916.135/0001-42 | O Projeto Cultural tem o propósito de realizar em Porto Alegre e no interior do Rio Grande do Sul, nas cidades de: Passo Fundo, Canoas, Novo Hamburgo e Carlos Barbosa, concertos com solistas nacionais, juntamente com ilustres nomes do cenário nacional. | 1.623.283,00 | 1.623.283,00 | 845.568,65 |

ANEXO IV

| PRONAC | Projeto | Proponente | CNPJ/CPF | Resumo do Projeto | Valor Aprovado | Valor Captado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 10-1707 | Festival no Ar Coquetel Molotov 2010 | Coquetel Molotov Produções Ltda | 01.680.601/0001-55 | O festival No Ar Coquetel Molotov é um evento que tem Shows, mostra de filmes, seminários e showcases compõem a programação do evento, que acontecerá em 2010. | 571.600,00 | 230.000,00 |
| 07-8528 | Eu quero se Eu | Clara Averbuck Lincoln | 943.534.330-91 | Produção, elaboração, edição e publicação do livro de ficção de autoria Clara Averbuck. | 40.365,89 | 24.600,00 |
| 06-10629 | Brasília aos 50 Anos | Associação Universo Cultural Assistencial | 07.241.495/0001-90 | Edição de livro comemorativo dos 50 anos da construção de Brasília, que se completam simbolicamente com a aprovação do Plano Piloto do arquiteto Lúcio Costa, priorizando o registro fotográfico de hoje em seus múltiplos aspectos de cidade de projetos pré-traçados e sua evolução nesse período. | 473.739,78 | 283.905,05 |

**PORTARIA N° 242, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo I)

Art. 2º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) com ressalva(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo II)

Art. 3º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas reprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo III)

Art. 4º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve a reconsideração da reprovação do projeto e passa ser aprovado com ressalva, após recurso, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86 de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo IV)

Art. 5º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve a reconsideração da reprovação do projeto e passa ser aprovado, após recolhimento ao Fundo Nacional de Cultura - FNC do valor glosado no projeto, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86 de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo V)

Art. 6º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve a reconsideração da reprovação do projeto e passa ser aprovado, após recurso, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86 de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo VI).

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

| PRONAC | PROJETO | PROPONENTE | CPF/CNJP | RESUMO DO PROJETO | VALOR APROVADO | VALOR CAPTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 020307 | Coral Belgo Juiz de Fora | Ciro José Tabet | 329.130.016-53 | Formar um coral composto por funcionários e familiares, por meio do pagamento de regente, regente auxiliar, pianista, preparador vocal e instrumentista. | R$ 80.937,64 | R$ 25.000,00 |
| 001698 | Intervalo Cultural - Cecar/Orquestra Municipal de Garibaldi | Centro Cultural e Artístico - CECAR | 97.397.806/0001-05 | Manter a Orquestra Municipal de Garibaldi, através de pagamento de Maestro e Músicos. O projeto prevê a realização de de uma série de concertos gratuitos. | R$ 60.512,00 | R$ 60.512,00 |
| 001022 | Cidade de Goiás: Poesia Visual | Associação Casa de Cora Coralina | 00.028.621/0001-83 | Organização de 300 pastas contendo 10 serigrafias e um caderno de textos tendo como o tema a cidade de goiás , respectivamente do arquiteto e pintor Elder Rocha Lima e do arquiteto José Leme Galvão. | R$ 78.634,00 | R$ 78.634,00 |
| 061187 | Molly Sweeney | Ediwiges Imagens Producoes Artisticas Ltda | 00.146.561/0001-01 | O projeto visa encenar em São Paulo e no Rio de Janeiro, em teatros a serem definidos, o espetáculo teatral "MOLLY SWEENEY". | R$ 492.884,00 | R$ 390.000,00 |
| 067637 | Alma do Nordeste | R Godoy Marketing e Cultura Ltda | 06.111.093/0001-08 | O projeto tem por objetivo pesquisar e produzir o CD Alma do Nordeste, onde o conteúdo do mesmo será composições inéditas, geradas dos dados coletado em uma pesquisa musical que será realizada no Nordeste. | R$ 194.570,00 | R$ 194.570,00 |

ANEXO II

| PRONAC | PROJETO | PROPONENTE | CPF/CNPJ | RESUMO DO PROJETO | VALOR APROVADO | VALOR CAPTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 000860 | Transporte no Brasil | Editora Marca D`Água Ltda. | 55.537.955/0001-74 | Edição de livro que registre o histórico dos transportes no Brasil e mostre as condições em que acontece o desenvolvimento do país, impulsionado pela circulação de populações e mercadorias. | R$ 174.317,20 | R$ 174.317,20 |
| 054464 | Projeto Hortifrutigranjeiro Beija-Flor - Etapa III - Dança | Associação Cristã Francisco de Assis | 54.139.860/0001-30 | Tem como objetivo no ensino da música e da dança, para crianças e adolescentes, portadores de necessidades especiais e problemas comportamentais para a educação, será em cerca de 350, com professores capacitados, não apenas o ensino das técnicas para se tocar, cantar e dançar, mas toda informação histórica em geral. | R$ 124.196,77 | R$ 98.500,00 |
| 020453 | Turnê de Concertos do Madrigal Renascentista - "Europa 2003/2004" | FUNDAÇÃO DE ARTE MADRIGAL RENASCENTISTA | 17.395.708/0001-91 | Realizar, em 15 cidades de 7 países da Europa, uma turnê com 17 apresentações do "Madrigal Renascentista", objetivando levar a música brasileira ao público de Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda, Alemanha e Polônia. | R$ 231.665,40 | R$ 10.900,00 |

ANEXO III

| PRONAC | PROJETO | PROPONENTE | CPF/CNPJ | RESUMO DO PROJETO | VALOR APROVADO | VALOR CAPTADO | VALOR NOMINAL A SER RESTITUIDO AO FNC |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 00-2135 | A Paisagem Carioca | Os Seminários de Música Pro Arte | 42.286.633/0001-58 | Apresentar para o público amplo, obras sobre a paisagem carioca de obras de arte, objetos, livros etc.. do século XIX e XX, a exposição desenvolverá o tema através de instalações multimídia, reconstituições cenográficas e acervos museológicos. | R$ 2.392.000,00 | R$ 930.000,00 | R$ 930.000,00 |
| 04-3466 | Festival Vida & Arte - Artes Cênicas (2º) | Instituto Albanisa Sarasate | 05.096.883/0001-07 | Maior evento de cultura do Ceará, promovendo exposições, atos e intervenções artísticas nas áreas de artes cênicas, plásticas, dança, artesanato, arte popular, cinema, fotografia, gastronomia, humor, literatura, música, entre outros. | R$ 1.738.956,86 | R$ 975.101,22 | R$ 12.308,40 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06-6722 | Anos de Brasil (60), Um Paralelo Entre Política, Arte e Design | Rio 360 comunicação Ltda. | 07.296.522/0001-21 | O projeto visa a montagem de uma exposição composta de fotos, objetos e figuras, ilustrando as mudanças ideológicas, estéticas, políticas e culturais. Propõe seis ambientes que representarão cada uma das últimas seis décadas, design artes e os fatos históricos. | R$ 734.998,00 | R$ 475.000,00 | R$ 475.000,00 |
| 068052 | Letras e cifras - edição de livros | Editora Côrte Ltda. | 33.478.058/0001-02 | Edição e publicação dos livros Aquarela Brasileira - vol. 08 e 09 e Aquarela Sertaneja - vol. 02 e 03. Trata-se de acervo musical, contendo mais de 600 letras com harmonização e cifragem exclusivas, retratando nomes consagrados da música brasileira de todos os tempos, a exemplo dos volumes anteriores. | R$ 312.400,00 | R$ 60.000,00 | R$ 60.000,00 |
| 069526 | Projeto Ativa-Idade | Arte Gol Promoções e Eventos Ltda | 04.788.621/0001-32 | Desenvolver projetos e ações culturais voltados para a terceira idade, tais como cursos, palestras, dança de salão, serestas e outras atividades que possibilitem a socialização e a convivência do idoso e constituir uma ampla rede de parceria com instituições governamentais e não governamentais. | R$ 763.436,30 | R$ 100.000,00 | R$ 100.000,00 |

ANEXO IV

| PRONAC | PROJETO | PROPONENTE | CPF/CNPJ | RESUMO DO PROJETO | VALOR APROVADO | VALOR CAPTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 001006 | Calingasta | Renato Dutra da Silva | 066.892.718-62 | O projeto 'Calingasta' propõe como produto principal, a edição de um livro com encadernação luxuosa, preenchido com imagens captadas pelo fotógrafo Vito D'Alessio. | R$ 283.565,89 | R$ 99.690,00 |

ANEXO V

| PRONAC | PROJETO | PROPONENTE | CPF/CNPJ | RESUMO DO PROJETO | VALOR APROVADO | VALOR CAPTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 0610725 | A Noviça Rebelde | Axion Produtores Associados Ltda | 01.070.677/0001-69 | Realizar montagem e apresentações do espetáculo A Noviça Rebelde, texto de Howard Lindsay e Russel Crouse e direção de Charles Möeler, em temporada de quatro meses no Teatro Carlos Gomes no Rio de Janeiro. | R$ 2.003.829,72 | R$ 2.003.829,00 |

ANEXO VI

| PRONAC | PROJETO | PROPONENTE | CPF/CNPJ | RESUMO DO PROJETO | VALOR APROVADO | VALOR CAPTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 067336 | Imigrante é atividade cultural constante - Manutenção | Associação Cultural de Imigrante | 00.797.072/0001-01 | O projeto tem por objetivo oportunizar a continuidade de aprimoramento cultural, em diferentes segmentos da arte, aos imigrantes envolvidos em atividades artísticas. | R$ 89.267,90 | R$ 89.267,90 |
| 046031 | De Tão Alvas, Quase Almas | Dois Um Produções Culturais Ltda | 01.826.678/0001-90 | Realização de exposição de artes plásticas Bel Barcellos, primeiramente no Rio de Janeiro, com desenhos da série "De tão alvas, quase almas", composta por 09 desenhos em linho e 40 desenhos em papel. | R$ 171.622,00 | R$ 150.000,00 |

**PORTARIA N° 243, DE 17 DE ABRIL DE 20198**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o § 9º do art. 1º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso II do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVAS no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso III do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo II.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso III do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo III.

Art. 4º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 5º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do art. 59 da Instrução Normativa MinC nº 05/2017, aos proponentes relacionados no anexo referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 59 da referida Instrução Normativa.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

| PRONAC | PROJETO | PROPONENTE | RESUMO DO PROJETO | VALOR CAPTADO |
|---|---|---|---|---|
| 14 0431 | Causos & Canto com Rolando Bodrin | BEM-HUR Produções Artísticas LTDA-ME | Encenação de espetáculo de arte cênica "Causos & Canto - Rolando Boldrin", na cidade de Maringá - PR, que retrata o cotidiano e as tradições populares nacionais. A apresentação é pensada para um público estimado de 700 pessoas, com entrada a preços populares. | R$ 80.000,00 |

ANEXO II

| PRONAC | PROJETO | PROPONENTE | RESUMO DO PROJETO | VALOR CAPTADO |
|---|---|---|---|---|
| 09 7274 | O Casamento | Cooperativa Paulista de Teatro | Montagem e manutenção de O CASAMENTO, adaptação teatral do romance homônimo de Nelson Rodrigues, com dramaturgia e direção de Johana Albuquerque, com produção do Teatro Promíscuo em parceria com a Cia. Bendita Trupe, tendo Renato Borghi como protagonista do espetáculo. | R$ 350.000,00 |
| 11 3575 | Série de Concertos Orquestra Pianíssimo | Pianíssimo Produções Musicais e Artísticos | Realização de 8 concertos da Orquestra Pianíssimo na cidade de Belo Horizonte/MG, com vistas à formação de público para música erudita/instrumental por meio do repertório clássico para orquestra de câmara. | R$ 70.100,00 |

ANEXO III

| PRONAC | PROJETO | PROPONENTE | RESUMO DO PROJETO | VALOR CAPTADO | VALOR A SER RESTITUÍDO AO FNC |
|---|---|---|---|---|---|
| 12 2498 | www.idanca.net - manutenção 2012/2013 | Jerimum Ideias Editoração Ltda. | Continuidade das atividades do projeto sobre dança contemporânea. O projeto mapeia a atividade profissional, estimula o pensamento crítico e a formação e novos autores, além de expandir a visão da danca além do que aparece na mídia tradicional.<br>Tem como sub-projeto a enciclopédia colaborativa wikidanca.net, feita em parceria com universidades em todo o país e a rede social movimento.org. | R$ 100.000,02 | R$ 100.000,02 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 10 4810 | Italianos no Meio Oeste Catarinense: Cultura e Progresso | Casa da Palavra Editora Ltda-ME | Edição de um livro que resgata o rico acervo da história da imigração italiana para o Brasil com foco na região meio oeste de Santa Catarina, perfazendo mais de 100 anos de história. | R$ 40.000,00 | R$ 40.000,00 |
| 13 4276 | Viver no Campo - Teatro Itinerante | Pacatu Cultura, Educação e Aviação Ltda-ME | Produzir e estrear um espetáculo teatral, itinerante e gratuito, em espaços abertos e de fácil acesso, como praças e parques, tendo como público crianças entre 08 e 12 anos, alunos de escolas municipais e estaduais . | R$ 760.064,00 | R$ 760.064,00 |
| 11 8229 | Cia. De Dança Deborah Colker - 2012 | J E Produções LTDA ME | Manutenção da Companhia. Manutenção de figurinos e cenários. Manutenção do espetáculo TATYANA. Remontagem do espetáculo MIX e NÓ. Turnês Nacionais e Internacionais. | R$ 2.750.000,00 | R$ 2.750.000,00 |

## AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
### DIRETORIA COLEGIADA

**RESOLUÇÃO Nº 86, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Dispõe sobre alteração das Resoluções de Diretoria Colegiada nº59 e 68 e dá outras providências.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, IV e V do artigo 6º do Anexo I do Decreto nº8.283,de 3 de julho de 2014, e conforme decidido na 721ª Reunião de Diretoria Colegiada, de 16 de abril de 2019, , resolve:

Art.1º Alterar as Resoluções de Diretoria Colegiada nº 59 e 68, nos termos deste ato normativo.

Art.2º Os artigos 6º e 17 do Regimento Interno, anexo da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59, de 2 de abril de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º .....

.....

XVI. aprovar o afastamento do país de servidores para missões de representação institucional da ANCINE, bem como qualquer afastamento do país dos Diretores, à exceção do Diretor-Presidente.

.....

§ 3° Para fins do inciso XVI, considera-se representação institucional a participação de servidor em ação de interesse institucional, na qualidade de representante da ANCINE, expressando posicionamento formal da Agência na condição de membro de mesa, homenageado, membro de delegação para visita institucional ou atribuições similares, excetuando-se as missões de caráter técnico.

§ 4º Após a aprovação de que trata o inciso XVI, o processo será encaminhado ao Diretor-Presidente para autorização do afastamento do país e a respectiva publicação no Diário Oficial da União, exceto nos casos de afastamento do próprio Diretor-Presidente, que não passarão por prévia aprovação da Diretoria Colegiada e deverão ser autorizados pelo Ministro de Estado em cuja área de competência a ANCINE esteja inserida.

§ 5º O servidor designado para representação institucional no exterior deverá apresentar na reunião subsequente ao seu retorno ao Brasil, relatório sobre as ações realizadas e os resultados alcançados."

"Art. 17.....

.....

XV. autorizar o afastamento do país de servidores para desempenho de atividades técnicas, desenvolvimento profissional e missões de representação institucional, neste caso após aprovação prévia da Diretoria Colegiada."

Art.3º O artigo 66 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 68, de 3 de novembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 66 .....

.....

f) Atendidas as eventuais recomendações, o processo será encaminhado para decisão da Diretoria Colegiada, nos casos de programa de pós-graduação, ou do Diretor-Presidente, nos demais casos;

g) Após a aprovação, o Diretor-Presidente promoverá a publicação da autorização do afastamento do País no Diário Oficial da União, exceto nos casos de afastamento do próprio Diretor-Presidente, que deverão ser autorizados pelo Ministro de Estado em cuja área de competência a ANCINE esteja inserida."

Art.4º Esta Resolução de Diretoria Colegiada entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO
Diretor-Presidente

## FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

**DECISÃO Nº 12, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto Nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 2014, e de acordo com o Protocolo que instituiu o Prêmio Camões, celebrado entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Brasília em 22 de junho de 1988 e o Protocolo Modificativo assinado em Lisboa em 17 de Abril de 1999, decide tornar público:

1. O Júri do Prêmio Camões de 2019, assim definido pelos Governos do Brasil, representado pelo Ministério da Cidadania, no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional e de Portugal, representado pela Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), vinculada ao Ministro de Estado da Cultura de Portugal, composto por:

a) Antonio Cicero Correia Lima e Antonio Hohlfeldt, pelo Brasil

b) Clara Rowland e Manuel Frias Martins, por Portugal

c) Ana Paula Tavares e Nataniel Ngomane, pelos países africanos de língua portuguesa.

2. A reunião deste ano será realizada no dia 21 de maio na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, cabendo as despesas de hospedagens e organização da reunião à parte brasileira e as passagens aéreas dos jurados visitantes à parte portuguesa.

3. A parcela do Ministério da Cidadania do Brasil, correspondente à metade do valor prêmio, instituído pelos dois governos, determinará ao vencedor o prêmio de € 50.000 (cinquenta mil euros).

Esta decisão executiva entre em vigor na data de sua assinatura.

HELENA SEVERO

# Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

## SECRETARIA EXECUTIVA

**PORTARIA Nº 1.880, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 da Portaria nº 3.399, de 05 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 09 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder acesso aos membros do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC como usuários internos, possibilitando visualizar, editar e assinar pareceres técnicos em processos administrativos eletrônicos sob a tutela do CONCEA.

Parágrafo único. É vedada aos membros do CONCEA que não integrem o quadro funcional deste Ministério a criação de novos documentos e processos administrativos eletrônicos no âmbito do SEI-MCTIC.

Art. 2º São responsabilidades do CONCEA:

I - manter atualizado o rol de membros do Conselho com acesso ao SEI-MCTIC; e

II - zelar pelo bom uso do sistema por parte de seus membros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
### SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
### GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

**ATO Nº 2.558, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº 53516.000956/2019-86.

Outorga à LAREDO ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA., CNPJ nº 27.188.442/0001-60, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

### GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**ATOS DE 10 DE ABRIL DE 2019**

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº - 2.370 - COOPERATIVA TRITÍCOLA DE ESPUMOSO LTDA, CNPJ nº 89.677.595/0001-28.

Nº - 2.375 - JS MÁQUINAS AGRÍCOLAS LIMITADA, CNPJ nº 98.405.079/0001-35. No - 2.376 - SALETE TELO TIMM, CPF nº ***.848.830-**.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

**ATO Nº 2.444, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) COMPANHIA ESTADUAL DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - CEEE-GT, CNPJ nº 92.715.812/0001-31 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

**ATO Nº 2.466, DE 15 DE ABRIL DE 2019**

Expede autorização à BIANCHINI SA INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA, CNPJ nº 87.548.020/0002-60 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

### GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS
### UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**ATO Nº 2.433, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

Expede autorização à EXPRESSO NEPOMUCENO S/A, CNPJ nº 19.368.927/0033-94 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente
Interino

**ATO Nº 2.441, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº 53548.000300/2019-96. Expede autorização a JOAO LUCIANO CHERIN, CNPJ nº 90329864149, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente
Interino

### SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

**CONSULTA PÚBLICA Nº 12, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, decidiu submeter a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.029606/2010-32, a proposta de alteração do Ato que estabelece os requisitos técnicos complementares ao Regulamento sobre a avaliação da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos associados à operação de estações transmissoras de radiocomunicação, aprovado pela Resolução nº 700, de 28 de setembro de 2018.

O texto completo da proposta (4045515) estará disponível no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h data da publicação desta Consulta Pública no Boletim de Serviços da Anatel.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 10 (dez) dias, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

## CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

### DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**DESPACHO DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, Substituto, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com a Lei nº 8.010/90, torna público a 3ª RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTA PARA IMPORTAÇÃO

| PROCESSO | ENTIDADE | VALOR US$ |
|---|---|---|
| 0002/1990 | Universidade Federal de São Paulo | 3.620,00 |
| 0003/1990 | Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa | 302.205,02 |
| 0005/1990 | Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo | 15.910,00 |
| 0006/1990 | Universidade Estadual de Campinas | 66.199,99 |
| 0007/1990 | Fundação Universitária José Bonifácio | 22.996,81 |
| 0008/1990 | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo | 124.338,85 |
| 0011/1990 | Fundação Faculdade de Medicina | 260.625,00 |
| 0013/1990 | Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | 84.146,94 |
| 0014/1990 | Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária | 44.999,99 |
| 0016/1990 | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | 201.844,71 |
| 0017/1990 | Universidade Federal do Pará | 8.154,51 |
| 0018/1990 | Fundação Universidade de Brasília | 49.676,99 |
| 0019/1990 | Fundação Universidade Federal do Rio Grande | 2.999,99 |
| 0020/1990 | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária | 10.993,04 |
| 0021/1990 | Universidade Federal de Minas Gerais | 7.894,57 |
| 0022/1990 | Fund. de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de PE | 275.905,50 |
| 0027/1990 | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 32.001,11 |
| 0029/1990 | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais | 51.043,27 |
| 0037/1990 | Fundação Zerbini | 297.581,00 |
| 0045/1990 | Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa | 12.388,15 |
| 0059/1990 | Universidade Federal de Itajubá | 3.124,83 |
| 0066/1990 | Fundação da UFPR para o Desenv. da Ciência, Tecnologia e Cultura | 62.036,00 |
| 0069/1990 | Universidade Federal do Paraná | 35.305,96 |
| 0070/1990 | Fund. de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRPUSP | 6.303,00 |
| 0083/1990 | Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP | 580.085,93 |
| 0087/1990 | Universidade Federal de Santa Maria | 20.478,86 |
| 0101/1990 | Sociedade Beneficente Israelita Brasileira/Hospital Albert Einstein | 5.703,58 |
| 0102/1990 | Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura | 480.039,60 |
| 0103/1990 | Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de PE | 84.446,83 |
| 0106/1990 | Universidade Federal da Bahia | 5.906,00 |
| 0122/1990 | Universidade Estadual de Maringá | 431.519,04 |
| 0135/1990 | Fundação Butantan | 2.846.191,58 |
| 0137/1990 | Fundação para o Desenvolvimento da UNESP | 165.192,39 |
| 0139/1990 | Fundação de Apoio a Pesquisa Ensino e Extensão | 38.762,74 |
| 0143/1990 | Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz | 14.100,00 |
| 0152/1990 | Associação Paranaense de Cultura/PUCPR | 1.599,99 |
| 0154/1990 | Sociedade Mineira de Cultura/PUC Minas | 8.805,50 |
| 0158/1990 | Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão | 22.713,20 |
| 0160/1990 | Fundação Arthur Bernardes | 18.569,98 |
| 0207/1991 | Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais | 2.645.612,06 |
| 0231/1991 | Fundação Parque Tecnológico da Paraíba | 176.738,54 |
| 0337/1992 | Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre | 157.342,24 |
| 0355/1992 | Associação das Pioneiras Sociais | 9.603,76 |
| 0372/1992 | Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão | 568.506,62 |
| 0465/1993 | Fund. de Apoio a Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão de Alfenas | 9.400,00 |
| 0469/1993 | Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia | 23.753,99 |
| 0520/1993 | Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte | 5.719,99 |
| 0534/1993 | Fund. Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos | 4.176.113,72 |
| 0570/1994 | Fundação de Apoio à Pesquisa | 69.118,00 |
| 0589/1994 | USP/Instituto de Física de São Carlos | 160.329,00 |
| 0590/1994 | USP/Instituto de Química de São Carlos | 8.543,00 |
| 0625/1995 | Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia | 353.780,69 |
| 0633/1995 | Escola de Engenharia de São Carlos | 1.533,78 |
| 0653/1995 | Universidade Federal do Espírito Santo | 41.614,96 |
| 0656/1995 | Instituto de Ciências Biomédicas - ICB III | 20.467,73 |
| 0693/1997 | Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais | 588.971,85 |
| 0698/1997 | USP/Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas | 223.753,70 |
| 0712/1997 | Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos | 31.910,85 |
| 0725/1998 | Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento | 149.575,56 |
| 0726/1998 | Fund. de Apoio à Educ., Pesq. e Desenvol.Cient. e Tec. da UTFPR | 132.872,66 |
| 0729/1998 | Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina | 164.961,61 |
| 0737/1998 | Instituto Presbiteriano Mackenzie/Mackenzie | 104.702,63 |
| 0740/1998 | Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações | 3.949,99 |
| 0746/1998 | Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo | 135.331,28 |
| 0750/1998 | Faculdades Católicas/PUC-Rio | 51.271,15 |
| 0760/1999 | Fund. para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde | 233.273,80 |
| 0762/1999 | Fundação Educacional Ciência e Desenvolvimento | 15.289,91 |
| 0763/1999 | Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da UFG | 293.351,00 |
| 0769/1999 | Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento | 3.250,00 |
| 0772/2000 | Fundação Espírito Santense de Tecnologia | 173.647,21 |
| 0782/2000 | Instituto de Biologia Molecular do Paraná | 142.257,40 |
| 0791/2000 | Instituto de Apoio a Fundação Universidade de Pernambuco | 2.375,00 |
| 0798/2000 | Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande | 6.474,93 |
| 0812/2001 | Rede Nacional de Ensino e Pesquisa | 163.999,93 |
| 0814/2001 | Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas | 443.460,18 |
| 0824/2001 | Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada | 4.000,00 |
| 0838/2001 | Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional a UFF | 5.726,96 |
| 0850/2002 | Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE | 60.807,00 |
| 0979/2006 | Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional | 6.928,44 |
| 0982/2006 | Fundação de Apoio Universitário | 198.359,25 |
| 1012/2007 | Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural | 9.014,38 |
| 1013/2007 | Fund. de Apoio à Pesquisa,Desenv. e Inovação Exército Brasileiro | 77.844,62 |
| 1043/2007 | Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio-Libanês | 6.915,80 |
| 1057/2008 | Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil | 187.187,77 |
| 1080/2009 | Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - SP | 12.160,45 |
| 1087/2009 | Instituto de Tecnologia e Pesquisa | 202.818,00 |
| 1103/2009 | Universidade Regional do Cariri | 67.900,00 |
| 1120/2010 | Centro de Inovações CSEM Brasil | 20.477,67 |
| 1123/2010 | Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica | 68.041,45 |
| 1133/2011 | Laboratório Nacional Agropecuário no Rio G do Sul | 89.202,72 |
| 1220/2014 | Associação MarBrasil | 5.494,99 |
| 1255/2016 | Associação Instituto Tecnológico Vale | 37.648,72 |
| 1264/2017 | Companhia Ambiental do Estado de São Paulo | 13.298,77 |
| 1279/2018 | Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil | 94.201,56 |
| 1282/2019 | Instituto Científico e Tecnológico de Agronegócios | 125.000,00 |

CLAUDIO DA SILVA LIMA

# Ministério da Defesa

## COMANDO DA MARINHA

### GABINETE DO COMANDANTE

**PORTARIA Nº 102/MB, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Cria o Centro de Intendência da Marinha em Niterói e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o inciso V do art. 26 do Anexo I do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Criar, dentro da Estrutura Regimental do Comando da Marinha, o Centro de Intendência da Marinha em Niterói (CeIMNi), Organização Militar com autonomia administrativa, com sede na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, subordinado ao Comando em Chefe da Esquadra, com o propósito de centralizar as Gestorias de Execução Financeira, Pagamento de Pessoal, Conta de Pagamentos Imediatos e Obtenção das Organizações Militares apoiadas situadas em Niterói e São Gonçalo, sob a direção de um Capitão de Mar e Guerra do Corpo de Intendentes da Marinha.

Art. 2º A implantação do CeIMNi será efetivada de modo progressivo, conforme as disponibilidades orçamentárias e de pessoal, consoante com os atos baixados pelo Comandante de Operações Navais.

Art. 3º Durante a fase de implantação, fica criado o Núcleo de implantação do CeIMNi, o qual deverá, gradativamente, assumir a responsabilidade pela preparação do pessoal, da estrutura física e organizacional do CeIMNi.

Parágrafo único - O Núcleo de que trata este artigo terá suas atividades e organizações estruturadas, no que couber, pelo Regulamento dos Centros de Intendência da Marinha, aprovado pelo Comandante de Operações Navais, e será considerado automaticamente extinto por ocasião da Cerimônia de Mostra de Ativação do CeIMNi.

Art. 4º O Comandante de Operações Navais baixará os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

ILQUES BARBOSA JUNIOR

**PORTARIA Nº 103/MB, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Altera a Portaria nº 86/MB/2018, que relaciona as Organizações Militares, no âmbito do Comando da Marinha, classificadas como organizações industriais.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e de acordo com o estabelecido na Estrutura Regimental do Comando da Marinha, aprovada pelo Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 1º da Portaria Normativa nº 15/MD, de 11 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Alterar as seguintes legislações no preâmbulo da Portaria nº 86/MB, de 11 de abril de 2018, conforme a seguir:

I - Excluir a Portaria Normativa nº 1242/MD, de 21 setembro de 2006, e a Portaria Normativa nº 140/MD, de 25 de janeiro de 2008.

II -Incluir a Portaria Normativa nº 15/MD, de 11 de março de 2019.

Art. 2º Alterar o anexo da Portaria nº 86/MB, de 11 de abril de 2018, conforme especificado a seguir:

Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores (BFNIF);
Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador (BFNIG);
Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti (BFNRM);
Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais (BtlEngFuzNav);
Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (BtlOpEspFuzNav);
Centro Industrial Nuclear de Aramar (CINA); e
Comando do Material de Fuzileiros Navais (CMatFN).

II - Incluir, na alínea b, do anexo, a seguinte Organização Militar Industrial classificada como OMPS:

Centro de Manutenção de Embarcações Miúdas (CMEM).

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

ILQUES BARBOSA JUNIOR

### ESTADO-MAIOR DA ARMADA

**DESPACHO DECISÓRIO MB Nº 6, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº: 61074.003093/2019-73
Autorização para visita de Navios de Guerra a Portos e Águas Jurisdicionais Brasileiras
Embaixada da Espanha no Brasil

Nos termos do art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 137/2018, deste Estado-Maior, AUTORIZO a visita do Navio Oceanográfico "HESPÉRIDES", pertencente à Armada Espanhola, ao porto do Rio de Janeiro - RJ, no período de 21 a 25 de abril de 2019.

Vice-Alte. ARTHUR FERNANDO BETTEGA CORRÊA
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

# Ministério do Desenvolvimento Regional

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 1.038, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Divulga seleção de proposta do Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 02), apresentada pela Prefeitura de Santa Maria-RS, no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Setor Público.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das competências que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, c/c com os artigos 29, 57, inciso IV, e 76 da Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro de 2019, c/c o art. 6º da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990 e com o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto n. 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto n. 1.522, de 13 de junho de 1995,

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa n. 27, de 11 de julho de 2017, que regulamentou a reformulação do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE,

CONSIDERANDO as disposições da Instrução Normativa n. 16, de 10 de julho de 2018, que estabeleceu procedimento específico de enquadramento e seleção de proposta de operação de crédito no Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 2), apresentada no âmbito do PRÓ-TRANSPORTE, e

CONSIDERANDO que a proposta cumpriu as etapas de enquadramento prévio e validação, respectivamente realizadas pelo Gestor da Aplicação e pelo Agente Financeiro, resolve:

Art. 1º Tornar pública, nos termos do Anexo desta Portaria, a seleção da proposta da Prefeitura Municipal de Santa Maria-RS apresentada no âmbito do Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 02).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO H. RIGODANZO CANUTO

ANEXO

SELEÇÃO AVANÇAR CIDADES - MOBILIDADE URBANA (GRUPO 02) - PRÓ-TRANSPORTE - SETOR PÚBLICO

| Proponente | Protocolo | Objeto | Agente Financeiro | Valor de Financiamento |
|---|---|---|---|---|
| Prefeitura Municipal de Santa Maria-RS | 1464.4.2912/2017 | Elaboração de projeto de modernização e requalificação urbanística relativa a malha viária de transporte municipal nos setores leste, oeste, norte e sul de Santa Maria | Caixa Econômica Federal | R$ 1.169.822,77 |

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria n. 835, de 28 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União n. 62, Seção 1, de 1º de abril de 2019, página 22, na tabela "SELEÇÃO AVANÇAR CIDADES - MOBILIDADE URBANA (GRUPO 01) - PRÓ-TRANSPORTE - SETOR PÚBLICO" do ANEXO, na linha referente à Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, MG, na coluna "VALOR DE FINANCIAMENTO", onde se lê: "R$ 23.371.286,87", leia-se: "R$ 26.371.286,87".

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria n. 836, de 28 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União n. 62, Seção 1, de 1º de abril de 2019, páginas 22 e 23, na tabela "SELEÇÃO AVANÇAR CIDADES - MOBILIDADE URBANA (GRUPO 01) - PRÓ-TRANSPORTE - SETOR PÚBLICO" do ANEXO, na linha referente à Prefeitura Municipal de Paranaíta, MT, na coluna "VALOR DE FINANCIAMENTO", onde se lê: "R$ 3.529.947,65", leia-se: "R$ 3.438.615,25". E na linha referente à Prefeitura Municipal de Tupanciretã, RS, na coluna "VALOR DE FINANCIAMENTO", onde se lê: "R$ 3.820.878,89", leia-se: "R$ 3.850.878,89".

## SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

### PORTARIA Nº 1.035, DE 16 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000187/2014-11, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previsto no art. 4° da Portaria n. 131 de 05 de maio de 2014, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Colatina - ES, para ações de Defesa Civil, para até 25/10/2019.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

### PORTARIA Nº 1.036, DE 16 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59053.000942/2017-71, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previsto no art. 5° da Portaria n. 160, de 17 de abril de 2018, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Conceição do Araguaia/PA, para ações de Defesa Civil, para até 14/10/2019.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

### PORTARIA Nº 1.039, DE 16 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59053.000783/2017-13, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previsto no art. 5º da Portaria n. 120, de 20 de março de 2018, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Marapanim - PA, para ações de Defesa Civil, para até 19/08/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

### PORTARIA Nº 1.040, DE 16 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria n. 384, de 23 de outubro de 2014 , e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59053.000041/2016-07, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previsto no art. 4° da Portaria n. 16, de outubro de 2017, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Navegantes/SC, para ações de Defesa Civil, para até 11/10/2019.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

### PORTARIA Nº 1.043, DE 16 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59053.000633/2017-00, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 157, de 13 de abril de 2018, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Itupiranga - PA, para ações de Defesa Civil, para até 13/07/2019.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

### PORTARIA Nº 1.045, DE 17 DE ABRIL DE 2019

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Luzia-MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Santa Luzia-MG, no valor de R$ 958.390,44 (novecentos e cinquenta e oito mil trezentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.002968/2019-26.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

### PORTARIA Nº 1.047, DE 17 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

| UF | Município | Desastre | Decreto | Data | Processo |
|---|---|---|---|---|---|
| BA | Jaguaquara | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 052 | 18/02/2019 | 59051.006662/2019-59 |
| MG | Itacarambi | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 19 | 06/03/2019 | 59051.006783/2019-09 |
| PA | Paragominas | Tempestade Local Convectiva/Chuvas intensas - 1.3.2.1.4 | 191 | 23/03/2019 | 59051.006731/2019-24 |

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

## COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DA ATA DA 265ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2019**

Objeto: Às nove horas do dia 13 de março de 2019, na sala de reuniões dos Órgãos Colegiados, no térreo do Edifício Deputado Manoel Novaes, localizado no SGAN/Norte - Quadra 601, Conjunto "I", Brasília-DF, realizou-se a 265ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, sob a presidência de Domingos Romeu Andreatta, representante do Ministério de Minas e Energia, em conformidade com o disposto no § 3º do artigo 58 do Estatuto da Codevasf. Estavam presentes Ana Arminda Souza Regis, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Simião Estelita Sá de Oliveira, representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e Maria da Conceição da Silva, representante dos Empregados da Codevasf. (...) III - ASSUNTOS DE ORDEM GERAL: O Diretor-Presidente da Codevasf, Antonio Avelino Rocha de Neiva, entregou carta de renúncia ao Conselho de Administração que aceitou e registrou elogios a gestão dele como Presidente da Codevasf, que desenvolveu um excelente trabalho à frente da Companhia, encaminhando soluções para questões importantes como foi o caso de Itaparica e Jacaré -Curituba; realizou um evento para mostrar a Codevasf à sociedade, sempre buscou auxílio da Auditoria Interna e Assessoria Jurídica para tomadas de decisões e conduziu os assuntos com correção. De acordo com o Estatuto da Codevasf, Art. 68, "§1º Em caso de vacância, ausências ou impedimentos eventuais do diretor-presidente da Codevasf, o Conselho de Administração designará o substituto dentre os demais membros da Diretoria Executiva, até a nomeação de novo diretor-presidente". O Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura, Marco Aurélio Ayres Diniz foi indicado pelo Colegiado para responder pela Presidência da Codevasf até que seja indicado novo Diretor-Presidente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Luciana Narimatsu Ribeiro, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente e conselheiros. Assinaturas de Luciana Narimatsu Ribeiro, Domingos Romeu Andreatta, Simião Estelita Sá de Oliveira, Ana Arminda Souza Regis e Maria da Conceição da Silva. Esta Ata encontra-se disponível na íntegra no site http://www.codevasf.gov.br

# Ministério da Economia

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA Nº 170, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Disciplina a tramitação de propostas de atos normativos e de expedientes sujeitos à apreciação do Ministro e do Secretário-Executivo, no âmbito do Ministério da Economia, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, bem como considerando o disposto no Decreto no 9.679, de 2 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Portaria disciplina a tramitação de propostas de atos normativos e de expedientes diversos sujeitos à apreciação do Ministro ou do Secretário-Executivo.

§ 1º Para os fins desta Portaria, consideram-se propostas de atos normativos os projetos de:

I - emenda constitucional;
II - medida provisória;
III - lei complementar;
IV - lei ordinária;
V - decreto;
VI - portaria ministerial; e
VII - portaria interministerial.

§ 2º Para os fins desta Portaria, consideram-se propostas de expediente diverso todos os demais atos sujeitos à manifestação do Ministro ou do Secretário-Executivo.

§ 3º Não estão submetidos, à disciplina desta Portaria, os atos produzidos com base nas competências constantes de portaria de delegação.

§ 4º A Secretaria Executiva (SE) disciplinará, por ato próprio, os requisitos formais de instrução e trâmite dos atos normativos e expedientes no âmbito do Ministério.

Art. 2º As propostas sujeitas à apreciação ministerial serão submetidas ao Gabinete do Ministro por intermédio:

I - da SE, quando se tratar de ato normativo ou, sendo expediente diverso, seja de interesse ou competência próprios ou de mais de uma Secretaria Especial; ou

II - de Secretaria Especial, quando a proposta tratar de expediente diverso de sua exclusiva competência.

Parágrafo único. A Secretaria Especial, no exercício da competência de que trata o inciso II, observará o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º.

Art. 3º O proponente, no âmbito de sua respectiva competência, deverá observar os seguintes requisitos indispensáveis ao envio de propostas:

I - expediente subscrito:
a) pelo titular do órgão singular;
b) pela autoridade máxima do colegiado; ou
c) da entidade vinculada, quando for o caso, referendado pelo respectivo Secretário Especial;

II - nota técnica contendo a motivação do ato e, quando couber, informação sobre eventual:
a) impacto fiscal ou restrição à gestão orçamentária e financeira; e
b) prazo limite de conclusão ou de publicação;

III - minuta do texto normativo, com a respectiva exposição de motivos, ou do ato a ser subscrito pelo Ministro ou Secretário-Executivo.

§ 1º Para os fins do disposto na alínea "a" do inciso II do caput, considera-se:

I - impacto fiscal: a criação ou elevação de despesa, de dívida, ou de qualquer passivo contingente, decorrente inclusive de participações societárias, seguro de crédito e garantias concedidas ou recebidas, no presente ou no futuro, bem como a redução de receitas, de ativos ou de outros haveres, no presente ou no futuro; e

II - restrição à gestão orçamentária e financeira: a vinculação ou obrigatoriedade de aplicação de recursos, bem como restrições ao poder decisório de gestão da execução orçamentária e financeira ou à operacionalidade da arrecadação de recursos públicos.

§ 2º Os requisitos previstos no caput também se aplicam às propostas de atos normativos e de expedientes a serem adotados com base em delegação de competência do Ministro.

Art. 4º A SE após o recebimento da proposta de ato, quando couber, consultará as áreas competentes do Ministério para avaliação técnica e jurídica, fixando prazo compatível com a complexidade da demanda, se necessário.

Parágrafo único. A submissão da proposta de ato à análise jurídica ocorrerá, preferencialmente, após a avaliação técnica de todos os órgãos envolvidos.

Art. 5º A SE examinará a proposta, bem como as respectivas manifestações.

§ 1º Não havendo óbices formais e estando compatível com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Ministro, a proposta será encaminha ao Gabinete do Ministro para despacho.

§ 2º A SE poderá promover correções de erros materiais ou formais, devidamente registradas em nota, nas propostas a serem submetidas ao Gabinete do Ministro, para despacho, dispensando-se nova manifestação das áreas técnicas ou jurídicas nestas hipóteses.

§ 3º A SE poderá, ainda, dirimir eventuais divergências e solicitar esclarecimentos adicionais, em prazo razoável, fixado conforme a urgência da demanda, ou articular com os órgãos interessados os ajustes necessários nas propostas.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 510, de 23 de novembro de 2017, do Ministério da Fazenda.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

**PORTARIA Nº 171, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Delega competências ao Secretário Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT do Ministério da Economia em matérias afetas ao seu âmbito de atuação.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, bem como o disposto na Medida Provisória nº 870, de 1 de janeiro de 2019, no Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT competência para:

I - decidir sobre criação, extinção, alteração de localização e instalação de:
a) Serviços Regionais de Perícia Médica Federal;
b) Gerências e Agências Regionais do Trabalho;
c) Gerências-Executivas do INSS;
d) Núcleos Regionais de Inteligência Previdenciária e Trabalhista;
e) Juntas de Recurso vinculadas ao Conselho de Recursos de Previdência Social; e,
f) Agências e Gerências vinculadas as Superintendências Regionais do Trabalho

II - decidir sobre a localização de:
a) Coordenações Regionais da Perícia Médica Federal; e,
b) Superintendências Regionais do INSS;

III - praticar, em articulação com a Secretaria de Gestão Corporativa do Ministério da Economia, os atos necessários à definição da localidade de desempenho das atividades:

a) dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, em exercício na Secretaria de Previdência, bem como ao retorno à unidade de lotação na Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma dos arts. 4º e 5º do Decreto nº 6.131, de 21 de junho de 2007;

b) dos Peritos Médicos Federais, em exercício na Secretaria de Previdência;

IV - estabelecer procedimentos operacionais, termos, prazos e informações a serem atendidas pelos trabalhadores e empregadores visando a concessão do seguro-desemprego e pagamento do abono salarial de que trata a Lei nº 7.998/1990 e a Lei nº 10.779/2003, regulada pelo Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015;

V - autorizar o funcionamento de empresas aos domingos e feriados civis e religiosos de tratam o art. 1º do Decreto 83.842/79;

VI - aprovar planos de trabalho, bem como celebrar acordos de cooperação técnica e termos de execução descentralizada;

VII - estabelecer regras, procedimentos operacionais, termos, prazos e informações a serem atendidas pelas empresas relativas ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), instituído pela Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, e à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), estabelecida pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, bem como aprovar as instruções para essas declarações;

VIII - dar cumprimento a decisões judiciais na sua área atuação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

**PORTARIA Nº 172, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Subdelega competência ao Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia para a prática dos atos que especifica.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, incisos I, II, III e V, do Decreto nº 9.702, de 8 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º Subdelegar ao Secretário Especial de Fazenda, em seu âmbito de atuação, a competência para os seguintes assuntos:

I - a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2019, de que trata o caput do art. 47 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018;

II - a alteração de Grupos de Natureza de Despesa - GND decorrentes da abertura ou da reabertura de créditos extraordinários durante o exercício de 2019, de que trata o § 2º do art. 49 da Lei nº 13.707, de 2018;

III - a reabertura dos créditos especiais em favor de órgãos do Poder Executivo federal, de que trata o art. 52 da Lei nº 13.707, de 2018, observado o disposto no § 2º do art. 167 da Constituição; e

IV - a transposição, o remanejamento ou a transferência, total ou parcial, das dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentaria Anual 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e de entidades da administração pública federal, além de alterações de suas competências ou de suas atribuições, de que trata o art. 54 da Lei nº 13.707, de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

**PORTARIA Nº 173, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a nomeação de 1 (um) candidato no cargo de Administrador, da Carreira de Previdência, Saúde e Trabalho, do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Saúde, em razão de classificação e aprovação em concurso público autorizado pela Portaria n° 270, de 19 de setembro de 2016, objeto do Edital nº 7, de 25 de novembro de 2016, prorrogado por 1 (um) ano, até o dia 15 de agosto de 2019 mediante Edital nº 9/2018, de 09 de agosto de 2018.

Art. 2º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para imediata nomeação do candidato a que se refere o art. 1º será do Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, a quem caberá baixar a respectiva portaria de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

**PORTARIA Nº 174, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, e em cumprimento a decisão judicial exarada pela 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro-RJ, no Processo Judicial nº 0039529-95.2016.4.02.5101, resolve:

Art.1º Autorizar a nomeação, sub judice, de 1 (um) candidato no cargo de Técnico O-I, área de atuação - Técnico de Radioterapia, no Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Saúde, em razão de classificação em concurso público, objeto do Edital nº 4, de 13 de outubro de 2014, prorrogado por mais dois anos mediante Portaria MP nº 48, de 21 de março de 2017.

Art. 2º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para imediata nomeação do candidato a que se refere o art. 1º será do Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, a quem caberá baixar a respectiva portaria de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

## 1ª SEÇÃO

## 1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Pauta de julgamentos dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 07 DE MAIO DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ANDREA MACHADO MILLAN

1 - Processo nº: 10680.900545/2007-44 - Embargante: ATRIUM EMPRESA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

2 - Processo nº: 16327.001258/2003-31 - Recorrente: BANCO BANDEIRANTES S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10835.900011/2008-98 - Recorrente: RETIFICA BOA ESTRELA LTDA- EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10640.907665/2009-19 - Recorrente: PRO-RENAL CENTRO DE NEFROLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 15374.921405/2009-59 - Recorrente: AFTON CHEMICAL INDUSTRIA DE ADITIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 13830.902870/2009-31 - Recorrente: AGRO PECUARIA HS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10845.721290/2012-92 - Recorrente: FAZENDINHA MECANICA EM GERAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 13227.900950/2009-70 - Recorrente: ASSESSORTEC ASSISTENCIA FISCO CONTABIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE MAIO DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ANDREA MACHADO MILLAN

9 - Processo nº: 10120.902835/2009-30 - Recorrente: FERTIVERDE ACREUNA - COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10909.900015/2008-65 - Recorrente: MOTORES TREVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 16327.903364/2008-66 - Recorrente: PORTO SEGURO VIDA E PREVIDENCIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

12 - Processo nº: 15374.900262/2008-61 - Recorrente: MONTE CRISTALINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10980.917238/2008-07 - Recorrente: HAPNER E KROETZ PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 13116.901038/2009-92 - Recorrente: PRECON GOIAS INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 13116.901037/2009-48 - Recorrente: PRECON GOIAS INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10783.901905/2009-39 - Recorrente: INTERFRUIT ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 08 DE MAIO DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

17 - Processo nº: 10845.900640/2006-37 - Recorrente: FONTEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10166.904074/2009-24 - Recorrente: POLIMAQ EQUIPAMENTOS AGRO INDUSTRIAIS LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10835.900009/2008-19 - Recorrente: RETIFICA BOA ESTRELA LTDA- EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 16098.000203/2007-89 - Recorrente: ACAI ASSESSORIA E CONSULTORIA ADM E DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10467.902830/2009-96 - Recorrente: PROJECTA MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10380.912315/2011-99 - Recorrente: ALEJANDRO TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10825.901641/2008-07 - Recorrente: JORNAL DA CIDADE DE BAURU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10983.901159/2008-46 - Embargante: JURERE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E SERVICOS LTDA

25 - Processo nº: 10983.901242/2008-15 - Embargante: JURERE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E SERVICOS LTDA

DIA 08 DE MAIO DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

26 - Processo nº: 10580.902873/2008-94 - Recorrente: CLINICA DRA LAILA TUFFI HASSAN ARRUDA LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10580.902608/2008-14 - Recorrente: CLINICA DRA LAILA TUFFI HASSAN ARRUDA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10580.902709/2008-87 - Recorrente: CLINICA DRA LAILA TUFFI HASSAN ARRUDA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10580.902213/2008-11 - Recorrente: CLINICA DRA LAILA TUFFI HASSAN ARRUDA LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10580.903089/2008-01 - Recorrente: CLINICA DRA LAILA TUFFI HASSAN ARRUDA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10580.902747/2008-30 - Recorrente: CLINICA DRA LAILA TUFFI HASSAN ARRUDA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10580.902326/2008-17 - Recorrente: CLINICA DRA LAILA TUFFI HASSAN ARRUDA LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10580.902247/2008-06 - Recorrente: CLINICA DRA LAILA TUFFI HASSAN ARRUDA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 09 DE MAIO DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

34 - Processo nº: 10580.902328/2008-06 - Recorrente: CLINICA DRA LAILA TUFFI HASSAN ARRUDA LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): SERGIO ABELSON

35 - Processo nº: 10880.927816/2010-58 - Recorrente: BECOAL PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10880.933872/2009-98 - Recorrente: BECOAL PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10880.940107/2012-20 - Recorrente: BECOAL PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10880.948127/2011-68 - Recorrente: BECOAL PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10480.905205/2011-42 - Recorrente: EXITO PARTICIPACOES SOCIETARIAS E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10480.906803/2011-39 - Recorrente: EXITO PARTICIPACOES SOCIETARIAS E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10480.906804/2011-83 - Recorrente: EXITO PARTICIPACOES SOCIETARIAS E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 09 DE MAIO DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): SERGIO ABELSON

42 - Processo nº: 10480.907337/2011-17 - Recorrente: EXITO PARTICIPACOES SOCIETARIAS E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 13603.902774/2010-18 - Recorrente: REAL GUINDASTES E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 13603.902775/2010-54 - Recorrente: REAL GUINDASTES E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 13603.902776/2010-07 - Recorrente: REAL GUINDASTES E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 13603.902777/2010-43 - Recorrente: REAL GUINDASTES E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10825.900045/2009-82 - Recorrente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10825.900889/2009-23 - Recorrente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10825.900890/2009-58 - Recorrente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10825.900891/2009-01 - Recorrente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ROBERTO CARLOS DE ABREU COSTA
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento
Substituto

SERGIO ABELSON
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 1ª Seção

## 2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Pauta de julgamentos dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 07 DE MAIO DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): AILTON NEVES DA SILVA

1 - Processo nº: 15374.921406/2009-01 - Recorrente: AFTON CHEMICAL INDÚSTRIA DE ADITIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13768.000105/2009-85 - Recorrente: CASA TAQUETAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 13768.000106/2009-20 - Recorrente: CASA TAQUETAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 13768.000107/2009-74 - Recorrente: CASA TAQUETAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10830.906607/2008-41 - Recorrente: CLEANIC AMBIENTAL COMERCIO E SERVICOS DE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10830.906604/2008-16 - Recorrente: CLEANIC AMBIENTAL COMERCIO E SERVICOS DE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10830.906606/2008-05 - Recorrente: CLEANIC AMBIENTAL COMERCIO E SERVICOS DE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10830.906605/2008-52 - Recorrente: CLEANIC AMBIENTAL COMERCIO E SERVICOS DE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 11080.905833/2015-27 - Recorrente: COMERCIAL BOM DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 11080.905835/2015-16 - Recorrente: COMERCIAL BOM DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 11080.905832/2015-82 - Recorrente: COMERCIAL BOM DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 11080.905837/2015-13 - Recorrente: COMERCIAL BOM DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 11080.905836/2015-61 - Recorrente: COMERCIAL BOM DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 11080.905834/2015-71 - Recorrente: COMERCIAL BOM DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 11080.905830/2015-93 - Recorrente: COMERCIAL BOM DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 11080.905831/2015-38 - Recorrente: COMERCIAL BOM DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE MAIO DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): AILTON NEVES DA SILVA

17 - Processo nº: 10120.911391/2012-29 - Recorrente: CONVIG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10120.913130/2011-62 - Recorrente: CONVIG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10120.905692/2011-32 - Recorrente: CONVIG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10120.905693/2011-87 - Recorrente: CONVIG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10120.905691/2011-98 - Recorrente: CONVIG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10945.901744/2012-89 - Recorrente: DABOL INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10945.901979/2012-71 - Recorrente: DABOL INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10945.901978/2012-26 - Recorrente: DABOL INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10945.901745/2012-23 - Recorrente: DABOL INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10120.902834/2009-95 - Recorrente: FERTIVERDE ACREUNA - COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10120.901928/2009-47 - Recorrente: FERTIVERDE ACREUNA - COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10120.901929/2009-91 - Recorrente: FERTIVERDE ACREUNA - COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10680.912559/2009-72 - Recorrente: FUNDACAO SIDERTUBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10680.913421/2009-91 - Recorrente: FUNDACAO SIDERTUBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10680.913419/2009-11 - Recorrente: FUNDACAO SIDERTUBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10680.913422/2009-35 - Recorrente: FUNDACAO SIDERTUBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 08 DE MAIO DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): AILTON NEVES DA SILVA
33 - Processo nº: 10240.720384/2016-87 - Recorrente: G N DE SOUZA EVENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10510.901812/2009-14 - Recorrente: H DANTAS COMERCIO NAVEGACAO E INDÚSTRIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 16327.900610/2009-17 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10380.901978/2015-10 - Recorrente: LIMA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10380.901977/2015-67 - Recorrente: LIMA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10380.901975/2015-78 - Recorrente: LIMA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10380.901979/2015-56 - Recorrente: LIMA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10380.901976/2015-12 - Recorrente: LIMA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10580.912495/2009-38 - Recorrente: MEDGATE-SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10580.912491/2009-50 - Recorrente: MEDGATE-SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10580.912487/2009-91 - Recorrente: MEDGATE-SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10580.912496/2009-82 - Recorrente: MEDGATE-SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10783.913999/2009-99 - Recorrente: MONNA INDÚSTRIA DE VESTUARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10783.900649/2010-04 - Recorrente: MONNA INDÚSTRIA DE VESTUARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10783.916383/2009-70 - Recorrente: MONNA INDÚSTRIA DE VESTUARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10783.900648/2010-51 - Recorrente: MONNA INDÚSTRIA DE VESTUARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 08 DE MAIO DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): AILTON NEVES DA SILVA
49 - Processo nº: 10855.901663/2015-31 - Recorrente: TELCON FIOS E CABOS PARA TELECOMUNICACOES S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10855.901665/2015-20 - Recorrente: TELCON FIOS E CABOS PARA TELECOMUNICACOES S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10855.901664/2015-85 - Recorrente: TELCON FIOS E CABOS PARA TELECOMUNICACOES S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10855.901662/2015-96 - Recorrente: TELCON FIOS E CABOS PARA TELECOMUNICACOES S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10855.901661/2015-41 - Recorrente: TELCON FIOS E CABOS PARA TELECOMUNICACOES S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10855.901660/2015-05 - Recorrente: TELCON FIOS E CABOS PARA TELECOMUNICACOES S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
55 - Processo nº: 10073.901878/2008-20 - Recorrente: ACQUATUR SERVICOS DE TURISMO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10280.901681/2010-60 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DO PARA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 11080.000008/2006-43 - Recorrente: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 14033.000622/2009-10 - Recorrente: CABAL BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10865.903924/2008-17 - Recorrente: CENTRAL DE SERVICOS E REPRESENTACOES ALEGRETE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 11040.500462/2005-95 - Recorrente: COMERCIAL DE LAS VOVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10410.000117/2002-95 - Recorrente: COMP ENERGETICA DE ALAGOAS CEAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10880.900602/2008-10 - Recorrente: COMPANHIA INDUSTRIAL CARBONOS E FITAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 09 DE MAIO DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
63 - Processo nº: 13510.000451/2008-02 - Recorrente: DACIO DINALDO COUTINHO MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10283.907605/2009-02 - Recorrente: ELGIN COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10283.907604/2009-50 - Recorrente: ELGIN COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 14411.000002/2009-18 - Recorrente: ENESA TURISMO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10680.002052/2003-13 - Recorrente: ENGESOLO ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13005.900044/2008-07 - Recorrente: ESTACAO RODOVIARIA DE RIO PARDO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10925.000659/2005-19 - Recorrente: HOTEL CEL BERTASO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 11070.900029/2008-41 - Recorrente: IASSUN GAITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 16327.900956/2008-26 - Recorrente: INVESTFOMENTO MERCANTIL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13502.901989/2009-16 - Recorrente: MONSANTO NORDESTE INDÚSTRIA E COMERCIO D e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10283.000929/2007-48 - Recorrente: MINICIPIO DE CAREIRO DA VARZEA P M e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10783.915536/2009-61 - Recorrente: NEXA TECNOLOGIA & OUTSOURCING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10640.901432/2008-13 - Recorrente: PALMEIRA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 15374.908179/2008-30 - Recorrente: RACIMEC ELETRONICA E SERVICOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 09 DE MAIO DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
77 - Processo nº: 10680.720423/2005-12 - Recorrente: RC COMUNICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13706.001374/2007-21 - Recorrente: RIO DESIGN BARRA SHOPPING CENTER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13709.002052/2003-46 - Recorrente: ROCHA E FILHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 11030.001308/2006-35 - Recorrente: SBC ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10730.003891/2002-35 - Recorrente: SGA NITEROI VEICULOS E PECAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10768.908978/2006-05 - Recorrente: SIDERAL COMERCIO E LOGISTICA INTERNACIONAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10980.004113/2007-26 - Recorrente: SITA CONCREBRAS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10880.900044/2008-92 - Recorrente: SUPREV - SERVICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PREVIDENCIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 16707.002172/2007-85 - Recorrente: TELERN CELULAR S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 16707.002175/2007-19 - Recorrente: TELERN CELULAR S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ROBERTO CARLOS DE ABREU COSTA
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento
Substituto

AILTON NEVES DA SILVA
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 1ª Seção

## 3ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Pauta de julgamentos dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 07 DE MAIO DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CARMEN FERREIRA SARAIVA
1 - Processo nº: 10660.900163/2006-78 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 15374.901579/2008-14 - Recorrente: O REI DOS AZULEJOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 15374.901664/2008-82 - Recorrente: O REI DOS AZULEJOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 15374.903932/2008-09 - Recorrente: O REI DOS AZULEJOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10469.901328/2009-48 - Recorrente: PAR ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10510.901627/2008-49 - Recorrente: COLEGIO ESPIRITO SANTO LTDA-EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10735.908328/2011-04 - Recorrente: CASA TILIM DE CEREAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10735.908330/2011-75 - Recorrente: CASA TILIM DE CEREAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10735.908331/2011-10 - Recorrente: CASA TILIM DE CEREAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10735.908332/2011-64 - Recorrente: CASA TILIM DE CEREAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 11020.914741/2009-02 - Recorrente: ABIBI , STURMER & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 11020.914742/2009-49 - Recorrente: ABIBI , STURMER & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13888.901787/2008-06 - Recorrente: MARCONILAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13888.901788/2008-42 - Recorrente: MARCONILAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 13888.901789/2008-97 - Recorrente: MARCONILAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 14112.000278/2010-12 - Recorrente: DIJEX COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10680.720187/2009-50 - Recorrente: BRAFER INVESTIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE MAIO DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CARMEN FERREIRA SARAIVA
18 - Processo nº: 17324.000053/2009-17 - Recorrente: LIMA BORGES & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10880.900177/2008-69 - Recorrente: ITAMBE PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO IMOBILIARIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10880.904193/2009-10 - Recorrente: POLOPOS ENGENHARIA E COMERCIO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10920.903312/2008-12 - Recorrente: LED EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 11020.900039/2006-19 - Recorrente: DAF INDÚSTRIA METALURGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 16027.000181/2009-52 - Recorrente: GAPLAN PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13558.900656/2008-35 - Recorrente: DELFI CACAU BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 11080.928420/2009-72 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
26 - Processo nº: 11020.903201/2009-95 - Recorrente: BRASDIESEL SA COMERCIAL E IMPORTADORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10880.914242/2009-14 - Recorrente: CAP ADMINISTRACAO PARTICIPACAO S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10384.902423/2008-18 - Recorrente: CERAMICA BLOCO FORTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10384.902424/2008-62 - Recorrente: CERAMICA BLOCO FORTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10830.912677/2012-15 - Recorrente: GARDNER DENVER NASH BRASIL INDÚSTRIA E COMERCIO DE BOMBAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10680.900211/2008-51 - Recorrente: HOSPITAL ORTOPEDICO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 15374.901564/2009-37 - Recorrente: INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10783.908627/2010-84 - Recorrente: LEVANTINA NATURAL STONE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10930.901639/2008-22 - Recorrente: MARCO AVICULTURA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 08 DE MAIO DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
35 - Processo nº: 10980.902922/2011-81 - Recorrente: MASTERCORP DO BRASIL EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10980.910826/2008-10 - Recorrente: MELISSA TRANSPORTES E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10983.910252/2011-47 - Recorrente: METHAFORA S/S PURA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10746.900952/2009-10 - Recorrente: PETRO-POSTOS DE ABASTECIMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10680.903928/2012-31 - Recorrente: REPRESENTACOES SOUZA AGUIAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10380.902463/2008-08 - Recorrente: RHOMED COMERCIO E REPRES DE MATERIAL MED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10380.902271/2008-93 - Recorrente: RHOMED COMERCIO E REPRES DE MATERIAL MED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 16327.901758/2010-02 - Recorrente: SANTANDER BANESPA COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 14033.000304/2009-41 - Recorrente: SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 15374.970533/2009-26 - Recorrente: SOLPART PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10480.900491/2008-54 - Recorrente: SUPRANOR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10783.903443/2008-11 - Recorrente: TUBOS SOLDADOS ATLANTICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10925.904734/2012-33 - Recorrente: UNIMED CACADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DA REGIAO DO CONTESTADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10835.903432/2009-51 - Recorrente: V. MUCHIUTT VEICULOS E PECAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BARBARA SANTOS GUEDES
49 - Processo nº: 10936.000502/2011-02 - Recorrente: IDEIA PUBLICIDADE E PROPAGANDA SC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10936.721770/2012-34 - Recorrente: TYBERE DURKS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 11065.720793/2010-29 - Recorrente: IRMAOS NEUVALD ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 08 DE MAIO DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): BARBARA SANTOS GUEDES
52 - Processo nº: 13821.720015/2011-37 - Recorrente: JOAO BERNARDO DE SOUZA CONFECCOES ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13921.720101/2011-11 - Recorrente: PRE-MOLDADOS SANTA RITA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10166.900374/2008-53 - Recorrente: BRASAL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10166.911810/2009-09 - Recorrente: HC PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10166.911811/2009-45 - Recorrente: HC PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10218.900296/2009-15 - Recorrente: CRAI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10283.903681/2009-31 - Recorrente: SOCIEDADE FOGAS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10530.900519/2008-11 - Recorrente: OESTE REPRESENTACOES AGRICOLAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10530.900557/2008-73 - Recorrente: OESTE REPRESENTACOES AGRICOLAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10680.933982/2009-14 - Recorrente: MIP ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10830.900497/2008-12 - Recorrente: AGUIRRE MEDICINA DO TRABALHO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10845.724894/2014-52 - Recorrente: MARITIMA - TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10845.724898/2014-31 - Recorrente: MARITIMA - TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10855.900095/2009-11 - Recorrente: NIPRO MEDICAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10855.900934/2009-92 - Recorrente: NIPRO MEDICAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10855.905544/2012-12 - Recorrente: ALEXANDRE MIGUEL CONSTRUCOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10880.907584/2008-05 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 09 DE MAIO DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): BARBARA SANTOS GUEDES
69 - Processo nº: 10920.903416/2009-08 - Recorrente: ELETROPOLL ELETRODUTOS METALICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10983.901397/2006-90 - Recorrente: SIDERURGICA CATARINENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 11516.722455/2013-19 - Recorrente: BLOCO CARNAVALESCO UNIAO DA ILHA DE SANTA CATARINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13603.906233/2009-17 - Recorrente: DENSO SISTEMAS TERMICOS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13830.901173/2009-62 - Recorrente: WATERCRYL QUIMICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13851.902393/2009-65 - Recorrente: ANTONIO GRAZIOSI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 15374.915708/2008-51 - Recorrente: CROWLEY BROADCAST ANALYSIS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 15374.916658/2008-20 - Recorrente: MADEX REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 15983.000334/2006-38 - Recorrente: RLM COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 18470.907439/2012-36 - Recorrente: SANIPLAN LABORATORIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURITANIA ELVIRA DE SOUSA MENDONCA
79 - Processo nº: 11020.902907/2012-35 - Recorrente: AIDA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 15374.901558/2008-07 - Recorrente: A IMPECAVEL ROUPAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13851.903966/2009-78 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS BRITANICOS DE SAO CARLOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13851.903965/2009-23 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS BRITANICOS DE SAO CARLOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10835.901114/2009-56 - Recorrente: CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10680.915728/2009-26 - Recorrente: COLINA - ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13573.000011/2009-93 - Recorrente: COOPEC COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE POCO VERDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 09 DE MAIO DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MAURITANIA ELVIRA DE SOUSA MENDONCA
86 - Processo nº: 15374.964144/2009-61 - Recorrente: FDA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 15374.964146/2009-51 - Recorrente: FDA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 15374.964145/2009-14 - Recorrente: FDA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 15374.970255/2009-15 - Recorrente: FDA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13628.720354/2013-71 - Recorrente: FERREIRA PENNA DISTRIBUIDOR DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10640.903342/2008-67 - Recorrente: FLEIPAN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10980.918346/2009-70 - Recorrente: INCEPA REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10980.918348/2009-69 - Recorrente: INCEPA REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10980.918349/2009-11 - Recorrente: INCEPA REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 13971.900857/2008-51 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO AUXILIADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10783.901906/2009-83 - Recorrente: INTERFRUIT ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 13971.910805/2009-74 - Recorrente: IRIANNA ADMINISTRACAO E REPRESENTACOES L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10850.900331/2012-36 - Recorrente: ITAPUA-EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10384.900310/2008-88 - Recorrente: JELTA VEICULOS E MAQUINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10680.914881/2008-55 - Recorrente: MAIRENGINEERING DO BRASIL CONSTRUCAO E A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10140.904443/2009-77 - Recorrente: NET WORK SERVICES INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10855.900096/2009-57 - Recorrente: NIPRO MEDICAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10855.900933/2009-48 - Recorrente: NIPRO MEDICAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 13884.903545/2009-60 - Recorrente: ORTOCLINICA SERVICOS MEDICOS E CIRURGICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 11080.910723/2012-34 - Recorrente: STRUCTURAL INCORPORACOES E CONSTRUCOES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ROBERTO CARLOS DE ABREU COSTA
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento
Substituto

CARMEN FERREIRA SARAIVA
Presidente da 3ª Turma Extraordinária da 1ª Seção

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

### CIRCULAR Nº 24, DE 17 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 e o contido no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, especialmente o previsto nos arts. 5º e 112, decide:

1. No âmbito do Processo SECEX 52272.001881/2018-17, relativo à revisão de medida antidumping aplicada sobre as importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizados para oleodutos e gasodutos, com diâmetro externo superior a 5 (cinco) polegadas nominais (141,3 mm), mas não superior a 14 (quatorze) polegadas nominais (355,6 mm), comumente classificadas no item 7304.19.00, originárias da República Popular da China, tornar públicos os prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013:

| Disposição legal Decreto nº 8.058/2013 | Prazos | Datas previstas |
|---|---|---|
| Art. 59 | Encerramento da fase probatória da revisão. | 23/05/2019 |
| Art. 60 | Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos. | 12/06/2019 |
| Art. 61 | Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final. | 02/07/2019 |
| Art. 62 | Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo. | 22/07/2019 |
| Art. 63 | Expedição, pelo SDCOM, do parecer de determinação final. | 08/08/2019 |

2. No âmbito do Processo SECEX 52272.001882/2018-61, prorrogar por até dois meses, a partir de 1º de setembro de 2019, o prazo para conclusão da revisão de final de período do direito antidumping aplicado às exportações para o Brasil de etanolaminas, comumente classificadas nos subitens 2922.11.00 e 2922.15.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da Alemanha e dos Estados Unidos da América, e tornar públicos os prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013:

| Disposição legal Decreto nº 8.058/2013 | Prazos | Datas previstas |
|---|---|---|
| Art. 59 | Encerramento da fase probatória da revisão. | 25/07/2019 |
| Art. 60 | Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos. | 14/08/2019 |
| Art. 61 | Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final. | 03/09/2019 |
| Art. 62 | Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo. | 23/09/2019 |
| Art. 63 | Expedição, pelo SDCOM, do parecer de determinação final. | 11/10/2019 |

3. No âmbito do Processo SECEX 52272.001959/2018-01, prorrogar por até dois meses, a partir de 29 de setembro de 2019, o prazo para conclusão da revisão de final de período do direito antidumping aplicado às exportações para o Brasil de alto-falantes, comumente classificadas nos itens 8518.21.00, 8518.22.00 e 8518.29.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China, e tornar públicos os prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013:

| Disposição legal Decreto nº 8.058/2013 | Prazos | Datas previstas |
|---|---|---|
| Art. 59 | Encerramento da fase probatória da revisão. | 22/08/2019 |
| Art. 60 | Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos. | 11/09/2019 |
| Art. 61 | Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final. | 1º/10/2019 |
| Art. 62 | Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo. | 21/10/2019 |
| Art. 63 | Expedição, pelo SDCOM, do parecer de determinação final. | 07/11/2019 |

LUCAS FERRAZ

**CIRCULAR Nº 25, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no artigo 63 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX nº 52272.001504/2018-88 e a instauração da avaliação de interesse público para aço GNO, por meio da Circular nº 23, de 15 de abril de 2019, publicada em 17 de abril de 2019, e do Parecer SEI 4/2019/CGIP/SDCOM/SECEX/SECINT-ME, de 12 de abril de 2019, decide tornar público o novo prazo de expedição da determinação final no âmbito da investigação da prática de dumping nas exportações para o Brasil de aço GNO, comumente classificadas nos itens 7225.19.00 e 7226.19.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da Alemanha, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática:

| Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013 | Prazo | Data prevista |
|---|---|---|
| art. 63 | Expedição, pela SDCOM, do parecer de determinação final | 9 de julho de 2019 |

LUCAS FERRAZ

## SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA
## SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**PORTARIA Nº 20, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 45, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, e

Considerando a necessidade de ajuste de fontes de recursos no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, tendo em vista a premência de viabilizar a abertura de créditos suplementares, cujas programações a serem canceladas têm fontes de recursos incompatíveis com o objeto da suplementação pretendida, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, no que concerne ao Ministério da Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO I

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO ( ACRÉSCIMO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2087 | Transporte Terrestre | | | | | | | 37.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 26 782 | 2087 15PB | Participação da União na construção da Nova Subida da Serra de Petrópolis da BR 040/RJ - CONCER | | | | | | | 37.000.000 |
| 26 782 | 2087 15PB 0030 | Participação da União na construção da Nova Subida da Serra de Petrópolis da BR 040/RJ - CONCER - Na Região Sudeste | | | | | | | 37.000.000 |
| | | | F | 3 | 3 | 90 | 0 | 100 | 37.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 37.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 37.000.000 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO ( ACRÉSCIMO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2087 | Transporte Terrestre | | | | | | | 37.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 26 782 | 2087 10L1 | Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT | | | | | | | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 10L1 0051 | Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 9.250.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 174 | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 12KG | Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS | | | | | | | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 12KG 5066 | Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS - No Município de Santa Maria - RS | | | | | | | 9.250.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 174 | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 7530 | Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC | | | | | | | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 7530 0042 | Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 9.250.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 174 | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 7U22 | Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR | | | | | | | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 7U22 0041 | Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR - No Estado do Paraná | | | | | | | 9.250.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 174 | 9.250.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 37.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 37.000.000 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO ( ACRÉSCIMO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2017 | Aviação Civil | | | | | | | 140.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 26 781 | 2017 14UB | Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional | | | | | | | 140.000.000 |
| 26 781 | 2017 14UB 0001 | Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - Nacional | | | | | | | 90.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 50.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 186 | 20.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 188 | 20.000.000 |
| 26 781 | 2017 14UB 3577 | Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Guarujá - SP | | | | | | | 10.000.000 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | F | 4 | 3 | 40 | 0 | 186 | 10.000.000 |
| 26 781 | 2017 14UB 3853 | Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Ribeirão Preto - SP | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 30 | 0 | 186 | 10.000.000 |
| 26 781 | 2017 14UB 5230 | Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Dourados - MS | | | | | | | 30.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 186 | 30.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 140.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 140.000.000 |

ANEXO II

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura

UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO ( REDUÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2087 | Transporte Terrestre | | | | | | | 37.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 26 782 | 2087 15PB | Participação da União na construção da Nova Subida da Serra de Petrópolis da BR 040/RJ - CONCER | | | | | | | 37.000.000 |
| 26 782 | 2087 15PB 0030 | Participação da União na construção da Nova Subida da Serra de Petrópolis da BR 040/RJ - CONCER - Na Região Sudeste | | | | | | | 37.000.000 |
| | | | F | 3 | 3 | 90 | 0 | 174 | 37.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 37.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 37.000.000 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO ( REDUÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2087 | Transporte Terrestre | | | | | | | 37.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 26 782 | 2087 10L1 | Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT | | | | | | | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 10L1 0051 | Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 9.250.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 12KG | Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS | | | | | | | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 12KG 5066 | Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS - No Município de Santa Maria - RS | | | | | | | 9.250.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 7530 | Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC | | | | | | | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 7530 0042 | Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 9.250.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 7U22 | Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR | | | | | | | 9.250.000 |
| 26 782 | 2087 7U22 0041 | Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR - No Estado do Paraná | | | | | | | 9.250.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 9.250.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 37.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 37.000.000 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura

UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO ( REDUÇÃO ) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2017 | Aviação Civil | | | | | | | 140.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 26 781 | 2017 14UB | Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional | | | | | | | 140.000.000 |
| 26 781 | 2017 14UB 0001 | Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - Nacional | | | | | | | 90.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 20.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 186 | 70.000.000 |
| 26 781 | 2017 14UB 3577 | Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Guarujá - SP | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 40 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| 26 781 | 2017 14UB 3853 | Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Ribeirão Preto - SP | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 30 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| 26 781 | 2017 14UB 5230 | Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Dourados - MS | | | | | | | 30.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 188 | 20.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 140.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 140.000.000 |

## SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
## SECRETARIA DE TRABALHO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE INTEGRAÇÃO FISCAL E RECURSOS
## COORDENAÇÃO 1 DA CGIFR

### DESPACHO DE 17 DE ABRIL DE 2019

O Coordenador-Geral de Integração Fiscal e Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46206.004401/2017-80 | 211657778 | Conselho Federal de Corretores de Imóveis | DF |
| 2 | 46206.004402/2017-24 | 211657760 | Conselho Federal de Corretores de Imóveis | DF |
| 3 | 46206.004403/2017-79 | 211657794 | Conselho Federal de Corretores de Imóveis | DF |
| 4 | 46206.004404/2017-13 | 211657751 | Conselho Federal de Corretores de Imóveis | DF |
| 5 | 46206.004405/2017-68 | 211657743 | Conselho Federal de Corretores de Imóveis | DF |
| 6 | 46206.004973/2017-69 | 211923427 | Rede D'Or São Luiz S.A. | DF |
| 7 | 46238.000277/2016-25 | 208909516 | Atrizia Maria dos Santos 067.169.616-85 - ME | MG |
| 8 | 46238.000278/2016-70 | 208909532 | Atrizia Maria dos Santos 067.169.616-85 - ME | MG |
| 9 | 46238.000279/2016-14 | 208909541 | Atrizia Maria dos Santos 067.169.616-85 - ME | MG |
| 10 | 46401.001197/2015-77 | 208909559 | Atrizia Maria dos Santos 067.169.616-85 - ME | MG |
| 11 | 47747.013610/2015-06 | 208586474 | Campos e Campos Fitness Academia Ltda. - ME | MG |
| 12 | 47747.003907/2017-17 | 212008323 | Construtora Elipse Ltda. - ME | MG |
| 13 | 47747.003908/2017-61 | 212008340 | Construtora Elipse Ltda. - ME | MG |
| 14 | 47747.003909/2017-14 | 212008358 | Construtora Elipse Ltda. - ME | MG |
| 15 | 47747.003910/2017-31 | 212008374 | Construtora Elipse Ltda. - ME | MG |
| 16 | 47747.003911/2017-85 | 212008382 | Construtora Elipse Ltda. - ME | MG |
| 17 | 47747.003912/2017-20 | 212008391 | Construtora Elipse Ltda. - ME | MG |
| 18 | 46312.005024/2017-99 | 213690101 | Taxi Campo Grande Ltda. - ME | MS |
| 19 | 46312.005025/2017-33 | 213690110 | Taxi Campo Grande Ltda. - ME | MS |
| 20 | 46312.005027/2017-22 | 213690128 | Taxi Campo Grande Ltda. - ME | MS |
| 21 | 46312.005028/2017-77 | 213690136 | Taxi Campo Grande Ltda. - ME | MS |
| 22 | 46312.005029/2017-11 | 213690144 | Taxi Campo Grande Ltda. - ME | MS |
| 23 | 46312.005030/2017-46 | 213690152 | Taxi Campo Grande Ltda. - ME | MS |
| 24 | 46213.001424/2015-81 | 204669511 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 25 | 46213.022793/2014-27 | 204960282 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 26 | 46213.022794/2014-71 | 204960380 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 27 | 46213.022795/2014-16 | 204960801 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 28 | 46213.022796/2014-61 | 204959357 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 29 | 46213.022797/2014-13 | 204959284 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 30 | 46213.022798/2014-50 | 204959314 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 31 | 46213.022799/2014-02 | 204959136 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 32 | 46213.022800/2014-91 | 204958954 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 33 | 46213.022990/2014-46 | 204711631 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 34 | 46213.022993/2014-80 | 204995221 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 35 | 46213.022994/2014-24 | 204995230 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 36 | 46213.022995/2014-79 | 204995248 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 37 | 46213.022996/2014-13 | 204995256 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 38 | 46213.022997/2014-68 | 204995264 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 39 | 46213.022998/2014-11 | 204995272 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 40 | 46213.024349/2014-46 | 205026729 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 41 | 46213.024352/2014-60 | 205033512 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 42 | 46213.024354/2014-59 | 205026737 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 43 | 46213.024355/2014-01 | 205033504 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 44 | 46213.024375/2014-74 | 205026699 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 45 | 46213.024627/2014-65 | 205033491 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 46 | 46213.021739/2014-64 | 204893291 | Rodotur Turismo Ltda. | PE |
| 47 | 46213.023106/2014-91 | 205027300 | Rodotur Turismo Ltda. | PE |
| 48 | 46213.023107/2014-35 | 205026192 | Rodotur Turismo Ltda. | PE |
| 49 | 46213.023108/2014-80 | 205027326 | Rodotur Turismo Ltda. | PE |
| 50 | 46213.023109/2014-24 | 205027334 | Rodotur Turismo Ltda. | PE |
| 51 | 46213.023110/2014-59 | 205027342 | Rodotur Turismo Ltda. | PE |
| 52 | 46213.023111/2014-01 | 205027351 | Rodotur Turismo Ltda. | PE |
| 53 | 46213.023119/2014-60 | 204711665 | Rodotur Turismo Ltda. | PE |
| 54 | 46213.024358/2014-37 | 205027318 | Rodotur Turismo Ltda. | PE |
| 55 | 46213.024367/2014-28 | 205026605 | Rodotur Turismo Ltda. | PE |
| 56 | 46217.003011/2010-97 | 18339611 | Construtora Solares Ltda. | RN |
| 57 | 47157.001883/2016-21 | 210610298 | AHB Indústria Comércio e Representações Ltda. | RS |
| 58 | 47157.001884/2016-75 | 210610263 | AHB Indústria Comércio e Representações Ltda. | RS |
| 59 | 47157.001885/2016-10 | 210610247 | AHB Indústria Comércio e Representações Ltda. | RS |
| 60 | 47182.000308/2016-01 | 210532963 | C S Zorzi & Cia. Ltda. ME | RS |
| 61 | 47182.000309/2016-48 | 210532955 | C S Zorzi & Cia. Ltda. ME | RS |
| 62 | 47182.000310/2016-72 | 210532947 | C S Zorzi & Cia. Ltda. ME | RS |
| 63 | 46271.000144/2017-23 | 211101427 | Randon S.A. Implementos e Participações | RS |
| 64 | 46218.013083/2017-17 | 212683853 | Resguarda Segurança Patrimonial e Serviços Ltda. ME | RS |
| 65 | 46218.013084/2017-53 | 212683586 | Resguarda Segurança Patrimonial e Serviços Ltda. ME | RS |
| 66 | 46218.013085/2017-06 | 212655728 | Resguarda Segurança Patrimonial e Serviços Ltda. ME | RS |
| 67 | 46218.013086/2017-42 | 212655701 | Resguarda Segurança Patrimonial e Serviços Ltda. ME | RS |
| 68 | 46218.013087/2017-97 | 212655736 | Resguarda Segurança Patrimonial e Serviços Ltda. ME | RS |
| 69 | 46218.013088/2017-31 | 212655710 | Resguarda Segurança Patrimonial e Serviços Ltda. ME | RS |
| 70 | 46218.013089/2017-86 | 212725777 | Resguarda Segurança Patrimonial e Serviços Ltda. ME | RS |
| 71 | 46274.000170/2017-21 | 211203742 | Setelc Vigilância Especializada Ltda. | RS |
| 72 | 46274.000171/2017-76 | 211203670 | Setelc Vigilância Especializada Ltda. | RS |
| 73 | 46304.002712/2016-15 | 210498854 | Metalúrgica Duque S.A. | SC |
| 74 | 46304.002713/2016-60 | 210498781 | Metalúrgica Duque S.A. | SC |
| 75 | 46220.005497/2016-34 | 210217464 | Predilar Empreiteira de Mão de Obra Ltda. | SC |
| 76 | 46220.005499/2016-23 | 210217880 | Predilar Empreiteira de Mão de Obra Ltda. | SC |
| 77 | 46220.005500/2016-10 | 210218029 | Predilar Empreiteira de Mão de Obra Ltda. | SC |
| 78 | 46220.005501/2016-64 | 210218126 | Predilar Empreiteira de Mão de Obra Ltda. | SC |
| 79 | 46220.005502/2016-17 | 210218185 | Predilar Empreiteira de Mão de Obra Ltda. | SC |
| 80 | 46220.005503/2016-53 | 210218282 | Predilar Empreiteira de Mão de Obra Ltda. | SC |
| 81 | 46255.002040/2015-90 | 207136718 | Leico's Food Comércio de Alimentos Ltda. | SP |
| 82 | 46255.002046/2015-67 | 207135517 | Leico's Food Comércio de Alimentos Ltda. | SP |
| 83 | 46263.003391/2014-38 | 204222940 | Treviso Decorações Ltda. - EPP | SP |
| 84 | 46263.003392/2014-82 | 204222974 | Treviso Decorações Ltda. - EPP | SP |
| 85 | 46263.003393/2014-27 | 204223024 | Treviso Decorações Ltda. - EPP | SP |
| 86 | 46258.003052/2016-92 | 210276045 | Umoe Bioenergy S.A. | SP |
| 87 | 46401.001186/2015-97 | 208672435 | Usinorte Usinagem Ltda. - EPP | SP |
| 88 | 46401.001187/2015-31 | 208672338 | Usinorte Usinagem Ltda. - EPP | SP |
| 89 | 46401.001188/2015-86 | 208672346 | Usinorte Usinagem Ltda. - EPP | SP |
| 90 | 46401.001189/2015-21 | 208672303 | Usinorte Usinagem Ltda. - EPP | SP |
| 91 | 46401.001190/2015-55 | 208672320 | Usinorte Usinagem Ltda. - EPP | SP |
| 92 | 46401.001191/2015-08 | 208672389 | Usinorte Usinagem Ltda. - EPP | SP |
| 93 | 46226.022048/2013-58 | 202252256 | Município de Chapada da Natividade | TO |
| **Nº** | PROCESSO | NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS | EMPRESA | UF |
| 1 | 46281.001261/2017-95 | 200.979.779 | Ribeiro Logística e Transportes Ltda. - EPP | BA |
| 2 | 46206.004400/2017-35 | 200.896.067 | Conselho Federal de Corretores de Imóveis | DF |
| 3 | 46208.002450/2017-68 | 200.867.342 | Anicuns S.A. Álcool e Derivados em recuperação judicial | GO |
| 4 | 46238.000276/2016-81 | 200.673.262 | Atrizia Maria dos Santos 067.169.616-58 - ME | MG |
| 5 | 46222.005174/2017-10 | 200.949.969 | Clínica de Cirurgia Plástica Beaute S/S - ME | PA |
| 6 | 46297.000485/2011-15 | 300.001.479 | Agropecuária Boa Esperança S.A. | PE |
| 7 | 46213.023422/2013-81 | 200.208.063 - TRet nº 200.549.740 | Contagem Inventários Ltda. - ME | PE |
| 8 | 46213.024266/2014-57 | 200.382.268 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 9 | 46213.022989/2014-11 | 200.382.136 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 10 | 46213.009084/2005-65 | 505.513.439 - TRet nº 506.711.552 | Serraria Caturite Ltda. ME | PE |
| 11 | 46214.001048/2017-87 | 200.701.266 | Luiz Carlos de Freitas Veras | PI |
| 12 | 47533.004138/2009-70 | 506308456 - TRet nº 506.711.129 | Associação de Ensino Versalhes | PR |
| 13 | 46293.005006/2017-82 | 200.998.668 | JC de Araújo & Araújo Ltda. - ME | PR |
| 14 | 46217.003012/2010-31 | 100.162.711 - TRet nº 100.292.607 | Construtora Solares Ltda. | RN |
| 15 | 47157.001886/2016-64 | 200.807.692 | AHB Indústria Comércio e Representações Ltda. | RS |
| 16 | 46272.002253/2017-75 | 200.943.316 | Augusta de Fátima Muskopf | RS |
| 17 | 47182.000311/2016-17 | 200.807.463 | C S Zorzi & Cia. Ltda. - ME | RS |
| 18 | 46271.003704/2016-11 | 200.833.154 | Cantina Pastasciutta Ltda. - EPP | RS |
| 19 | 46275.002640/2016-09 | 200.841.246 | Clube 28 Maio | RS |
| 20 | 46218.014554/2016-15 | 200.779.770 | Mecanofar Indústria e Comércio de Máquinas Ltda. - EPP | RS |
| 21 | 46271.000235/2017-69 | 200.862.103 | Randon S.A. Implementos e Participações | RS |
| 22 | 46274.000172/2017-11 | 200.856.057 - TRet nº 200.947.907 | Seltec Vigilância Especializada Ltda. | RS |
| 23 | 46263.003390/2014-93 | 200.322.877 - TRet nº 201.326.728 | Treviso Decorações Ltda. - EPP | SP |
| 24 | 46401.001197/2015-77 | 200.653.334 | Usinorte Usinagem Ltda. - EPP | SP |
| 25 | 46226.000679/2014-05 | 200.246.66 - TRet nº 201.271.273 | Município de Campos Lindos | TO |
| 26 | 46226.000706/2014-31 | 200.247.131 - TRet nº 201.289.661 | Município de Centenário | TO |
| 27 | 46226.022052/2013-16 | 200.196.952 - TRet nº 201.271.214 | Município de Chapada da Natividade | TO |
| 28 | 46226.020538/2013-10 | 200.167.316 - TRet nº 201.271.061 | Município de Colinas do Tocantins | TO |

1.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46213.022992/2014-35 | 204669529 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 2 | 46213.024350/2014-71 | 205026222 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 3 | 46213.024351/2014-15 | 205026231 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 4 | 46213.024356/2014-48 | 205026214 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 5 | 46213.024365/2014-39 | 205026583 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 6 | 46213.024366/2014-83 | 205026591 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |
| 7 | 46213.024368/2014-72 | 205026613 | Empresa Metropolitana S.A. | PE |

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1- Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46202.013759/2016-52 | 210478322 | Amazonas Distribuidora de Energia S.A. | AM |
| 2 | 46202.013760/2016-87 | 210478225 | Amazonas Distribuidora de Energia S.A. | AM |
| 3 | 46202.013769/2016-98 | 210478314 | Amazonas Distribuidora de Energia S.A. | AM |
| 4 | 46202.013770/2016-12 | 210478268 | Amazonas Distribuidora de Energia S.A. | AM |
| 5 | 46202.013771/2016-67 | 210478152 | Amazonas Distribuidora de Energia S.A. | AM |
| 6 | 46202.004562/2017-11 | 211782823 | J. A. Souto Loureiro S.A. | AM |
| 7 | 46202.000577/2017-01 | 211138657 | Sakura Exhaust do Brasil Ltda. | AM |
| 8 | 46208.003212/2018-51 | 214297063 | Agroforte Nutrição Animal Ltda. | GO |
| 9 | 46208.001201/2018-36 | 213946840 | Arantes e Duarte Ltda. - ME | GO |
| 10 | 46208.001840/2018-00 | 214023664 | Baratão das Utilidades Ltda. - ME | GO |
| 11 | 46208.007783/2017-83 | 212300547 | Geoserv Serviços de Geotécnia e Construção Ltda. | GO |
| 12 | 46208.001323/2018-22 | 213985942 | H2R Engenharia e Locação de Bens Ltda. | GO |
| 13 | 46208.003312/2018-87 | 214301231 | O Mundo das Confecções e dos Brinquedos Ltda. - ME | GO |
| 14 | 46208.000789/2018-19 | 213824876 | R & J Produtos Alimentícios Eireli | GO |
| 15 | 46223.001119/2018-13 | 214087522 | J M Construções e Comércio Ltda. - EPP | MA |
| 16 | 46223.001120/2018-48 | 214087638 | J M Construções e Comércio Ltda. - EPP | MA |
| 17 | 47747.007016/2014-97 | 204363586 | Ala Engenharia Ltda. | MG |
| 18 | 46238.000573/2017-15 | 212475525 | Condomínio de Produtores Rurais Fussae Hidai Shimada | MG |
| 19 | 46238.000577/2017-95 | 212475568 | Condomínio de Produtores Rurais Fussae Hidai Shimada | MG |
| 20 | 46238.000578/2017-30 | 212475576 | Condomínio de Produtores Rurais Fussae Hidai Shimada | MG |
| 21 | 46238.000579/2017-84 | 212475584 | Condomínio de Produtores Rurais Fussae Hidai Shimada | MG |
| 22 | 47747.003905/2017-28 | 212008307 | Construtora Elipse Ltda. - ME | MG |
| 23 | 47747.003906/2017-72 | 212008315 | Construtora Elipse Ltda. - ME | MG |
| 24 | 47747.003009/2017-69 | 211890669 | D.J. Serviços Rurais Ltda. | MG |

2.2- Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46474.002261/2017-45 | 212212087 | Indusmek S.A. Indústria e Comércio | SP |
| 2 | 46474.002259/2017-76 | 212212061 | Indusmek S.A. Indústria e Comércio | SP |
| 3 | 46474.002260/2017-09 | 212212079 | Indusmek S.A. Indústria e Comércio | SP |
| 4 | 46226.023447/2014-17 | 202684091 | Castro & Araújo Ltda. - ME | TO |

2.3- Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46202.002095/2017-87 | 211301230 | MT Comércio de Alimentos Ltda. - EPP | AM |
| 2 | 46202.002098/2017-11 | 211301248 | MT Comércio de Alimentos Ltda. - EPP | AM |

VIRGÍLIO PIRES DE MIRANDA JÚNIOR

## SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 10 DE ABRIL DE 2019

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720254/2019-62 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca TOYOTA, modelo RAV4, chassi 2T3JF4DV8AW058306, ano 2010, cor prata, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 15/0495800-6, de 17/03/2015, pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, de propriedade de Andres Felipe Munoz Miranda, CPF nº 706.738.321-80.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 15 DE ABRIL DE 2019

Aplica a pena de perdimento de mercadorias e veículos dos processos que especifica.

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO-MS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, no art. 774 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e o que consta nos processos administrativos relacionados no Anexo Único, declara:

Art. 1º A revelia dos interessados nos processos relacionados no Anexo Único, que não apresentaram impugnação no prazo legal.

Art. 2º O perdimento das mercadorias e dos veículos tratados nos processos relacionados no Anexo Único, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THIAGO ANDRÉ HERING

ANEXO ÚNICO

| Sequência | Processo |
|---|---|
| 1 | 10142.720277/2019-18 |
| 2 | 10142.720274/2019-76 |
| 3 | 10142.720279/2019-07 |
| 4 | 10142.720286/2019-09 |
| 5 | 10142.722187/2018-72 |
| 6 | 10142.722172/2018-12 |
| 7 | 10142.722171/2018-60 |
| 8 | 10142.722193/2018-20 |
| 9 | 10142.720024/2019-36 |
| 10 | 10142.720075/2019-68 |
| 11 | 10142.720165/2019-59 |
| 12 | 10142.720220/2019-19 |
| 13 | 10142.721799/2018-48 |
| 14 | 10142.721919/2018-15 |
| 15 | 10142.721268/2018-55 |
| 16 | 10142.720006/2018-73 |
| 17 | 10142.721515/2018-13 |
| 18 | 10142.721518/2018-57 |
| 19 | 10142.721455/2018-39 |
| 20 | 10142.721422/2018-99 |
| 21 | 10142.721018/2018-15 |
| 22 | 10142.721056/2018-78 |
| 23 | 10142.722197/2018-16 |
| 24 | 10142.720046/2019-04 |
| 25 | 10142.722082/2018-13 |
| 26 | 10142.720002/2019-76 |
| 27 | 10142.722075/2018-11 |
| 28 | 10142.722107/2018-89 |
| 29 | 10142.720032/2019-82 |
| 30 | 10142.720126/2019-51 |
| 31 | 10142.722048/2018-49 |
| 32 | 10142.720033/2019-27 |
| 33 | 10142.722089/2018-35 |
| 34 | 10142.722209/2018-02 |
| 35 | 10142.722173/2018-59 |
| 36 | 10142.721410/2018-64 |

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL
## SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 9 DE ABRIL DE 2019

Reconhece Direito ao Benefício de Redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Adicionais Não Restituíveis calculados com base no Lucro da Exploração.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA, DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e VIII, do art. 4º, da Portaria DRF/Natal nº 92, de 29 de agosto de 2012, publicada no DOU de 31 de agosto de 2012; tendo em vista o disposto no art. 60, caput, da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo/dossiê nº 10469.720709/2019-08, declara:

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica Hotel Vila do Mar Ltda, CNPJ nº 09.077.272/0001-64, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0340/2018, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: 09.077.272/0001-64;

II - Endereço da Unidade Produtora: Av. Senador Dinarte Mariz, 4223, Via Costeira, Parque das Dunas, Natal/RN;

III - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008 e Regulamento dos Incentivos Fiscais;

IV - Condição Onerosa Atendida: modernização total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

V - Percentual de Redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%.

Art 2º Os produtos/serviços objeto do benefício fiscal são os relacionados no ANEXO deste Ato Declaratório.

Art. 3º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0340/2018, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL ALENCAR DOS SANTOS

ANEXO

| PRODUTOS/SERVIÇOS OBJETO DO BENEFÍCIO FISCAL | | | |
|---|---|---|---|
| 1 - Hospedagem | | | |
| Capacidade instalada atual | 76.644 unidade habitacional/ano | | |
| Descrição da atividade | Hotelaria | | |
| Enquadramento do setor prioritário | Turismo - Empreendimento Hoteleiro (Decreto 4.213/2002, art. 2º, inciso II) | | |
| Ano em que entrou em operação | 2015 | Prazo de vigência do benefício | 10 (dez) anos |
| Período de fruição (ano calendário) | 01/01/2018 a 31/12/2027 | | |

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Reconhece Direito ao Benefício de Redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Adicionais Não Restituíveis calculados com base no Lucro da Exploração.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA, DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e VIII, do art. 4º, da Portaria DRF/Natal nº 92, de 29 de agosto de 2012, publicada no DOU de 31 de agosto de 2012; tendo em vista o disposto no art. 60, caput, da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo/dossiê nº 10469.722398/2019-11,DECLARA:

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, CNPJ nº 08.324.196/0001-81, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0205/2018, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: 08.324.196/0001-81;

II - Endereço da Unidade Produtora: Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal/RN;

III - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008 e Regulamento dos Incentivos Fiscais;

IV - Condição Onerosa Atendida: modernização total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

V - Percentual de Redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%.

Art 2º Os produtos/serviços objeto do benefício fiscal são os relacionados no ANEXO deste Ato Declaratório.

Art. 3º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0205/2018, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL ALENCAR DOS SANTOS

ANEXO

| PRODUTOS/SERVIÇOS OBJETO DO BENEFÍCIO FISCAL | | | |
|---|---|---|---|
| 1 - Distribuição de energia elétrica | | | |
| Capacidade instalada atual | 8.724.120 megawatt-hora/ano | | |
| Descrição da atividade | Distribuição de energia elétrica | | |
| Enquadramento do setor prioritário | Infraestrutura - Energia Elétrica (Decreto 4.213/2002, art. 2º, inciso I) | | |
| Ano em que entrou em operação | 2015 | Prazo de vigência do benefício | 10 (dez) anos |
| Período de fruição (ano calendário) | 01/01/2018 a 31/12/2027 | | |

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Declara, a pessoa jurídica que menciona, habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE (MG) no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 15504. 721221/2019-30, declara:

Art. 1° Habilitada a pessoa jurídica DELTA 7 I ENERGIA S. A, inscrita no CNPJ sob o n° 30.866.542/0001-02, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007, consoante o disposto no art. 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U., de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores. A habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria n° 43, de 20 de fevereiro de 2019, e anexos, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União, de 22 de fevereiro de 2019 (seção 01).

| | |
|---|---|
| NOME DA PESSOA JURIDICA | Delta 7 I Energia S. A, |
| N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ | 30.866.542/0001-02 |
| NOME DO PROJETO | EOL DELTA 7 I (Resolução Autorizativa ANEEL n° 7.546 de 22/01/2019). |

| | |
|---|---|
| N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO | Portaria n° 43, de 20 de fevereiro de 2019 |
| SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO | Energia |
| PRAZO ESTIMADO PARA A EXECUÇÃO | 01/01/2019 a 01/12/2020 |

Art. 2° Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contados da data de habilitação da pessoa jurídica titular do projeto nos termos do art. 5°, da Lei nº 11.488, de 2007 c/c art. 3°, do Decreto nº 6.144, de 2007 e art. 3°, da IN RFB nº 758, de 2007 e alterações, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3° Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de 30 trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da presente habilitação, nos termos do art. 9°, do Decreto nº 6.144, de 2007, c/c art. 9°, da IN RFB nº 758, de 2007, e alterações.

Art. 4° A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão ao regime instituído pela Lei nº 11.488, de 2007, nos termos do art. 10, II, do Decreto nº 6.144, de 2007, c/c art. 12, II, da IN RFB nº 758, de 2007, e alterações.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Declara, a pessoa jurídica que menciona, habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE (MG) no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 15504.721183/2019-15, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica DELTA 7 II ENERGIA S. A, inscrita no CNPJ sob o n° 30.905.225/0001-58, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007, consoante o disposto no art. 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U., de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores. A habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria n° 42, de 20 de fevereiro de 2019, e anexos, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União, de 22 de fevereiro de 2019 (seção 01).

| | |
|---|---|
| NOME DA PESSOA JURIDICA | Delta 7 II Energia S. A, |
| N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ | 30.905.225/0001-58 |
| NOME DO PROJETO | EOL DELTA 7 II (R esolução Autorizativa ANEEL n°7. 548 de 22/01/2019). |
| N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO | Portaria n° 42 de 20 de fevereiro de 2019 |
| SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO | Energia |
| PRAZO ESTIMADO PARA A EXECUÇÃO | 01/01/2019 a 01/12/2020 |

Art. 2° Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contados da data de habilitação da pessoa jurídica titular do projeto nos termos do art. 5°, da Lei nº 11.488, de 2007 c/c art. 3°, do Decreto nº 6.144, de 2007 e art. 3°, da IN RFB nº 758, de 2007 e alterações, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3° Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de 30 trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da presente habilitação, nos termos do art. 9°, do Decreto nº 6.144, de 2007, c/c art. 9°, da IN RFB nº 758, de 2007, e alterações.

Art. 4° A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão ao regime instituído pela Lei nº 11.488, de 2007, nos termos do art. 10, II, do Decreto nº 6.144, de 2007, c/c art. 12, II, da IN RFB nº 758, de 2007, e alterações.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 38, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Declara, a pessoa jurídica que menciona, habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE (MG) no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 15504.721226/2019-62

DECLARA:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica DELTA 8 I ENERGIA S. A, inscrita no CNPJ sob o n° 30.866.547/0001-35,, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007, consoante o disposto no art. 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U., de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores. A habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria n° 41, de 20 de fevereiro de 2019, e anexos, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União, de 22 de fevereiro de 2019 (seção 01).

| | |
|---|---|
| NOME DA PESSOA JURIDICA | Delta 8 I Energia S. A, |
| N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ | 30.905.225/0001-58 |
| NOME DO PROJETO | EOL DELTA 8 I (Resolução Autorizativa ANEEL n°7. 547 de 22/01/2019). |
| N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO | Portaria n° 41 de 20 de fevereiro de 2019 |
| SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO | Energia |
| PRAZO ESTIMADO PARA A EXECUÇÃO | 01/01/2019 a 01/12/2020 |

Art. 2° Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contados da data de habilitação da pessoa jurídica titular do projeto nos termos do art. 5°, da Lei nº 11.488, de 2007 c/c art. 3°, do Decreto nº 6.144, de 2007 e art. 3°, da IN RFB nº 758, de 2007 e alterações, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3° Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de 30 trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da presente habilitação, nos termos do art. 9°, do Decreto nº 6.144, de 2007, c/c art. 9°, da IN RFB nº 758, de 2007, e alterações.

Art. 4° A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão ao regime instituído pela Lei nº 11.488, de 2007, nos termos do art. 10, II, do Decreto nº 6.144, de 2007, c/c art. 12, II, da IN RFB nº 758, de 2007, e alterações.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Declara a habitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta no dossiê nº 10100.001388/1216-39, resolve:

I - Habilitar definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LDF Laticinios Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 05.753.695/0001-04, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 25/09/2016 a 30/09/2017, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.009829/2016-13.

II - A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Declara a habitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta no dossiê nº 10010.033115/0616-60, resolve:

I - Habilitar definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica Agroindústria e Comércio Serra Negra Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 86.665.114/0001-76, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/01/2016 a 31/03/2017, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.005220/2015-86.

II - A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DE BELO HORIZONTE
## EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

A CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, instituída por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Requerimento 3440, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como TRANSPORTADOR, a empresa ESATA EXPRESS SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.220.117/0001-43.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA PAULA RODRIGUES DE SOUZA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Outorga credenciamento no processo seletivo público para a prestação de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar no âmbito da Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, Alfândega do Porto de Itaguaí, Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, Delegacia da RFB em Niterói, Delegacia da RFB em Macaé, Delegacia da RFB em Nova Iguaçu e Delegacia da RFB em Campos dos Goytacazes.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 340, incisos I, II e III do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU, de 11 de outubro de 2017, conforme delegação de competência outorgada pela Portaria SRRF 7ª nº 778, de 13 de novembro de 2018,

publicada no DOU em 14 de novembro de 2018, considerando a decisão liminar proferida no mandado de segurança nº 5003595-83.2019.4.02.5101/RJ resolve:

Art. 1º - Outorga credenciamento provisório, a título precário, a José Moutinho Moreira da Silva, portador do RG 5591719-7 e do CPF 802.237.028-20, para prestar serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar, na área de especialidade metalurgia/siderurgia, no âmbito da Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, Alfândega do Porto de Itaguaí, Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, Delegacia da RFB em Niterói, Delegacia da RFB em Macaé, Delegacia da RFB em Nova Iguaçu e Delegacia da RFB em Campos dos Goytacazes, no biênio 2019/2020:

Art. 2º A competência para o gerenciamento dos credenciados e das solicitações de perícias é do chefe da unidade local da RFB onde houver a prestação do serviço de perícia.

Art 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor:

I - na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 16 de abril de 2019, para a Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, Alfândega do Porto de Itaguaí, Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, Delegacia da RFB em Niterói, Delegacia da RFB em Macaé e Delegacia da RFB em Nova Iguaçu.

II - a partir de 01 de julho de 2019, para a Delegacia da RFB em Campos dos Goytacazes.

RICARDO MUNIZ DE FIGUEIREDO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 17 DE ABRIL DE 2019

Inclusão do Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da inscrição que menciona.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA - RJ, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos II e III, do artigo 340, da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, com fundamento no parágrafo 3º do art 810 do Decreto nº 6759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art 12 e 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.209 de 7 de novembro de 2011, e atendendo ao que consta no processo administrativo nº 13044.720005/2019-14, resolve:

Art. 1° Incluir no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, a seguinte inscrição:

| NOME | CPF | PROCESSO |
|---|---|---|
| PAULO HENRIQUE DO NASCIMENTO SILVA | 055.458.539-10 | 13044.720005/2019-14 |

Art. 2° Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIS BRONZATTI MORELLI

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 15 DE ABRIL DE 2019

Suspende a imunidade e isenção tributária da pessoa jurídica que especifica.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 32 da Lei n° 9.430/96, de 27 de dezembro de 1996, artigos 12, 13 e 14 da Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e, considerando o que consta do processo nº 12448.720691/2019-18, resolve:

Art. 1º - Declarar suspenso o gozo da imunidade e isenção tributária, relativamente aos anos-calendário de 2014 a 2016 para o INSTITUTO DE PROFESSORES PÚBLICOS E PARTICULARES, CNPJ Nº 34.174.896/0001-47.

Art. 2º - A interessada poderá, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência, apresentar impugnação ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro, conforme previsto no Inciso, I, do § 6° do art 32 da Lei n° 9.430/96.

Art. 3º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123/2006.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, e tendo em vista o disposto no art. 29, VIII, E § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, e considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 10872.720046/2019-51, declara:

Art. 1º Excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica EXTREME DISTRIBUIDORA DE MOTOPECAS E ACESSORIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.281.208/0001-42.

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de janeiro de 2015, conforme disposto no §1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123/2006, e nos termos do Decreto nº 70.235/72.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á efetiva.

ALBERTO SODRÉ ZILE

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Autoriza a CESSÃO DE USO de mercadorias importadas.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, ao uso de suas atribuições que lhe confere o art. 340, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, seção 1, página 22, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º - Autorizar a CESSÃO DE USO, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLOGICO EM SAÚDE - FIOTEC, CNPJ nº 02.385.669/0001-74, para a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, CNPJ nº 33.781.055/0001-35, dos bens referentes aos seguintes processos administrativos e DI's:

| Processo | DI's |
|---|---|
| 10715.720372/2019-71 | 18/2338356-6 |
| 10715.723482/2018-12 | 18/2087348-1 |
| 10715.723482/2018-12 | 18/0834160-2 |
| 10715.723483/2018-59 | 18/0398147-6 |
| 10715.723499/2018-61 | 18/2269425-8 |
| 10715.723500/2018-58 | 18/0176185-1 |
| 10715.723501/2018-01 | 18/0035485-3 |
| 10715.723505/2018-81 | 18/0116380-6 |
| 10715.723506/2018-25 | 18/0972583-8 |

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Registro Especial a que estão sujeitos os estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018.

Pelo presente ADE, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca/SP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13855.720847/2019-13, declara:

Art. 1º Fica concedida, pelo prazo de 3 anos, a inscrição sob o nº DP 08123/058 no Registro Especial obrigatório ao qual estão sujeitos os estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, ao seguinte estabelecimento comercial:

PASSALACQUA & CIA LTDA
CNPJ Nº 55.973.366/0004-81
RUA VOLUNTARIOS DA FRANCA, nº 634 - BAIRRO CENTRO - FRANCA/SP - CEP.: 14.405-103
ATIVIDADE: DISTRIBUIDOR (DP), nos termos da IN RFB nº 1.817/2018, artº 8º, inciso IV.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ADRIANO WILLIAM DE OLIVEIRA

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
## SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 12 DE ABRIL DE 2019

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato cadastral.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto, ora signatário, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) número , pertencente a S.M. DE CASTRO DIAS - EIRELI, NI-CNPJ 23.408.805/0001-74, por ter sido constatado VÍCIO no ato cadastral, em acatamento a REPRESENTAÇÃO expedida pela Seção de Fiscalização da Delegacia da Receita Federal em São José do Rio Preto, parte do processo nº 16004.720059/2019-36.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

GRIGOR HAIG VARTANIAN

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 12 DE ABRIL DE 2019

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato cadastral.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto, ora signatário, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) pertencente a ANA PAULA REITHE 00451668979, NI-CNPJ 20.913.662/0001-60, por ter sido constatado VÍCIO no ato cadastral, em acatamento ao Despacho Decisório nº 118/2019 - RFB/DRF/SJR/Sacat, constante do Dossiê nº 10010.026934/0319-13.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

GRIGOR HAIG VARTANIAN

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 15 DE ABRIL DE 2019

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato cadastral.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto, ora signatário, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) pertencente a ADILSON MIGUEL RAQUEL 15904740824, NI-CNPJ 22.344.422/0001-17, por ter sido constatado VÍCIO no ato cadastral, em acatamento ao Despacho Decisório nº 119/2019 - RFB/DRF/SJR/Sacat, constante do processo 13863.720320/2018-17.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

GRIGOR HAIG VARTANIAN

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 15 DE ABRIL DE 2019**

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato cadastral.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto, ora signatário, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) pertencente a ROSANE PIRICIN 39028178287, NI-CNPJ 20.733.437/0001-41 por ter sido constatado VÍCIO no ato cadastral, em acatamento ao Despacho Decisório nº 120/2019 - RFB/DRF/SJR/Sacat, constante do processo 10100.004078/0117-31.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

GRIGOR HAIG VARTANIAN

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato cadastral.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto, ora signatário, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) pertencente a ANTONIO CARLOS ORTEGA 12172402842, NI-CNPJ 32.653.542/0001-50 por ter sido constatado VÍCIO no ato cadastral, em acatamento ao Despacho Decisório nº 121/2019 - RFB/DRF/SJR/Sacat, constante do processo 13871.720029/2019-12.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

GRIGOR HAIG VARTANIAN

## DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

Desabilitar a pedido pessoa jurídica ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS), instituído nos termos dos arts. 1º a 11 da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 288, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, na Instrução Normativa (IN) RFB nº 852, de 13 de junho de 2008, o constante do processo administrativo nº 16027.720006/2016-12 e no dossiê nº 10030.001308/0918-73 resolve:

Art. 1º - Desabilitar, a pedido, a pessoa jurídica a seguir identificada do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS), instituído nos termos dos arts. 1º a 11 da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007:

Nome empresarial: First Brasil Holding Ltda

Nº Inscrição no CNPJ: 22.302.445/0001-69

Nº da Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Interministerial nº 71, de 21 de janeiro de 2016, dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 22/01/2016

Nome do projeto: Encapsulamento e Teste de Módulos Fotovoltaicos de Filme Fino de Telureto de Cádmio (CdTe), classificados na posição 8541 da Nomenclatura Comum do Mercosul

Art. 2º - Fica cancelado o Ato Declaratório Executivo DRF/SOROCABA nº 7, de 18 de fevereiro de 2016, publicado no DOU em 19/02/2016.

Art. 3º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 15 DE ABRIL DE 2019**

Concede Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), instituído pelos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 271 e 288 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006 e o constante do processo administrativo nº 13811.723869/2018-61, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica a seguir identificada e seus estabelecimentos, pelo prazo e 03 (três) anos, contados da presente habilitação, ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006.

Nome empresarial: MINERAÇÃO BURITIRAMA S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 27.121.672/0001-01

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 11 DE ABRIL DE 2019**

Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, em razão da solicitação do interessado:

| CPF | Nome | E-Process |
|---|---|---|
| 088.671.759-04 | Helena Martins Knoche | 12719.720405/2019- |

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DALTRO JOSE CARDOZO

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Registro de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no § 3º, do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º. A inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, com automática exclusão do Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros da pessoa física:

| NOME | CPF | e-PROCESSO |
|---|---|---|
| ANDREA MALACHIAS MOLINARI TEIXEIRA | 104.434.908-56 | 17833.727737/2019-91 |

Art. 2º O Despachante Aduaneiro retromencionado, também deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - CAD-ADUANA, para fins da sua efetivação no Registro Informatizado de Despachante Aduaneiro, de acordo com o ADE-COANA n° 16, de 08/06/2012, publicado no DOU de 11/06/2012.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO CORDEIRO BINI

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Declara alterado de ofício o domicílio tributário do contribuinte.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Londrina/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, com base no art. 127, §2º, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e art. 26 da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, considerando o que consta no processo administrativo fiscal nº 11634.720059/2019-04, resolve:

Art. 1º Alterar, de ofício, o domicílio tributário da pessoa jurídica UNIPORT ATACADO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA para a cidade de ARAPONGAS/PR, passando-se a considerar como MATRIZ seu estabelecimento de CNPJ 00.056.940/0002-83, localizado na Av. Maracanã, nº 5.980, Jardim Bandeirantes, ARAPONGAS/PR.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO DA SILVA COSTA

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
## EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Requerimento n° 106, do Portal OEA, resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Conformidade Nível 2, como Exportador e Importador, SPINNER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.062.477/0001-15.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Requerimento n? 105, do Portal OEA, resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança, como Exportador e Importador, SPINNER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n? 05.062.477/0001-15.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Requerimento n° 541, do Portal OEA, resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança, como Exportador e Importador, ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.028.986/0001-08.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Declara habilitada ao regime previsto na IN SRF nº 605 (Recap), de 4 de janeiro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 340, II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o que consta do processo nº 13016.720096/2019-17, declara:

Artigo único. Na forma do artigo 10 da Instrução Normativa SRF nº 605, de 4 de janeiro de 2006, que Todesmade Indústria de Madeiras e Artefatos Ltda., CNPJ nº 20.676.022/0001-83 (Al Todeschini, 370 - Verona - Bento Gonçalves - RS), faz jus, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, aos benefícios do artigo 2º dessa Instrução, quando da aquisição de bens de capital, novos, relacionados no Anexo do Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006, com as alterações posteriores, observadas as exigências contidas nessa Instrução.

NILSON SOMMAVILLA PRIMO

## SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE A RENDA, PATRIMÔNIO E OPERAÇÕES FINANCEIRAS

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.005, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO REAL. PROGRAMA ESPECIAL DE REGULAMENTAÇÃO TRIBUTÁRIA - PERT. REDUÇÃO DE ENCARGOS. INCIDÊNCIA.

No regime de tributação pelo Lucro Real, a reversão ou recuperação do valor dos juros de mora e das multas compensatórias que foram, a seu tempo, reconhecidas como despesa integram a base de cálculo do IRPJ no momento da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Lei nº 13.496, de 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 41, caput e § 5º; Decreto nº 9.580 - RIR/18, de 22 de novembro de 2018, art. 441, II; Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, art. 177.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 65, DE 1º DE MARÇO DE 2019.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO. PROGRAMA ESPECIAL DE REGULAMENTAÇÃO TRIBUTÁRIA - PERT. REDUÇÃO DE ENCARGOS. INCIDÊNCIA.

Na apuração do Resultado do Exercício, a reversão ou recuperação do valor dos juros de mora e das multas compensatórias que foram, a seu tempo, reconhecidas como despesa integram a base de cálculo da CSLL no momento da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Lei nº 13.496, de 2017.

Dispositivos Legais: da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, art. 2º; Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, art. 177.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 65, DE 1º DE MARÇO DE 2019.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. PROGRAMA ESPECIAL DE REGULAMENTAÇÃO TRIBUTÁRIA - PERT. REDUÇÃO DE ENCARGOS. INCIDÊNCIA.

No regime de apuração não cumulativa, compõe a base de cálculo da Cofins o valor da redução dos encargos - juros de mora e multas compensatórias - quando da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496, de 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, art. 1º.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 65, DE 1º DE MARÇO DE 2019.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. PROGRAMA ESPECIAL DE REGULAMENTAÇÃO TRIBUTÁRIA - PERT. REDUÇÃO DE ENCARGOS. INCIDÊNCIA.

No regime de apuração não cumulativa, compõe a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep o valor da redução dos encargos - juros de mora e multas compensatórias - quando da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496, de 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, art. 1º.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 65, DE 1º DE MARÇO DE 2019.

FÁBIO CEMBRANEL
Coordenador

## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

**EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/5913**

(Processo eletrônico nº 19957.011625/2017-82)

Acusada: João Silveira Neto

Ementa: Não submissão ao Programa de Revisão Externa de Qualidade para o exercício de 2017, ano-base de 2016. Infração ao art. 33 da Instrução CVM nº 308/99. Multa.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, decidiu aplicar ao acusado João Silveira Neto, na qualidade de auditor independente - pessoa física, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 50.000,00, por infração ao art. 33 da Instrução CVM nº 308/99.

O acusado punido terá um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o art. 29, ambos da Lei nº 13.506/2017.

Ausente o acusado, sem representante legal constituído nos autos.

Presente a Procuradora-federal Danielle Oliveira Barbosa, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Gustavo Machado Gonzalez, Relator, Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro, Henrique Balduino Machado Moreira e Carlos Alberto Rebello Sobrinho, que presidiu a Sessão.

Ausente o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa.

Rio de Janeiro-RJ, 26 de março de 2019.

GUSTAVO MACHADO GONZALEZ
Diretor-Relator

CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO
Presidente da Sessão de Julgamento

**EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ20107/5916**

(Processo eletrônico nº 19957.011632/2017-84)

Acusada: Ledger Auditores Independentes

Ementa: Não submissão ao Programa de Revisão Externa de Qualidade para o exercício de 2017, ano-base de 2016. Infração ao art. 33 da Instrução CVM nº 308/99. Suspensão.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, decidiu aplicar à acusada Ledger - Auditores Independentes a penalidade de suspensão, pelo prazo de cinco anos, do registro para o exercício da atividade de auditoria independente, com fundamento no art. 33 da Instrução CVM nº 308/99.

A acusada punida terá um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o art. 29, ambos da Lei nº 13.506/2017.

Por força do disposto na Lei nº 13.506/2017, o acusado punido com a penalidade de suspensão temporária poderá, no prazo de 10 dias, contados da data da ciência desta decisão, requerer ao Colegiado da CVM efeito suspensivo da mesma.

Ausente a acusada, sem representante legal constituído nos autos.

Presente a Procuradora-federal Cristiane Iwakura, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Gustavo Machado Gonzalez, Relator, Flávia Martins Sant'Anna Perlingeiro, Henrique Balduino Machado Moreira e Carlos Alberto Rebello Sobrinho, que presidiu a Sessão.

Ausente o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa.

Rio de Janeiro-RJ, 26 de março de 2019.

GUSTAVO MACHADO GONZALEZ

Diretor-Relator

CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO

Presidente da Sessão de Julgamento

## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
## SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

**ATO DECLARATÓRIO Nº 17.075, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara:

Cancelado na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 29/03/2019, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica

CONFIDOR CCM AUDITORES S/S

CNPJ: 73.236.135/0001-24

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

## SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

**ATO DECLARATÓRIO Nº 17.034, DE 29 DE MARÇO DE 2019**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, por decisão administrativa, a autorização concedida a ANDRÉ SCHIBUOLA, CPF nº 254.278.64-81, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

RICARDO MAIA DA SILVA, EM EXERCÍCIO

**DESPACHO DE 16 DE ABRIL DE 2019**

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2019/1068
(SEI 19957.000115/2019-41)
SANDRO VIEIRA COLOMA
Objeto: Apurar as responsabilidades de SANDRO VIEIRA COLOMA por infringência aos artigos 90, inciso VIII, e 92, inciso I, ambos da Instrução CVM nº 555.
Assunto: Pedido de Devolução e Prorrogação de Prazo para Apresentação de Defesa.

| Acusados | Advogados |
|---|---|
| Sandro Vieira Coloma | Raphael Bernardes da Silveira - OAB/PR 40.542 |

Trata-se de pedido de devolução e prorrogação de prazo para apresentação de defesa, formulado por Sandro Vieira Coloma, único acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 02/05/2019.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

**DESPACHO DE 15 DE ABRIL DE 2019**

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2019/878
(19957.000547/2019-52)
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
Objeto: Apurar a responsabilidade de (i) Luiz Gonzaga Veras Mota, (ii) Irany de Oliveira Sant´Anna Junior, (iii) Jorge Fernando Krug Santos, (iv) Júlio Francisco Gregory Brunet, (v) Oberdan Celestino de Almeida, (vi) Osmar Paulo Vieceli, (vii) Ricardo Richinti Hingel e (viii) Suzana Flores Cogo, na qualidade de diretores do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., por infração ao artigo 153 da Lei nº 6.404/76.
Assunto: Pedido de Unificação de Prazo para Apresentação de Defesas.

| Acusado | Advogados |
|---|---|
| Irany de Oliveira Sant´Anna Junior, | Não constituiu advogado |
| Jorge Fernando Krug Santos | Luiz Antonio de Sampaio Campos - OAB/RJ 75.714 |
| Júlio Francisco Gregory Brunet | Não constituiu advogado |
| Luiz Gonzaga Veras Mota | Não constituiu advogado |
| Oberdan Celestino de Almeida | Não constituiu advogado |
| Osmar Paulo Vieceli | Não constituiu advogado |
| Ricardo Richiniti Hingel | Não constituiu advogado |
| Suzana Flores Cogo | Marcelo Trindade - OAB/RJ 67.729 |

Trata-se de pedido de unificação do prazo para apresentação de defesas formulado por Suzana Flores Cogo, acusada nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 10/06/2019, para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA

Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
## DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

**PORTARIA Nº 313, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.000423/2019-94, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da empresa Redecard S.A., CNPJ nº 01.425.787/0001-04, na condição de patrocinadora do Plano Itaú CD, CNPB nº 2009.0026-11, e a entidade FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

**PORTARIA Nº 314, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.000422/2019-40, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da empresa Redecard S.A., CNPJ nº 01.425.787/0001-04, na condição de patrocinadora do Plano Itaú BD, CNPB nº 2009.0025-47, e a entidade FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

**PORTARIA Nº 315, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001737/2019-12, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da empresa OP Centro Administrativo S.A., CNPJ nº 19.128.923/0001-51, na condição de patrocinadora do Plano ODEPREV Brasil, CNPB nº 1994.0040-29, e a entidade ODEBRECHT PREVIDENCIA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

**PORTARIA Nº 316, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001740/2019-28, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais - Sintsprev/MG, CNPJ nº 16 531 931/0001-56, na condição de instituidor do Plano Viva de Previdência e Pecúlio, CNPB nº 1990.0011-65, e a entidade Fundação VIVA de Previdência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

## EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

# Demonstrações Financeiras – 2018

## Relatório da Administração

**APRESENTAÇÃO**

Apresentamos o Relatório da Administração sobre os negócios e os principais fatos administrativos do exercício de 2018.

**1.A EMGEA**

A Empresa Gestora de Ativos S.A. (EMGEA) é uma empresa pública federal não financeira, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, com capital social totalmente integralizado pela União. Tem como atividades, definidas em seu Estatuto Social, a gestão de ativos – bens e direitos – provenientes da União e de entidades integrantes da administração pública federal, Notadamente carteiras de operações de crédito imobiliário, crédito comercial e crédito perante o setor público, adquiridas por meio de assunção de obrigações das entidades transmitentes, por aumento de capital ou contra pagamento; e a prestação de serviços de cobrança administrativa de créditos sob gestão da Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

Com sede em Brasília, a EMGEA desenvolve e implementa soluções financeiras para a recuperação de créditos. Busca e prioriza soluções conciliatórias, tanto na esfera administrativa como na judicial, para incentivar a liquidação ou a reestruturação das operações, objetivando o máximo valor alcançável, ponderados os aspectos institucionais, jurídicos, financeiros, contábeis, tributários e as características dos créditos. Contrata, para a realização das atividades operacionais, empresas prestadoras de serviços, com atuação em todo o território nacional.

No que tange à prestação de serviços de cobrança administrativa de créditos sob gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), esta atividade foi incluída no objeto social da EMGEA quando da alteração estatutária realizada em novembro de 2017, ao amparo do previsto na Lei nº 13.465/2017. Durante o ano de 2018 foram realizadas as tratativas necessárias para a formalização do contrato com a SPU, que foi assinado em 28.12.2018. O início da prestação de serviços está previsto para o primeiro semestre de 2019.

A ampliação do objeto social, contemplando além da recuperação de créditos próprios também a prestação de serviços de cobrança administrativa de créditos de terceiros sinaliza que, cumpridos os objetivos que motivaram a criação da Empresa no contexto do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF), a EMGEA é uma alternativa eficiente para a monetização de ativos públicos de difícil realização, contribuindo para a redução do déficit fiscal.

A transferência de ativos para a EMGEA permanece como uma solução estratégica para a recuperação de créditos de entidades da administração pública federal; para a reestruturação patrimonial e a adequação de capital aos níveis exigidos pelas autoridades reguladoras, no caso das instituições financeiras públicas federais; e para a viabilização do pagamento de dívidas dos cidadãos.

Na condução da Empresa, seus administradores – dirigentes e membros do Conselho de Administração – pautam suas atuações com o firme compromisso de alcançar os objetivos definidos e contribuir para a consecução de políticas públicas.

**2.DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

No exercício de 2018 a EMGEA gerou lucro líquido de R$ 396,22 milhões. Deduzidos desse lucro R$ 174,89 milhões relativos a ajustes de exercícios anteriores, decorrentes da aplicação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, o resultado ajustado foi de R$ 221,32 (16,30% maior que o de 2017).

O Patrimônio Líquido da Empresa aumentou 1,17% em relação a 2017, totalizando R$ 10.276,49 milhões.

O Ativo somou R$ 14.737,23 milhões, com uma variação de 1,49% em relação ao exercício anterior, em decorrência, principalmente, do aumento do saldo da carteira de créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que permanece como o principal ativo da Empresa (84,65%), seguido das operações de crédito imobiliário (7,88%) e das operações de crédito comercial (0,40%).

O Passivo Exigível totalizou R$ 4.460,74 milhões, com uma variação de 2,21% em relação a 2017. Destacam-se nesse Passivo as obrigações para com o FGTS (86,63% do total).

**3.GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E TRIBUTÁRIA**

A gestão orçamentária da EMGEA é realizada em consonância com o Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais federais.

No ano, as receitas econômicas totalizaram R$ 1.462,33 milhões (115,92% do previsto) e as despesas R$ 911,45 milhões (97,00% do estimado). O "Resultado Primário", apresentou déficit fiscal de R$ 124,92 milhões (73,60% inferior ao previsto).

Durante o exercício foram recolhidos impostos, contribuições e taxas no montante de R$ 124,11 milhões, incluindo as compensações tributárias efetuadas ao longo do ano.

**4.GESTÃO FINANCEIRA**

Em 2018 ingressaram no caixa da EMGEA R$ 719,00 milhões (8,90% inferior a 2017), originados, em especial, pelas carteiras de crédito imobiliário (R$ 336,28 milhões) e de crédito comercial (R$ 81,94 milhões), pela alienação de imóveis não de uso (R$ 175,88 milhões) e por receitas financeiras líquidas (R$ 114,99 milhões).

Os desembolsos no período, líquidos de compensações tributárias, somaram R$ 559,10 milhões (15,82% menor que em 2017). Destacam-se os montantes relativos aos pagamentos de financiamentos (R$ 193,96 milhões) e de serviços de terceiros (R$ 177,02 milhões).

O risco de liquidez – insuficiência de recursos financeiros para viabilizar a realização de negócios, ou para honrar compromissos assumidos – é um risco estratégico para a EMGEA em decorrência, principalmente, da estrutura patrimonial da Empresa, que desde a sua criação é caracterizada por uma carteira de ativos compostos por créditos de difícil recuperação (financiamentos e empréstimos originalmente concedidos pela Caixa Econômica Federal - CAIXA) e um passivo líquido e certo (obrigações também originárias da CAIXA, em maior parte dívidas perante o FGTS). Tem tido interferência significativa nos índices de liquidez da Empresa o baixo volume de novação de dívidas do FVCS, pela União, no período de 2016 a 2018.

As medidas adotadas pela Administração têm permitido mitigar o risco de insuficiência de recursos financeiros para honrar os compromissos assumidos. Dentre elas destacam-se as renegociações da dívida perante o FGTS, formalizadas em 30.12.2016 e em 24.2.2017, ao amparo da Resolução nº 809/2016, do Conselho Curador do FGTS. Nas renegociações, foi pactuada carência de 36 meses (até dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, respectivamente) para pagamento das obrigações, mediante dação em garantia de créditos perante o FCVS e manutenção da União como anuente/garantidora. O prazo de carência do contrato renegociado em 2016, previsto para dezembro de 2019, foi prorrogado pela Administradora do FGTS por mais 18 meses, com novo vencimento em junho de 2021.

Têm também contribuído para a mitigação do risco de liquidez o controle e a redução dos desembolsos, especialmente daqueles relativos a despesas com pessoal, serviços de terceiros, compras e contratações.

**5.TRANSPARÊNCIA**

A EMGEA tem a transparência como valor e princípio de governança. Para tanto, divulga no sítio eletrônico www.emgea.gov.br informações sobre seus negócios e seu funcionamento, incluindo informações detalhadas sobre sua estrutura de governança corporativa e gestão. Disponibiliza também no sítio eletrônico canais para solicitações de informações e para denúncias, reclamações, sugestões e elogios.

### Balanços Patrimoniais

Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

| Ativo | Nota | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **1.168.314** | **1.271.637** |
| **Caixa** | | **957** | **961** |
| **Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado** | | **527.511** | **367.608** |
| Fundos de investimento | 4 | 527.511 | 367.608 |
| **Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado** | | **299.504** | **481.022** |
| Créditos Imobiliários | 5.1 | 212.730 | 292.343 |
| Créditos perante o Setor Público | 5.2 | 3.452 | 4.209 |
| Créditos Comerciais | 5.3 | 45.075 | 115.195 |
| Créditos Vinculados | 6.1 | 32.775 | 55.239 |
| Títulos CVS | 7.1 | 5.472 | 14.036 |
| **Tributos a recuperar** | | **8.812** | **18.584** |
| Impostos a compensar ou recuperar | 8 | 8.812 | 18.584 |
| **Ativos não circulantes mantidos para venda** | | **331.530** | **403.462** |
| Imóveis não de uso | 9 | 331.530 | 403.462 |
| **Não Circulante** | | **13.568.914** | **13.249.672** |
| **Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado** | | **13.566.548** | **13.246.461** |
| Créditos Imobiliários | 5.1 | 948.470 | 1.059.714 |
| Créditos perante o Setor Público | 5.2 | 5.313 | 8.947 |
| Créditos Comerciais | 5.3 | 14.328 | 326.162 |
| Créditos Vinculados | 6.2 | 51.064 | 62.909 |
| Créditos perante o FCVS | 10 | 12.475.089 | 11.749.592 |
| Depósitos judiciais | 11 | 34.512 | 39.137 |
| Títulos CVS | 7.2 | 37.772 | - |
| **Imobilizado** | | **2.366** | **3.211** |
| Imobilizado de uso | 12 | 2.366 | 3.211 |
| **Total do Ativo** | | **14.737.228** | **14.521.309** |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Balanços Patrimoniais

Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

| Passivo | Nota | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **762.084** | **651.309** |
| **Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado** | | **165.988** | **163.998** |
| Financiamentos | 13 | 165.988 | 163.998 |
| **Outras obrigações** | | **568.739** | **484.279** |
| Obrigações com pessoal | 14 | 10.711 | 10.446 |
| Obrigações com fornecedores | 15 | 11.275 | 18.696 |
| Obrigações tributárias | 16 | 89.000 | 101.296 |
| Juros sobre Capital Próprio | 17 | 253.101 | 188.432 |
| Dividendos | 17 | 57.823 | 4.899 |
| Obrigações por repasses | 18 | 115.022 | 131.875 |
| Obrigações com ativos mantidos para venda | 19 | 31.807 | 28.635 |
| **Provisões** | | **27.357** | **3.032** |
| Provisões para riscos cíveis | 20 | 27.357 | 3.032 |
| **Não Circulante** | | **3.698.659** | **3.712.844** |
| **Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado** | | **3.698.190** | **3.712.560** |
| Financiamentos | 13 | 3.698.190 | 3.712.560 |
| **Outras obrigações** | | **469** | **284** |
| Obrigações com pessoal | 14 | 469 | 284 |
| **Patrimônio Líquido** | | **10.276.485** | **10.157.156** |
| Capital Social | 21.1 | 9.057.993 | 9.057.993 |
| Reservas de lucros | 21.2 | 1.218.492 | 1.099.163 |
| Reserva legal | | 79.901 | 68.835 |
| Reserva de aquisição de ativos operacionais | | 1.138.591 | 980.897 |
| Reserva especial de Dividendos não distribuídos | | - | 49.431 |
| **Total do Passivo** | | **14.737.228** | **14.521.309** |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações de Resultados

Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

| Descrição | Nota | 2018 | 2017 |
|---|---|---|---|
| **Receita Bruta** | 22.1 | **1.380.290** | **1.272.635** |
| **Dedução da Receita Bruta** | 22.2 | **(678.089)** | **(658.801)** |
| **Receita Líquida** | | **702.201** | **613.834** |
| **Custos Operacionais** | 22.3 | **(321.694)** | **(443.960)** |
| **Lucro Bruto** | | **380.507** | **169.874** |
| **Receitas / Despesas** | | **(2.251)** | **(2.302)** |
| **Despesas Administrativas** | | **(55.731)** | **(65.781)** |
| Despesa de pessoal | 22.4.1 | (33.454) | (34.042) |
| Despesa de serviços de terceiros | 22.4.2 | (16.242) | (25.204) |
| Demais despesas administrativas | 22.4.3 | (6.035) | (6.535) |
| **Receitas / Despesas Operacionais** | | **53.480** | **63.479** |
| Receitas | 22.5.1 | 62.860 | 240.591 |
| Despesas | 22.5.2 | (192.741) | (230.414) |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Perda de crédito esperada (líquida) | 22.5.3 | 205.334 | 378.065 |
| Redução ao Valor Recuperável de ativos financeiros (líquida) | 22.5.4 | (2.250) | (313.082) |
| Redução ao Valor Recuperável de outros ativos (líquida) | 22.5.5 | 4.603 | (10.677) |
| Provisões (reversões) para riscos cíveis | 22.5.6 | (24.326) | (1.004) |
| **Resultado antes da Receitas e Despesas Financeiras** | | **378.256** | **167.572** |
| **Resultado Financeiro** | | **30.757** | **36.665** |
| Receitas Financeiras | 22.6.1 | 54.114 | 68.071 |
| Despesas Financeiras | 22.6.2 | (23.357) | (31.406) |
| **Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro** | | **409.013** | **204.237** |
| **Impostos e Contribuições sobre o Lucro** | | (12.797) | (14.020) |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | 23.1 | (9.338) | (10.221) |
| Contribuição Social sobre Lucro Líquido | 23.1 | (3.459) | (3.799) |
| **Resultado Líquido do Exercício** | | **396.216** | **190.217** |
| **Nº de Ações** | | 9.057.993 | 9.057.993 |
| **Lucro por Ação (R$)** | | **43,74** | **21,00** |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

| Descrição | 2018 | 2017 |
|---|---|---|
| Resultado do período | **396.216** | **190.217** |
| Outros resultados abrangentes | | |
| **Resultado abrangente do período** | **396.216** | **190.217** |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

| EVENTOS | Nota | Capital Social Realizado | Reservas de Lucros | | | | Lucros / Prejuízos Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Legal | Retenção de Lucros | Aquisição de Ativos Operacionais | Reserva Especial de Dividendos | | |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | | **9.057.993** | **59.324** | **845.368** | **-** | **-** | **-** | **9.962.685** |
| Resultado do exercício | | | | | | | 190.217 | 190.217 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | | - |
| Reserva legal | 21.2 | | 9.511 | | | | (9.511) | - |
| Reserva para Retenção de Lucros | 21.2 | | | (845.368) | 845.368 | | - | - |
| Reserva para Aquisição de Ativos Operacionais | 21.2 | | | | 135.529 | | (135.529) | - |
| Reserva Especial de Dividendos | 21.2 | | | | | 49.431 | - | 49.431 |
| Juros sobre Capital Próprio | 21.3 | | | | | | (45.177) | (45.177) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | | **9.057.993** | **68.835** | **-** | **980.897** | **49.431** | **-** | **10.157.156** |
| Ajustes de exercícios anteriores | 3.2.1.5 | | | | | | (174.892) | (174.892) |
| **Sados de abertura ajustados em 1° de janeiro de 2018** | | **9.057.993** | **68.835** | **-** | **980.897** | **49.431** | **(174.892)** | 9.982.264 |
| Resultado do exercício | | | | | | | 396.216 | 396.216 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | | - |
| Reserva legal | 21.2 | | 11.066 | | | | (11.066) | - |
| Reserva para Aquisição de Ativos Operacionais | 21.2 | | | - | 157.694 | | (157.694) | - |
| Reserva Especial de Dividendos | 21.2 | | | | | (49.431) | - | (49.431) |
| Juros sobre Capital Próprio | 21.3 | | | | | - | (52.564) | (52.564) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | | **9.057.993** | **79.901** | **-** | **1.138.591** | **-** | **-** | **10.276.485** |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

| Descrição | Exercício 2018 | Exercício 2017 |
|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | |
| **Resultado do exercício ajustado** | **130.860** | **1.010.690** |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 409.013 | 204.237 |
| Depreciação e amortização | 892 | 792 |
| Resultado na baixa de ativos imobilizados | - | (81) |
| Ajuste de exercícios anteriores | (174.892) | - |
| Ajuste de exercícios anteriores (Perda de Crédito Esperada) | 406.858 | - |
| Ajuste de exercícios anteriores (Redução Valor Recuperável) | (1.144.080) | - |
| Perda de crédito esperada | (205.334) | (378.065) |
| Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros | (2.353) | 323.759 |
| Provisão para riscos cíveis | 24.326 | 1.004 |
| Descontos concedidos | 408.991 | 221.386 |
| Perdas com ativos financeiros | 210.260 | 372.969 |
| Despesas financeiras sobre financiamentos | 181.580 | 246.874 |
| Despesas financeiras sobre dividendo / JCP | 15.599 | 17.815 |
| **Variações nos ativos** | **108.890** | **(665.117)** |
| (Aumento) redução dos fundos de investimentos | (159.903) | (148.863) |
| (Aumento) redução dos títulos CVS | (29.209) | (14.035) |
| (Aumento) redução das operações de crédito imobiliário | (237.414) | 217.195 |
| (Aumento) redução dos créditos perante o setor público | 4.212 | 5.558 |
| (Aumento) redução das operações de créditos comerciais | 11.828 | 39.692 |
| (Aumento) redução de créditos adquiridos | - | 78.182 |
| (Aumento) redução dos ativos não circulantes mantidos p/ venda | 80.348 | (19.919) |
| (Aumento) redução dos créditos perante ao FCVS | 420.065 | (889.120) |
| (Aumento) redução dos créditos vinculados | 16.805 | 72.850 |
| (Aumento) redução nos impostos e contribuições a recuperar | 9.771 | (847) |
| (Aumento) redução dos depósitos judiciais | (7.613) | (5.810) |
| **Variações nos passivos** | **(32.182)** | **(152.583)** |
| Aumento (redução) de obrigações com pessoal | 451 | 1.911 |
| Aumento (redução) de obrigações com fornecedores | (6.655) | (4.585) |
| Aumento (redução) de obrigações tributárias | (12.296) | (11.646) |
| Aumento (redução) de obrigações por repasse | (16.853) | (146.513) |
| Aumento (redução) de obrigações com imóveis não de uso | 3.171 | 8.250 |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **207.568** | **192.990** |
| Juros pagos por empréstimos e financiamentos | (57.815) | (61.914) |
| Impostos pagos sobre o lucro | (12.797) | (14.020) |
| **Fluxos de caixa líquido das atividades operacionais** | **136.956** | **117.056** |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimento** | | |
| Aquisição do imobilizado | (814) | (841) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades investimento** | **(814)** | **(841)** |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamentos** | | |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | (136.146) | (140.030) |

| | | |
|---|---|---|
| **Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos** | **(136.146)** | **(140.030)** |
| **Redução líquida do caixa** | **(4)** | **(23.815)** |
| **Modificação na posição financeira** | | |
| No início do exercício | 961 | 24.776 |
| No fim do exercício | 957 | 961 |
| **Redução líquida do caixa** | **(4)** | **(23.815)** |

**As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais)

**1. A EMGEA**

A Empresa Gestora de Ativos S.A. (EMGEA) é uma empresa pública federal não financeira, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, com capital social totalmente integralizado pela União. Tem como atividades finalísticas legalmente definidas: a gestão de ativos – bens e direitos – provenientes da União e de entidades integrantes da administração pública federal, Notadamente carteiras de operações de crédito imobiliário, crédito comercial e crédito perante o setor público, adquiridas por meio de assunção de obrigações das entidades transmitentes, por aumento de capital ou contra pagamento; e a prestação de serviços de cobrança administrativa de créditos sob gestão da Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

A Empresa foi criada pelo Decreto nº 3.848, de 26.6.2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155/2001 (atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001), no contexto do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF). A operação inicial envolveu a cessão, pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), de R$ 26,6 bilhões em contratos de financiamentos imobiliários, grande parte deles oriundos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Em contrapartida, a EMGEA assumiu obrigações da CAIXA, compostas por dívidas perante o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Apoio à Produção de Habitações para a População de Baixa Renda (FAHBRE) e, em maior percentual, perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Com sede em Brasília, no Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco B, Subloja e 1º Subsolo - Edifício São Marcus, CEP 70.070-902, a EMGEA desenvolve e implementa soluções financeiras para a recuperação dos seus créditos, em sua maioria de baixa performance. Busca e prioriza medidas conciliatórias, tanto na esfera administrativa como na judicial, para incentivar a liquidação ou a reestruturação das operações, objetivando o máximo valor alcançável, ponderados os aspectos institucionais, jurídicos, financeiros, contábeis, tributários e as características dos créditos. Contrata, para a realização das atividades operacionais, empresas prestadoras de serviços, com atuação em todo o território nacional.

A EMGEA não está sujeita a nenhuma exigência legal ou regulamentar relativa à manutenção de capital mínimo. No entanto, a Empresa avalia, permanentemente, em conjunto com o acionista controlador, se existe indicativo de necessidade de alienação de parte de seus ativos ou de recomposição de seu capital social, para que seja mantido o equilíbrio financeiro. Para o exercício de 2019 não é esperada necessidade de aporte de capital.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras**

**2.1 Base de apresentação**

As demonstrações financeiras da EMGEA foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.A Diretoria Colegiada fez elaborar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2018 e, em reunião realizada em 14 de março, autorizou a sua submissão e encaminhamento ao Conselho de Administração que, em reunião realizada em 22 de março de 2019, manifestou-se favoravelmente à proposta da Diretoria e autorizou o seu encaminhamento para apreciação pela Assembleia de Acionistas.

**2.2 Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da EMGEA é o Real (R$). As informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**2.3 Estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que podem afetar os valores de ativos, passivos, receitas e despesas divulgados.

As estimativas e as premissas são revistas continuamente pela Administração e os ajustes decorrentes das revisões são reconhecidos no resultado do exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas e os julgamentos considerados mais relevantes pela EMGEA são os seguintes:

a) estimativas de perdas para redução dos ativos financeiros ao valor recuperável, incluídas as perdas de crédito esperadas e outras perdas não relacionadas ao risco de crédito (Notas 3.2.1.3 e 3.2.1.4);

b) estimativas de perdas para redução ao valor recuperável dos imóveis classificados como "Ativos não circulantes mantidos para venda" (Nota 3.7);

c) provisão para riscos cíveis (Nota 3.9).

**2.4 Reclassificações e aberturas para fins de comparabilidade**

A Empresa realizou determinadas reclassificações em 2018 no Ativo, no Passivo, na Demonstração de Resultados e na Demonstração dos Fluxos de Caixa referentes ao exercício de 2017 para fins de comparabilidade com as peças de 2018 e adesão da Empresa às novas normas contábeis.

Os efeitos dos ajustes realizados não impactaram o saldo total do Ativo e do Passivo, nem o resultado líquido do exercício.

Nos quadros abaixo encontram-se demonstradas as reclassificações realizadas:

a) Ativo

| Ativo | Valor Original | Reclassificação | Valor Reclassificado |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | **1.271.637** | **-** | **1.271.637** |
| **Caixa** | **26.827** | (25.866) | **961** |
| Títulos públicos federais | 237.973 | (237.973) | - |
| Fundo de investimento | 103.769 | 263.839 | 367.608 |
| Créditos Imobiliários | 296.552 | (4.209) | 292.343 |
| Créditos perante o Setor Público | - | 4.209 | 4.209 |
| **Não Circulante** | **13.249.672** | **-** | **13.249.672** |
| Créditos Imobiliários | 1.068.661 | (8.947) | 1.059.714 |
| Créditos perante o Setor Público | - | 8.947 | 8.947 |
| Créditos Vinculados | 102.046 | (39.137) | 62.909 |
| Depósitos judiciais | - | 39.137 | 39.137 |
| **Total do Ativo** | **14.521.309** | **-** | **14.521.309** |

b) Passivo

| Passivo | Valor Original | Reclassificação | Valor Reclassificado |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | **651.309** | **-** | **651.309** |
| Obrigações com pessoal | 8.372 | 2.074 | 10.446 |
| Obrigações com fornecedores | 20.772 | (2.076) | 18.696 |
| Obrigações por repasses | 6.138 | 125.737 | 131.875 |
| Obrigações com mutuários | 125.735 | (125.735) | - |
| **Total do Passivo** | **14.521.309** | **-** | **14.521.309** |

c) Demonstração do resultado do período:

| Descrição | Valor Original | Reclassificações | Valor Reclassificado |
|---|---|---|---|
| **Receita Bruta** | **1.272.067** | **568** | **1.272.635** |
| **Despesas Administrativas** | **(65.781)** | **-** | **(65.781)** |
| Despesa de pessoal | (25.793) | (8.249) | (34.042) |
| Despesa de serviços de terceiros | (33.453) | 8.249 | (25.204) |
| **Receitas / Despesas Operacionais** | **64.047** | **(568)** | **63.479** |
| Receitas | 241.159 | (568) | 240.591 |
| Reversões/Provisões Líquidas | 53.302 | (53.302) | - |
| Perda de Crédito Esperada (líquida) | - | 378.065 | 378.065 |
| Redução ao Valor Recuperável de ativos financeiros (líquida) | - | (313.082) | (313.082) |
| Redução ao Valor Recuperável de outros ativos (líquida) | - | (10.677) | (10.677) |
| Provisões (reversões) para causas cíveis | - | (1.004) | (1.004) |
| **Resultado Líquido do Exercício** | **190.217** | **-** | **190.217** |

d) Demonstração do fluxo de caixa:

| Descrição | Valor Original | Reclassificações | Valor Reclassificado |
|---|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | | |
| **Resultado do exercício ajustado** | **1.010.690** | **-** | **1.010.690** |
| Perdas de crédito esperada | (122.203) | (255.862) | (378.065) |
| Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros | 67.897 | 255.862 | 323.759 |
| **Variações nos ativos** | **(665.509)** | **391** | **(665.118)** |
| (Aumento) redução dos títulos públicos federais | (107.807) | 107.807 | - |
| (Aumento) redução dos fundos de investimentos | (41.447) | (107.417) | (148.864) |
| (Aumento) redução dos títulos CVS | - | (14.035) | (14.035) |
| (Aumento) redução das operações de crédito imobiliário | 222.753 | (5.558) | 217.195 |
| (Aumento) redução dos créditos perante o setor público | - | 5.558 | 5.558 |
| (Aumento) redução dos créditos vinculados | 53.004 | 19.846 | 72.850 |
| (Aumento) redução dos depósitos judiciais | - | (5.810) | (5.810) |
| **Variações nos passivos** | **(152.582)** | **-** | **(152.582)** |
| Aumento (redução) de obrigações com pessoal | 1.679 | 232 | 1.911 |
| Aumento (redução) de obrigações com fornecedores | (4.375) | (210) | (4.585) |
| Aumento (redução) de obrigações por repasse | (26.660) | (119.853) | (146.513) |
| Aumento (redução) de obrigações com mutuários | (119.831) | 119.831 | - |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **192.599** | **391** | **192.990** |
| **Redução líquida do caixa** | **(24.206)** | **391** | **(23.815)** |
| **Modificação na posição financeira** | | **-** | |
| No início do exercício | 51.033 | (26.257) | 24.776 |
| No fim do exercício | 26.827 | (25.866) | 961 |
| **Redução líquida do caixa** | **(24.206)** | **391** | **(23.815)** |

A variação em "Redução líquida do caixa" se deu em contrapartida à "Variação nos ativos", tendo em vista a reclassificação do saldo de Operações Compromissadas (OPC) para a rubrica " Fundos de Investimento" (Nota 4).

## 3. Principais práticas contábeis

**3.1 Práticas contábeis**

As práticas contábeis adotadas no exercício de 2018 foram aplicadas consistentemente com os critérios utilizados no encerramento do exercício de 2017 e observadas as novas normas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 20183.

**3.2 Pronunciamentos Contábeis aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018**

**3.2.1 Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

**3.2.1.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

As principais mudanças identificadas pela EMGEA em decorrência da adoção do CPC 48 estão relacionadas à classificação, mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros.
Considerando o modelo de negócio da Empresa e as características de seus instrumentos financeiros, foram introduzidas duas categorias de mensuração de ativos financeiros:
a) Custo Amortizado (CA): utilizada quando os ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
b)Valor Justo por meio do Resultado (VJR): utilizada para ativos financeiros mantidos para receber fluxos de caixa oriundos de suas vendas.
Foram classificados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) os ativos financeiros constituídos por Fundos de Investimentos. Esses ativos são contabilizados pelo valor de mercado, que é representado pelo valor justo da cota, divulgado pelo Administrador dos Fundos.
Considerando a escala de níveis de informação disponíveis para apuração do valor justo, são utilizadas informações de "Nível 1", nos termos do CPC 48.
Foram classificados ao Custo Amortizado (CA) os títulos CVS; as operações de crédito imobiliário, crédito comercial e crédito perante o setor público; os créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e os créditos vinculados a essas operações.
Os passivos financeiros foram classificados ao Custo Amortizado (CA), uma vez que a EMGEA não os mantém para negociação.

Segue abaixo quadro demonstrativo da nova classificação adotada:

| Ativos Financeiros (Circulante/Não circulante) | Classificação CPC 38 | Classificação CPC 48 | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|---|---|
| Caixa | | | 957 | 961 |
| Fundos de investimento | VJR | VJR | 527.511 | 367.608 |
| Créditos Imobiliários | Empréstimos e Recebíveis | Custo amortizado | 1.161.200 | 1.352.057 |
| Créditos perante o Setor Público | Empréstimos e Recebíveis | Custo amortizado | 8.765 | 13.156 |
| Créditos Comerciais | Empréstimos e Recebíveis | Custo amortizado | 59.403 | 441.357 |
| Créditos Vinculados | Empréstimos e Recebíveis | Custo amortizado | 83.839 | 118.148 |
| Títulos CVS | VJR | Custo amortizado | 43.244 | 14.036 |
| Créditos perante o FCVS | Empréstimos e Recebíveis | Custo amortizado | 12.475.089 | 11.749.592 |
| **Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)** | | | | |
| Financiamentos | Empréstimos e Recebíveis | Custo amortizado | 3.864.177 | 3.876.558 |

**3.2.1.2 Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros**
Para a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros classificados ao Custo Amortizado (CA) foram utilizados modelos de mensuração considerando:
a) a perda de crédito esperada: perda decorrente de inadimplência (risco de crédito da contraparte);
b) outras perdas esperadas: perdas decorrentes de eventos inerentes ao processo operacional do ativo financeiro, não relacionadas ao risco de crédito.

**3.2.1.3 Perda de crédito esperada**
O modelo de perda de crédito esperada substitui o modelo anterior de provisão com base na perda incorrida. A EMGEA adotou a classificação do ativo financeiro em três estágios, de acordo com o risco de crédito (risco de inadimplência) do devedor:
• Estágio 1: ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito. Risco de crédito baixo;
• Estágio 2: ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente. Risco de crédito médio. Representa a perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro e considera todos os eventos de inadimplência possíveis;
• Estágio 3: ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito. Risco de crédito alto ou extremo. Assim como no "Estágio 2", representa a perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro e considera todos os eventos de inadimplência possíveis.
Os ativos financeiros podem migrar de um Estágio para outro se houver alterações significativas no respectivo risco de crédito, devidamente justificadas e comprovadas.
As carteiras de crédito imobiliário e de crédito comercial, por serem compostas por créditos com problemas de recuperação, nos termos previsto no CPC 48 (Apêndice A - Definição de termos, "Ativo financeiro com problema de recuperação de crédito"), foram classificadas no Estágio 3. São créditos já adquiridos com problemas de recuperação (financiamentos e empréstimos originalmente concedidos pela CAIXA).
Para efeito de análise e mensuração da perda esperada, os créditos foram agrupados nas seguintes categorias, considerando a similaridade de suas características:
• Crédito imobiliário perante pessoas físicas, com cobertura do FCVS - Cessão inicial;
• Crédito imobiliário perante pessoas físicas, sem cobertura do FCVS - Cessão inicial;
• Crédito imobiliário perante pessoas físicas, com cobertura do FCVS - Carteira adquirida em 2014;
• Crédito imobiliário perante pessoas físicas, sem cobertura do FCVS - Carteira adquirida em 2014;
• Crédito imobiliário perante pessoas jurídicas do setor privado;
• Crédito comercial, carteira "Minha Casa Melhor";
• Crédito comercial, exceto carteira "Minha Casa Melhor";
• Crédito perante pessoas jurídicas do setor público;
• Créditos perante o FCVS.
Os créditos perante o FCVS têm como contraparte o Fundo de Compensação de Variações Salariais, com garantia da União, o que os caracteriza como ativos financeiros com baixo risco de crédito. Não obstante, prudencialmente, a Administração optou por utilizar o modelo dos três Estágios para classificar os créditos perante o FCVS, considerando, ao invés da perda de crédito esperada, as possíveis perdas ao longo do processo operacional de realização dos créditos perante o FCVS (nas etapas de habilitação, homologação, validação e novação). Para a categorização, foi adotado o critério de classificar:
• no Estágio 1: créditos nas situações "Homologado Validado"; "Homologado pré-novado" e "VAF 3 e VAF 4 não novados";
• no Estágio 2: créditos nas situações "Não habilitado"; "Habilitado, não homologado"; "Homologado, sem manifestação pela EMGEA"; e "Homologado, não validado pela EMGEA";
• no Estágio 3: créditos para os quais a Administradora do FCVS já opinou pela negativa de cobertura, mas que, no entanto, são passíveis de recurso para reversão da negativa (créditos nas situações "Homologado com negativa de cobertura, passível de recurso" e "Homologado com negativa de cobertura, passível de recurso - CADMUT").
As perdas estimadas são reconhecidas no resultado no grupo Receitas/Despesas – Perda de crédito esperada (líquida)

**3.2.1.4 Outras perdas esperadas, não relacionadas ao risco de crédito**
Independentemente da perda de crédito esperada, para cada ativo financeiro foram levantados e mensurados os eventos que, embora não relacionados a risco de crédito (inadimplência do devedor) podem reduzir o valor do ativo (reduzir os fluxos de caixa contratuais), como é o caso da taxa de performance, que é um percentual do crédito recuperado que deve ser pago às empresas contratadas para a prestação de serviços de cobrança, a título de remuneração. Tem valor variável, uma vez que depende do montante efetivamente recebido do devedor.

**3.2.1.5 Principais impactos da adoção do CPC 48 e redução ao valor recuperável dos principais ativos financeiros**

Na adoção inicial do CPC 48, as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 não serão reapresentadas, conforme amparado no item 7.2.15 do referido Pronunciamento.
O quadro a seguir ilustra os principais efeitos da adoção do CPC 48, que compreendem o reconhecimento de receitas e a perda de crédito esperada, bem como ajustes relacionados à redução dos ativos financeiros ao valor recuperável.

| Ativo financeiro | Ajuste no reconhecimento de receitas | Perda de Crédito Esperada | Redução ao valor Recuperável | Ajustes de exercícios anteriores |
|---|---|---|---|---|
| Créditos Imobiliários | 434.996 | (406.858) | (27.450) | 688 |
| Créditos perante o FCVS | (1.347.110) | - | 1.171.530 | (175.580) |
| **Impacto exercícios anteriores** | **(912.114)** | **(406.858)** | **1.144.080** | **(174.892)** |

| Ativo financeiro | Ajuste no reconhecimento de receitas | Perda de Crédito Esperada | Redução ao valor Recuperável | Resultado (2018) |
|---|---|---|---|---|
| Créditos Imobiliários | (39.707) | 39.409 | 3.882 | 3.584 |
| Créditos Comerciais | - | (255.564) | 58.549 | (197.015) |
| Créditos perante o Setor Público | - | - | (179) | (179) |
| Créditos perante o FCVS | 205.951 | - | 165.777 | 371.728 |
| Depósitos Judiciais | - | - | (12.238) | (12.238) |
| Saldo Reposicionamento de Cessão | - | - | (15.213) | (15.213) |
| **Impacto Resultado 2018** | **166.244** | **(216.155)** | **200.578** | **150.667** |

**3.2.2 Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente**
O CPC 47 requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. Como as receitas da EMGEA são majoritariamente derivadas de obrigações de contrapartes em ativos financeiros, a adoção do CPC 47, em 1º de janeiro de 2018, não produziu impactos nas demonstrações financeiras do exercício.

**3.3 Pronunciamentos Contábeis aplicáveis aos próximos exercícios**

**3.3.1 Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil**
O CPC 06 (R2), que deverá ser aplicado a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Não estão previstos impactos significativos nas demonstrações financeiras da EMGEA.

**3.4 Reconhecimento de receitas e despesas**

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, independentemente de recebimento ou pagamento.
Para o reconhecimento das receitas foram considerados os fluxos de caixa contratuais do instrumento financeiro, sendo que:
a) no caso dos ativos enquadrados nos Estágios 1 e 2 (ativos sem problemas de recuperação), foi aplicada a taxa de juros efetiva;
b) no caso de ativos financeiros enquadrados no Estágio 3 (ativos com problemas de recuperação), foi aplicado, como redutor, o mesmo percentual da perda de crédito esperada.
Particularmente para os ativos financeiros enquadrados no Estágio 3, foram reconhecidas receitas apenas nas carteiras de crédito imobiliário perante pessoas físicas e de créditos perante o FCVS. Não foram reconhecidas receitas na carteira de crédito imobiliário perante pessoas jurídicas, uma vez que a perda de crédito esperada corresponde a 100% do saldo, e na carteira de crédito comercial, cujos contratos estão, na totalidade, inadimplidos e os saldos devedores foram mantidos pelo valor na data da aquisição da carteira (não são mais atualizados pelas taxas contratuais).

**3.5 Reconhecimento de perdas incorridas**

**3.5.1Perdas decorrentes de execução de garantias**
As diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados como garantia, quando este é inferior, por ocasião de sua adjudicação, arrematação ou dação, são registradas em contas a receber como créditos remanescentes, sendo simultaneamente constituída provisão de igual valor para perdas na realização desses valores no caso de pessoa jurídica, e baixado diretamente no resultado, no caso de pessoa física. No caso de garantias avaliadas de valor superior ao montante do crédito a receber, nenhum ganho é reconhecido.
Essas perdas são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica Despesas do grupo Receitas / Despesas Operacionais.

**3.5.2 Perdas decorrentes de reestruturação de contratos**

Quando possível, a EMGEA procura reestruturar seus contratos de operações de créditos ao invés de adjudicar a garantia vinculada. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao financiamento, incluindo os possíveis descontos concedidos.
Quando os prazos dos financiamentos são renegociados, são utilizados os encargos originais, antes da modificação desses prazos, e qualquer redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado em "perdas com ativos financeiros".
A EMGEA revisa continuamente os contratos reestruturados para garantir o cumprimento dos critérios e a realização dos respectivos pagamentos.
Os empréstimos renegociados continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, conforme descrito na Nota anterior.

**3.5.3 Perdas decorrentes por incentivo a liquidações antecipadas**

A EMGEA possui como política de incentivo à aceleração de liquidações antecipadas de contratos de financiamentos habitacionais, com ou sem a cobertura do FCVS, e para contratos comerciais, as quais podem resultar na redução substancial do saldo devedor.
As despesas com descontos decorrentes dessas medidas são reconhecidas diretamente no resultado no momento da liquidação ou da renegociação de seus contratos, e estão apresentadas nas demonstrações de resultado em "Dedução da Receita Bruta".
Para os descontos nas operações adquiridas com deságio, somente é reconhecida no resultado a parcela que exceder o valor do deságio.

**3.6 Baixa de ativos e passivos financeiros**

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, ou quando a cobrança administrativa ou judicial for considerada antieconômica, o ativo é baixado, mediante transferência para perdas, simultaneamente com a reversão da perda esperada relacionada.

Caso uma| baixa seja posteriormente recuperada, o montante é lançado a crédito da rubrica "Recuperação de Créditos Baixados como Perda", que sensibiliza a "Receita Bruta" na Demonstração do Resultado do Exercício.

A baixa de passivos financeiros é efetuada quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiram.

**3.7 Ativos não circulantes mantidos para venda**

Representam os bens recebidos por execução de garantias vinculadas às operações de crédito imobiliário, classificados de acordo com o CPC 31 – Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada, considerando que estão mantidos essencialmente com o propósito de serem alienados. São reconhecidos pelo menor dos dois valores entre o valor contábil e o valor líquido de venda menos o custo de vender mensurado na data em que forem classificados nessa categoria.

Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nessa categoria.

Perdas no valor recuperável de um ativo destinado à venda como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidos em "Redução ao Valor Recuperável" na demonstração de resultado.

Os ganhos decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) somente são reconhecidos na demonstração de resultado até o valor equivalente às perdas previamente reconhecidas naquelas reduções.

A diferença entre o valor de alienação do ativo e o seu valor contábil é reconhecida na demonstração do resultado, em "Lucro na alienação de imóveis não de uso", quando positiva, e em "Prejuízo na alienação de imóveis não de uso", quando negativa, no grupo Receitas / Despesas Operacionais.

A redução ao valor recuperável desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação disponibilizado pela CAIXA e inclui o custo do laudo de avaliação dos imóveis e comissão de venda (Nota 9)

**3.8 Ativo imobilizado**

O grupo do ativo imobilizado é representado pelos ativos tangíveis e está registrado contabilmente pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens (Nota 12).

As vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado são as seguintes:

• Móveis, máquinas e equipamentos: 10 anos;
• Sistemas de informática: 5 anos;
• Benfeitoria em imóveis de terceiros: 5 anos.

**3.9 Provisão para riscos cíveis**

A EMGEA constitui provisão para riscos cíveis de acordo com os critérios definidos no CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Segundo esse CPC, uma provisão deve ser constituída quando:

a) a entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado;
b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Os critérios para constituição da provisão para riscos cíveis estão divulgados na Nota 20.

**3.10 Impostos e contribuições correntes e diferidos**

**3.10.1 Tributos correntes**

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social com base na alíquota de 9%, ambas aplicáveis ao lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos, quando aplicável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Os tributos PASEP e COFINS são apurados de acordo com a legislação tributária em vigor e estão apresentados nas demonstrações de resultados nos respectivos grupos de receitas que lhes deram origem.

**3.10.2. Tributos diferidos**

A EMGEA não registra nenhum ativo ou passivo fiscal diferido sobre diferenças temporárias ou sobre prejuízos fiscais ou bases negativas de contribuição social em razão da ausência de previsibilidade quanto à realização futura de tais impostos diferidos.

**3.10.3. Impostos e contribuições a recuperar**

Os impostos e contribuições a recuperar oriundos de pagamentos a maior de exercícios anteriores e de estimativas recolhidas ou compensadas no exercício corrente foram reconhecidos contabilmente com base no direito sobre esses créditos e mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o ente tributante.

Os créditos são corrigidos pela taxa SELIC, conforme disposto no artigo 39 da Lei nº 9.250/95 e vêm sendo utilizados em compensações no pagamento de tributos.

Os valores relacionados a impostos e contribuições a recuperar estão divulgados na Nota 8.

## 4. Fundos de Investimento

Seguindo os critérios estabelecidos pelo artigo 2º da Resolução CMN nº 3.284 de 25.5.2005 (alterado pela Resolução CMN nº 4.034 de 30.11.2011) a EMGEA aplica suas disponibilidades financeiras em fundos de investimentos denominados Fundos Extramercado geridos por instituições financeiras federais, a Caixa Econômica Federal (CAIXA) e o Banco do Brasil (BB).

Em 2017, o saldo dos recursos aplicados no Fundo de Investimentos Caixa Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa era apresentado no balanço de forma segregada de acordo com os principais ativos que o compunham, sendo esses Operações Compromissadas e Títulos Públicos Federais, sob a premissa de se tratar de fundo exclusivo onde a EMGEA é cotista único.

A partir de 2018, os saldos de ambos os fundos (CAIXA Extramercado Exclusivo XXI e BB Extramercado FAE) passaram a ser registrados no ativo da Empresa de maneira agrupada, marcados a mercado e representados pelos valores das cotas multiplicados pelas quantidades de cotas que a EMGEA detinha ao final do exercício. Para fins de transparência, e por se tratar de fundo onde a EMGEA é cotista único, foi mantido nestas Notas Explicativas o detalhamento da composição do Fundo de Investimentos Caixa Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa.

A composição dos saldos é a seguinte:

a) Em 31 de dezembro de 2018:

Fundos de Investimento Extramercado

| Descrição | Qtde Quotas | Valor Quota | Valor Contábil |
|---|---|---|---|
| Fundo BB Extramercado FAE 2 (i) | 101.852.157,80 | 1,8130596810 | 184.664 |
| Bloqueio Judicial (ii) | | | **(177)** |
| Subtotal | - | - | **184.487** |
| Fundo Caixa Extramercado Exclusivo XXI (iii) | 182.913.085,57 | 1,8753384800 | 343.024 |
| Subtotal | | | **343.024** |
| **Total** | | | **527.511** |

Composição do Fundo CAIXA Extramercado Exclusivo XXI

| Descrição | Valor de curva | Valor de mercado | Ganhos / (perdas) não realizadas | Faixas de vencimento |
|---|---|---|---|---|
| Operações Compromissadas (OCP) | 67.956 | 67.956 | | |
| Letras do Tesouro Nacional (LTN) | 99.975 | 99.975 | - | Até 06 meses |
| Letras do Tesouro Nacional (LTN) | 76.137 | 76.291 | 154 | 7 a 12 meses |
| Notas do Tesouro Nacional, série F (NTN-F) | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro (LFT) | 98.801 | 98.802 | 1 | 1 a 3 anos |
| **Total (i)** | **342.869** | **343.024** | **155** | |

b) Em 31 de dezembro de 2017:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

| Descrição | Valor de curva | Valor de mercado | Ganhos / (perdas) não realizadas | Faixas de vencimento |
|---|---|---|---|---|
| Operações Compromissadas (OCP) | 25.865 | 25.865 | | |
| Letras do Tesouro Nacional (LTN) | 50.441 | 50.480 | 39 | Até 06 meses |
| Letras do Tesouro Nacional (LTN) | 1.821 | 1.824 | 3 | 7 a 12 meses |
| Notas do Tesouro Nacional, série F (NTN-F) | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro (LFT) | 185.668 | 185.669 | 1 | Até 06 meses |
| **Total (i)** | **263.795** | **263.838** | **43** | |

Fundo de Investimento BB Extramercado FAE 2:

| Descrição | Qtde Quotas | Valor Quota | Valor Contábil |
|---|---|---|---|
| Fundo BB Extramercado FAE 2 (i) | 61.323.798,43 | 1,694980798 | 103.943 |
| Bloqueio Judicial (ii) | | | **(173)** |
| **Total** | | | **103.770** |

(i) Refere-se ao valor das quotas do Fundo BB Extramercado FAE 2 com liquidez diária, administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM S.A. A rentabilidade média bruta foi de, aproximadamente, 6,97% em 2018 (11,04% em 2017).

(ii)Refere-se ao valor de bloqueio judicial reclassificado para outros créditos vinculados (Nota nº 6.1).

(iii)Refere-se ao valor das quotas do Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa, administrado pela Caixa Econômica Federal. A rentabilidade no exercício de 2018 foi de 6,91% (11,03% no exercício de 2017).

## 5. Operações de Créditos

O saldo de operações de crédito refere-se aos créditos transferidos à EMGEA pela CAIXA em decorrência de Instrumentos Contratuais de Cessão firmados com aquela Instituição. É composto por contratos de crédito imobiliário de responsabilidade de pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS); de pessoas jurídicas, representadas por Construtoras, Cooperativas Habitacionais, Liquidandas e Repassadoras; créditos perante o Setor Público e contratos de crédito comercial.

**5.1 Créditos Imobiliários**

**5.1.1 Composição da carteira de crédito imobiliário**

a)Em 31 de dezembro de 2018:

| Descrição | 31.12.2018 | | |
|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Total |
| Saldo devedor (i) | 283.299 | 6.758.859 | 7.042.158 |
| Deságio (ii) | (3.666) | (74.508) | (78.174) |
| Perda de crédito esperada (iii) | (63.447) | (5.715.769) | (5.779.216) |
| Redução ao valor recuperável - Taxa Performance (iv) | (3.456) | (20.112) | (23.568) |
| **Total** | **212.730** | **948.470** | **1.161.200** |

b) Em 31 de dezembro de 2017:

| Descrição | 31.12.2017 | | |
|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Total |
| Saldo devedor (i) | 537.529 | 6.685.006 | 7.222.535 |
| Deságio (ii) | (24.491) | (59.835) | (84.326) |
| Perda de Crédito Esperada (v) | (220.695) | (5.565.457) | (5.786.152) |
| **Total** | **292.343** | **1.059.714** | **1.352.057** |

(i) O saldo devedor corresponde às parcelas vencidas e vincendas dos contratos da carteira de créditos imobiliários, deduzido das contas retificadoras rendas a apropriar e diferencial de juros Lei nº 10.150/2000, calculado com base no saldo contábil ajustado pela taxa efetiva de juros.

(ii) O deságio corresponde à diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos imobiliários decorrentes do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de 30.9.2014.

(iii) Refere-se à perda de crédito esperada das operações de crédito imobiliário calculada sobre o saldo devedor dos contratos.

(iv) Refere-se ao ajuste ao valor recuperável decorrente da estimativa de pagamento da taxa de performance devida ao prestador de serviços CAIXA.

(v) Refere-se a perda de crédito esperada sobre os saldos das operações.

**5.1.2 Distribuição da carteira de crédito imobiliário**

a) Em 31 de dezembro de 2018:

| Tipo | 31.12.2018 | | |
|---|---|---|---|
| | Com cobertura do FCVS | Sem cobertura do FCVS | Total |
| Pessoa Física | 215.329 | 4.742.006 | 4.957.335 |
| Deságio | (413) | (77.761) | (78.174) |
| Perda de crédito esperada | (187.004) | (3.507.413) | (3.694.417) |
| Redução ao valor recuperável - Taxa Performance | (558) | (23.010) | (23.568) |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Total Pessoa Física** | **27.354** | **1.133.822** | **1.161.176** |
| Pessoa Jurídica - Setor Privado | - | 2.084.823 | 2.084.823 |
| Perda de crédito esperada - Setor Privado | - | (2.084.799) | (2.084.799) |
| **Total Pessoa Jurídica** | **-** | **24** | **24** |
| **Total** | **27.354** | **1.133.846** | **1.161.200** |

b) Em 31 de dezembro de 2017:

| Tipo | 31.12.2017 | | |
|---|---|---|---|
| | Com cobertura do FCVS | Sem cobertura do FCVS | Total |
| Pessoa Física | 225.087 | 4.874.856 | 5.099.943 |
| Deságio | (490) | (83.836) | (84.326) |
| Perda de crédito esperada | (183.885) | (3.480.027) | (3.663.912) |
| Redução ao valor recuperável - Taxa Performance | - | - | - |
| **Total Pessoa Física** | **40.712** | **1.310.993** | **1.351.705** |
| Pessoa Jurídica - Setor Privado | - | 2.122.592 | 2.122.592 |
| Perda de crédito esperada - Setor Privado | - | (2.122.240) | (2.122.240) |
| **Total Pessoa Jurídica** | **-** | **352** | **352** |
| **Total** | **40.712** | **1.311.345** | **1.352.057** |

**5.1.3 Movimentação da perda de crédito esperada**

No período, a movimentação da perda de crédito esperada, calculada sobre os saldos a receber das operações de crédito imobiliário, foi a seguinte:

| Faixa de Atraso | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | (5.786.152) | (6.280.899) |
| Saldo inicial ajustado (i) | (6.193.010) | - |
| Reversão de perda de crédito esperada | 960.541 | 892.293 |
| Reforço de perda de crédito esperada | (546.747) | (397.546) |
| Movimentação líquida nas perdas de créditos esperada | 413.794 | 494.747 |
| **Saldo final** | **(5.779.216)** | **(5.786.152)** |

(i) Saldo inicial ajustado considerando o recálculo da perda de crédito esperada calculada conforme CPC 48 (Nota 3.2.1.5).

**5.2. Créditos perante o Setor Público**

a) Em 31 de dezembro de 2018:

| Descrição | 31.12.2018 | | |
|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Total |
| Saldo devedor (i) | 3.631 | 5.313 | 8.944 |
| Redução ao valor recuperável - Taxa Performance | (179) | - | (179) |
| **Total** | **3.452** | **5.313** | **8.765** |

(i) Créditos enquadrados no estágio 1 – ativos sem problemas de recuperação de crédito.

b) Em 31 de dezembro de 2017:

| Descrição | 31.12.2017 | | |
|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Total |
| Saldo devedor | 4.209 | 8.947 | 13.156 |
| **Total** | **4.209** | **8.947** | **13.156** |

**5.3. Créditos Comerciais**

Referem-se aos créditos transferidos à EMGEA pela CAIXA, em decorrência do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30.9.2014, representados por contratos comerciais perante pessoas físicas.

Em dezembro de 2018, foram reavaliados os critérios para estimativa da perda esperada da carteira de Créditos Comerciais denominada Minha Casa Melhor (MCM). A Administração optou por utilizar para essa carteira, a partir de dezembro de 2018, o mesmo percentual de perda esperada adotado para os demais Créditos Comerciais, o que resultou em um acréscimo de perda esperada, conforme demonstrado na Nota 5.3.1.

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **45.075** | **115.195** |
| Saldo Devedor (i) | 1.824.874 | 2.469.865 |
| Deságio - Créditos Comerciais (ii) | (1.500.330) | (2.279.443) |
| Perda de crédito esperada (iii) | (265.227) | (75.227) |
| Redução ao Valor Recuperável - Taxa de Performance (iv) | (14.242) | - |
| **Não Circulante** | **14.328** | **326.162** |
| Saldo Devedor (i) | 305.363 | 2.645.407 |
| Deságio - Créditos Comerciais (ii) | (206.853) | (2.258.049) |
| Perda de crédito esperada (iii) | (79.655) | (61.196) |
| Redução ao valor recuperável - Taxa de Performance (iv) | (4.527) | - |
| **Total** | **59.403** | **441.357** |

Composto por contratos perante pessoas físicas, originados de financiamentos de bens de consumo duráveis, materiais de construção, crédito rotativo, Minha Casa Melhor e crédito direto ao consumidor.

(i) O deságio corresponde à diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos comerciais.

(ii) Refere-se à perda de crédito esperada relativa a contratos da carteira comercial no montante de R$ 344.882 em 31.12.2018 (R$ 136.423 em 31.12.2017).

(iii) Refere-se ao ajuste ao valor recuperável decorrente da estimativa de pagamento da taxa de performance a ser paga aos prestadores de serviços, calculada com base no saldo contábil líquido estimado e aplicando-se os percentuais contratados.

**5.3.1 Movimentação da perda de crédito esperada**

No período, a movimentação da perda de crédito esperada, calculada sobre as operações de crédito comercial, foi a seguinte:

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **(136.423)** | **(19.741)** |
| Reversão de perda de crédito esperada (i) | 110.575 | 40.287 |
| Reforço de perda de crédito esperada (ii) | (319.034) | (156.969) |
| **Movimentação líquida nas provisões** | **(208.459)** | **(116.682)** |
| **Saldo final** | **(344.882)** | **(136.423)** |

(i) No período ocorreu reversão de perda de crédito esperada para a carteira comercial no montante de R$ 110.575, em contrapartida com o lançamento para perdas dos créditos com mais de 1.800 dias de atraso, baixados dos cadastros restritivos e sem histórico de recebimentos, conforme aprovado pela Administração (Nota nº 22.2.3).

(ii) No período ocorreu reforço de perda de crédito esperada no montante líquido de R$ 319.034 para os produtos da carteira de créditos comerciais, conforme autorizado pela Administração, principalmente pela perda de crédito esperada adicional efetuada para a carteira Minha Casa Melhor no montante de R$ 255.564 em 31.12.2018 (Nota 3.2.1.5).

## 6. Créditos Vinculados

**6.1. Créditos Vinculados – Circulante**

Referem-se aos créditos vinculados às operações de créditos imobiliários, comerciais, imóveis não de uso e outros valores, cuja composição é a seguinte:

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| **Créditos Vinculados** | **99.608** | **123.026** |
| Movimentação financeira - CAIXA (i) | 7.050 | 22.438 |
| Desembolso com execuções a recuperar(ii) | 61.262 | 62.114 |
| Débitos remanescentes (iii) | 11.694 | 11.881 |
| Indenizações de sinistro a receber (iv) | 6.955 | 9.975 |
| Valores a apropriar (v) | 7.452 | 11.557 |
| Créditos a receber na novação do FCVS (vi) | 4.575 | 4.435 |
| FGTS a receber (vii) | 134 | 164 |
| Bloqueios judiciais (viii) | 283 | 245 |
| Outros recebíveis (ix) | 203 | 217 |
| **Redução ao valor recuperável** | **(66.833)** | **(67.787)** |
| Desembolso de execução a recuperar (x) | (55.139) | (55.906) |
| Débitos remanescentes (xi) | (11.694) | (11.881) |
| **Total** | **32.775** | **55.239** |

(i) Valores arrecadados pela CAIXA relativos às prestações e às liquidações de financiamentos imobiliários e créditos comerciais, à alienação de imóveis e outros, ainda pendentes de repasse à EMGEA.

(ii) Desembolsos efetuados em processos de execução judicial e extrajudicial de créditos a receber que poderão ser recebidos ao final dos processos.

(iii) Valores referentes às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação desses imóveis, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação, no caso de pessoa jurídica.

(iv) Saldo a receber da seguradora, relativo a indenizações de seguros em decorrência de sinistros de morte e de invalidez permanente.

(v) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA para posterior repasse à EMGEA.

(vi) Valores a receber decorrentes de débitos de contribuição compensados indevidamente nos contratos de novação de créditos perante o FCVS.

(vii) Saldo a receber do FGTS referente a valores utilizados nas liquidações e nas reestruturações de operações de créditos imobiliários.

(viii) Referem-se, basicamente, a valores bloqueados em caixa e nos fundos de investimento da Empresa, em atendimento a determinações judiciais relacionadas a processos judiciais na esfera passiva de créditos imobiliários.

(ix) Referem-se a adiantamento a funcionários como férias, MBA, diárias, auxílio moradia e pagamento de pequenas despesas com fundo rotativo.

(x) Redução ao valor recuperável constituída sobre o saldo de desembolso com execuções a recuperar com base no histórico de recuperação dos valores dos mutuários.

(xi) Redução ao valor recuperável referente ao total da diferença apurada entre os saldos devedores de operações de crédito imobiliário e os valores de avaliação desses imóveis, quando da sua adjudicação ou arrematação, no caso de pessoa jurídica.

**6.2. Créditos Vinculados – Não circulante**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| **Créditos Vinculados** | **305.716** | **299.102** |
| Créditos a receber da União - retenção indevida de IR (i) | 186.146 | 182.333 |
| Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (ii) | 53.739 | 53.878 |
| Permuta de créditos com a CAIXA - Saldo de reposicionamento (iii) | 58.023 | 54.996 |
| PLD - seguro de crédito (iv) | 7.808 | 7.895 |
| **Redução ao valor recuperável** | **(254.652)** | **(236.193)** |
| Créditos a receber da União - retenção indevida de IR (v) | (186.146) | (182.333) |
| Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (vi) | (45.485) | (45.965) |
| Permuta de créditos com a CAIXA - Saldo de reposicionamento (vii) | (15.213) | - |
| PLD - Seguro de crédito (viii) | (7.808) | (7.895) |
| **Total** | **51.064** | **62.909** |

(i) Referem-se aos valores a receber relativos a retenções de imposto de renda na fonte efetuadas pela Itaipu Binacional, em repasses de recursos, no período de 2001 a 2002, oriundos de créditos cedidos pela União à EMGEA para aumento de capital. Os valores foram atualizados com base na variação da taxa Selic.

(ii) Referem-se a valores a receber de agentes cedentes relativos a créditos adquiridos a serem devolvidos para substituição ou ressarcimento, conforme estabelecido nos contratos de cessão.

(iii) Refere-se à diferença em favor da EMGEA decorrente do reposicionamento dos créditos habitacionais e comerciais adquiridos de acordo com Instrumento Contratual de Cessão Onerosa de Créditos entre a CAIXA e a EMGEA de 30.9.2014, conforme Termo Aditivo ao Instrumento Particular formalizado em 30.1.2015. Conforme previsto contratualmente, o valor da diferença é atualizado com base no percentual nominal de 5,37% a.a., acrescido de Taxa Referencial (TR).

(iv) Perda Líquida Definitiva (PLD) – Seguro de crédito inclui a diferença negativa entre a realização da garantia e o custo de aquisição do imóvel do SFH, por adjudicação, arrematação ou dação de pagamento.

(v) A Administração estimou perda no valor recuperável na totalidade do valor dos créditos de R$ 186.146, tendo em vista que a ação de Repetição de Indébito impetrada pela EMGEA teve sentença desfavorável. A Empresa apelou da sentença que lhe foi desfavorável, e, conforme opinião dos seus advogados, o risco de indeferimento do pleito foi classificado como "provável".
(vi) Redução ao valor recuperável para perdas sobre os valores a receber de agentes cedentes relativos à devolução de créditos é apurada com base em valor de expectativa de realização desses créditos, conforme estabelecido nos instrumentos contratuais.
(vii) Considerando que a CAIXA efetuará o pagamento do saldo remanescente com a transferência créditos perante o FCVS, por conservadorismo foi estimada uma perda esperada.
(viii) PLD – Valor integral do crédito – redução ao valor recuperável constituída para a eventualidade de não recebimento da garantia PLD, visto que é considerada de difícil realização.

## 7.Títulos CVS

Refere-se aos Títulos CVS oriundos das novações de dívidas pela União de créditos FCVS e nas negociações para recuperação de créditos.

No exercício de 2018 foram celebrados Contratos de Assunção de Dívidas FCVS – VAF3/VAF4, firmados entre a União e o FGTS, com interveniência da EMGEA, no montante de R$ 103.930, sendo R$ 71.325 relativos a recebimento em espécie e R$ 32.605 em títulos CVS.
A EMGEA apresenta capacidade financeira para manter esses títulos até seus respectivos vencimentos, em convergência com o modelo de negócio definido pela Administração da Empresa. O vencimento final dos títulos é em 2027.

**7.1. Títulos CVS – Circulante**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Títulos e Valores Mobiliários (i) | 5.472 | 14.036 |
| **Total** | **5.472** | **14.036** |

(i) Refere-se as parcelas de amortização e juros pro rata die contida no saldo de Títulos CVS previstas para recebimento até 31.12.19.

**7.2 Títulos CVS – Não Circulante**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Títulos e Valores Mobiliários | 37.772 | - |
| **Total** | **37.772** | **-** |

## 8. Tributos a recuperar

No exercício a movimentação do saldo do Impostos a compensar ou recuperar relativo ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), foi a seguinte:

a) Em 31 de dezembro de 2018:

| Tributos | Saldo em 31.12.2017 | Acréscimos / Baixas | Juros compensatórios | Créditos utilizados nas compensações | Saldo em 31.12.2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| IRPJ | 14.326 | 7.583 | 750 | 14.875 | 7.784 |
| CSLL | 4.218 | 750 | 243 | 4.319 | 892 |
| PASEP | 33 | - | 1 | - | 34 |
| COFINS | 7 | - | - | - | 7 |
| Cont. Prev. | | 95 | - | - | 95 |
| **Total** | **18.584** | **8.428** | **994** | **19.194** | **8.812** |

b) Em 31 de dezembro de 2017

| Tributos | Saldo em 31.12.2016 | Acréscimos / Baixas | Juros compensatórios | Créditos tributários restituídos | Créditos utilizados nas compensações | Saldo em 31.12.2017 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| IRPJ | 14.175 | 14.325 | 1.092 | (535) | (14.731) | 14.326 |
| CSLL | 3.523 | 4.197 | 285 | - | (3.787) | 4.218 |
| PASEP | 32 | - | 1 | - | - | 33 |
| COFINS | 7 | - | - | - | - | 7 |
| Total | 17.737 | 18.522 | 1.378 | (535) | (18.518) | 18.584 |

## 9. Ativos não circulantes mantidos para venda

**9.1 Composição dos saldos:**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Imóveis não de uso | 410.749 | 491.098 |
| Provisão para desvalorização | (79.219) | (87.636) |
| **Total** | **331.530** | **403.462** |

A EMGEA, conforme o CPC 31, classifica no Ativo Circulante a rubrica "Ativos não circulantes mantidos para venda", referente aos imóveis não de uso oriundos da realização de garantias em operações de crédito imobiliário, bem como os imóveis recebidos em dação em pagamento.
Como o modelo de negócios da EMGEA objetiva a recuperação de créditos e o correspondente ingresso de recursos financeiros no caixa da Empresa, todos esses imóveis são ofertados à venda, nas modalidades previstas na legislação (licitação ou venda direta), nas condições em que se encontram e assim que recebidos em dação em pagamento ou retomados por meio de adjudicação, arrematação ou consolidação de propriedade.
Para fazer face à possibilidade de o valor contábil dos imóveis exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda esperada, de acordo com os seguintes critérios:
a) valor estimado para a venda menor que o valor contábil do imóvel, sendo:
• valor estimado para a venda: valor do imóvel indicado no laudo de avaliação, deduzidos os fatores redutores autorizados para incentivo à venda do imóvel (fator por faixa de valor e por tempo de permanência do imóvel no estoque), a comissão a ser paga ao prestador de serviço quando da venda e o custo da elaboração do laudo de avaliação;
• valor contábil do imóvel: valor correspondente ao menor dos valores entre valor de avaliação e valor da dívida na data da realização da garantia ou da dação em pagamento.
b) para os imóveis com maior facilidade para alienação, o cálculo é realizado utilizando o fator redutor por faixa de valor;
c) para os imóveis com considerável dificuldade para alienação, em razão de suas características, o cálculo é realizado utilizando o fator redutor por faixa de valor e o fator redutor por tempo de permanência do imóvel no estoque.

**9.2 Movimentações ocorridas nos períodos:**

a) Em 31 de dezembro de 2018:

| Descrição | Imóveis não de uso |
|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | **491.098** |
| Adições | 92.259 |
| Alienações | (172.608) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **410.749** |

b) Em 31 de dezembro de 2017:

| Descrição | Imóveis não de uso |
|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | **471.178** |
| Adições | 132.341 |
| Alienações | (112.421) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | **491.098** |

## 10.Créditos perante o FCVS

Representam os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que estão em processo de novação com a União. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR) de juros. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS.
No exercício de 2018 foram celebrados Contratos de Assunção de Dívidas FCVS – VAF3/VAF4, firmados entre a União e o FGTS, com interveniência da EMGEA, no montante de R$ 103.930, sendo R$ 71.325 relativos a recebimento em espécie e R$ 32.605 em títulos CVS.
Em dezembro de 2018, conforme explicitado conceitualmente na Nota 3.2.1.3, foram realizados ajustes nas carteiras de créditos FCVS na condição "habilitados homologados" com negativa de cobertura e passíveis de recursos, classificados como estágio 3. Especificamente na carteira antes classificada como "não passível de recursos" e reposicionada para "passível de recursos" com respaldo em pareceres técnicos e jurídicos, foi revisto o índice de perda para redução ao valor recuperável e, em contrapartida, aplicado o mesmo percentual para fins de reconhecimento de receitas oriundas da atualização dos saldos do correspondente ativo financeiro. Os efeitos numéricos desses ajustes podem ser observados nas Notas 22.1 (receita bruta) e 22.5.4 (redução ao valor recuperável).
A composição do saldo é a seguinte:

a) Em 31 de dezembro de 2018:

| Situação dos Contratos | 31.12.2018 | | |
|---|---|---|---|
| | Saldo | Redução valor recuperável | Líquido |
| Não habilitados (i) | 115.790 | (71.446) | 44.344 |
| Habilitados e não homologados (ii) | 802.950 | (498.968) | 303.982 |
| Habilitados e homologados (iii) | 14.201.724 | (1.948.950) | 12.252.774 |
| **Saldo líquido** | **15.120.464** | **(2.519.364)** | **12.601.100** |
| Redução ao valor recuperável - Taxa de performance | | | (126.011) |
| **Saldo contábil líquido** | | | **12.475.089** |

b) Em 31 de dezembro de 2017:

| Situação dos contratos | 31.12.2017 | | |
|---|---|---|---|
| | Saldo | Redução valor recuperável | Líquido |
| Não habilitados (i) | 142.705 | (91.845) | 50.860 |
| Habilitados e não homologados (ii) | 807.516 | (519.717) | 287.799 |
| Habilitados e homologados (iii) | 14.655.022 | (3.244.089) | 11.410.933 |
| **Saldo** | **15.605.243** | **(3.855.651)** | **11.749.592** |

(i) Representam os contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS, pois estão em processo de análise e habilitação na CAIXA (prestadora de serviços da EMGEA).
(ii) Representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da Administradora do FCVS, para homologação.
(iii) Representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e que dependem de formalização de processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

## 11. Depósitos judiciais

Referem-se a bloqueios e depósitos judiciais feitos pela EMGEA decorrentes de ações movidas pelos mutuários de contratos habitacionais e comerciais, do ajuizamento até o encerramento do processo.

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| **Bloqueios** | **46.750** | **39.137** |
| Depósitos Judiciais | 45.424 | 38.005 |
| Bloqueios Judiciais | 1.326 | 1.132 |
| **Provisões para perdas** | **(12.238)** | **-** |
| Redução ao valor recuperável - Depósitos Judiciais (Nota 3.2.1.5) | (12.238) | - |
| **Total** | **34.512** | **39.137** |

## 12. Imobilizado

As movimentações ocorridas nessa rubrica estão representadas a seguir:

a) Em 31 de dezembro de 2018:

| Bens | Saldo líquido em 31.12.2017 | Movimentação | | | Saldo líquido em 31.12.2018 | Custo em 31.12.2018 | Depreciação acumulada em 31.12.2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Aquisição | Baixa | Depreciação | | | |
| Móveis, máquinas e equipamentos | 446 | 42 | - | (122) | 366 | 2.313 | (1.947) |
| Sistema de informática | 2.765 | 5 | - | (770) | 2.000 | 8.212 | (6.212) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | - | | - | | - | 375 | (375) |
| Total | 3.211 | 47 | - | (892) | 2.366 | 10.900 | (8.534) |

b) Em 31 de dezembro de 2017:

| Bens | Saldo líquido em 31.12.2016 | Movimentação | | | Saldo líquido em 31.12.2017 | Custo em 31.12.2017 | Depreciação acumulada em 31.12.2017 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Aquisição | Baixa | Depreciação | | | |
| Móveis, máquinas e equipamentos | 588 | - | - | (142) | 446 | 2.271 | (1.825) |
| Sistema de informática | 1.726 | 1.614 | (228) | (347) | 2.765 | 8.207 | (5.442) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | - | | | | - | 376 | (376) |
| Total | 2.314 | 1.614 | (228) | (489) | 3.211 | 10.854 | (7.643) |

## 13. Passivos financeiros – Financiamentos

Referem-se a obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com garantia da União e com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), assumidas da CAIXA quando da constituição da Empresa. As movimentações ocorridas nos períodos foram as seguintes:

a) Em 31 de dezembro de 2018:

| Credor | 31.12.2018 | Vencimento final | Encargos |
|---|---|---|---|
| FGTS - Dívida vincenda | 1.804.874 | 2.029 | TR + juros de 3,08% a 6% a.a. |
| FGTS - Dívida vincenda (i) | 2.058.938 | 2.021 | Selic |
| FDS | 366 | 2.019 | TR + juros de 0,5% a.a. |
| **Total** | **3.864.178** | | |
| **Passivo circulante** | **165.988** | | |
| **Passivo não circulante** | **3.698.190** | | |

b) Em 31 de dezembro de 2017:

| Credor | 31.12.2017 | Vencimento final | Encargos |
|---|---|---|---|
| FGTS - Dívida vincenda | 1.940.657 | 2.029 | TR + juros de 3,08% a 6% a.a. |
| FGTS - Dívida vincenda (i) | 1.935.046 | 2.020 | Selic |
| FDS | 855 | 2.019 | TR + juros de 0,5% a.a. |
| **Total** | **3.876.558** | | |
| **Passivo circulante** | **163.998** | | |
| **Passivo não circulante** | **3.712.560** | | |

(i) Valores renegociados em 30.12.2014, 30.12.2016 e 24.2.2017, com base nas Resoluções do Conselho Curador do FGTS nºs 752/2014 e 809/2016, por meio das quais foram repactuadas em 2014 as condições da dívida com origem em operações de habitação, e em 2016 e 2017, os passivos com origem em operações de infraestrutura e saneamento, no valor de R$ 1.585 milhões em 31.12.2017 e R$ 179.854 em 24.2.2017. As últimas repactuações (2016 e 2017) consistem na concessão de carência, para pagamento das obrigações da EMGEA com o Fundo, de 36 meses, prorrogável, a critério do Agente Operador do Fundo, por mais 18 meses, mediante a dação em garantia de créditos perante o FCVS. Durante o período de carência, a dívida será atualizada com base na taxa Selic. Em 2018 foi concedida pelo Agente Operador prorrogação da carência, por mais 18 meses, conforme previsto contratualmente e na Resolução do Conselho Curador do FGTS nºs 809/2016.

O saldo dos financiamentos classificados no "Não circulante - Passivos financeiros - Financiamentos" tem o seguinte vencimento:

| Vencimento | Posição de 31.12.2018 |
|---|---|
| 2020 | 163.925 |
| 2021 | 370.474 |
| 2022 | 2.016.315 |
| 2023 | 163.925 |
| 2024 a 2029 | 983.551 |
| **Total** | **3.698.190** |

Os Contratos mantidos com o FGTS e FDS não contem condições restritivas financeiras, sendo que, para o caso do FGTS, as obrigações assumidas possuem garantia da União.

## 14. Obrigações com pessoal

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **10.711** | **10.446** |
| Salários a pagar | 986 | 1.164 |
| Pessoal requisitado de terceiros (i) | 1.156 | 2.073 |
| Férias a pagar | 1.577 | 1.528 |
| Participação no lucro - Administradores (ii) | 1.758 | 1.469 |
| Participação no lucro - Empregados (iii) | 4.193 | 3.230 |
| INSS a recolher | 759 | 697 |
| FGTS a recolher | 282 | 285 |
| **Não Circulante** | **469** | **284** |
| Participação no lucro - Administradores (ii) | 469 | 284 |
| **Total** | **11.180** | **10.730** |

(i) Refere-se a valores a serem reembolsados aos órgãos da administração pública federal, relativos ao custo com pessoal cedido, enquanto a empresa não dispuser de quadro de pessoal próprio. Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, a EMGEA ressarce integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Empresa de Origem

(ii) Referem-se aos valores de participação nos lucros aos Administradores, relativos aos exercícios de 2012 (R$ 97), 2013 (R$ 204), 2014 (R$ 369), 2015 (R$ 276), 2016 (R$ 355), 2017 (R$ 463), e 2018 (R$ 463) que foram atualizados pelo IPCA 31.12.2018, uma vez que os valores não foram pagos, em decorrência da decisão do acionista controlador em condicionar a aprovação da destinação do resultado dos exercícios de 2014, 2015 e 2016 aos efeitos que poderiam advir da decisão do Tribunal de Contas da União, em face da Representação nº TC 23.999/2015-2 em trâmite naquela Corte (Nota nº 21).

(iii) Referem-se aos valores não pagos de participação no lucro aos empregados, relativos aos exercícios de 2014 (R$ 683), 2015 (R$ 745), 2016 (R$ 852), 2017 (R$ 950) e 2018 (R$ 963) em decorrência dos efeitos que poderiam advir da decisão do Tribunal de Contas da União, em face da Representação nº TC 23.999/2015-2 (Nota nº 21).

## 15. Obrigações com fornecedores

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| CAIXA - prestação de serviço (i) | 11.222 | 16.932 |
| Fornecedores de bens e serviços (ii) | 53 | 1.764 |
| **Total** | **11.275** | **18.696** |

(i) Valores a pagar à CAIXA decorrentes da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais, dos imóveis não de uso e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA à EMGEA.

(ii) Referem-se a valores a pagar a fornecedores por aquisições de utilidades e serviços, bens de informática, serviços de manutenção, apoio administrativo e outros.

## 16. Obrigações tributárias

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| COFINS | 6.340 | 7.904 |
| PASEP | 1.059 | 1.413 |
| IRRF/ISS | 668 | 667 |
| Impostos e contribuições retidos na fonte | 975 | 1.353 |
| Crédito de imposto recebido da RFB (i) | 79.959 | 89.959 |
| **Total** | **89.000** | **101.296** |

(i) Refere-se a depósito efetuado pela Receita Federal do Brasil - RFB, em 20.4.2016, originário de crédito tributário decorrente de IRRF retido indevidamente, objeto da carta-cobrança da RFB de 9.5.2017, atualizado pela Selic até a referência. Em 29.5.2017, a EMGEA aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT), instituído pela MP nº 766/2017 com parcelamento do débito em 24 meses, cuja adesão foi validada em 29.6.2017. Em 25.6.2018, o valor foi inscrito na dívida ativa da União. A Administração, com base no parecer da consultoria jurídica, impetrou Mandado de Segurança em 20.7.2018, sendo deferido e concedida liminar de suspensão da inscrição do valor da dívida ativa, bem como a exigibilidade do crédito, efetivada em 31.7.2018. A solicitação de consolidação do débito foi encaminhada a RFB e aguarda homologação. A Empresa vem efetuando os recolhimentos mensais das parcelas e o saldo em 31.12.2018, encontra-se deduzido das parcelas já recolhidas.

## 17.Juros sobre capital próprio/dividendos

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Juros sobre capital próprio (JCP) (i) | 253.101 | 188.432 |
| Dividendos (ii) | 57.823 | 4.899 |
| **Total** | **310.924** | **193.331** |

(i) Referem-se aos valores de JCP dos exercícios de 2018 (R$ 52.564), 2017 (R$ 48.069), 2015 (R$ 77.299) e 2014 (R$ 75.169) que foram atualizados pela taxa Selic até 31.12.2018, cujo pagamento está previsto para 2019 (Nota nº 21).

(ii) O saldo representa o valor dos dividendos mínimos obrigatórios, de 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2016, atualizado pela Taxa Selic, conforme Decreto nº 2.673/98, cujo pagamento está previsto para 2019.

## 18. Obrigações por repasses

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Valores a ressarcir (i) | 4.902 | 4.091 |
| Seguros a pagar (ii) | 1.390 | 1.756 |
| Subsídios Contratos do FGTS (ii) | 34 | 39 |
| FCVS a pagar (ii) | 1 | 4 |
| Obrigações assumidas quitação de contratos *pro solvendo* (iii) | 802 | 250 |
| Diferença de prestações pagas a maior (iv) | 41.385 | 43.448 |
| Saldos credores (iv) | 1.065 | 10.876 |
| Valores a apropriar (v) | 6.579 | 1.154 |
| Pendência de arrecadação e cadastro (v) | 57.265 | 68.348 |
| FGTS-SFH-quotas utilizadas pagamento prestação crédito imobiliário (vi) | 1.599 | 1.909 |
| **Total** | **115.022** | **131.875** |

(i) Valores relativos a desembolsos com execuções judicial e extrajudicial e despesas com manutenção de créditos imobiliários e repasses de IOF de créditos comerciais, ainda pendentes de reembolso à CAIXA.

(ii) Valores dos prêmios de seguros habitacional, contribuições ao FCVS, contidos nas prestações das operações de créditos imobiliários, subsídios de contratos recebidos em liquidações antecipadas de dívidas a serem repassados a seguradora, administradora do FCVS e FGTS

(iii) Valor refere-se, principalmente, a débitos perante a Administradora do Seguro Habitacional em função da inadimplência dos Agentes assumido pela EMGEA, conforme Instrumento de Transação com Quitação de Dívida assinado entre os Agentes e a EMGEA, para pagamento das diferenças de saldos da cessão originária, em razão do caráter pro solvendo da aquisição dos créditos.

(iv) Valores credores registrados no sistema corporativo, em análise pela CAIXA, para devolução ou apropriação no saldo devedor dos contratos. Esses valores podem estar correlacionados a registros devedores de mesma natureza.

(v) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA.

(vi) Valores de quotas do FGTS a serem utilizadas para pagamento de parte do valor das prestações de crédito imobiliário.

## 19. Obrigações com ativos mantidos para venda

Referem-se, principalmente, às despesas com manutenção e aos valores a pagar à CAIXA pela administração e controle de imóveis arrematados e/ou adjudicados, disponíveis para a venda, conforme contrato de prestação de serviços firmado com a CAIXA.

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Desembolso com imóveis não de uso EMGEA | 31.807 | 28.635 |
| **Total** | **31.807** | **28.635** |

## 20. Provisão para riscos cíveis

A EMGEA possui na esfera passiva demandas judiciais relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas, relativas a financiamentos imobiliários e comerciais, inclusive em razão de planos econômicos. Adicionalmente, possui demandas na esfera administrativa relativas a contingências fiscais.

Essas demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25.

**20.1. Contingência operações de crédito – Risco provável**

Tendo em vista as características das demandas existentes, que incluem um volume significativo de ações relacionadas à revisão de indexadores contratuais, na metodologia utilizada para constituição da provisão, as ações foram segregadas em rotineiras e relevantes.
Para as ações rotineiras, na constituição da provisão foi utilizado o histórico dos valores das condenações sofridas pela EMGEA nos últimos 36 meses, atualizados pelo IPCA-e, e as ações extintas no mesmo período.
Para as ações relevantes, o valor considerado para a constituição da provisão corresponde ao valor estimado de condenação.
A EMGEA tem realizado acordos com os mutuários que têm possibilitado a solução de grande parte das ações no curto prazo, no contexto da política de acordos instituída pela Empresa.
A Administração entende que tais demandas judiciais não implicarão prejuízos que excedam o saldo da provisão para essas contingências, que é de R$ 7.594 em 31.12.2018 (R$ 3.032 em 31.12.2017), suficiente para a cobertura de eventuais decisões desfavoráveis à Empresa.

**20.2. Contingências para ações judiciais – Risco provável**

Tendo em vista que a ação de Repetição de Indébito impetrada pela EMGEA teve sentença desfavorável e, conforme opinião dos seus advogados, o risco de indeferimento do pleito foi alterado de "possível" para "provável", a Administração decidiu constituir provisão para o desembolso com honorários de sucumbência no montante de R$ 18.000.

Movimentações na provisão para demandas cíveis classificadas como prováveis:

a) Em 31 de dezembro de 2018:

| Descrição | Ações cíveis |
|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 3.032 |
| Adições | 29.068 |
| Reversões | (4.743) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **27.357** |

b) Em 31 de dezembro de 2017:

| Descrição | Ações cíveis |
|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 2.027 |
| Adições | 1.434 |
| Reversões | (429) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | **3.032** |

## 21. Patrimônio Líquido

**21.1 Capital Social**

O capital social da EMGEA, em 31.12.2018, permanece no valor de R$ 9.057.993, totalmente integralizado pela União, e dividido em 9.057.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme art. 5º do Estatuto Social aprovado na 3ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 24.7.2018.
No exercício de 2012, foi autorizada e registrada contabilmente a redução do Capital Social mediante a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R$ 10.952.226. Com a referida redução, o capital social passou de R$ 20.010.219 para R$ 9.057.993.
Em 2014, a Assessoria Jurídica da Controladoria-Geral da União (CGU) manifestou entendimento divergente do adotado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) quanto à necessidade de edição de decreto autorizativo, preliminarmente à concretização da redução do capital efetuada pela Empresa em 2012.
Em decorrência de tal divergência, a Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional, do Tribunal de Contas da União (TCU), autuou, em 15.11.2015, a representação objeto do Processo nº TC 23.999/2015-2, questionando a autorização concedida pelo Senhor Ministro da Fazenda para a citada redução.
Em 15.12.2015, foi publicado o Decreto nº 8.590, que aprovou o novo Estatuto Social da EMGEA com o valor atualizado do capital, devidamente registrado na Junta Comercial do Distrito Federal.
A divergência inicialmente levantada pela Assessoria Jurídica da CGU foi sanada em decorrência de posterior manifestação daquele Órgão, a qual foi corroborada pela Advocacia Geral da União (AGU) em 15.3.2016.
Em face de Representação em trâmite naquela Corte, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 2014, 2015, 2016 e 2017 foram aprovadas — ressalvados os efeitos que poderiam advir da decisão do TCU —, conforme despacho do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, datado de 5.4.2016, e Atas da 1ª e 2ª Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 19.4.2017 e 30.4.2018.
Nos termos da Certidão SECEX/FAZENDA 0100/2018, de 28.12.2018, o citado órgão do Tribunal de Contas da União (TCU) certificou que, por meio do Acórdão 2863/2018, o Tribunal conheceu da Representação em julgamento e, no mérito, a considerou improcedente e, dentre outras determinações, decidiu pelo arquivamento do processo relacionado ao TC 023.999/2015-2. O referido Acórdão foi publicado no Diário Oficial da União – DOU no dia 7.1.2019.

**21.2 Reservas de Lucros**

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, reserva de retenção de lucros, reserva estatutária para aquisição de ativos operacionais e reserva especial de dividendos não distribuídos:

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Saldo no início do exercício | 1.099.163 | 904.692 |
| **Reservas de Lucros** | **119.328** | **194.471** |
| Reserva Legal 5% | 11.066 | 9.511 |
| Reserva retenção de lucros | - | (845.368) |
| Reserva para aquisição de novos ativos (i) | 157.694 | 980.897 |
| Reserva especial de dividendos (ii) | (49.431) | 49.431 |
| **Saldo final do exercício** | **1.218.492** | **1.099.163** |

(i) Conforme Proposta da Administração de Destinação do Resultado do Exercício de 2018, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária (AGO), a reserva de aquisição de ativos operacionais no valor de R$ 157.694, refere-se à parcela remanescente do resultado, após a destinação do lucro do exercício para a reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios (vide Nota 21.3), de acordo com o Art.47, § 2º, III, do Estatuto Social da EMGEA. Foi constituída com a finalidade de financiar a aquisição de novos ativos operacionais junto a instituições financeiras e federais, que terão por objetivo a diversificação da atual carteira de créditos sob gestão da EMGEA, de forma a maximizar a rentabilidade das operações da Empresa e possibilitar maior retorno ao acionista.
(ii) O valor dos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2016 foi transferido de Reserva especial de dividendos para dividendos no passivo, conforme parecer da consultoria jurídica e autorizado pela Administração, com previsão de pagamento em 2019.

**21.3 Base de cálculo dos Dividendos/Juros sobre Capital Próprio**

São assegurados à União Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Estatuto Social da EMGEA, de no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado.

Conforme Proposta da Administração de Destinação do Resultado do Exercício de 2018, a ser submetida à AGO, foi provisionado o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) relativos ao exercício de 2018 no valor de R$ 52.564, imputados ao dividendo mínimo, conforme Art.47, § 4° do Estatuto Social da EMGEA. O montante negativo de R$ 174.892, tratado como "prejuízos acumulados", está associado aos efeitos de ajustes efetuados no balanço de abertura do exercício de 2018 (base 31.12.2017) decorrentes da aplicação do CPC 48, em sua maior parte relacionados à parcela da carteira de créditos perante o FCVS enquadrada como estágio 3 (Nota 3.2.1.5).

| | |
|---|---|
| **Lucro líquido do exercício 2018** | **396.216** |
| (-) Absorção de prejuízos acumulados | (174.892) |
| Lucro líquido ajustado do exercício 2018 | 221.324 |
| Reserva Legal | 11.066 |
| Base para Dividendos/JCP | 210.258 |
| Juros sobre o capital próprio (imputados aos Dividendos) | 52.564 |

## 22. Desdobramento das principais contas das demonstrações de resultados

**22.1 Receita bruta**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Juros efetivos - créditos perante o FCVS (i) | 1.012.801 | 773.228 |
| Juros efetivos - crédito imobiliário (i) | 161.168 | 276.316 |
| Receitas - crédito comercial (ii) | 52.775 | 103.435 |
| Receitas de taxas, comissões e encargos moratórios - crédito imobiliário (iii) | 140.533 | 114.995 |
| Receitas de taxas, comissões e encargos moratórios - crédito comercial (iii) | 2.716 | 3.717 |
| Receita de recuperação prejuízos - crédito imobiliário (iv) | 1.584 | - |
| Receita de recuperação prejuízos - crédito comercial (viii) | 8.527 | 568 |
| Receita com remuneração de seguros (v) | 185 | 376 |
| **Total** | **1.380.290** | **1.272.635** |

(i) Referem-se aos valores de atualização monetária e juros apropriados sobre o saldo a receber dos ativos financeiros, calculados de acordo com o método dos juros efetivos. Destaque-se o aumento da receita de juros efetivos (R$ 360.687) decorrente da alteração do índice relacionado à expectativa de perda no valor recuperável de créditos perante o FCVS com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamento no CADMUT (Cadastro Nacional dos Mutuários), nos termos descritos na Nota 22.5.4.
(ii) Referem-se principalmente às receitas de apropriação de deságio decorrentes das arrecadações auferidas nas carteiras comerciais transferidos à EMGEA pela CAIXA em 30.9.2014.
(iii) Referem-se às taxas para cobertura de despesas de administração dos contratos recebida no encargo mensal, reconhecidas por regime de competência, e às rendas de encargos por atraso reconhecidos por regime de caixa considerando tratar-se de recebimento altamente duvidoso, relativas às operações de créditos imobiliários e comerciais.
(iv) Referem-se aos valores recuperados relativos a contratos já baixados.
(v) Referem-se aos valores de remuneração do agente pela intermediação do prêmio de seguro habitacional contido nas operações de crédito imobiliário.

**22.2. Dedução da receita bruta**

As deduções da receita bruta são compostas por Impostos e Contribuições, Descontos Concedidos e Perdas nas Operações:

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Impostos e Contribuições | (58.838) | (64.446) |
| Descontos Concedidos | (408.991) | (221.386) |
| Perdas nas Operações | (210.260) | (372.969) |
| **Total** | **(678.089)** | **(658.801)** |

**22.2.1. Impostos e Contribuições**

Os Impostos e Contribuições referem-se a COFINS (R$ 50.387), PIS/PASEP (R$ 8.442) e Imposto Sobre Serviço (R$ 9).

**22.2.2. Descontos concedidos:**

Referem-se aos descontos concedidos nas liquidações antecipadas e reestruturações de dívida de contratos das operações de créditos imobiliários e créditos comerciais, cujo acréscimo se deu, principalmente, devido aos descontos decorrentes das medidas de incentivo implementadas pela Administração, bem como campanhas de audiências de conciliação ocorridas no período.

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| **Crédito imobiliário** | **(398.198)** | **(209.536)** |
| Com Cobertura do FCVS | (14.473) | (9.090) |
| Sem Cobertura do FCVS | (383.725) | (200.446) |
| **Crédito comercial** | **(5.650)** | **(24)** |
| **Total Pessoa Física** | **(403.848)** | **(209.560)** |
| Pessoa Jurídica | (5.143) | (11.826) |
| **Total** | **(408.991)** | **(221.386)** |

**22.2.3. Perdas nas operações:**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| **Crédito imobiliário (i)** | **(6.521)** | **(9.893)** |
| Com Cobertura do FCVS | (1.346) | (2.534) |
| Sem Cobertura do FCVS | (5.175) | (7.359) |
| **Crédito comercial (ii)** | **(137.248)** | **(33)** |
| **Total pessoa Física** | **(143.769)** | **(9.926)** |
| Pessoa Jurídica | (1.777) | (211.043) |
| **Créditos perante o FCVS (iii)** | (64.714) | (152.000) |
| **Total** | **(210.260)** | **(372.969)** |

(i) Valor assumido como perda no período, principalmente, pela baixa de contratos que possuem dívida total entre R$ 0,01 e R$ 10.000,00, conforme autorizado pela Administração.
(ii) Valor assumido como perda no período, referente à baixa de créditos comerciais com mais de 1.800 dias de atraso, baixados dos cadastros restritivos e sem histórico de recebimentos, conforme autorizado pela Administração. Em contrapartida ocorreu a reversão de provisão relativa aos créditos baixados que já se encontravam provisionados (Nota 22.5.3).
(iii) Valor de perdas assumidas no período decorrente de validação operacional dos créditos perante o FCVS homologados pelo Fundo com valores inferiores aos de expectativa de recebimento pela EMGEA, para os quais já foram esgotadas as possibilidades de recurso ao Fundo, bem como da baixa de créditos com negativa de cobertura para os quais não cabe recurso perante o Fundo, que já se encontravam provisionados. Em contrapartida ocorreu reversão de provisão apropriada no mesmo período (Nota 25.5.3)

**22.3. Custos operacionais**

**22.3.1 Prestação de serviços**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Serviços prestados - Tarifa Administração (i) | (123.995) | (178.251) |
| Serviços prestados - Taxa de Performance (ii) | (16.119) | (18.835) |
| **Total** | **(140.114)** | **(197.086)** |

(i) Referem-se às tarifas pagas ao prestador de serviços CAIXA decorrentes da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA à EMGEA.
(ii) Referem-se à taxa de performance paga à CAIXA e às empresas de cobrança terceirizadas sobre os valores de arrecadações das operações de créditos imobiliários e comerciais.
(iii) Despesas com juros e atualização de financiamentos

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Despesas com juros (i) | (181.580) | (228.738) |
| Despesas com atualização/encargos moratórios (ii) | - | (18.136) |
| **Total** | **(181.580)** | **(246.874)** |

(i) Valor dos juros e atualização monetária calculados sobre as obrigações da EMGEA perante o FGTS (TR + juros de 3,08% a 6% a.a. e Selic durante o período de carência) e FDS (TR + 0,5% a.a.).
(ii) Valor dos encargos moratórios sobre dívida vencida das obrigações da EMGEA perante o FGTS, decorrente da suspensão de pagamento das prestações mensais de janeiro a fevereiro de 2017, incorporado na dívida do contrato renegociado em 24.2.2017, com base na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 809/2016.

**22.4. Despesas administrativas**

**22.4.1. Despesa de pessoal**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Salários e Gratificações (i) | (11.771) | (11.725) |
| Despesa com pessoal cedido (ii) | (7.068) | (8.249) |
| Encargos Sociais (FGTS/INSS) | (5.163) | (4.693) |
| Honorários - Diretoria e Conselhos | (3.009) | (3.340) |
| Provisão de férias/13º salário e encargos | (2.994) | (2.844) |
| Participação - dirigentes e empregados | (1.427) | (1.305) |
| Auxílio alimentação | (1.020) | (991) |
| Treinamento de pessoal | (365) | (595) |
| Assistência médica e social | (302) | (245) |
| Rescisões Contratuais | (301) | (36) |
| Ajuda de custo/moradia | (34) | (19) |
| **Total** | **(33.454)** | **(34.042)** |

(i) Inclui o valor da quarentena paga a diretor desligado da Empresa.
(ii) Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, a EMGEA ressarce integralmente a remuneração e os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Entidade de Origem.

**22.4.2. Despesas de serviços de terceiros**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Tarifa com administração de imóveis não de uso | (7.046) | (15.334) |
| Administração, Limpeza e Conservação | (5.828) | (7.182) |
| Serviços de terceiros (i) | (3.368) | (2.688) |
| **Total** | **(16.242)** | **(25.204)** |

(i) Referem-se, basicamente, aos valores pagos a auditoria, consultoria, serviços de manutenção, primeiros socorros e segurança da informação.

**22.4.3.Demais despesas administrativas**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Aluguel, locação de veículos e condomínios | (2.278) | (2.692) |
| Despesas Gerais (associação de classe, representação e outros) | (1.034) | (1.044) |
| Depreciação | (893) | (792) |
| Utilidades e serviços | (795) | (712) |
| Publicidade oficial e divulgação | (388) | (571) |
| Passagens aéreas e rodoviárias | (183) | (277) |
| Diárias de viagens | (174) | (217) |
| Reembolso hospedagem | (82) | (77) |
| Taxas e contribuições locais | (72) | (76) |
| Segurança e medicina no trabalho | (47) | (50) |
| Material de consumo | (89) | (27) |
| **Total** | **(6.035)** | **(6.535)** |

**22.5.Receitas/despesas operacionais**

**22.5.1. Receitas**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Validação de carteiras (i) | 6.319 | 113.185 |
| Receitas fundo de equalização (ii) | 1.123 | 43.548 |
| Lucro na alienação de imóveis (iii) | 41.142 | 37.844 |
| Baixa de saldos com prescrição de dívidas (iv) | 501 | 21.687 |
| Receitas com ressarcimento de prestação de contas/glosas (v) | 3.414 | 9.332 |
| Recuperação de despesas mutuários em execução/adjudicação (vi) | 5.311 | 8.228 |
| Reposicionamento de cessão (vii) | 3.027 | 3.179 |
| Receitas eventuais na liquidação de créditos imob/outras | 2.023 | 2.231 |
| Valores a receber entes da federação | - | 1.357 |
| **Total** | **62.860** | **240.591** |

(i) Recebimento no período para quitação de contratos de aquisição de carteira habitacionais, com vistas à resolução da condição de dívida pro solvendo.
(ii) Refere-se a receita com apropriação da parcela do fundo de equalização sobre as operações de crédito pessoa jurídica oriundas da cessão da CAIXA em 2001.
(iii) Refere-se à diferença positiva entre o valor da alienação dos imóveis e seu valor contábil.
(iv) Refere-se ao valor dos créditos baixados no sistema corporativo no exercício por prescrição de dívida, conforme aprovado pela Administração.
(v) Referem-se às receitas apuradas no repasse de arrecadações e glosas na rotina de prestação de contas com o Prestador de Serviços (CAIXA).
(vi) Refere-se, basicamente, à recuperação eventual de despesas com execução e remissão de dívida com mutuários em fase de execução/adjudicação do imóvel.
(vii)Refere-se à apropriação de atualização monetária e juros sobre o saldo oriundo de reposicionamento na cessão onerosa firmada entre a EMGEA e a CAIXA em 30.9.2014.

**22.5.2. Despesas**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Prejuízo na adjudicação/arrematação de imóveis (i) | (71.575) | (72.252) |
| Perdas em diferenças de repasse - Seguros/FCVS (ii) | (642) | (41.212) |
| Reversão de atualização monetária créditos imob/comerciais | (11.153) | (21.608) |
| Despesas com imóveis não de uso (condomínios, impostos, taxas e outras) | (24.440) | (19.656) |
| Prejuízos na alienação de imóveis não de uso (iii) | (47.456) | (18.607) |
| Despesas com execução de créditos - não recuperáveis e outras (iv) | (15.875) | (18.139) |
| Despesas com fundo de equalização | (294) | (1.755) |
| Despesas com ressarcimento de prestação de contas | (4.015) | (7.331) |
| Despesas com perdas na quitação de débitos - Agentes cedentes (v) | - | (6.247) |
| Despesas com tarifa com administração de imóveis não de uso | (6.220) | (5.560) |
| Despesas com diferenças de prestações de créditos imobiliários | (716) | (997) |
| Despesas com laudo de avaliação | (2.932) | (379) |
| Despesas com manutenção de créditos e garantias | (1.102) | (9) |
| Impostos e Contribuições (vi) | (6.321) | (16.662) |
| **Total** | **(192.741)** | **(230.414)** |

(i) Referem-se às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avalição dos imóveis vinculados como garantia, quando estes são inferiores, por ocasião de sua adjudicação/arrematação.

(ii) Valor assumido no resultado relativo às pendências no repasse do prêmio de seguro mensal e contribuições mensais ao FCVS nas operações de crédito imobiliário.

(iii) Refere-se à diferença negativa apurada entre o valor da alienação dos imóveis arrematados/adjudicados e o seu valor contábil.

(iv) Referem-se às despesas com mutuários em fase de execução/adjudicação.

(v) Referem-se às perdas assumidas relativas a devolução de créditos a agentes cedentes em contrapartida à quitação de débitos de contratos, em razão do caráter pro solvendo.

(vi)Referem-se à COFINS (R$ 5.198) e PIS/PASEP (R$ 1.123) do grupo Receitas/Despesas, subgrupo Receitas.

**22.5.3. Perdas de crédito esperadas (líquida)**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Perdas de crédito esperadas - crédito imobiliário (i) | 413.794 | 494.747 |
| Perdas de crédito esperadas - crédito comercial (ii) | (208.460) | (116.682) |
| **Total** | **205.334** | **378.065** |

(i) Representa a movimentação líquida de perdas de crédito esperadas, incluindo as reversões decorrentes das liquidações antecipadas e reestruturações de dívidas e baixa de operações de créditos imobiliários para contratos de pessoas físicas e jurídicas que já se encontravam provisionadas.
(ii) Representa a movimentação líquida das perdas de crédito esperadas, incluindo as reversões de perdas das carteiras comerciais e minha casa melhor.

**22.5.4.Redução ao Valor Recuperável de ativos financeiros (líquida)**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Redução ao valor recuperável - perdas de créditos perante o FCVS (i) | 47.848 | (372.544) |
| Redução ao valor recuperável - perdas devolução aos créditos Agentes cedentes | 480 | 827 |
| Redução ao valor recuperável - perdas no desembolso com execução/Seguros FCVS (ii) | 1.041 | 45.234 |
| Redução ao valor recuperável - perdas sobre valores a receber de movimentação financeira | - | 13.401 |
| Redução ao valor recuperável - perdas sobre depósitos judiciais e reposicionamento | (27.451) | - |

| | | |
|---|---|---|
| Redução ao valor recuperável - taxa de Performance - crédito FCVS | (9.102) | - |
| Redução ao valor recuperável - taxa de Performance - crédito imobiliário | 3.882 | - |
| Redução ao valor recuperável - taxa de Performance - crédito perante o setor público | (179) | - |
| Redução ao valor recuperável - taxa de Performance - crédito comercial | (18.769) | - |
| **Total** | **(2.250)** | **(313.082)** |

(i) Refere-se a movimentação líquida da redução ao valor recuperável, incluindo as reversões ocorridas no período. Em 4.12.2018 a EMGEA ingressou com recurso perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, na Advocacia-Geral da União (AGU), propondo composição extrajudicial com o FCVS em relação à negativa de cobertura por multiplicidade de financiamento no CADMUT (Cadastro Nacional dos Mutuários) - contratos firmados até 5.12.1990. Diante de parecer emitido pela Consultoria Jurídica da EMGEA atestando que existem disposições legais e jurisprudência que fundamentam perspectivas de reversão da negativa de cobertura pela Administradora do FCVS, o percentual utilizado para cálculo da perda esperada para os créditos nessa situação foi alterado, a partir de partir de dezembro de 2018, e equiparado ao percentual utilizado para os créditos na situação "com negativa de cobertura, passível de recurso". As características dos créditos são as mesmas: créditos para os quais a Administradora do FCVS negou a cobertura pelo Fundo, mas que, contudo, cabem recursos, sejam administrativos ou judiciais, objetivando reverter a negativa.

(ii) Redução ao valor recuperável relacionada a desembolsos com execuções a recuperar (com base no histórico de recuperação dos valores dos mutuários) e no repasse de seguros e contribuições ao FCVS.

**22.5.5. Redução ao Valor Recuperável de outros ativos (líquida)**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Redução ao valor recuperável - imóveis não de uso | 8.416 | (4.853) |
| Redução ao valor recuperável - sobre saldo de IR retido indevidamente em repasse de recursos | (3.813) | (5.824) |
| **Total** | **4.603** | **(10.677)** |

**22.5.6. Provisões (reversões) para riscos cíveis**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Provisão para riscos cíveis (i) | (6.326) | (1.004) |
| Provisão para causas fiscais (ii) | (18.000) | - |
| **Total** | **(24.326)** | **(1.004)** |

(i) Refere-se a provisão para riscos cíveis relativas a operações de crédito imobiliário e comercial, nos quais a EMGEA figura no polo passivo.

(ii) Refere-se a provisões para desembolsos de honorários de sucumbência em contingências para ações judiciais.

**22.6. Resultado financeiro**

**22.6.1. Receitas financeiras**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Receita de aplicações financeiras - Fundo de Investimento/Títulos e valores mobiliários | 31.239 | 28.730 |
| Atualização Monetária s/Indenizações Sinistro/FGTS/Depósito Judiciais | 6.912 | 17.523 |
| Remunerações da CAIXA - repasses em atraso (i) | 10.691 | 14.283 |
| Valores a receber - IR retido indevidamente em repasse de recursos | 3.813 | 5.823 |
| Juros compensatórios sobre tributos a recuperar | 995 | 1.378 |
| Demais Receitas Financeiras | 460 | 333 |
| Receitas recuperadas cobrança administrativa | 4 | 1 |
| **Total** | **54.114** | **68.071** |

(i) Referem-se aos valores de atualização à taxa Selic sobre os valores financeiros de prestação de contas das arrecadações repassadas em atraso pela CAIXA.

**22.6.2.Despesas financeiras**

| Descrição | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|---|---|
| Despesa financeira com SELIC sobre JCP/Dividendos (i) | (15.599) | (17.816) |
| Encargos sobre movimentação financeira - CAIXA (ii) | (1.451) | (8.802) |
| Atualização de débitos assumidos quitação de créditos pro solvendo (iii) | (822) | (672) |
| Tarifas bancárias e outras (iv) | (477) | (943) |
| Atualização monetária - prêmio de seguro habitacional (v) | - | (8) |
| SELIC créditos de impostos RFB | (2.492) | - |
| Impostos e Contribuições (vi) | (2.516) | (3.165) |
| **Total** | **(23.357)** | **(31.406)** |

(i) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa Selic dos Dividendos/Juros sobre Capital Próprio.

(ii) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa Selic sobre devoluções à CAIXA de valores financeiros de prestação de contas.

(iii) Valor da atualização monetária sobre os valores de débitos assumidos na quitação de créditos de contratos, em razão do caráter pro solvendo.

(iv) Referem-se a tarifas bancárias, atualização Selic sobre permuta com Secretaria do Tesouro Nacional e atualização sobre RVA dos diretores.

(v) Referem-se aos valores de atualização monetária sobre os repasses à Seguradora do prêmio de seguro mensal contido nas prestações de operações de crédito imobiliário.

(vi) Referem-se a COFINS (R$ 2.164) e PIS/PASEP (R$ 352) do grupo Resultado Financeiro, subgrupo Receitas Financeiras.

## 23. Ativos e passivos fiscais

**23.1. Demonstrativos de apuração do IRPJ e CSLL**

| Descrição | 2018 | | 2017 | |
|---|---|---|---|---|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| **Resultado antes do IRPJ e CSLL** | **409.013** | **409.013** | **204.236** | **204.236** |
| IRPJ e CSLL total às alíquotas de 25% e 9% | (102.253) | (36.811) | (51.059) | (18.381) |
| Encargos sobre JCP | 13.141 | 4.731 | 11.294 | 4.066 |
| Efeitos tributários dos ajustes temporários | 75.386 | 27.139 | 24.691 | 8.889 |
| Efeito tributário prejuízo fiscal/base negativa compensados | 4.118 | 1.482 | 4.522 | 1.628 |
| Ajuste do adicional (10% de R$ 240.000,00) | 24 | - | 24 | - |
| Incentivo fiscal | 246 | - | 307 | - |
| **Receita/(Despesa) total de IRPJ e CSLL** | **(9.338)** | **(3.459)** | **(10.221)** | **(3.799)** |

**23.2.Ativo fiscal diferido não ativado**

| Diferenças temporárias | Saldo em 31.12.2017 | Constituição | Reversão | Saldo em 31.12.2018 |
|---|---|---|---|---|
| Ajustes temporários | 2.520.951 | 283.997 | 387.802 | 2.417.146 |
| Prejuízo fiscal/Base Negativa | 1.487.007 | - | 5.600 | 1.481.407 |
| **Créditos tributários não ativados** | **4.007.958** | **283.997** | **393.402** | **3.898.553** |
| Imposto de renda | 2.947.029 | 208.822 | 289.266 | 2.866.585 |
| Contribuição social | 1.060.929 | 75.175 | 104.136 | 1.031.968 |

## 24. Remuneração a colaboradores

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos aos Comissionados, Dirigentes e Conselheiros, são apresentados como segue:

Em R$1,00

| Descrição | 2018 | 2017 |
|---|---|---|
| **Comissionados** | | |
| Maior Remuneração | 22.836,64 | 22.836,64 |
| Menor Remuneração | 5.518,94 | 5.518,94 |
| Remuneração Média | 10.809,36 | 11.301,50 |
| **Dirigentes** | | |
| Presidente | 42.827,16 | 42.827,16 |
| Diretoria: | | |
| Maior Remuneração | 40.787,77 | 40.787,77 |
| Menor Remuneração | 40.787,77 | 40.787,77 |
| Remuneração Média | 44.628,62 | 41.195,65 |
| **Conselheiros** | | |
| Conselho Fiscal | 4.462,86 | 4.119,56 |
| Conselho Administração | 4.462,86 | 4.119,56 |

## 25. Partes relacionadas

**25.1. Controlador**

O controlador da EMGEA é a União, que detém a totalidade do capital social.

**25.2. Operações com administradores**

Em R$ 1,00

| Descrição | 2018 | 2017 |
|---|---|---|
| **Honorários** | | |
| Diretoria Executiva (i) | 2.597.454,76 | 2.759.469,68 |
| Conselho de Administração | 313.636,21 | 252.025,58 |
| Conselho Fiscal | 174.532,23 | 149.151,00 |
| **Total** | **3.085.623,20** | **3.160.646,26** |

(i) Os valores informados referem-se a honorários, férias e gratificação natalina.

**25.3.Transações com partes relacionadas**

| Entidades/operações | Exercício/2018 | | Exercício/2017 | |
|---|---|---|---|---|
| | Ativo / (Passivo) | Receita / (Despesa) | Ativo / (Passivo) | Receita / (Despesa) |
| **Secretaria do Tesouro Nacional** | | | | |
| União | - | 1.322 | - | - |
| Dividendos a pagar (i) | (57.823) | (3.494) | (4.899) | (4.899) |
| Juros sobre capital próprio (i) | (253.101) | (64.669) | (188.432) | (58.093) |
| **Fundos e Programas** | | | | |
| FCVS (ii) | 12.475.089 | 986.833 | 11.749.592 | 248.684 |
| FGTS (iii) | (3.864.608) | (181.577) | (3.875.702) | (246.748) |
| FDS (iii) | (365) | (3) | (856) | (13) |
| **Caixa Econômica Federal** | | | | |
| Depósito à vista (iv) | 387 | (235) | 485 | (13) |
| Valores a receber (iv) | 9.034 | 13.499 | 22.438 | 17.433 |
| Prestação de serviços (iv) | (11.222) | (153.388) | (16.932) | (217.999) |
| Valores a pagar (iv) | (33.730) | (1.635) | (29.905) | (8.771) |
| Aplicações financeiras (v) | 343.024 | 19.526 | 263.839 | 20.867 |
| Ajuste de Cessão (vi) | - | - | - | (114) |

(i) Valor dos juros sobre capital próprio, dividendo mínimo obrigatório e reserva especial de dividendos não distribuídos, calculado no percentual de 25% do lucro líquido ajustado, consoante Art. 47 do Estatuto Social.
(ii) Corresponde aos valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa referencial de Juros (TR).
(iii) A Empresa assumiu dívidas de longo prazo perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Conforme previsto contratualmente, esses saldos são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 3,08% a 6% ao ano e Selic para dívida dos contratos renegociados em 24.2.2017 (FGTS) e 0,5% ao ano (FDS).
(iv) A EMGEA realiza transações bancárias com a parte relacionada, como depósitos em conta corrente, movimentação financeira objeto de prestação de contas, remuneração por serviços prestados, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a CAIXA e a EMGEA, para administração dos contratos de crédito imobiliário e administração e venda de imóveis não de uso.
(v) A EMGEA aplica parte de suas disponibilidades financeiras oriundas de recursos próprios por intermédio da CAIXA, que são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas no mercado.
(vi) Passivo assumido perante a CAIXA após o equacionamento das pendências decorrentes do Ajuste de Cessão. Conforme previsto contratualmente, esse saldo é atualizado de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rende juros de 6,06% ao ano. Foi liquidado em abril de 2017.

**25.4. Reembolso de empregados cedidos**

| Reembolso ao órgão de origem | 2018 | 2017 |
|---|---|---|
| Caixa Econômica Federal (CAIXA) | 6.349 | 7.363 |
| Banco do Brasil (BB) | 463 | 485 |
| Controladoria Geral da União (CGU) | 200 | 388 |
| Secretaria Tesouro Nacional (STN) | 47 | - |
| Ministério da Fazenda (MF) | 9 | 13 |
| **Total** | **7.068** | **8.249** |

Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, a EMGEA ressarce integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Entidade de origem.

## 26. Gerenciamento de riscos

**Estrutura da gestão de riscos**

O gerenciamento de riscos na EMGEA integra a estrutura de Controles Internos da Empresa, organizada em linhas de defesa.
Todas as unidades organizacionais são responsáveis, como primeira linha de defesa, por identificar, analisar, avaliar, monitorar e comunicar permanentemente os riscos relacionados aos processos na sua área de atuação e implementar ações de controle para mitigá-los.
Como segunda linha de defesa, uma unidade organizacional dedicada à gestão de riscos e controles internos, com atuação independente em relação às demais unidades, é responsável por assessorar e monitorar as atividades de gestão de riscos e controles internos, bem como por realizar verificações de conformidade.
A Auditoria Interna, como terceira linha de defesa, é responsável por aferir a adequação do controle interno e a efetividade do gerenciamento dos riscos.
Adicionalmente, as avaliações realizadas pela auditoria independente, pelo Conselho Fiscal e pelos órgãos de fiscalização e controle fornecem subsídios para aprimoramento das práticas organizacionais, inclusive dos controles internos e gerenciamento de riscos, caracterizando uma quarta linha de defesa.
Nessa estrutura, o gerenciamento de riscos é realizado com os objetivos de:

- assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis da Empresa, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais ela está exposta;
- aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos da Empresa, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis;
- melhorar a capacidade de identificar riscos e definir as respostas adequadas, tanto na definição de estratégias e objetivos estratégicos como na gestão dos processos organizacionais;
- reduzir os riscos a níveis aceitáveis;
- contribuir para a redução de imprevistos e dos custos ou prejuízos a eles associados;
- melhorar a alocação de recursos, a eficiência operacional e os processos organizacionais;
- preparar a Empresa para aproveitar oportunidades, considerando tanto os aspectos positivos do risco quanto os negativos; e
- aumentar a capacidade de prever mudanças nos cenários internos e externos e responder adequadamente a estas mudanças, com vistas a assegurar a longevidade da Empresa.

Para tanto, é utilizado processo composto por etapas sequenciais, que abrangem:

- identificação dos riscos: levantamento dos eventos de risco que possam interferir no alcance dos objetivos e da missão da Empresa, bem como do relacionamento entre os diferentes riscos e dos efeitos decorrentes da interação entre os riscos;
- análise dos riscos: análise da probabilidade e do impacto da ocorrência de eventos de risco;
- avaliação dos riscos: avaliação do grau de exposição do risco, considerando a probabilidade e o impacto;
- tratamento dos riscos: adoção de medidas de controle para mitigar os riscos, considerando o apetite a risco estabelecido;
- monitoramento: monitoramento contínuo dos eventos de risco, da efetividade das medidas de controle e do processo de gestão de riscos, com vistas à adoção de medidas para aprimoramento;
- comunicação: fluxo de informações, em todos os níveis da organização e apresentação periódica de resultados consolidados dos trabalhos relativos ao gerenciamento de riscos.

Os resultados das etapas de identificação e de avaliação alimentam uma matriz de riscos que, considerando os níveis de probabilidade (possibilidade de materialização de um determinado evento de risco) e de impacto (efeito da ocorrência do evento de risco), auxilia na identificação dos riscos estratégicos, ou críticos, assim considerados aqueles que podem comprometer o alcance dos objetivos e da missão da Empresa.
Particularmente em relação aos riscos atrelados ao uso de instrumentos financeiros, destacam-se os riscos de carteiras, de liquidez e de mercado.

**Risco de carteiras**

O risco de Carteiras [1] é estratégico para a EMGEA, notadamente pelos impactos financeiros que a ocorrência de eventos de risco relacionados às carteiras de créditos (composição detalhada na Nota 5) pode gerar, com reflexos no alcance dos objetivos e no cumprimento da missão da Empresa.
Eventos como exposições significativas a uma única contraparte ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns (fator concentração); não cumprimento de obrigações contratuais pela contraparte (fator contraparte); degradação da qualidade do crédito (fator qualidade do crédito) e inexistência ou degradação da qualidade das garantias vinculadas (fator garantia) podem ocasionar perdas.
Particularmente em relação ao fator concentração, destaca-se o fato de os ativos da EMGEA estarem, atualmente, constituídos em maior parte (cerca de 84,65%) por créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (Nota 10). Esses créditos, que são derivados do processo de recuperação dos créditos imobiliários – grande parte dos contratos de crédito imobiliário recebidos quando da constituição da EMGEA contava com previsão de cobertura pelo FCVS - são gerados à medida que as operações são liquidadas ou renegociadas.
Para viabilizar a conversão dos créditos perante o FCVS em títulos públicos federais e, consequentemente, reduzir a concentração de ativos, a EMGEA tem adotado as medidas possíveis no seu âmbito de atuação – em particular o acompanhamento e o cumprimento tempestivos das normas e dos procedimentos definidos no regulamento do FCVS e das demandas da sua Administradora –, com vistas a viabilizar a novação de dívidas do Fundo pela União, nas condições previstas na Lei nº 10.150/2000.
Quanto aos eventos relacionados aos fatores contraparte, qualidade do crédito e garantia, são adotadas ações de controle, que contemplam a definição de políticas, normas e procedimentos específicos, bem como a avaliação da atuação das empresas prestadoras de serviços.
A adoção do CPC 48 não causou alteração no grau de exposição ao risco de carteira.

**Risco de liquidez**

O risco de liquidez [2] é um risco estratégico para a EMGEA em decorrência, principalmente, da estrutura patrimonial da Empresa, que desde a sua criação é caracterizada por uma carteira de ativos compostos por créditos de difícil recuperação (financiamentos e empréstimos originalmente concedidos pela Caixa Econômica Federal - CAIXA) e um passivo líquido e certo (obrigações também originárias da CAIXA, em maior parte dívidas perante o FGTS).
No exercício de 2018 contribuiu para elevar o risco de descasamento entre os prazos previstos para o ingresso de recursos (recebimentos) e os prazos previstos para a quitação de compromissos assumidos (pagamentos), o fato de os ativos da EMGEA estarem constituídos em maior parte por créditos perante o FCVS (Nota 10), em decorrência do baixo índice de novação de dívidas do Fundo pela União, no período de 2016 a 2018.
Para o gerenciamento do risco de liquidez, o fluxo de caixa é monitorado diariamente pela unidade responsável pela gestão financeira e os resultados são apresentados nas reuniões da Diretoria Executiva, com vistas à definição de medidas de controle.
As medidas adotadas têm permitido mitigar o risco. Dentre elas, vale destacar as renegociações da dívida perante o FGTS, formalizadas em 30.12.2016 e em 24.2.2017, ao amparo da Resolução nº 809/2016, do Conselho Curador do FGTS. Na renegociação, foi pactuada carência de 36 meses (até dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, respectivamente) para pagamento das obrigações, mediante dação em garantia de créditos perante o FCVS e manutenção da União como anuente/garantidora. O prazo de carência do contrato renegociado em 2016, previsto para dezembro de 2019, foi prorrogado pela Administradora do FGTS por mais 18 meses, com novo vencimento em junho de 2021.
Têm também contribuído para a mitigação do risco de liquidez o controle e a redução dos desembolsos, especialmente daqueles relativos a despesas com pessoal, serviços de terceiros, compras e contratações.
A adoção do CPC 48 não provocou alteração no grau de exposição ao risco de liquidez.

**Risco de mercado**

O risco de mercado [3] para a EMGEA se restringe à flutuação da Taxa Média Selic - TMS e da Taxa Referencial de Juros - TR sobre as aplicações financeiras.
A Empresa não atua no mercado de derivativos, câmbio ou com ativos referenciados em moeda estrangeira.
As aplicações em títulos e valores mobiliários (detalhadas na Nota 4) são efetuadas em fundos de investimento – BB Extramercado FAE 2 e CAIXA Extramercado Exclusivo XXI –, ambos com política de investimentos adequada à Resolução CMN nº 4.034/2011.
No exercício de 2018, os referenciais de rentabilidade desses fundos acompanharam a variação do subíndice Anbima IRFM-1 (Índice de Renda Fixa de Mercado), cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais prefixados (LTN e NTN), de curto prazo.
Considerando o modelo estatístico do Valor em Risco (VaR - Value at Risk) – que sintetiza a maior perda esperada dentro de um intervalo temporal de 1 dia e com nível de confiança de 95% –, o risco de taxas de juros para os fundos de investimento não produz impacto relevante sobre os resultados (0,0610% sobre o patrimônio líquido do Fundo BB Extramercado FAE 2 e 0,0130% sobre o patrimônio líquido do Fundo CAIXA Extramercado Exclusivo XXI).
A adoção do CPC 48 não provocou alteração no grau de exposição ao risco de mercado

**Roberto Meira de Almeida Barreto** - Diretor-presidente
**Marcus Vinicius Magalhães de Pinho** - Diretor
**Daniele Lunetta** - Diretor
**Daniel Rodrigues Alves** - Diretor
**Marilene Beatriz Brum Paiva** - Chefe de Contabilidade - Téc. Cont. CRC MG 076097/O-S DF

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
**EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S/A - EMGEA**
Brasília - DF

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S/A - EMGEA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S/A - EMGEA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S/A - EMGEA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Esses assuntos foram abordados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, ao formar sua opinião sobre elas, o auditor não fornece uma opinião separada sobre os referidos assuntos.

**Ativos e Passivos Financeiros**

No exercício de 2018, a EMGEA reconheceu seus ativos e passivos financeiros com base no seu modelo de negócio, de acordo com a norma brasileira de contabilidade NBC TG 48, gerando efeitos, oriundos de

[1] Risco de carteiras: degradação de créditos adquiridos e das garantias a eles vinculadas (similar ao "risco de crédito", característico de empresas que concedem créditos).

[2] Risco de liquidez: insuficiência de recursos financeiros para viabilizar a realização de negócios, ou para honrar compromissos assumidos.
[3] Risco de mercado: flutuação nos valores de mercado de instrumentos financeiros, incluindo variação cambial, de taxa de juros e de preços.

sua adoção, no reconhecimento de receitas e perdas de créditos esperados, bem como ajustes relacionados à redução dos ativos financeiros ao valor recuperável. Na adoção inicial da norma brasileira de contabilidade NBC TG 48, a EMGEA optou por não reapresentar as demonstrações financeiras de 2017, amparada pelo item 7.2.15 do referido pronunciamento.

Em decorrência da adoção da norma brasileira de contabilidade NBC TG 48, foram introduzidas duas categorias de mensuração de ativos financeiros sendo: custo amortizado e valor justo por meio do resultado e de passivos financeiros ao custo amortizado. Os efeitos da contabilização da norma brasileira de contabilidade NBC TG 48 estão detalhados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela empresa, através de teste documental, análise da classificação dos ativos e passivos financeiros, validação do estudo para mensuração das perdas esperadas e conferência dos efeitos contabilizados.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as práticas de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros, para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras

**Créditos perante o FCV**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, a EMGEA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), originados de contratos de financiamento habitacionais. Em 31 de dezembro de 2018, os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS e ainda não homologados totalizam, descontado as perdas esperados, o montante líquido de R$ 348.326 mil (R$ 338.659 mil em 2017), cuja realização depende da análise e da homologação do FCVS. Em relação aos créditos já homologados pelo FCVS totalizam, descontado as perdas esperadas, o montante líquido de R$ 12.252.774 mil (R$ 11.410.933 mil em 2017), sua realização depende de novação, conforme Lei nº 10.150/2000. Em 2018, a EMGEA adicionalmente reconheceu, com base em seus estudos, outras perdas esperadas no montante de R$-126.011 mil, referente à taxa de performance, com a finalidade de ajustar o valor contábil dos créditos perante o FCVS ao valor recuperável.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela empresa, testes substantivos de auditoria para validação dos saldos contábeis, validação do estudo para mensuração das perdas esperadas e conferência dos efeitos contabilizados.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os registros contábeis dos créditos da EMGEA perante o FCVS.

**Crédito de imposto recebido da RFB – Parcelamento**

Em 31 de dezembro de 2018, a EMGEA possui registrado em seu Passivo o montante de R$ 79.959 mil, conforme nota explicativa nº 16. O montante refere-se ao Programa de Regularização Tributária (PRT), instituído pela MP nº 766/2017 com parcelamento do débito em 24 meses. A adesão ao parcelamento é oriunda do depósito efetuado pela Receita Federal do Brasil - RFB, em 20.4.2016, originário de crédito tributário decorrente de IRRF retido indevidamente. A solicitação de consolidação do débito foi encaminhada à RFB e aguarda homologação. A Empresa vem efetuando os recolhimentos mensais das parcelas e o saldo, em 31 de dezembro de 2018, encontra-se deduzido das parcelas já recolhidas

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram exame no despacho da Receita Federal, avaliação do histórico de informações disponibilizado pela EMGEA, análise da medida cautelar apresentada pelo Jurídico da EMGEA, averiguação da amortização mensal e recálculo dos valores atualizados pela taxa SELIC.

Consideramos que as informações apresentadas são apropriados e consistentes e foram considerados no contexto de relevância das demonstrações contábeis.

**Outros Assuntos**

**Valores Correspondentes**

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29 de março de 2018 e não conteve qualquer modificação, mas conteve um parágrafo de ênfase relacionado aos créditos perante o FCVS.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S/A - EMGEA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S/A - EMGEA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S/A - EMGEA** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S/A - EMGEA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S/A - EMGEA.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S/A - EMGEA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S/A - EMGEA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2019.

MACIEL AUDITORES S/S - CRC RS 5.460/O-0 – T - SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA - 1CRC RS 71.505/O-3 – T - SP

Sócio Responsável Técnico - LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS – 59.628/O-2 - Responsável Técnico

## RESUMO - RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

### 2º Semestre de 2018

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração - COSAD da Empresa Gestora de Ativos S.A. – EMGEA, composto por 3 (três) membros, sendo um deles o Coordenador, tem como atribuições revisar o conjunto das Demonstrações Financeiras, zelar pelo cumprimento de exigências legais e regulamentares e supervisionar a efetividade do processo contábil, do sistema de controles internos, da gestão de riscos e das auditorias independentes e interna.

Os Administradores da Empresa são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, inclusive a geração e emissão de relatórios. Cabe, ainda, aos gestores da Empresa, manter a efetividade do processo contábil, do sistema de controles internos, da gestão de riscos, das políticas e dos procedimentos internos, e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

**Principais Atividades**

No período de 01.07.2018 até o dia 31.12.2018, o Comitê realizou 12 (doze) reuniões ordinárias e 2 (duas) extraordinárias, efetuou reuniões com membros da Diretoria Executiva com destaque para as áreas de Contabilidade e Orçamento, Controles Internos, Conformidade e Riscos, Auditoria Interna, Auditoria Independente e com o Diretor-Presidente, se fez presente em todas as reuniões do Conselho de Administração, num total de 6 (seis) reuniões e participou de 1 (uma) reunião com o Conselho Fiscal.

**Conclusão**

O Comitê de Auditoria emitiu recomendações, ênfases e orientações, e com base nas atividades desenvolvidas, nas recomendações e orientações emitidas e atendidas, e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considera que: seu Plano Anual de Trabalho foi cumprido; os controles internos da Empresa são adequados ao porte e a complexidade dos negócios e objeto de permanente atenção por parte da Administração; a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência e qualidade; o processo contábil segue as normas legais e as práticas adotadas no Brasil; a qualidade dos trabalhos e das informações fornecidas pelos auditores independentes é satisfatória e reflete em seus aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31.12.2018; e o COAUD reuniu-se com a Auditoria Independente para avaliação de qualidade e adequação dos seus serviços, sem a presença de representantes da EMGEA, concluindo por sua independência e autonomia em relação às áreas gestoras, tendo fluxo de comunicação direta com este Comitê.

O Comitê entende que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2018 e a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2018, considerando as informações recebidas da Administração da EMGEA, da Auditoria Interna, das Superintendências de Contabilidade e Orçamento e de Gestão de Riscos e Controles Internos, bem como a opinião emitida pela Empresa de Auditoria Independente Maciel Auditores S/S, podem ser submetidas ao Conselho de Administração, para posterior encaminhamento à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Brasília-DF, 22 de março de 2019.

**Glauben Teixeira de Carvalho** - Membro do Comitê de Auditoria

**Luiz Cláudio Ligabue** - Membro do Comitê de Auditoria

**Sérgio Ricardo Miranda Nazaré** - Coordenador do Comitê de Auditoria

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Gestora de Ativos S/A– EMGEA, em cumprimento ao disposto no Art. 29, inciso VII, alínea "a", do Estatuto Social da EMGEA, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 24.7.2018, e no Art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404/1976, após haver examinado e discutido as Demonstrações Financeiras da EMGEA e respectivas Notas Explicativas, e considerando o Relatório da Maciel Auditores S/S, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Parecer do Conselho Fiscal, **manifesta-se favorável à aprovação pela Assembleia Geral de acionistas: das Demonstrações Financeiras, da Proposta de Destinação do Resultado, e do Relatório da Administração, todos referentes ao exercício de 2018.**

Brasília, 22 de março de 2019

**Leonardo Silveira do Nascimento** - Presidente
**Lisandro Cogo Beck** - Conselheiro
**Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista** - Conselheiro
**Débora Santille** - Conselheira

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 - O Conselho Fiscal da Empresa Gestora de Ativos S/A – EMGEA, em cumprimento ao disposto no Art. 39, II e III, do Estatuto Social da EMGEA, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 24.7.2018, e no Art. 163, II, III e VII da Lei nº 6.404/76, e no exercício de suas atribuições legais, examinou os seguintes documentos emitidos pela EMGEA, analisados e aprovados pelo Conselho de Administração:

- Demonstrações Financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como o Relatório da Administração, ambos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e
- Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2018, apresentada nos seguintes termos:

(em R$)

| | |
|---|---|
| **Lucro líquido do exercício de 2018** | 396.216.219,69 |
| **(-) Absorção de prejuízos acumulados** | (174.891.943,29) |
| **Saldo de lucros a destinar:** | 221.324.276,40 |
| **Destinações:** | |
| 1. Reserva Legal | 11.066.213,82 |
| 2. Juros sobre o capital próprio (imputados aos Dividendos) | 52.564.515,65 |
| 3. Reserva estatutária de aquisição de ativos operacionais | 157.693.546,93 |

2 - O Conselho Fiscal também tomou conhecimento do Relatório do Comitê de Auditoria, o qual concluiu favoravelmente às propostas descritas no Item 1.

3 - Os membros do Conselho Fiscal, à vista dos documentos apresentados pela Administração e levando em consideração as observações consignadas no relatório da Auditoria Independente Maciel Auditores S/S, o qual não apresentou ressalvas, entendem que as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa, razão pela qual os documentos descritos no item 1 deste Parecer estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Brasília, 22 de março de 2019.

**Maíra Souza Gomes** - Presidente
**Fernanda de Oliveira Ayres** - Conselheira
**Vitor Junqueira Vaz** - Conselheiro

## BANCO DO BRASIL S/A

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 2019

Em dezoito de janeiro de dois mil e dezenove, às dez horas, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF), sob presidência do Sr. Julio Cesar Costa Pinto, realizou-se reunião ordinária do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8) com a participação dos Conselheiros Daniel Sigelmann, Luiz Serafim Spinola Santos, Rubem de Freitas Novaes; por videoconferência, Beny Parnes e, por telefone, Fabiano Felix do Nascimento. Também estiveram presentes a Sra. Lucinéia Possar, Diretora Jurídica; os Srs. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Egidio Otmar Ames e Vilmar Gongora, membros do Comitê de Riscos e de Capital; Antonio Carlos Correia e Marcos Tadeu de Siqueira, membros do Comitê de Auditoria; Marcio Hamilton Ferreira, Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos; Aureli Carlos Balestrini, Auditor Geral; e Alexandre Alves de Souza, Diretor Marketing e Comunicação, respondendo cumulativamente pela Diretoria Estratégia e Organização. O Conselho de Administração: 1. Decidiu nomear o Sr. Rubem de Freitas Novaes, Presidente do Banco do Brasil, a seguir qualificado, como Conselheiro substituto para servir até a próxima Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do art. 20 do Estatuto Social do BB, em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Marcelo Augusto Dutra Labuto em 07.01.2019, esclarecido que o nomeado atende às exigências legais e estatutárias e entrou imediatamente no exercício de suas funções: Rubem de Freitas Novaes, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 019.470.447-53, portador da Carteira de Identidade nº 01989729-7, expedida em 09.08.1999 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF). 2. Escolheu, nos termos do §3º, art. 18 do Estatuto Social do BB, com registro de abstenção do Conselheiro representante dos funcionários, Sr. Fabiano Felix do Nascimento, o Sr. Julio Cesar Costa Pinto (Vice-Presidente do Conselho de Administração) como novo titular do Conselho, em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Fabricio Da Soller em 31.12.2018, e o Sr. Daniel Sigelmann como novo Vice-Presidente. 3. Aprovou, com registro de abstenção do Conselheiro representante dos funcionários, Sr. Fabiano Felix do Nascimento, em consonância com o art. 21, inciso X, do Estatuto Social do Banco do Brasil, a eleição dos indicados abaixo qualificados para completarem o mandato 2017-2019 como membros da Diretoria Executiva do BB, esclarecido que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias: a) Vice-presidente de Gestão de Pessoas, Suprimentos e Operações: Antonio Gustavo Matos do Vale, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 156370266-53, portador da Carteira de Identidade nº M-134816, expedida em 13.10.1971 pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF); b) Diretor Corporate Bank: Camilo Buzzi, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 51569178-01, portador da Carteira de Identidade nº 18205939-X, expedida em 17.11.2004 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF); c) Vice-presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores: Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 223.794.793-72, portador da Carteira de Identidade nº 2000031104739, expedida em 05.10.2000 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF); d) Vice-presidente de Distribuição Varejo: Carlos Motta dos Santos, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 933876287-49, portador da Carteira de Identidade nº 08209903-7, expedida em 23/03/1994 pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF); e) Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos: Carlos Renato Bonetti, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 92198248-84, portador da Carteira de Identidade nº 18845436, expedida em 01.11.1984 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF); f) Diretor Comercial Varejo: Edson Rogério da Costa, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 510309260-34, portador da Carteira de Identidade nº 39851788-5, expedida em 06.01.2006 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF); g) Vice-presidente de Tecnologia: Fábio Augusto Cantizani Barbosa, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 74379967-40, portador da Carteira de Identidade nº 11462523-9, expedida em 01.02.1996 pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF); h) Vice-presidente de Agronegócios: Ivandré Montiel da Silva, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 449975660-04, portador da Carteira de Identidade nº 1033171974, expedida em 02.06.1995 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF); i) Vice-presidente de Governo: João Pinto Rabelo Júnior, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 364347521-72, portador da Carteira de Identidade nº 863364, expedida em 17.10.2002 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF); j) Diretor de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio: José Ricardo Fagonde Forni, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 455261501-78, portador da Carteira de Identidade nº 1104480, expedida em 28.10.1987 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF); k) Vice-presidente de Negócios de Atacado: Márcio Hamilton Ferreira, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 457923641-68, portador da Carteira de Identidade nº 089497762, expedida em 13.02.2008 pelo Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF); l) Diretor Atendimento e Canais: Wagner Aparecido Mardegan, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 63480208-94, portador da Carteira de Identidade nº15274371, expedida em 03.06.1981 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF); (...) 5. Declarou-se ciente, com registro de abstenção do Conselheiro representante dos funcionários, Sr. Fabiano Felix do Nascimento: (...) b) RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS (RCI) - do RCI 2S18, em atendimento à Resolução CVM nº 505/11, conforme Nota Dicoi-2018/10722, de 10.12.2018, apresentada ao Conselho Diretor em 08.01.2019 - Pt Secex 2018/7284; (...) j) ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA (AUDIT) - do Sumário de Atividades da Audit referente a dez/2018 - Pt Secex 2019/207; (...) Os Conselheiros representantes dos acionistas minoritários registraram sugestões em relação a nomeações de assessores do Presidente do Banco do Brasil S.A. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Ass.) Ana Cláudia Kakinoff Corrêa, Secretária, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros. Ass.) Beny Parnes, Daniel Sigelmann, Fabiano Felix do Nascimento, Luiz Serafim Spinola Santos e Rubem de Freitas Novaes. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 29, PÁGINAS 104 a 111. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 01/04/2019 sob o número 190742887ç - Saulo Izidorio Vieira - Secretário Geral

#### ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE DEZEMBRO DE 2018

Em vinte e quatro de dezembro de dois mil e dezoito, às dez horas, realizou-se reunião extraordinária não presencial do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8), secretariada na sede da empresa, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF), sob presidência do Sr. Fabrício Da Soller, com a participação dos Conselheiros Beny Parnes, Daniel Sigelmann, Fabiano Felix do Nascimento, Julio Cesar Costa Pinto, Luiz Serafim Spinola Santos e Marcelo Augusto Dutra Labuto. O Conselho de Administração aprovou, em consonância com o art. 21, inciso X, do Estatuto Social do Banco do Brasil, a eleição do Sr. Marcelo Augusto Dutra Labuto, a seguir qualificado, para o cargo de Vice-Presidente de Negócios de Varejo, com registro de abstenção de voto do próprio, para completar o mandato 2017-2019, em virtude da vacância do cargo desde 05.11.2018, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias e que sua investidura no cargo se dará a partir da posse de seu sucessor para o cargo de Presidente: Marcelo Augusto Dutra Labuto, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 563.238.081-53, portador da Carteira de Identidade nº 1345836, expedida em 1º.03.2013 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, Brasília (DF). Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, (Ass. Ana Cláudia Kakinoff Corrêa), Secretária, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros. Ass.) Beny Parnes, Daniel Sigelmann, Fabiano Felix do Nascimento, Julio Cesar Costa Pinto, Luiz Serafim Spinola Santos e Marcelo Augusto Dutra Labuto. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 29 PÁGINAS 102 a 103. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 27/03/2019 sob o número 1260086 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário Geral

# Ministério da Educação

## GABINETE DO MINISTRO

#### DESPACHO DE 17 DE ABRIL DE 2019

Processo nº: 23000.006145/2019-38
Interessado: Fundação Educacional Machado de Assis
Assunto: Cumprimento de decisão judicial, em sede de tutela de urgência.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, em observância ao Parecer de Força Executória, de 8 de março de 2019, da Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santo Ângelo, no estado do Rio Grande do Sul, e em conformidade com a Nota nº 00697/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 2 de abril de 2019, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, suspendo os efeitos do Despacho Ministerial de 5 de novembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 6 de novembro de 2018; suspendo os efeitos da Portaria nº 438, de 19 de maio de 2017, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 2017, referente ao Processo nº 23000.011024/2012-31; prorrogo os efeitos da Portaria SERES nº 224, de 22 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2013; e defiro os pedidos de renovação de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS protocolados em 2015 e 2018, tudo em cumprimento à tutela de urgência concedida na Ação Ordinária nº 5004139-23.2018.4.04.7115, da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santa Rosa, no estado do Rio Grande do Sul, e enquanto viger a decisão judicial.

ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro

## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
### SECRETARIA EXECUTIVA

#### SÚMULA DE PARECERES

Reunião ordinária dos dias 11, 12, 13 e 14 do mês de março/2019

CONSELHO PLENO

e-MEC: 201601474 Parecer: CNE/CP 4/2019 Relator: Eduardo Deschamps Interessada: UNIGUA - União de Ensino e Cultura de Guarapuava Ltda. - Guarapuava/PR Assunto: Recurso contra a decisão da Câmara de Educação Superior (CES) que, por meio do Parecer CNE/CES nº 408, de 13 de setembro de 2017, indeferiu o pedido de credenciamento da Faculdade Guarapuava, com sede no município de Guarapuava, estado do Paraná, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação (CNE), conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 408/2017, desfavorável ao credenciamento, para oferta de curso superior na modalidade a distância, da Faculdade Guarapuava, que seria instalada na Rua Novo Ateneu, nº 1.015, bairro Jordão, no município de Guarapuava, no estado do Paraná Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201415539 Parecer: CNE/CP 5/2019 Relatora: Nilma Santos Fontanive Interessada: Faculdade de Gestão e Negócios de Salvador Ltda. - Salvador/BA Assunto: Recurso contra a decisão da Câmara de Educação Superior, que, por meio do Parecer CNE/CES nº 533/2017, de 8 de novembro de 2017, indeferiu o pedido de credenciamento da Faculdade de Gestão e Negócios de Recife (FGN Recife), a ser instalada no município de Recife, no estado de Pernambuco Voto da relatora: Nos termos do artigo 33 do Regimento Interno do CNE, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 533/2017, de 8 de novembro de 2017, desfavorável ao credenciamento da Faculdade de Gestão e Negócios de Recife (FGN Recife), que seria instalada no município de Recife, no estado de Pernambuco Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 200806221 Parecer: CNE/CES 152/2019 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Sociedade Educacional Seven & Cia S/S - EPP - Coroatá/MA Assunto: Recredenciamento da Faculdade Evangélica do Meio Norte, com sede no município de Coroatá, no estado do Maranhão Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Evangélica do Meio Norte, com sede na Rua Nova, nº 429, Centro, no município de Coroatá, no estado do Maranhão, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201101274 Parecer: CNE/CES 154/2019 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Sociedade Educacional Vale do São Francisco Ltda. - ME - Juazeiro/BA Assunto: Recredenciamento da Faculdade São Francisco de Juazeiro, com sede no município de Juazeiro, no estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade São Francisco de Juazeiro, com sede na Rua Paraíso, nº 800, bairro Santo Antônio, no município de Juazeiro, no estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201604900 Parecer: CNE/CES 155/2019 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Funorte Faculdades Unidas do Norte Minas Ltda. - Montes Claros/MG Assunto: Recredenciamento do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), com sede no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), com sede na Avenida Osmane Barbosa, nº 11.111, bairro JK, no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201102865 Parecer: CNE/CES 157/2019 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: IBS Business School de Minas Gerais Ltda. - Belo Horizonte/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade IBS, com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade IBS, com sede na Avenida Prudente de Morais, nº 444, bairro Cidade Jardim, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200804071 Parecer: CNE/CES 158/2019 Relator: Marco Antônio Marques da Silva Interessada: Sociedade de Educação S/S Ltda. - Cornélio Procópio/PR Assunto: Recredenciamento da Faculdade Educacional de Cornélio Procópio, com sede no município de Cornélio Procópio, no estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Educacional de Cornélio Procópio, com sede na Rodovia PR 160, Km 4, s/n, bairro Conjunto Universitário, no município de Cornélio Procópio, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201710420 Parecer: CNE/CES 162/2019 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Foil Ltda. - EPP - Restinga Seca/RS Assunto: Recredenciamento da Faculdade Antônio Meneghetti (AMF), com sede no município de Restinga Seca, no estado do Rio Grande do Sul Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Antônio Meneghetti (AMF), com sede na Estrada Recanto Maestro, nº 338, bairro Distrito Recanto Maestro, no município de Restinga Seca, no estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201708775 Parecer: CNE/CES 165/2019 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessado: Instituto Superior de Educação de Sobral - ISESC - Sobral/CE Assunto: Credenciamento da Faculdade Novo Tempo de Sobral, a ser instalada no município de Sobral, no estado do Ceará Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Novo Tempo de Sobral (FNTS), a ser instalada na Estrada do Jordão, Rodovia Raimundo do Carmo, Km 3, s/n, Centro, no município de Sobral, no estado do Ceará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Direito, bacharelado; Enfermagem, bacharelado; Nutrição, bacharelado; Odontologia, bacharelado, e Psicologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201714040 Parecer: CNE/CES 166/2019 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Irep Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Estácio de Sergipe, por transformação da Estácio Fase - Faculdade Estácio de Sergipe, com sede no município de Aracaju, no estado de Sergipe Voto do relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Estácio de Sergipe, por transformação da Estácio Fase - Faculdade Estácio de Sergipe, com sede na Rua Teixeira de Freitas, nº 10, bairro Salgado Filho, no município de Aracaju, no estado de Sergipe, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201713866 Parecer: CNE/CES 167/2019 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Sucesso Publicações e Assessoria Ltda. - ME - Caicó/RN Assunto: Credenciamento da Faculdade Sucesso, a ser instalada no município de São Bento, no estado da Paraíba Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Sucesso, a ser instalada na Avenida Prefeito Pedro Eulâmpio da Silva, nº 3.086, bairro São José, no município de São Bento, no estado da Paraíba, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201506554 Parecer: CNE/CES 168/2019 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Faculdade do Médio Rio Grande Ltda. - ME - Passos/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade do Médio Rio Grande (FAMEG), a ser instalada no município de Passos, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade do Médio Rio Grande (FAMEG), que seria instalada na Rua Brigadeiro Wilson Nogueira, nº 449, bairro São Francisco, no município de Passos, no estado de Minas Gerais, conforme o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201702004 Parecer: CNE/CES 169/2019 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas de Ribeirão das Neves, a ser instalada no município de Ribeirão das Neves, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas de Ribeirão das Neves, a ser instalada na Rua Ari Teixeira da Costa, nº 1.500, bairro Savassi, no município de Ribeirão das Neves, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Direito, bacharelado, e Gestão de Segurança Privada, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201610099 Parecer: CNE/CES 170/2019 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. - Indaial/SC Assunto: Credenciamento da Faculdade Metropolitana de Novo Hamburgo, a ser instalada no município de Novo Hamburgo, no estado do Rio Grande do Sul Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Metropolitana de Novo Hamburgo, a ser instalada na Rua Bento Gonçalves, nº 2.842, Centro, no município de Novo Hamburgo, no estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado, e Gestão de Recursos Humanos, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201713904 Parecer: CNE/CES 171/2019 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Unisep - União de Ensino do Sudoeste do Paraná S/C Ltda. - Dois Vizinhos/PR Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Unisep, por transformação da Faculdade Educacional de Dois Vizinhos, com sede no município de Dois Vizinhos, no estado do Paraná Voto do relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Unisep, por transformação da Faculdade Educacional de Dois Vizinhos, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 2.601, bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Dois Vizinhos, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201701930 Parecer: CNE/CES 172/2019 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas de Luziânia, a ser instalada no município de Luziânia, no estado de Goiás Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas de Luziânia, a ser instalada na Rua Bate Couro, nº 425, bairro Rosário, no município de Luziânia, no estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Direito, bacharelado, e Gestão de Segurança Privada, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201703028 Parecer: CNE/CES 173/2019 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Sociedade Aventis de Ensino e Escola de Aviação Civil Ltda. - Balneário Camboriú/SC Assunto: Credenciamento da Faculdade de Direito Avantis de Itapema (AVANTIS Itapema), a ser instalada no município de Itapema, no estado de Santa Catarina Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Direito Avantis de Itapema (AVANTIS Itapema), a ser instalada na Avenida Nereu Ramos, nº 3.977, bairro Meia Praia, no município de Itapema, no estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Direito, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201701147 Parecer: CNE/CES 174/2019 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: CIE - Centro Integrado de Estudos e Pesquisas Ltda. - ME - Patos de Minas/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade de Educação de Patos de Minas (FAEP), a ser instalada no município de Patos de Minas, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Educação de Patos de Minas (FAEP), a ser instalada na Rua Tenente Bino, nº 86, Centro, no município de Patos de Minas, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Direito, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201710983 Parecer: CNE/CES 175/2019 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Associação do Ensino Superior da Vitória de Santo Antão - Vitória de Santo Antão/PE Assunto: Credenciamento do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão, por transformação da Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão, com sede no município de Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco Voto do relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA), por transformação da Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão (FAINTVISA), com sede no Loteamento São Vicente Ferrer, nº 71, bairro Cajá, no município de Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201601591 Parecer: CNE/CES 176/2019 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Fundação Universitária Vida Cristã - Pindamonhangaba/SP Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Funvic, por transformação da Funvic - Faculdade de Pindamonhangaba, com sede no município de Pindamonhangaba, no estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Funvic, por transformação da Funvic - Faculdade de Pindamonhangaba, com sede na Estrada Radialista Percy Lacerda, nº 1.000, Km 99 SP-RJ, bairro Pinhão do Borda, no município de Pindamonhangaba, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201602585 Parecer: CNE/CES 177/2019 Relator: Marco Antônio Marques da Silva Interessado: Centro de Educação Terra Brasilis Ltda. - ME - Alto Boa Vista/MT Assunto: Credenciamento da Faculdade Terra Brasilis, a ser instalada no município de Alto Boa Vista, no estado de Mato Grosso Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Terra Brasilis, a ser instalada na ROD MT - 422 Escola Agrícola, s/n, bairro Zona Rural, no município de Alto Boa Vista, no estado de Mato Grosso, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado e Agronegócio, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201603191 Parecer: CNE/CES 178/2019 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Faculdade União Brasileira Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia Paschoal Dantas, a ser instalada no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia Paschoal Dantas, a ser instalada na Avenida Afonso Sampaio e Sousa, nº 495, bairro Parque do Carmo, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Engenharia Civil, bacharelado, Marketing, tecnológico, e Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201701877 Parecer: CNE/CES 179/2019 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Faculdade União Educacional Norte do Pará Ltda. - ME - Tucuruí/PA Assunto: Credenciamento da Faculdade Uninorte Altamira, a ser instalada no município de Altamira, no estado do Pará Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Uninorte Altamira, a ser instalada na Avenida Tancredo Neves, nº 3.414, complemento até 2.517, bairro Jardim Independente I, no município de Altamira, no estado do Pará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Farmácia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201701879 Parecer: CNE/CES 180/2019 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Faculdade União Educacional Norte do Pará Ltda. - ME - Tucuruí/PA Assunto: Credenciamento da Faculdade Uninorte Barcarena, a ser instalada no município de Barcarena, no estado do Pará Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Uninorte Barcarena, a ser instalada na Rua Eduardo Angelin, s/n, bairro Vila dos Cabanos, no município de Barcarena, no estado do Pará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Direito, bacharelado e Psicologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201708968 Parecer: CNE/CES 181/2019 Relator: Marco Antônio Marques da Silva Interessado: Instituto de Ensino e Pesquisa e Pós-Graduação em Educação e Saúde Ltda. - EPP - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Integrada de Pesquisa e Educação em Saúde de SP, a ser instalada no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Integrada de Pesquisa e Educação em Saúde de SP, a ser instalada na Alameda Franca, nº 1.604, bairro Jardim Paulista, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Gestão Hospitalar, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201611132 Parecer: CNE/CES 182/2019 Relatora: Marília Ancona Lopez Interessada: SEGOC - Sociedade Educacional Governador Ozanam Coelho Ltda. - Ubá/MG Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Ubaense Ozanam Coelho, por transformação da Faculdade Ubaense Ozanam Coelho - FAGOC, com sede no município de Ubá, no estado de Minas Gerais Voto da relatora: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Ubaense Ozanam Coelho, por transformação da Faculdade Ubaense Ozanam Coelho, com sede na Rua Dr. Adjalme da Silva Botelho, nº 20, bairro Seminário, no município de Ubá, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201601627 Parecer: CNE/CES 183/2019 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Missão Salesiana de Mato Grosso - Campo Grande/MS Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, com sede no município de Lins, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, com sede na Rua Dom Bosco, nº 265, Centro, no município de Lins, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede, e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201004131 Parecer: CNE/CES 184/2019 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Universo Recife, por transformação da Faculdade Universo Recife, com sede no município de Recife, no estado de Pernambuco Voto do relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Universo Recife, por transformação da Faculdade Universo Recife, com sede na Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, nº 2.169 até 1.920 - lado par, bairro Imbiribeira, no município de Recife, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201708472 Parecer: CNE/CES 185/2019 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Associação Nove de Julho de Guarulhos - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Nove de Julho de Guarulhos, a ser instalada no município de Guarulhos, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Nove de Julho de Guarulhos, a ser instalada na Rua Harry Simonsen, nº 21, bairro Vila das Palmeiras, no município de Guarulhos, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; Direito, bacharelado; Pedagogia, licenciatura e Psicologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201713905 Parecer: CNE/CES 186/2019 Relator: Robson Maia Lins Interessado: Instituto de Educação do Norte Goiano Ltda. - ME - Porangatu/GO Assunto: Credenciamento da Faculdade Impacto de Porangatu, a ser instalada no município de Porangatu, no estado de Goiás Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Impacto de Porangatu, a ser instalada na Rua 15, nº 27, Quadra 34, Lote 34, Centro, no município de Porangatu, no estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; e Engenharia Civil, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201609343 Parecer: CNE/CES 187/2019 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessada: Sociedade Brasileira para o Ensino e Pesquisa Ltda. - ME - Santa Maria/RS Assunto: Credenciamento da Faculdade de Ciências da Saúde, com sede no município de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Resolução CNE/CES nº 1/2018, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos de pós graduação lato sensu na modalidade a distância, da Faculdade de Ciências da Saúde, com sede na Rua Appel, nº 520, Centro, no município de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201708658 Parecer: CNE/CES 188/2019 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessada: Faculdades Integradas Carajás S/C Ltda. - EPP - Redenção/PA Assunto: Credenciamento da Escola Superior da Amazônia de Abaetetuba (ESAMAZ), a ser instalada no município de Abaetetuba, no estado do Pará Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Escola Superior da Amazônia de Abaetetuba (ESAMAZ), a ser instalada na Avenida Lauro Sodré, nº 560, Centro, no município de Abaetetuba, no estado do Pará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Direito, bacharelado e Enfermagem, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201718799 Parecer: CNE/CES 189/2019 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessada: Unigran Educacional - Dourados/MS Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Unigran Capital, por transformação da Faculdade Unigran Capital (Unigran Capital), com sede no município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul Voto do relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Unigran Capital, por transformação da Faculdade Unigran Capital (Unigran Capital), com sede na Rua Abrão Júlio Rahe, nº 325 - até 1010/1011, Centro, no município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201713895 Parecer: CNE/CES 190/2019 Relator: Antonio de Araujo Freitas Júnior Interessada: Única Educacional Ltda. - Brasília/DF Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Promove de Tecnologia, por transformação da Faculdade Promove de Tecnologia, com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Promove de Tecnologia, por transformação da Faculdade Promove de Tecnologia, com sede na Rua dos Pampas, nº 484, bairro Prado, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201505541 Parecer: CNE/CES 191/2019 Relator: Antonio de Araujo Freitas Júnior Interessado: Liceu Coração de Jesus - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, com sede no município de Americana, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, com sede na Avenida de Cillo, nº 3.500, bairro Parque Novo Mundo, no município de Americana, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Gestão de Recursos Humanos, tecnológico, com abrangência de atuação em sua sede, e nos seguintes polos de apoio presencial: Campus Liceu Salesiano - Rua Baronesa Geraldo de Resende, nº 330, bairro Guanabara, no município de Campinas, no estado de São Paulo; Campus São José - Avenida Almeida Garret, nº 267, bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, no município de Campinas, no estado de São Paulo; Campus São Joaquim - Rua Dom Bosco, nº 284, Centro, no município de Lorena, no estado de São Paulo, e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201714989 Parecer: CNE/CES 192/2019 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessado: Instituto Sumaré de Educação Superior Ises Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Sumaré, por transformação da Faculdade Sumaré, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Sumaré, por transformação da Faculdade Sumaré, com sede Av. Doutor Arnaldo, nº 1.753, bairro Pinheiros, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201208702 Parecer: CNE/CES 193/2019 Relator: Antonio de Araujo Freitas Júnior Interessada: Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Credenciamento do Instituto Superior do Ministério Público, a ser instalado no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do Instituto Superior do Ministério Público, a ser instalado na Rua Rodrigo Silva, nº 26, Centro, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Gestão Pública, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201713963 Parecer: CNE/CES 194/2019 Relator: Antonio de Araujo Freitas Júnior Interessada: Edvac Serviços Educacionais Ltda. - Guarulhos/SP Assunto: Credenciamento do Centro Universitário de Tecnologia Eniac, por transformação da Faculdade Eniac (Eniac), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário de Tecnologia Eniac por transformação da Faculdade Eniac (Eniac), com sede na Rua Força Pública nº 87, Centro, no município de Guarulhos, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23709.000242/2016-05 Parecer: CNE/CES 195/2019 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Faculdade Paranapanema (FP) - Porecatu/PR Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), que por meio da Portaria nº 690, de 17 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 18 de outubro de 2018, aplicou a penalidade de descredenciamento e desativação de curso em face da Faculdade Paranapanema (FP), com sede no município de Porecatu, no estado do Paraná Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 690, 17 de outubro de 2018, que aplicou a penalidade de descredenciamento e desativação de curso da Faculdade Paranapanema (FP), com sede no município de Porecatu, estado do Paraná Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201413214 Parecer: CNE/CES 197/2019 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessado: Unidade Regional Brasileira de Educação Ltda. - Alagoinhas/BA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 868, de 11 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 12 de dezembro de 2018, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, da Faculdade Unirb - Barreiras, com sede no município de Barreiras, no estado da Bahia Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa na Portaria SERES nº 868, para autorizar o funcionamento do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Unirb - Barreiras, com sede na Avenida Cleriston Andrade, BR 242, nº 3.507, antigo bairro Mimoso, no município de Barreiras, no estado da Bahia, com 200 (duzentas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201606976 Parecer: CNE/CES 198/2019 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessado: Centro de Estudos de Administração e Marketing CEAM Ltda. - Campinas/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 791, de 8 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 9 de novembro de 2018, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso de Engenharia Mecânica, bacharelado, da Faculdade ESAMC São Paulo (ESAMC), com sede em São Paulo, no estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa na Portaria SERES nº 791, de 8 de novembro de 2018, para autorizar o funcionamento do curso de Engenharia Mecânica, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade ESAMC São Paulo (ESAMC), com sede na Avenida Adolfo Pinheiro, nº 893, bairro Santo Amaro, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, com 200 (duzentas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23709.000269/2016-90 Parecer: CNE/CES 199/2019 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Projeto Reviver-Atividades Educacionais, Sociais e Culturais - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), que, por meio da Portaria nº 861, de 6 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 7 de dezembro de 2018, determinou o descredenciamento da Faculdade Teológica Evangélica do Rio de Janeiro (Faterj), com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, que, anteriormente, havia encaminhado recurso administrativo ao Conselho Nacional de Educação contra a Portaria SERES/MEC nº 418, de 8 de junho de 2018, publicada em 11 de junho de 2018, que determinou a instauração de procedimento sancionador com aplicação de medida cautelar Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017 conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 861, de 6 de dezembro de 2018, que determinou o descredenciamento da Faculdade Teológica Evangélica do Rio de Janeiro (Faterj), localizada no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200802254 (Processo: 23001.000130/2013-61) Parecer: CNE/CES 200/2019 Relator: José Loureiro Lopes Interessado: Instituto Paraense de Educação e Cultura Ltda. - Marabá/PA Assunto: Credenciamento da Faculdade de Ciências Médicas do Pará, a ser instalada no município de Marabá, no estado do Pará. Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 133, de 20 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 21 de março de 2013, indeferiu o pedido de autorização do curso de Medicina, bacharelado, pleiteado pela Faculdade de Ciências Médicas do Pará Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Ciências Médicas do Pará (FACIMPA), a ser instalada na Folha 32, quadra especial, bairro Nova Marabá, no município de Marabá, no estado do Pará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Medicina, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES). Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa na Portaria SERES nº 133, de 20 de março de 2013, para autorizar o funcionamento do curso de Medicina, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade de Ciências Médicas do Pará (FACIMPA), com sede na Folha 32, quadra especial, bairro Nova Marabá, no município de Marabá, no estado do Pará, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Parecer: CNE/CES 201/2019. Revogado, com fulcro no Artigo 53 da Lei nº 9.784, de 29 de junho de 1999.

e-MEC: 201711768 Parecer: CNE/CES 204/2019 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Anhanguera Educacional Participações S/A - Valinhos/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 929, de 28 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 31 de dezembro de 2018, autorizou o curso de Engenharia Elétrica, bacharelado, da Faculdade Anhanguera de Passo Fundo, com sede no município de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul, determinando redução no número de vagas solicitado de 100 (cem) para 50 (cinquenta) vagas anuais Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa na Portaria SERES nº 929, de 28 de dezembro de 2018, para autorizar o funcionamento do curso de Engenharia Elétrica, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Anhanguera de Passo Fundo, com sede na Rua Paissandu, nº 1.200, Centro, no município de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul no município de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul, com 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201703365 Parecer: CNE/CES 206/2019 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessada: Fainor Faculdade Independente do Nordeste Ltda. - Vitória da Conquista/BA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 909, de 24 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 26 de dezembro de 2018, indeferiu o pedido de autorização para o funcionamento do curso superior de Tecnologia em Jogos Digitais, da Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), com sede no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa na Portaria SERES nº 909, de 24 de dezembro de 2018, para autorizar o funcionamento do curso superior de Tecnologia em Jogos Digitais, a ser oferecido pela Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), com sede na Avenida Luís Eduardo

Magalhães, nº 1.305, bairro Candeias, no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia, com 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200806088 Parecer: CNE/CES 207/2019 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Sociedade Brasileira de Educação e Cultura Eireli - Goiânia/GO Assunto: Recredenciamento da Faculdade Brasileira de Educação e Cultura, com sede no município de Goiânia, no estado de Goiás Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Brasileira de Educação e Cultura, com sede na Avenida Paranaíba, nº 374, bairro Setor Central, no município de Goiânia, no estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 1 (um) ano, conforme dispõe o § 5º, artigo 25, da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201603576 Parecer: CNE/CES 211/2019 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessado: Instituto Invest de Educação Consultoria e Assessoria Ltda. - ME - Cuiabá/MT Assunto: Credenciamento da Faculdade Univest de Educação, a ser instalada no município de Cuiabá, no estado de Mato Grosso Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Univest de Educação, a ser instalada na Rua Pedro Celestino, nº 324, bairro Centro Norte, no município de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.001014/2016-10 Parecer: CNE/CES 213/2019 Relator: José Loureiro Lopes Interessado: Nuno Miguel Gusmão Vasconcelos Domingos Violante - Brasília/DF Assunto: Recurso contra a decisão da Universidade de Brasília, que indeferiu o pedido de revalidação do diploma de Licenciatura em Gestão de Empresas, expedido pela Instituição Superior de Línguas e Administração, na cidade de Santarém, Portugal Voto do relator: Conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão de indeferimento pela Universidade de Brasília do pleito de revalidação do diploma estrangeiro de Gestão de Empresas, licenciatura, obtido por Nuno Miguel Gusmão Vasconcelos Domingos Violante, portador do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) nº V820970-Y, inscrito sob o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nº 702.139.701-12, na Instituição Superior de Línguas e Administração Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 200711905 Parecer: CNE/CES 214/2019 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Associação Técnico Educacional Equipe - Sapucaia do Sul/RS Assunto: Recredenciamento da Faculdade Equipe, com sede no município de Sapucaia do Sul, no estado do Rio Grande do Sul Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Equipe, com sede na Avenida Sapucaia, nº 1.376, Centro, no município de Sapucaia do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 1 (um) ano, conforme dispõe o § 5º, artigo 25, da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201615472 Parecer: CNE/CES 216/2019 Relator: José Loureiro Lopes Interessado: Instituto Euro Americano de Educação Ciência Tecnologia - Brasília/DF Assunto: Recredenciamento do Centro Universitário Euro-Americano, com sede em Brasília, no Distrito Federal Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário Euro-Americano (UNIEURO), com sede na SCES Trecho 0 - Conjunto 5, s/n, ST Clubes Sul, bairro Asa Sul, em Brasília, no Distrito Federal, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Processo: 23001.000025/2019-17 Parecer: CNE/CES 218/2019 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Beatriz Ferreira Leal de Azevedo - Brasília/DF Assunto: Convalidação dos estudos realizados por Beatriz Ferreira Leal de Azevedo no curso de graduação em Odontologia, bacharelado, concluído na Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central (FACIPLAC), com sede em Brasília, no Distrito Federal Voto do relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Beatriz Ferreira Leal de Azevedo, no curso de Odontologia, bacharelado, ministrado pela Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central (FACIPLAC), com sede em Brasília, no Distrito Federal, conferindo validade ao seu diploma de bacharelado em Odontologia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.040151/2017-52 Parecer: CNE/CES 220/2019 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessada: Sociedade Educacional Águas Lindas Ltda. - Águas Lindas/GO Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 13, de 5 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 8 de janeiro de 2018, instaurou procedimento administrativo sancionador em face da Faculdade Águas Lindas (FAL), com sede no município de Águas Lindas, no estado de Goiás Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 13, de 5 de janeiro de 2018, que instaurou procedimento administrativo sancionador, determinando o arquivamento de processos regulatórios no sistema e-MEC, dentre outras medidas, da Faculdade Águas Lindas, com sede na Quadra 48, conjunto A, setor 1, nos 44/46, bairro Parque da Barragem, no município de Águas Lindas de Goiás, no estado de Goiás Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20073762 Parecer: CNE/CES 221/2019 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Associação de Integração Social de Itajubá - Itajubá/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Medicina de Itajubá, com sede no município de Itajubá, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Medicina de Itajubá, com sede na Avenida Renno Junior, nº 368, bairro São Vicente, no município de Itajubá, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/207 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201503181 Parecer: CNE/CES 222/2019 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas -Maceió/AL Assunto: Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), com sede no município de Maceió, no estado de Alagoas, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância (EaD) Voto da relatora: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao recredenciamento, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), com sede na Rua Doutor Odilon Vasconcelos, nº 103, bairro Jatiúca, no município de Maceió, no estado de Alagoas, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201503198 Parecer: CNE/CES 225/2019 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Florianópolis/SC Assunto: Recredenciamento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com sede no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância (EaD) Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao recredenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com sede na Avenida Madre Benvenuta, nº 1.907, Campus I, bairro Itacorubi, no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 10 (dez) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000007/2015-10 Parecer: CNE/CES 229/2019 Relatora: Marília Ancona Lopez Interessada: Universidade de Ribeirão Preto - Ribeirão Preto/SP Assunto: Convalidação de estudos e validação nacional de títulos obtidos no curso de mestrado em Educação Física, ministrado pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) Voto do relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos e à validação nacional dos títulos de Mestre obtidos no curso de Mestrado em Educação Física, pelos 26 (vinte e seis) alunos relacionados em anexo, ministrado pela da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), com sede no município de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000218/2019-78 Parecer: CNE/CES 230/2019 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba/SC Assunto: Extensão das prerrogativas de autonomia de campi fora de sede da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), com sede no município de Joaçaba, no estado de Santa Catarina Voto do relator: Nos termos do art. 32 §1º do Decreto nº 9.235/2017 e art. 72, Parágrafo único, da Portaria Normativa nº 23/2017, reformulada pela Portaria Normativa nº 742/2018, ficam estendidas as prerrogativas de autonomia para os campi fora de sede da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), sediada no município de Joaçaba, no estado de Santa Catarina, situados nos seguintes endereços: Campus de Campos Novos, Rua Benjamin Colla, nº 289, bairro Campos Novos, no município de Campos Novos, no estado de Santa Catarina; Campus de Capinzal, Acesso à Cidade Alta, nº 5.330, bairro São Cristóvão, no município de Capinzal, no estado de Santa Catarina; Campus de Chapecó, Rua Nereu Ramos, nº 3.777-D, bairro Seminário, no município de Chapecó, no estado de Santa Catarina; Campus Maravilha, Rua Orlando Valério Zawadski, nº 710, bairro Maravilha, no município de Maravilha, no estado de Santa Catarina; Campus de Pinhalzinho, Avenida Santo Antônio, nº 659, bairro Santo Antônio, no município de Pinhalzinho, no estado de Santa Catarina; Campus de São José do Cedro, Linha Esquina Derrubada, s/n, bairro São José do Cedro, no município de São José do Cedro, no estado de Santa Catarina; Campus de São Miguel do Oeste, Rua Oiapoc, nº 211, bairro Agostini, no município de São Miguel do Oeste, no estado de Santa Catarina; Campus de Xanxerê, Rua Dirceu Giordani, nº 696, bairro Jardim Tarumã, no município de Xanxerê, no estado de Santa Catarina; Campus de Videira, Rua Paese, nº 198, Cx. Postal 187, bairro Torres, no município de Videira, no estado de Santa Catarina. Nos termos do § 1º do artigo 32 do Decreto nº 9.235/2017, os campi ora credenciados integrarão o conjunto da Universidade e gozarão de prerrogativas de autonomia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 17 de abril de 2019.
PAULO ROBERTO COSTA E SILVA
Secretário-Executivo

ANEXO
AO PARECER CNE/CES 229/2019

| Número | Nome | (Cadastro de Pessoas Físicas) CPF |
|---|---|---|
| 1 | Adauto Domingues | 046.852.969-15 |
| 2 | Antonio Carlos Caraski | 863.698.908-63 |
| 3 | Carlos Alberto de Oliveira Firmino | 138.801.872-15 |
| 4 | Carlos Antonio Honório Ferreira | 198.855.478-00 |
| 5 | Dalva Martins Rosa | 234.478.349-00 |
| 6 | Dionisio Tabajar Gulli | 807.802.378-20 |
| 7 | Divino Celestino da Silva | 060.167.401-44 |
| 8 | Edina Marinez Armacolo | 276.626.409-49 |
| 9 | Elizabeth Marques Caldeira da Silva | 397.387.879-04 |
| 10 | Elmira Alves Silva de Oliveira | 266.819.276-53 |
| 11 | Helio Gomes da Silva Júnior | 042.151.171-00 |
| 12 | Ivanir Glória de Campos | 360.588.070-34 |
| 13 | Jane Maria Remor Magro | 695.851.809-87 |
| 14 | José Gustavo Souza de Alvarenga | 244.456.491-04 |
| 15 | Liogi Suzuki | 083.877.619-15 |
| 16 | Lúcia Maria Varela | 513.844.939-72 |
| 17 | Ludgero Carolino Galli Vieira | 003.684.581-72 |
| 18 | Marcelino Benedito Seleguim | 756.304.008-00 |
| 19 | Maria Angela Lipparelli Piovesan | 071.859.308-12 |
| 20 | Mauricio Borges de Oliveira | 345.735.346-87 |
| 21 | Mônica Helena Neves Pereira | 476.970.407-00 |
| 22 | Oscar Tomoaki Nampo | 003.648.359-15 |
| 23 | Reinaldo Musetti | 469.316.868-87 |
| 24 | Ricardo de Souza Barros | 003.500.898-92 |
| 25 | Rolando José Ventura Dumas | 113.688.101-87 |
| 26 | Ronaldo José Nascimento | 272.917.826-00 |

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

### RESOLUÇÃO Nº 25, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a cooperação entre a CNRM e as sociedades médicas de especialidades nas visitas de avaliação in loco dos Programas de Residência Médica no Brasil.

A COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA (CNRM), no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto 80.281/1977, a Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981, o Decreto 7.562 de 15 de setembro de 2011 e o Decreto nº 8.516, de 10 de setembro de 2015.

CONSIDERANDO o artigo 9º. do Decreto 8.516/ 2015 em que a titulação de especialistas nas áreas de especialidades médicas, legalmente regulamentadas no Brasil, só poderão ser conferidas através de duas formas: realização de um Programa de Residência Médica credenciado pela CNRM ou por de prova de títulos efetuada pela Associação Médica Brasileira, através das sociedades de especialidades médicas.

CONSIDERANDO o artigo 7º. do Decreto 7.562/2011, no seu parágrafo IV, segundo o qual compete à CNRM promover a participação da sociedade no aprimoramento da residência médica no País.

CONSIDERANDO que uma das missões das Sociedades Médicas de Especialidades no Brasil, que compõem o Conselho Científico da Associação Médica Brasileira, é o aprimoramento técnico científico da especialidade.

CONSIDERANDO o que ficou decidido na sessão plenária ordinária da CNRM de 22 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º. As sociedades interessadas em aderir às atividades de cooperação deverão formalizar seu pedido à CNRM. Será firmado um termo de cooperação (anexo) entre a CNRM e a Sociedade.

Art. 2º. À adesão da Sociedade às atividades de cooperação implica em que a mesma integre o Conselho Científico da Associação Médica Brasileira.

Art. 3º. A cooperação se refere às visitas concernentes às funções de Regulação, Supervisão e Avaliação da CNRM.

Art. 4º. O calendário de visitas será estabelecido pela CNRM e a CEREM (instância auxiliar). A coordenação da visita será a cargo da CEREM, a qual será a responsável pelo cumprimento dos prazos de visita.

§ 1º: Serão, no mínimo, dois avaliadores por Programa de Residência Médica: um designado pela CNRM ou CEREM e outro pela Sociedade de Especialidade Cooperada. Em caso de não indicação da sociedade a CEREM indicará o outro avaliador.

§ 2º: Na situação em que não houver consenso ou quaisquer divergências entre os avaliadores, prevalecerá a avaliação do avaliador designado pela CEREM/CNRM e encaminhada a decisão para a CNRM.

Art. 5º. O instrumento de avaliação específico será construído pela CNRM ouvindo as sociedades de especialidades.

Art. 6º. Os custos financeiros operacionais ficarão a cargo da CNRM e das Sociedades de Especialidades.

Art. 7º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR
Presidente da Comissão

ANEXO

TERMO DE COOPERAÇÃO DE VISITAS DE AVALIAÇÃO ENTRE A CNRM E AS SOCIEDADES MÉDICAS DE ESPECIALIDADES

Com base na Resolução da CNRM...../2019, que dispõe sobre a cooperação entre a CNRM e as Sociedades Médicas de Especialidades nas visitas de avaliação de Programas de Residência Médica no Brasil, e nas demais normas legais vigentes aplicáveis à espécie, a ASSOCIAÇÃO: _____, entidade representativa e integrante do Conselho Científico da Associação Médica Brasileira, CNPJ nº_____, com sede na _____, em _____, Estado do _____, neste ato representada pelo seu Presidente, brasileiro, médico especialista_____(estado civil), RG nº_____, CPF nº_____, residente e domiciliado na _____, em _____ (cidade e estado); a COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA, neste ato representada pela Secretária Executiva _____ (nome), brasileiro, _____profissão, _____ (estado civil), RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, em _____ (cidade e estado), resolve:

celebrar o presente instrumento de COOPERAÇÃO DE VISITAS DE AVALIAÇÃO ENTRE A CNRM E AS SOCIEDADES MÉDICAS DE ESPECIALIDADES, no qual estabelecem cláusulas, condições e obrigações de cada signatário.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo de COOPERAÇÃO DE VISITAS DE AVALIAÇÃO ENTRE A CNRM E AS SOCIEDADES MÉDICAS DE ESPECIALIDADES - tem por objeto as visitas concernentes às funções de Regulação, Supervisão e Avaliação da CNRM, nos Programas de Residência Médica de..... credenciados pela CNRM/MEC no Brasil, com garantia de isenção e autonomia das CEREM, em que tal cooperação da Sociedade em epígrafe irá contribuir para um olhar mais apurado da especialidade com objetivo de melhor qualidade das avaliações dos programas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES MÚTUAS

Constituem responsabilidades da CNRM:

I. Estabelecer o calendário de visitas por meio da CEREM

II. Delegar à CEREM a coordenação da visita, a qual será a responsável pelo cumprimento dos prazos.

III. Elaborar e publicar anualmente os extratos dos relatórios de visitados

IV. Elaborar a relação dos programas a serem visitados.

e encaminhar às CEREM, a AMB e as Associações de Especialidades.

Constituem responsabilidades das Sociedades de Especialidades

I. Contribuir de forma corresponsável com as visitas visando agregar expertise da área.

II. Responsabilizar-se pela indicação de visitadores, médicos, especialistas de conduta ética ilibada e que tenham experiência com Residência Médica e encaminhar a relação dos indicados à CNRM.

III. Responsabilizar-se pelos custos operacionais do visitador da Sociedade de Especialidade.

IV. Reconhecer que a responsabilidade legal das visitas compete à CNRM.

V. Contribuir para resolução de conflitos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS Os casos omissos referentes a este termo de cooperação serão resolvidos de comum acordo entre as partes com a interveniência da Secretaria de Educação Superior/MEC

E por se acharem justas e cooperadas, as partes assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas para que produza seus efeitos legais.

____, ___ de _____ de 201_

### RESOLUÇÃO Nº 24, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Medicina Nuclear

A COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA (CNRM), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.932 de 07 de julho de 1981, o Decreto nº 7.562, de 15 de setembro de 2011, e o Decreto 8.516, de 10 de setembro de 2015.

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 3 de 18 de dezembro de 2002 que define competência profissional como a "capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico";

CONSIDERANDO a Lei no 6.932/81, que estabelece a jornada semanal dos Programas de Residência Médica, incluídas as atividades de plantão e teórico-práticas

CONSIDERANDO que o Programa de Residência Médica em Medicina Nuclear possui duração de três anos, acesso direto, respeitando a carga horária semanal conforme legislação vigente;

CONSIDERANDO decisão tomada pela plenária da CNRM na sessão plenária de 15 de maio de 2018 que aprovou a matriz de competências aos programas de residência médica de Medicina Nuclear, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Medicina Nuclear, na forma do anexo a esta Resolução.

Parágrafo único. É obrigatório o uso da matriz de competências para os programas que se iniciarem a partir de 1º de março de 2020.

Art. 2º Fica revogado o item 35 do anexo da Resolução CNRM nº 2, de 17 de maio de 2006, dos Requisitos Mínimos dos Programas de Residência Médica.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor em sua publicação.

ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR
Presidente da Comissão

ANEXO

Matriz de Competências: Medicina Nuclear

OBJETIVOS GERAIS

Formar e habilitar médicos na área da Medicina Nuclear com competências que os capacitem a dirimir as situações, os problemas e os dilemas na área e, com amplo conhecimento prático e teórico, dominar aspectos de metodologia de radioisótopos, procedimentos diagnósticos, terapêuticos e de investigação científica, tornando-os progressivamente responsáveis e independentes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA

1. Desenvolver e aprimorar habilidades técnicas, raciocínio e a capacidade de tomar decisões na área de medicina nuclear.

2. Aplicar os princípios de proteção radiológica e as regulamentações e normas vigentes da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

3. Dominar a preparação, controle de qualidade e administração de radioisótopos.

4. Acompanhar e interpretar controle de qualidade de equipamentos (câmaras de cintilação tomográficas (SPECT e SPECT/CT), PET/CT e detectores de radiação)

5. Realizar anamnese e exame físico dos pacientes que serão submetidos a procedimentos em Medicina Nuclear.

6. Dominar técnicas de aquisição e processamento de imagens em Medicina Nuclear.

7. Desenvolver competências que permitam a interpretação de imagens e elaboração de laudos de exames de Medicina Nuclear.

8. Identificar as indicações de terapias radionuclídeas, respeitando os princípios de proteção radiológica.

9. Dominar técnicas relacionadas às cirurgias radioguiadas, incluindo indicações, aplicações de radioisótopos, manipulação de gamma-probe e acompanhamento do ato cirúrgico.

10. Conhecer métodos de imagem seccionais, tais como tomografia computadorizada e ressonância magnética, e sua correlação com exames da Medicina Nuclear.

11. Desenvolver competências que permitam valorizar a significação dos fatores somáticos, psicológicos e sociais que interferem na saúde.

12. Estimar e promover as ações de saúde de caráter preventivo concernentes à segurança clínica e radiológica do paciente.

13. Promover a integração do médico em equipes multidisciplinares na assistência aos pacientes.

14. Estimular a capacidade de aprendizagem e de participação em programas de educação permanente.

15. Estimular a capacidade crítica e reflexiva da atividade médica, no âmbito da Medicina Nuclear, considerando-a em seus aspectos científicos, éticos e sociais.

16. Engajar-se em atividade de ensino e pesquisa na área de Medicina Nuclear, produzindo trabalho científico que poderá ser apresentado em congresso médico ou submetê-lo ou publicá-lo.

17. Dominar o suporte básico de vida e manejar as urgências e emergências clínicas mais prevalentes.

COMPETÊNCIAS POR ANO DE TREINAMENTO

TÉRMINO DO PRIMEIRO ANO - R1

Avaliar a parte técnica relacionada à rotina de um serviço de medicina nuclear, incluindo aspectos de sala quente, agendamento e preparo dos exames, entrevista aos pacientes, aquisição e processamentos de exames cintilográficos e introdução à execução de laudos menos complexos. Nessa etapa inclui também aspectos de física médica relacionados à radioprotecção e interação com a matéria, assim como solidificação da relação médico paciente e iniciação científica. Nesse contexto, as competências esperadas ao término desse ano baseiam-se em:

1. Dominar os conhecimentos sobre radiofarmácia e atividades da sala quente. Inclui o domínio sobre a distribuição, cinética e marcação dos fármacos; controle de qualidade e fracionamento dos diferentes radiofármacos e radioisótopos; conhecimento sobre geradores e calibrador de dose; armazenamento, registro e descarte de material radioativo; livros de registros e noções das provas de radioimunoensaio e outros métodos diagnósticos in vitro, incluindo leituras de volemia, filtração glomerular, fluxo plasmático renal, teste de captação, medidas de tampões e sangue em contador de poço

2. Dominar a anamnese especializada sobre indicações, limitações, contraindicações, preparo e informações dos exames cintilográficos. egistrar as informações de forma clara, concisa e contextualizada com a história clínica, exames laboratoriais, radiológicos e histopatológicos.

3. Dominar técnicas de aquisição e processamentos de protocolos padrão e adaptados de imagens de Medicina Nuclear convencional (cintilografias), com domínio de parâmetros de aquisição, instrumentação, uso de filtros e de software de processamentos e de apresentação das imagens

4.Iniciar elaboração de laudos de exames de Medicina Nuclear convencional (cintilografias), com menor complexidade clínica, nas diversas áreas, sistemas e/ou órgãos.

5.Iniciar conhecimento de metodologia científica

6. Analisar os conceitos da física das radiações, interação da radiação com a matéria, estatística das medidas radioativas.

7. Avaliar os Princípios de proteção radiológica e as regulamentações e normas vigentes da CNEN, incluindo noções de dosimetria externa e interna, planejamento de laboratórios de radioisótopos, instrumentação nuclear em proteção radiológica, contaminação e descontaminação, avaliação de doses dos trabalhadores.

8. Demonstrar conhecimentos sobre à matemática e estatística aplicada à metodologia de Radioisótopos, cálculo de doses, resíduos e decaimentos, análise de filtros e processamentos de imagens.

9. Dominar os procedimentos relacionados às cirurgias radioguiadas, com conhecimento dos principais radiofármacos utilizados, métodos de injeção, aquisição de imagens, dermografia e leitura radioativa com gama probe e acompanhamento no intraoperatório

10. Dominar as indicações, cuidados de radioproteção e procedimentos clínicos envolvidos em terapias radionuclídeas de condições benignas.

11. Valorizar e solicitar a necessidade de interconsultas com outros especialistas quando se fizer necessário

12. Elaborar prontuário médico legível para cada paciente, contendo os dados clínicos para a boa condução do caso, preenchido em cada avaliação em ordem cronológica, com data, hora, assinatura e número de registro no Conselho Regional de Medicina e mantê-lo atualizado;

13. Realizar a prescrição do plano terapêutico, informado e aceito pelo paciente e/ou seu responsável legal;

14. Elaborar e aplicar o termo de consentimento livre esclarecido de acordo com as normas vigentes.

15. Demonstrar cuidado, respeito na interação com os pacientes e familiares, valores culturais, crenças e religião dos pacientes, oferecendo o melhor tratamento

16. . Manejar as urgências clínicas mais prevalentes.

TÉRMINO DO SEGUNDO ANO- R2

Avaliar a parte técnica, agendamento e preparo dos exames, anamnese ados pacientes, aquisição, processamentos de exames e introdução aos laudos de PET-CT/RM execução de laudos mais complexos de cintilografias e terapia em doenças malignas. Nessa formação inclui também aspectos de física médica relacionados à radioprotecção e interação com a matéria, assim como solidificação da relação médico paciente em PET-CT/RM. Nesse contexto, as competências esperadas ao término desse ano baseiam-se em:

1. Dominar o conhecimento em Instrumentação Nuclear e Informática Médica, incluindo princípios físicos e conhecimentos técnicos necessários para utilizar câmaras de cintilação e equipamentos de PET (CT ou RM), sistemas de captação, sistemas de medidas in vitro, estações de processamento e outros equipamentos utilizados em Medicina Nuclear, além de controles de qualidade dos equipamentos. Demonstrar o conhecimento em tecnologia híbrida - SPECT-CT

2. Dominar as indicações, cuidados de radioproteção e procedimentos clínicos envolvidos em terapias radionuclídeas de condições malignas.

3. Registrar os dados e a evolução de pacientes no prontuário de forma clara e concisa. 4. Manter atualizado no prontuário os resultados dos exames laboratoriais, radiológicos, histopatológicos, pareceres de outras clínicas chamadas a opinar e quaisquer outras informações pertinentes ao caso, quando relacionados a procedimentos de Medicina Nuclear.

5. Elaborar laudos de exames de Medicina Nuclear convencional (cintilografias), com baixa e média complexidade clínica, nas diversas áreas, sistemas e/ou órgãos.

6. Avaliar os métodos de imagem seccionais, tais como tomografia computadorizada e ressonância magnética, sabendo identificar estruturas/orgãos, principais alterações morfológicas e sua correlação com exames da Medicina Nuclear.

7. Dominar as técnicas de aquisição e processamentos de protocolos padrão e adaptados de imagens PET-CT/ ou PET/ RM, com domínio de parâmetros de aquisição, instrumentação, uso de filtros e de software de processamentos e de apresentação das imagens

8. Dominar a elaboração de laudos de exames de PET-CT/PET/RM, com menor complexidade clínica, nas diversas áreas, sistemas e/ou órgãos.

9. Contribuir na formação e ensino dos residentes do primeiro ano, sob supervisão do preceptor.

10. Desenvolver e participar de atividades teóricas como seminários, aulas, apresentação de artigos científicos e discussões de casos.

11. Demonstrar respeito, integridade e compromisso com os preceitos da ética médica;

12. Analisar os custos da prática médica e utilizá-los em benefício do paciente, valorizando os padrões de excelência;

13. Valorizar o Sistema Único de Saúde, avaliando a estrutura e a regulação

14. Aplicar os aspectos médico-legais envolvidos no exercício da prática médica;

TÉRMINO DO TERCEIRO ANO - R3

Ter domínio amplo e especializado sobre a Medicina Nuclear e ser capaz de exercer a atividade profissional, com amplo conhecimento prático e teórico dos aspectos de metodologia de radioisótopos, procedimentos diagnósticos, terapêuticos e de investigação científica.

1.Dominar o conhecimento das regulamentações e normas vigentes da CNEN, sobretudo no que tange às condições exigidas ao titular e ao responsável técnico de serviço de Medicina Nuclear, bem como de noções de gerenciamento e administração.

2. Elaborar laudos de exames de Medicina Nuclear convencional (cintilografias), desde baixa à alta complexidade clínica, nas diversas áreas, sistemas e/ou órgãos.

3. Elaborar laudos de exames de PET-CT/PET/ RM, desde baixa à alta complexidade clínica, nas diversas áreas, sistemas e/ou órgãos.

4. Ter domínio das indicações, cuidados de radioproteção e procedimentos clínicos envolvidos em terapias radionuclídeas de condições benignas e malignas.

5. Contribuir na formação e ensino dos residentes do segundo e primeiro ano, sob supervisão do preceptor, assim como demonstrar capacidade de liderança na equipe médica.

6. Participar de forma ativa em atividades teóricas como seminários, aulas, discussões de casos, reuniões clínicas de especialidades diversas, discutindo melhor indicação e achados relacionados a exames, terapias ou procedimentos de Medicina Nuclear

7.Valorizar o trabalho em equipe inter e multiprofissional exercendo liderança, compartilhando a responsabilidade dos cuidados dos pacientes com os demais integrantes da equipe de saúde.

8. Tomar decisões sob condições adversas, com controle emocional e equilíbrio, demonstrando conhecimentos e liderança no sentido de minimizar eventuais complicações, mantendo consciência das limitações.

9. Manter constante os processos de aprendizagem (aprender a aprender) buscando melhorar a expertise, procurando prestar atendimento de qualidade

10. Demonstrar cuidado, respeito na interação com os pacientes e familiares, respeitando valores culturais, crenças e religião dos pacientes, oferecendo o melhor tratamento;

11. Aplicar os conceitos fundamentais da ética médica em sua abrangência (confidencialidade, pesquisa, eutanásia, Aids e transplantes, entre outros);

12. Aplicar os aspectos médico-legais envolvidos no exercício da prática médica;

13. Obter o consentimento livre e esclarecido do paciente ou familiar em caso de impossibilidade do paciente, após explicação simples, em linguagem apropriada para o entendimento sobre os procedimentos a serem realizados, suas indicações e complicações;

14. Produção de um artigo científico.

ROSANA LEITE DE MELO
Secretaria Executiva da CNRM

JULIANO CERCI
Presidente da SBMN

## SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

### PORTARIA N° 189, DE 17 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituto, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019, tendo em vista o Parecer CNE/CES nº 802/2018, homologado pelo Despacho Ministerial de 14 de março de 2019, publicado em 18/03/2019, referente ao processo e-MEC 201703141, resolve:

Art.1º Fica autorizado o curso de graduação em Farmácia, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade CGESP (12928), localizada na Avenida A, 490, Setor Oeste, Goiânia/GO, mantida pelo Centro Goiano de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação Ltda. ME (16443), reformando os efeitos da linha 5 do Anexo da Portaria nº 607, de 06 de setembro de 2018, publicada no DOU em 10 de setembro de 2018.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA

### PORTARIA Nº 190, DE 17 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201700927 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 200 (duzentas) | CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO PIAUÍ | INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA | RUA DURVALINO COUTO, 1220, CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO PIAUÍ - CEUPI, JOCKEY CLUB, TERESINA/PI |
| 2 | 201711788 | PSICOLOGIA (Bacharelado) | 200 (duzentas) | CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE | ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A | BR 163, 3203, CHÁCARA DAS MANSÕES, CAMPO GRANDE/MS |
| 3 | 201711495 | PSICOLOGIA (Bacharelado) | 100 (cem) | CENTRO UNIVERSITÁRIO SAÚDE ABC | FUNDACAO DO ABC | AVENIDA PRÍNCIPE DE GALES, 821, PRÍNCIPE DE GALES, SANTO ANDRÉ/SP |
| 4 | 201711526 | PSICOLOGIA (Bacharelado) | 80 (oitenta) | ESCOLA SUPERIOR SÃO FRANCISCO DE ASSIS | SERVICO SOCIAL EDUCACIONAL BENEFICENTE SESEBE | RUA BERNARDINO MONTEIRO, 700, DOIS PINHEIROS, SANTA TERESA/ES |
| 5 | 201413082 | ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado) | 180 (cento e oitenta) | FACULDADE ANHANGUERA DE ITAPECERICA DA SERRA | ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A | AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 1586, CENTRO, ITAPECERICA DA SERRA/SP |
| 6 | 201709169 | ENFERMAGEM (Bacharelado) | 160 (cento e sessenta) | FACULDADE BATISTA BRASILEIRA DO RECÔNCAVO | CRUZADA MARANATA DE EVANGELIZACAO | AVENIDA ALBERTO PASSOS, 294, CENTRO, CRUZ DAS ALMAS/BA |
| 7 | 201711709 | NUTRIÇÃO (Bacharelado) | 200 (duzentas) | FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO | SOCIEDADE AMIGOS DA INSTRUCAO DE JATINA - ME | RUA CORONEL TRAPIÁ, 202, CENTRO, BELÉM DE SÃO FRANCISCO/PE |
| 8 | 201711472 | ENGENHARIA AGRONÔMICA (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE DE ENGENHARIA E INOVAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL | CEITEP - CENTRO DE EDUCACAO E INOVACAO TECNICO PROFISSIONAL LTDA - EPP | AVENIDA PARANAVAÍ, 1164, CENTRO DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL LTADA - CEITEP, PARQUE INDUSTRIAL BANDEIRANTES, MARINGÁ/PR |
| 9 | 201711586 | BIOMEDICINA (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE DO NORTE DE MATO GROSSO | ACADEMIA JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME | RUA OITYS, 150, JARDIM VITÓRIA, GUARANTÃ DO NORTE/MT |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 | 201708932 | DIREITO (Bacharelado) | 150 (cento e cinquenta) | FACULDADE DO VALE DO SÃO FRANCISCO | SOCIEDADE EDUCACIONAL CESAR VIEIRA DINIZ - PETROLINA LTDA | AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 812, CENTRO, PETROLINA/PE |
| 11 | 201711523 | ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado) | 150 (cento e cinquenta) | FACULDADE ESAMC JUNDIAÍ | CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA | RUA CORONEL BOAVENTURA MENDES PEREIRA, 211, VILA BOAVENTURA, JUNDIAÍ/SP |
| 12 | 201711436 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 50 (cinquenta) | FACULDADE FAIPE | INSTITUTO DE PESQUISA E ENSINO LTDA - ME | AVENIDA DAS FLORES, 75, JARDIM CUIABÁ, CUIABÁ/MT |
| 13 | 201711584 | ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico) | 100 (cem) | FACULDADE NOROESTE DO MATO GROSSO | ACADEMIA JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME | AVENIDA GABRIEL MULLER, S/N, MÓDULO 1, JUÍNA/MT |
| 14 | 201711814 | ENFERMAGEM (Bacharelado) | 140 (cento e quarenta) | FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE | PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA | RUA CABO VALÉRIO SANTOS, 297, ÁTILA DE PAIVA (BARREIRO), BELO HORIZONTE/MG |
| 15 | 201819495 | NUTRIÇÃO (Bacharelado) | 90 (noventa) | FACULDADE PITÁGORAS DE FORTALEZA | CLAUDER CIARLINI FILHO & CIA | RUA BARÃO DE ARATANHA, 51, UNIDADE SEDE, CENTRO, FORTALEZA/CE |
| 16 | 201711650 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 150 (cento e cinquenta) | FACULDADE PITÁGORAS DE GOVERNADOR VALADARES | PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA | AVENIDA DOUTOR RAIMUNDO MONTEIRO REZENDE, 330, CENTRO, GOVERNADOR VALADARES/MG |
| 17 | 201711748 | CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE PITÁGORAS DE JOÃO PESSOA | EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A | RUA RADIALISTA ASSUNÇÃO DE JESUS, 89, JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA, JOÃO PESSOA/PB |
| 18 | 201711786 | MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado) | 150 (cento e cinquenta) | FACULDADE PITÁGORAS DE SÃO LUIZ | PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA | AV. SÃO LUIS REI DE FRANÇA, 32, TURÚ, SÃO LUÍS/MA |
| 19 | 201809987 | PSICOLOGIA (Bacharelado) | 200 (duzentas) | FACULDADE PLUS | INSTITUTO TEOLOGICO PADRE GIULIANO - ITEPAGI | RUA JOSÉ HIPÓLITO, 1270, MESSEJANA, FORTALEZA/CE |
| 20 | 201709147 | ENFERMAGEM (Bacharelado) | 200 (duzentas) | FACULDADES INTEGRADAS CESUMAR DE ARAPONGAS | CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA | RUA FALCÃO, 768, - ATÉ 798/799, CENTRO, ARAPONGAS/PR |
| 21 | 201711705 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE UNINASSAU FORTALEZA | SER EDUCACIONAL S.A. | RUA GERMANO FRANCK, 613, PARANGABA, FORTALEZA/CE |
| 22 | 201711694 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE UNINASSAU FORTALEZA SAVANAH | SOCIEDADE UNIVERSITARIA MILETO LTDA - EPP | RUA MAJOR FACUNDO, 403, CENTRO, FORTALEZA/CE |
| 23 | 201711600 | ENFERMAGEM (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE UNINASSAU GARANHUNS | SER EDUCACIONAL S.A. | RUA ERNESTO DOURADO, 362, HELIÓPOLIS, GARANHUNS/PE |
| 24 | 201711652 | NUTRIÇÃO (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE UNINASSAU GARANHUNS | SER EDUCACIONAL S.A. | RUA ERNESTO DOURADO, 362, HELIÓPOLIS, GARANHUNS/PE |
| 25 | 201711619 | ENFERMAGEM (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE UNINASSAU JUAZEIRO DO NORTE | SER EDUCACIONAL S.A. | RUA NOSSA SENHORA DO CARMO, S/N, FRANCISCANO, JUAZEIRO DO NORTE/CE |
| 26 | 201711643 | FISIOTERAPIA (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE UNINASSAU MOSSORÓ | SER EDUCACIONAL S.A. | RUA MARECHAL FLORIANO, 39, - ATÉ 243/244, PAREDÕES, MOSSORÓ/RN |
| 27 | 201711594 | PSICOLOGIA (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE UNINASSAU MOSSORÓ | SER EDUCACIONAL S.A. | RUA MARECHAL FLORIANO, 39, - ATÉ 243/244, PAREDÕES, MOSSORÓ/RN |
| 28 | 201711631 | NUTRIÇÃO (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE UNINASSAU OLINDA - NASSAU OLINDA | CENTRO EDUCACIONAL E DESPORTIVO FASE LTDA | AV. MARCOS FREIRE, 3707, CASA CAIADA, OLINDA/PE |
| 29 | 201711556 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE UNINASSAU PARNAMIRIM | SOCIEDADE UNIVERSITARIA MILETO LTDA - EPP | AVENIDA JOÃO XXIII, 704, SANTOS REIS, PARNAMIRIM/RN |
| 30 | 201711482 | ENGENHARIA AGRONÔMICA (Bacharelado) | 200 (duzentas) | FACULDADE UNIRB - ARAPIRACA | UNIDADE REGIONAL BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA | RODOVIA AL - 220, S/N, UNIRB ARAPIRACA, ARNON DE MELLO, ARAPIRACA/AL |
| 31 | 201711400 | DIREITO (Bacharelado) | 200 (duzentas) | FACULDADE UNIRB - NATAL | UNIDADE REGIONAL BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA | AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 2810, NOVA SEDE, LAGOA NOVA, NATAL/RN |
| 32 | 201711570 | NUTRIÇÃO (Bacharelado) | 150 (cento e cinquenta) | FACULDADE UNIRB - PARNAÍBA | SOCIEDADE UNIVERSITARIA DO PIAUI & CIA S/S - ME | CONJUNTO MORADA UNIVERSIDADE, 51, PIAUÍ, PARNAÍBA/PI |
| 33 | 201711563 | ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado) | 200 (duzentas) | FACULDADE UNIRB - TERESINA | FACULDADE CENTRO DE CONHECIMENTO DE TERESINA LTDA - ME | AVENIDA MIRTES MELÃO, 700, GURUPI, TERESINA/PI |
| 34 | 201711566 | ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA (Bacharelado) | 200 (duzentas) | FACULDADE UNIRB - TERESINA | FACULDADE CENTRO DE CONHECIMENTO DE TERESINA LTDA - ME | AVENIDA MIRTES MELÃO, 700, GURUPI, TERESINA/PI |
| 35 | 201711777 | FARMÁCIA (Bacharelado) | 120 (cento e vinte) | FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS DE BRASÍLIA | SER EDUCACIONAL S.A. | QUADRA SGAS 902, SN, LOTE 73 CONJ. A, TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF |
| 36 | 201711433 | BIOMEDICINA (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS DE CAMPO GRANDE | SER EDUCACIONAL S.A. | RUA HEBERT NOSES, 72, JARDIM PAULISTA, CAMPO GRANDE/MS |
| 37 | 201711644 | FISIOTERAPIA (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS DE CAMPO GRANDE | SER EDUCACIONAL S.A. | RUA HEBERT NOSES, 72, JARDIM PAULISTA, CAMPO GRANDE/MS |
| 38 | 201809266 | DIREITO (Bacharelado) | 80 (oitenta) | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS | FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS | RUA JURAILDES DE SENA ABREU, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS - UNIDADE DE BURITIZINHO, BURITIZINHO, ARRAIAS/TO |
| 39 | 201708526 | EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado) | 120 (cento e vinte) | UNAMA FACULDADE DA AMAZÔNIA DE BOA VISTA | SER EDUCACIONAL S.A. | AV. VILLE ROY, 1672, CAÇARI, BOA VISTA/RR |
| 40 | 201711660 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | UNAMA FACULDADE DA AMAZÔNIA DE RIO BRANCO | SER EDUCACIONAL S.A. | RUA RUBENS CARNEIRO, 536, ABRÃO ALAB, RIO BRANCO/AC |

**PORTARIA Nº 191, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização para os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA

ANEXO (Indeferimento do pedido de Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201808734 | NUTRIÇÃO (Bacharelado) | 200 (duzentas) | FACULDADES INTEGRADAS DO CEARÁ | CENTRO DE ENSINO SUPERIOR BELCHIOR LTDA | RUA JULIO CAVALCANTE, 34, AREIAS I, IGUATU/CE |
| 2 | 201711590 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 200 (duzentas) | FACULDADES INTEGRADAS DO CEARÁ | CENTRO DE ENSINO SUPERIOR BELCHIOR LTDA | RUA JULIO CAVALCANTE, 34, AREIAS I, IGUATU/CE |
| 3 | 201354135 | GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico) | 200 (duzentas) | INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FORTALEZA | ASSOCIACAO INTEGRADA DE ENSINO SUPERIOR DO NORDESTE | RUA DONA LEOPOLDINA, 912, - ATÉ 1419/1420, CENTRO, FORTALEZA/CE |

**PORTARIA N° 192, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituto, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, tendo em vista o Parecer CNE/CES nº 721/2018, homologado pelo Despacho do Ministro de 14 de março de 2019, publicado em 18/03/2019, referente ao processo SEI nº 23000.018432/2018-18, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de autorização do curso de graduação em Medicina, bacharelado (1399478), autorizado no âmbito do Programa Mais Médicos - Edital 6/2014, ministrado pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE (316), localizada no município de Bauru/SP, mantida pela Associação Educacional Nove de Julho (222).

Parágrafo único - O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 161 (cento e sessenta e um) para 200 (duzentos).

Art. 2º Fica revogada a Portaria da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior nº 461, de 28 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 124 em 29 de junho de 2018, seção 1, página 36.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA

**PORTARIA N° 193, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019; tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações; e considerando o disposto no processo e-MEC 201808211, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso superior de graduação em Direito, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, a ser ofertado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (22), mantida pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie (22), a ser ministrado na Avenida Mackenzie, nº 905, Tamboré, Barueri/SP.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA

**RETIFICAÇÕES**

No Diário Oficial da União nº 64, de 3 de abril de 2017, Seção 1, na Portaria nº 244, de 31 de março de 2017, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, onde se lê: "Fica autorizado o curso de Geografia, bacharelado", leia-se: "Fica autorizado o curso de Geografia, Licenciatura", conforme Nota Técnica nº 133/2019/CGFP/DIREG/SERES/SERES. (Registro e-MEC nº 201606830).

No Diário Oficial da União nº 102, de 29 de maio de 2018, Seção 1, na Portaria nº 368, de 28 de maio de 2018, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, onde se lê: "com sede na Avenida Coletor Antônio Gadelha, nº 621, Messejana, município de Fortaleza, estado do Ceará", leia-se: "no endereço Rua São Vicente de Paulo nº 300, bairro Antônio Bezerra, município de Fortaleza, Estado do Ceará", conforme Nota Técnica nº 132/2019/CGFP/DIREG/SERES/SERES. (Registro e-MEC nº 201404047).

No Diário Oficial da União nº 157, de 15 de agosto de 2018, Seção 1, na Portaria nº 555, de 14 de agosto de 2018, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, onde se lê: "Faculdade de Direito Unidade Guarapari - FADIG (2511), localizada no município de Carapicuíba/SP", leia-se: "Faculdade de Direito Unidade Guarapari - FADIG (2511), localizada no município de Guarapari/ES", conforme Nota Técnica nº 131/2019/CGFP/DIREG/SERES/SERES.

No Diário Oficial da União nº 247, de 26 de dezembro de 2018, Seção 1, página 23, na Portaria nº 903, de 24 de dezembro de 2018, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, na linha 2 do Anexo, onde se lê: " Avenida Santo Amaro, 1239, de 1233 A 172, Lado Ímpar, Vila Conceição, São Paulo/SP", leia-se: "Rua D. Julia 122, Vila Mariana - São Paulo/SP", conforme Nota Técnica nº 129/2019/CGFP/DIREG/SERES/SERES. (Registro e-MEC nº 201708824).

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

### PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

### DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

**PORTARIA N° 197, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.087518/2018-30 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado da Coordenadoria Especial de Biociências e Saúde Única - BSU/CCR do Campus Curitibanos, instituído pelo Edital nº 07/2019/DDP, de 12 de fevereiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 33, Seção 3, de 15/02/2019, prorrogado pelo Edital 08/2019/DDP de 08/03/2019, publicado no DOU nº 47, Seção 3, de 11/03/2019 e Edital 014/2019/DDP de 25/03/2019, publicado no DOU nº 58, Seção 3, de 26/03/2019

Campo de conhecimento: Medicina Veterinária/ Radiologia de animais/ Diagnóstico por imagem e Clínica Veterinária/ Semiologia Veterinária (Pequenos Animais)

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma).

| Classificação | Candidato | Média final |
|---|---|---|
| 1º | FERNANDA MAGRINI DA SILVA | 8,00 |

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

**PORTARIA N° 198, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.005644/2019-65 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado de Profissionais Técnicos Especializados em Língua de Sinais do Colégio de Aplicação - CA, instituído pelo Edital nº 10/2019/DDP, de 14 de março de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 51, Seção 3, de 15/03/2019.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Nº de Vagas: 03 (três)

| Classificação | Candidato | Média final |
|---|---|---|
| 1º | VANESSA PAULA RIZZOTTO | 77 |
| 2º | ALINE IOLANDA DE SOUZA | 75 |
| 3º | DEISE CLEA LEONEL | 71 |
| 4º | JOANNA BRUNA TIEPO | 70 |

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

### SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

### CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

**RESOLUÇÕES DE 25 DE MARÇO DE 2019**

Nº 7691 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 388ª reunião ordinária, realizada em 25 de março de 2019, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Processo UFOP n.º 23109.004653/2016-21, resolve: Prorrogar por um ano, a partir de 03 de abril de 2019, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, Nível 1, para a área de Farmácia-Farmacognosia do Departamento de Farmácia (DEFAR) da Escola de Farmácia, de que trata o Edital PROAD nº 75/2016 (24), cujo resultado final foi homologado pela resolução CEPE n.º 7.351.

Nº 7.692 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 388ª reunião ordinária, realizada em 25 de março de 2019, no uso de suas atribuições legais, Considerando Processo UFOP 23109.005133/2016-35, resolve: Prorrogar por um ano, a partir de 03 de abril de 2019, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Assistente A, nível 1, para a área de Prospecção Mineral do Departamento de Geologia (DEGEO) da Escola de Minas (EM), de que trata o Edital PROAD nº 75/2016 (28), cujo resultado final foi homologado pela Resolução CEPE n.º 7.357.

Nº 7.693 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 388ª reunião ordinária, realizada em 25 de março de 2019, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Processo UFOP n.º 23109.005130/2016-00, resolve: Prorrogar por um ano, a partir de 12 de abril de 2019, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, Nível 1, para a área de Geologia Regional, do Departamento de Geologia (DEGEO) da Escola de Minas (EM), de que trata o Edital PROAD nº 75/2016 (30), cujo resultado final foi homologado pela Resolução CEPE n.º 7.410.

Nº 7.694 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 388ª reunião ordinária, realizada em 25 de março de 2019, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Processo UFOP n.º 23109.004634/2016-02, resolve: Prorrogar por um ano, a partir de 12 de abril de 2019, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, Nível 1, para a área de Teoria Teatral, do Departamento de Artes Cênicas (DEART) do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC), de que trata o Edital PROAD nº 75/2016 (05), cujo resultado final foi homologado pela Resolução CEPE n.º7.408.

Nº 7.695 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 388ª reunião ordinária, realizada em 25 de março de 2019, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Processo UFOP 23109.005126/2016-33, resolve: Prorrogar por um ano, a partir de 03 de abril de 2019, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, Nível 1, para a área de Direito / Administração Pública do Departamento de Gestão Pública (DEGEP) do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), de que trata o Edital PROAD nº 75/2016 (31), cujo resultado final foi homologado pela Resolução CEPE nº 7.355.

Nº 7.696 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 388ª reunião ordinária, realizada em 25 de março de 2019, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Processo UFOP 23109.004651/2016-31, resolve: Prorrogar por um ano, a partir de 03 de abril de 2019, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Assistente A, Nível 1, para a área de Engenharia Elétrica / Eletrônica Industrial, Sistemas e Controles Eletrônicos / Sistemas Embarcados do Departamento de Engenharia Elétrica (DEELT) do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA), de que trata o Edital PROAD nº 75/2016 (22), cujo resultado final foi homologado pela Resolução CEPE n.º7.353.

Nº 7.697 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 388ª reunião ordinária, realizada em 25 de março de 2019, no uso de suas atribuições legais, Considerando o processo UFOP nº 23109.004648/2016-18,resolve: Prorrogar por um ano, a partir de 02 de abril de 2019, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Assistente A, Nível 1, para a área de Direito do Departamento de Direito (DEDIR) da Escola de Direito, Turismo e Museologia (EDTM), de que trata o Edital PROAD nº 75/2016 (19), cujo resultado final foi aprovado pela resolução CEPE n.º 7.352.

CLÁUDIA APARECIDA MARILÉRE DE LIMA
Reitora

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**PORTARIA Nº 416, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0580/2015, de 19/06/2015, publicada no Diário Oficial da União de 22/06/2015, considerando o que consta do Processo 009921/2018, resolve:

1. Criar o Serviço de Assuntos Comunitários, vinculado à Divisão de Assuntos Comunitários - Assistência Estudantil, da Diretoria Administrativo-Financeira, do Campus UFV-Rio Paranaíba; 2. remanejar a função gratificada FG-4 do Serviço de Controle de Estoque e Custos, Uorg 000743, da Divisão de Alimentação, da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, do Campus UFV-Viçosa para o Serviço de Assuntos Comunitários, do Campus UFV-Rio Paranaíba.

JOÃO CARLOS CARDOSO GALVÃO

# Ministério da Infraestrutura

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA Nº 448, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal,

Considerando os incisos III e IV do Art. 1º da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que cria a Agência Nacional de Transportes Terrestres e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários;

Considerando o inciso I do Art. 35 da Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que apresenta como competência do Ministério da Infraestrutura a política nacional de transportes ferroviário, rodoviário, aquaviário, aeroportuário e aeroviário;

Considerando o inciso IX do Artigo único, do Anexo do Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, que vincula ao Ministério da Infraestrutura a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq; e

Considerando a necessidade de padronização, respeitadas as especificidades de cada modo de transporte, de gestão, da organização, do processo decisório, do controle social e do processo regulatório das agências reguladoras do setor de transportes terrestres e aquaviários, vinculados ao Ministério da Infraestrutura, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho - GT com o objetivo de analisar, avaliar e propor medidas para o fortalecimento da gestão, da organização, do processo decisório, do controle social e do processo regulatório da Agência Nacional de Transportes Terrestres e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

§1º As medidas previstas no caput deverão, minimamente, abordar os temas abaixo:

I - Revisão da estrutura administrativa, apontando eventuais necessidades de ajustes;

II - Composição e requisitos para ocupação dos órgãos diretivos das agências reguladoras;

III - Padronização de procedimentos para uniformidade na gestão, decisão, controle social e regulação dos modos de transportes;

IV - Criação procedimentos de cooperação para criação de regras uniformes com intuito de fomentar o transporte intermodal; e

V - Proposição de procedimentos que busquem melhorias nas tratativas com o Ministério da Infraestrutura, na qualidade de Supervisor.

§2º As propostas descritas nos incisos anteriores deverão respeitar as especificidades de cada modo de transporte, observando, inclusive as regras internacionais que regem cada setor.

§3º O GT deverá apresentar Relatório Técnico contendo justificativas relativas às propostas constantes dos incisos anteriores e demais documentos que o Grupo julgar necessários.

§4º Quando a proposta, descrita no parágrafo anterior, tratar de alteração legislativa, o Grupo deverá apresentar a minuta do ato normativo que realiza os ajustes propostos.

Art. 2º O Grupo de Trabalho terá a seguinte composição:

I - Ministério da Infraestrutura - Minfra

a. Assessor Especial da Secretaria Executiva do Ministério da Infraestrutura, como coordenador;

b. Diretor do Departamento de Gestão e Projetos Especiais da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres;

c. Diretor de Política e Planejamento Integrado da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias; e

d. Diretora do Departamento de Gestão de Contratos da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários.

II - Superintendente de Gestão da Agência Nacional de Transportes Terrestre - ANTT;

III - Superintendente de Regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviário - Antaq; e

IV - Um representante a ser indicados por cada uma das seguintes Associações, caso entendam pertinente:

a. Associação dos Servidores da ANTT - ASEANTT; e

b. Associação dos Servidores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ASANTAQ.

§1º As atividades do Grupo de Trabalho serão coordenadas pelo Assessor Especial do Ministério da Infraestrutura.

§2º O coordenador do Grupo de Trabalho poderá convidar representantes do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação - SINAGÊNCIAS e da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais - ANER, de outros órgãos e entidades públicas, bem como especialistas em assuntos afetos ao tema, considerados necessários ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

§3º O Grupo de Trabalho contará com o assessoramento técnico-jurídico a ser prestado pela Consultoria Jurídica - CONJUR, do Ministério da Infraestrutura.

§4º A Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Infraestrutura prestará o auxílio necessário, no que tange às suas atribuições.

Art. 3º O Grupo de Trabalho terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação deste ato, prorrogável por igual período, para a apresentação de um relatório conclusivo à Secretaria Executiva - SE/Minfra.

Parágrafo único. Após apreciação do Secretário-Executivo, o relatório será submetido ao Ministro de Estado da Infraestrutura.

Art. 4º A Secretária-Executiva Adjunta poderá editar atos necessários para a regulamentação administrativa dos trabalhos, inclusive no sentido de designar novos membros e substitutos para os membros já designados.

Art. 5º A participação no Grupo de Trabalho criado por esta Portaria é considerada trabalho de relevante interesse deste Ministério e não ensejará qualquer espécie de remuneração adicional.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

**DESPACHO Nº 19, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

DESPACHO Nº 19/2019/GM/Minfra
PROCESSO: 50000.008071/2014-32
INTERESSADO: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ASSUNTO: Edital de Chamamento Público n° 03/2014.

Em face do que consta nos autos do Processo em epígrafe, considerando o Relatório n° 13/2019/CPOR, de 8 de fevereiro de 2019, da Comissão Permanente de Outorgas Rodoviárias, constituída pela Portaria Interministerial PR/MTPA n° 2, de 12 de junho de 2017, embasado na Nota Técnica n° 1/2019/CGOR/DTROD/SNTT, de 6 de fevereiro de 2019, da Coordenação-Geral de Outorgas Rodoviárias da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres, e o Parecer n° 180/2019/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU, de 22 de março de 2019, da Consultoria Jurídica, e tendo em vista o Despacho do Ministro, de 10 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União, em 11 de setembro de 2015, o qual considerou os estudos de viabilidade da BR-364/365/GO/MG como vinculados à concessão e de utilidade para licitação, no trecho entre o entroncamento com a BR-060(A)(Jataí) e o entroncamento com a LMG-749 (Contorno Oeste de Uberlândia), desenvolvidos pela EGP - Empresa Global de Projetos LTDA, resolvo aprovar, a título de ressarcimento, o valor máximo de R$ 7.058.474,68 (sete milhões, cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), referenciado à data de fevereiro de 2019.

1. No caso de eventual ressarcimento à empresa interessada, o valor aprovado será reajustado para a data do efetivo pagamento proporcionalmente à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre dezembro de 2018 e dois meses antes da data do efetivo pagamento.

2. O valor de ressarcimento a que se refere o item anterior será integralmente repassado à EGP - Empresa Global de Projetos LTDA.

3. Esta aprovação i) não gera direito de preferência para outorga da concessão; ii) não obriga o Poder Público a realizar a licitação; iii) não cria, por si só, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na sua elaboração; iv) é pessoal e intransferível; e v) não implica, em hipótese alguma, co-responsabilidade da União perante terceiros pelos atos praticados pela empresa selecionada.

4. Restituam-se os autos a Secretaria Executiva para adoção das providências subsequentes.

TARCISIO GOMES DE FREITAS
Ministro

**DESPACHO Nº 21, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

INTERESSADO: Consórcio PACS ENAR.
PROCESSO Nº: 50000.126131/2016-60.
ASUNTO: Recurso administrativo interposto pelo Consórcio PACS-ENAR, contra as decisões proferidas pelo Secretário Nacional de Aviação Civil.

1. Vistos e examinados os autos do Processo em epígrafe, e considerando os fundamentos jurídicos exarados no Parecer nº 0061/2019/CONJUR-MTPA/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 234/2019/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU, e pelo Despacho nº 291/2019/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU, da Consultora Jurídica, os quais passam a fazer parte integrante deste ato, DEFIRO PARCIALMENTE o requerimento em análise, para declarar a nulidade das decisões proferidas no DESPACHO Nº 1/2018/GAB-SAC/SAC, (SEI 1198103), e no DESPACHO Nº 2/2018/GAB-SAC/SAC, ambos de 7 de novembro de 2018, (SEI 1198190).

2. Com relação ao pedido de apresentação de alegações finais, formulado em duas oportunidades por meio de Requerimentos (SEI 1395270 e SEI 1401176), INDEFIRO a apresentação de alegações escritas, uma vez que o interessado exerceu exaustivamente o direito à ampla defesa e contraditório, conforme documentos acostados aos autos (SEI 0176852, SEI 0228890, SEI 0269400, SEI 0452519, SEI 0570041, SEI 0572233, SEI 0576227, SEI 0948819, SEI 0970137, SEI 1281782, SEI 1294655, SEI 1395270, SEI 1401176).

3. Passo a julgar o Recurso de Revisão. Considerando os fundamentos jurídicos exarados no Parecer nº 00067/2017/CONJUR-MT/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 00112/2017/CONJUR-MT/CGU/AGU, do Consultor Jurídico, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o Recurso de Revisão, apenas para fixar a competência do Ministro da Infraestrutura para o julgamento dos recursos administrativos apresentados em face das decisões do Banco.

4. Em razão disso, passo a julgar os Recursos Administrativos apresentados em face da decisão de primeira instância do Banco do Brasil.

5. Com relação ao (PAD - 9549/2016/0021 - CONTRATO 2014.8593. 0065), tomando por base os fundamentos do PADNOT 2016/116, de 7 de novembro de 2016 (SEI 0275185 - p. 61 e seguintes do PDF), do Ofício do Banco do Brasil nº 927/DISEC/BB, de 29 de julho de 2017 (SEI 0527181), do Memorando nº 81/2017/DIAR-SAC/SAC, de 15 de agosto de 2017 (SEI 0593683) e do Despacho nº 117/2018/DIAR-SAC/SAC, de 30 de abril de 2018 (SEI 0908354), os quais passam a fazer parte integrante desta decisão, com fulcro no art. 50, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, DECIDO CONHECER DO RECURSO e, no mérito DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para reduzir o valor da multa inexecutória aplicada para R$ 420.800,00 (quatrocentos e vinte mil e oitocentos reais), mantendo a rescisão unilateral do Contrato nº 2014.8593.0065, bem como a sanção de impedimento de licitar e contratar com a união pelo período de 13 (treze) meses ao Consórcio PACS/ENAR e respectivas consorciadas.

6. Publique-se e intime-se o Consórcio recorrente e o Banco do Brasil para conhecimento da decisão ora proferida.

TARCISIO GOMES DE FREITAS
Ministro

**DESPACHO Nº 22, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

INTERESSADO: Consórcio PACS ENAR.
PROCESSO Nº: 50000.126131/2016-60.
ASUNTO: Recurso administrativo interposto pelo Consórcio PACS-ENAR, contra as decisões proferidas pelo Secretário Nacional de Aviação Civil.

1. Vistos e examinados os autos do Processo em epígrafe, e considerando os fundamentos jurídicos exarados no Parecer nº 0061/2019/CONJUR-MTPA/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 234/2019/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU, e pelo Despacho nº 291/2019/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU, da Consultora Jurídica, os quais passam a fazer parte integrante deste ato, DEFIRO PARCIALMENTE o requerimento em análise, para declarar a nulidade das decisões proferidas no DESPACHO Nº 1/2018/GAB-SAC/SAC, (SEI 1198103), e no DESPACHO Nº 2/2018/GAB-SAC/SAC, ambos de 7 de novembro de 2018, (SEI 1198190).

2. Com relação ao pedido de apresentação de alegações finais, formulado em duas oportunidades por meio de Requerimentos (SEI 1395270 e SEI 1401176), INDEFIRO a apresentação de alegações escritas, uma vez que o interessado exerceu exaustivamente o direito à ampla defesa e contraditório, conforme documentos acostados aos autos (SEI 0176852, SEI 0228890, SEI 0269400, SEI 0452519, SEI 0570041, SEI 0572233, SEI 0576227, SEI 0948819, SEI 0970137, SEI 1281782, SEI 1294655, SEI 1395270, SEI 1401176).

3. Passo a julgar o Recurso de Revisão. Considerando os fundamentos jurídicos exarados no Parecer nº 00067/2017/CONJUR-MT/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 00112/2017/CONJUR-MT/CGU/AGU, do Consultor Jurídico, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o Recurso de Revisão, apenas para fixar a competência do Ministro da Infraestrutura para o julgamento dos recursos administrativos apresentados em face das decisões do Banco.

4. Em razão disso, passo a julgar os Recursos Administrativos apresentados em face da decisão de primeira instância do Banco do Brasil.

5. Com relação ao (PAD - 9549/2016/0020 - CONTRATO 2014.8593. 0064), tomando por base os fundamentos do PADNOT 2016/117, de 9 de novembro de 2016 (SEI 0275162 - p. 35 e seguintes do PDF), do Ofício do Banco do Brasil nº 927/DISEC/BB, de 29 de julho de 2017 (SEI 0527181), do Memorando nº 81/2017/DIAR-SAC/SAC, de 15 de agosto de 2017 (SEI 0593683) e do Despacho nº 117/2018/DIAR-SAC/SAC, de 30 de abril de 2018 (SEI 0908354), os quais passam a fazer parte integrante desta decisão, com fulcro no art. 50, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, DECIDO CONHECER DO RECURSO e, no mérito DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para reduzir o valor da multa inexecutória aplicada para R$ 535.500,00 (quinhentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais), mantendo a rescisão unilateral do Contrato nº 2014.8593.0064, bem como a sanção de impedimento de licitar e contratar com a união pelo período de 14 (quatorze) meses ao Consórcio PACS/ENAR e respectivas consorciadas.

6. Publique-se e intime-se o Consórcio recorrente e o Banco do Brasil para conhecimento da decisão ora proferida.

TARCISIO GOMES DE FREITAS
Ministro

## SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE
## DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

**PORTARIA Nº 1.355, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 50000.018932/2019-03, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, licença de funcionamento à pessoa jurídica MECRON SERVIÇO VEICULAR LTDA, CNPJ nº 15.273.995/0001-31, situada no Município de Resende - RJ, Rua Elias Politi, nº 179, Galpão 1, Fazenda da Barra 2, CEP: 27.540-270, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

**PORTARIA DENATRAN Nº 1.356, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 50000.018637/2019-49, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica VISTO - CAR PIRACICABA INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ nº 05.890.632/0001-91, situada no Município de Piracicaba - SP, Travessa Fortunato Stolf, nº 83, Àgua Branca, CEP: 13.425-081 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

## AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

### RESOLUÇÃO Nº 513, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Aprova a Emenda nº 05 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 154.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, incisos XXI e XXX, da mencionada Lei e 4º, inciso XXII, do Anexo I do Decreto n° 5.731, de 20 de março de 2006, e considerando o que consta do processo nº 00058.539457/2017-09, deliberado e aprovado na 6ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 9 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar a Emenda nº 05 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 154, intitulado "Projetos de aeródromos", consistente nas seguintes alterações:

"154.15 .....

.....

(17)-I Autoland significa a operação de aproximação e pouso utilizando sistema embarcado de controle automático da aeronave;

.....

(46)-I Head-up display (HUD) significa o visor que apresenta informações de voo no campo visual frontal externo do piloto;

.....

(62)-I Operação tipo all-weather significa qualquer operação de movimentação em solo, decolagem, saída, aproximação ou pouso em condições em que as referências visuais são limitadas devido a condições climáticas;

....." (NR)

"154.201 .....

(a) [Reservado]

.....

(c) [Reservado]

.....

(f) .....

(1) As declividades de Pista de Pouso e Decolagem devem:

(i) garantir, principalmente no que concerne às mudanças abruptas ou reversões bruscas de declividade, a integridade estrutural da aeronave considerando-se os efeitos da carga dinâmica quando em operações em alta velocidade;

(ii) permitir drenagem adequada;

(iii) permitir que as operações das aeronaves ocorram de maneira estabilizada;

(iv) não afetar o sinal dos auxílios à navegação aérea.

NOTA - Orientações adicionais podem ser encontradas no Apêndice G deste RBAC." (NR)

"154.203 .....

.....

(c) Declividades dos acostamentos de pista de pouso e decolagem

(1) A superfície do acostamento deve estar alinhada com a superfície da pista de pouso e decolagem e sua declividade transversal deve:

(i) ser compatível com a necessidade de drenagem e não comprometer o controle direcional da aeronave;

(ii) permitir que o próprio acostamento não seja considerado obstáculo;

(iii) possibilitar que aeronaves retornem à pista de pouso e decolagem em caso de excursão lateral.

NOTA - Valores típicos de declividade transversal dos acostamentos de pista de pouso e decolagem são da ordem de 2,5 por cento." (NR)

"154.205 .....

(a) .....

.....

(3) A geometria da área de giro deve viabilizar, de acordo com a capacidade de manobra da aeronave, afastamento seguro entre as rodas do trem de pouso e a borda da área de giro, já considerando condições operacionais específicas do aeródromo.

NOTA - Valores típicos dos ângulos de intercessão da área de giro com a pista de pouso são da ordem de 30° e de guiagem da roda do nariz da aeronave usado no projeto da área de giro na pista de pouso e decolagem são da ordem de 45°.

(4) [Reservado]

.....

(b) Declividades das áreas de giro de pista de pouso e decolagem

(1) As declividades longitudinais e transversais de uma área de giro devem:

(i) ser suficientes para prevenir a acumulação de água e facilitar a drenagem rápida da água superficial;

(ii) não comprometer a manobra da aeronave.

.....

(d) .....

(1) A superfície de uma área de giro na pista de pouso deve ser projetada e construída de modo a não apresentar irregularidades que possam causar dano à estrutura das aeronaves que a utilizam." (NR)

"154.207 .....

(e) .....

(1) .....

(i) 75 m, onde o número de código for 3 ou 4; e

(ii) 40 m, onde o número de código for 1 ou 2;

.....

(f) Declividades em faixas de pista de pouso e decolagem

(1) As declividades em faixa preparada de pista de pouso e decolagem devem:

(i) não agravar as consequências de uma excursão lateral de pista;

(ii) permitir adequada operação dos veículos de combate a incêndio;

(iii) permitir que qualquer porção da faixa preparada não seja considerada obstáculo;

(iv) ser compatíveis com a necessidade de drenagem;

(v) não afetar o sinal dos auxílios à navegação aérea.

NOTA - Danos à estrutura das aeronaves podem ser acentuados se as mudanças forem abruptas ou ocorrerem reversões bruscas de declividade.

(2) As declividades em faixa de pista de pouso e decolagem devem:

(i) permitir que qualquer porção da faixa de pista não seja considerada obstáculo;

(ii) não afetar o sinal dos auxílios à navegação aérea.

NOTA 1 - Quando considerado necessário para o sistema de drenagem, valas ou canais descobertos podem ser permitidos na porção não preparada de uma faixa de pista e seriam colocados o mais afastado possível da pista de pouso e decolagem.

NOTA 2 - Para os procedimentos de resgate e combate a incêndio deverão ser levados em conta a localização das valas e canais de drenagem descobertas na porção não preparada de uma faixa de pista.

"154.209 .....

.....

(e) .....

.....

(2) As declividades longitudinais de RESA devem:

(i) não agravar as consequências de uma excursão de fim de pista;

(ii) permitir adequada operação dos veículos de combate a incêndio;

(iii) permitir que a própria RESA não seja considerada obstáculo;

(iv) ser compatíveis com a necessidade de drenagem;

(v) não afetar o sinal dos auxílios à navegação aérea.

NOTA - Danos à estrutura das aeronaves podem ser acentuados se as mudanças forem abruptas ou ocorrerem reversões bruscas de declividade." (NR)

"154.211 .....

.....

(d) .....

(1) As declividades do terreno em zonas desimpedidas devem ser tais que:

(i) a superfície do terreno não seja considerada obstáculo;

(ii) não ocorram mudanças ascendentes bruscas de declividade quando a declividade da superfície do terreno for relativamente pequena ou quando a declividade média for ascendente.

....." (NR)

"154.213 .....

.....

(b) .....

(1) As declividades e as mudanças de declividade em uma zona de parada (stopway), bem como a transição de uma pista para uma zona de parada, devem estar em conformidade com o parágrafo 154.201(f) para a pista à qual a zona de parada estiver associada.

NOTA - Orientações adicionais acerca de Declividades em Pista de Pouso e Decolagem podem ser encontradas no Apêndice G deste RBAC." (NR)

"154.215 .....

(a) .....

Onde operacionalmente necessário, uma área de operação de rádio-altímetro deve ser estabelecida na área de pré-cabeceira de uma pista de pouso e decolagem.

NOTA - Orientações adicionais acerca da área de operação do rádio-altímetro podem ser encontradas no Apêndice G deste RBAC.

.....

(d) .....

Em uma área de operação de rádio-altímetro, mudanças de declividade devem ser evitadas ou mantidas a um número mínimo. Onde não puderem ser evitadas, as mudanças de declividade devem ser as mais graduais possíveis, não devendo haver mudanças abruptas ou reversões repentinas de declividades." (NR)

"154.217 .....

(a) .....

.....

(2) [Reservado]

.....

(f) (f) Declividades em pistas de táxi

(1) As declividades longitudinais e transversais de uma pista de táxi devem:

(i) ser suficientes para prevenir a acumulação de água e facilitar a drenagem rápida da água superficial;

(ii) não comprometer o controle direcional da aeronave no taxiamento.

NOTA 1 - Valores típicos de declividade longitudinal de uma pista de táxi não excedem 1,5 por cento, onde a letra de código for C, D, E ou F e 3 por cento, onde a letra de código for A ou B.

NOTA 2 - Valores típicos de declividade transversal de uma pista de táxi não excedem 1,5 por cento onde a letra de código for C, D, E ou F e 2 por cento onde a letra de código for A ou B.

NOTA 3 - Ver parágrafo 154.225(d)(1) com relação a declividades transversais em uma pista de táxi de estacionamento de aeronaves.

(g) .....

Além de ser capaz de resistir ao tráfego de aeronaves para o qual é destinada, a estrutura do pavimento de uma pista de táxi deve permitir o tráfego de equipamentos de solo e veículos de combate a incêndio que venham a utilizá-la.

.....

(i) .....

NOTA 1 - As especificações a seguir detalham os requisitos específicos para pistas de táxi de saída rápida. Ver a Figura C-4. Os requisitos gerais para pistas de táxi também se aplicam a este tipo de pista.

NOTA 2 - Orientações adicionais podem ser encontradas no Apêndice G deste RBAC.

"154.221 .....

.....

(e) Declividades em faixas de pista de táxi

(1) A superfície da faixa de pista de táxi deve estar nivelada com a superfície da pista de pouso e decolagem e a sua declividade transversal deve:

(i) possibilitar que aeronaves retornem à pista de táxi em caso de saída lateral;

(ii) permitir drenagem adequada;

(iii) possibilitar a operação de veículos de combate a incêndio e procedimentos de evacuação em emergência de aeronaves.

NOTA 1 - Valores típicos de declividade transversal ascendente da porção nivelada medida com referência à declividade transversal da superfície adjacente da pista de táxi, não excedem 2,5 por cento para faixas de pista de táxi onde a letra de código for C, D, E ou F e 3 por cento para faixas de pista de táxi onde a letra de código for A ou B.

NOTA 2 - Valores típicos de declividade transversal descendente da porção nivelada medida com relação à horizontal não excedem 5 por cento.

(2) [Reservado]

(3) [Reservado]

(4) As declividades em faixa de pista de táxi além das áreas a serem niveladas devem:

(i) permitir que qualquer porção da faixa de pista de táxi não seja considerada obstáculo;

(ii) possibilitar a operação de veículos de combate a incêndio e procedimentos de evacuação em emergência de aeronaves.

NOTA - Valores típicos de declividade transversal em qualquer trecho de uma faixa de pista de táxi além das áreas a serem niveladas não excedem uma declividade ascendente ou descendente de 5 por cento quando medidas para fora, a partir da pista de táxi." (NR)

"154.223 .....

(a) .....

(1) [Reservado]

....." (NR)

"154.303 .....

(a) .....

.....

(2) .....

.....

(vi) Em aeródromos onde as operações ocorram à noite, quando for necessário aumentar a visibilidade da sinalização horizontal, especialmente em condições de pavimento molhado, a sinalização horizontal do pavimento deve ser feita com materiais refletores.

.....

(q) .....

.....

(3) .....

.....

(iii) A altura das letras deve ser de 4 m, podendo ser reduzida para 3 m se necessário. Para esta situação, quando uma sinalização horizontal de informação vier acompanhada de uma sinalização horizontal de localização, as letras para ambas sinalizações devem ter a mesma altura. As inscrições devem ter a forma e as proporções descritas no Apêndice C." (NR)

"154.305 .....

(a) .....

.....

(4) .....

NOTA - É importante que as luminárias embutidas utilizadas atendam as especificações necessárias para utilização em aeroportos.

.....

(b) .....

(1) .....

(i) Quando o aeródromo possuir iluminação de pista de pouso e decolagem e sem fonte secundária de energia, luzes de emergência suficientes podem ser utilizadas para o caso de falha do sistema normal de iluminação.

.....

(3) .....

A cor das luzes de emergência deve estar em conformidade com os requisitos de cor para luzes de pistas de pouso e decolagem.

.....

(s) .....

(1) .....

.....

(ii) Luzes de eixo de pista de pouso e decolagem devem estar dispostas em pistas de aproximação de precisão Categoria I com largura superior a 45 m.

.....

(u) .....

(1) .....

(i) Luzes indicadoras de pista de táxi de saída rápida devem ser providenciadas em uma pista prevista para uso em condições de alcance visual da pista menor do que 350 m e densidade de tráfego alta.

.....

(hh) .....

.....

(3) .....

.....

(ii) [Reservado]

NOTA - Luzes extras são instaladas uniformemente nos casos em que há necessidade de melhorar o contraste de uma barra de entrada proibida existente.

....." (NR)

"G.1 Número, localização e orientação de pistas de pouso e decolagem

(a) Localização e orientação de pistas de pouso e decolagem

(1) Muitos fatores afetam a determinação da orientação, da localização e do número de pistas de pouso e decolagem. Um dos mais importantes é o fator de utilização, determinado pela distribuição do vento, que será especificado neste RBAC. Outro fator importante é o alinhamento da pista para permitir aproximações em conformidade com as Superfícies Limitadoras de Obstáculos.

(2) Quando uma nova pista para operação por instrumento estiver sendo planejada, especial atenção deve ser prestada nas áreas sobre as quais as aeronaves terão que voar ao executar os procedimentos de aproximação por instrumentos e de aproximação perdida, de forma a garantir que os obstáculos nessas áreas, ou outros fatores, não restrinjam as operações das aeronaves para as quais a pista é destinada.

(3) Diversos fatores devem ser levados em consideração ao se determinarem o posicionamento e a orientação de pistas de pouso e decolagem, , tais como o fator de utilização do aeródromo e a interferência com áreas sensíveis ao ruído aeronáutico. Para não se estender muito na lista desses fatores e na análise de seus efeitos, parece útil indicar os que mais frequentemente precisam ser estudados. Esses fatores podem ser classificados em quatro grupos:

(i) Tipo de operação. Deve ser considerado, em particular, se o aeródromo será utilizado sob todas as condições meteorológicas ou somente sob condições meteorológicas visuais e se o aeródromo destinar-se-á ao uso diurno e noturno, ou somente diurno.

(ii) Condições climatológicas. Um estudo da distribuição de ventos deve ser feito para determinar o fator de utilização. Com relação a esse assunto, os seguintes aspectos devem ser levados em consideração:

(A) Os dados estatísticos sobre os ventos, utilizados para o cálculo do fator de utilização, estão normalmente disponíveis em faixas de velocidade e direção, e a acurácia dos resultados obtidos depende, em grande parte, da distribuição das observações assumidas dentro dessas faixas. Na ausência de qualquer informação segura, como sobre a real distribuição, deve-se assumir uma distribuição uniforme, desde que, em relação às orientações de pista mais favoráveis, isso resulte em um valor de fator de utilização discretamente conservativo.

(B) Os componentes máximos de ventos médios de través apresentados no parágrafo G.1(a)(4) se referem a circunstâncias normais. Existem alguns fatores que podem exigir que uma redução desses valores máximos seja considerada em um aeródromo em particular. Esses fatores incluem:

1. as grandes variações que podem existir nas características de tratamento e componentes máximos permissíveis de vento de través, entre vários tipos de aeronaves (inclusive tipos futuros) dentro de cada um dos três grupos mostrados no parágrafo G.1(a)(4);

2. predominância e natureza das rajadas;

3. predominância e natureza de turbulência;

4. a disponibilidade de uma pista de pouso e decolagem secundária;

5. a largura das pistas de pouso e decolagem

6. as condições da superfície da pista de pouso e decolagem - a presença de água e gelo na pista de pouso e decolagem reduz substancialmente o componente permissível de vento de través; e

7. a força do vento, associada ao componente de vento de través limitante.

Deve ser feito um estudo sobre a ocorrência de baixa visibilidade e/ou presença de nuvens de base baixa. Deve ser considerada a frequência, bem como a direção e a velocidade do vento.

(iii) Topografia do local do aeródromo, suas aproximações e vizinhanças, em particular:

(A) conformidade com as superfícies limitadoras de obstáculos;

(B) uso atual e futuro do solo. A orientação e o layout devem ser selecionados de modo a proteger ao máximo possível as áreas particularmente sensíveis, tais como zonas residenciais, escolas e hospitais, contra o desconforto causado pelo ruído das aeronaves.

(C) comprimentos atuais e futuros da pista de pouso e decolagem;

(D) custos com a construção; e

(E) possibilidade de instalação de auxílios visuais e não visuais adequados para aproximação.

(iv) Tráfego aéreo no entorno do aeródromo, em particular:

(A) proximidade de outros aeródromos ou rotas ATS;

(B) densidade do tráfego; e

(C) controle do tráfego aéreo e procedimentos de aproximação perdida.

(4) Escolha de componentes máximos permissíveis de vento de través

Deve ser assumido que o pouso ou decolagem de aeronaves são, em circunstâncias normais, comprometidos, quando o componente de vento de través exceder:

(i) 37 km/h (20 kt), no caso de aeronaves cujo comprimento básico de pista é maior ou igual a 1.500 m, exceto quando houver, com certa frequência, uma baixa ação de frenagem na pista devido a um coeficiente de atrito longitudinal insuficiente, quando, então, deve ser assumido um componente de vento de través que não exceda 24 km/h (13 kt);

(ii) 24 km/h (13 kt), no caso de aeronaves cujo comprimento básico de pista é maior ou igual a 1.200 m e menor que 1.500 m; e

(iii) 19 km/h (10 kt), no caso de aeronaves cujo comprimento básico de pista for menor que 1.200 m.

(b) Comprimento de pistas de pouso e decolagem

(1) Os fatores relevantes para a determinação do comprimento da pista de pouso e decolagem são:

(i) Características de performance e pesos operacionais das aeronaves com operação pretendida;

(ii) Condições climáticas, principalmente as relacionadas a vento e temperatura;

(iii) Características da pista, tais como declividade e condição superficial; e

(iv) Localização do aeródromo, por exemplo, a elevação do aeródromo influencia na pressão atmosférica e as restrições de terreno.

(2) Pista principal

Exceto em pistas de pouso e decolagem com zonas de parada (stopways) ou zonas desimpedidas (clearways), o comprimento real de pista a ser disponibilizado para uma pista principal deve satisfazer os requisitos operacionais das aeronaves para as quais a pista é destinada e não deve ser inferior ao maior comprimento determinado ao se aplicarem as correções de condições locais para as operações e características de desempenho das aeronaves relevantes. Isto não significa, necessariamente, que devem se prever operações de aeronaves críticas com seu peso máximo.

Tanto os requisitos de decolagem quanto os de pouso precisam ser considerados na determinação do comprimento da pista e a necessidade de se realizarem operações nos dois sentidos da pista.

(3) Pista secundária

O comprimento de uma pista secundária deve ser determinado de forma semelhante ao da pista principal, com exceção de que necessita estar adequada unicamente àquelas aeronaves que precisam utilizar esta pista secundária além da(s) outra(s) pista(s), de modo a se obter um fator de utilização de, no mínimo, 95 por cento.

(4) Pistas de pouso e decolagem com zonas de parada (stopways) ou zonas desimpedidas (clearways)

Onde uma pista de pouso e decolagem estiver associada a uma zona de parada (stopway) ou zona desimpedida (clearway), um comprimento real de pista inferior à resultante da aplicação dos parágrafos G.1(b)(2) ou G.1(b)(3), quando apropriado, pode ser considerado satisfatório, mas, nesse caso, qualquer combinação de pista de pouso e decolagem, zona de parada e zona desimpedida deve permitir a conformidade com os requisitos operacionais para pouso e decolagem de aeronaves para as quais a pista é destinada.

(c) Número de pistas de pouso e decolagem em cada direção

(1) O número de pistas de pouso e decolagem a ser provido em cada direção depende do número de movimentos de aeronaves a ser realizado." (NR)

"G.4 Declividades em uma pista de pouso e decolagem

(a) Declividades em pistas de pouso e decolagem

(1) A declividade longitudinal, computada dividindo-se a diferença entre a elevação máxima e a mínima, ao longo do eixo da pista de pouso e decolagem, pelo comprimento dessa pista, não deve exceder:

(i) 1 por cento, onde o número de código for 3 ou 4; e

(ii) 2 por cento, onde o número de código for 1 ou 2.

(2) Ao longo de qualquer trecho de uma pista de pouso e decolagem, a declividade longitudinal não deve exceder:

(i) 1,25 por cento, onde o número de código for 4, ressalvando-se que, para a primeira e última quartas partes do comprimento da pista, a declividade longitudinal não deve exceder 0,8 por cento;

(ii) 1,5 por cento, onde o número de código for 3, ressalvando-se que, para a primeira e última quartas partes do comprimento de uma pista de aproximação de precisão, Categoria II ou III, a declividade longitudinal não deve exceder 0,8 por cento; e

(iii) 2 por cento, onde o número de código for 1 ou 2.

(3) Mudanças de declividade longitudinal

Onde mudanças de declividade não puderem ser evitadas, a mudança de declividade entre dois trechos consecutivos, com diferentes declividades, não deve exceder:

(i) 1,5 por cento, onde o número de código for 3 ou 4; e

(ii) 2 por cento, onde o número de código for 1 ou 2.

NOTA - Orientação sobre mudanças de declividade de pistas de pouso e decolagem podem ser encontradas no Apêndice G deste RBAC.

(4) A transição de uma declividade para outra deve ser realizada por meio de uma superfície curva, com uma taxa de mudança que não exceda:

(i) 0,1 por cento por 30 m (raio mínimo de curvatura de 30.000 m), onde o número de código for 4;

(ii) 0,2 por cento por 30 m (raio mínimo de curvatura de 15.000 m), onde o número de código for 3; e

(iii) 0,4 por cento por 30 m (raio mínimo de curvatura de 7.500 m), onde o número de código for 1 ou 2.

(5) Distância visual

Quando as mudanças de declividade não puderem ser evitadas, elas devem ocorrer de forma que haja uma linha de visão desobstruída a partir de:

(iv) qualquer ponto, posicionado 3 m acima da pista de pouso e decolagem, para todos os outros pontos, posicionados 3 m acima dessa pista, dentro de uma distância de, no mínimo, metade do comprimento da pista de pouso e decolagem, onde a letra de código for C, D, E ou F;

(v) qualquer ponto, posicionado 2 m acima de uma pista de pouso e decolagem, para todos os outros pontos, posicionados 2 m acima dessa pista, dentro de uma distância de, no mínimo, metade do comprimento da pista de pouso e decolagem, onde a letra de código for B; e

(vi) qualquer ponto, posicionado 1,5 m acima de uma pista de pouso e decolagem, para todos os outros pontos, posicionados 1,5 m acima da pista, dentro de uma distância de, no mínimo, metade do comprimento da pista de pouso e decolagem, quando a letra de código for A.

NOTA - Será necessário considerar uma linha de visão desobstruída sobre todo o comprimento de uma única pista de pouso e decolagem, quando não houver uma pista de táxi paralela ao longo de toda a pista de pouso e decolagem. Onde um aeródromo tiver pistas de pouso e decolagem que se interceptam, critérios adicionais para a linha de visão da área de interseção devem ser considerados para efeito da segurança operacional.

(6) A declividade transversal deve ser substancialmente a mesma ao longo do comprimento de uma pista de pouso e decolagem, salvo em interseções com outra pista ou com uma pista de táxi, onde deve haver uma transição uniforme considerando-se a necessidade de drenagem adequada.

(b) Distância entre mudanças de declividade

O exemplo a seguir ilustra como a distância entre as mudanças de declividade deve ser determinada (ver a Figura AG-2):

D, para uma pista de pouso e decolagem em que o número de código seja 3, deve ser pelo menos:

15000 (|x - y| + |y - z|) m

|x - y| sendo o valor numérico absoluto de x - y

|y - z| sendo o valor numérico absoluto de y - z

Assumindo x = +0,01

y = -0,005

z = +0,005

então |x - y| = 0,015

|y - z| = 0,01

De modo a atender às especificações, D não deve ser inferior a:

15000 (0,015 + 0,01) m,

ou seja, 15000 x 0,025 = 375 m.

(1) Ondulações ou consideráveis mudanças de declividade localizadas muito próximas ao longo de uma pista de pouso e decolagem devem ser evitadas. A distância entre os pontos de interseção de duas curvas sucessivas não deve ser inferior ao maior dos valores obtidos em (i) e (ii) abaixo:

(i) soma dos valores numéricos absolutos das mudanças de declividade correspondentes, multiplicada pelo valor apropriado, como segue

(A) 30.000 m, onde o número de código for 4;

(B) 15.000 m, onde o número de código for 3; e

(C) 5.000 m, onde o número de código for 1 ou 2; ou(ii) 45 m.

(c) Consideração sobre declividades longitudinais e transversais

(1) Quando uma pista de pouso e decolagem for planejada de modo a combinar os valores máximos das declividades e mudanças na declividade permitida, de acordo com os parágrafos G.4(a), G.4(b) e G.4(c)(2), deve ser feito um estudo para garantir que o perfil da superfície resultante não prejudique a operação das aeronaves.

(2) Para promover uma drenagem mais rápida da água, a superfície de uma pista de pouso e decolagem deve, se possível, ser inclinada em direção a ambas as bordas (com o ponto mais alto localizado no eixo longitudinal da pista), salvo quando um único declive transversal, na direção do vento mais frequentemente associado com a chuva, garantir uma drenagem rápida. A declividade transversal deve ser, de preferência:

(i) 1,5 por cento onde a letra de código for C, D, E ou F; e

(ii) 2 por cento onde a letra de código for A ou B;

Mas, em nenhuma hipótese, deve exceder 1,5 por cento ou 2 por cento, conforme o caso, nem ser inferior a 1 por cento, salvo em interseções de pistas de pouso e decolagem ou de táxi, onde possam ser necessárias declividades mais aplainadas.

Para superfícies abauladas, a declividade transversal em cada um dos lados do eixo deve ser simétrica. Ver Figura AG-1A.

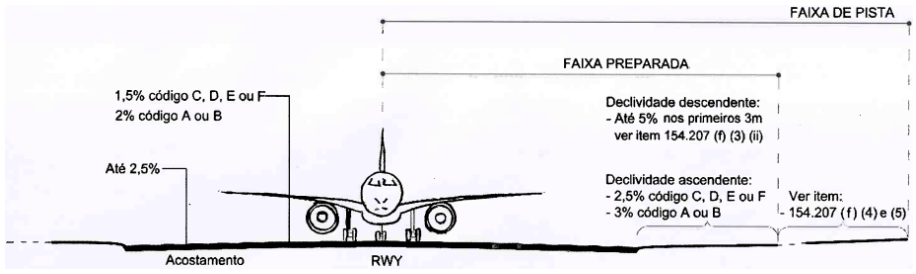



Figura AG-1A. Declividades transversais da pista para favorecimento da drenagem de água

NOTA - Em pistas molhadas com condições de vento de través, o problema da aquaplanagem por drenagem insuficiente pode ser acentuado

(d) Área de operação do rádio-altímetro

(1) A topografia do terreno abaixo da trajetória de aproximação pode ser importante em operações tipo all-weather porque pode afetar a operação do rádio-altímetro. Rádio-altímetros são úteis em qualquer operação e são requeridos em operações de autoland, de pouso com a utilização de Head-up display (HUD), e tipo CAT II e CAT III.

(2) O perfil de arredondamento, a taxa de descida para o toque e a distância do ponto de toque a partir da cabeceira podem ser afetados pelo perfil de terreno imediatamente anterior à cabeceira. A parte mais crítica do terreno se encontra na área de 60 m de cada lado do prolongamento do eixo da pista, se estendendo a uma distância de pelo menos 300 m.

(3) Em aeródromos onde o terreno abaixo da trajetória de aproximação não estiver nivelado, o comportamento anormal do sistema de piloto automático pode resultar em:

(i) quando o terreno estiver abaixo do nível da cabeceira, o sinal do rádio-altímetro pode ocorrer após o requerido em algum momento específico da aproximação;

(ii) quando o terreno estiver acima do nível da cabeceira, o sinal do rádio-altímetro pode ocorrer antes do requerido em algum momento específico da aproximação; e

(iii) quando o terreno consistir em uma sucessão de elevações e depressões, pode ocorrer uma informação incorreta de altitude para o Sistema de Controle Automático de Voo (AFCS). Isto pode resultar em um comportamento inaceitável do sistema de piloto automático e da trajetória de voo.

(4) A fim de acomodar as aeronaves que estiverem fazendo aproximações autoconectadas e pousos automáticos (independente das condições meteorológicas), mudanças de declividade devem ser evitadas ou mantidas ao mínimo possível em uma área retangular de pelo menos 300 m de comprimento, antes da cabeceira de uma pista de aproximação de precisão. A área deve ser simétrica em torno do prolongamento do eixo, com 120 m de largura. Quando circunstâncias especiais assim garantirem, a largura pode ser reduzida até não menos que 60 m, caso um estudo aeronáutico indique que essa redução não afetará a segurança das operações das aeronaves.

(5) Isto é desejável, pois essas aeronaves são equipadas com um rádio-altímetro para indicação da altura final e arredondamento, e quando a aeronave estiver acima do terreno imediatamente anterior à cabeceira, o rádio-altímetro começará a enviar informações ao piloto automático para auto-arredondamento. Quando mudanças de declividade não puderem ser evitadas, a taxa de mudança entre duas declividades consecutivas não deve exceder dois por cento a cada 30 m.

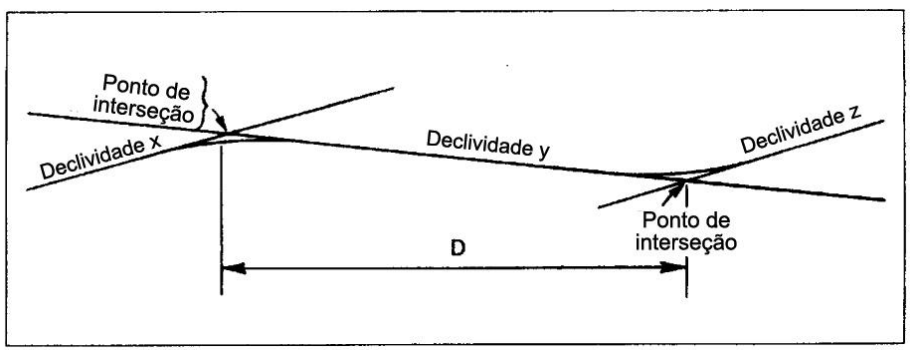



Figura AG-2. Perfil do eixo da pista" (NR)

"G.6 .....

.....

(c) Nivelamento de uma faixa de pista para pistas de aproximação de precisão

O parágrafo 154.207(e) exige que a parte de uma faixa de pista por instrumento dentro de pelo menos 75 m a partir do eixo de pista deve ser nivelada, caso o número de código seja 3 ou 4. Para uma pista de aproximação de precisão com número de código 3 ou 4, uma largura maior pode ser adotada para prover proteção adicional, de acordo com uma avaliação do operador de aeródromo. A Figura AG-3A apresenta o formato e as dimensões de uma faixa de pista mais larga mencionada anteriormente. A faixa de pista foi projetada utilizando-se informações sobre aeronaves saindo acidentalmente da pista de pouso e decolagem. A parte nivelada estende-se até uma distância de 105 m a partir da linha de eixo, exceto onde a distância for gradualmente reduzida para 75 m a partir da linha de eixo em ambas as extremidades, até um comprimento de 150 m a partir da extremidade da pista.

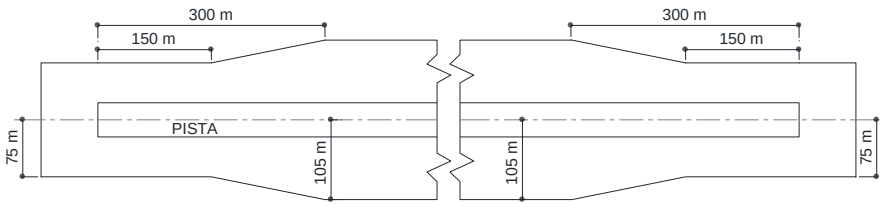



Figura AG-3A. Parte nivelada adicional de uma faixa de pista para uma pista de aproximação de precisão com número de código é 3 ou 4." (NR)

"G.8 .....

.....

(b) .....

.....

(7) Especificações neste RBAC, relacionadas à sinalização horizontal e luzes de cabeceiras deslocadas, além de algumas exigências operacionais são encontradas nos parágrafos 154.303(d)(5)(i), 154.305(o)(1), 154.305(q)(1), 154.305(q)(2)(ii), 154.305(q)(3)(ii) e 154.305(s)(2)(ii)." (NR)

"G.8-I Geometria de pistas de táxi de saída rápida

(a) As figuras AG-3A e AG-3B apresentam configurações típicas para pistas de táxi de saída rápida de acordo com as especificações deste regulamento. Para pistas de pouso e decolagem códigos 3 ou 4, a sinalização horizontal de eixo de pista de táxi inicia a partir de no mínimo 60 m do ponto de tangência da curva de saída e está deslocada em 0,9 m para facilitar o reconhecimento do início da curva pelo piloto. Para pistas de pouso e decolagem códigos 1 ou 2, sinalização horizontal de eixo de pista de táxi inicia a partir de no mínimo 30 m do ponto de tangência da curva de saída.

(b) Uma pista de táxi de saída rápida deve incluir um trecho retilíneo após a curva, livre de qualquer interseção com outras pistas, de táxi ou de pouso e decolagem, suficiente para que uma aeronave possa parar e sua extensão não deve ser menor que o disposto a seguir quando o ângulo de interseção for 30°:

(1) Código 1 ou 2: 35 m;

(2) Código 3 ou 4: 75 m.

(c) Os parâmetros acima foram calculados com base em valores de desaceleração de 0,76 m/seg2 ao longo da curva e de 1,52 m/seg2 no trecho retilíneo.

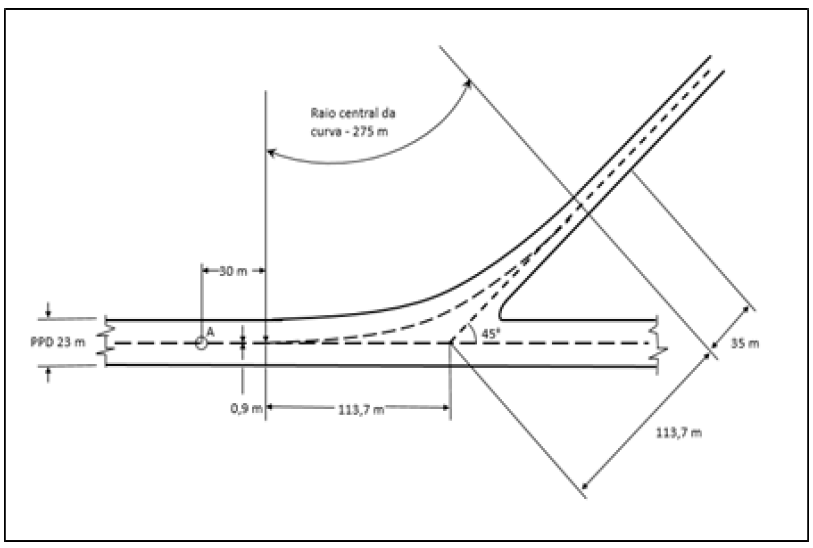



Figura AG-3B. Configuração de pista de táxi de saída rápida (Código 1 ou 2)

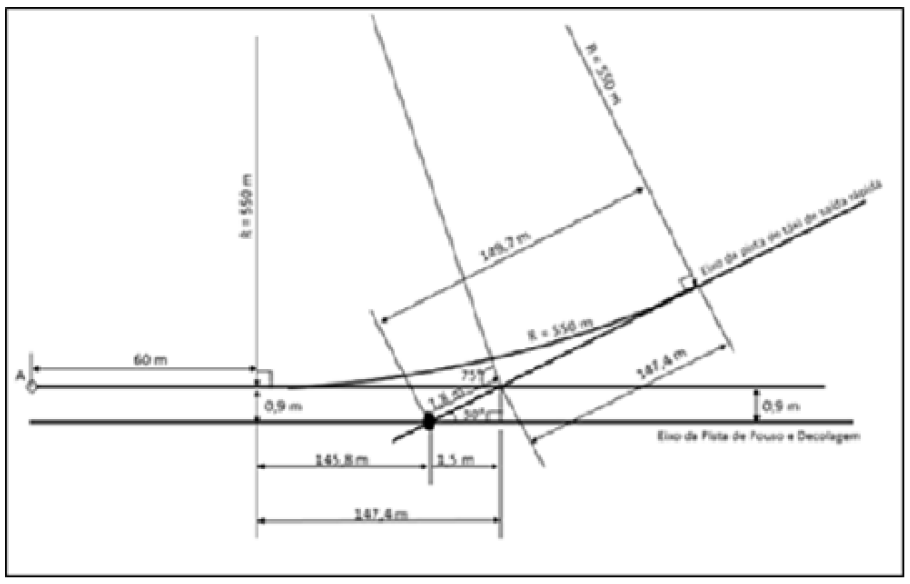



Figura AG-3C. Configuração de pista de táxi de saída rápida (Código 3 ou 4)" (NR)

"G.9 .....

(a) .....

.....

No entanto, no caso de uma cabeceira recuada, luzes embutidas são utilizadas desde a extremidade da pista até a cabeceira, para obter a configuração especificada. Essas luzes embutidas são projetadas para atender às exigências fotométricas especificadas no Apêndice B, Figura AB-1 ou AB-2.

....." (NR)

Art. 2º Ficam suprimidos os parágrafos 154.201(f)(2) a (f)(7), 154.205(d)(2), 154.207(e)(1)(iii), 154.207(f)(3) a (f)(5), 154.209(e)(3), 154.211(d)(2), 154.213(b)(1)(i) e (b)(1)(ii), 154.217(f)(2) a (f)(4), 154.305(a)(4)(ii), 154.305(j)(1)(v) e as Notas 1 a 4 vinculadas ao parágrafo 154.303(a) do RBAC nº 154.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

## SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

### PORTARIA Nº 1.131, DE 11 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, inciso XVI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 41 do Anexo I do Decreto no 5.731, de 20 de março de 2006, no art. 14 da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, nos parágrafos 107.1(c) e 107.231(c) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 107 (RBAC nº 107), no Anexo 17 da Convenção da Aviação Civil Internacional, promulgada pelo Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946, no art. 36 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 9.094, de 17 julho de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00058.004394/2019-28, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 107-001, Revisão D (IS nº 107-001D), que define modelo de programa de segurança aeroportuária e estabelece meios e procedimentos para o cumprimento dos requisitos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 107.

Art. 2º A Instrução Suplementar de que trata o art. 1º desta Portaria contém informações sigilosas, das quais o acesso, a divulgação e o tratamento são restritos às pessoas com necessidade de conhecê-las, observados os procedimentos estabelecidos em regulamentação específica sobre a matéria.

§ 1º Incluem-se entre as pessoas com necessidade de conhecimento da informação de que trata o caput:

I - representantes designados de operadores aéreos;

II - representantes designados de operadores de aeródromos; e

III - representantes designados de centros de instrução AVSEC.

§ 2º As partes não classificadas como sigilosas da Instrução Suplementar encontram-se publicadas no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência e na sua página "Legislação", disponíveis na rede mundial de computadores (https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao).

Art. 3º A Instrução Suplementar nº 107-001, Revisão C (IS nº 107-001C), aprovada pela Portaria nº 1214, de 12 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, Seção 1, página 89, permanece em vigor até 16 de maio de 2019, a partir de quando deverá ser observada a IS nº 107-001D.

§ 1º Os operadores de aeródromo deverão apresentar seus Programas de Segurança Aeroportuária - PSA em conformidade com a Emenda n° 02 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil n° 107 (RBAC n° 107) até 14 de agosto de 2019, em atendimento ao parágrafo 107.211(e)(2) do RBAC nº 107.

§ 2º Os procedimentos e medidas de segurança constantes em Programa de Segurança Aeroportuária - PSA aprovado pela ANAC até 16 de maio de 2019 e que contrariem o disposto na Emenda n° 02 do RBAC n° 107 perderão a validade em 17 de maio de 2019, devendo o respectivo operador atender aos procedimentos descritos na IS nº 107-001D.

§ 3º Os procedimentos e medidas de segurança constantes em Programa de Segurança Aeroportuária - PSA aprovado pela ANAC até 16 de maio de 2019 e que não contrariem o disposto na Emenda n° 02 do RBAC n° 107 terão validade até a aprovação de novo PSA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 17 de maio de 2019.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

### PORTARIA Nº 1.132, DE 11 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, o uso da atribuição que lhe confere o art. 33, inciso XVI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 41 do Anexo I do Decreto no 5.731, de 20 de março de 2006, no art. 14 da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, no parágrafo 108.255(a) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 108 (RBAC nº 108), e no Anexo 17 da Convenção da Aviação Civil Internacional, promulgada pelo Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946, no art. 36 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 9.094, de 17 julho de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00058.004394/2019-28, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 108-001, Revisão C (IS nº 108-001C), que estabelece o Programa de Segurança de Operador Aéreo (PSOA) e os meios e procedimentos para o cumprimento dos requisitos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 108.

Art. 2º A Instrução Suplementar de que trata o art. 1º desta Portaria contém informações sigilosas, das quais o acesso, a divulgação e o tratamento são restritos às pessoas com necessidade de conhecê-las, observados os procedimentos estabelecidos em regulamentação específica sobre a matéria.

§ 1º Incluem-se entre as pessoas com necessidade de conhecimento da informação de que trata o caput:

I - representantes designados de operadores aéreos;

II - representantes designados de operadores de aeródromos; e

III - representantes designados de centros de instrução AVSEC.

§ 2º As partes não classificadas como sigilosas da Instrução Suplementar encontram-se publicadas no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência e na sua página "Legislação", disponíveis na rede mundial de computadores (https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao).

Art. 3º A partir de 17 de maio de 2019, os procedimentos descritos na IS nº 108-001C corresponderão ao Programa de Segurança de Operador Aéreo - PSOA dos operadores aéreo, perdendo automaticamente a validade todas as Listagens de Medidas Adicionais de Segurança e Procedimentos Alternativos aprovadas pela ANAC em data anterior, ressalvados os procedimentos alternativos e as medidas adicionais de segurança já aprovados que não contrariem o disposto na Emenda n° 02 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil n° 108 (RBAC n° 108).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 17 de maio de 2019.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

## GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

### PORTARIAS DE 15 DE ABRIL DE 2019

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, resolve:

Nº 1.150 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade PETROBRAS 09 P-09 (9PSS). Processo nº 00065.019536/2019-62. A homologação tem validade até 14 de março de 2021. Fica revogada a Portaria nº 1669/SIA, de 29 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 4 de junho de 2018, Seção 1, página 77.

Nº 1.151 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade PETROBRAS 12 P-12 (9PSO). Processo nº 00065.019561/2019-46. A homologação tem validade até 19 de dezembro de 2020. Fica revogada a Portaria nº 4036/SIA, de 28 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2019, Seção 1, página 30.

Nº 1.154 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade PETROBRAS 15 P-15 (9PAW). Processo nº 00065.019578/2019-01. A homologação tem validade até 24 de novembro de 2020. Fica revogada a Portaria nº 4022/SIA, de 27 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2019, Seção 1, página 64.

Nº 1.158 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade CARAPEBA 2 PCP-2 (9PCP). Processo nº 00065.019597/2019-20. A homologação tem validade até 08 de março de 2020. Fica revogada a Portaria nº 2344/SIA, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 19 de julho de 2017, Seção 1, página 62.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao

MARCOS ROBERTO EURICH

### PORTARIA Nº 1.183, DE 16 DE ABRIL DE 2019

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso X, da Portaria nº 1.751/SIA, de 6 de julho de 2015, e considerando o que consta do processo nº 00065.009680/2019-91, resolve:

Art. 1º Retirar medida administrativa cautelar ao Aeródromo Público de Itaituba (Código OACI: SBIH), localizado em Itaituba (PA), reabrindo o aeródromo às operações noturnas de aeronaves de asa fixa.

Art. 2° Fica revogada a Portaria nº 785, de 13 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 2019, Seção 1, página 50.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

### RESOLUÇÃO Nº 6.859, DE 17 DE ABRIL DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.012084/2017-74 e tendo em vista o deliberado em sua 459ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração do Contrato de Adesão entre o Ministério da Infraestrutura, na qualidade de Poder Concedente, e a empresa ADMINISTRADORA DE BENS DE INFRAESTRUTURA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.701.088/0001-22, relativamente à instalação portuária privada localizada na Gleba Portochuelo, Lote 2D, Zona Rural, Porto Velho/RO, a ser implantada em área total de 306.574,00m², tendo por objeto a movimentação e/ou armazenagem de granéis líquidos, destinados ou provenientes de transporte aquaviário, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815 e o Decreto nº 8.033, de 2013, com as alterações introduzidas por meio do Decreto nº 9.048, de 2017, bem como o disposto na Resolução Normativa nº 20-ANTAQ.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

### RESOLUÇÃO Nº 6.860, DE 17 DE ABRIL DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.000161/2018-24 e tendo em vista o deliberado em sua 459ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração de Contrato de Adesão entre o Ministério da Infraestrutura, na qualidade de Poder Concedente, e a empresa ADMINISTRADORA DE BENS DE INFRAESTRUTURA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.701.088/0001-22, relativamente à instalação portuária privada, na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, localizada na Gleba Santa Cruz, margem do Rio Tapajós, Dist. 2, Setor 1, Quadra 11, distrito de Miritituba - Itaituba/PA, a ser implantada em área total de 37.440,86m², tendo por objeto a movimentação e/ou armazenagem de cargas destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815 e o Decreto nº 8.033, de 2013, com as alterações introduzidas por meio do Decreto nº 9.048, de 2017, bem como o disposto na Resolução Normativa nº 20-ANTAQ.

Art. 2º Ficará a cargo da Superintendência de Outorgas, desta Agência, anteriormente ao impulso dos autos à instância ministerial, a promoção da atualização das informações constantes da minuta do Contrato de Adesão referentes ao Poder Concedente, em decorrência das alterações promovidas pela Medida Provisória nº 870/2019, bem como aquelas referentes à retificação do endereço da instalação portuária.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

## GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

### DESPACHO Nº 24, DE 17 DE ABRIL DE 2019

Processo nº 50300.006339/2018-41. Fiscalizada: TERGRAN TERMINAIS DE GRÃOS FORTALEZA LTDA., CNPJ nº 01.591.524/0001-67. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, uma vez que tempestivo, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a aplicação da penalidade de multa, no valor de R$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), pela prática da infração prevista no art. 32, inciso XXII, c/c art. 3º, inciso IV, alínea "h", da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Gerente

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

### PORTARIA Nº 127, DE 17 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o Relatório de Auditoria Operacional sobre Exposição da Administração Pública Federal a Fraude e Corrupção elaborado pelo Tribunal de Contas da União - TCU; e

CONSIDERANDO as denúncias referentes a práticas de fraudes no âmbito das concessões de rodovias federais sob responsabilidade da ANTT, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a implementação de melhorias em práticas específicas com o intuito de eliminar ou mitigar riscos sistêmicos, que podem vir a favorecer ocorrência de atos lesivos às competências da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF, dentre outras providências.

Art. 2º As diretrizes gerais desta Portaria são:

I - Priorizar processos administrativos de caducidade em curso;

II - Priorizar processos de aplicação de penalidade em curso;

III - Avaliar a situação dos trechos de rodovias federais concedidas frente ao cumprimento das obrigações previstas nos contratos de concessão;

IV - Priorizar a contratação de empresas supervisoras para apoio à SUINF na fiscalização dos contratos de rodovias federais concedidas;

V - Autorizar a emissão de decisão acerca de defesa prévia dos processos administrativos simplificados às Coordenações de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - COINF;

VI - Aprimorar a transparência de dados e informações relativas aos contratos de concessão de rodovias federais, em especial os relativos a monitoração, fiscalização e revisão/reajuste tarifário;

VII - Considerar apenas os efeitos Ordinários de tarifa de pedágio conforme previsto pela Resolução nº 675, de 4 de agosto de 2004, salvo alterações no Programa de Exploração por inclusão, exclusão ou alterações de obras e serviços, autorizados pela ANTT, em caráter excepcional ou em regime de emergência, até que seja definido método para a inclusão de novos investimentos em rodovias federais concedidas;

VIII - Autorizar temporariamente a vinculação de servidores das Coordenações de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - COINF, diretamente às gerências ou a própria superintendência objetivando realização de atividades afins.

Art. 3º A Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária - SUINF, deverá apresentar Plano de Ação a ser divulgado no sítio eletrônico da ANTT, e seus respectivos resultados deverão ser apresentados à Diretoria Colegiada a cada 30 (trinta) dias durante as Reuniões de Diretoria.

Art. 4º A Auditoria Interna - AUDIT será responsável pelo acompanhamento das atividades da SUINF de que trata a presente Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR

## DIRETORIA COLEGIADA

### DELIBERAÇÃO Nº 405, DE 16 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 091, de 10 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.003602/2002-26, delibera:

Art. 1º Revogar, a pedido, a habilitação concedida pela Resolução nº 107, de 17 de outubro de 2002, à Visa do Brasil Empreendimentos Ltda, CNPJ nº 31.551.765/0001-43, para atuar como Fornecedora de Vale-Pedágio Obrigatório.

Parágrafo único. A revogação de que trata o caput não interfere no funcionamento ou na instituição de arranjos de pagamentos pela Visa do Brasil Empreendimentos Ltda.

Art. 2º Estabelecer que a Visa do Brasil Empreendimentos Ltda continua obrigada a cumprir as responsabilidades e obrigações assumidas, relacionadas aos modelos de sistemas operacionais aprovados pela ANTT no período em que esteve habilitada como Fornecedora de Vale-Pedágio Obrigatório, previstas na Resolução nº 2.885, de 09 de setembro de 2008.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

### DELIBERAÇÃO Nº 406, DE 16 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no artigo 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, no Voto DMV - 092, de 10 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.309505/2019-92, delibera:

Art. 1º Alterar os quantitativos dos Cargos Comissionados desta Agência, conforme quadro a seguir:

| Cargo | Quantidade |
|---|---|
| CD I | 1 |
| CD II | 4 |
| CGE I | 10 |
| CGE II | 33 |
| CGE III | 3 |
| CGE IV | 28 |
| CA I | 1 |
| CA II | 4 |
| CA III | 13 |
| CAS I | 10 |
| CAS II | 11 |
| CCT I | 36 |
| CCT II | 26 |
| CCT III | 22 |
| CCT IV | 52 |
| CCT V | 113 |

Art. 2º Revogar a Deliberação nº 208, de 12 de fevereiro de 2019.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

### DELIBERAÇÃO Nº 407, DE 16 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 088, de 3 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.336189/2018-31, delibera:

Art. 1º Revogar a Deliberação nº 909, de 06 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 09 de novembro de 2018, que autorizou a implantação do mercado Rianápolis (GO) - Fátima (TO) como seção da linha Goiânia (GO) - Fátima (TO), prefixo 12-0359-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 98 da empresa Viação Ouro e Prata S/A conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

### DELIBERAÇÃO Nº 408, DE 16 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 089, de 5 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.005475/2019-48, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa Rota do Mar Viagens Ltda, CNPJ nº 08.284.332/0001-57, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer dos pedidos de impugnação apresentados pelas empresas Expresso Guanabara S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, e Lopes Turismo e Transporte Ltda, CNPJ nº 89.484.372/0001-44, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

### DELIBERAÇÃO Nº 410, DE 16 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 131, de 3 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.131211/2014-34, delibera:

Art. 1º Aplicar a pena alternativa de multa à empresa Disney Oliveira Soares Turismo - ME, CNPJ nº 16.578.644/0001-00, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

### DELIBERAÇÃO Nº 411, DE 16 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 137, de 5 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.334778/2015-41, delibera:

Art. 1º Arquivar a proposta de anulação do Termo de Autorização de Serviços Regulares (TAR nº 142) constante na Nota Técnica nº 85/2018/GEHAF/SUPAS, concedido à empresa Viação Rio Grande Ltda, CNPJ nº 44.780.328/0001- 43, por meio da Resolução nº 5.062, de 30 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 1º de abril de 2016.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

### DELIBERAÇÃO Nº 412, DE 16 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 139, de 16 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.310478/2018-18, delibera:

Art. 1º Conhecer o pedido interposto pela empresa Viação São Bento Ltda e, no mérito, negar provimento, mantendo os termos da decisão que autorizou a operação da linha Passos (MG) - Ribeirão Preto (SP) à empresa Expresso União Ltda.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa Viação São Bento Ltda acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

### DELIBERAÇÃO Nº 413, DE 16 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 129, de 3 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.232580/2018-77, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Pluma Conforto e Turismo S/A, CNPJ nº 76.530.278/0001-32, para a implantação dos mercados São Paulo (SP) - Medianeira (PR) e São Paulo (SP) - Corbélia (PR) como seções na linha São Paulo (SP) - Asuncion (PY), prefixo 08-0010-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 85 da empresa Pluma Conforto e Turismo S/A conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

### DELIBERAÇÃO Nº 414, DE 16 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 133, de 4 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.306298/2019-14, delibera:

Art. 1º Aprovar o recadastramento das autorizatárias relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º Ficam mantidas as condições impostas quando da outorga do Termo de Autorização.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

| RAZÃO SOCIAL | CNPJ | TAR | PROCESSO |
|---|---|---|---|
| BUENO VIAGENS EIRELI-ME | 05.493.209/0001-58 | 143 | 50500.306300/2019-55 |
| CATTANI SUL TRANSPORTES E TURISMO LTDA | 77.472.371/0001-09 | 146 | 50500.306310/2019-91 |
| EDSON AGENCIA DE VIAGENS EXPRESSO E TURISMO EIRELI | 11.482.281/0001-82 | 131 | 50500.306306/2019-22 |
| EMPRESA MOREIRA LTDA | 01.561.646/0001-00 | 110 | 50500.306301/2019-08 |
| EXPRESSO SÃO MARCOS LTDA | 88.628.417/0001-44 | 128 | 50500.306307/2019-77 |
| EXPRESSO VILA RICA LTDA-ME | 05.373.334/0001-24 | 98 | 50500.306308/2019-11 |
| RÁPIDO MACAENSE LTDA | 29.689.999/0001-00 | 167 | 50500.306311/2019-35 |
| RÁPIDO RIBEIRÃO PRETO LTDA | 56.007.859/0001-87 | 159 | 50500.306312/2019-80 |
| REAL ALAGOAS DE VIAÇÃO LTDA | 12.191.409/0001-11 | 132 | 50500.306299/2019-69 |
| SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI | 07.549.414/0001-13 | 156 | 50500.306303/2019-99 |
| UNESUL DE TRANSPORTES LTDA | 92.667.948/0001-13 | 133 | 50500.306304/2019-33 |
| VERDE TRANSPORTES LTDA | 01.751.730/0001-97 | 118 | 50500.306302/2019-44 |
| VIACAO ARAGUARINA LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL | 01.552.504/0001-87 | 81 | 50500.306309/2019-66 |
| VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA | 02.026.255/0001-59 | 92 | 50500.306305/2019-88 |

**DELIBERAÇÃO Nº 415, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 134, de 4 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.305880/2019-63, delibera:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Deliberação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

| Razão Social | TAF | CNPJ |
|---|---|---|
| BERTOLDO TURISMO E EXCURSÕES LTDA. | 00.1895 | 31.891.042/0001-93 |
| CITY VANS SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS EIRELI | 00.1896 | 26.430.255/0001-88 |
| CLAUDIO ROBERTO XAVIER TRANSPORTES EIRELI | 00.1897 | 30.582.095/0001-60 |
| CONEXÃOTUR LTDA. | 00.1898 | 22.386.111/0001-10 |
| DESTAK TRANSPORTE RODOVIÁRIO E TURISMO EIRELI | 00.1899 | 31.549.734/0001-58 |
| DSA ROMANI TRANSPORTES E TREINAMENTOS LTDA. | 00.1900 | 31.072.379/0001-79 |
| ELIANE CAIO TURISMO - EIRELI | 00.1901 | 20.308.743/0001-30 |
| EMPRESA ARROIOSILVENSE DE TRANSPORTES E TURISMOS LTDA. | 00.1902 | 04.266.063/0001-45 |
| ESB TURISMO E EVENTOS LTDA. | 00.1903 | 32.175.967/0001-09 |
| EXPRESSO NOGUEIRA EIRELI | 00.1904 | 32.531.602/0001-61 |
| F A PIRES TRANSPORTE RODOVIÁRIO EIRELI | 00.1905 | 27.241.905/0001-00 |
| F E C TRANSPORTE LTDA. | 00.1906 | 25.450.957/0001-60 |
| F F ALMEIDA COSTA EIRELI | 00.1907 | 09.160.424/0001-98 |
| FLASH TOP TUR TRANSPORTES EIRELI | 00.1908 | 32.412.765/0001-25 |
| FN TRANSPORTES EIRELI | 00.1909 | 21.544.384/0001-83 |
| GABIJU TRANSPORTES LTDA. | 00.1910 | 28.976.704/0001-13 |
| GILMAR TARDET GUERRA & CIA LTDA. | 00.1911 | 31.945.302/0001-66 |
| GIVALDO MATOS SANTANA EIRELI | 00.1912 | 10.771.628/0001-44 |
| GRACIELE MIERZVINSKI & CIA LTDA. | 00.1913 | 18.097.643/0001-60 |
| GRAEFF TURISMO E TRANSPORTES LTDA. | 00.1914 | 28.618.902/0001-05 |
| GUILHERME TURISMO LTDA. | 00.1915 | 20.300.832/0001-30 |
| GUSTAVOTUR VIAGENS E TURISMO - EIRELI | 00.1916 | 28.163.107/0001-70 |
| HAMILTON JUNIOR DOS ANJOS SITKO & CIA LTDA. | 00.1917 | 23.770.045/0001-40 |
| INDITUR VIAGENS E TURISMO EIRELI | 00.1918 | 32.315.380/0001-40 |
| IRENI NATALIA FRETAMENTOS E VIAGENS EIRELI | 00.1919 | 31.980.887/0001-55 |
| J LIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA. | 00.1920 | 24.112.789/0001-30 |
| JANIO MOREIRA GUILHERME & CIA LTDA. | 00.1921 | 26.459.827/0001-51 |
| JM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE VOTUPORANGA LTDA. | 00.1922 | 17.230.108/0001-73 |
| JOEL ADALBERTO PEREIRA EIRELI | 00.1923 | 32.214.237/0001-61 |
| JOSÉ GELDO GUERRA BELÉM FILHO EIRELI | 00.1924 | 04.113.207/0001-23 |
| JULIANA DOS REIS BEVILAQUA EIRELI | 00.1925 | 15.221.905/0001-69 |
| JULIANO F M EIRELI | 00.1926 | 29.298.584/0001-05 |
| JUTTEL TUR TRANSPORTES E TURISMO EIRELI | 00.1927 | 32.627.859/0001-11 |
| K. M. TRANSPORTE EIRELI | 00.1928 | 18.159.394/0001-90 |
| KODAMATUR TRANSPORTE E TURISMO EIRELI | 00.1929 | 21.973.893/0001-21 |
| L CARLOS VIEIRA TRANSPORTES LTDA. | 00.1930 | 31.163.550/0001-55 |
| LEGUS TRANSPORTES E TURISMO LTDA. | 00.1931 | 16.987.843/0001-63 |
| LUNA AZUL TRANSPORTES EIRELI | 00.1932 | 32.697.719/0001-10 |
| M & SILVA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA. | 00.1933 | 32.302.571/0001-77 |
| M J TRANSPORTES TURISMO LTDA. | 00.1934 | 31.197.285/0001-26 |
| M LOPES SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI | 00.1935 | 21.748.856/0001-10 |
| MARCIANA CRISTINA MALTA PINTO EIRELI | 00.1936 | 32.465.329/0001-14 |
| MARCOS ANTONIO RAMPELOTTI TURISMO EIRELI | 00.1937 | 27.269.867/0001-01 |
| MARCOS JOSÉ LORENTI EIRELI | 00.1938 | 19.717.349/0001-77 |
| MASTER SERVIÇOS DE TRANSPORTE EIRELI | 00.1939 | 14.593.528/0001-26 |
| MAXTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA. ME | 00.1940 | 03.282.572/0001-07 |
| MBSTUR TRANSPORTES EIRELI | 00.1941 | 32.877.913/0001-87 |
| MIGUEL TURISMO EIRELI | 00.1942 | 28.889.120/0001-00 |
| MOREIRA & QUEVEDO LTDA. | 00.1943 | 07.529.299/0001-15 |
| MTS TURISMO LTDA. | 00.1944 | 31.487.977/0001-09 |
| N.D.M TRANSPORTES LTDA. | 00.1945 | 19.970.968/0001-79 |
| NICE TRAVEL TURISMO LTDA. | 00.1946 | 17.871.470/0001-23 |
| NICKTHY VIAGENS E TURISMO LTDA. | 00.1947 | 11.833.751/0001-05 |
| ORLANDO SEIDI IVANAGA - TRANSPORTES TURÍSTICOS EIRELI | 00.1948 | 31.911.730/0001-78 |
| ORLI ROSIN TRANSPORTES LTDA. | 00.1949 | 28.708.672/0001-75 |
| PAI & FILHO LOCAÇÃO E FRETAMENTO DE VEÍCULOS EIRELI | 00.1950 | 20.329.513/0001-58 |
| PANTALENA TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. | 00.1951 | 18.837.154/0001-06 |
| PARAISO TUR VIAGENS E EXCURSÕES EIRELI | 00.1952 | 32.682.786/0001-60 |
| PEGASUS TURISMO LTDA. | 00.1953 | 20.455.083/0001-10 |
| R P DA SILVA VIAGENS E TURISMO EIRELI | 00.1954 | 10.631.553/0001-04 |
| R&K DE PAULA TRANSPORTES LTDA. | 00.1955 | 14.172.579/0001-84 |
| RAFAEL TURISMO EIRELI | 00.1956 | 32.575.778/0001-15 |
| RONI VANS VIAGENS E TURISMO EIRELI | 00.1957 | 17.087.147/0001-63 |
| ROTA DO VALE TRANSPORTE,TURISMO & LOCAÇÃO LTDA. | 00.1958 | 05.423.541/0001-46 |
| SABIM TUR TRANSPORTES EIRELI | 00.1959 | 32.800.969/0001-33 |
| SALES AL TRANSPORTES E TURISMO EIRELI | 00.1960 | 32.999.865/0001-08 |
| SANFELICE E ILHA LTDA. | 00.1961 | 09.101.159/0001-77 |
| SERGINHO TURISMO LTDA. | 00.1962 | 11.517.979/0001-96 |
| SILVANO INOCENCIO DA SILVA E CIA LTDA. | 00.1963 | 07.153.164/0001-06 |
| STELMAN TOUR TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS EIRELI | 00.1964 | 32.566.360/0001-41 |
| SUPERVIAGEM TRANSPORTES LTDA. | 00.1965 | 17.505.953/0001-04 |
| T.A. GASPAR FRETAMENTOS EIRELI | 00.1966 | 22.691.328/0001-34 |
| TODEBOA TURISMO EIRELI. | 00.1967 | 32.384.712/0001-48 |
| TOMIO E RAMOS TRANSPORTES LTDA. | 00.1968 | 32.510.100/0001-54 |
| TRACADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. | 00.1969 | 00.472.805/0015-33 |
| TRANSILVAS TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA. | 00.1970 | 22.512.861/0001-91 |
| TRANSLIMA CAMPINAS TRANSPORTES E TURISMO LTDA | 00.1971 | 73.155.111/0001-40 |
| TRANSLOUGGANS - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EIRELI | 00.1972 | 31.841.329/0001-09 |
| TRANSPARKLIMP EIRELI | 00.1973 | 06.320.125/0001-85 |
| TRANSPORTES CORREA EIRELI | 00.1974 | 21.787.168/0001-69 |
| TRIP OF THE FUTURE TRANSPORTES E TURISMO EIRELI | 00.1975 | 31.975.252/0001-60 |
| VALETUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA. | 00.1976 | 17.376.193/0001-82 |
| VIAÇÃO BRUNO'S LTDA | 00.1977 | 12.393.372/0001-04 |
| VIAÇÃO OURO DE MINAS EIRELI | 00.1978 | 31.111.557/0001-23 |
| VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA. | 00.1979 | 13.012.393/0001-03 |
| VLBM TRANSPORTES LTDA. | 00.1980 | 27.449.236/0001-66 |

**DELIBERAÇÃO Nº 416, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 135, de 4 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.014595/2019-36, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa Viação Motta Ltda, CNPJ nº 55.340.921/0001-95, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 417, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 136, de 8 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50515.003554/2019-55, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa Viação Motta Ltda, CNPJ nº 55.340.921/0001-95, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017, bem como no artigo 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Não conhecer dos pedidos de impugnação apresentados pelas empresas Princesa do Norte S/A, CNPJ nº 81.159.857/0001-50, protocolo nº 50500.025691/2019-18, Auto Viação Catarinense Ltda, CNPJ nº 82.647.884/0001-35 e Viação Cometa S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03, protocolo nº 50505.031882/2019-61, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 418, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 138, de 8 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.359785/2018-99, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa Expresso Guanabara S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017, bem como no artigo 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Não conhecer dos pedidos de impugnação apresentados pelas empresas Gontijo de Transportes Ltda, CNPJ nº 16.624.611/0001-40, protocolo nº 50510.008445/2019-74, e Kandango Transporte e Turismo Ltda, CNPJ nº 03.233.439/0001-52, protocolo nº 50500.020456/2019-41, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 419, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 025, de 16 de janeiro de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.338122/2018-31, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa Viação Xavante Ltda para a implantação da linha Brasília (DF) - Barra do Garças (MT) e as seções listadas abaixo:

I - De: Brasília (DF) para: São Luís de Montes Belos (GO) e Iporá (GO);

II - De: Goiânia (GO) para: Barra do Garças (MT); e

III - De: Barra do Garças (MT) para São Luís de Montes Belos (GO) e Iporá (GO).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 420, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 129, de 10 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.327680/2017-08, delibera:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela empresa Alvan Turismo Ltda, CNPJ nº 72.275.357/0001-93, e, no mérito, negar-lhe provimento.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 421, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 130, de 10 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.026618/2019-55, delibera:

Art. 1º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a apuração dos fatos indicados no Processo nº 50500.003797/2019-52, referente à empresa Palomo e Cia Ltda, CNPJ nº 03.966.376/0001-43.

Art. 2º Para os fins dispostos no art. 1°, as Unidades Organizacionais da ANTT deverão prestar apoio à SUPAS, indicando, quando solicitadas, servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 422, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 126, de 10 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.232589/2018-88, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da Pluma Conforto e Turismo S/A, CNPJ nº 76.530.278/0001-32, para a implantação dos mercados abaixo como seções na linha Rio de Janeiro (RJ) - Asuncion (PY), prefixo 07-0028-00, nos termos das Resoluções nº 4.770, de 25 de junho de 2015 e nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017:

I - De Resende (RJ) para: Foz do Iguaçu (PR), Cascavel (PR) e Medianeira (PR);

II - De Barra Mansa (RJ), Aparecida (SP) e São José dos Campos (SP) para: Foz do Iguaçu (PR) e Cascavel (PR); e

III - De São Paulo (SP) para: Foz do Iguaçu (PR), Cascavel (PR), Medianeira (PR) e Corbélia (PR).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 85 da empresa Pluma Conforto e Turismo S/A conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 423, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 125, de 10 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.366106/2018-38, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar o mercado pleiteado pelo Consórcio Guanabara de Transportes, CNPJ nº 23.542.573/0001-42, nos termos da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução ANTT nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer o pedido de impugnação apresentado pela Auto Viação Catarinense Ltda, CNPJ nº 82.647.884/0001-35, e pela Viação Cometa S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 424, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 128, de 10 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.005472/2019-12, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa Rota do Mar Viagens Ltda, CNPJ nº 08.284.332/0001-57, nos termos da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e por inobservância ao disposto no art. 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

## VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Dispõe sobre os critérios e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão da VALEC.

O Diretor-Presidente da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto Social vigente, e

Considerando a tabela de equivalência entre os cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS e os cargos em comissão da VALEC, apresentada pela Proposição nº 98/2018-DIRAF, de 13/08/2018, nos termos do Extrato de Ata da 1176ª Reunião Extraordinária da DIREX, de 13/08/2018, e aprovada pelo Conselho de Administração desta estatal, em sua 352ª Reunião Ordinária, realizada em 16/08/2018, , resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão da VALEC.

Art. 2º São critérios gerais para a ocupação de todos os cargos:

I - idoneidade moral e reputação ilibada;

II - perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo para o qual tenha sido indicado; e,

III - não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

IV - não constar dos Cadastros de Expulsões da Administração Federal - CEAF e de contas julgadas irregulares pelos Tribunais de Contas e do Sistema CGU-PAD.

Parágrafo único. Os ocupantes de cargos em comissão deverão informar prontamente a superveniência das restrições de que tratam os incisos III e IV do caput à autoridade responsável por sua nomeação ou designação.

Ocupação de Cargos de Secretária (equiparados ao DAS 2)

Art. 3º Além do disposto no art. 2º, os ocupantes de cargo de Secretária atenderão, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:

I - possuir experiência profissional de, no mínimo, dois anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo;

II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, um ano;

III - possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo;

IV - ser servidor público ocupante de cargo efetivo de nível superior ou militar do círculo hierárquico de oficial ou oficial-general; ou,

V - ter concluído cursos de capacitação em escolas de governo em áreas correlatas ao cargo para o qual tenha sido indicado, com carga horária mínima acumulada de cento e vinte horas.

Ocupação de Cargos de Gerente e Assessor (equiparados ao DAS 4)

Art. 4º Além do disposto no art. 2º, os ocupantes de cargos de Gerente e Assessor atenderão, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:

I - possuir experiência profissional de, no mínimo, três anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo;

II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, dois anos; ou,

III - possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo.

Ocupação de Cargos de Chefe de Assessoria, Superintendente, Gerente Geral, Ouvidor, Corregedor, Chefe de Gabinete e Assessor Parlamentar (equiparados ao DAS 5)

Art. 5º Além do disposto no art. 2º, os ocupantes de cargos de Chefe de Assessoria, Superintendente, Gerente Geral, Ouvidor, Corregedor, Chefe de Gabinete e Assessor Parlamentar atenderão, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:

I - possuir experiência profissional de, no mínimo, cinco anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo;

II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS 3 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, três anos; ou,

III - possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo.

Aferição dos critérios

Art. 6º O processo de nomeação ou de designação para ocupação de cargos em comissão da VALEC será encaminhado à autoridade responsável pela nomeação ou pela designação, instruído com o currículo do postulante e com outras informações ou justificativas pertinentes que comprovem o cumprimento dos critérios para nomeação ou designação.

§ 1º O postulante a cargo em comissão da VALEC é o responsável por prestar as informações de que trata esta Instrução Normativa e responderá por sua veracidade e sua integridade.

§ 2º Os critérios de tempo de experiência profissional e de ocupação de cargos em comissão ou função de confiança considerarão períodos contínuos e não contínuos.

§ 3º A aferição da comprovação do cumprimento dos critérios para nomeação ou designação de cargos em comissão deverá ser atestada pela Superintendência de Gestão de Pessoas, antes do encaminhamento à autoridade responsável pela nomeação ou pela designação.

Vigência

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO GUIMARÃES DE AQUINO
Diretor-Presidente
Interino

# COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA)

## CNPJ: 14.372.148/0001-61
## CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R$ 277.553.624

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

A gestão na CODEBA vem sendo conduzida de forma a superar barreiras e romper paradigmas: a paralisação nacional dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio, à instabilidade da economia do país, as oscilações do mercado externo pelas divergências comerciais entre China e Estados Unidos e perdas de algumas cargas. Mas, com o desenvolvimento de ações, em conjunto com os seus parceiros usuários dos portos, foi possível reduzir os impactos negativos em seu desempenho. Assim é que, no final do exercício de 2018, a movimentação de carga, ainda que inferior a 2017, foi maior quando comparada aos resultados de 2015 e 2016, inclusive marcando novo recorde na movimentação de contêineres.

Os portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus fecharam o ano de 2018, com 11,1 milhões de toneladas movimentadas, 6,0% menor da registrada em 2017. É o terceiro melhor resultado alcançado pela CODEBA em toda sua história. Um patamar considerado satisfatório diante do contexto porque passou a economia nacional e o mercado externo, refletido também na queda quase que generalizada entre os portos públicos do país, que, segundo dados da ANTAQ, deverão fechar o exercício, retraídos em torno de 6,0 a 7,0%, ante 2017.

O recuo na movimentação de carga refletiu na queda das receitas originadas da prestação dos serviços portuários. Contudo, foram compensadas em parte pelo crescimento da receita patrimonial com aluguel e arrendamentos de áreas, o que contribuiu para a receita total com estes serviços se mantivessem dentro do planejado, em um quadro onde os valores das tarifas estavam sem reajustes desde maio de 2015.

A receita oriunda dos serviços de exploração e administração dos portos somou R$ 122.041.573, recuo de apenas 1,04% comparado o resultado do ano anterior. As receitas com alugueis e arrendamentos totalizaram R$ 19.814.156, um crescimento de 4,3%, por conta dos reajustes previstos nos contratos com base nos índices oficiais do IGPM e IGP-DI. Incluindo os dois tipos de receitas, totalizaram R$ 141.855.729, resultado 0,32% menor que 2017. A receita financeira totalizou R$ 6.952.285, um recuo de 41% ante o resultado do ano anterior de R$ 9.791.484, em função da redução da taxa Selic em 2018, base de remuneração do fundo em que a CODEBA aplica suas disponibilidades de caixa.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

| ATIVO CIRCULANTE | NE | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| Caixa e equivalente de caixa | 4 | 99.162.921 | 156.425.051 |
| Recursos vinculados | 4 | 10.386.360 | 11.411.522 |
| Clientes e outros recebíveis | 5 | 7.839.394 | 17.017.055 |
| Adiantamentos | | 1.634.452 | 1.591.275 |
| Créditos tributários | 6 | 5.135.260 | 6.514.557 |
| Estoques | 7 | 4.157.199 | 4.007.981 |
| Despesas antecipadas | | 78.874 | 167.137 |
| Ressarcimentos e Convênios | 8 | 2.674.172 | 4.551.386 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 131.068.633 | 201.685.963 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Depósitos judiciais | 14 | 31.693.097 | 25.033.802 |
| Investimentos | | 28.834 | 32.208 |
| Imobilizado | 9 | 255.337.013 | 263.959.490 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 287.058.944 | 289.025.501 |
| TOTAL DO ATIVO | | 418.127.577 | 490.711.463 |

| PASSIVO CIRCULANTE | NE | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| Fornecedores a pagar | 10 | 3.806.127 | 3.758.684 |
| Salários e Férias a pagar | 11 | 5.065.121 | 4.264.833 |
| Obrigações tributárias | 12 | 27.163.776 | 23.421.964 |
| Consignações e contribuições a recolher | 12 | 2.747.205 | 2.905.615 |
| Provisões Judiciais | 14 | 1.436.858 | 374.833 |
| Depósitos e cauções | 13 | 1.994.319 | 1.779.190 |
| Receitas diferidas | 25 | 1.666.667 | 1.666.667 |
| Dividendos/Juros s/ cap. próprio a pagar | 16b | 51.349 | 473.464 |
| Participação de empregados a pagar | | – | 114.611 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 43.931.422 | 38.759.861 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Provisões Judiciais | 14 | 8.900.700 | 7.118.571 |
| Provisões para pagamento à prev. complem. | 14/15 | 30.477.551 | 31.597.707 |
| Receitas diferidas | 25 | 9.583.333 | 11.250.000 |
| Adiantamento para futuro aumento capital | 17 | 5.821.062 | 71.023.259 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 54.782.646 | 120.989.536 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital Social | 16a | 277.553.624 | 277.553.624 |
| Ajuste de av. patrimonial | | – | – |
| Reserva legal | | 3.665.478 | 3.665.478 |
| Retenção de lucro | | 49.742.964 | 49.742.964 |
| Prejuízo Acumulado | 16b | (11.548.557) | – |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 319.413.509 | 330.962.066 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 418.127.577 | 490.711.463 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

| | NE | Capital Social Integra. | Retenção de Lucro | Reserva Legal | Lucro do Exercício | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | Resultados Abrangentes | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016** | | **277.553.624** | **33.382.330** | **3.574.042** | **–** | **–** | **–** | **314.509.998** |
| Aumento de capital com créditos de acionistas | | | | | | | | – |
| Transferência de retenção de lucro p/ retenção a capitalizar | | | | | | | | – |
| Aporte da União | | | | | | | | – |
| Atualização monetária SELIC | | | | | | | | – |
| Transf. Saldo PL empregado p/ retenção de lucro | | | | | | | | – |
| Ajuste Exercicio Anterior | | | | | | | | – |
| Destinação do lucro líquido do exercício | | | | | | | | – |
| Reserva legal | | | | 91.436 | (91.436) | | | |
| Retenção de Lucros | | 16.360.634 | | | (1.263.822) | | | 15.096.812 |
| Juro Capital Próprio | | | | | (473.464) | | | (473.464) |
| Lucro do exercicio | | | | | 1.828.722 | | | 1.828.722 |
| Montante atribuível a controladores/não controladores | | | | | | | | – |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017** | | **277.553.624** | **49.742.964** | **3.665.478** | **–** | **–** | **–** | **330.962.066** |
| Aumento de capital com créditos de acionistas | | | | | 200 | | | 200 |
| Transferência de retenção de lucro p/ retenção a capitalizar | | | | | | | | – |
| Aporte da União | | | | | | | | – |
| Atualização monetária SELIC | | | | | | | | – |
| Transf. Saldo PL empregado p/ retenção de lucro | | | | | | | | – |
| Ajuste Exercicio Anterior | 16b | | | | (51.349) | | | (51.349) |
| Destinação do lucro líquido do exercício | | | | | | | | – |
| Reserva legal | | | | | | | | – |
| Retenção de Lucros | | | | | (200) | | | (200) |
| Dividendos/Juros s/ Capital Próprio | | | | | | | | – |
| Lucro/Prejuízo do período | | | | | (11.497.208) | | | (11.497.208) |
| Montante atribuível a controladores/não controladores | | | | | | | | – |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018** | | **277.553.624** | **49.742.964** | **3.665.478** | **(11.548.557)** | **–** | **–** | **319.413.509** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS (INFORMAÇÃO ADICIONAL) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais, exceto lucro (prejuízo) por ações)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **1. RECEITAS** | **133.815.676** | **140.014.816** |
| 1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 133.706.757 | 139.956.176 |
| 1.2. Outras receitas | 108.919 | 58.640 |
| **2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** | **63.655.783** | **53.316.377** |
| 2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | 39.417.879 | 33.214.078 |
| 2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | 24.237.904 | 20.102.299 |
| **3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)** | **70.159.894** | **86.698.438** |
| **4. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO** | **11.125.591** | **10.912.374** |
| **5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)** | **59.034.303** | **75.786.065** |
| **6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA** | **6.952.285** | **9.850.124** |
| 6.1. Receitas financeiras | 6.952.285 | 9.850.124 |
| **7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)** | **65.986.588** | **85.636.189** |
| **8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | **65.986.588** | **85.636.189** |
| 8.1. Pessoal e encargos | 60.546.384 | 59.953.133 |
| 8.1.1. Remuneração direta | 45.029.500 | 44.480.870 |
| 8.1.2. Benefícios | 12.947.862 | 10.951.741 |
| 8.1.3. FGTS | 2.569.022 | 4.406.276 |
| 8.2. Impostos, taxas e contribuições | 15.873.006 | 16.046.340 |
| 8.2.1. Federais | 11.764.981 | 10.491.362 |
| 8.2.2. Estaduais | – | 995 |
| 8.2.3. Municipais | 4.108.025 | 5.553.984 |
| 8.3. Remuneração de capital de terceiros e próprios | 1.064.406 | 7.807.993 |
| 8.3.1. Juros | 859.985 | 7.584.428 |
| 8.3.2. Outras | 204.421 | 223.565 |
| 8.4. Remuneração de capital próprio | (11.497.208) | 1.828.722 |
| 8.4.1. Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio | – | 473.464 |
| 8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício | (11.497.208) | 1.355.258 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:** | | |
| Lucro (prejuízo) do período | **(11.497.208)** | **1.828.722** |
| **Ajustes do resultado do exercício por:** | | |
| Participação de Empregados | – | 114.611 |
| Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa | 4.413.277 | – |
| Depreciação e amortização | 11.125.591 | 10.912.374 |
| Variações Financeiras Passivas | 212.796 | 6.434.422 |
| Provisões/Reversões Realizadas | 1.954.866 | 2.066.402 |
| Receitas diferidas | (1.666.667) | (1.666.666) |
| Outras variações ativas/passivas | 1.877.214 | – |
| **Lucro (prejuízo) do período ajustado** | **6.419.869** | **19.689.863** |
| **Aumento (redução) de ativos** | | |
| Recursos Vinculados | 1.025.162 | 71.878.238 |
| Clientes e Outros Recebíveis | 4.764.384 | (4.922.157) |
| Adiantamentos e Convênios | (43.177) | 122.994 |
| Estoques | (149.219) | (1.332.850) |
| Créditos Tributários | 1.379.296 | (3.560.963) |
| Despesas Antecipadas | 88.262 | (114.732) |
| Devedores p/ Depósitos | (6.659.295) | 37.003 |
| | **405.415** | **62.107.535** |
| **Aumento (redução) de passivos** | | |
| Fornecedores | 47.443 | 967.944 |
| Salários e obrigações trabalhistas | 800.287 | (1.144.903) |
| Obrigações Tributárias e Consignações | 3.583.402 | 4.263.939 |
| Processos judiciais | (230.868) | (364.865) |
| Depósitos e cauções | 215.129 | (320.694) |
| Participação nos Lucros | (114.611) | (862.106) |
| Demais variações passivas | – | |
| | **4.300.783** | **2.539.315** |
| **RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **11.126.067** | **84.336.713** |
| **FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** | | |
| Variação do imobilizado | (2.503.114) | (8.611.376) |
| Variação de Investimentos | 3.375 | – |
| **RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | **(2.499.739)** | **(8.611.376)** |
| Dividendos/JCP distribuídos | (473.464) | (5.068.688) |
| Créditos de acionistas | (65.414.993) | – |
| **RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | **(65.888.457)** | **(5.068.688)** |
| **AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA** | **(57.262.130)** | **70.656.650** |
| **DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | | |
| Caixa e equivalente caixa no início do período | 156.425.051 | 85.768.401 |
| Caixa e equivalente caixa no final do período | 99.162.921 | 156.425.051 |
| | **(57.262.130)** | **70.656.650** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais, exceto lucro (prejuízo) por ações)

| | NE | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA DA OPERAÇÃO** | | | |
| Serviços de Exploração e Administração Portuária | 18 | 122.041.573 | 123.322.379 |
| Aluguéis e Arrendamentos | 18 | 19.814.156 | 18.996.168 |
| Total da Receita Operacional Bruta | | **141.855.729** | **142.318.547** |
| **DEDUÇÕES SOBRE A RECEITA BRUTA** | | | |
| Cancelamentos e Restituições | | 8.148.971 | 2.362.371 |
| Tributos sobre faturamento: | | 15.753.639 | 15.053.202 |
| Total das Deduções | | **23.902.611** | **17.415.573** |
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** | | **117.953.118** | **124.902.974** |
| **CUSTOS DA ATIVIDADE** | 19 | **82.725.287** | **76.211.638** |
| **RESULTADO OPERACIONAL BRUTO** | | **35.227.830** | **48.691.336** |
| **DESPESAS OPERACIONAIS** | | **43.648.850** | **42.571.791** |
| Pessoal e Encargos | | 28.157.239 | 26.635.019 |
| Gerais e Administrativas | | 12.891.675 | 13.630.152 |
| Depreciação e Amortização | | 207.327 | 252.434 |
| Compra de Materiais | | 623.742 | 667.092 |
| Demais Despesas Operacionais | | 1.768.867 | 1.387.093 |
| OUTRAS DESPESAS E RECEITAS | | 9.168.488 | 4.944.717 |
| TOTAL DAS DESPESAS | | **52.817.338** | **47.516.508** |
| **RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS** | | **(17.589.508)** | **1.174.828** |
| Receitas Financeiras | | 6.952.285 | 9.791.484 |
| Despesas Financeiras | | 859.985 | 7.584.428 |
| Resultado Financeiro Líquido | 20 | 6.092.300 | 2.207.056 |
| **LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL** | | **(11.497.208)** | **3.381.884** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | | - | 1.438.916 |
| **LUCRO/PREJUÍZO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES** | | **(11.497.208)** | **1.942.968** |
| Participação de Empregados | | - | 114.247 |
| **LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO ACUMULADO DO PERÍODO** | | **(11.497.208)** | **1.828.722** |
| **LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL** | | **(0,28)** | **0,04** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)

# COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA)

## NOTAS EXPLICATIVAS QUE INTEGRAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura, que tem por objetivo social, em harmonia com os planos e programas desse Ministério, exercer as funções de Autoridade Portuária previstas em legislação específica e realizar a administração e exploração comercial dos Portos Organizados no Estado da Bahia, quais sejam: Porto de Salvador, Porto de Aratu e Porto de Ilhéus. As atividades da Companhia, por serem tratadas num contexto macroeconômico, têm a condução de sua gestão econômico-financeira sujeita às decisões do Governo Federal.

**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas de forma comparativa em R$ (real) conforme moeda funcional da Companhia.

As Demonstrações Financeiras apresentadas têm como base o custo histórico, exceto se mencionado em contrário nas práticas a seguir apresentadas. Os saldos contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, apresentados na moeda funcional em reais (R$), são compostos por: 1) Balanço Patrimonial (BP), de modo a expressar a posição econômico-financeira e patrimonial; 2) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), apresentando o reconhecimento das receitas, custos e despesas; 3) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), objetivando mostrar as variações ocorridas no Patrimônio Líquido; 4) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), cuja principal função é mostrar a geração ou consumo dos recursos financeiros e sua aplicação no desenvolvimento das operações da companhia; 5) Demonstração dos Valores Adicionados.

**NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

a) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam os montantes apresentados nas demonstrações financeiras. Os principais valores estimados correspondem à: estimativa de perdas créditos de liquidação duvidosa, provisão para perda (impairment test), provisão para contingências e avaliação de instrumentos financeiros. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia busca a revisão das estimativas e premissas de forma anual.

b) Ativo circulante

● As disponibilidades estão representadas por saldos em caixa e equivalente de caixa, tais como depósitos bancários e aplicações financeiras, além de recursos vinculados fruto da conta SIAFI. As aplicações financeiras estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. Vide nota explicativa nº 4.

● As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O giro das contas a receber da Companhia é de curto prazo, sendo liquidadas normalmente em um período inferior a 60 dias, representando substancialmente os valores justos nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a necessidade de ajustes ao valor presente.

● A estimativa para perdas de créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre os créditos de difícil recebimento, foi julgada suficiente pela Administração da Companhia, para fazer face as perdas na realização destes valores a receber. Vide nota explicativa no 5.

● Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição.

● Os demais ativos circulantes são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidas da provisão necessária para refletir o valor de realização.

c) Investimentos

Estão avaliados pelo método de custo.

d) Ativo imobilizado

Estão avaliados ao custo de aquisição e foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescidos das adições ocorridas a partir de 1º de janeiro de 1996, que estão registrados pelo valor original, deduzido da perda por desvalorização considerando o valor recuperável dos bens *(impairment test)*.

e) Passivo circulante e não circulante

Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, incluem os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço patrimonial.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido

● A companhia apura o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) pelo regime de lucro real, calculados com base nos dispositivos do Regulamento do IR (decreto nº 9.580/18) e demais legislações aplicáveis.

● A Companhia possuía créditos fiscais, decorrentes de prejuízos acumulados e de base de cálculo negativa da contribuição social, não refletidos nas suas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008. Tais créditos fiscais são controlados nos livros fiscais digitais E-LALUR e E-LACS na parte B da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

g) Provisões judiciais

A Companhia é parte integrante em diversos processos judiciais no âmbito trabalhista, tributário e cível, que surgem no curso normal de suas atividades. As provisões judiciais estão constituídas mediante a avaliação de riscos prováveis dos fatos conhecidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme previsto na Resolução CFC nº. 1.180/09(CPC 25) através de análise e parecer do seu corpo jurídico interno. Vide nota explicativa nº 16.

h) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios, conforme dispositivos da lei 6.404/76.

**NOTA 4 – DISPONIBILIDADES**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Caixa | 4.231 | 700,58 |
| Bancos (a) | 1.141.556 | 68.973.238 |
| Aplicações financeiras (b) | 98.017.134 | 87.451.112 |
| Recursos Vinculados (c) | 10.386.360 | 11.411.522 |
| **TOTAL** | **109.549.281** | **167.836.573** |

(a) O decréscimo de saldo bancário em 2018 justifica-se pela devolução de recursos vinculados da conta SIAFI que haviam sido transferidos para a conta de Banco do Brasil em dezembro para devolução ao Tesouro em razão da suspensão do projeto. Tais recursos referiam-se a obras de ampliação do quebra mar do Porto de Salvador, no valor de R$ 66 milhões.

(b) Aplicações no fundo "BB Extramercado FAE" e "CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1", regulamentados pela instrução CVM 409/2004 e resolução Bacen 3284/2005, CVM Renda Fixa.

(c) Recursos provenientes da conta SIAFI parcial.

**NOTA 5 - CLIENTES**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Contas a receber de clientes | 16.010.208 | 20.774.592 |
| Perdas estimadas em créditos | (8.170.814) | (3.757.537) |
| **TOTAL** | **7.839.394** | **17.017.055** |

| **Status de vencimento** | **Valor** | **% da dívida** |
|---|---|---|
| A vencer em 2019 | 3.853.637 | 24,07% |
| Vencidos até 60 dias | 1.912.099 | 11,94% |
| Vencidos de 60 a 180 dias | 354.162 | 2,21% |
| Vencidos de 180 a 360 dias | 99.185 | 0,62% |
| Vencidos Acima de 360 dias | 9.791.125 | 61,16% |
| **TOTAL** | **16.010.208** | **100,00%** |

Dos créditos vencidos acima de 180 dias, a companhia possui em contrapartida antecipações de clientes que somam R$ 1.719.496, resultando num saldo líquido de R$ 8.170.814.

**NOTA 6 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Quadro demonstrativos dos créditos tributários:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Imposto de Renda | 3.927.354 | 4.822.446 |
| Contribuição Social | 1.150.765 | 1.293.128 |
| COFINS Retido na Fonte | 51.066 | 327.931 |
| PIS Retido na Fonte | 6.076 | 71.052 |
| **TOTAL** | **5.135.260** | **6.514.557** |

A companhia apurou nos meses de janeiro e fevereiro Imposto de Renda e Contribuição Social com base em estimativas mensais. Ao longo do exercício pelo resultado apurado por balancetes de suspensão/redução não foram necessários novos desembolsos ou compensações, sobretudo pela natureza negativa do resultado. Os créditos residuais serão utilizados em apurações futuras.

**NOTA 7 - ESTOQUES**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Almoxarifado – Porto de Aratu | 3.411.677 | 3.323.196 |
| Almoxarifado – Porto de Salvador/Sede | 702.286 | 679.778 |
| Almoxarifado – Porto de Ilhéus | 43.236 | 5.005 |
| **TOTAL** | **4.157.199** | **4.007.980** |

**NOTA 8 – RESSARCIMENTOS E CONVÊNIOS**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Convênio INSS (benefícios e auxílios) | 571.688 | 571.688 |
| Contas a receber – AHSFRA/Aracaju (a) | 2.102.484 | 3.979.698 |
| **TOTAL** | **2.674.172** | **4.551.386** |

a) Referem-se as faturas pagas pela Companhia relacionadas com a administração da Hidrovia do Vale do São Francisco que se encontram pendentes de ressarcimento pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, cujo convênio (por meio do qual a Companhia exercia a administração da referida hidrovia) foi encerrado no ano de 2007. Em 2018 a Companhia baixou parte dos créditos que estavam a receber referente processo judicial trabalhista e está mantendo negociações com a Direção do DNIT para o ressarcimento dos valores residuais.

**NOTA 9 – IMOBILIZADO**

O quadro abaixo demonstra a composição do imobilizado da companhia em 31/12/2018, além do comparativo líquido do período anterior:

| | Custo corrigido | Depreciação acumulada | Líquido 2018 | Líquido 2017 |
|---|---|---|---|---|
| Edificações e pavimentações | 224.141.979 | 98.216.504 | 125.925.475 | 130.102.181 |
| Equipamentos de Informática | 1.221.928 | 1.052.971 | 168.957 | 216.332 |
| Instalações | 128.803.914 | 46.732.071 | 82.071.843 | 84.487.673 |
| Móveis, máquinas e equipamentos | 61.576.068 | 37.897.348 | 23.678.720 | 25.446.997 |
| Terrenos | 13.326.859 | 0 | 13.326.859 | 13.326.859 |
| Veículos e Embarcações | 790.125 | 465.673 | 324.451 | 447.917 |
| Obras em andamento | 0 | 0 | 9.840.707 | 9.931.532 |
| **Total Geral** | **429.860.872** | **184.364.566** | **255.337.013** | **263.959.491** |

No ano de 2013, através da Portaria n° 51/2013, a Companhia criou uma comissão para levantamento dos bens da empresa a fim de verificação da necessidade de reclassificação dos bens patrimoniais para aplicação do "Deemed Cost" constatando pela não aplicação. Para o exercício atual, considerando que não houve variações relevantes nos grupos de imobilizado com relação ao período anterior, a companhia não procedeu com novos testes de imparidade.

**NOTA 10 - FORNECEDORES**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Fornecedores de materiais | 43.830 | 101.928 |
| Fornecedores de serviços | 3.542.912 | 3.437.371 |
| Credores p/ obras | 219.385 | 219.385 |
| **TOTAL** | **3.806.127** | **3.758.684** |

**NOTA 11 – SALÁRIOS E FÉRIAS A PAGAR**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Férias e encargos a pagar | 549.170 | 206.089 |
| Salários a pagar | 4.515.951 | 4.058.745 |
| **TOTAL** | **5.065.121** | **4.264.833** |

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, CONSIGNAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES:**

| **Obrigações Tributárias:** | **31/12/2018** | **31/12/2017** |
|---|---|---|
| IR retido na fonte | 604.834 | 470.862 |
| ISS retido na fonte | 111.569 | 159.603 |
| ISS sobre faturamento a pagar | 25.958.134 | 22.202.846 |
| INSS s/ serviços a recolher | 175.811 | 200.470 |
| PIS/COFINS/CSLL retido na fonte | 313.429 | 388.183 |
| **TOTAL** | **27.163.776** | **23.421.964** |

| **Contribuições e Consignações** | **31/12/2018** | **31/12/2017** |
|---|---|---|
| Consignações a recolher | 156.614 | 9.058 |
| Contribuições a recolher | 2.590.591 | 2.896.557 |
| **TOTAL** | **2.747.205** | **2.905.615** |

Dentre as obrigações tributárias, destaca-se o ISS sobre faturamento, que é mensalmente provisionado sobre as faturas emitidas em Aratu e Ilhéus. Relativo ao ISS devido sobre as atividades do Porto de Aratu, a companhia ainda vem reconhecendo contabilmente a dívida, mas não realiza o pagamento pois está em questionamento judicial, sob a alegação do reconhecimento de imunidade recíproca, tendo sido suspenso o pagamento através de obtenção de decisão liminar.

As consignações e contribuições referem-se aos saldos relacionados ao acumulado de diversas contas, tais como Pis/Cofins, Contribuições previdenciárias patronais, Contribuições mensais ao Portus, FGTS, Sindicatos, consignações salariais, dentre outros.

**NOTA 13 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES**

| | | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| Depósitos para garantia de taxas portuárias | (a) | 1.773.729 | 1.616.802 |
| Depósitos para garantia de contratos | | 220.591 | 162.388 |
| **TOTAL** | | **1.994.319** | **1.779.190** |

a) Referem-se às antecipações de taxas portuárias efetuadas pelas empresas que utilizam os serviços dos Portos, compensadas no momento da emissão da fatura pela Companhia.

**NOTA 14 – PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Provisões Trabalhistas - Curto Prazo | 575.568 | 374.833 |
| Provisões Cíveis - Curto Prazo | 810.999 | 0 |
| Provisões Tributárias – Curto Prazo | 50.291 | 0 |
| Provisões Trabalhistas - Longo Prazo | 4.236.541 | 3.736.823 |
| Provisões Cíveis - Longo Prazo | 1.541.089 | 4.075.831 |
| Provisões Tributárias – Longo Prazo | 3.123.070 | 3.381.747 |
| Provisões p/ pgto à prev. complementar | 30.477.551 | 27.521.876 |
| **TOTAL** | **40.815.108** | **39.091.110** |

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Depósitos Judiciais | 8.333.193 | 3.521.099 |
| Penhora | 23.359.904 | 21.512.703 |
| **TOTAL** | **31.693.097** | **25.033.802** |

A Companhia reconhece suas provisões conforme os dispositivos da Resolução CFC 1.180/09 (CPC 25), no momento em que identifica que se torna provável uma saída de recursos pela sentença judicial, conforme critérios e análise do seu corpo jurídico interno. Para provisões de causas possíveis de perdas, o corpo jurídico da companhia estima os seguintes montantes: Trabalhistas: R$ 572.114; Tributárias: R$ 724.312; Cíveis: R$ 4.667.809.

**NOTA 15 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

A Companhia é patrocinadora do plano de suplementação à aposentadoria e outros benefícios de risco aos funcionários que fizeram adesão até 11 de maio de 2010, por meio do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, que se encontra sob intervenção do Governo Federal desde 23/08/2011. O plano de benefícios PBP1 foi criado em 1978 tendo a CODEBA aderido em 20/12/1979. É do tipo multi-patrocinado (14 empresas) e estruturado na modalidade de benefício definido fechado a novas adesões, tendo por objetivo conceder a seus participantes a complementação do valor do benefício concedido pela Previdência Social Oficial.

O déficit histórico apresentado pelo plano PBP1 corresponde principalmente às seguintes razões:

a) Extinção da Portobrás em Julho/1991, uma das patrocinadoras iniciais do plano, sem que o Governo Federal efetuasse a integralização referente aos seus servidores que foram mantidos no mesmo;

b) Pagamento da RTSA: a Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/1988, estabeleceu a paridade contributiva entre as contribuições do patrocinador público e do segurado; por consequência da revisão determinada no Art. 6º da Emenda Constitucional, foi criada a RTSA (Reserva de Tempo de Serviços Anteriores) em diversos fundos de pensões patrocinados por entes públicos tipificados no § 3º do Art. 202 da Constituição Federal, de forma a apartar o custo suplementar relativo aos Serviços Passados do Custo Normal. A RTSA é um custo suplementar e consiste na apuração dos compromissos referentes ao período anterior à criação de uma Plano de Benefício Previdenciário, quando as empresas não proporcionam aos colaboradores a opção da inscrição em algum plano de Previdência Complementar. Por isso, em geral, cabe ao empregador-patrocinador do plano a responsabilidade pela integralização desta reserva.

Cabe esclarecer que a CODEBA reconheceu em 2002 esse compromisso, tendo firmado acordo contratual com o PORTUS para pagamento em 60 parcelas; porém a partir da 22ª parcela o pagamento do RTSA foi suspenso, permanecendo o saldo que figura nos registros atuais da Companhia.

c) Dívidas históricas contributivas das patrocinadoras: ao longo dos anos as patrocinadoras deixaram de honrar com contribuições que estavam respaldadas por contratos assinados com o PORTUS, relativo ao plano PBP1, contribuições essas devidas por participantes ativos e assistidos.

O saldo provisionado de R$ 30.477.550 representa a totalidade considerada como perda provável de tais montantes, que é atualizado mensalmente conforme acompanhamento do status dos processos pelo Jurídico da Companhia.

Em 2018, a ABEPH (Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias), entidade que congrega entre outras Companhias Docas do Brasil, contratou a empresa Rodoarte Nogueira & Ferreira, Consultoria especializada em Previdência Complementar, para apresentar alternativas à solução originada da intervenção no PORTUS, assim como ratificar os números apresentados às empresas e apresentar o relatório semestral exigido pela deliberação CGPAR nº 09/2016. O relatório preliminar da Consultoria, aprovado pela ABEPH em Outubro/2018, propõe a criação da "Câmara de Conciliação e Arbitragem" com a participação da PREVIC e demais órgãos governamentais envolvidos, para evoluir na discussão com objetivo de definir uma solução conjunta.

**NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R$ 277.553.624 está dividido em 41.449.949.485 ações nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrativo a seguir:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Ordinárias | 21.277.791.876 | 21.277.791.876 |
| Preferenciais | 20.172.157.609 | 20.172.157.609 |
| **Total** | **41.449.949.485** | **41.449.949.485** |

i) As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias e gozam da prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

ii) Em 2018, bem como ocorrido em 2017, não foi aprovado aumento de capital.

b) Ajustes de exercícios anteriores

No exercício de 2015 a Companhia teve glosado pelo Ministério vinculado parte dos valores incorridos no resultado para distribuição aos seus empregados a título de participação nos lucros, no valor de R$ 205.397, conforme Notas Técnicas 3218/2016-MP e 7752/2016-MP. No exercício subsequente, tais valores transitaram diretamente para o saldo de reserva de lucro, sem, no entanto, terem composto a base de dividendos a distribuir em 2016/2017, conforme disposto no Nota Técnica 4918/2017-MP. Por tais motivos, no exercício de 2018 foi incorrido como ajuste de exercícios anteriores o valor complementar de R$ 51.349 (25% Da base mencionada) como dividendos a pagar.

**NOTA 17 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)**

Referem-se aos recursos aportados pela União Federal e pelo Estado da Bahia, para aplicação em investimentos no ativo imobilizado, acrescido da atualização monetária com base na variação da taxa SELIC.

Em janeiro de 2018 foram devolvidos ao Tesouro os recursos vinculados à obra do quebra-mar, no valor de R$ 66.591.566, por conta da suspensão da referida obra. No exercício de 2018 e 2017 não foram autorizados aumento de capital.

**NOTA 18 - RECEITA BRUTA**

| **Serviços de exploração e administração de portos:** | **31/12/2018** | **31/12/2017** |
|---|---|---|
| Marítima | 46.616.974 | 48.097.543 |
| Acostagem | 4.858.075 | 5.300.884 |
| Infraestrutura terrestre | 53.576.103 | 55.460.649 |
| Armazenagem | 6.277.412 | 4.069.732 |
| Equipamentos portuários | 6.064.479 | 5.525.988 |
| Diversos | 4.648.530 | 4.867.582 |
| | 122.041.573 | 123.322.379 |
| Aluguéis e arrendamentos: | | |
| Arrendamentos áreas cobertas | 4.888.238 | 4.941.488 |
| Arrendamentos áreas descobertas | 14.925.918 | 14.054.680 |
| | 19.814.156 | 18.996.168 |
| **TOTAL** | **141.855.729** | **142.318.547** |

**NOTA 19 - CUSTOS DOS SERVIÇOS**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Pessoal e encargos | 26.220.483 | 26.802.732 |
| Benefícios de pessoal | 6.168.662 | 5.990.008 |
| Depreciações | 10.918.263 | 10.659.939 |
| Custo com materiais | 801.284 | 919.988 |
| Custo com serviços de manutenção e reparos | 27.524.823 | 20.924.301 |
| Custo com serviços de terceiros | 10.215.164 | 10.051.059 |
| Outros | 876.609 | 863.611 |
| **TOTAL** | **82.725.287** | **76.211.638** |

**NOTA 20 - RESULTADO FINANCEIRO**

Em 2018 a companhia reduziu o impacto das despesas financeiras, proveniente de encargos legais previstos pelo decreto 2.673/98, relacionados à atualização dos recursos transferidos pela União para fins de aumento de capital, por conta da devolução do montante de maior volume já mencionados em notas anteriores. Em contrapartida, o reconhecimento de receitas financeiras geradas foi menor que o período anterior, tendo em vista a queda da Selic no exercício, as quais as mesmas estão atreladas, ocasionando resultado líquido financeiro de R$ 6 milhões. Outros encargos e recebimentos financeiros se referem a juros sobre faturas, descontos concedidos e obtidos e multas.

**NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou diferenças significativas entre os valores de mercado dos instrumentos financeiros e os valores apresentados nas demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros estão representados, substancialmente, pelas disponibilidades, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia também não possui instrumentos financeiros derivativos.

**NOTA 23 - REMUNERAÇÃO A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES**

No exercício de 2018, o valor da maior remuneração mensal paga a empregados foi de R$ 38.918, correspondente à função de Fiel de Armazém e o menor de R$1.677 correspondente à função de Técnico Portuário 1.

**NOTA 24 - COBERTURA DE SEGUROS**

Em 2018 a companhia tem em vigor contratos de seguros com vigência até 2019 relacionados a coberturas de áreas e equipamentos em geral, além de automóveis registrados.

(continua)

(continuação)

# COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA)

**NOTA 25 - ARRENDAMENTO**
Em 2 de setembro de 2010, foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato 12/2000 com a empresa TECON, referente ao arrendamento e exploração de terminal de container, gerando adiantamento *(downpayment)* no valor de R$ 25.000.000 a ser amortizado pelo prazo restante do contrato, 15 anos. A posição referente a 2017 segue no quadro a seguir:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Passivo Circulante | 1.666.667 | 1.666.667 |
| Passivo Não Circulante | 9.583.333 | 11.250.000 |
| **TOTAL** | **11.250.000** | **12.916.667** |

**NOTA 26 – RESULTADO ANUAL**
O resultado anual negativo apresentado pela companhia em R$ 11,5 milhões tem como causa principal os seguintes pontos abaixo destacados:

1 – Revisão dos registros de perdas estimadas em créditos liquidação duvidosa, ocasionando em despesas de R$ 4.413.277, conforme demonstrado na nota nº 5;
2 – Crescimento de gastos em R$ 6.600.522 na rubrica de manutenção e reparos, conforme demonstrado na nota nº 19, por obras não programadas de manutenção, sobretudo no Porto de Aratu, tais como estruturas metálicas, ponte de acesso ou pátio de minérios, constante nos contratos 005/2017 (Consórcio Aratu); 006/2018 (Serv Elecrin); 010/2017 (Rigel Construtora).
3 – Baixa de créditos a receber cobrados ao DNIT, no valor de R$ 1,8 milhões, acerca de processos judiciais atrelados à convênio anteriormente firmado, que foram considerados em 2018 como não recebível pela Administração da Companhia.
4 - Cancelamento de 2 notas fiscais da empresa TECON no total de R$ 5,6 milhões, correspondente à divergência acerca de cobrança por movimentação mínima contratual (MMC) constante no contrato nº 012/2000 referente aos exercícios 2016 e 2017, nos valores de R$ 2.738.381 e R$ 2.868.640, respectivamente, canceladas em dez/18, conforme Ofício nº660/2018/SNP/MTPA.

**NOTA 27 - EVENTOS SUBSEQUENTES**
Não houve eventos subsequentes a destacar no período.

Salvador (BA), 06 de fevereiro de 2019.

Rondon Brandão do Vale
Diretor-Presidente
CPF: 018.596.925-91

Erianísio dos Anjos Borges
Diretor de Gestão Adm. e Financeira
CPF: 039.113.305-53

Ideraldo Gomes Silva
Gerente de Recursos Financeiros

Carlos Henrique de C. Carvalho
Contador – CRC: BA-031332/O-4

# RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS DE 31/12/2018

**Aos Acionistas, Diretores e demais Administradores da**
**COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA**
**Av. França, 1551 - Comércio, Salvador - Bahia CEP: 40.010-000**
**Telefone: (71) 3320-1100 - Site: www.codeba.com.br**
**CNPJ(MF) 14.372.148/0001-61**

Prezados Senhores,
**I - OPINIÃO MODIFICADA POR RESSALVAS**
Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
**II - BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS**
2.1. Ressalva acerca dos Critérios de Avaliação e de Reconhecimento do Ativo Imobilizado - ICPC 10 - NBC TG 27
O inventário do imobilizado em 31/12/2018, apresenta um total de aproximadamente 3.400 itens em uso, ou com potencial para tal, cujos saldos contábeis encontram-se totalmente depreciados, sem valor contábil residual. Para avaliar o impacto de tal não conformidade sobre as demonstrações contábeis em tela, consideramos o somatório do seu custo histórico o qual, perfaz, aproximadamente R$ 43,9 milhões de reais. Considerando a complexidade e diversidade de detalhes acerca de data de aquisição, vida útil, e valor residual de cada um dos 3.400 itens, foi impossível estimar o efeito contábil nas próprias contas, suas contrapartidas em contas de resultado e consequentemente sobre o patrimônio líquido da CODEBA.
Se retro mencionados itens houvessem sido tratados na forma do que preconiza o item 51 da NBC TG 27(R4), que passamos a transcrever:
"51 - O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo a NBC TG 23 (R2)
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro." (grifamos)
Certamente não existiriam itens em uso ou com potencial para tal, totalmente depreciados, sem valor residual ou vida útil remanescente, de modo que foi impossível estimar a materialidade financeira da não conformidade apontada, impossibilitando-nos de opinar acerca do montante da inexatidão do referido saldo registrado na conta de Ativo Imobilizado, Depreciação Acumulada e suas contrapartidas em contas de Resultado do Exercício que repercute diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia.
2.2. Ressalva sobre Provisão para Déficit Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS 1
Conforme nota explicativa n° 14, a Companhia participa como patrocinadora do plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a seus funcionários, correspondente ao Plano de Benefícios PORTUS 1 - PBP1 do PORTUS - Instituto de Seguridade Social. A Companhia por orientação de seus assessores jurídicos, mantem contabilizado o valor de R$30.477.550 em 2018 e R$27.521.876 em 2017, na conta de Provisão Para Contingências - PORTUS, o qual refere-se ao Acordo de Integralização de possível insuficiência de Reserva de
Tempo de Serviço Anterior - RTSA, celebrado entre a CODEBA e PORTUS no mês de dezembro de 2000. Com base em Carta Circular nº 006.000171.2018/0 de 09/02/2018 do PORTUS o valor do seu déficit atuarial até 31/12/2017 é de R$ 73.043.886, informação que não podemos confirmar porque até a data de conclusão do nosso exame, o aludido relatório anual do cálculo do déficit atuarial do PORTUS, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2018 não nos foi apresentado.
Devido à incerteza acerca do valor total a ser apropriado pela CODEBA, relativamente ao déficit atuarial do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, inscrito no CNPJ sob nº 29.994.266/0001- 89, decorrente do assunto mencionado acima, as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 da Companhia, encontram-se em desacordo com os critérios requeridos na NBC TG 33(R2), que trata do reconhecimento dos Benefícios à Empregados, impossibilitando-nos
de precisar ou sequer estimar materialidade financeira da não conformidade apontada, tolhendo-nos de opinar acerca do montante da inexatidão do referido saldo registrado na conta Provisão para Déficit Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS 1, e de sua contrapartida em contas de Resultado do Exercício que repercutem diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia.
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".
Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
**III - RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
**IV - RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
**V - ÊNFASE - EVENTO SUBSEQUENTE**
Embora a Nota Explicativa nº 27 ateste não haver eventos subsequentes, enfatizamos que em 18 de março de 2019, portanto após havermos emitido em 27 de fevereiro de 2019 o presente relatório, fomos comunicados que a administração da Companhia recebeu em 26 de fevereiro de 2019, a Carta Circular Interv - Coratu n° 006.000315.2019 firmada em 20 de fevereiro de 2019 pelo Interventor do PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, informando que o saldo devedor do Plano de Benefícios Portus 1, monta em R$45.107.881, ao passo que o valor registrado em Provisão Para Contingência Judiciais - Portus é de apenas R$30.477.550, portanto subestimada em R$ 14.630.331. Insuficiência esta, que se houvesse sido devidamente apropriada na forma do que preconiza a NBC TG 24(R2), haveria de gerar um acréscimo vertiginoso do Prejuízo do Exercício, o qual passaria ao montante de R$ 26.127.539 repercutindo diretamente no Patrimônio Líquido que seria reduzido para R$304.783.178 em 31 de dezembro de 2018.
Atendendo ao que determina a NBC TA 560, estamos reemitindo o presente relatório encartando esta ênfase, em função de que aludida carta circular, retro mencionada, caracteriza-se como um fato relevante, consubstanciado em evento subsequente tanto à data de aprovação das Demonstrações Contábeis, quanto à data de emissão do nosso Relatório de Auditoria, reemissão esta, que não modifica a nossa opinião emitida originalmente, fundamentada no parágrafo 2.2.
Ressalva sobre Provisão para Déficit Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS 1, contudo deixa de existir a mencionada incerteza registrada originalmente naquele parágrafo, relativamente ao déficit atuarial do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, inscrito no CNPJ sob nº 29.994.266/0001- 89, o qual passa a ser líquido e certo, como informa a precitada carta circular.
Reiteramos que em decorrência do assunto mencionado acima, as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 da Companhia, encontram-se em desacordo com os critérios requeridos na NBC TG 33(R2), que trata do reconhecimento dos Benefícios à Empregados.
**VI - OUTROS ASSUNTOS - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.
**VII - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**
Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração do contábeis do COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA.
Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
**VIII - AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores independentes, cujo relatório emitido em 26 de fevereiro de 2018, com modificação de opinião, devido quatro ressalvas a saber: sobre insuficiência da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD - NBC TG 25, apropriação indevida de Obras em Execução Paralisadas - NBC TG 27, devidamente sanadas durante o exercício de 2018, bem como acerca de inadequação dos Critérios de Avaliação e de Reconhecimento do Ativo Imobilizado - ICPC 10 - NBC TG 27 e finalmente, sobre Provisão para Déficit Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS 1, que continuam ensejando nossa modificação de opinião no presente relatório.

Data Original: Recife/PE, 27 de fevereiro de 2019
Data da Reemissão: Recife/PE, 22 de março de 2019

AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O
Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8

# PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 001/2019 – CFI

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA, em sua 504ª Reunião Ordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 84, incisos "II", "III" e "IV", do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, à vista do Parecer dos Auditores Independentes – AUDIMEC AUDITORES INDEPENDENTES, de 27 de fevereiro de 2019 e reemitido em 22 de março de 2019, que apresentou ressalvas relacionadas à avaliação e reconhecimento do ativo imobilizado e provisão para déficit atuarial do plano de benefícios PORTUS, o Parecer da Auditoria Interna de 13 de março de 2019 e Deliberações CDA 009/2019 e 010/2019, do Conselho de Administração. Tomou, ainda, conhecimento da seguinte proposição a ser encaminhada à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas: 1. Parecer sobre a Proposta de Absorção do Prejuízo 2018 e Aplicação da Reserva de Retenção de Lucro – Deliberação DEX nº 006 de 18 de março de 2019.

O Conselho Fiscal da CODEBA, com base nos exames efetuados, bem como nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Outrossim, o Conselho Fiscal recomenda que sejam observadas as ressalvas apontadas no Relatório de Auditoria Independente, em consonância com as observações constantes na Deliberação CDA 009/2019.

Adicionalmente, manifesta-se favorável à submissão da Proposta de Absorção do Prejuízo 2018 e Aplicação da Reserva de Retenção de Lucro – Deliberação DEX nº 006 de 18 de março de 2019 à Assembleia Geral dos Acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração, tendo em vista a estrutura de capital e situação financeira da Companhia.

Salvador, 26 de março de 2019

MARCIA PAIM ROMERA
Presidente

LINDIMAR FERNANDES VIEIRA
Conselheira (Ausente)

CLÁUDIO PALMA DE MELLO
Conselheiro

ANA VIRGÍNIA CONI DA SILVA
Conselheira

# PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DELIBERAÇÃO CDA N.º 009, 26 de março de 2019.

MANIFESTAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2018, BALANÇO E OUTRAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31/12/2018.

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CDA/CODEBA**, em sua 511ª Reunião (Extraordinária), realizada nesta data, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 54, inciso XLV, do Estatuto Social da Companhia, considerando a Deliberação DEX Nº 005, de 12 de março de 2019, e o Ofício SEI n.º 27/2019/CAS/PGACFFS/PGFN-ME, de 14 de janeiro de 2019;
D E L I B E R A:
Manifestar-se pela aprovação do Relatório Anual da Administração – Exercício 2018, e do Balanço e Outras Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018, apresentados pela Diretoria Executiva, com base nos Pareceres das Auditorias Externa e Interna, encaminhando os referidos documentos para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com vistas à apreciação na Assembleia Geral Ordinária, em sua próxima reunião, com a recomendação de sua aprovação final com as seguintes ressalvas:
a) **Ressalva acerca dos critérios de avaliação e de reconhecimento do Ativo Imobilizado (ICPC 10 -NBC TG 27):** O Conselho de Administração reconhece a ressalva apontada pela AUDIMEC – Auditores Independentes, e sobre o assunto, registra que a Nota Técnica 01/2019-GESET/COPAR/SUPEF/STN desobriga a realização dessa avaliação; não obstante, o Conselho recomenda que a CODEBA faça o levantamento dos bens apontados pela Auditoria; e
b) **Ressalva sobre provisão para déficit atuarial do Plano de Benefícios Portus 1:** A Auditoria Independente apontou divergência entre o valor reconhecido no balanço pela CODEBA, no valor de R$ 30.477.550, e o valor comunicado pela Portus por meio da Carta Circular Interv – Coratu nº 006.000315.2019, de 20 de fevereiro de 2019, no valor de R$ 45.107.881. Ressalte-se que referida Carta não veio acompanhada da respectiva memória de cálculo devidamente assinada por atuário responsável, o que deve ser diligenciado em momento oportuno. Adicionalmente, o Conselho de Administração também observa que não foi apresentado o plano de equacionamento solicitado por meio do Ofício n. 6440/2019/CGPPS-SEST-MP, de 1º de fevereiro de 2019, pela Secretaria de Estatais do Ministério da Economia.

AUGUSTO CÉSAR CARVALHO BARBOSA DE SOUZA
Presidente

CLEIDEMÁRIO LUIZ DE SOUZA
Membro

CÍCERO DE ANDRADE ROCHA FILHO
Membro

OSVALDO CAMPOS MAGALHÃES
Membro

TÂNIA REGINA GOMES SANTOS
Membro

PATRÍCIA DE BRITO ÁVILA
Membro

PEDRO JOSÉ GALVÃO NONATO ALVES
Membro

DELIBERAÇÃO CDA N.º 010, de 26 de março de 2019.

MANIFESTAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE INCORPORAÇÃO DO PREJUÍZO À RESERVA DE LUCROS ACUMULADOS E VALORES PARA INVESTIMENTOS COM RECURSOS PRÓPRIOS - EXERCÍCIO DE 2018.

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA**, em sua 511ª Reunião Ordinária, realizada nesta data e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 54, inciso "XII" do Estatuto Social da Empresa, e considerando a apreciação do que consta na CI/GRF nº 37/2019, Deliberação DEX nº 006, de 18/03/2019, e Ofício SEI n.º 27/2019/CAS/PGACFFS/PGFN-ME, de 14/01/2019;
D E L I B E R A:
1. Manifestar-se favoravelmente à Proposta de absorção pela "Reserva de Lucros" do Resultado (prejuízo) do exercício de 2018, utilizando o saldo remanescente de Lucros de exercícios anteriores;
2. Propor a utilização parcial do saldo da "Reserva Liquida" de Exercícios anteriores no total de R$ 23.097.594,82;
3. Propor a utilização de valores disponíveis para Investimentos com recursos próprios, conforme previsto na Lei nº 13.808/2019 (LOA) no montante de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);
4. Recomendar análise desta manifestação ao Conselho Fiscal – CFI e, em seguida, à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas em sua próxima reunião.

AUGUSTO CÉSAR CARVALHO BARBOSA DE SOUZA
Presidente

CLEIDEMÁRIO LUIZ DE SOUZA
Membro

CÍCERO DE ANDRADE ROCHA FILHO
Membro

OSVALDO CAMPOS MAGALHÃES
Membro

TÂNIA REGINA GOMES SANTOS
Membro

PATRÍCIA DE BRITO ÁVILA
Membro

PEDRO JOSÉ GALVÃO NONATO ALVES
Membro

## Ministério da Justiça e Segurança Pública

### SECRETARIA EXECUTIVA

**PORTARIA Nº 975, DE 15 DE ABRIL DE 2019**

Fixa as metas institucionais globais e intermediárias para a avaliação de desempenho institucional de que trata a Portaria nº 3.403, de 30 de outubro de 2013, do Ministério da Justiça.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art.61 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Portaria nº 3.403, de 30 de outubro de 2013, do Ministério da Justiça, resolve:

Art. 1º Fixar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as metas institucionais globais e intermediárias para a avaliação de desempenho institucional de que tratam os arts. 14 a 17, da Portaria nº 3.403, de 30 de outubro de 2013, do Ministério da Justiça, referentes ao ciclo 2019, compreendido entre 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2019.

Parágrafo único. As metas institucionais globais e intermediárias de que trata o caput aplicam-se às seguintes unidades organizacionais:

I - Gabinete do Ministro;
II - Assessoria Especial de Controle Interno;
III - Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares;
IV - Assessoria Especial de Assuntos Legislativos;
V - Assessoria Especial Internacional;
VI - Corregedoria-Geral;
VII - Secretaria-Executiva;
VIII - Consultoria Jurídica;
IX - Secretaria Nacional de Justiça;
X - Secretaria Nacional do Consumidor;
XI - Secretaria Nacional de Segurança Pública;
XII - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas;
XIII - Secretaria de Operações Integradas; e
XIV - Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Art. 2º Para efeito de pagamento das gratificações de desempenho de que trata o art. 1º da Portaria nº 3.403, de 2013, a pontuação da avaliação de desempenho institucional referente às metas institucionais corresponderá a um máximo de oitenta pontos, sendo cinquenta pontos para as metas institucionais globais e trinta pontos para as metas institucionais intermediárias.

Art. 3º O resultado do alcance das metas será mensurado na forma de percentual e será aferido mediante apuração da razão entre as metas atingidas e as metas previstas para cada ciclo de avaliação, multiplicadas por cem.

Art. 4º A atribuição da pontuação ao resultado alcançado das metas globais e intermediárias se dará de acordo com as tabelas constantes nos Anexos III e IV, respectivamente.

§ 1º Caso haja mais de uma meta institucional global, a pontuação da avaliação de desempenho institucional global deverá ser aquela constante no intervalo em que for localizada a média dos percentuais de alcance das metas institucionais globais, conforme metodologia de cálculo estabelecida no Anexo V.

§ 2º Para as unidades que possuam mais de uma meta institucional intermediária, a pontuação da avaliação de desempenho institucional intermediária deverá ser aquela constante no intervalo em que for localizada a média dos percentuais de alcance das metas institucionais intermediárias, conforme metodologia de cálculo estabelecida no Anexo V.

Art. 5º O resultado do alcance das metas institucionais globais e intermediárias será divulgado, a contar do início do ciclo de avaliação, inclusive em boletim de serviço e na intranet, sem prejuízo do atendimento do inciso VI do art. 11 da Portaria nº 3.403, de 2013.

§ 1º As unidades responsáveis pelas metas institucionais deverão mensurá-las e informar o resultado à Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - CGGE da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da Secretaria-Executiva até o quinto dia do mês subsequente ao fechamento do mês de solicitação.

§ 2º A CGGE deverá consolidar e divulgar o resultado das metas institucionais até o décimo dia do mês subsequente ao fechamento do mês de solicitação.

Art. 6º As metas institucionais poderão ser revistas caso seja devidamente justificado pela respectiva unidade e aprovado pela Secretaria-Executiva, após quatro meses de execução do ciclo.

Parágrafo único. O resultado da revisão será amplamente divulgado aos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, inclusive em boletim de serviço e na intranet.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

ANEXO I

META DE DESEMPENHO GLOBAL - 2019

| META GLOBAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Percentual de atingimento do conjunto de metas intermediárias. | Atingir a totalidade do conjunto de metas intermediárias. | *(Somatório do atingimento das MI / Quantidade total de MI) x 100,*<br>*onde:*<br>*MI - Metas Intermediárias* | Percentual | 100% |

ANEXO II

METAS DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIAS - 2019

| METAS INTERMEDIÁRIAS DO GABINETE O MINISTRO - GM | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Percentual de processos analisados e assinados pelo Ministro. | Análise e revisão dos processos encaminhados para o Gabinete do Ministro e preparação para assinatura. | *(PA / PR) x 100*<br>*onde: PA - Processos assinados; e*<br>*PR - Processos recebidos* | Percentual | 100% |
| Percentual de informativos, matérias, peças gráficas e digitais de comunicação criadas pelos servidores lotados na assessoria de comunicação do MJSP. | Ações de comunicação (interna/externa) com objetivo de manter ativo o fluxo de informações com os servidores e a grande mídia. | *(CD / SC) x 100*<br>*onde: CD - Conteúdo disponibilizado; e SC - Solicitação de disponibilização de conteúdo* | Percentual | 100% |

| METAS INTERMEDIÁRIAS ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO - AECI | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Percentual de recomendações da CGU monitoradas no Sistema Monitor dirigidas aos órgãos do MJSP. | Monitorar 100% de recomendações no Sistema Monitor. | *(Número de recomendações monitoradas / Número de recomendações da CGU registradas no Sistema Monitor) X 100* | Percentual | 100% |
| Percentual de demandas do TCU remetidas aos órgãos do MJSP. | Acompanhar 100% das demandas do TCU remetidas aos órgãos do MJSP. | *(Total de expedientes remetidos às unidades do MJSP / Total de demandas do TCU) X 100* | Percentual | 100% |

| METAS INTERMEDIÁRIAS ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS E PARLAMENTARES - AFEPAR | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Percentual de Minutas de Ofícios validadas em até 6 dias anteriores ao fim do prazo constitucional pelo Assessor Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares em relação ao total de Requerimento de Informação da Câmara - RIC e Requerimento de Informação do Senado - RQS respondidos pelo MJSP. | Analisar subsídios das áreas técnicas e elaborar Minuta de Ofício válida para resposta do Ministro a RIC's e RQS'. | *(MV / RR) x100*<br>*Onde: MV - Minutas validadas em até 6 dias anteriores ao fim do prazo constitucional pelo Chefe de Gabinete; e*<br>*RR - Requerimentos (RIC e RQS) respondidos pelo MJSP* | Percentual | 100% |

| METAS INTERMEDIÁRIAS ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - AEAL | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Percentual de processos/documentos analisados. | Avaliar o desempenho e mensurar a eficiência na análise de processos/documentos recebidos. | *(Manifestações* produzidas *pela AEAL/ Total de processos e documentos encaminhados para análise) X 100*<br>*onde: Manifestações produzidas:*<br>*¸ Parecer de mérito;* | Percentual | 80% |
| | | ¸ Nota Técnica*;*<br>*¸ Nota;*<br>*¸ Formulário de Posicionamento sobre Proposição Legislativa;*<br>*¸ Ofício;* | | |
| | | ¸ Despacho;<br>*¸ Exposição de Motivos;*<br>*¸ Minuta de anteprojeto;*<br>*¸ Informação;e* | | |
| | | *¸ Análise de matéria realizada por e-mail (dada a urgência da* | | |
| | | ¸ demanda, em alguns momentos a AEAL é instada a se manifestar por e-mail). | | |

| METAS INTERMEDIÁRIAS ASSESSORIA ESPECIAL INTERNACIONAL - ASINT | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Percentual de processos analisados e com proposta de encaminhamento assinados. | Avaliar o desempenho da área na análise e revisão dos processos encaminhados para a Assessoria Especial Internacional e preparação para assinatura. | (PA / PR) x 100<br>*em que:*<br>PA - *Processo assinados; e*<br>*PR - Processos recebidos* | Percentual | 80% |

| METAS INTERMEDIÁRIAS CORREGEDORIA-GERAL - COGER | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Percentual de encaminhamento de processos da Ouvidoria para admissibilidade. | Encaminhar processos de denúncia/comunicado de irregularidade, recebidos da Ouvidoria, para admissibilidade. | *(PE / PR) x 100*<br>*onde:*<br>*PE - Processos encaminhados; e*<br>*PR - Processos recebidos* | Percentual | 80% |

| METAS INTERMEDIÁRIAS DA SECRETARIA EXECUTIVA - SE | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Quantidade de horas de capacitações realizadas. (CGGE) | Avaliar o desempenho da CGGE na realização de capacitações relacionadas às temáticas da área. | *Somatório das horas de capacitação realizadas pela CGGE* | Horas | 32h |
| Percentual de Disponibilização do Limite Orçamentário para as unidades do MJSP de Janeiro a Outubro de 2019. (CGOF) | Avaliar se os limites orçamentários disponibilizados e autorizados pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, estão sendo efetivamente disponibilizados para as unidades deste MJSP. | *(LOD pelo MJ às suas Unidades / LOD pela SOF ao MJSP) x 100*<br>*onde:*<br>*LOD: Limite Orçamentário Disponibilizado; e*<br>*SOF: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão* | Percentual | 70% |
| Quantidade de relatórios de conformidade contábil. (CGCONTAB) | Quantificar as análises das contas contábeis das unidades gestoras executoras subordinadas à Coordenação de Contabilidade. | *Somatório de relatórios de conformidade contábil elaborados* | Unidade | 490 |
| Quantidade de Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. (CGCONTAB) | Quantificar a elaboração das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. | *Somatório de notas explicativas elaboradas* | Unidade | 3 |
| Processos licitatórios aptos concluídos. (CGL) | Identificar a efetividade do macroprocesso licitações. | *(Total de processos licitatórios concluídos / total de processos aptos para licitação recebidos) x 100* | Percentual | 90% |
| Percentual de servidores capacitados. (CGGP) | Verificar o quantitativo de servidores efetivos que cursam 40 horas ou mais de capacitação por ano. | *(Quantidade de servidores do quadro efetivo e em exercício que cumpriram ao menos 40h de capacitação / Quantidade de servidores do quadro efetivo e em exercício no MJSP) x 100* | Percentual | 85% |
| Tempo médio de trâmite de processos da temática Gestão Pessoas. (CGGP) | Mensurar o tempo de tramitação dos processos de requerimento dos servidores com o objetivo de maximizar a eficiência da instrução processual no âmbito da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP | *(Somatório das médias do tempo de trâmite de cada caixa SEI das unidades de Gestão de Pessoas / Total de caixas SEI sob a tutela das unidades de Gestão de Pessoas)*<br>*Onde:*<br>*Se TM < ou = 30 dias 100%;*<br>*Se TM entre 31 e 40 dias: 95%;*<br>*Se TM entre 41 e 50 dias: 85%;*<br>*Se TM entre 51 e 60 dias: 75%;*<br>Se TM entre 61 e 70 dias: 60%;<br>*Se TM entre 71 e 80 dias: 40%;*<br>*Se TM entre 81 e 90 dias: 20%;*<br>*Se TM > 90 dias: 0%.*<br>TM: Tempo Médio | Percentual | 100% |
| Atendimento às demandas elencadas no catálogo de serviços do SICAU. (CGAE) | Verificar a capacidade de atendimento às demandas de manutenção predial e de equipamentos de ar condicionado. | (Quantidade de ordens de serviço atendidas / Total de ordens de serviços válidas) x 100 | Percentual | 85% |
| Percentual de processos para faturamento de contratos relativos a serviços de manutenção predial, de arquitetura e de engenharia analisados em até 18 dias. (CGAE) | Medir a eficiência da fiscalização no processo de atesto dos pagamentos dos contratos. | *(Quantidade de processos de faturamento analisados em até 18 dias / Quantidade de processos de faturamento recebidos para análise) x 100* | Percentual | 80% |
| Percentual de solicitações atendidas pelo suporte ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI. (CGDS) | Avaliar o desempenho da área no atendimento pelo suporte SEI. | *(Quantidade de solicitações atendidas / Quantidade de solicitações) x 100* | Percentual | 95% |
| Percentual de processos para faturamento dos contratos relativos a serviços gerais e a patrimônio analisados em até 12 dias. (CGDS) | Medir a eficiência da fiscalização no processo de atesto dos pagamentos dos contratos. | *(Quantidade de processos de faturamento analisados em até 12 dias / Quantidade de processos de faturamento recebidos para análise) x 100* | Percentual | 100% |
| Percentual de disponibilidade de sistemas críticos. (DTIC) | Medir a disponibilidade e estabilidade dos sistemas críticos de TIC. | *((TTP - TIS)/TTP) x 100*<br>*TIS - Tempo de indisponibilidade de sistemas críticos*<br>*TTP - Tempo total do período* | Percentual | 99% |

| METAS INTERMEDIÁRIAS DA CONSULTORIA JURÍDICA - CONJUR | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Percentual de atendimento dos processos e documentos analisados pela Conjur. | Mensurar o desempenho na análise de processos recebidos pela Conjur. | *(Pareceres e notas elaboradas pela Conjur / Total de processos e documentos encaminhados para análise da Conjur) x 100* | Percentual | 80% |

| METAS INTERMEDIÁRIAS SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR - SENACON | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Quantidade de reclamações finalizadas na plataforma Consumidor.gov.br. | Mensurar o quantitativo de atendimentos na plataforma Consumidor.gov.br. | *Somatório de reclamações finalizadas* | Unidade | 400.000 |

| METAS INTERMEDIÁRIAS SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA - SNJ | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Quantidade de cursos realizados em 2019 (PNLD). | Monitorar a realização de cursos do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD). | *Somatório de cursos do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD)* | Unidade | 10 |
| Quantidade de cursos realizados em 2019 (Grotius). | Monitorar a realização de cursos do Programa Nacional de Difusão de Cooperação Jurídica Internacional (Grotius). | *Somatório de cursos do Programa Nacional de Difusão de Cooperação Jurídica Internacional (Grotius)* | Unidade | 5 |
| Percentual de obras analisadas na Coordenação de Classificação Indicativa em relação ao número de processos completos inscritos. | Mensurar as obras completas analisadas pela Coordenação de Classificação Indicativa e publicadas no Diário Oficial da União. | *(Quantidade de obras analisadas / Quantidade de obras com documentação e material completos aptas para análise) x 100* | Percentual | 100% |
| Quantidade de aplicativos analisados no sistema IARC. | Mensurar o número de aplicativos analisados e validados por meio do Sistema IARC. | *Somatório da quantidade de aplicativos analisados* | Unidade | 4.800 |
| Processos de refúgio decididos. | Monitorar a capacidade do sistema de refúgio de responder às demandas dos cidadãos. | *Somatório de pedidos deferidos + Somatório de pedidos indeferidos + Somatório de pedidos extintos + Somatório de pedidos arquivados* | Unidade | 3.000 |
| Pedidos de naturalização decididos. | Monitorar a eficiência da Divisão de Nacionalidade e Naturalização - DNN na resposta à demanda de estrangeiros. | *(Número de processos decididos / número de processos recebidos) x 100* | Percentual | 70% |

| METAS INTERMEDIÁRIAS SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - SENAD | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Percentual de elaboração de pareceres de prestação de contas dos leilões de alienação de ativos. | Monitorar o percentual de pareceres de prestação de contas de leilões realizados. | *(Total pareceres de prestação de contas /total de leilões realizados pela SENAD) x 100* | Percentual | 100% |
| Percentual de análise dos processos no Sistema Eletrônico Integrado - SEI referente às "Políticas sobre Drogas: Perdimento de Bens em Favor do FUNAD". | Monitorar o percentual de processos analisados. | *(Total de processos analisados /Total de processos criados) x 100* | Percentual | 100% |

| METAS INTERMEDIÁRIAS SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SENASP | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Quantidade de Pareceres/Notas Técnicas de Prestação de Contas de Tomada de Contas Especiais de Instrumentos de Repasse produzidos. | Verificar o desempenho da Unidade no tocante à produção de Pareceres/Notas Técnicas de análise de prestações de contas de instrumentos de repasse. | *Somatório Pareceres/Notas Técnicas de análise de prestação de contas* | Unidade | 400 |
| Percentual de Relatórios de Acompanhamento/Fiscalização produzidos. | Verificar o desempenho da Unidade no tocante à produção de Relatórios de Acompanhamento e Fiscalização na execução dos instrumentos de Repasse. | *Somatório Relatórios de Acompanhamento/Fiscalização produzidos* | Percentual | 100% |
| Percentual de estados com sistema informatizado de boletim de ocorrência integrados ao Sinesp. | Verificar o desempenho da Unidade no tocante ao processo de integração das soluções estaduais de boletim de ocorrência junto ao Sinesp. | (*Total de UF's com sistema informatizado de boletim de ocorrência integrado ao Sinesp / Total de UF's) x 100*<br>*Onde:*<br>*Total de UF's = 27* | Percentual | 100% |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Quantidade de profissionais de segurança pública capacitados. | Verificar o desempenho da Unidade no tocante à quantidade de profissionais que usufruem das capacitações disponibilizadas pela Senasp por meio da educação a distância e presencial. | *Somatório de Profissionais de segurança pública capacitados* | Unidade | 100.000 |

| METAS INTERMEDIÁRIAS SECRETARIA DE OPERAÇÕES INTEGRADAS - SEOPI | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Quantidade de Operações Integradas de Segurança Pública. | Monitorar o número de operações integradas a se realizar no período de 10 meses com ênfase no fortalecimento do enfrentamento à criminalidade com enfoque em organizações criminosas, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira, bem como na realização de eventos programados (ENEM e Copa América). | *Somatório de operações realizadas com seus respectivos relatórios gerais, pontuando todos os ciclos do processo, os resultados alcançados e as ações a serem consolidadas e/ou melhoradas* | Unidade | 11 |
| Quantidade de documentos de Inteligência de Segurança Pública produzidos. | Monitorar o número de documentos de inteligência produzidos a fim de assessorar no combate à criminalidade, com foco nos seguintes temas: organização criminosa, sistema prisional, homicídio, tráfico de drogas e armas, movimento paredista, roubo de carga, roubo a banco, faixa de fronteira, pesquisa de segurança e pedofilia. | *Somatório dos dados do sistema interno de controle de produção de documentos de inteligência da Dint* | Unidade | 400 |
| Quantidade de profissionais de inteligência capacitados. | Mensurar o número de profissionais de inteligência capacitados a fim de gerir e disseminar o conhecimento de inteligência de segurança pública à comunidade externa. | *Somatório dos dados do sistema interno de controle de Cursos/Capacitações de inteligência da Coordenação de Doutrina e Capacitação/ Dint* | Unidade | 750 |

| METAS INTERMEDIÁRIAS CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Indicador | Finalidade | Fórmula de cálculo | Unidade de medida | Meta Prevista |
| Relatórios de Inteligência Financeira Concluídos. | Mensurar a quantidade de relatórios de inteligência financeira elaborados. | *Somatório de Relatórios de Inteligência Financeira elaborados* | Unidade | 5.000 |
| Ações de Supervisão Concluídas. | Mensurar a quantidade de novos cadastros, procedimentos de fiscalização concluídos e processos administrativos punitivos - PAP julgados. | *Somatório da quantidade de novos cadastros de pessoas obrigadas, procedimentos de fiscalização concluídos (Avaliação Eletrônica de Conformidade - AVEC, Averiguação Preliminar Ampla - APA e Averiguação Preliminar Objetiva - APO) e processos administrativos punitivos - PAP julgados* | Unidade | 4.225 |

ANEXO III

INTERVALO PARA ATRIBUIÇÃO DA PONTUAÇÃO PARA A META DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL GLOBAL

| Percentual Alcançado (%) | Pontuação Atribuída à Meta Global (MG) |
|---|---|
| ≥75% | 50 |
| 65<X£75% | 45 |
| 55<X£65% | 40 |
| 45<X£55% | 35 |
| 35<X£45% | 30 |
| 25<X£35% | 25 |
| 0<X£25% | 20 |

ANEXO IV

INTERVALO PARA ATRIBUIÇÃO DA PONTUAÇÃO PARA A META DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL INTERMEDIÁRIA

| Percentual Alcançado (%) | Pontuação Atribuída às Metas Intermediárias das Unidades do NCMJ (MI das Unidades do NCMJ) |
|---|---|
| ≥75% | 30 |
| 65<X£75% | 25 |
| 55<X£65% | 20 |
| 45<X£55% | 15 |
| 35<X£45% | 10 |
| 0<X£35% | 5 |

ANEXO V

METODOLOGIA DE CÁLCULO DA MÉDIA DO PERCENTUAL DE ALCANCE DAS METAS INSTITUCIONAIS

| Média das Metas Institucionais Globais | Média das Metas Institucionais Intermediárias |
|---|---|
| Somatório do % de atingimento das metas institucionais globais do MJ / Quantidade total de metas institucionais globais do MJ | Somatório do % de atingimento das metas institucionais intermediárias da Unidade / Quantidade total de metas institucionais intermediárias da Unidade |

## ARQUIVO NACIONAL

### PORTARIA Nº 128, DE 10 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22, do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria nº 2.433, do Ministério da Justiça, de 24 de outubro de 2011; , resolve:

Art.1º - Delegar ao Coordenador Geral de Administração do Arquivo Nacional e seu Substituto eventual, formalmente designado, as seguintes competências:

I - atuar como ordenador de despesas;

II - praticar atos de reconhecimento de dívidas de exercício anteriores;

III - constituir comissões permanentes e especiais de licitação, autorizar a realização de licitações para compra de material e a contratação de obras e serviços, bem como dispensar licitações e reconhecer as situações de inexigibilidade;

IV - adjudicar, homologar, revogar e anular processos licitatórios e aplicar penalidades;

V - firmar contratos e celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, bem como seus termos aditivos;

VI - autorizar a baixa, transferência, cessão e alienação de materiais e bens patrimoniais;

VII - conceder suprimento de fundos, controlar sua aplicação e aprovar as prestações de contas correspondentes;

VIII - autorizar viagens a serviço, bem como participação de servidor em conferências, congressos e outros eventos similares no País, podendo conceder-lhes diárias e bilhetes de passagens;

IX - dispensar e abonar o ponto de servidores, em virtude de comparecimento a congressos, conferências ou reuniões realizadas no País, e daqueles que exerçam mandato eletivo em confederação ou federação de servidores públicos ou associações de classe, de âmbito nacional;

X - baixar atos pertinentes à interrupção de férias de servidor;

Art 2.º Revogar a Portaria n.º 468, de 06 de outubro de 2017;

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEIDE ALVES DIAS DE SORDI
Diretora-Geral

## POLÍCIA FEDERAL

### DIRETORIA EXECUTIVA
### COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

### ALVARÁ Nº 2.002, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/18530 - DPF/CAC/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa UNITÁ COOPERATIVA CENTRAL, CNPJ nº 14.532.494/0001-60 para atuar no Paraná.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

### ALVARÁ Nº 2.007, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/19779 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING PATTEO OLINDA, CNPJ nº 29.843.150/0001-49 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

### ALVARÁ Nº 2.022, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/23160 - DPF/PPA/MS, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0148-25, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

7 (sete) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

### ALVARÁ Nº 2.047, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/17535 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0022-93, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 669/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

### ALVARÁ Nº 2.064, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/20466 - DPF/CCM/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CEREAIS CÉLIA LTDA, CNPJ nº 03.014.374/0001-54 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

### ALVARÁ Nº 2.070, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/23836 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa BLINDAGEM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 21.902.700/0001-41, sediada no Pará, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
120 (cento e vinte) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.085, DE 4 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/21080 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0020-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 717/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.091, DE 4 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/23629 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ANICUNS SA ALCOOL E DERIVADOS, CNPJ nº 02.783.009/0001-41 para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.105, DE 5 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/7983 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SITRAN EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.005.031/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 529/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.159, DE 8 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/9597 - DPF/IJI/SC, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INGÁ VIGILANCIA LTDA. - ME, CNPJ nº 14.196.793/0003-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 704/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.162, DE 8 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/20930 - DPF/PCA/SP, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HYUNDAI ENGINEERING BRASIL CONSTRUTORA E GESTAO DE PROJETOS LTDA, CNPJ nº 10.420.928/0001-89 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.177, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/99698 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0052-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Tocantins com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 342/2019 (CNPJ nº 17.428.731/0052-85) e nº 561/2019 (CNPJ nº 17.428.731/0053-66).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.180, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/9946 - DELESP/DREX/SR/PF/AC, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0122-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Acre, com Certificado de Segurança nº 451/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.188, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/15697 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BLACK WHITE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 15.437.463/0001-92, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 651/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.225, DE 11 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/10426 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MTS SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 26.162.683/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 575/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.234, DE 11 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/25628 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:
Conceder autorização à empresa VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 63.724.470/0001-18, sediada no Amazonas, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1000 (uma mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.235, DE 11 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/25667 - DPF/CAS/SP, resolve:
Conceder autorização, à empresa FLAMA SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 04.990.553/0001-90, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.264, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/23093 - DPF/VAG/MG, resolve:
Conceder autorização à empresa ESCOLA MINEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.845.911/0004-86, sediada em Minas Gerais, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38
27433 (vinte e sete mil e quatrocentos e trinta e três) Gramas de pólvora
60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Espoletas calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380
5976 (cinco mil e novecentas e setenta e seis) Buchas calibre 12
40 (quarenta) Quilos de chumbo calibre 12
5976 (cinco mil e novecentas e setenta e seis) Espoletas calibre 12
6276 (seis mil e duzentos e setenta e seis) Estojos calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.265, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/24030 - DPF/JTI/GO, resolve:
Autorizar a empresa EQUUS VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA-EPP, CNPJ Nº 22.987.367/0001-83, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser GLÁDIO SEGURANÇA PRIVADA LTDA

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.268, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/2792 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BIANCHINI S/A IND COM E AGRICULTURA, CNPJ nº 87.548.020/0002-60 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 786/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.272, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/21119 - DPF/CCM/SC, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FONTANELLA LOGISTICA & TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 08.427.008/0001-40 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.274, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/24609 - DPF/RPO/SP, resolve:
Autorizar a empresa RIBER-ÁGUIAS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 04.793.282/0001-82, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser RIBER-ÁGUIAS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.283, DE 15 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/17671 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO CONTINENTE PARK SHOPPING, CNPJ nº 20.211.636/0001-90 para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 783/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.290, DE 15 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/25909 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLA ISRAELENSE DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA ME, CNPJ nº 17.168.228/0001-98, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Carabina calibre 38
1 (uma) Espingarda calibre 12
1 (uma) Pistola calibre .380
4 (quatro) Revólveres calibre 38
27996 (vinte e sete mil e novecentas e noventa e seis) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Estojos calibre 38
18488 (dezoito mil e quatrocentos e oitenta e oito) Gramas de pólvora
27996 (vinte e sete mil e novecentos e noventa e seis) Projéteis calibre 38
6184 (seis mil e cento e oitenta e quatro) Espoletas calibre .380
1000 (um mil) Estojos calibre .380
6184 (seis mil e cento e oitenta e quatro) Projéteis calibre .380
3596 (três mil e quinhentas e noventa e seis) Buchas calibre 12
256 (duzentos e cinquenta e seis) Quilos de chumbo calibre 12
3596 (três mil e quinhentas e noventa e seis) Espoletas calibre 12
3596 (três mil e quinhentos e noventa e seis) Estojos calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.306, DE 15 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/10403 - DPF/LDA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FIEL VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 85.415.065/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 775/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 2.307, DE 15 DE ABRIL DE 2019**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/16943 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa BRASÍLIA EMPRESA DE SEGURANÇA S/A, CNPJ nº 02.730.521/0003-91, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 708/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**PORTARIA Nº 34.409, DE 28 DE MARÇO DE 2019**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08490.008871/2018-46 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Cancelar a Autorização concedida, para exercer atividade em ESCOLTA ARMADA, à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ: 17.428.731/0075-71, localizada no Estado de SANTA CATARINA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**PORTARIA Nº 34.410, DE 28 DE MARÇO DE 2019**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08490.008871/2018-46 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Cancelar a Autorização concedida, para exercer atividade em SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA, à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ: 17.428.731/0075-71, localizada no Estado de SANTA CATARINA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**PORTARIA Nº 34.412, DE 1º DE ABRIL DE 2019**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.000604/2019-94 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa HOTEIS OTHON S/A, CNPJ: 33.200.049/0013-80, localizada no Estado da BAHIA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**PORTARIA Nº 34.415, DE 2 DE ABRIL DE 2019**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08501.000322/2019-38 - CV/DPF/BRU/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa BRU SEG SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ: 21.253.446/0001-06, localizada no Estado de SÃO PAULO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

## SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

**ATA DA 219ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2019**

Aos 11 dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às 10 horas, na sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES: Sob a Presidência da Sra. ADRIANA CRISTINA DULLIUS, os Conselheiros: Sr. DEYVESSON ISRAEL A. GUSMÃO, representante do Ministério da Cidadania (IPHAN); Sr. MAURÍCIO OSCAR BANDEIRA MAIA, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); Sr. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA, representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (BRASILCON); Sr. EDSON ANTONIO DONAGEMA, representante do Ministério da Saúde/Anvisa; Sra. MIRIAM JEAN MILLER, representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA; Sr. IVAN CARNEIRO CASTRANHEIRO, representante do Instituto "O Direito Por um Planeta Verde"; Sr. LEONARDO ALBUQUERQUE MARQUES, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública. JUSTIFICARAM AUSÊNCIAS: Sra. MARIANE GUIMARÃES DE M. OLIVEIRA e Sr. JOÃO AKIRA OMOTO, representantes do Ministério Público Federal; Sra. MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA BAIA e SHANDRA CARMEM AGUIAR, representantes do Fórum Nacional de Entidades Civis de Defesa do Consumidor. O Secretário Nacional do Consumidor Substituto, Sr. FERNANDO MENEGUIN. O Secretário Executivo do CFDD, Sr. GRACIVALDO JOSÉ VENTURA DE SOUSA. Os assessores técnicos da Secretaria Executiva do CFDD: Sra. KELEN RODRIGUES DE OLIVEIRA; Sr. DAVID MENEGON; Sr. VEROCHILE DA SILVA JÚNIOR. Incialmente, o Secretário Nacional do Consumidor - Substituto, Sr. Fernando Meneguin, apresentou suas considerações iniciais, desejando ao Conselho um trabalho proveitoso. Em seguida, a Presidente do CFDD apresentou informes sobre o andamento das ações judiciais relacionadas ao contingenciamento dos recursos do fundo, informando que atualmente não persistem os efeitos da decisão judicial que determinou o descontingenciamento dos valores afetados ao Fundo de Direitos Difusos. Também foi informado sobre a necessidade de andamento célere da apreciação dos projetos apresentados ao CFDD, para que seja possível o início de sua execução ainda no exercício financeiro corrente. O Conselho passou a deliberar sobre a pauta da presente reunião, nos termos a seguir: Item 1º - Posse de Conselheiros: Tomaram posse os seguintes membros: 1.1 - IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Titular representante do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde; 1.2 - VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA - Titular representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - Brasilcon. Item 2º - Apresentação da Ata da 218ª Reunião: foi informado que a Ata da 218ª Reunião ordinária do CFDD realizada em 14/03/2019, aprovada na mesma reunião, foi publicada no Diário Oficial da União de 18/03/2019, Seção 1, Pág. 52. Item 3º - Deliberação inicial acerca de acordo de cooperação entre o FDD e o MMA: dada a palavra ao Secretario de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Sr. André França, foram apresentadas informações sobre a agenda do MMA, dando destaque para as áreas de atuação, iniciando com enfoque no tratamento de resíduos lançados ao mar. O Secretário relatou a intenção de abrir edital para apresentação de projetos a serem custeados pelo FDD. Em seguida, passou à apresentação de ações que seriam financiadas mediante esse edital, cuja minuta fora enviada aos conselheiros do CFDD, relacionadas a políticas de manejo de resíduos sólidos. O Conselho deliberou por adiar, para a reunião de 25/04/2019, a discussão e apreciação do edital apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente e viabilidade jurídica da forma de implementação, uma vez que a proposta não foi formalizada junto ao MJSP. Item 4º - Deliberação de Projetos relatados pela Presidente do CFDD: 4.1 - PROCESSO Nº 08012.003215/2018-92 - Proponente: Ministério do Meio Ambiente/DF - Objeto: Desenvolver uma Estratégia Nacional para Gestão de Áreas Verdes Urbanas com indicadores, diretrizes, bases de dados, ferramentas e experiência piloto de implementação, voltadas à criação, recuperação, conservação e conexão de áreas verdes urbanas. DECISÃO: Aprovado por unanimidade. 4.2 - PROCESSO Nº 08012.003223/2018-39 - Proponente: Conselho Administrativo de Defesa Econômica/DF. Objeto: Aprimorar processos de trabalho do CADE com a adoção de boas práticas e inovação, por meio da disponibilização de novos serviços digitais para usuários internos e externos e de acesso a informações gerenciais para tomada de decisão e controle em processos. DECISÃO: Aprovado por unanimidade. 4.3 - PROCESSO Nº 08012.003231/2018-85 - Proponente: Banco Central do Brasil/DF. Objeto: Inserir educação para o consumo e educação financeira de forma integrada às disciplinas obrigatórias para as escolas públicas do Ensino Fundamental, de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular. DECISÃO: aprovado por unanimidade pelos conselheiros, com a recomendação de adaptação da redação do objeto do projeto, de forma que englobe o desenvolvimento e disponibilização de instrumentos para educação do consumo. Desse modo, a nova redação do objeto seria: "Disponibilizar instrumentos para educação para o consumo e educação financeira de forma integrada às disciplinas obrigatórias para as escolas públicas do Ensino Fundamental, de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular". 4.4 - PROCESSO Nº 08012.003235/2018-63 - Proponente: Banco Central do Brasil/DF. Objeto: Implantar o primeiro museu de economia da América do Sul, localizado na sede do Banco Central, em Brasília. DECISÃO: Aprovado por unanimidade. 4.5 - PROCESSO Nº 08012.003246/2018-18 - Proponente: Ministério Público do Trabalho/DF. Objeto: Implementar e fomentar a implantação da Política Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Diversidades no Ministério Público do Trabalho. DECISÃO: O projeto teve seu julgamento suspenso, a fim de que sejam levantadas informações e esclarecimentos adicionais, para auxiliar a tomada de decisão, com a realização de convite aos representantes do MPT para que prestem esclarecimentos sobre o escopo do projeto. Item 5º - Deliberações acerca de edital de chamamento público para seleção de projetos de entes públicos estaduais, municipais e do Distrito Federal: A Presidente solicitou aos Conselheiros que trouxessem suas considerações e contribuições sobre a minuta de edital que fora disponibilizado por "e-mail". A intenção é que a minuta seja aprovada na próxima reunião extraordinária, prevista para 25/04/2019, para encaminhamento à Consultoria Jurídica do MJSP. Item 6º - Assuntos Gerais: Foi solicitado, pela presidente do CFDD, que fosse consignada em ata a designação de Mauricio Oscar Bandeira Maia, representante do CADE, como vice-presidente do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Foi solicitada pelos Conselheiros a disponibilização do acesso integral a todos os processos que serão pautados nas reuniões subsequentes para análise dos projetos, providência que será adotada pela Secretaria Executiva do CFDD. Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade, recomendação de modificação do art. 13, inciso IX, do Regimento Interno do CFDD, indicando a Presidente do CFDD como Ordenadora de Despesas e responsável pela assinatura dos convênios, até que seja feita a atualização do regimento interno do Ministério da Justiça e Segurança Pública, devendo tal deliberação ser encaminhada para a Secretaria Executiva do CFDD, para a adoção das providências cabíveis. A Presidente ponderou sobre a necessidade de apreciação de projetos que foram considerados prioritários, nos termos da Resolução nº 33, de 04 de dezembro de 2018 (Banco de Projetos), notadamente àqueles de órgãos federais, mas não só, para que o CFDD consiga executar efetivamente os recursos disponíveis, evitando o contingenciamento nas próximas "janelas" de cortes. Informou, ainda, que estão sob análise na CGPDD dois projetos oriundos de Emendas Parlamentares Impositivas Individuais, as quais seguem cronograma de análise também impositivos. Os referidos projetos, apesar de serem vinculados a Emendas Impositivas, devem ser apreciados pelo Colegiado até o dia 30.04.2019, prazo final para aprovação ou rejeição com registro de impedimento técnico no SIOP, o que justifica a realização de uma reunião extraordinária. Assim, nos termos do art. 6º do Regimento Interno do CFDD, a Presidente convocou e os Conselheiros

aprovaram, a realização de Reunião Extraordinária no dia 25 de abril de 2019. Na próxima reunião do CFDD, será apresentado o Quadro Demonstrativo de Valores arrecadados pelo FDD. Item 7º - Data da próxima reunião do CFDD: A reunião extraordinária ficou prevista para o dia 25/04/2019, no Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sala 304. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada as 14h40min, lavrada a presente Ata, que será encaminhada aos Conselheiros para apreciação e aprovação eletronicamente.

ADRIANA CRISTINA DULLIUS
Presidente

## DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

### DESPACHO Nº 361, DE 17 DE ABRIL DE 2019

Representante: Ministério Público de Minas Gerais. Representado Banco Cetelem S.A. (atual denominação de CETELEM BRASIL S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO) Ante os indícios de infração ao disposto artigos 4º caput, incisos I e III; 6º, incisos, III e IV; 31; 39, incisos III e V; 42; 46 do Código de Defesa do Consumidor, acolho a Nota Técnica nº 152/2019/CSA-SENACON/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ (8445865) elaborada pela Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas (CGCTSA), cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão e determino, assim, a instauração de processo administrativo, no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), notificando-se a empresa Banco Cetelem S.A., para apresentar defesa, na forma do disposto nos artigos 42 e 44 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto nº 9.360/18. Determino, ainda, a expedição de ofício, nos termos do art. 106 da Lei nº 8.078/90, aos Ministérios Públicos, aos PROCONS Estaduais e Municipais de Capitais e ao Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor, com cópia da presente decisão, para conhecimento e providências que entenderem pertinentes. Intime-se. Oficie-se. Publique-se.

FERNANDO MENEGUIN
Diretor

## SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 157, DE 15 DE ABRIL DE 2019

A SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALEJANDRO HUAMAN SALAS - V473635-V, natural do Peru, nascido em 05 de agosto de 1978, filho de Alejandro Huaman Fernandez e de Gladys Salas Villena, residente no Estado do Amazonas (Protocolo n° 08240005609201549);

AQEEL GHANIN KADHIM - G075134-6, natural do Iraque, nascido em 07 de janeiro de 1987, filho de Ghanim Kadhim e de Jabrah Thuaban, residente no Estado da Paraíba (Protocolo n° 08376.004052/2017-55);

HUSSEIN FARHAT - V623312-Y, natural da Líbano, nascido em 10 de fevereiro de 1982, filho de Salman Farhat e d Sakna Hijazi, residente no Estado do Paraná (Protocolo n° 08389.003473/2017-10);

LUIS GUILLERMO RAMIREZ MERIDA - V854645-7, natural da Venezuela, nascido em 06 de julho de 1977, filho de Luis Guillermo Ramirez Rodriguez e de Migdalia Merida de Ramirez, residente no Estado do Rio Grande do sul (Protocolo n° 08433.002987/2017-75);

MOHAMED ELBADR YOUSSEF HUSSEIN MOHAMED - G188451-3, natural da República Árabe do Egito, nascido em 29 de outubro de 1977, filho de Youssef Hussein Mohamed e de Sanaa Hassan Mohamed, residente no Estado de São paulo (Processo n° 08505.028042/2017-92) e

WILGENS SANON - G026538-7, natural do Haiti, nascido em 13 de janeiro de 1988, filho de Soerette Sanon, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08390.005590/2017-89).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO

### PORTARIAS DE 16 DE ABRIL DE 2019

A SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

Nº 158 - Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

FARES ALKHYAMI - G333936-K, natural da Síria, nascido em 18 de novembro de 2012, filho de Ghaith Al Khyami e de Hana Almonier, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.001285/2019-45);

JOUD MAKAREM - G331146-M, natural da Síria, nascido em 01 de março de 2015, filho de Aysar Makarem e de Marah Hassan, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.031487/2017-50) e

MARIO ENRIQUE HECHAVARRIA FUENTES - G377920-S, natural de Cuba, nascido em 21 de novembro de 2012, filho de Luis Enrique Hechavarria Leyva e de Aimara Fuentes Cabrera, residente no Estado da Bahia (Processo n° 08114.002148/2018-410.

Nº 159 - Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

JIMY EDWIN PAVON RODRIGUEZ - V802182-O, natural de Honduras, nascido em 05 de agosto de 1971, filho de Daustino Pavon Sanchez e de Ena Magdalana Rodriguez Carcamo, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08508.011712/2017-10);

LORENA PAOLA LARA RIVERO - V530575-I, natural da Venezuela, nascida em 18 de outubro de 1979, filha de Miguel José Lara Guarenas e de Paola del Carmen Rivero de Lara, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.026146/2017-62);

MIKERLANGE VERTIL - G118019-K, natural da República do Haiti, nascida em 24 de abril de 1991, filha de Placide Vertil e de Marie Elange Charleston, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08508.010624/2017-92);

NDIAGA TOURE - V617133-K, natural do Senegal, nascido em 30 de janeiro de 1981, filho de Mamadou Toure e de Ngone Diop, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.022077/2017-18) e

SHIRLY DAMIAN PALOMINO - V863054-T, natural do Peru, nascida em 27 de novembro de 1969, filha de Rodolfo Silvio Damian Castilla e de Gladys Rogelia Palomio de Damian, residente no Estado da Bahia (Processo n° 08255.005886/2017-54).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO

## DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
## COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
## COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS
## DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

### DESPACHOS

Declara que a correta grafia do nome da genitora de HASAN MATOUK, incluído na Portaria de Naturalização nº 398, de 14 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2018, é OMKULTHOUM SALEH, e não como constou. Processo nº 08390.005323/2017-10

Certifico que, MANYA SASSON, incluída na Portaria n.º 236, de 12 de abril de 1978, publicada no Diário Oficial de 14 de abril de 1978, passou a assinar MANYA HARARI, por haver contraído matrimônio com Ezra Harari, em 1º de abril de 1979, conforme certidão de casamento expedida pelo 11º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de São Paulo, Santa Cecília, São Paulo/SP, registrada no Livro B nº 11, às folhas 158, sob o nº 2248. Processo nº 08000.035875/2018-71

Certifico que, DOLORES GOMEZ OJEDA, incluída na Portaria Coletiva nº 202-GB, de 05 de agosto de 1971, publicada no Diário Oficial de 11 de agosto de 1971, passou a assinar DOLORES GOMEZ OJEDA PEREZ, por haver contraído matrimônio com Pedro Perez Neira, em 01 de junho de 1983, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de São Miguel Paulista, São Paulo/SP, matrícula nº 118190 01 55 1983 2 00070 010 0020756-89.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
chefe

## DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
## COORDENAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

### PORTARIA Nº 50, DE 16 DE ABRIL DE 2019

O Coordenador de Classificação Indicativa - Substituto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018, resolve classificar:

Título: MASAMUNE (Brasil - 2017)
Produtor(es): Guaiamu Studio
Distribuidor(es): GUAIAMU STUDIO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Ação/Luta/Simulação/MOBA
Plataforma: Computador PC
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000374/2019-76
Requerente: DIEGO NASCIMENTO DOS REIS

Título: OCTOPATH TRAVELER (Japão - 2019)
Produtor(es): SQUARE-ENIX
Distribuidor(es): SQUARE-ENIX
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: RPG
Plataforma: Computador PC
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Violência
Processo: 08017.000409/2019-77
Requerente: THALES DANIEL PEDROSA

Título: WORLD OF WARSHIPS: LEGENDS (Rússia - 2019)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000411/2019-46
Requerente: WARGAMING WORLD LTD

Título: DAYS GONE (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT AMERICA
Distribuidor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT AMERICA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Ação
Plataforma: PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas Lícitas , Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.001723/2018-96
Requerente: LUIS NEGRON JR.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

### DESPACHO Nº 47, DE 17 DE ABRIL DE 2019

Despacho nº 47/2019/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.011189/2019-96
Filme: "CEMITÉRIO MALDITO " - Reconsideração
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos

O Coordenador de Classificação Indicativa - Substituto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO que o requerente entrou com pedido de reconsideração de classificação indicativa da obra "CEMITÉRIO MALDITO", protocolado em 15 de abril de 2019, com a pretensão de não recomendado para menores de 14 (catorze) anos.

CONSIDERANDO que a obra foi classificada como "não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos" por conter violência e medo, conforme publicação no Diário Oficial da União de 11 de abril de 2019.

CONSIDERANDO que a decisão final sobre a classificação atribuída fundamenta-se no previsto na Portaria MJ nº 1.189, de 3 de agosto de 2018, em especial no artigo 9°, que especifica que a classificação indicativa tem como eixos temáticos os conteúdos de sexo e nudez, violência e drogas (incisos I, II e III) e acrescenta em seu parágrafo único que o grau de incidência dos critérios temáticos nos eixos definidos no caput deste artigo, determinará as faixas etárias a que não se recomendam as obras, nos termos dos Guias Práticos de Classificação Indicativa. Além,

disto, baseia-se, ainda, no fato de que a atribuição da classificação indicativa é o resultado da ponderação das fases descritiva e contextual (artigo 16, inciso V).

CONSIDERANDO que, após nova análise, constatou-se que o conteúdo violento é agravado por envolver crianças, nos termos do Guia Prático de Classificação Indicativa, resolve:

Indeferir o pedido de reconsideração do filme "CEMITÉRIO MALDITO", mantendo sua classificação como "não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos", referendando-se aquela outrora atribuída, reiterando, assim, a importância para a obra dos blocos temáticos de violência e medo.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

## COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL
## COORDENAÇÃO DE TÉCNICA DE REGISTRO SINDICAL

### DESPACHOS DE 16 DE ABRIL DE 2019

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, da Portaria nº 115, de 20 de março de 2019; em continuidade ao cumprimento de Decisão Judicial (SEI nº 8488432), Mandado de Segurança nº 1014661-88.2017.4.01.3400, procedente da 22ª Vara Federal Cível da SJDF, Seção Judiciária do Distrito Federal, que determinou a análise do Processo de Pedido de Registro Sindical no prazo de 60 (sessenta) dias, resolve, com fundamento na Nota Técnica nº 133/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ (SEI nº 8488078): a) TORNAR SEM EFEITO a Nota Técnica nº 22/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ (SEI nº 8167428) e, por conseguinte, a Publicação do Pedido de Registro (PPR) disposta no DOU de 27/03/2019, Seção 1, Página 33, Número 59 (SEI nº 8375752); b) DEFERIR o REGISTRO SINDICAL (RES) ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Wenceslau Guimarães e Teolândia, Processo nº 46772 000114/2015-12 (SC17353), CNPJ nº 09.073.330/0001-81, para representar a categoria dos Servidores Públicos Municipais, nos municípios de Teolândia e Wenceslau Guimarães, no estado da Bahia, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria nº 326/2013. E Para fins de Anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), resolve: EXCLUIR a CATEGORIA SUPRACITADA, nos MUNICÍPIOS SUPRACITADOS, da REPRESENTAÇÃO dos SEGUINTES SINDICATOS: 1) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, Processo de Registro Sindical nº 24000.004348/89-11, CNPJ nº 33.721.911/0001-67; 2) SINSPUMUR/BA - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Recôncavo Baiano, Processo de Registro Sindical nº 46204.000381/2012-83, CNPJ nº 14.168.653/0001-99, nos termos do art. 30, § 1º e § 2º, da Portaria nº 326/2013. Ressalta-se que as ENTIDADES ANOTADAS deverão, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar desta publicação, encaminhar NOVO ESTATUTO SOCIAL registrado no cartório da comarca da sede do sindicato, contendo a representação exatamente nos mesmos termos contidos no SISTEMA CNES, sob pena de SUSPENSÃO do Registro Sindical, nos termos do art. 33 da Portaria nº 326/2013.

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº. 115, de 20 de março de 2019, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do processo judicial n.º 1001282-12.2019.4.01.3400, procedente da 22ª Vara Cível da SJDF, dá ciência do requerido pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES DE PODER JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SERGIPE - SE CNPJ 05.152.265/0001-29 Processo nº.46221.002848/2017-26, com vistas a representar a categoria dos SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO FEDERAL NO ESTADO DE SERGIPE, na base territorial do Estado de Sergipe nos termos da Nota Técnica n.º 148/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJSP (SEI n.º 8520813) c/c com a informação nº 39/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ (SEI n.º 8522473), ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria nº 326/2013.

LUIZ FERNANDO FAVARO BUSNARDO

## SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

### PORTARIA Nº 43, DE 12 DE ABRIL DE 2019

Institui as Diretrizes Nacionais e o Manual de Polícia Comunitária.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 23, do anexo I, do Decreto n° 9.662, de 1º de Janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui as Diretrizes Nacionais e o Manual de Polícia Comunitária, na forma dos Anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA

ANEXO I

DIRETRIZES NACIONAIS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

Diretriz 1: Visão sistêmica da Polícia Comunitária

Entendida como filosofia e estratégia organizacional que deve permear toda a instituição policial e não apenas constituir um programa de policiamento ou fração de efetivo.

Diretriz 2: Conteúdo obrigatório nas malhas programáticas dos cursos de formação e aperfeiçoamento

Conteúdo obrigatório nas malhas programáticas dos cursos de formação e aperfeiçoamento, com aulas a serem ministradas por multiplicadores formados nas capacitações estaduais, nacionais ou internacionais.

Diretriz 3: Preferência pelo emprego de todos policiais recém-formados na atividade de Policiamento Comunitário

Fixação de seu emprego por período que propicie o estabelecimento de laços de confiança com a comunidade local.

Diretriz 4: Utilização de ações policiais sociais como meio de aproximação comunitária, de forma a contribuir com o policiamento comunitário e não como fim

Utilização de ações policiais sociais como meio de aproximação comunitária, de forma a contribuir com o policiamento comunitário e não como fim, e por prazo certo, dentro da dinâmica operacional de cada instituição, tendo em vista que estas oneram efetivo profissional imprescindível para a atividade policial e devem ter sua continuidade preferencialmente empreendida por voluntários oriundos da comunidade, prática que deve ser incentivada e valorizada na sociedade.

Entende-se ação policial social aquela empreendida em prol da comunidade local, mas que não demande para sua implementação de profissional com formação e experiência na área de segurança pública, como, por exemplo, o ministério de aulas de música ou esportes.

Não estão inclusas nesta classificação as ações de policiais em escolas quanto à conscientização da prevenção do uso de drogas (PROERD) e outras similares, as quais requerem expertise em segurança pública por parte do agente, a fim de que seja propiciado ao público alvo um completo panorama do problema sob perspectiva institucional. Destaca-se que neste programa os policiais atuam realizando, concomitantemente, policiamento comunitário escolar, aplicação de lições em salas de aula e constante interação junto às comunidades locais atendidas, sendo, portanto, considerado atividade de policiamento comunitário.

Diretriz 5: Estruturação e normatização dos Conselhos Comunitários de Segurança

Importância da estruturação e normatização dos Conselhos Comunitários de Segurança, ou organismo congênere, para a integral implementação do Sistema, por meio de fórum de comunicação presencial entre os gestores de segurança pública, municipalidade e a comunidade, de forma que seus anseios sejam ouvidos e levados em consideração quando do planejamento e ação operacional das instituições, bem como seja incentivada a consciência de corresponsabilidade na construção de uma sociedade segura, meta a ser alcançada pela ação sinérgica de todos os atores envolvidos.

Diretriz 6: Colaboração federativa

Implementação de mecanismos de inter-relação e colaboração federativa para multiplicação de boas práticas e aperfeiçoamento do Sistema, por intermédio de mecanismos como as visitas técnicas e os seminários.

Diretriz 7: Disseminação e uniformização da filosofia de polícia comunitária

Disseminação e uniformização da filosofia de polícia comunitária entre todos atores do Sistema de Segurança Pública brasileiro, preferencialmente a partir de profissionais multiplicadores capacitados.

Devem as unidades da federação primar por manter uma identidade mínima de policiamento comunitário que mantenha, como princípio básico de atuação norteadora de toda estrutura, a fixação do efetivo na área de atuação, a realização de visitas comunitárias e solidárias, a realização de reuniões comunitárias, a mobilização comunitária e, sobretudo, que se dê autonomia de ação ao policial comunitário dentro de sua esfera de atribuições.

Cabe destacar que a presente diretriz deve ser entendida como uma meta a ser alcançada por meio de esforços institucionais de todos atores envolvidos na área de segurança pública, não constituindo obrigação exclusiva de uma instituição.

Diretriz 8: Mobilização e ação sinérgica com os atores responsáveis pela implementação de Políticas Sociais

Participação de Organizações Sociais, Instituições Públicas e/ou Privadas de todas as esferas para criar e fortalecer, de forma transversal, o sistema com foco no cidadão.

Diretriz 9: Mensuração das ações de Polícia Comunitária

Sistematizar modelos de mensuração das ações de Polícia Comunitária, proporcionando a valorização de ações preventivas e melhorando a motivação do profissional de segurança pública, com reconhecimento e/ou premiação periódica.

Diretriz 10: Comunicação ágil entre as esferas federal, estadual e municipal,

Comunicação ágil das esferas de poder, propiciando o fluxo de informações pelo canal técnico, devendo ser mantido atualizado o nome do Coordenador Estadual de Polícia Comunitária junto à SENASP.

Diretriz 11: Eficácia da polícia é medida pela percepção de segurança e ausência de crime e de desordem

Eficácia da polícia é medida pela percepção de segurança e ausência de crime e de desordem e não, tão somente, por meio de quantificações de prisões, apreensões de produtos ilícitos, operações, dentre outras.

Diretriz 12: Retroalimentação da gestão operacional

Avaliações periódicas alicerçadas não só em dados estatísticos criminais, mas também com as contribuições advindas da interação com a comunidade.

Diretriz 13: Cidadão cliente

O cidadão é o "cliente" por excelência das instituições de segurança pública, que devem manter seu esforço e foco em prol da sociedade, materializando o conceito de que a Segurança Pública é um bem imaterial.

Diretriz 14: Prestação de contas

O policial presta contas de seu trabalho aos respectivos superiores hierárquicos e a instituição policial à comunidade por meio de reuniões comunitárias.

Diretriz 15: Manutenção permanente de desafios

Visão interacionista deve ser enfatizada como mudança de foco dos conflitos, encorajando-os com vistas a estabelecer grupos harmoniosos, pacíficos e cooperativos, controlando comportamentos estáticos e apáticos.

Diretriz 16: Respeito mútuo

O relacionamento institucional junto às comunidades deverá pautar-se por meio de características fundamentais que permeiam o processo de comunicação e mútuo respeito devidos, por meio da empatia, alteridade, bom senso, cooperação, probidade, dentre outros aspectos que agreguem valores positivos necessários às Instituições policiais envolvidas.

Diretriz 17: Responsabilidade territorial

O policiamento comunitário, no âmbito das Instituições Policiais envolvidas, será implementado aproveitando-se quaisquer processos de policiamento desenvolvidos in loco de forma a garantir a fixação do efetivo e a responsabilidade territorial, adaptável a cada realidade local no âmbito das Unidades da Federação.

Diretriz 18: Engajamento dos mais altos níveis

As altas direções deverão primar pela continuidade dos serviços prestados com foco voltado à aproximação institucional com a sociedade, por meio de tecnologias administrativas e operacionais sustentáveis. Bem como incentivar seus subordinados ao desenvolvimento contínuo de práticas de polícia comunitária.

ANEXO II

MANUAL DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

BRASIL

2019

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP): Manual de Polícia Comunitária. - Âmbito nacional. [coordenado por] Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Brasília, 2019.

000f. : il.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Manual de Polícia Comunitária. Brasília-DF, 2019.

1. Manual. 2. Polícia Comunitária. I. Título.

ADMINISTRAÇÃO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Secretaria Nacional de Segurança Pública

SUPORTE METODOLÓGICO E TÉCNICO

Diretoria de Políticas de Segurança Pública

Palácio da Justiça

Esplanada dos Ministérios - CEP: 70297-400

Brasília - Distrito Federal

Telefone: (61) 2015-7193

E-mail: policiacomunitaria@mj.gov.br

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTRO DE ESTADO

Sérgio Fernando Moro

SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira

Elaboração (1ª Edição - 2019)

Coordenação:

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Colaborações das Unidades da Federação:

- Polícia Militar do Estado do Acre
- Polícia Militar do Estado de Alagoas
- Polícia Militar do Estado do Amapá
- Polícia Militar do Estado do Amazonas
- Polícia Militar do Estado da Bahia
- Polícia Militar do Estado do Ceará
- Polícia Militar do Estado do Distrito Federal
- Polícia Militar do Estado do Espírito Santo
- Polícia Militar do Estado de Goiás
- Polícia Militar do Estado do Maranhão
- Polícia Militar do Estado de Mato Grosso

- Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul
- Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
- Polícia Militar do Estado do Pará
- Polícia Militar do Estado da Paraíba
- Polícia Militar do Estado do Paraná
- Polícia Militar do Estado de Pernambuco
- Polícia Militar do Estado do Piauí
- Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
- Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte
- Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul
- Polícia Militar do Estado de Rondônia
- Polícia Militar do Estado de Roraima
- Polícia Militar do Estado de Santa Catarina
- Polícia Militar do Estado de São Paulo
- Polícia Militar do Estado de Sergipe
- Polícia Militar do Estado do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.. 8
2 FINALIDADE. 8
3 OBJETIVOS. 8
4 CONTEXTUALIZAÇÃO.. 9
4.1 HISTÓRICO.. 9
4.2 FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS. 10
4.2.1 Conceituação de Polícia Comunitária. 10
4.2.1.1 Filosofia. 100
4.2.1.2 Estratégia. 10
4.2.1.3 Organizacional 11
4.2.1.4 Parceria. 11
4.2.1.5 Problema. 11
4.2.1.6 Qualidade de vida. 11
4.2.2 Princípios de Polícia Comunitária. 12
4.2.2.1 Filosofia e estratégia organizacional 12
4.2.2.2 Comprometimento da organização com a concessão de poder à comunidade. 12
4.2.2.3 Policiamento descentralizado e personalizado. 12
4.2.2.4 Resolução preventiva de problemas a curto e longo prazo. 13
4.2.2.5 Ética, legalidade, responsabilidade e confiança. 13
4.2.2.6 Extensão do mandato policial 13
4.2.2.7 Ajuda às pessoas com necessidades específicas. 13
4.2.2.8 Criatividade e apoio básico por parte dos diversos níveis de Comando. 14
4.2.2.9 Mudança interna. 14
4.2.2.10 Construção do futuro. 14
4.2.3 Características da Polícia Comunitária. 14
4.2.3.1 Gestão participativa e prestação de contas. 14
4.2.3.2 Polícia e Cidadania. 15
4.2.3.3 Controle da Qualidade Total 15
4.2.3.4 Profissionalização. 17
4.2.4 Elementos de Polícia Comunitária. 18
4.2.5 Conceituação de Policiamento Comunitário. 19
4.2.5.1 Processos de policiamento contidos no 'Policiamento comunitário. 19
4.2.5.2 Características / Elementos do Policiamento Comunitário. 19
4.2.5.2.1 Reciprocidade entre polícia e população. 20
4.2.5.2.2 Ação com diferentes órgãos. 20
4.2.5.2.3 Transparência e controle das atividades. 20
4.2.5.2.4 Valorização do Profissional em Segurança Pública. 20
4.2.5.3 Principais instrumentos de policiamento comunitário. 21
4.2.5.3.1 Visita Comunitária. 21
4.2.5.3.2 Visita Solidária. 21
4.2.5.3.3 Reuniões Comunitárias (participação comunitária) 21
4.2.5.3.4 Mobilização Comunitária. 22
4.2.5.3.5 Campanhas Comunitárias. 22
4.2.5.3.6 Autonomia do Policial Militar 22
4.2.6 Conceitos Associados. 22
4.2.6.1 Polícia de proximidade. 22
4.2.6.2 Prevenções primária, secundária e terciária. 23
4.2.6.3 Repressão qualificada. 23
4.2.6.4 Estabelecimento de território do policiamento. 24
4.2.6.5 Bases Fixas e móveis. 24
4.2.6.6 Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG) 24
4.2.6.7 Espaços Urbanos Seguros. 24
4.2.6.8 Teoria das Janelas Quebradas. 24
4.2.6.9 Policiamento Orientado para Solução de Problemas. 25
4.2.6.10 Interseções entre ações policiais sociais e policiamento comunitário. 25
5 PLANO NACIONAL DE POLÍCIA COMUNITÁRIA (SNPC) 25
5.1 CONCEITO.. 25
5.2 COMPOSIÇÃO.. 25
5.2.1 Órgão Central do Plano Nacional de Polícia Comunitária. 25
5.2.2 Órgãos Regionais do Plano Nacional de Polícia Comunitária. 25
5.3 ATRIBUIÇÕES DO PLANO. 26
5.4 DIRETRIZES BASILARES. 26
5.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: 29
REFERÊNCIAS. 30

1 INTRODUÇÃO

O contexto da Segurança Pública no Brasil tem sido palco de debates e busca de práticas que estejam alinhadas às soluções contemporâneas eficazes no médio e no longo prazo.

Nesse sentido, a polícia comunitária, fundamentada no preceito da corresponsabilidade para a construção de um ambiente social saudável, constitui-se em norte primordial para a legitimidade das ações policiais, conforme diretriz da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, insculpida no inciso XII e XIX, do art. 5º, da lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que preceitua a "ênfase nas ações de policiamento de proximidade, com foco na resolução de problemas" e o "incentivo ao desenvolvimento de programas e projetos com foco na promoção da cultura de paz, na segurança comunitária e na integração das políticas de segurança com as políticas sociais existentes em outros órgãos e entidades não pertencentes ao sistema de segurança pública".

Nesse mesmo sentido, o art. 3º, caput e § 4º do Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.675 de 2018, prevê o Ministério da Justiça e Segurança Pública como órgão responsável pela gestão, coordenação e acompanhamento do Sistema Único de Segurança Pública, competindo-lhe, portanto, a iniciativa da edição da presente diretrizes basilares das políticas atinentes, inclusive na área de Polícia Comunitária.

Assim, diante da premente necessidade de estabelecer definições para as instituições do Sistema Único de Segurança Pública, com os preceitos dessa estratégia, foi editada a presente Diretriz Nacional de Polícia Comunitária, destinada à criação e estruturação do Plano Nacional de Polícia Comunitária.

2 FINALIDADE

Definir os princípios basilares do Plano Nacional de Polícia Comunitária, fornecendo subsídios para o seu aperfeiçoamento em todo o território nacional, tendo como fundamento a diretriz de que a Polícia Comunitária é primordialmente uma filosofia e uma estratégia que inspira as instituições de segurança pública em todas as suas vertentes, constituindo-se em um método organizacional democrático que permite a coparticipação da sociedade para a construção de um ambiente de paz, no qual a atuação policial seja voltada para o objetivo final de melhoria da qualidade de vida da população.

Saliente-se que a presente Diretriz serve como orientação aos órgãos de segurança pública federais, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com ênfase na articulação com a sociedade e no policiamento de proximidade, não se tratando da instituição de novos órgãos policiais, não previstos no rol taxativo do art. 144, caput, incisos I a V, da Constituição, dentre os quais: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, e polícias militares e corpos de bombeiros militares.

3 OBJETIVOS

São considerados os principais objetivos desta Diretriz Nacional:

1. Padronizar fundamentos e conceitos de Polícia Comunitária;
2. Difundir as diretrizes gerais do Plano Nacional de Polícia Comunitária; e
3. Inspirar e basear a institucionalização de políticas e estratégias organizacionais de Polícia Comunitária no âmbito das instituições de Segurança Pública.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO

4.1 HISTÓRICO

O século XIX constituiu-se em marco fundamental para o desenvolvimento das instituições de segurança pública, com as polícias buscando maior legitimidade e profissionalização. Como referência ocidental, a Polícia Metropolitana da Inglaterra, fundada em 1829, sob os princípios de Sir Robert Peel, mudou os paradigmas, dando preponderância ao papel preventivo de suas ações, com foco na proteção da comunidade.

O consenso, em detrimento do poder de coerção, e a prevenção, em detrimento da repressão, reforçaram a proximidade da polícia com a sociedade, com atenção integral ao cidadão. Tradicionalmente conhecido, o modelo inglês retirou as polícias do isolamento, apresentando-as à comunidade como uma importante parceira da segurança pública e fundamental para a redução da violência. Com isso, surgiu o conceito de uma organização policial moderna, estatal e pública, em oposição ao controle e à subordinação política da polícia, seja por parte do poder executivo, seja por parte de líderes locais.

Quase que simultaneamente e tão importante quanto a experiência inglesa, perdurando até hoje, no Japão foi desenvolvido um dos processos mais antigos de policiamento comunitário do mundo. Todo policial japonês, ao terminar seu curso de formação, inicia suas atividades junto às bases comunitárias denominadas "Koban" ou "Chuzaisho", sendo a primeira localizada em áreas com maior circulação de pessoas e a segunda caracterizada por ser, também, residência do policial e de sua família, com predominância nas áreas rurais. O modelo japonês é reconhecido por suas características culturais de aproximação, respeito e cidadania.

A polícia comunitária japonesa é extremamente ativa em seu serviço voltado à comunidade, objetivando, dessa forma, o estabelecimento de laços sólidos com o cidadão. O policial japonês realiza, periodicamente, visitas comunitárias às casas dos cidadãos, denominadas "Junkai renraku", visando estabelecer contato, aproximar-se da população e levantar dados quanto aos problemas existentes no bairro. Com base no levantamento desses dados é feito um programa de ação a fim de apresentar respostas às questões.

A polícia comunitária é tão presente e ativa no modelo policial japonês que todo policial é obrigado a fazer parte da mesma e de conscientizar-se de sua finalidade. A estrutura básica do sistema japonês, datado de 1879, combina a cultura tradicional com os ideais democráticos do Pós II Guerra Mundial, o que permite que o policial demonstre claramente sua formação cultural, sendo extremamente educado, polido e disciplinado.

Na América Latina, os anos 1960 e seguintes foram marcados por um considerável aumento da criminalidade, perturbação da ordem pública e distúrbios urbanos, causando grandes impactos no serviço policial, motivando diversos cientistas policiais a estudarem de forma minuciosa a função policial de preservação da ordem pública, concluindo que essa preservação depende preponderantemente de relações comunitárias ativas, apontando a necessidade da íntima aproximação e identificação da polícia com a comunidade.

No Brasil, as primeiras iniciativas de implantação da Polícia Comunitária iniciaram-se com a edição da Carta Constitucional de 1988 e a necessidade de uma nova concepção para as atividades policiais, por meio da adoção de estratégias de fortalecimento das relações das forças policiais com a comunidade, com destaque para a conscientização interna sobre a importância do trabalho policial e a contribuição da participação do cidadão para a mudança pretendida por todos.

Atualmente, incentivados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, os entes federados são estimulados à prática policial que esteja em conformidade com os postulados da Polícia Comunitária, permitindo a constituição de um sistema que se funda na cooperação e visão sistêmica.

Ressalta-se que conforme preceitua a Carta magna, a polícia ostensiva, de competência das polícias militares, e a polícia judiciária, de competência das polícias civis, bem como as polícias federais, todas previstas no art. 144, incisos I a V do caput, da Constituição, são as instituições responsáveis pela pela segurança pública em âmbito nacional, sendo que a presente Diretriz visa fortalecer as relações das polícias entre si e primordialmente com as comunidades locais.

4.2 FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS

4.2.1 Conceituação de Polícia Comunitária

De acordo com Robert Peel, autor inglês reconhecido pela doutrina como precursor na estruturação da polícia moderna em 1829, "a polícia é o povo e o povo é a polícia". Tal definição leva à compreensão de que uma pessoa que faz parte de uma instituição policial é, antes de tudo, um integrante do povo; bem como, no processo de implantação da polícia comunitária, a comunidade é encorajada a participar ativamente da resolução de seus problemas.

Conforme Rosembaum (2002) e Skolnick e Bayley (2002), o termo polícia comunitária representa um marco na mudança da forma de fazer polícia na sociedade contemporânea e, não somente isso, mas um retorno àquilo que sempre deveria ter sido a atividade de polícia.

Para Nazareno Marcineiro, a Polícia Comunitária é uma nova parceria entre a população e a polícia, buscando, acima de tudo, uma conscientização popular acerca da responsabilidade social de cada indivíduo e, ainda, do comprometimento de ambas as partes na solução de problemas e na busca da melhoria da qualidade de vida da comunidade (MARCINEIRO, 2009, p. 126).

Segundo Cerqueira, não existe um conceito exclusivo de polícia comunitária no Brasil, embora o mais presente entre as instituições policiais é: Polícia Comunitária é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Tal parceria baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e, em geral, a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida da área. (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, 1994, p.4-5).

Dissecando o conceito de Polícia Comunitária:

4.2.1.1 Filosofia

Pode ser definida como o estudo geral sobre a natureza das coisas e suas relações entre si, ou ainda, como uma forma de compreender e pensar sobre determinado assunto.

É resultado de um conjunto de princípios que representa uma maneira de pensar, uma forma de perceber e de se relacionar com a realidade.

4.2.1.2 Estratégia

É a arte de usar os meios disponíveis ou as condições que se apresentam para atingir determinados objetivos, ou também, forma de fazer, de utilizar recursos para atingir certa finalidade.

É operacionalizada a partir de um processo de planejamento que visa a melhor aplicação dos meios.

4.2.1.3 Organizacional

Da organização, podendo se aplicar a qualquer estrutura que possua uma função policial, de fiscalização ou de atendimento à comunidade.

4.2.1.4 Parceria

É a reunião de duas ou mais pessoas para um fim de interesse comum, ou ação de mais de um ator para alcançar um objetivo comum a todos os atores sociais.

4.2.1.5 Problema

Definido basicamente como uma questão levantada para consideração, discussão, decisão ou busca de solução.

4.2.1.6 Qualidade de vida

Conjunto de condições ou situações que delineiam o viver e o conviver do cidadão na comunidade.

Ainda, de acordo com Cerqueira, qualquer organismo com uma função policial faz parte, na realidade, da sociedade. A estratégia comunitária vê o controle e a prevenção do crime como resultado da parceria com outras atividades. Isto significa dizer que os recursos do policiamento, articulados com os novos recursos comunitários, são agora os instrumentos essenciais para a prevenção do crime. Em outras palavras, os membros da comunidade assumem seu real papel de cidadãos que atuam junto da polícia para o bem comum.

Entende-se, assim, que a premissa central da polícia comunitária é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança. Desse modo, impõe-se uma responsabilidade nova para a polícia, ou seja, criar maneiras apropriadas de associar o público ao policiamento e à manutenção da lei e da ordem [...] (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p.18).

A estratégia de Polícia Comunitária oferece, então, meios para o processo de fortalecimento dos cidadãos, no sentido de compartilharem entre si e com a polícia a tarefa de planejar práticas para enfrentar o crime.

Conclui-se que a ideia central de Polícia Comunitária reside na possibilidade de propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atuam, de modo a dar característica humana ao profissional de polícia e não apenas um número de telefone ou uma instalação física referencial, por meio de um amplo trabalho sistemático, planejado e detalhado.

Cabe ressaltar, também, que Polícia Comunitária não é uma atividade especializada, particularizada, para servir somente a algumas comunidades sem obedecer aos critérios técnicos previamente definidos.

4.2.2 Princípios de Polícia Comunitária

O conceito de Polícia Comunitária inclui mais que o exercício de novas funções, mas uma moderna visão da gestão da segurança pública, segundo a qual a cultura organizacional é transformada.

Tal visão é trazida à existência pelo exercício concomitante de dez princípios abaixo elencados, conforme propõem Trojanowicz, Robert & Bonnie Bucqueroux:

4.2.2.1 Filosofia e estratégia organizacional

Como a filosofia e a estratégia são da organização, compreende-se que toda a Corporação pensa e age da mesma forma, com base na comunidade. No lugar de buscar ideias pré-concebidas, a Polícia deve buscar, junto às comunidades, os anseios e as preocupações dessas, a fim de traduzi-los em procedimentos de segurança, em processos de decisão compartilhados.

Com base em uma compreensão sistêmica da defesa social e da segurança pública e na gestão compartilhada das políticas públicas, as instituições aumentam a sua capacidade de responsabilização pela segurança pública e o policial passa a atuar como planejador, solucionador de problemas e coordenador de reuniões para troca de informações com a população.

Esse exercício de responsabilidade depende de um estilo de administração baseado em valores prévia e claramente estabelecidos, fundamentados na responsabilidade social do Estado. Da mesma forma, é necessário o estabelecimento de um estilo de processo decisório fundamentado em estreita parceria dos órgãos da segurança pública com a comunidade, na identificação dos problemas que lhes afetam, na sua discussão compartilhada e na busca de soluções conjuntas.

4.2.2.2 Comprometimento da organização com a concessão de poder à comunidade

Uma vez compreendido o funcionamento do Estado Democrático de Direito, fica claro que o país vive uma situação em que as normas que regulam o convívio são definidas pela maioria da população por meio de representantes eleitos.

Como a Constituição Federal prevê, no art. 144, que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e é a própria Constituição Federal, vontade do povo brasileiro, que define as funções das instituições de segurança pública, é inequívoco o raciocínio de que, na realidade, o povo é que outorga autoridade à Polícia.

Logo, dentro da comunidade, os cidadãos têm o direito e a responsabilidade de participarem, como plenos parceiros da Polícia, na identificação, priorização e solução dos problemas afetos à mesma comunidade.

4.2.2.3 Policiamento descentralizado e personalizado

Para que a Polícia Comunitária exista e funcione adequadamente, é fundamental uma descentralização da estrutura dos órgãos de segurança pública, de forma a possibilitar a integração e interação entre eles e a comunidade.

É necessário, ainda, um policial plenamente envolvido com a comunidade, presente e conhecido pela mesma e conhecedor de suas realidades, o que será traduzido na agilidade nas respostas de qualidade às necessidades de proteção e socorro da comunidade. Evidente, ainda que esta atuação seja beneficiada pelo emprego do policiamento no processo a pé, mais próximo e em contato mais estreito com as pessoas.

Cabe destacar que o termo "descentralização" no âmbito desta Diretriz deve ser interpretado no sentido da atribuição do poder-dever de agir e adotar soluções voltadas à segurança comunitária aos escalões operacionais das próprias instituições de segurança pública, dando agilidade ao atendimento dessas demandas e tornando a interação com a comunidade uma constante.

4.2.2.4 Resolução preventiva de problemas a curto e longo prazo

Entende-se como prioritária a atuação preventiva da Polícia como atenuante de seu emprego repressivo, fortalecendo a ideia de que o policial não precise ser acionado pelo rádio, mas que se antecipe à ocorrência. Com isso, o número de chamadas das centrais de emergência tende a diminuir, facilitando a resposta ao maior número possível de acionamentos, tendentes a sua totalidade.

4.2.2.5 Ética, legalidade, responsabilidade e confiança

A prática da Polícia Comunitária pressupõe um novo contrato entre a polícia e os cidadãos aos quais ela atende, com base no rigor do respeito à ética policial, da legalidade dos procedimentos, da responsabilidade e da confiança mútua que devem existir. Esta sensação é fortalecida sobremaneira pela transparência das atividades desempenhadas pela polícia, de forma a permitir um maior controle pela população, o que é seu direito por definição.

4.2.2.6 Extensão do mandato policial

O policial passa a ampliar sua atuação, auxiliando a comunidade a solucionar problemas que afligem a qualidade de vida local e que, numa visão tradicional, não seriam "problemas de polícia". Cada policial passa, então, a atuar como um chefe de polícia local, com autonomia e liberdade para tomar iniciativa, dentro de parâmetros rígidos de responsabilidade.

Para que o policial assuma tal responsabilidade é preciso que se pergunte:

- Isto está correto para a comunidade?
- Isto está correto para a segurança da minha região?
- Isto é ético e legal?
- Isto é algo que estou disposto a me responsabilizar?
- Isto é condizente com os valores da Instituição?

Se a resposta for Sim a todas essas perguntas, a possibilidade de êxito cresce de forma expressiva.

4.2.2.7 Ajuda às pessoas com necessidades específicas

Valorização da vida de pessoas mais vulneráveis: jovens, idosos, minorias, pobres, pessoas com deficiência, entre outros. Esse deve ser um compromisso inalienável do policial. O ponto de partida é o conceito de justiça e de segurança como sinônimo de equidade: é justa a sociedade em que todos os membros desfrutem de modo pleno e igual, de um conjunto de liberdades fundamentais claramente especificadas - os direitos humanos sem discriminação e no grau máximo compatível com as liberdades alheias.

4.2.2.8 Criatividade e apoio básico por parte dos diversos níveis de Comando

Os gestores, nos diversos níveis hierárquicos da instituição, devem exercitar a confiança nos profissionais que estão na linha de frente da atuação policial, acreditar no seu discernimento, sabedoria, experiência e, sobretudo, na formação que recebeu.

Tal ambiente propiciará abordagens mais criativas para os problemas contemporâneos da comunidade por meio da investidura de autoridade decisória, de fato e de direito, nos profissionais de segurança pública que atuam em interface direta com a comunidade.

4.2.2.9 Mudança interna

O exercício da Polícia Comunitária exige uma abordagem plenamente integrada, envolvendo toda a organização. É fundamental a atualização e o aprimoramento de seus cursos e respectivos currículos, bem como de todos os seus quadros de pessoal, materializando um projeto de mudanças para curto, médio e longo prazo.

4.2.2.10 Construção do futuro

Deve-se oferecer à comunidade um serviço policial descentralizado e personalizado, com endereço certo. A ordem não deve ser imposta de fora para dentro, mas as pessoas devem ser encorajadas a pensar na polícia como um serviço a ser utilizado para ajudá-las a resolver problemas atuais de sua comunidade, criando um ambiente propício para o exercício pleno da cidadania.

Quando a comunidade é composta por verdadeiros cidadãos, o equilíbrio entre os direitos e deveres é natural e o funcionamento desta comunidade tende a se aproximar do ideal.

4.2.3 Características da Polícia Comunitária

4.2.3.1 Gestão participativa e prestação de contas

| | |
|---|---|
| A comunidade participa na escolha de prioridades a serem resolvidas e avaliação do serviço executado, através de conselhos comunitários de segurança, os quais sempre manterão o foco na melhoria geral da qualidade de vida. | |
| INTERAÇÃO | Troca de informações: a Polícia orienta sobre o sistema de segurança e a comunidade informa problemas através dos conselhos comunitários de segurança, urnas, disque denúncias, contatos pessoais e outros meios. |
| FIXAÇÃO DO EFETIVO | A permanência dos policiais, o maior tempo possível, trabalhando no mesmo posto ou setor é essencial para possibilitar sua atuação interativa contínua, estreitando os laços com a comunidade local de forma a sedimentar relações de confiança e parceria. |

4.2.3.2 Polícia e Cidadania

| | |
|---|---|
| Opção da polícia por participar no desenvolvimento de uma sociedade democrática, deslocando a ênfase do controle social para a mediação de conflitos. | |
| SUPERVISÃO COMUNITÁRIA DA POLÍCIA | "Toda instituição policial deve ser representativa da comunidade como um todo e deve ser responsável perante ela e prestar lhe contas". (Resolução 34/169 da Assembleia das Nações Unidas, de 17 Dez 79).<br>Dada a proximidade e a participação da comunidade, a supervisão acontece de forma natural, sem constrangimentos, pois, o próprio policial se sente constrangido em agir de maneira errada ou se omitir perante as demandas vindouras. |
| DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS | A polícia resgata sua função, assumindo compromisso existencial de defesa do pacto social com o respeito à vida antes de tudo. |
| ISENÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA | Os Conselhos Comunitários não devem ter, na sua Diretoria e em seus Conselhos, membros que exerçam cargos públicos eletivos ou liderança político partidária, como uma das formas de evidenciar na comunidade o seu caráter não partidário, que deve revestir todos os seus atos, para que sua atuação não se confunda com interesses políticos eleitorais. |

4.2.3.3 Controle da Qualidade Total

| | |
|---|---|
| PRODUTIVIDADE | A redução de índices de criminalidade e de acidentes, e aumento da sensação de segurança por parte da comunidade, proporcionando tranquilidade antes de tudo quanto à própria atuação e, durante ela, é o produto final desejado pela Polícia. |
| ORIENTAÇÃO PELO CLIENTE-CIDADÃO | Desde a adequação do próprio modelo, passando pela fixação de prioridades, até a verificação da interceptação de resultados, a opinião dos clientes é fundamental para a polícia. As necessidades e expectativas da comunidade devem ser correspondidas. |
| QUALIDADE EM PRIMEIRO LUGAR | A identificação da qualidade no "mercado" é feita através dos Conselhos Comunitários e outros mecanismos de "orientação pelo cliente". |
| AÇÃO ORIENTADA POR PRIORIDADES | Priorizar os problemas críticos na função desempenho, confiabilidade, custo, desenvolvimento, etc. Os problemas que assolam as questões de segurança pública de maneira direta ou indireta devem, após ação conjunta (polícia e comunidade), serem priorizados, norteando as ações destinadas à prevenção. |
| AÇÃO ORIENTADA POR FATOS E DADOS (CIENTIFICIDADE) | Falar, raciocinar e decidir com base em dados e fatos. |
| CONTROLE DE PROCESSOS | A qualidade é integrada no produto, durante o processamento. É necessário que todos os servidores se comprometam com o resultado do seu próprio trabalho, em todas as fases (todos os processos), do planejamento à atividade de linha.<br>Após a priorização dos problemas a serem resolvidos, o processo de solução dos mesmos deve ser acompanhado em todas as suas fases, visando garantir o sucesso final desejado. |
| CONTROLE DA DISPERSÃO | Deve-se estabelecer limites de tolerância na variação dos resultados desejados. A dispersão deve ser observada cuidadosamente, isolando-se sua causa fundamental e estabelecendo-se ações corretivas. |
| CONTROLE DA DISPERSÃO | Cabe ao policial militar comunitário desdobrar-se para garantir que as soluções dos problemas aconteçam conforme o planejado, para tanto, deve acercar-se de cuidados a evitar a dispersão que leve a resultados adversos. |
| CLIENTES NO PROCESSO | A relevância da participação ativa dos clientes (comunidade) como fator de geração de valor nos processos de identificação, priorização e solução dos problemas que afetam as questões de segurança pública local. |
| CONTROLE PRÉVIO (PROATIVIDADE NA PREVENÇÃO) | Prever possibilidades de problemas para eliminar seus fatos motivadores organizacionais.<br>O policial deve estar sempre um passo a frente das situações concretas que possam desencadear situações de violência e de crime. A prevenção primária é parte fundamental do policiamento comunitário. |
| AÇÃO DE BLOQUEIO | Adotar medidas de bloqueio para que o mesmo problema não ocorra outra vez pela mesma causa.<br>Deve-se buscar ações de prevenção que sejam duradouras, perenes, com o intento de expurgar a situação de fragilidade que pode levar à violência e ao crime causados pela mesma origem. |
| VALORIZAÇÃO HUMANA | Compreende:<br>1) Padronizar toda tarefa específica;<br>2) Educar, treinar e familiarizar todos os servidores;<br>3) Dependendo da capacidade do servidor, delegar cada tarefa após certificação; |
| VALORIZAÇÃO HUMANA | 4) Solicitar sua criatividade para manter e melhorar sua rotina diária;<br>5) Organizar um programa de crescimento da capacidade para o desenvolvimento pessoal dos servidores.<br>positivos. |
| VALORIZAÇÃO HUMANA | O policial é extremamente importante para o sucesso das ações de prevenção primária, pois, é o polarizador e incentivador da comunidade. Assim, valorizar o profissional em sua humanidade é garantir resultados |
| COMPROMETIMENTO DA ALTA DIREÇÃO | Entender a definição da missão da organização e a visão estratégica da alta direção e executar as diretrizes e metas através de todas as chefias.<br>Para que todo e qualquer projeto dê certo em uma organização, é de extrema importância que haja a participação efetiva do seu mais alto escalão que é, dentro da estrutura administrativa, quem define as prioridades de atuação da área operativa. |

4.2.3.4 Profissionalização

| | |
|---|---|
| Ênfase proativa | Aferição da produtividade através das providências adotadas para que não ocorram crimes e acidentes e dos resultados obtidos.<br>O acompanhamento é fundamental para medir os resultados ao longo do projeto e, caso necessário, corrigir os rumos daquilo que não esteja adequado à consecução dos objetivos previamente delineados. Ressalta-se a importância de estabelecer um marco zero para comparação de resultados. |
| Reação técnica e legal | Mediação de conflitos com isenção e técnica. Treinamento constante em defesa pessoal, tiro de defesa e técnicas de intervenção aprimoradas.<br>Quando se fala em polícia comunitária, não se pode olvidar que o policial deve estar sempre pronto a agir em situação de repressão, pois, o crime sempre existirá (mesmo que em menor escala) e o policial não o deixa de ser. |
| Qualificação (treinamento/formação) | Antecipada em relação a ação operacional, administrada nos cursos de formação; contínua, para consolidação e aprimoramento de hábitos técnicos; periódica, para atualização profissional.<br>Em qualquer área de atuação profissional, o sucesso está destinado aos mais preparados. Assim, cabe à instituição manter seus cursos de formação, aperfeiçoamento e instruções em patamares elevados para formar e treinar com qualidade os profissionais. |
| Valorização da Inteligência Policial | Profissionalização; recursos humanos e materiais e levantamentos estratégicos.<br>Importante ferramenta para garantir um policiamento orientado, com ações cirúrgicas que garantem otimização de efetivo e segurança daqueles que desenvolvem as ações. |
| Implementação do Policiamento Velado | Realização de estudos próprios; coordenação com o policiamento ostensivo; e vinculação, sem subordinação, ao serviço de inteligência. |
| Opção pelo Policiamento Integrado | A necessidade de especializações não deve impedir a atuação generalista dos policiais, segundo o princípio da universalidade. |
| Metodologia científica para a Administração | Administração fundamentada no controle de qualidade total, utilização de recursos atualizados e aferição de produtividade prioritariamente proativa. |

4.2.4 Elementos de Polícia Comunitária:
- Prevenção do crime baseada na comunidade;
- Reorientação das atividades de patrulhamento;
- Aumento da responsabilização da polícia;
- Descentralização do comando;
- Supervisão; e
- Policiamento orientado para solução de problemas.

4.2.5 Conceituação de Policiamento Comunitário

Enquanto Polícia Comunitária é a filosofia de trabalho indistinta direcionada a todos os integrantes das instituições policiais, sendo um de seus pilares estruturais, o Policiamento Comunitário é a ação de policiar, patrulhar o território para evitar, pela presença do agente público, a prática de ilícitos penais e contravencionais, de desenvolver ações efetivas junto à comunidade com o escopo de prevenir delitos e eventualmente reprimi-los.

A ideia central por trás do policiamento comunitário [...] é a de que o trabalho conjunto e efetivo entre a polícia e a comunidade pode ter um papel importante na redução do crime e na promoção da segurança. O policiamento comunitário enfatiza que os próprios cidadãos são a primeira linha de defesa na luta contra o crime. (SKOLNICK; BAYLEY)

O policiamento comunitário traduz-se, assim, em ações iniciadas pelas polícias para utilizar um potencial não aproveitado na comunidade para lidar com mais eficácia e eficiência com os problemas do crime, principalmente na sua prevenção.

A prevenção comunitária do crime está incorporada na noção de que os meios mais eficazes de evitar o crime devem envolver os moradores na intervenção proativa e na participação em projeto, cujo objetivo seja reduzir ou prevenir a oportunidade para que o crime não ocorra em seus bairros (ROSENBAUM apud MOORE, 2003, p.153).

Tal raciocínio é apoiado pelas palavras de Wadman (1994), que define o policiamento comunitário como uma maneira inovadora e mais poderosa de concentrar as energias e os talentos da polícia na direção das condições que frequentemente dão origem ao crime e a repetidas chamadas por auxílio local, o que deve passar, obrigatoriamente, pelo comprometimento do policial.

4.2.5.1 Processos de policiamento contidos no 'Policiamento comunitário'

Sendo o policiamento todo o emprego do policial, seja através dos mais variados meios de locomoção ou a pé, que tenha como finalidade a prevenção e a inibição de práticas delituosas pela ostensividade de sua presença.

O diferencial do 'policiamento comunitário' consubstancia-se num serviço policial que se aproxime das pessoas, com identificação bem definida, personalizando o policial, com um comportamento regulado pela frequência pública cotidiana, submetido, portanto, às regras de convivência cidadã.

Os processos de policiamento que mais favorecem a aproximação comunitária podem assim ser apontados: (i) policiamento a pé, (ii) de bicicletas, (iii) a cavalo, (iv) em viaturas, (v) em bases fixas e móveis, (vi) embarcações.

4.2.5.2 Características / Elementos do Policiamento Comunitário

Complementando as características do policiamento ostensivo, expresso no Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, os pesquisadores internacionais em policiamento comunitário, David Bayley e Jerome Skolnick, acrescentam as seguintes:

4.2.5.2.1 Reciprocidade entre polícia e população

O processo de evolução das instituições policiais no mundo esteve fortemente ligado às mudanças na sociedade, isto é, à medida que haja sua evolução, modifica-se a maneira de produção da ordem pública. Apenas assim, a legitimidade das ações policiais obtém o reconhecimento necessário para sua prática. A própria existência do Estado está ligada à sua capacidade de produzir ordem e, portanto, à legitimidade de suas leis e instituições e, quem proporciona isso é a sociedade.

4.2.5.2.2 Ação com diferentes órgãos

Integração entre os órgãos que compõe o sistema de segurança pública. O objetivo comum às organizações que compõem o Sistema de Segurança Pública é o bom atendimento à população. Todos os policiais devem ser atores nesse processo deintegração. O trabalho integrado na nova filosofia deverá ser cooperativo e complementar, respeitando a missão, cultura e tradição de cada organização. É fundamental para o sucesso do programa que a integração ocorre harmoniosamente entre as organizações.

Não obstante a necessidade de promover as mudanças de ambiente necessárias à melhoria da qualidade de vida da comunidade, não se pode esquecer da importância de se incentivar a mesma interação com os demais órgãos governamentais, autoridades constituídas, empresas, associações, ONG's e outras instituições que sejam importantes para o desenvolvimento integrado de ações que visem a solução de problemas da comunidade.

4.2.5.2.3 Transparência e controle das atividades

Transparência das ações é um pré-requisito básico para desenvolver a confiança, não só entre as organizações envolvidas, como entre a comunidade e os policiais. Faz parte deste processo de transparência a realização e divulgação de pesquisas de avaliação do programa, não só junto aos policiais como aos demais órgãos sediados na localidade e a comunidade atendida. A comunidade será incentivada a fazer o acompanhamento do programa, participando da avaliação conjunta de suas ações e de sua divulgação junto à mídia e superando o histórico de uma cultura que considera particular as informações produzidas no exercício da função pública.

Quanto maior for a interação entre a polícia e a comunidade, tanto mais será natural a situação de transparência e controle das atividades, haja vista que as ações serão, via de regra, desenvolvidas em conjunto.

4.2.5.2.4 Valorização do Profissional em Segurança Pública

A Corporação tem o compromisso de promover a defesa de direitos relacionados à atuação dos policiais militares. Como órgão da segurança pública local, é possível firmar convênios e outras parcerias com as Defensorias Públicas e outros órgãos protetores, a fim de facilitar o atendimento jurídico assistencial aos policiais militares.

Além disso, valorizar o profissional também é confiar em sua competência e na experiência adquiridas na formação continuada que recebem, envolvendo-o em ações preventivas.

A valorização do profissional é uma das bases da administração moderna, pois o sucesso de qualquer empresa passa pelo desempenho de seus funcionários, que são os responsáveis pelo desenvolvimento do produto da mesma. Funcionário reconhecido é funcionário satisfeito e comprometido.

4.2.5.3 Principais instrumentos de policiamento comunitário

Preliminarmente cabe destacar que a terminologia utilizada para cada instrumento a seguir visa apenas facilitar a identificação do instituto e suas funcionalidades, sendo legítima a utilização de nomenclaturas já consagradas pela comunidade local.

4.2.5.3.1 Visita Comunitária

Atividade desenvolvida pelo policial comunitário que consiste em efetuar visitas periódicas aos membros da comunidade do setor de sua responsabilidade (residências, comércios, bancos, escolas, creches, igrejas, lideranças comunitárias, órgãos públicos, etc) enquanto executa o policiamento preventivo. O policial comunitário, por meio desse procedimento, deve catalogar e conhecer as pessoas da sua comunidade, bem como conhecer seus anseios e necessidades específicas, dentre as quais podemos incluir medos e inseguranças das pessoas que habitam a comunidade, as atividades sociais necessárias, as principais vulnerabilidades, além das necessidades estruturais para promover uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. A visita comunitária é realizada permanentemente.

4.2.5.3.2 Visita Solidária

Consiste no contato do policial com a vítima da ocorrência policial previamente analisada e triada pelo gestor responsável pelo planejamento do policiamento territorial, sendo que, quando do contato, o policial literalmente se solidariza com a vítima no sentido de demonstrar que teve conhecimento da ocorrência e que a Polícia está envidando esforços para manter a segurança pública na região, devendo orientar a vítima da importância da prevenção primária. Para tanto, o policial comunitário deve buscar entender e analisar como se deu o fato em si, para que, com base no caso em concreto, a orientação seja pautada na identificação e correção de pontos frágeis detectados na edificação e/ou comportamentos inadequados que possam ter facilitado a ação delituosa. Deve ser realizada preferencialmente em até 05 (cinco) dias após a ocorrência do fato.

4.2.5.3.3 Reuniões Comunitárias (participação comunitária)

Constituem importante instrumento do policiamento comunitário, pois, uma vez alimentadas pelas informações coletadas durante as visitas (comunitárias e solidárias), têm a sua base na participação das pessoas da comunidade, visando incentivá-las a desenvolver ações de saneamento e solução dos problemas comunitários. As sugestões apresentadas pelas pessoas da comunidade devem ser consideradas e discutidas quanto a sua viabilidade de execução. Deve focar-se em estabelecer as prioridades, ou seja, quais problemas devem ser sanados, qual sequência, quais as pessoas desenvolverão as ações corretivas e quais serão os prazos.

4.2.5.3.4 Mobilização Comunitária

Há entendimento de que a mobilização comunitária é um fenômeno que acontece naturalmente como resultado de reuniões, quando a própria comunidade vê suas ideias implementadas, o que a motiva.

4.2.5.3.5 Campanhas Comunitárias

Decorrem de ações coletivas que têm por finalidade resolver problemas ou deficiências comunitárias que, direta ou indiretamente, relacionam-se com fatores de vulnerabilidade social ou com as causas da violência e da criminalidade propriamente dita. Têm a característica do voluntariado e objetivos previamente definidos em parceria com a comunidade.

4.2.5.3.6 Autonomia do Policial Militar

Diante de tantos instrumentos possíveis de serem aplicados para se chegar à melhoria da qualidade de vida das pessoas de uma comunidade com reflexos diretos nos resultados de segurança pública, firma-se o conceito de que o policial militar comunitário deve gozar de confiança de seus superiores e ter a liberdade necessária para atuar na área que lhe é atribuída. Ter autonomia para agir sem a necessidade de consultar seu escalão superior, visando a solução de problemas comunitários, dá ao policial o prestígio que o impulsionará a trabalhar melhor, assim como trar-lhe-á mais responsabilidade a ponto de sempre buscar os melhores resultados.

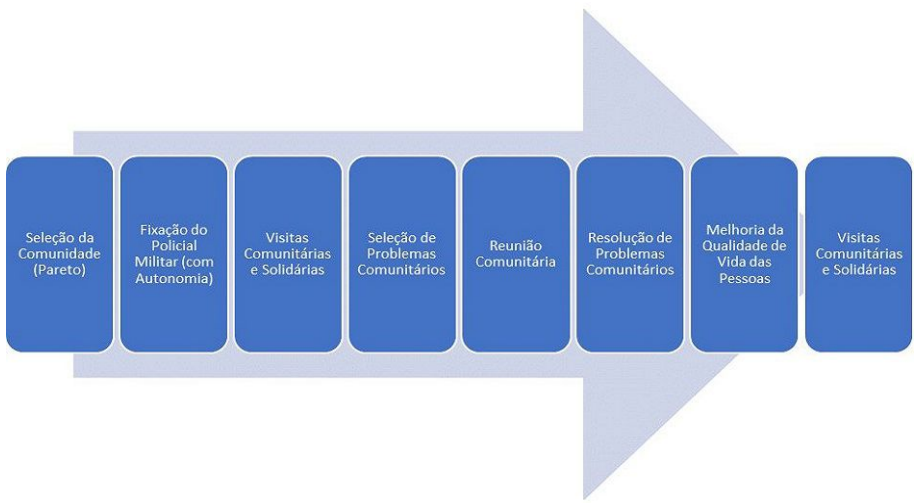
Outrossim, verifica-se que o policial militar comunitário deve ser dinâmico, pois atua nas campanhas comunitárias, na coordenação de mobilização comunitária, nos contatos com os órgãos públicos, e, sobretudo, nas ações de transformação do ambiente, que são aquelas destinadas a promover alterações nas áreas correlatas, considerando-se as fórmula do crime (CRIME = AUTOR + AMBIENTE + VÍTIMA), de modo a prevenir a prática delituosa, visando coibi-la, a partir da atuação em um dos elementos que constituem a equação.

4.2.6 Conceitos Associados

4.2.6.1 Polícia de proximidade

A essência é trabalhar próximo à comunidade, interagindo, buscando identificar o serviço policial e atuando de forma preventiva, antecipando-se aos fatos.

Para este fim se faz importante conhecer e entender a dinâmica do policiamento comunitário que se caracteriza como um esquema sequencial de ações que sejam eficientes e efetivas à comunidade, suplantando o limite da visão de ações policiais militares de meras ações repressivas para completas ações de prevenção social, esclarecendo que uma não elimina a outra, ambas devem coexistir em busca do equilíbrio. No mesmo sentido, o policiamento comunitário caracteriza-se por ir muito além de simples ações de aproximação comunitária sem utilidade social efetiva aparente, haja vista que deve buscar atingir patamares de mudança social que reflitam em melhoria da qualidade de vida das pessoas da comunidade atendida. A transformação poderá ser reconhecida como plena quando de fato houver mudança comunitária a ponto de, quando retirado o policiamento, verificar-se que a força da comunidade é maior que as mazelas sociais que desencadeavam vulnerabilidades, violência e criminalidade impedindo-as de ressurgir naquele ambiente. Nesse sentido, apresentamos o esquema abaixo que ilustra os passos para aplicação do policiamento comunitário:



4.2.6.2 Prevenções primária, secundária e terciária:

Prevenção primária - Nesse nível, as ações são baseadas nas causas da criminalidade num sentido mais amplo. A prevenção não é percebida como de competência exclusiva das agências de segurança pública, mas também de famílias, escolas e sociedade.

Prevenção secundária - Esse tipo de prevenção está fundamentado na noção de risco e proteção. A intervenção incide sobre determinados locais, grupos sociais ou outras características de indivíduos que têm maiores probabilidades de se tornarem agressores ou vítimas.

Prevenção terciária - Atua quando já houve vitimização, procurando evitar a reincidência do autor e promover a reabilitação individual e social da vítima.

4.2.6.3 Repressão qualificada

Decorre da necessidade pontual de coibir delitos, casos de perturbação da ordem, prestar apoio ou dar suporte que, pela gravidade ou complexidade, necessitem de método, sob o enfoque da técnica policial amparada legalmente. Por ser eletiva, pode e deve ser empregada para coibir qualquer tipo de delito, ato ilegal ou perturbação da ordem, inclusive no cumprimento de mandados judiciais ou para realizar operações de apoio e suporte a outros órgãos.

4.2.6.4 Estabelecimento de território do policiamento

Ocupação da polícia, em caráter permanente, de áreas ditas anormais em decorrência de fatores como criminalidade e infraestrutura. O estabelecimento territorial, em seu sentido amplo, tem o fito de trazer normalidade a essas áreas, promovendo a integração e o bem-estar social.

4.2.6.5 Bases Fixas e móveis

Base Fixa - Edificação policial militar fixa, instalada segundo os critérios de acessibilidade, visibilidade e existência de comunidades que a necessitem de atendimento diuturno, servindo como ícone de referência da Polícia para prestação do policiamento comunitário.

Base móvel - É um serviço preventivo prestado por uma equipe de policiais preparados para aplicar o policiamento orientado para o problema (POP), com o apoio da comunidade, utilizando uma viatura (tipo trailer ou van adaptados) e outros processos de policiamento, tais como a pé, de ciclo patrulha e de motocicleta, com o objetivo de reduzir o crime de menor potencial ofensivo, a sensação de insegurança e a desordem pública em áreas com alta densidade populacional sazonal.

4.2.6.6 Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG)

Os CONSEG são formados por grupos de pessoas do mesmo bairro, região, ou município que se reúnem conjuntamente com órgão estatais responsáveis direta e indiretamente pela segurança pública para discutir, analisar, planejar e acompanhar a solução de seus problemas comunitários de segurança, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais.

É salutar a participação de todas as esferas (estadual, municipal e federal) de cada um dos poderes (executivo, legislativo, judiciário e MP), bem como de organizações não governamentais afetas à temática.

Cada Conselho é uma entidade de apoio à Polícia nas relações comunitárias e se vinculam, por adesão, às diretrizes emanadas pelos órgãos responsáveis pela segurança pública, por intermédio do Coordenador Estadual de Polícia Comunitária ou órgão afeto de cada unidade da federação.

4.2.6.7 Espaços Urbanos Seguros

São ambientes públicos, planejados, projetados e administrados de forma participativa, com o objetivo de reduzir a incidência de delitos e da violência, aumentar a sensação de segurança das pessoas que o utilizam, bem como a sua permanência no local e a apropriação da comunidade para atividades de convivência, melhorando, assim, a qualidade de vida da população.

4.2.6.8 Teoria das Janelas Quebradas

Consiste na produção de delitos a partir de uma "mensagem" que nasce do abandono de determinadas áreas e patrimônios. Essas incidências criminais se tornam progressivamente mais sérias tendo sempre no 'abandono' a substância que as alimenta.

4.2.6.9 Policiamento Orientado para Solução de Problemas

Trata-se de mais um meio de engajamento social. A premissa baseia-se no conceito de que a polícia deixa de reagir ao crime (crime fighting policing) e passa a mobilizar os seus recursos e esforços na busca de respostas preventivas para os problemas locais (problem-oriented policing); ao invés de reagir contra incidentes, isto é, aos sintomas dos problemas, a polícia passa a trabalhar para a solução dos próprios problemas. A noção do que constitui um problema desde uma perspectiva policial expande-se consideravelmente para abranger o incrível leque de distúrbios que levam o cidadão a evocar a presença policial.

4.2.6.10 Interseções entre ações policiais sociais e policiamento comunitário

Para efeito desta diretriz, serão consideradas ações policiais sociais aquelas exercidas por profissionais de segurança pública e que não estão contidas no rol de atividades exclusivas de 'policiamento ostensivo', mas que exercem relevantes impactos nas comunidades atendidas.

Estão contidas nessas ações os programas essencialmente de prevenção primária, com exceção do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), cuja execução carece de profissional de segurança pública para sua consecução, estando compreendida a existência não só de aplicações em aulas nas escolas, mas a troca de informações com a comunidade escolar, pais, alunos e comunidades adjacentes, constituindo-se ação de aproximação e impacto permanente na comunidade.

5 PLANO NACIONAL DE POLÍCIA COMUNITÁRIA (PNPC)

5.1 CONCEITO

Constitui-se o Plano Nacional de Polícia Comunitária como instrumento institucional coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para implementar políticas públicas de segurança no Brasil, com foco na estratégia de Polícia Comunitária, bem como articular as esferas de poder para uma ação sinergética, cooperativa, corresponsável, e eficaz em prol da sociedade brasileira.

5.2 COMPOSIÇÃO

5.2.1 Órgão Central do Plano Nacional de Polícia Comunitária

A Diretoria de Políticas de Segurança Pública da SENASP é responsável pela interlocução junto aos órgãos regionais para a efetivação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social no tocante à Polícia Comunitária.

5.2.2 Órgãos Regionais do Plano Nacional de Polícia Comunitária

As Coordenações Estaduais de Polícia Comunitária representam suas unidades federativas no tocante ao planejamento e implementação de programas e projetos de Polícia Comunitária, podendo utilizar o canal técnico junto à SENASP para a efetivação de iniciativas comuns.

Recomenda-se que o policial indicado possua capacitação e experiência profissional no contexto da aplicação da filosofia de polícia comunitária.

5.3 ATRIBUIÇÕES DO PLANO

Visando dotar o Plano Nacional de Polícia Comunitária de competências específicas para disseminar a filosofia de Polícia Comunitária no Brasil, encontram-se abaixo algumas de suas atribuições:

- fomentar a capacitação de todos os profissionais de segurança pública na filosofia e práticas de polícia comunitária, nos planos de formação, habilitação e aperfeiçoamento;

- desenvolver programas, projetos e ações que estejam alinhados à filosofia de polícia comunitária;

- zelar pela continuidade de processos que propiciem medidas efetivas e permanentes que gerem sensação de segurança e qualidade de vida à sociedade atendida;

- acatar as diretrizes previstas na Matriz Curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública no tocante à disciplina de Polícia Comunitária, com vistas ao alinhamento nacional em doutrinas que estejam convergentes com as práticas de direitos humanos, polícia comunitária e ética policial;

- incentivar às Instituições integrantes do SNPC a implementar e aprimorar as atividades correlatas a temática de Polícia Comunitária;

- dotar, atualizar e disponibilizar informações às Instituições integrantes do SNPC de programas, projetos e ações que estejam em desenvolvimento no âmbito nacional e internacional com foco na temática de polícia comunitária, utilizando-se para isso de plataforma adequada a este fim; e

- incentivar a troca de experiências na área entre todos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública.

5.4 DIRETRIZES BASILARES

Constituem o norte fundamental que fornece parâmetros que devem permear as instituições de segurança pública que integram o Plano:

Diretriz 1: Visão sistêmica da Polícia Comunitária

Entendida como filosofia e estratégia organizacional que deve permear toda a instituição policial e não apenas constituir um programa de policiamento ou fração de efetivo.

Diretriz 2: Conteúdo obrigatório nas malhas programáticas dos cursos de formação e aperfeiçoamento

Conteúdo obrigatório nas malhas programáticas dos cursos de formação e aperfeiçoamento, com aulas a serem ministradas por multiplicadores formados nas capacitações estaduais, nacionais ou internacionais.

Diretriz 3: Preferência pelo emprego de todos policiais recém-formados na atividade de Policiamento Comunitário

Fixação de seu emprego por período que propicie o estabelecimento de laços de confiança com a comunidade local.

Diretriz 4: Utilização de ações policiais sociais como meio de aproximação comunitária, de forma a contribuir com o policiamento comunitário e não como fim

Utilização de ações policiais sociais como meio de aproximação comunitária, de forma a contribuir com o policiamento comunitário e não como fim, e por prazo certo, dentro da dinâmica operacional de cada instituição, tendo em vista que estas oneram efetivo profissional imprescindível para a atividade policial e devem ter sua continuidade preferencialmente empreendida por voluntários oriundos da comunidade, prática que deve ser incentivada e valorizada na sociedade.

Entende-se ação policial social aquela empreendida em prol da comunidade local, mas que não demande para sua implementação de profissional com formação e experiência na área de segurança pública, como, por exemplo, o ministério de aulas de música ou esportes.

Não estão inclusas nesta classificação as ações de policiais em escolas quanto à conscientização da prevenção do uso de drogas (PROERD) e outras similares, as quais requerem expertise em segurança pública por parte do agente, a fim de que seja propiciado ao público alvo um completo panorama do problema sob perspectiva institucional. Destaca-se que neste programa os policiais atuam realizando, concomitantemente, policiamento comunitário escolar, aplicação de lições em salas de aula e constante interação junto às comunidades locais atendidas, sendo, portanto, considerado atividade de policiamento comunitário.

Diretriz 5: Estruturação e normatização dos Conselhos Comunitários de Segurança

Importância da estruturação e normatização dos Conselhos Comunitários de Segurança, ou organismo congênere, para a integral implementação do Plano, por meio de fórum de comunicação presencial entre os gestores de segurança pública, municipalidade e a comunidade, de forma que seus anseios sejam ouvidos e levados em consideração quando do planejamento e ação operacional das instituições, bem como seja incentivada a consciência de corresponsabilidade na construção de uma sociedade segura, meta a ser alcançada pela ação sinérgica de todos os atores envolvidos.

Diretriz 6: Colaboração federativa

Implementação de mecanismos de inter-relação e colaboração federativa para multiplicação de boas práticas e aperfeiçoamento do Plano, por intermédio de mecanismos como as visitas técnicas e os seminários.

Diretriz 7: Disseminação e uniformização da filosofia de polícia comunitária

Disseminação e uniformização da filosofia de polícia comunitária entre todos atores do Sistema de Segurança Pública brasileiro, preferencialmente a partir de profissionais multiplicadores capacitados.

Devem as unidades da federação primar por manter uma identidade mínima de policiamento comunitário que mantenha, como princípio básico de atuação norteadora de toda estrutura, a fixação do efetivo na área de atuação, a realização de visitas comunitárias e solidárias, a realização de reuniões comunitárias, a mobilização comunitária e, sobretudo, que se dê autonomia de ação ao policial comunitário dentro de sua esfera de atribuições.

Cabe destacar que a presente diretriz deve ser entendida como uma meta a ser alcançada por meio de esforços institucionais de todos atores envolvidos na área de segurança pública, não constituindo obrigação exclusiva de uma instituição.

Diretriz 8: Mobilização e ação sinérgica com os atores responsáveis pela implementação de Políticas Sociais

Participação de Organizações Sociais, Instituições Públicas e/ou Privadas de todas as esferas para criar e fortalecer, de forma transversal, o sistema com foco no cidadão.

Diretriz 9: Mensuração das ações de Polícia Comunitária

Sistematizar modelos de mensuração das ações de Polícia Comunitária, proporcionando a valorização de ações preventivas e melhorando a motivação do profissional de segurança pública, com reconhecimento e/ou premiação periódica.

Diretriz 10: Comunicação ágil entre as esferas federal, estadual e municipal,

Comunicação ágil das esferas de poder, propiciando o fluxo de informações pelo canal técnico, devendo ser mantido atualizado o nome do Coordenador Estadual de Polícia Comunitária junto à SENASP.

Diretriz 11: Eficácia da polícia é medida pela percepção de segurança e ausência de crime e de desordem

Eficácia da polícia é medida pela percepção de segurança e ausência de crime e de desordem e não, tão somente, por meio de quantificações de prisões, apreensões de produtos ilícitos, operações, dentre outras.

Diretriz 12: Retroalimentação da gestão operacional

Avaliações periódicas alicerçadas não só em dados estatísticos criminais, mas também com as contribuições advindas da interação com a comunidade.

Diretriz 13: Cidadão cliente

O cidadão é o "cliente" por excelência das instituições de segurança pública, que devem manter seu esforço e foco em prol da sociedade, materializando o conceito de que a Segurança Pública é um bem imaterial.

Diretriz 14: Prestação de contas

O policial presta contas de seu trabalho aos respectivos superiores hierárquicos e a instituição policial à comunidade por meio de reuniões comunitárias.

Diretriz 15: Manutenção permanente de desafios

Visão interacionista deve ser enfatizada como mudança de foco dos conflitos, encorajando-os com vistas a estabelecer grupos harmoniosos, pacíficos e cooperativos, controlando comportamentos estáticos e apáticos.

Diretriz 16: Respeito mútuo

O relacionamento institucional junto às comunidades deverá pautar-se por meio de características fundamentais que permeiam o processo de comunicação e mútuo respeito devidos, por meio da empatia, alteridade, bom senso, cooperação, probidade, dentre outros aspectos que agreguem valores positivos necessários às Instituições policiais envolvidas.

Diretriz 17: Responsabilidade territorial

O policiamento comunitário, no âmbito das Instituições Policiais envolvidas, será implementado aproveitando-se quaisquer processos de policiamento desenvolvidos in loco de forma a garantir a fixação do efetivo e a responsabilidade territorial, adaptável a cada realidade local no âmbito das Unidades da Federação.

Diretriz 18: Engajamento dos mais altos níveis

As altas direções deverão primar pela continuidade dos serviços prestados com foco voltado à aproximação institucional com a sociedade, por meio de tecnologias administrativas e operacionais sustentáveis. Bem como incentivar seus subordinados ao desenvolvimento contínuo de práticas de polícia comunitária.

5.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Por derradeiro, para efetivação do processo de implantação, importante que se implante um mecanismo de Diagnóstico de Polícia Comunitária, necessário para que os entes federativos estabeleçam critérios para examinar o desenvolvimento da Diretriz em seus Estados.

Nessa esteira, recomenda-se a aplicação dos "Sete Processos de Polícia Comunitária" (BORGES, Luciano Quemello, Diagnóstico de Polícia Comunitária, no prelo), pelos quais as instituições são capazes de evidenciar seus pontos fortes e não-conformidades de aplicação, sendo:

1. Conhecer: para sedimentar Polícia Comunitária é preciso, antes de tudo, entender seu conceito, contemporaneamente, como sendo a cultura da união entre comunidade e polícia, objetivando o desenvolvimento de ações eficazes para a redução de fatores ofensivos à segurança pública;

2. Analisar: é fundamental que os policiais saibam como foi acolhida a cultura de Polícia Comunitária em outras polícias, para que os detalhes sejam ponderados. Todas as polícias têm seus desafios, logo, nenhuma instituição tem know-how incontestável para ser padrão absoluto, mas uma polícia um pouco mais experiente e exitosa, como a do Japão, pode e deve compartilhar com outras as suas boas práticas e os erros que forem cometidos, para que o nível de gerenciamento policial local, que tem dirigentes capacitados, analise e julgue se as ferramentas sugeridas são aplicáveis ou não as suas circunstâncias populacionais e institucionais. Essa análise também deve ser feita dentro da própria instituição, já que, muitas vezes, parte da força policial não analisa o que a outra parte da própria instituição executa;

3. Aceitar: as instituições policiais devem aceitar a filosofia de Polícia Comunitária com ações práticas e mudança de cultura, afastando retóricas inócuas;

4. Implantar: não é possível implantar Polícia Comunitária sem uma base legal e sem doutrina. A normatização é basilar, além dos estímulos à produção literária do tema;

5. Conscientizar: essa fase vai desde a capacitação das lideranças até os mecanismos de avaliação de desempenho e sistema de premiação dos policiais;

6. Difundir: a comunicação midiática e interna das boas práticas deve ser contínua, eficiente e capilar nas organizações; e

7. Monitorar: significa acompanhar, observar o decurso, avaliar dados e verificar constantemente qualidade do serviço prestado, para poder aperfeiçoar e sedimentar Polícia Comunitária.

Nesse sentido, a definição de indicadores nesse processo é a base que possibilita verificar eficiência, eficácia e efetividade da estratégia, sendo que os indicadores de esforço nos orientam na compreensão dos processos implementados, como por exemplo o número de ações, projetos e beneficiários atendidos e os indicadores de resultados, efetivo mecanismo de avaliação, os quais dizem respeito a concretização de metas estabelecidas, como a redução de indicadores criminais, os índices de sensação de segurança, a satisfação com os serviços prestados e a própria imagem institucional.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Luseni. et al. Juventude e políticas de segurança pública no Brasil. In ANDRADE, Carla; AQUINO, Luseni; CASTRO, Jorge. (Orgs.) Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos Humanos: coisa de polícia. 2ª ed. Passo Fundo/RS: Ed. Capec, Pasteur, 1998.

BAYLEY, David H. e SKOLNICK, Jerome H. Nova Polícia: Inovações na Polícia de Seis Cidades Norte-Americanas. Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Série Polícia e Sociedade; n.2).

BAYLEY, David H. Padrões de Policiamento. Uma análise Internacional Comparativa / David H. Bayley; tradução de Renê Alexandre Belmonte. - 2. Ed. 1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Série Polícia e Sociedade; n.1)

BAYLEY, David H. e SKOLNICK, Jerome H. Policiamento comunitário. Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Série Polícia e Sociedade; n.6).

BORGES, Luciano Quemello, Diagnóstico de Polícia Comunitária PMESP, no prelo.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 2, de 15 de dezembro de 2010, SEDH/MJ, que estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública.

BRASIL. Lei n.º 13.675, de 13 de julho de 1990, que instituiu a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e o Sistema Único de Segurança Pública. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília/DF, 11 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária. SENASP, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária. SENASP, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária - Sistema Koban. SENASP, 2008.

CÂMARA TÉCNICA PROERD DO CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES-GERAIS DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES (Brasil). Parecer nº 0001, de 21 de dezembro de 2010. Ofício ao Gabinete da Presidência do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. 21 dez. 2010. São Paulo.

CERQUEIRA Carlos M. N. Do Patrulhamento ao Policiamento. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

COSTA, Julio Cezar. FERNANDES, João Antonio da Costa. A democratização e universalização da segurança pública. 1998. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Pós-Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

COSTA, Júlio Cezar; FERNANDES, João Antonio da Costa. Segurança pública: convergência, interconexão e interatividade social. Vitória: Editora do autor, 2012.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução nº 217 A (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.

ESPÍRITO SANTO. Polícia Militar. DIRETRIZ DE INSTRUÇÃO Nº 003/99 - 3ª EMG "PARÂMETROS PARA O MODELO INTERATIVO DE POLÍCIA" de 01.10.1999. Disponível em: <http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/Diretriz_pm.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2018.

ESPÍRITO SANTO. Polícia Militar. Planejamento Estratégico da PMES - 2015-2019. Disponível em: <http://www.pm.es.gov.br/download/arquivos/ANEXO_BCG023.pdf>. Acesso em 26 fev. 2018.

ESPÍRITO SANTO. Polícia Militar. Relatório de Gestão da Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária (DDHPC - HISTÓRIA, CONQUISTAS E PERSPECTIVAS - 2007-2014). Disponível em: < http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/Relatorio_PM_10-03-5_FINAL.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2018.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. Instrução nº 3.03.17/2016-CG: Regula o Serviço Tático Móvel N da Polícia Militar de Minas Gerais e dá outras providências / Polícia Militar - Comando-Geral. Belo Horizonte: 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2016. 49 p.: il.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. Instrução nº 3.03.07/2010-CG: Regula a Atuação da Base Comunitária (BC) e da Base Comunitária Móvel (BCM) na Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: PMMG - Comando-Geral, 2010. 85 p.: il.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Diretriz nº 3.02.05/2014 - CG. Regula a mobilização social, estruturação e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública no âmbito da PMMG - Belo Horizonte: Comando-Geral, 2014. 53p.

MONJARDET, Dominique. O que a Polícia faz: Sociologia da força pública. - São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2012. - (Série Polícia e Sociedade; n. 10/Organização: Nancy Cardia).

Marcineiro, Nazareno. Polícia comunitária: Construindo segurança nas comunidades. - Florianópolis : Insular, 2009.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança. São Paulo, 2009.

ONU. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução nº 34/169, de 17 de dezembro de 1979.

ONU. Os direitos humanos e aplicação da lei: manual de formação em direitos humanos para policiais. Genebra. Oficina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Nações Unidas, 2001. Série formação profissional nº 5. Disponível em: <http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos/File/manual_direitos_humanos.pdf> Acesso em: 12 Jul 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Diretriz de Polícia Comunitária nº 033 de 2015.

ROLIM, Marcos. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

ROSENBAUM, Dennis P. A Mudança no Papel da Polícia: Avaliando a Transição para Policiamento Comunitário. In: BRODEUR, Jean-Paul. Como Reconhecer um Bom Policiamento: Problemas e Temas. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SÃO PAULO. Polícia Militar. Programa de Policiamento Comunitário - Sistema Koban - adaptado pela Polícia Militar de São Paulo. 3ª Edição. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2009.

SILVA, Jorge da. Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento comunitário: como começar? Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansk. Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

### SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

**PAUTA DA 141ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019**

Dia: 24/04/2019
Início: 10:00h
Processo Administrativo nº 08700.004073/2016-61
Representante: Cade ex officio
Representados: Marcelo Tonon, Marcelo Pavani, Eliana Maria Giannocaro Allodi, Dino Maggioni, Gerson Carrasco, Edison Lino Duarte, Edison Galassi, José Luis Cucchietti e CVN Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Peças Automotivas Ltda.
Advogados: Lauro Celidônio Neto, Stephanie Scandiuzzi, Hugo German Segre, Márcio Carmmarosano, Márcio Alexandre Giorgini Fusco Carmmarosano, Wassila Caleiro Abbud, Spencer Toth Sydow, Eduardo Caminati Anders e outros.
Relatora: Conselheira Paula Azevedo
Voto-Vista: Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova
Processo Administrativo nº 08700.005761/2015-67
Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
Representados: Banco Santander Brasil S.A.
Advogados: Luiz Carlos Sturzenegger, Alexandra Pontes Tavares de Almeida, Luciano Corrêa Gomes e outros.
Relator: Conselheiro João Paulo de Resende
Processo Administrativo nº 08700.005766/2015-90
Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
Representados: Banco Bradesco S.A.
Advogados: Celso Cintra Mori, Leonardo Peres da Rocha e Silva, Cristianne Saccab Zarzur, Marina Curi Penna e outros.
Relator: Conselheiro João Paulo de Resende
Processo Administrativo nº 08700.005418/2017-84
Representantes: Suata Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado S.A. e Atlântico Terminais S.A.
Advogados: Thiago T. de Mello Miller e Luís Felipe C. de Amorim.
Representado: Tecon Suape S.A.
Advogados: Mauro Grinberg, Beatriz Cravo e Paloma Almeida
Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira
Processo Administrativo nº 08700.005755/2015-18
Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
Representados: Itaú Unibanco S.A.
Advogados: Barbara Rosenberg, Luiz Antonio Galvão e outros
Relator: Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia
Processo Administrativo nº 08700.005759/2015-98
Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
Representados: Caixa Econômica Federal
Advogados: Leonardo Faustino Lima e outros, William Herrison Cunha Bernardo, Ana Paula Galinatti Schreiber, Luciano Caixeta Amâncio e Gilson Costa de Santana.
Relatora: Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova
Processo Administrativo nº 08700.005781/2015-38
Representante: Cade ex officio
Representados: Banco de Brasília - BRB
Advogado: Durval Garcia Filho, Leonardo Jorge Queiroz Gonçalves e Davi Beltrão de Rossiter Corrêa.
Relatora: Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova
Processo Administrativo nº 08700.005770/2015-58
Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
Representado: Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul
Advogados: Sônia Michel Antonelo Pereira, Almir da Costa Barreto, Luiz Gonzaga Veras Mota, Elisa Maria Loss Medeiros, Manoel André da Rocha e outros.
Relatora: Conselheira Paula Azevedo
Procedimento Administrativo de Apuração de Ato de Concentração nº 08700.003621/2018-05
Representante: Acesso Restrito
Representadas: Acesso Restrito
Advogados: David Gonçalves de Andrade Silva, Tchezary Gomes Pena Medeiros e outros.
Relator: Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

**DESPACHO Nº 502, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Ref.: Ato de Concentração nº 08700.006637/2018-61. Requerentes: Kingspan-Isoeste Construtivos Isotérmicos S/A e DânicaZipco Sistemas Constructivos S.A. Advogados: Leonardo Maniglia Duarte, Gabriel Nogueira Dias e outros. Acolho o Parecer Técnico nº 7/2019/CGAA2/SGA1/Superintendência-Geral, de 17 de abril de 2019 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, II, da Lei nº 12.529/2011, c/c o art. 161, II, do Regimento Interno do Cade, decido pela impugnação ao Tribunal do presente ato de concentração. Ao Setor Processual.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

**DESPACHO Nº 504, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Ref.: Processo Administrativo nº 08700.007351/2015-51 (relacionado ao Apartado Restrito nº 08700.007353/2015-40. Representante: CADE ex officio. Representados: Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A., EBE - Empresa Brasileira de Engenharia S.A., Techint Engenharia e Construções S.A., UTC Engenharia S.A., Adolfo de Aguiar Braid, Antônio Carlos D'Agosto Miranda, Carlos Maurício de Paula Barros, Dalton dos Santos Avancini, Fábio Andreani Gandolfo, Flávio David Barra, Guilherme Pires de Mello, Gustavo Ribeiro de Andrade Botelho, Henrique Pessoa Mendes Neto, Humberto Barra Neto, José Arnaldo Delgado, Luís Guilherme de Sá, Luiz Alfredo Lima Sapucaia, Luiz Carlos Martins, Marcelo Sturlini Bisordi, Odon David de Souza Filho, Paulo Massa Filho, Petrônio Braz Junior, Renato Ribeiro Abreu, Ricardo Ourique Marques e Ricardo Ribeiro Pessoa. Advogados: Alexandre Ditzel Faraco, Amanda Fabbri Bareili, Ana Paula Martinez, Barbara Rosenberg, Caio Lacerda de Castro, Daniela Coelho Araujo Fernandes de Vasconcellos, Eduardo Caminati Anders, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Luís Bernardo Coelho Cascão, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Marco Antonio Fonseca Júnior, Marcos Paulo Veríssimo, Nara Silva de Almeida, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira, Paola Regina Petrozziello Pugliese, Paula Sion, Pierpaolo Cruz Bottini, Rafaella Schwartz Jaroslavsky, Ricardo Casanova Motta, Sérgio Ferraz e Opice, Sérgio Varella Bruna, Tercio Sampaio Ferraz Júnior, Thiago Francisco da Silva Brito, Tito Amaral de Andrade, Vinícius Marques de Carvalho e outros. Acolho a Nota Técnica nº 38/2019, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na referida nota técnica, decido pela marcação de nova audiência para colheita do depoimento pessoal do Representado Humberto Barra Neto para o dia 30/04/2019, às 15h00.

DIOGO THOMSOM DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

## Ministério do Meio Ambiente

### INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019(*)**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA), no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 23 do Anexo I do Decreto nº s/n, de 09 de janeiro de 2019, combinado com o disposto no inciso IV do artigo 130 do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ibama nº 14, de 29 de junho de 2017,

Considerando a competência originária da União disposta na Lei Complementar 140/2011 e no Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015, e a possibilidade de constituição de ações administrativas subsidiárias entre os entes da Federação;

Considerando a possibilidade de delegação da execução de ações administrativas do licenciamento ambiental federal aos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar nº 140/2011;

Considerando a oportunidade e conveniência de delegação da execução do licenciamento ambiental inerente à execução de atos administrativos discricionários; e

Considerando o constante dos autos dos Processos 02001.005333/2014-54 e 02001.001880/2018-94 e a necessidade de definição de procedimentos administrativos comuns que atendam ao rol de obrigações entre os entes federativos partícipes na constituição dos atos delegatários, resolve:

CAPÍTULO I - DO PROCESSO DE DELEGAÇÃO

Art. 1º Estabelecer os procedimentos administrativos no âmbito do Ibama para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para Órgão Estadual de Meio Ambiente - OEMA ou Órgão Municipal de Meio Ambiente - OMMA.

Art. 2º São passíveis de delegação, mediante avaliação de oportunidade e conveniência e ato específico da Administração, os processos de licenciamento ambiental cuja competência originária seja federal.

§ 1º É possível a delegação do licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que afetem mais de um estado a apenas um OEMA, ou OMMA ainda que não haja manifestação dos demais estados.

§ 2º Em casos de controvérsia judicial ou extrajudicial quanto à competência para o licenciamento, cujo deslinde puder causar mora administrativa, poderá o Ibama realizar a delegação cautelar do licenciamento ambiental ao OEMA ou ao OMMA, ainda que não se entenda, a priori, competente, nos termos do artigo 7º da Lei Complementar nº 140/2011.

§ 3º A delegação cautelar subsistirá até o deslinde final da controvérsia, convertendo-se em definitiva, caso definida a competência do Ibama, ou perderá seu objeto, caso entendido que a OEMA ou o OMMA detém a competência para o licenciamento.

Art. 3º A delegação de competência será formalizada por meio de Acordo de Cooperação Técnica - ACT, instrumento jurídico formal a ser firmado entre o Ibama e o OEMA ou OMMA, no qual devem ser especificados o empreendimento ou atividade cujo licenciamento será delegado, o prazo de vigência da delegação, bem como o regramento das relações institucionais e administrativas entre os entes partícipes, seguido-se o modelo do Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 1º O prazo de vigência dos ACTs será de 5 (cinco) até 10 (dez) anos, contados a partir da data da sua publicação no Diário Oficial da União , podendo ser prorrogado mediante lavratura de Termo Aditivo, com a devida justificativa, sem modificação do objeto.

§ 2º No caso dos estados e municípios que possuam órgãos executores do licenciamento ambiental, a titularidade do ACT deverá ser firmada com o órgão executor.

Art. 4º É admitida a constituição de consórcios públicos visando à efetivação da delegação de licenciamento ambiental de competência federal junto ao Ibama, conforme preconiza o artigo 4º da Lei Complementar nº 140/2011.

Art 5º Os ACTs firmados com o Ibama para delegação de licenciamento ambiental de competência federal não ensejam a previsão de transferência de recursos financeiros entre os entes partícipes.

§ 1º Os custos inerentes às análises e às vistorias realizadas pelo partícipe delegante devem ser ressarcidos pelo empreendedor com fulcro no artigo 17-A da Lei nº 6.938/1981, no § 3º do artigo 13 da Lei Complementar nº 140/2011, e na Portaria Interministerial nº 812/2015.

§ 2º Os custos inerentes às análises, vistorias e emissão de licenças realizadas pelo partícipe delegatário devem ser ressarcidos pelo empreendedor com base na legislação estadual própria.

§ 3º Somente será considerada a existência do consórcio público quando for constituída sua personalidade jurídica, conforme o disposto no artigo 6º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Art. 6º Constituem parte legítima para propor ato de delegação de licenciamento ambiental de competência federal:

I - o Ibama, por competência originária;

II - o OEMA ,OMMA , ou órgão executor do licenciamento ambiental diretamente interessado; ou

III - o responsável pelo empreendimento ou atividade objeto de licenciamento, devidamente identificado na Ficha de Caracterização da Atividade - FCA, cadastrada no Sistema de Informações Geográficas Ambientais - SIGA.

Art. 7º São requisitos mínimos para o início da análise de delegação de licenciamento ambiental de competência federal:

I - para empreendimentos ou atividades sem processo de licenciamento instaurado no Ibama:

a) preenchimento da FCA pelo responsável pelo empreendimento e/ou atividade, disponível no portal de serviços do Ibama, com informações que permitam aferir o grau de impacto ambiental e a competência federal originária para o licenciamento ambiental;

b) instauração do processo administrativo pelo Ibama, após recebimento da FCA;

c) manifestação do Ibama ou do OMMA ou OMMA acerca do interesse na delegação, conforme modelo contido no Anexo II desta Instrução Normativa.

II - para empreendimentos e/ou atividades com processo de licenciamento em curso no Ibama:

a) FCA preenchida;

b) manifestação do Ibama ou do OMMA ou OMMA acerca do interesse na delegação, conforme modelo contido no Anexo II desta Instrução Normativa.

§ 1º Para processos enquadrados no Inciso I, havendo prévia manifestação de interesse de delegação exarada por parte de OEMA ou de OMMA, esta deverá compor o processo em sua origem.

§ 2º O responsável pelo empreendimento ou atividade deverá ser formalmente comunicado quanto ao início da análise de delegação, quando este não for o proponente inicial do ato delegatário de licenciamento ambiental.

Art. 8º Constituído o processo de licenciamento ambiental, a Coordenação-Geral, subsidiada, quando necessário, pela Coordenação ou Divisão de Área responsável pela tipologia de empreendimento ou atividade no âmbito da Diretoria de Licenciamento Ambiental - Dilic, deverá se manifestar quanto à competência para licenciar o empreendimento ou atividade.

§ 1º Concluindo-se pela competência federal, a Coordenação ou Divisão de Área responsável pela tipologia de empreendimento ou atividade deve emitir manifestação contendo o status do processo e a avaliação técnica acerca do ato delegatório pretendido, tal como um comparativo de graus de impacto ambiental ou de complexidade com outros empreendimentos ou atividades similares, ou parte do empreendimento ser licenciada por outro ente federativo;

§ 2º Concluindo-se que o licenciamento ambiental não é de competência federal, o processo será encerrado no Ibama, comunicando-se os responsáveis pelo empreendimento ou atividade.

§ 3º Concluindo que o licenciamento é de competência federal, caso haja posicionamento da Coordenação de Área e Coordenação Geral, o processo deverá ser remetido ao Serviço de Regularização Ambiental e Delegações de Competência.

§ 4º Em caso de processos anteriormente conduzidos por outro ente, caberá ao delegatário a decisão quanto à eventual convalidação dos atos.

Art. 9º O Serviço de Regularização Ambiental e Delegações - Serad, emitirá manifestação quanto ao ato delegatário pretendido, de acordo com a situação de adimplência do ente em outros processos de delegação.

Art. 10º A partir das manifestações das áreas técnicas e do SERAD, a Dilic, subsidiada, quando necessário pela Coordenação-Geral responsável pela tipologia, se manifestará quanto à conveniência e oportunidade de efetivação da delegação de competência do licenciamento ambiental.

§ 1º Após manifestação positiva, o SERAD encaminhará Ofício ao OEMA ou OMMA solicitando os seguintes documentos:

I - Declaração de atendimento aos requisitos de capacidade técnica e de existência ativa do Conselho de Meio Ambiente, conforme disposto no artigo 5º da Lei Complementar nº 140/2011;

II - Cópias da Carteira de Identidade, do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e do Termo de Posse do Secretário de Meio Ambiente Estadual ou Municipal;

III - Cópia do Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ;

IV - requerimento de habilitação do sistema de processo eletrônico, visando assinatura digital do ACT e por meio do qual o ente acessará as cópias do processo de licenciamento em sua íntegra e dos estudos técnicos correlacionados.

§ 2º De posse das informações mencionadas no § 1º é feita a elaboração de Minuta de ACT, adotando-se o modelo constante no Anexo I desta Instrução Normativa, sem prejuízo de outras condições e informações entendidas como necessárias conforme as especificidades de cada empreendimento ou atividade.

§ 3º Caso haja manifestação desfavorável ao ato delegatário por parte da Diretoria de Licenciamento ou ente destinatário da delegação não atenda aos requisitos legais exigidos, a análise será concluída pelo Serad e o processo de licenciamento retornará à Coordenação ou Divisão de Área no âmbito da Dilic para condução administrativa em caráter ordinário.

Art. 11 Após a devida instrução, o processo de licenciamento deve ser encaminhado pela Dilic à Procuradoria Federal Especializada junto ao Ibama - PFE-Ibama para análise e manifestação jurídica acerca da Minuta do ACT e dos respectivos documentos instrutórios.

Parágrafo único. Caso o parecer jurídico da PFE-Ibama conclua pela necessidade de saneamento de vícios do processo ou de adequação da Minuta de ACT analisada, o processo retornará à Dilic que, por meio do Serad, se manifestará pela incorporação das alterações sugeridas pela PFE-Ibama, efetivando-as, ou pela impertinência de atendimento às sugestões, com os devidos fundamentos técnicos.

Art. 12 A partir das manifestações técnicas e jurídica favoráveis à delegação de competência de licenciamento ambiental, o processo deve ser encaminhado à Presidência do Ibama, que emitirá decisão final quanto à celebração de ACT com o OEMA ou OMMA.

§ 1º Caso a decisão seja favorável mas o ACT necessite de ajustes, o processo deve retornar ao Serad para que se proceda as devidas alterações requeridas pela Presidência do Ibama.

§ 2º Caso a decisão seja contrária ao ato delegatário, o processo de licenciamento retornará à Dilic, para condução administrativa em caráter ordinário pela Coordenação ou Divisão de Área responsável pela tipologia.

Art. 13 A assinatura do ACT visando a delegação de competência de licenciamento ambiental a OEMA ou OMMA será efetuada por meio do sistema de processo eletrônico vigente no Ibama dentro de um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da assinatura pela Presidência, sob pena de expiração de prazo e posterior cancelamento do ACT.

§ 1º O Extrato do ACT celebrado deverá ser publicado no Diário Oficial da União e nos Diários Oficiais do ente federativo ao qual vincula-se o delegatário, respeitando-se o modelo constante no Anexo III desta Instrução Normativa.

§ 2º O extrato do ACT deverá ser encaminhado a Assessoria de Comunicação - Ascom para publicação da lavratura do Acordo no sítio eletrônico do Ibama.

CAPÍTULO II - DO ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DELEGADO

Art. 14 O exercício das atividades de licenciamento ambiental delegadas terá seu acompanhamento realizado pelo Serad, a quem compete supervisioná-lo e auditá-lo, por meio da manutenção do processo administrativo ordinário, em trâmite no Ibama.

Art. 15 O OEMA ou OMMA celebrante de ACT deverá produzir todos os atos administrativos inerentes à execução do licenciamento ambiental a ele delegado, devendo encaminhar ao Ibama o Relatório Técnico Anual de Atividades - RTAA, até o dia 31 de março de cada ano, conforme orientações constantes no Anexo IV desta Instrução Normativa.

Art. 16 Para a realização de atividades de supervisão e auditagem, o Ibama poderá, a qualquer tempo, realizar vistorias de acompanhamento ao empreendimento e/ou atividade cujo licenciamento foi delegado a OEMA ou OMMA.

CAPÍTULO III - DAS MEDIDAS CORRETIVAS, DA INTERRUPÇÃO E DO TÉRMINO DA DELEGAÇÃO

Art. 17 É assegurada ao Ibama a prerrogativa de retomar a execução do licenciamento ambiental de empreendimento ou atividade delegada a qualquer tempo.

Art. 18 Constatadas irregularidades e/ou omissões cometidas durante a vigência de ACT, o Ibama poderá adotar as seguintes medidas:

I - Notificação;

II - Sessão de Conciliação;

III - Rescisão do Acordo.

§ 1º O Anexo V desta Instrução Normativa contém lista exemplificativa de irregularidades passíveis de serem constatadas durante a execução dos ACTs.

§ 2º É possível a aplicação gradativa das medidas corretivas de acordo com a gravidade dos fatos e/ou omissões.

Art. 19 A Notificação deve ser emitida pela Dilic e pode ser aplicada fixando-se prazo para adequação das constatações efetuadas.

Art. 20 Na Sessão de Conciliação, a ser convocada pela Dilic, devem ser discutidas as irregularidades identificadas e as medidas corretivas para saná-las, com a participação obrigatória dos entes signatários do ACT.

§ 1º No caso de emissão de três notificações de irregularidades distintas ou de duas notificações de irregularidades idênticas, o Ibama convocará o partícipe delegatário para a Sessão de Conciliação.

§ 2º Em havendo conciliação, ao final da sessão o ACT, deverá ser feito Ata de Reunião, assinado entre as partes contendo as medidas corretivas, os responsáveis e o prazo para sua execução.

Art. 21 A Rescisão do Acordo compete à Presidência do Ibama e poderá ser aplicada nas seguintes situações:

I - descumprimento de quaisquer cláusulas do ACT;

II - constatação de graves irregularidades e/ou omissões cometidas pelo partícipe delegatário;

III - denúncia por interesse de uma das partes;

IV - não entendimento entre as partes na Sessão de Conciliação;

V - por conveniência e oportunidade.

§ 1º A decisão da Presidência do Ibama quanto à Rescisão do ACT deve ser subsidiada por manifestação embasada por fundamentação técnica, devendo o Serad instruir o processo originário, por meio de Nota Técnica que demonstre o estado da arte do cumprimento do ACT, e encaminhá-lo às instâncias superiores para tomada de decisão da Dilic.

§ 2º No caso de Rescisão do ACT, deverá ser constituído, assinado e publicado, de modo unilateral, um Termo de Encerramento, respeitando-se o modelo do Anexo VII, observadas a paridade da competência e das formas da constituição do ato administrativo.

§ 4º A publicação do Termo de Encerramento deverá ser efetuada pelo Ibama no Diário Oficial da União e cópia deverá ser encaminhada ao outro partícipe do ACT.

Art. 22 A vigência do ACT finaliza-se quando o prazo do acordo expirar sem o interesse de renovação por quaisquer dos partícipes.

§ 1º No caso de término do ACT, deverá ser constituído, assinado e publicado, de modo bilateral, o Termo de Encerramento, observadas a paridade da competência e das formas da constituição do ato administrativo.

§ 2º A publicação do Termo de Encerramento deverá ser efetuada pelo Ibama no Diário Oficial da União e cópia deverá ser encaminhada ao outro partícipe do ACT, seguindo-se modelo do Anexo VI.

Art. 23 Formalizado o encerramento do ACT, em quaisquer dos casos previstos, o ex-delegatário deverá encaminhar ao Ibama a íntegra do processo administrativo que consolidou os atos processuais na vigência da delegação.

Paragrafo Único. O processo administrativo de delegação, após saneado pelo Serad será relacionado ao processo de licenciamento ambiental correspondente no sistema de processo eletrônico, que deverá ser encaminhado a Coordenação ou Divisão de Área, para uma avaliação das ações a serem convalidadas ou não no âmbito do processo de licenciamento e devida condução.

CAPÍTULO IV - DA AÇÃO FISCALIZATÓRIA E DA AÇÃO FISCALIZATÓRIA SUPLETIVA

Art. 24 Compete ao partícipe delegatário responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

CAPÍTULO V - DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 26 Os procedimentos para fins de definição e destinação da Compensação Ambiental, aplicáveis a empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental, ficarão, salvo previsão expressa em sentido contrário, sob a responsabilidade do Ibama.

Parágrafo único. A legislação adotada para os fins de compensação deverão atender ao disposto no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, no Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009, no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e demais normativos federais que regem o cálculo da Compensação Ambiental.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27 Para os atos delegatários firmados anteriormente à publicação desta Instrução Normativa, permanecem válidos os dispositivos dos seus ACTs até a data da respectiva vigência.

Parágrafo Único. Os processos de delegação anteriores à publicação desta Instrução Normativa, poderão ser prorrogados somente mediante a lavratura de novo ACT, considerando a íntegra do teor dos Anexos I a V.

Art. 28 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO FORTUNATO BIM

ANEXO I

Acordo de Cooperação Técnica padrão

MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC Aos_____(data por extenso), declaro encerrado o Acordo de Cooperação Técnica nº xx/ 2018 que se destinou a delegação da execução do licenciamento ambiental do empreendimento denominado_____, cujos registros estão subscritos no Processo Administrativo nº_____. Fica o delegante, conforme disposto Parágrafo 3º da Cláusula Oitava do Acordo de Cooperação ora encerrado, obrigado a encaminhar ao Ibama cópias do processo administrativo vigente. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Presidente o Ibama

ANEXO II

Ficha de Manifestação de Interesse

| |
|---|
| ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA DELEGAÇÃO DA EXECUÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL |
| FICHA DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE |
| DADOS DO OEMA/OMMA/INTERESSADO |
| NOME DA INSTITUIÇÃO: |
| CNPJ: |
| ENDEREÇO COMPLETO: |
| RAMO EM QUE ATUA (Somente para os interessados): |
| RESPONSÁVEL LEGAL: |
| RG e CPF: |
| CARGO: |
| Portaria de Nomeação (Somente para OEMA / OMMA): |
| CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (Somente para os Interessados): |
| E-MAIL: |
| TELEFONE: |
| OBS: Devem ser enviados documentos comprobatórios dos dados preenchidos junto com o formulário preenchido. |
| DESCRIÇÃO DO PROJETO PLEITEADO |
| |
| MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E CIÊNCIA DE CONTRATO |
| Venho por meio deste documento manifestar interesse na celebração de Acordo de Cooperação Técnica para delegação de ações administrativas de licenciamento ambiental, conforme Art. 5 da Lei Complementar nº 140/2011, e solicitar a instauração de procedimento administrativo para celebração de um instrumento jurídico próprio. |
| Dou ciência ao conteúdo da Instrução Normativa Ibama nº xx, de xx/xx/2018, e seguintes anexos, que constituem documentos técnico-jurídicos do tipo "ADESÃO": |
| - MODELO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - ACT; |
| - MODELO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA LAVRADO; |
| - ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO ANUAL DE ATIVIDADES DELEGADAS; |
| - LISTA DE IRREGULARIDADES NO CUMPRIMENTO DO ACT E NA CONDUÇÃO DA EXECUÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. |
| Declaro estar ciente e de acordo com as informações prestadas. |
| Local e data |
| Assinatura e Identificação do Responsável pelo OEMA/OMMA/Interessado |

ANEXO III

Modelo de extrato de Publicação

ANEXO III MODELO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA LAVRADO

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC

Número do Acordo de Cooperação Técnica: _____/_____. Processo Ibama nº_____/_____. Interessado: _____. Ente Delegatário: _____. Objeto: Delegação da execução do licenciamento ambiental do empreendimento denominado _____. Fundamento Legal: Inciso VI do Art. 4º e Art. 5º da Lei Complementar nº 140/2011. Vigência: _____a _____ (_____ Meses). Data de Assinatura: _____

ANEXO IV

Lista de Irregularidades

LISTA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO CUMPRIMENTO DO ACT E NA EXECUÇÃO DO PROCESSO

DE LICENCIAMENTO

1.Deixar de apresentar o Relatório Técnico Anual de Atividades - RTAA no prazo estabelecido ou entregar em desacordo com o disposto no documento Orientações para Elaboração de Relatório Técnico Anual de Atividades Delegadas (Anexo IV da IN nº XX de XXXXX).

2.Deixar de franquear o livre acesso dos servidores do IBAMA que acompanham o ACT às dependências do OEMA ou do OMMA.

3.Dificultar ou obstar a realização de vistorias técnicas conjuntas nos empreendimentos cujo licenciamento ambiental tenha sido delegado;

4.Deixar de encaminhar ao Ibama os documentos que consolidam a conclusão das fases de licenciamento e dos ciclos de projetos, tais como Licenças e Autorizações;

6.Deixar de observar a legislação pertinente na execução das ações referentes ao licenciamento ambiental.

7.Deixar de avaliar adequadamente a extensão territorial dos impactos ambientais diretos das atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, para identificação da necessidade de manifestação dos órgãos intervenientes.

8.Deixar de solicitar manifestação dos órgãos intervenientes para o licenciamento ambiental no caso dos impactos do empreendimento incidirem sobre bens e populações submetidas a regime de especial proteção.

9.Deixar de dar publicidade aos atos do licenciamento ambiental conforme a legislação vigente ou não exigir do empreendedor, quando for a obrigação deste.

10.Deixar de encaminhar, quando solicitado, informações complementares para acompanhamento dos Acordos.

11.Deixar de respeitar o disposto no Decreto Federal nº 4.340/2002, no Decreto Federal nº 6.848/2009, no Art. 36 da Lei Federal nº 9.985/2000 e na Instrução Normativa IBAMA nº 08/2001, nos casos em que o delegatário realizar procedimentos para fins de compensação ambiental.

12.Deixar de exigir comprovação por parte do empreendedor, nos casos de empreendimentos de significativo impacto ambiental com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental firmado. (Conversar com CCOMP)

13.Deixar de exigir a comprovação do cumprimento da reposição florestal.

14.Deixar de cumprir ou não exigir, quando aplicável, o cumprimento das normas federais e estaduais em vigor sobre utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em especial a Lei Federal nº 11.428, de 2006, e o Decreto Federal nº 6.660, de 2008, que definem o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização deste Bioma, as hipóteses taxativas para corte, supressão e exploração da vegetação, bem como os órgãos competentes para autorizá-los.

15.Deixar de manter as condições de habilitação e qualificação necessárias ao cumprimento do objeto do ACT

16.Deixar de atualizar junto ao IBAMA as informações sobre alterações institucionais que possam modificar as condições de elegibilidade à lavratura do ACT.

17.Deixar de executar as ações de Educação Ambiental legalmente exigidas nos processos de licenciamento ambiental.

ANEXO V

Modelo de extrato de encerramento

MODELO DE TERMO DE PUBLICAÇÃO DE ENCERRAMENTO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC

Número do Acordo de Cooperação Técnica: _____/_____. Processo Ibama nº_____/_____. Interessado:_____. Ente Delegatário:_____. Objeto: Encerramento do ato administrativo de delegação da execução do licenciamento ambiental do empreendimento denominado _____. Fundamento Legal: Instrução Normativa Ibama nº xxx/2018, Cláusula Oitava. Pág._____ do Processo _____. Data de Assinatura:_____.

ANEXO VI

Modelo de Termo de Encerramento de ACT. (4486870)

MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC

Aos_____(data por extenso), declaro encerrado o Acordo de Cooperação Técnica nº xx/ 2018 que se destinou a delegação da execução do licenciamento ambiental do empreendimento denominado_____, cujos registros estão subscritos no Processo Administrativo nº_____. Fica o delegante, conforme disposto Parágrafo 3º da Cláusula Oitava do Acordo de Cooperação ora encerrado, obrigado a encaminhar ao Ibama cópias do processo administrativo vigente.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Presidente o Ibama

ANEXO VII

Modelo Orientações RTAA

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO ANUAL DE ATIVIDADES DELEGADAS

Este documento apresenta uma estrutura orientativa básica a ser seguida pelos entes delegatários na elaboração do Relatório Técnico Anual de Atividades - RTAA, previsto no Acordo de Cooperação Técnica - ACT, e tem como finalidade possibilitar o acompanhamento pelo IBAMA dos atos processuais elaborados pelos delegatários, bem como, acompanhar o cumprimento das obrigações dos interessados/empreendedores nos processos de licenciamento.

Para que seja realizado um adequado acompanhamento processual torna-se necessário a padronização de documentos técnicos a serem recebidos, de forma a gerar uma linguagem institucional comum.

A padronização da linguagem permite a construção de coerência interna no uso dos conceitos utilizados na análise técnica, o aprimoramento progressivo dos procedimentos delegatórios, além de facilitar a comparabilidade entre os dados apresentados pelos diferentes OEMAs/OMMAs em situações análogas.

Os tópicos seguintes deste documento são apresentados com suas respectivas explicações, sendo que ao final, é apresentado um Glossário dos conceitos a serem utilizados no RTAA.

1 - ORIENTAÇÕES GERAIS

O RTAA tem como cerne a análise dos documentos enviados pelo empreendedor, a aferição do cumprimento das condicionantes das licenças e a demonstração das atividades executadas pelo ente delegatário, no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Sua linguagem deve ser objetiva e sucinta, de modo a trazer clareza à leitura e fácil compreensão das atividades realizadas no processo de licenciamento ambiental delegado.

Ao encaminhar o RTAA por meio de comunicação oficial, o delegatário deverá informar o nome/identificação do empreendimento, o nome do empreendedor/interessado, o número da licença ambiental vigente, o número que o processo de licenciamento recebeu junto ao OEMA/OMMA, e o número do processo de licenciamento no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/IBAMA. A comunicação oficial também deve trazer, de forma resumida, os principais encaminhamentos decisórios.

Quanto à estrutura de texto, o RTAA deve ser subdividido em quatro partes: Introdução, Análise, Conclusão/Encaminhamentos e Anexos

1.1 Introdução

O tópico Introdução deve ser o primeiro tópico do Relatório. Neste tópico deve ser escrita uma explicação geral sobre o objetivo e o conteúdo, onde devem estar contidas, pelo menos, as seguintes informações:

Objetivo do documento - deve ser demonstrado o escopo a ser detalhado na parte da Análise (item 1.2) do Relatório com uma breve indicação do rol de atividades executadas no ano-referência à luz das etapas do processo de licenciamento ambiental em exercício. Esta parte deve conter informações sobre:

a) o número do processo em análise;

b) o nome do projeto;

c) o nome da empresa/empreendedor responsável pelo projeto;

d) o número da (s) licença (s) ambiental (is);

e) o (s) meio (s) (físico, biótico, socioeconômico) abrangidos na análise.

1.2 Análise

A análise deve conter os seguintes pontos:

1.2.1. Uma descrição sintética da situação das ações e atividades executadas no âmbito do empreendimento que se relacionem à concepção e desenvolvimento, implantação e/ou operação e manutenção (descrição das ações finalísticas do empreendedor);

1.2.2 A relação dos atos processuais elaborados e das atividades técnicas desenvolvidas pelo OEMA/OMMAs (Licenças, Autorizações, Pareceres, Vistorias, Procedimentos relativos à Compensação Ambiental e outros).

1.2.3 Situação das tratativas com os órgãos intervenientes, sempre que couber.

1.2.4. Um tópico contendo o rol das condicionantes estabelecidas nas licenças, relacionandoas ao status de atendimento (Condicionantes Atendidas, Não Atendidas, Em Atendimento, Parcialmente Atendida, Não Exigível); e referenciando os documentos técnicos produzidos pelo delegatário para esta avaliação. Tais informações podem ser apresentadas em forma de Tabela.

1.2.3 Síntese acerca das análises do status: de atendimento às condicionantes; dos programas ambientais; dos problemas socioambientais constatados (judicialização, acidentes, infrações, multas e outros); e dos procedimentos de cálculo e aplicação da compensação ambiental, com respectivos encaminhamentos técnico-administrativos.

1.3.Encaminhamentos/Conclusão

A conclusão devem abordar os seguintes pontos:

1.3.1. Enumerar os encaminhamentos sugeridos ou já adotados pelo OEMA/OMMA, a partir da análise de sua equipe técnica; 1.3.2 Apresentar eventuais recomendações e encaminhamentos de comunicação/solicitação ao empreendedor, ou mesmo, de encaminhamentos de aplicação de sanção administrativa, caso haja descumprimento de preceito normativo;

1.3.3 Informar claramente a quantidade e quais condicionantes foram "Atendidas", "Não Atendidas", "Parcialmente Atendidas", "Em Atendimento" e "Não exigível".

1.3.4. Informar eventuais necessidades de apoio do IBAMA na condução do processo de licenciamento, de aplicação de sanções administrativas, de capacitação ou treinamento de pessoal.

1.4 Anexo Caso haja a necessidade de envio de algum documento relevante ao delegante para melhor compreensão da condução do processo de licenciamento, pode o RTAA possuir anexos, cuja subdivisão, caso necessário, deverá ser identificada pelas letras "A", "B", "C" etc.

2- GLOSSÁRIO

Para confecção do Relatório Técnico Anual de Atividades - RTAA, considera-se os seguintes conceitos:

ACT - Acordo de Cooperação Técnica

Condicionante Atendida - quando o empreendedor cumpre o dispositivo no prazo determinado e segundo as orientações do Parecer Técnico que embasou a licença. As condicionantes cumpridas podem se desdobrar em duas situações: condicionante encerrada ou não encerradas.

Condicionante em Atendimento - quando, devido à complexidade da condicionante, várias ações por parte do empreendedor são necessárias para que ela seja cumprida e estas ações estão sendo adotadas, embora ainda não finalizadas. Também se entende como condicionante em atendimento aquelas que possuem tempo de duração equivalente à perenidade do empreendimento, ou seja, enquanto o empreendimento durar a condicionante deve se manter vigente.

Condicionante Não Atendida - quando o empreendedor deixa de cumprir qualquer parte do dispositivo ou não apresentar ações para a condicionante no decorrer de um ano. Neste caso o Parecer Técnico deve trazer diretriz expressa de encaminhamento para autuação. Condicionante Não Exigível - condição não aplicável ao licenciamento na fase em que se encontra. Em caso de cumprimento, pode inclusive ser retirada da licença em uma eventual renovação.

Condicionante Parcialmente Atendida - condicionante que após análise, foi identificada alguma pendência/desconformidade, porém, não compromete o atendimento da exigência. Empreendedor/ Interessado - pessoa física ou jurídica que inicia ou que figure como agente passivo do processo administrativo cuja titularidade de direitos e de obrigações lhe é garantida e aplicada pela administração pública; o mesmo que empreendedor.

LAF -Licenciamento Ambiental Federal

OEMA - Órgão Estadual de Meio Ambiente

OMMA - Órgão Municipal de Meio Ambiente

RTAA - Relatório Técnico Anual de Atividades

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 42 Seção 1, de 28-2-2019, pág. 153, com incorreção no original.

## INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

### COORDENAÇÃO REGIONAL 6 - CABEDELO/PB

**PORTARIA Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2019**

Modifica a Composição do conselho da Floresta Nacional de Açu, no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 02124.011749/2016-87)

A COORDENADORA REGIONAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES NA 6ª REGIÃO, tendo em vista o disposto na Lei n° 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa ICMBio n° 09, de 05 de dezembro de 2014, e pelo art. 23 do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011.

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto n° 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto n° 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social;

Considerando a Portaria MMA nº 245, de 18 de julho de 2001, que cria a Floresta Nacional de Açu/RN;

Considerando a Portaria ICMBio nº 57, de 28 de agosto de 2008, que cria o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Açu/RN;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 05 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais;

Considerando as proposições apresentadas pela Coordenação Regional - 6ª Região, bem como pela Unidade de Conservação, conforme consta no Processo nº 02124.011749/2016-87. resolve:

Art. 1º O Conselho Consultivo da FLONA de Açu é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais, na forma seguinte:

I. ÓRGÃOS AMBIENTAIS PÚBLICOS

II. ÓRGÃOS PÚBLICOS DE ÁREAS AFINS

III. INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA

IV. COMUNIDADES DO ENTORNO

a) Associações Comunitárias

b) Pesca

V. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

a) Cultura e conservação ambiental

b) Turismo e esporte

c) Juventude

d) Organização de classe

VI. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

§1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representantes de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, observando-se o critério de paridade, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

§2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pela chefia da Floresta Nacional de Açu ao Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes, para análise e homologação.

Art. 2° O Conselho Consultivo será presidido pelo(a) chefe da Floresta Nacional de Açu, que indicará seu suplente.

Art. 3º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova portaria assinada pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

Art. 4º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da FLONA de Açu são previstas no seu regimento interno.

Art. 5º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará periodicamente a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à consideração da Coordenação Regional, que os remeterá à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para ciência e acompanhamento.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARY CARLA MARCON NEVES

# Ministério de Minas e Energia

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.728, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000047/2019-87. Interessado: ENEL Distribuição Ceará - ENEL CE. Objeto: Autorizar a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelecer os limites para os indicadores de continuidade DEC e FEC dos conjuntos da ENEL Distribuição Ceará - ENEL CE, para o período de 2020 a 2023 a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2020. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.729, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001226/2003-76. Interessado: Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. Objeto: Transfere para Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. a autorização da UTE São José Colina, CEG nº UTE.AI.SP.028975-2.01, localizada em Colina, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.730, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004534/2009-47. Interessado: Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. Objeto: Transfere para Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. a autorização para explorar a Usina Termelétrica - UTE Guarani Andrade, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UTE.AI.SP.030538-3.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 2.900/2011, localizada em Pitangueiras, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.731, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004909/2017-89. Interessado: Central Energética Tupaciguara Ltda. Objeto: Transfere para a Central Energética Tupaciguara Ltda. a autorização da UTE Bioenergética Aroeira 2, CEG UTE.AI.MG.038176-4.01, localizada em Tupaciguara, estado de Minas Gerais, bem como altera a denominação da referida usina para UTE Central Energética Tupaciguara.. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no Art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 7.732 - Processo nº 48500.001096/2018-56. Interessado: Sunco Energy Brasil Mauriti 10 Participações Societárias Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.886.399/0001-83, a explorar a UFV Mauriti 1, CEG UFV.RS.CE.038364-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 49.110 kW de potência instalada e 48.139 kW de potência líquida, localizada no município de Mauriti, estado de Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 7.733 - Processo nº 48500.001097/2018-09. Interessado: Sunco Energy Brasil Mauriti 2 Participações Societárias Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.103.647/0001-20, a explorar a UFV Mauriti 2, CEG UFV.RS.CE.038365-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 24.555 kW de potência instalada e 24.069 kW de potência líquida, localizada no município de Mauriti, estado de Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 7.734 - Processo nº 48500.001098/2018-45. Interessado: Sunco Energy Brasil Mauriti 3 Participações Societárias Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.168.859/0001-96, a explorar a UFV Mauriti 3, CEG UFV.RS.CE.038366-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 49.110 kW de potência instalada e 48.139 kW de potência líquida., localizada no município de Mauriti, estado de Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 7.735 - Processo nº 48500.001099/2018-90. Interessado: Sunco Energy Brasil Mauriti 4 Participações Societárias Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.469.320/0001-77, a explorar a UFV Mauriti 4, CEG UFV.RS.CE.038367-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 49.110 kW de potência instalada e 48.139 kW de potência líquida., localizada no município de Mauriti, estado de Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 7.736 - Processo nº 48500.001100/2018-86. Interessado: Sunco Energy Brasil Mauriti 5 Participações Societárias Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.103.664/0001-68, a explorar a UFV Mauriti 5, CEG UFV.RS.CE.038368-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 49.110 kW de potência instalada e 48.139 kW de potência líquida, localizada no município de Mauriti, estado de Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 7.737 - Processo nº 48500.001101/2018-21. Interessado: Sunco Energy Brasil Mauriti 6 Participações Societárias Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.103.672/0001-04,, a explorar a UFV Mauriti 6, CEG UFV.RS.CE.038369-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 49.110 kW de potência instalada e 47.539 kW de potência líquida, localizada no município de Mauriti, estado de Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 7.738 - Processo nº 48500.001108/2018-42. Interessado: Sunco Energy Brasil Mauriti 7 Participações Societárias Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.153.615/0001-81, a explorar a UFV Mauriti 7, CEG UFV.RS.CE.038370-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 14.733 kW de potência instalada e 14.262 kW de potência líquida, localizada no município de Mauriti, estado de Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 7.739 - Processo nº 48500.001109/2018-97. Interessado: Sunco Energy Brasil Mauriti 8 Participações Societárias Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.159.183/0001-16, a explorar a UFV Mauriti 8, CEG UFV.RS.CE.038371-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 49.110 kW de potência instalada e 47.459 kW de potência líquida., localizada no município de Milagres, estado de Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 7.740 - Processo nº 48500.001110/2018-11. Interessado: Sunco Energy Brasil Mauriti 9 Participações Societárias Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.864.512/0001-20, a explorar a UFV Mauriti 9, CEG nº UFV.RS.CE.038372-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 9.822 kW de potência instalada e 9.492 kW de potência líquida, localizada no município de Milagres, estado de Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.751, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo n° 48500.003169/2003-13. Interessada: Morrinhos Geração e Comércio de Energia Elétrica Ltda. Objeto: Revogar a Autorização da Pequena Central Hidrelétrica Morrinhos, outorgada à Morrinhos Geração e Comércio de Energia Elétrica Ltda., por meio da Resolução Autorizativa n° 2.618, de 16 de novembro de 2010, localizada nos municípios de Barão do Triunfo e São Jerônimo, estado do Rio Grande do Sul; bem como dispensar a reversão dos bens vinculados à essa autorização, e estabelecer o valor da parcela de ajuste referente à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.754, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001382/2019-01. Interessada: Marituba Transmissão de Energia S.A.. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Tucuruí - Marituba C1, localizada nos municípios de Tucuruí, Breu Branco, Goianésia do Pará, Tailândia, Moju,

Abaetetuba, Barcarena, Acará, Belém e Ananindeua, estado do Pará. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.756, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001338/2019-92. Interessada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba. Objeto: declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição Santo Antônio de Jesus II - Valença, com 62,14 km de extensão, faixa de servidão de 20 metros de largura (exceto nos vãos indicados, cuja faixa foi estabelecida de 25 a 45 metros) tensão nominal de operação de 69 kV, circuito duplo, interligando as Subestações Santo Antônio de Jesus II e Valença, localizada nos municípios de Santo Antônio de Jesus, Muniz Ferreira, Nazaré, Aratuípe, Jaguaripe e Valença, no estado da Bahia. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.757, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006112/2017-16. Interessada: Energisa Pará Transmissora de Energia I S.A. Objeto: Alteração do Anexo da Resolução Autorizativa nº 6.777, de 19 de dezembro de 2017, que declara de utilidade pública para instituição de servidão administrativa, em favor da Energisa Pará Transmissora de Energia I S.A. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.758, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003494/2018-15. Interessada: Ventos de Vila Ceará I SPE S.A. Objeto: conhecer do Requerimento Administrativo apresentado pela Interessada e, no mérito, dar-lhe provimento, para aprovar a resolução autorizativa, minuta anexa, que altera o anexo da Resolução Autorizativa nº 7.282, de 2018, que declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, as áreas necessárias à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Mel - Açu III, localizada nos municípios de Serra do Mel, Carnaubais e Açu, estado do Rio Grande do Norte, modificando o polígono formado pelas coordenadas dos vértices na sequência do caminhamento do Empreendimento. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.759, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nº 48500.000698/2018-96, 48500.000688/2018-51, 48500.000689/2018-03, 48500.000690/2018-20 e 48500.000691/2018-74. Interessado: Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Objeto: Autoriza a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. a implantar melhorias em instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como estabelece os valores correspondentes das parcelas da Receita Anual Permitida - RAP e o cronograma para sua entrada em operação comercial.

A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.760, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003547/2017-17. Interessada: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP. Objeto: estabelecer a parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP referente à operação e manutenção - O&M das instalações de transmissão transferidas à Interessada, Contrato de Concessão nº 059/2001-ANEEL, oriundas da derivação da LT 138 kV Porto Ferreira - Arara e da LT 138 kV Porto Ferreira - Baldin na Subestação Vidroporto. A íntegra desta Resolução consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.761, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006113/2017-61. Interessados: Ministério de Minas de Energia - MME e Concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica que constam no Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica Ciclo 2017/2016 - POTEE . Objeto: Autoriza a implantação de reforços em instalações sob responsabilidade de concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica que constam no Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica Ciclo 2017/2016 - POTEE - Volume II - Reforços de Pequeno porte das Instalações de Transmissão Existentes, emitido pelo Ministério de Minas de Energia. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.530, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.006204/2018-87. Interessados: Companhia Energética do Ceará - ENEL CE, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, Transmissora Delmiro Gouveia S.A. - TDG, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da quinta Revisão Tarifária Periódica - RTP da Companhia Energética do Ceará - ENEL CE, a vigorar a partir de 22 de abril de 2019, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.532, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.006220/2018-70. Interessados: Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, SE Narandiba S.A., Rialma Transmissora de Energia I S.A., concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2019 da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern, a vigorar a partir de 22 de abril de 2019, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**DESPACHO Nº 994, DE 4 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004012/2014-11, decide conhecer e, no mérito, dar parcial provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Companhia Energética do Maranhão S.A - CEMAR em face do Auto de Infração nº 066/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, no sentido de manter a multa aplicada de R$ 5.846.548,16 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos) e as determinações DT.1, DT.2, DT.3 e DT.4, conforme consta no Despacho nº 523, de 13 de abril de 2018, emitido pela SFE em juízo de reconsideração. O valor da multa deverá ser atualizado nos termos da legislação aplicável.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**DESPACHO Nº 997, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003091/2018-68, decide conhecer, e no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Companhia Energética Sinop S.A. - CES, contra o Despacho nº 1.452/2018, emitido conjuntamente pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado - SRM e pela Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração - SRG, que negou pedido de anuência à repactuação do risco hidrológico da Usina Hidrelétrica - UHE Sinop.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**DESPACHO Nº 1.000, DE 9 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005422/2017-13, decide (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Eletrobrás Distribuição Roraima S.A - ED Roraima, em face do Despacho nº 3.743, de 2017, que homologou os valores dos empréstimos de 10 de novembro de 2017 do Fundo de RGR às Distribuidoras Designadas e o Pedido de Reconsideração interposto pela mesma empresa em face da Resolução Homologatória nº 2.341, de 2017, que homologou o complemento do valor da Remuneração Adequada de Referência para a ED Roraima em vista da ampliação de atendimento ao interior do estado e, no mérito, negar-lhe provimento; e (ii) determinar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF que apure a eventual diferença não compensada entre o valor da Remuneração Adequada de Referência provisória definida pela REH nº 2.282, de 2017 e a definitiva, pelo período em que se manteve, e estabeleça procedimento para recomposição do fundo, se cabível.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

**DESPACHO N° 1.140, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001900/2017-16, decide: (i) NÃO CONHECER do Pedido de Reconsideração interposto pela Copel Geração e Transmissão - Copel-GT por ser intempestivo; (ii) por CONHECER e, no mérito, dar PARCIAL PROVIMENTO, aos Pedidos de Reconsideração interpostos pela Associação Brasileira das Transmissoras de Energia Elétrica - ABRATE e pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, em face da Resolução Homologatória nº 2.514/2019, que homologou novos valores para o Banco de Preços de Referência ANEEL a ser utilizado nos processos de autorização, licitação para outorga de concessão e revisão das receitas anuais permitidas das concessionárias de transmissão de energia elétrica, com vistas a estabelecer para os processos que serão deliberados em 2019, o prazo de 30 dias para consistência das premissas e cálculos adotados, bem como a aprovação por parte da área técnica, contados a partir da publicação dessa decisão, e estabelecer o prazo de 60 dias, após aprovação da área técnica, para envio definitivo dos relatórios de avaliação e de conciliação físico contábil e, previstos nos Anexos do Submódulos 9.1 e 9.2 do PRORET.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

**DESPACHO Nº 1.071, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº 48100.000685/1997-06. Interessado: Rio Pomba Energética Ltda. Decisão: registrar a alteração da razão social da empresa Rio Pomba Energética S.A. para Rio Pomba Energética Ltda. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO

Superintendente

**DESPACHO Nº 1.072, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº 48100.000791/1996-64. Interessado: Rio Manhuaçu Energética Ltda. Decisão: registrar a alteração da razão social da empresa Rio Manhuaçu Energética S.A. para Rio Manhuaçu Energética Ltda. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO

Superintendente

**DESPACHO Nº 1.097, DE 11 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº 48500.004260/2014-53. Interessado: ADN ENERGIA Comercializadora Ltda. Decisão: registrar a alteração da razão social da empresa ADN BIOENERGY Comercializadora Ltda. para ADN ENERGIA Comercializadora Ltda., detentora de autorização para atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, nos termos do Despacho nº 3.271, de 21 de agosto de 2014, c/c Despacho nº 864, de 17 de abril de 2018. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.098, DE 11 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº 48500.001728/2018-81. Interessado: EKOA Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: registrar a alteração da razão social da empresa TARGET Comercializadora de Energia Ltda. para EKOA Comercializadora de Energia Ltda., detentora de autorização para atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, nos termos do Despacho nº 1.282, de 11 de junho de 2018. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.137, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº: 48500.007086/2009-33. Interessado: Soluziona Soluções em Energia e Meio Ambiente Ltda. Decisão: revogar, nos termos do art. 7°, § 2, c/c art. 5°, inciso I, da REN 672/2015, o Despacho n° 799, de 29 de março de 2010, que efetiva como ativo o registro, e o Despacho n° 1.767, de 26 de abril de 2011, que concede o aceite para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Guarita, entre a nascente e o remanso do reservatório da PCH Guarita, em razão da não entrega dos Estudos. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**DESPACHO Nº 1.155, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº: 48500.001427/2019-39. Interessado: Companhia de Energia Renováveis - CER. Decisão: registrar, especificamente para fins de habilitação no Leilão de Energia Nova "A-4" de 2019 (LEN A4/2019), o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) dos empreendimentos de fonte eólica relacionados e qualificados no ANEXO I deste dispositivo, conferindo-lhes as prerrogativas estabelecidas no parágrafo 7º do artigo 6º da Resolução Normativa nº. 391, de 15 de dezembro de 2009, observadas as condições dispostas na íntegra deste Despacho, disponível nos autos e no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

**RETIFICAÇÃO**

Na íntegra do Despacho nº 1120, de 12 de abril de 2019, constante do Processo n° 48500.001427/2019-39, publicado no DOU de 15 de abril de 2019, nº 72, Seção 1, p. 73, v. 157: i) retificar a 2º coluna, de modo que, onde se lê "NOME DO EMPREENDIMENTO UTE", leia-se "NOME DO EMPREENDIMENTO EOL", bem como acrescentar as linhas 738, 739, 740 e 741 na tabela do Anexo I, conforme Tabela I a seguir. A íntegra do referido Despacho consta dos autos e estará disponível em http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

**RETIFICAÇÃO**

Na íntegra do Despacho nº 1.121, de 12 de abril de 2019, constante do Processo n° 48500.001428/2019-83, publicado no DOU de 15 de abril de 2019, nº 72, Seção 1, p. 74, v. 157: i) retificar as linhas 302, 366, 394, 395, 449 e 499, do Anexo I, de modo a substituir todo o conteúdo destas linhas conforme Tabela I a seguir. A íntegra do referido Despacho consta dos autos e estará disponível em http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

**DESPACHO Nº 1.157, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº 48500.000748/2018-35. Interessado: Esmeralda Energias Renováveis S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação comercial a partir do dia 18 de abril de 2019. Usina: UFV Fazenda Esmeralda. Unidades Geradoras: UG1 a UG3 de 2.000 kW cada, totalizando 6.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Agrestina, estado de Pernambuco. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente
Interina

**DESPACHO Nº 1.158, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: SZO Empreendimentos Ltda. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação em teste a partir do dia 18 de abril de 2019. Usina: CGH ISABEL. Unidades Geradoras: UG1 e UG2 de 1.584 kW cada, totalizando 3.168 kW de capacidade instalada, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Pindamonhangaba, estado de São Paulo. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente
Interina

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

**DESPACHO Nº 1.160, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº 48500.001288/2019-43. Interessadas: CPFL Transmissão Piracicaba S.A. e CPFL Transmissão Maracanaú S.A. (mutuárias) e CPFL Energia S.A. (mutuante). Decisão: anuir ao Instrumento Particular de Contrato de Abertura de Crédito a ser firmado entre as Interessadas, no valor de até R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para cada mutuária, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

**DESPACHO Nº 1.167, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº 48500.000587/2018-80. Interessados: Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Decisão: publicar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão aplicáveis à Companhia Energética do Rio Grande do Norte, na modalidade consumo, no ponto de conexão da SE Currais Novos II - 69 kV, com vigência entre 1º de julho de 2018 e 30 de junho de 2019. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

**DESPACHO Nº 1.144, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Processo nº: 48500.005588/2018-11. Interessado: Celesc Distribuição S.A. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 9.639.009,84 (nove milhões, seiscentos e trinta e nove mil, nove reais e oitenta e quatro centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-5697-0020/2014; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

**DESPACHO Nº 1.076, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.000848/2019-42, decide por indeferir o pleito da Light Serviços de Eletricidade S.A. de afastamento do § 2º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 666, de 2015, e tratamento de situação excepcional referente à ultrapassagem do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST verificada no ponto de contratação Terminal Zona Oeste nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

## AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução ANP nº 775, de 22 de março de 2019, publicado no DOU de 26 de março de 2019, Seção 1, página 55, no título onde se lê:

RESOLUÇÃO Nº 775, DE 22 DE MARÇO DE 2019

Leia-se:

RESOLUÇÃO Nº 775 - A, DE 22 DE MARÇO DE 2019

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

# CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE
# CNPJ Nº 00.357.038/0001-16

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
## 2018

### MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Disciplina Financeira, Excelência Operacional, Atuação Sustentável, Valorização das Pessoas, Governança e Conformidade. Esses pilares estratégicos do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PNG) das Empresas Eletrobras não só orientaram nosso Plano de Negócios e Gestão como fizeram parte das rotinas das diversas equipes que fazem parte dos 45 anos de Eletronorte, comemorados em 2018.

Com foco em potencializar sua atuação nos negócios de geração, transmissão e prestação de serviços, a Eletronorte encerra 2018 com o sentimento de superação, determinação e resultados. O resultado positivo apresentado revela não só o seu compromisso com a sustentabilidade, como demonstra a maturidade de uma Empresa que incorpora ao seu cotidiano a missão de atuar no mercado de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

É fato que os desafios têm sido muitos. Reestruturação organizacional, redução de custos e mudanças em processos. Mas os resultados econômicos e financeiros, os índices de satisfação de clientes e a qualidade da nossa operação nos fazem ter a certeza de que é possível fazer da Eletronorte uma Empresa ainda mais forte e alinhada com as melhores práticas do mercado no Brasil e no mundo.

As medidas adotadas em 2018 nos levaram a uma redução nos custos e despesas operacionais na ordem de R$ 1,4 bilhão, sendo que com despesas de pessoal a redução foi de R$ 323 milhões.

2018 foi também o ano em que reafirmamos o nosso compromisso com o Programa de Integridade Eletrobras 5 Dimensões, contribuindo efetivamente para promover a ética e a integridade no ambiente de negócios, desenvolvendo ações contínuas para o cumprimento das leis e dos regulamentos estabelecidos para as nossas atividades, inclusive por meio da estrutura organizacional. Sem dúvida, nesse período aprimoramos o processo de prevenção, detecção e tratamento de inconformidades.

2019 chega com o desafio da renovação da concessão da Usina Hidrelétrica Tucuruí, nossa principal fonte de receita. Um orgulho da engenharia nacional e referência de gestão no Brasil e no mundo, com reconhecimentos inéditos da Fundação Nacional da Qualidade e do *Japan Institute of Plant Maintenance*. Aqui, entendemos que é para a frente que se olha e para frente que se anda, e que essa caminhada precisa ser firme, otimista e ciente de cada desafio a ser superado. O esforço das nossas equipes, gestores, alta direção e membros dos conselhos indica que essa trajetória de 45 anos traz consigo elementos fundamentais para enfrentar os desafios como oportunidades para um futuro sustentável e perene para os próximos 45 anos da Eletronorte.

Luiz Henrique Hamann

### DIMENSÃO EMPRESARIAL

| DADOS OPERACIONAIS | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **USINAS EM OPERAÇÃO** (*) | **8** | **7** | **6** |
| Hidráulicas | 4 | 4 | 4 |
| Térmicas | 4(**) | 3 (**) | 2 (**) |
| **POTÊNCIA INSTALADA (MW)** | **9.052,45** | **9.049,95** | **8.904,05** |
| Hidráulica | 8.860,05 | 8.860,05 | 8.860,05 |
| Térmica | 192,45 | 189,90 | 44,00 |
| **LINHAS DE TRANSMISSÃO (km)** (*) | **11.807,32** | **11.695,51** | **11.695,51** |
| Em 500 kV | 3.243,32 | 3.243,32 | 3.243,32 |
| Em 230 kV | 7.211,91 | 7.288,93 | 7.288,93 |
| Em 138 kV | 959,10 | 960,47 | 960,47 |
| Tensões abaixo de 138 kV (km) | 202,79 | 202,79 | 202,79 |
| **SUBESTAÇÕES (*) (***)** | **57** | **57** | **57** |
| **CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO (MVA)** (*) (***) | **46.663** | **46.776** | **46.776** |
| Usinas | 9.969 | 9.969 | 9.969 |
| Subestações | 36.694 | 36.807 | 36.807 |

(*) Inclui os empreendimentos afetados e os não afetados pela Lei nº 12.783/13.
(**) A UTE Santana não é despachada desde janeiro de 2016. A Eletronorte vem fazendo gestão junto ao MME para a desativação da usina em função da interligação do Amapá ao SIN em agosto de 2015.
Em 11.01.2017 foi publicada a Portaria MME nº 004/2017, ratificando a deliberação do CMSE e determinando a descontratação da UTE Santarém.
Incluí a UTE Araguaia.
(***) Inclui transformadores reservas e de usinas.

| COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - MWh | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Ambiente de Contratação Regulada – ACR (Distribuidoras do SIN) | 16.381.125 | 10.253.976 | 8.830.813 | 1.760.160 | 3.160.357 |
| Ambiente de Contratação Livre – ACL (CL, COM, Ger, CC) | 17.658.556 | 22.945.042 | 16.704.486 | 22.649.610 | 21.631.220 |
| Sistema Isolado (RR, AP) (*) | 2.132.183 | 1.484.595 | 1.027.035 | 1.017.280 | 901.919 |
| Cota de Garantia Física UHE Coaracy Nunes | 0 | 150.223 | 496.699 | 533.402 | 569.288 |
| Liquidação CCEE | 6.294.837 | 2.145.094 | 5.756.362 | 3.810.825 | 6.385.844 |
| **Total** | **42.466.702** | **36.978.929** | **32.815.395** | **29.771.277** | **32.648.628** |

* A partir de agosto de 2015, apenas Boa Vista continua no Sistema Isolado, o que se reflete nos valores informados.

| Informações financeiras (R$ milhões) | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | Variação 2018/2017 |
|---|---|---|---|---|---|
| Ativo total | 24.053 | 27.080 | 28.740 | 28.816 | 0,3% |
| Patrimônio líquido | 11.975 | 15.097 | 15.881 | 17.422 | 9,7% |
| Receita líquida de vendas | 5.603 | 8.438 | 5.973 | 6.151 | 3,0% |
| Lucro bruto | 2.634 | 6.039 | 3.152 | 3.417 | 8,4% |
| Resultado de serviço (EBIT ou LAJIR) [1] | 399 | 3.545 | 1.994 | 3.539 | 77,5% |
| Lucro líqudo | 102 | 3.206 | 1.914 | 3.288 | 71,8% |
| EBITDA (LAJIDA) [2] | 839 | 4.180 | 2.507 | 4.493 | 79,2% |
| Dívida total (empréstimos, financiamentos debêntures) | 5.012 | 5.321 | 5.001 | 3.688 | -26,2% |
| Caixa, equivalentes de caixa e TVM | 1.117 | 286 | 812 | 934 | 15,0% |
| **Indicadores Financeiros (R$ milhões)** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **Variação 2018/2017** |
| Dívida líquida | 4.205 | 5.035 | 4.188 | 2.754 | -34,2% |
| ROCE [3] | 1,9% | 14,4% | 7,7% | 14,7% | 90,6% |
| Dívida bruta/EBITDA (LAJIDA) | 6,3 | 1,3 | 2,0 | 0,8 | -58,8% |
| Dívida líquida/EBITDA (LAJIDA) | 5,0 | 6,0 | 1,7 | 0,6 | -63,3% |
| Participação do capital de terceiros sobre o ativo total (%) | 20,8% | 19,6% | 17,4% | 12,8% | -26,4% |
| Margem operacional (%) | 7,1% | 42,0% | 33,4% | 57,5% | 72,3% |
| Margem líquida (%) | 1,8% | 38,0% | 32,0% | 53,5% | 66,8% |

[1] EBIT (LAJR) = lucro operacional
[2] EBIT (LAJIDA) = lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização;
[3] ROCE (retorno sobre o capital empregado) = resultado do serviço/ativo não circulante;

### PERFIL ORGANIZACIONAL
### INSTITUIÇÃO

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, sociedade anônima de economia mista e subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica criada pela Lei nº 5.824, de 14 de novembro de 1972, e constituída por escritura pública em 20 de junho de 1973. Foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548, de 30 de julho de 1973. Com sede em Brasília, no Distrito Federal, a Empresa possui suas principais instalações operacionais (usinas, subestações e linhas de transmissão de energia elétrica) nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins. Com exceção do estado de Roraima, onde atua no Sistema Isolado – SIS, a Empresa participa do Sistema Interligado Nacional – SIN nas demais localidades onde atua.

### CREDO

| | |
|---|---|
| **MISSÃO** | Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável. |
| **VISÃO** | Estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse. |
| **VALORES** | Foco em resultados, ética e transparência, valorização e comprometimento das pessoas, empreendedorismo e inovação, e sustentabilidade. |

Nota: a Eletronorte adota como seu o Credo da Eletrobras.

**Principais Empreendimentos**

| Estados | Usinas Hidrelétricas | Usinas Termelétricas | Subestações (unidades) | Subestações (MVA) (*) | Linhas (km) |
|---|---|---|---|---|---|
| Acre | - | UTE Rio Acre<br>UTE Rio Branco I<br>UTE Rio Branco II | 3 | 607 | 600,00 |
| Amapá | UHE Coaracy Nunes | UTE Santana | 9 | 756 | 505,69 |
| Amazonas | - | - | - | 450 | 88,62 |
| Maranhão | - | - | 10 | 9.633 | 2.525,51 |
| Mato Grosso | - | UTE Araguaia | 9 | 3197 | 2.869,72 |
| Pará | UHE Tucuruí<br>UHE Curuá-Una | UTE Santarém | 14 | 18.930 | 2.659,10 |
| Rondônia | UHE Samuel | UTE Rio Madeira | 7 | 1.950 | 1.740,10 |
| Rondônia/ São Paulo - HVDC (***) | - | - | 2 | 10.977 | - |
| Roraima | - | UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello (**) | 1 | 302 | 190,20 |
| Tocantins | - | - | 2 | 426 | 516,57 |
| **Total** | **4** | **8** | **57** | **47.228** | **11.695,51** |

(*) Considerados os transformadores elevadores das usinas e das subestações.
(**) Usina cedida em comodato para a Boa Vista Energia S.A.
(***) Sistema HVDC (Sistema de Transmissão de Corrente Contínua em Alta Tensão) – Subestação inversora em Porto Velho – RO e, Subestação Coletora em Araraquara – SP.

Obs.: Para as informações de linhas de transmissão, subestações e capacidade de transformação, foram considerados os sistemas isolado e interligado até dezembro/2018.

**Arquitetura dos Negócios**

A partir da definição do Portfólio de Negócios das Empresas Eletrobras, no Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2015-2030, e das orientações estratégicas da Diretoria Executiva, foram definidos os 3 (três) negócios *core*:

- Negócio de geração de energia elétrica;
- Negócio de transmissão de energia elétrica; e
- Novos Negócio / reposicionamento.

Esses negócios são detalhados no Plano de Negócios e Gestão, elaborado anualmente, com horizonte de cinco anos.

A Empresa tem participação em 9 Sociedades de Propósito Específico – SPE, sendo elas:

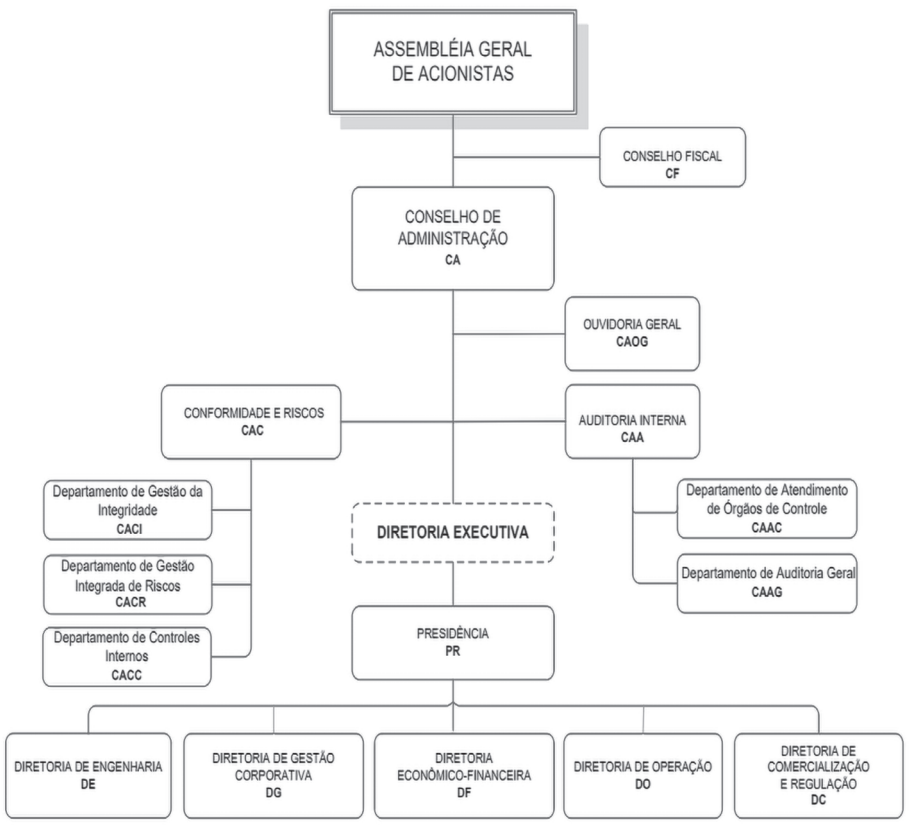
| Sociedade de Propósito Especifico – SPE – 2018 | Percentual de Participação (%) |
|---|---|
| Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. | 49,00 |
| Transnorte Energia S.A. | 49,00 |
| Energética Águas da Pedra S.A. | 24,50 |
| Amapari Energia S.A. | 49,00 |
| Norte Energia S.A. | 19,98 |
| Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. | 24,50 |
| Companhia Energética Sinop S.A. | 24,50 |
| Manaus Construtora Ltda. (Responsável pelo Epc da Manaus Transmissora de Energia S.A.) | 30,00 |
| Construtora Integração Ltda. (Responsável pelo Epc da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.) | 49,00 |

Em 11 de setembro de 2017, a Eletronorte firmou Instrumento Particular de Dação em Pagamento com a Eletrobras, para a transferência das ações das SPE passíveis de desinvestimento com o objetivo de reduzir o endividamento da Eletronorte e centralizar as participações em SPE na Eletrobras, otimizando o processo de alienação a terceiros, conforme estabelecido no PNG 2017/2021 e PNG 2018/2022 da Eletronorte. No transcorrer de 2018, foram efetivadas as transferências para a Eletrobras das participações da Eletronorte nas seguintes SPE:

| SPEs - R$ Milhões | Partic. |
|---|---|
| Manaus Transmissora de Energia S.A. (MTE) | 30,00% |
| Integração Transmissora de Energia S.A. (Intesa) | 37,00% |
| Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (Brasnorte) | 49,71% |
| Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (TME) | 49,00% |
| Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (MIA3) | 24,50% |
| Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (EOLO) | 24,50% |
| Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (RV3) | 24,50% |
| Amazônia-Eletronorte Transmissora de Energia S.A. (AETE) | 49,00% |

**Organograma da Empresa**

Como estabelecido em seu Estatuto Social, no Capítulo V, Artigo 11, a Eletronorte é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva. Compete ao Conselho de Administração fixar a orientação geral dos negócios, o controle superior dos programas aprovados e a verificação dos resultados obtidos. A Diretoria Executiva deve assegurar o funcionamento regular da Empresa de acordo com as orientações traçadas pela Assembleia-Geral e pelo Conselho de Administração, sendo composta por: Diretor-Presidente, Diretor de Engenharia, Diretor de Gestão Corporativa, Diretor Econômico-Financeiro, Diretor de Operação e Diretor de Comercialização e Regulação.




**Governança Corporativa**

Na figura do Organograma acima demonstra o funcionamento e a integração da estrutura da Governança corporativa na Organização, tendo sua composição e funcionamento definidos em documentos institucionais.

Esta estrutura é composta pelos seguintes agentes:

- Assembleia de Acionistas
- Conselho Fiscal
- Conselho de Administração
- Comitês de Suporte ao Conselho de Administração
  - ✓ Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE
  - • Auditoria Independente
  - ✓ Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade
- Áreas de Suporte ao Conselho de Administração
  - ✓ Auditoria Interna – CAA
  - ✓ Ouvidoria-Geral – CAOG
- Diretoria Executiva

**Composição Acionária**

O quadro seguinte apresenta a composição acionária da Eletronorte em 31 de dezembro de 2018:
(Última Capitalização: AGE DE 15/05/2015)
Valores em R$ mil

| Acionistas | C.N.P.J. | Quantidade de ações | Percentual de Participação | Capital |
|---|---|---|---|---|
| Centrais Elétricas Brasileiras S/A ELETROBRAS | 00.001.180/0001-26 | 153.292.342 | 99,480 | 11.516.075 |
| Prefeitura Municipal de Manaus | 04.365.326/0001-73 | 263.513 | 0,171 | 19.796 |
| Rede Power do Brasil S/A | 00.412.685/0001-83 | 247.635 | 0,161 | 18.603 |
| Amazonas Distribuidora de Energia S/A | 02.341.467/0001-20 | 146.382 | 0,095 | 10.996 |
| Governo do Estado de Roraima | 00.394.593/0001-18 | 35.992 | 0,023 | 2.703 |
| Cia. de Eletricidade do Acre – ELETROACRE | 04.065.033/0001-70 | 22.016 | 0,014 | 1.653 |
| Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON | 05.914.650/0001-66 | 13.949 | 0,009 | 1.047 |
| Prefeitura Municipal de Boa Vista – RR | 05.943.030/0001-55 | 8.568 | 0,006 | 643 |
| União Federal | - | 1.804 | 0,001 | 135 |
| Outras Pessoas Físicas | - | 31.531 | 0,021 | 2.368 |
| Outras Pessoas Jurídicas | - | 29.769 | 0,019 | 2.236 |
| | **Total** | **154.093.501** | **100,00** | **11.576.263** |

Obs.: Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**Suporte à Governança**

A Eletronorte é uma Empresa controlada pela Eletrobras, Holding de capital aberto, com ações negociadas no Brasil, nos Estados Unidos e na Espanha, e atende aos requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)/B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, da Securities and Exchange Commission (SEC)/Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) e do Latibex, da Bolsa de Valores de Madri.

Fazem parte da 2ª Linha de Defesa a Comissão Permanente de Ética da Eletronorte (CPEE), assim como o Comitê do Sistema de Integridade (CSI), colegiado com a participação de representantes de todas as Empresas do Grupo Eletrobras com a responsabilidade de atuar sobre as denúncias recepcionadas no Canal Único em funcionamento desde o ano de 2017.

No início do exercício de 2018, o Estatuto Social da Empresa foi ajustado, de forma a assegurar a aderência à Lei 13.303/2016 e Decreto 8.945 editado no mesmo ano. Dentre as alterações, destacam-se a alteração do quantitativo de conselheiros, a inserção de diretrizes de Conformidade e Integridade, a definição de requisitos mínimos para a ocupação de cargos diretivos e a implantação de Política de Alçadas para orientar a tomada de decisões na Companhia.

Também no exercício de 2018, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE, órgão estatutário, de assessoria e suporte ao Conselho de Administração das Empresas que compõem o grupo Eletrobras, incluiu em seu Plano de Trabalho atividades integradas com as mesmas, incluindo reuniões do colegiado nessas localidades, de forma a integrar os processos sob sua responsabilidade.

A gestão integrada de riscos tem como meta a redução da materialização de eventos que possam impactar negativamente os objetivos estratégicos, em prol da preservação e geração de valor. Importa ressaltar que Matriz de Riscos Empresarial é insumo para os Trabalhos da Auditoria Interna, fonte para elaboração do PAINT. Os resultados das recomendações dos trabalhos de auditoria a propósito dos controles aplicados à gestão de riscos são utilizados no processo de reavaliação dos riscos.

No ano de 2018 foram executados 13 testes de auditoria, associados a: Gestão de Contratos e Aquisição de Bens e Serviços, Gestão de Pessoal, Gestão Tributária e Fiscal, Fluxo de Caixa, Empréstimos e Financiamentos, Gestão Ambiental de empreendimentos, Gestão do Contencioso, da Comercialização de Energia, Gestão dos Controles Internos de TI, do Gerenciamento de Risco e Conformidade, da Administração SOX, da Governança Corporativa e Remuneração de Dirigentes, Previdência Complementar, além de atendimento de demandas oriundas dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Tribunal de Contas da União – TCU e da Controladoria-Geral da União - CGU.

**Programa de Conformidade**

O Programa de Integridade (Compliance) das empresas Eletrobras, denominado "Programa Eletrobras 5 dimensões", é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupção, garantindo o cumprimento das leis anticorrupção por parte das empresas, dos membros de colegiados de governança, colaboradores, representantes, terceiros e parceiros.

As empresas Eletrobras atendem à Lei Anticorrupção Brasileira n° 12.846, de 1º de agosto de 2013, que, além de outras providências, dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e ao Decreto n° 8.420, de 18 de março de 2015, que a regulamenta.

A Eletronorte, alinhada às diretrizes da Eletrobras e ao Programa Eletrobras de 5 Dimensões, desenvolve ações no sentido de aprimorar o ambiente e os controles antifraude e anticorrupção.

Os principais destaques em 2018:

- Plano de Comunicação e o Encontro Eletronorte de Boas Práticas para a Gestão de Riscos e Integridade, que contou com a presença de toda a Diretoria da Empresa além da Diretora de Conformidade da Eletrobras, demonstrando o patrocínio da Alta Administração ao programa;
- Capacitação do Corpo Gerencial da Eletronorte sobre o tema de Governança, Riscos e *Compliance* (GRC);
- Conclusão do levantamento do Risco de Fraude e Corrupção (*Fraud Risk Assessement*), e desenvolvimento de dois projetos pilotos que visam mitigar o risco;
- Edição do Regulamento de Licitações e Contratos e do Manual de SPEs incorporando aspectos de integridade;
- Revisão do Código de Conduta Ética e Integridade, a fim de atender os requisitos da Lei 13.303/2016.

O Programa de Integridade da Eletronorte é objeto de análise e recomendações por parte de consultorias externas (Controles SOx) e por órgãos de controle (CGU e TCU).

**Gestão de Riscos Corporativos**

A Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, na versão 3.0, define os princípios, diretrizes e responsabilidades da gestão de riscos e tem como objetivo orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades das empresas Eletrobras, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as regulamentações aplicáveis e as melhores práticas de mercado.

A Eletronorte está submetida à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no que tange a Gestão de Riscos, Auditoria e Controles Internos, à Resolução CGPAR nº 18, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de políticas de conformidade e gerenciamento de riscos e ao Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 que regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Para os riscos priorizados pela Alta Administração, com reportes específicos e sistemáticos, foi implantada a metodologia de Gestão Integrada de Riscos - GIR com base na NBR ISO 31000 e no modelo conceitual COSO. Estes riscos permeiam aspectos estratégicos, econômicos, operacionais, ambientais, segurança, tecnológicos e de conformidade, abordando também, questões relacionadas à fraude e corrupção.

A Matriz de Riscos, aprovada na Diretoria Executiva e Conselho de Administração é o instrumento que identifica os riscos aos quais as Empresas Eletrobras estão expostas. A Eletronorte, desde dezembro de 2009, realiza sistematicamente análise, avaliação, tratamento/mitigação e monitoramento dos riscos priorizados pela Empresa.

Conhecer e gerenciar os riscos corporativos permite uma dinâmica de atuação preventiva frente à materialização do risco. O Proprietário do Risco, juntamente com as áreas envolvidas no risco, tem a possibilidade de discutir e definir os melhores controles para a mitigação dos fatores de riscos, bem como fazer uma análise coerente quanto à vulnerabilidade de seus controles e o impacto da materialização dos riscos nos objetivos da organização.

Os riscos são acompanhados pelo Comitê de Riscos da Eletronorte, e reportados periodicamente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, que apresenta orientações e diretrizes a serem seguidas.

Atualmente são monitorados 38 eventos de riscos na Eletronorte, classificados por pilar: Estratégico: Prorrogações de Concessões, Novos Negócios, Gestão Estratégica, Marco Regulatório, Mudanças Climáticas, Desempenho da Alta Administração; Financeiro: Risco de Mercado, Gestão do Negócio de SPEs, Gestão de Negócios Corporativos, Administração Fiscal-Tributária, Fluxo de Caixa, Gestão Contábil de Ativos, Carteira de Participações, Instrumento de hedge, Gestão de Seguros; Operacional: Concessão e Autorização da Geração, Operação e Manutenção na Geração, Gestão da Cadeia de Suprimentos, Formação e Gestão do Contencioso, Emissão de Gases de Efeito Estufa, Gestão Socioambiental de Empreendimentos, Revisão Tarifária na Transmissão, Concessão e Autorização da Transmissão, Operação e Manutenção na Transmissão, Gestão de Obras da Transmissão, Gestão de Obras da Geração, Comercialização de Energia, Revisão Tarifária na Geração, Risco Hidrológico, Segurança da Informação, Operações TIC, Arquitetura TIC, Fundos de Pensão, Saúde e Segurança do Trabalho, Administração de Pessoal, Gestão do Conhecimento; Conformidade: Demonstrações Contábeis e Financeiras, Fraude e Corrupção.

A gestão integrada de riscos corporativos tem sido disseminada para os empregados, por meio de palestras, treinamentos em serviço e seminários na Sede e nas Unidades Descentralizadas da Empresa. Em 2018 foram capacitados 126 empregados na metodologia de Gestão Integrada de Riscos - GIR.

Ressalta-se que, em janeiro de 2019, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da empresa determinaram a aplicação da metodologia GIR ao Evento de Risco "Segurança de Barragens".

**Lei Sarbanes-Oxley – SOX**

A Eletrobras, em conformidade com as exigências da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx), priorizou a adoção das melhores práticas de governança corporativa, maior transparência das demonstrações contábeis consolidando cada vez mais um ambiente de controle adequado aos seus negócios.

No âmbito das diretrizes estratégicas definidas no PDNG 2018-2022, Governança e Conformidade, Disciplina Financeira e Excelência Operacional, a Eletrobras estabeleceu, dentre suas iniciativas, a eliminação de fraquezas materiais para o exercício do ano de 2018. Neste intuito, foi instituído o Programa de Remediação das Deficiências- PRD/Certificação SOx 2018, cujo objetivo consiste em sanar as deficiências apontadas durante a Certificação SOx 2017, identificadas pelo Auditor Externo, Auditoria Interna e Controles Internos.

O Programa possui grande relevância no contexto atual do Sistema Eletrobras, o qual busca aprimorar sua transparência e criação de valor junto aos seus acionistas. Os resultados apurados na Certificação SOx 2018 evidenciaram que a Eletrobras possui 01 (uma) fraqueza material referente ao tema Fechamento Contábil.

Desta forma, o Programa de Eliminação das Fraquezas Materiais destina-se à Alta Administração das Empresas Eletrobras, em uma ação coordenada para elaboração de planos de ação para cada deficiência apontada, visando sua eliminação e/ou redução de severidade ao final da Certificação SOx 2018

Para o ciclo de 2018, os Gestores da Eletronorte se mobilizaram desde o início do mês de maio quando foi apresentado um rol de 30 inconformidades a serem remediadas, oriundas de apontamentos efetuados pelas Auditorias Interna (09), Externa (18) e Remediações Ineficazes no Ciclo 2017 (03). Deste universo dos apontamentos, 11 foram classificados como Fraquezas Materiais (MW), distribuídos entre os temas Fechamento Contábil e Gestão do Contencioso.

Para a execução das ações vinculadas à Certificação SOx, a Eletronorte conta com o auxílio de consultoria contratada pela Eletrobras, para o desdobramento das atividades de mapeamento, Programa de Remediação das Deficiências-PRD, desenvolvimento dos planos de ação, cujo escopo abrange o atendimento aos 32 subprocessos empresariais priorizados conforme sua materialidade. Tais atividades encerram-se em abril com o arquivamento do Formulário de Referência (20-F) na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

**Principais Contratações**

São relatados na tabela abaixo os contratos, com valores acima de R$10.000.000,00, realizados pela Empresa no ano de 2018.

| Objeto | Fornecedor | Início Vigência | Fim Vigência | Valor contratado R$ (*) |
|---|---|---|---|---|
| Execução das obras civis e montagem eletromecânica das Redes de Distribuição Rural (RDR#s) em 13,8 kV e 34,5 kV constantes do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica no Estado do Amapá, com fornecimento parcial de materiais. | JCJ DE OLIVEIRA E CIA LTDA (ILLUMINARE ENGENHARIA) | 28/12/2018 | 28/06/2021 | 73.196.232,95 |
| Fornecimento de Compensador Série 550 kV 361,5 MVAR para a SE Miracema 500 138 kV Etapa Uprating do Banco Série 500kV LT Gurupi C1, localizada no Estado do Tocantins. | GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERG LTDA | 29/01/2018 | 29/07/2020 | 24.579.507,26 |
| Contratação de serviços técnicos especializados para supervisão da Operação e Manutenção - O&M e do Comissionamento / Testes do Sistema HVDC, nas estações conversoras de Araraquara, Porto Velho, Back to Back de Porto Velho e RTDS no Rio de Janeiro. | ABB LTDA | 06/08/2018 | 06/08/2020 | 23.954.630,09 |
| Ampliação da SE Miranda II 500,230,138 69 13,8 kV Etapa AT2, localizada no Estado do Maranhão, incluindo projeto executivo e SPCS, execução das obras civis e montagem eletromecânica, e fornecimento total de equipamentos e materiais. | WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS SA | 10/01/2018 | 10/11/2019 | 23.394.575,46 |
| Contratação de empresa seguradora para prestação de serviços e emissão de apólice para cobertura de seguro de risco operacional de ativos da Eletronorte. | SOMPO SEGUROS S/A | 27/12/2018 | 27/12/2019 | 22.300.000,00 |
| Execução das obras de recuperação estrutural e conclusão da ponte sobre o reservatório da UHE Samuel, localizada no município de Itapuã do Oeste, Estado de Rondônia. | TRENA TERRAPLENAGE E CONSTRUÇÕES LTDA | 28/12/2018 | 28/06/2020 | 17.900.000,00 |

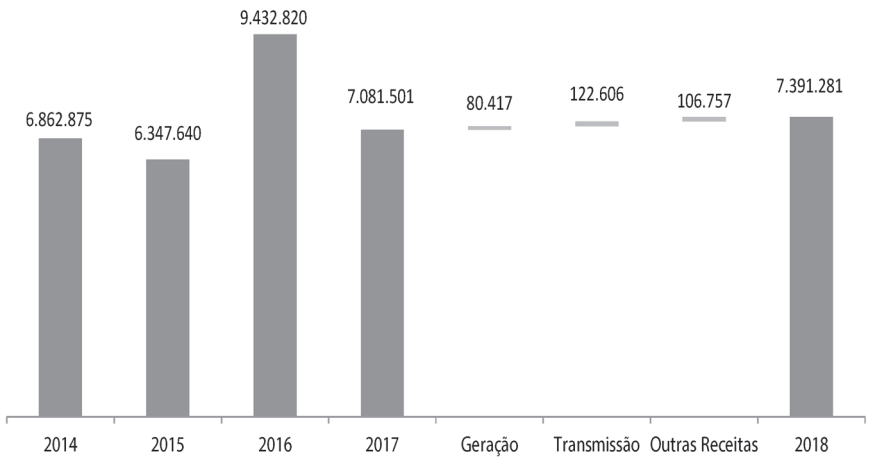
Obs. Valores acima de R$10.000.000,00

**Desempenho Econômico Financeiro**

**I - Análise**

**a) Faturamento Bruto**

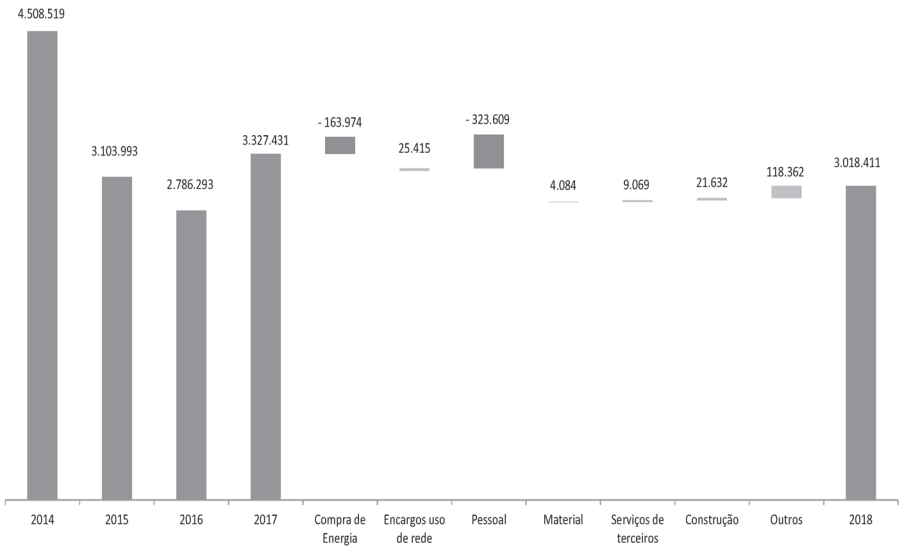
**Variação Receita Bruta 2017-2018 (R$ mil)**




Na comparação com 2017 a Receita Bruta da Companhia em 2018 apresentou aumento de R$ 310 milhões, ou 4,4%, passando de R$ 7,1 bilhões em 2017 para R$ 7,4 bilhões em 2018. No segmento de Geração houve aumento em R$ 80 milhões entre os períodos comparados em razão principalmente do acréscimo da energia vendida no ambiente regulado em resultado da participação da Eletronorte, em dezembro de 2017, no Leilão A-1 - produto 2018/2019 e do acréscimo da energia vendida no ambiente livre. No segmento de Transmissão houve aumento de R$ 123 milhões, devido mudanças na forma de reconhecimento da receita com a adoção do novo CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, na qual parte das concessões de transmissão da Companhia e suas controladas foram classificadas como ativo contratual. Em outras receitas houve aumento de R$ 107 milhões devido ao ganho com venda de ativos para a Eletroacre e CEA e ganho com venda da SPE Intesa pela Eletrobras.

**b) Custos e Despesas**

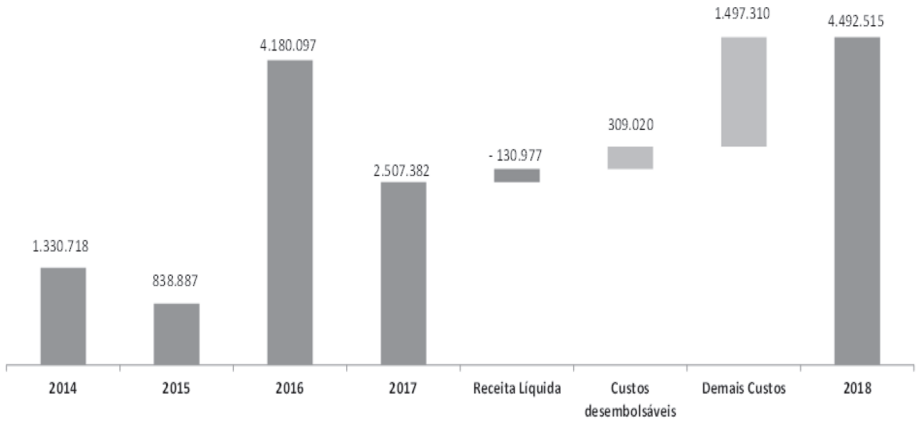
**Variação Despesas Desembolsáveis 2017-2018 (R$ mil)**




Na comparação com 2017, o conjunto referente às despesas desembolsáveis, compostos pelas despesas que representam saídas efetivas de caixa, apresentou redução de R$ 309 milhões (10%) saindo de R$ 3,3 bilhões para R$ 3 bilhões.

A variação foi decorrente da redução de despesas com pessoal no valor de R$ 324 milhões em função da saída de 248 empregados que aderiram ao PAE – Plano de Aposentadoria Especial, no ano 2017, como também pela redução devido ao menor desembolso da Companhia com à compra de energia para revenda na CCEE.

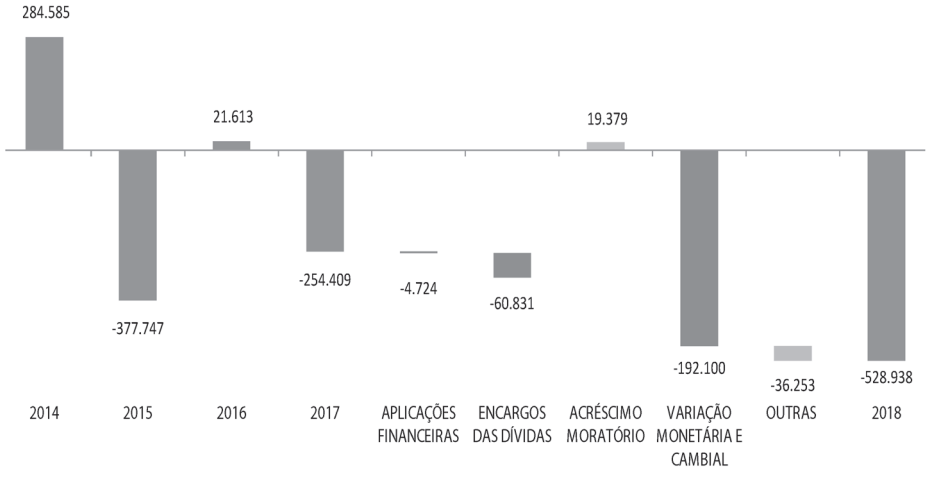
**c) Geração operacional de caixa – EBTIDA (R$ mil)**




No exercício, o EBITDA apresentou aumento de R$ 1,9 bilhão (40%), passando de R$ 2,5 bilhões em 2017 para R$ 4,5 bilhões em 2018. A margem EBITDA em 2017 foi de 41,98%, enquanto a margem em 2018 foi de 73,03%. Este aumento deve-se aos efeitos somados de aumento da receita e diminuição dos custos desembolsáveis, mas principalmente devido à reversão da provisão da Taxa Pará em junho de 2018 no valor de R$ 1,5 bilhões.

d) **Resultado Financeiro**

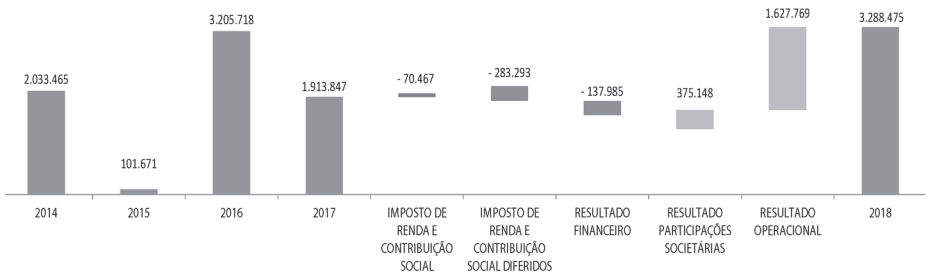
**Variação Resultado Financeiro 2017-2018 (R$ mil)**




O Resultado Financeiro passou de uma despesa no valor de R$ 254,4 milhões em 2017 para um saldo ainda deficitário de R$ 528,9 milhões em 2018, resultando em uma variação negativa de R$ 274 milhões. Essa redução foi causada principalmente pelas perdas com derivativos no período, visto que em 2017 foi obtido ganho com derivativos de R$ 202 milhões e em 2018 houve perda de R$ 43 milhões devido à queda no preço do LME causando um impacto negativo no resultado financeiro de R$ 245 milhões.

e) **Resultado**

**Variação Lucro Líquido 2017-2018 (R$ mil)**

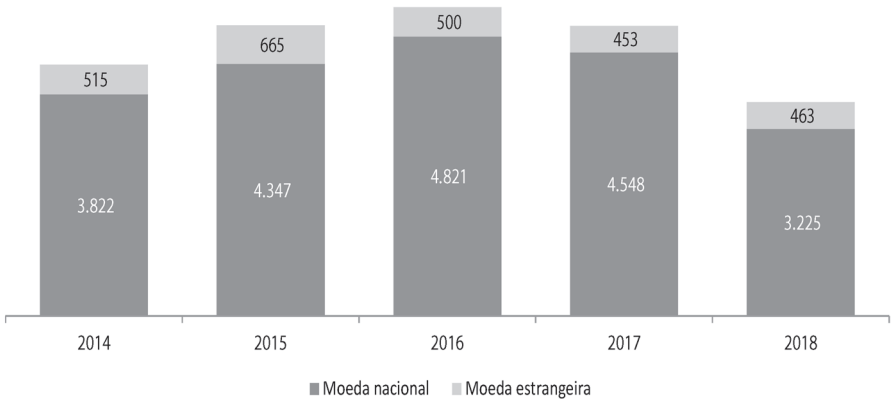



No exercício, o lucro líquido alcançou R$ 3,2 bilhões, comparando-se com o valor de R$ 1,9 bilhão em 2017, houve variação positiva de R$ 1,4 bilhão. Essa variação ocorreu, essencialmente, devido a reversão da provisão da Taxa Pará no valor de R$ 1,5 bilhão, explicando o aumento do resultado operacional. Essa taxa foi instituída pelo Governo do Pará sobre exploração e aproveitamento de recursos hídricos do estado por meio da lei estadual nº 8.091/2014, a qual encontra-se suspensa por liminar do STJ.

**II - Composição do endividamento**

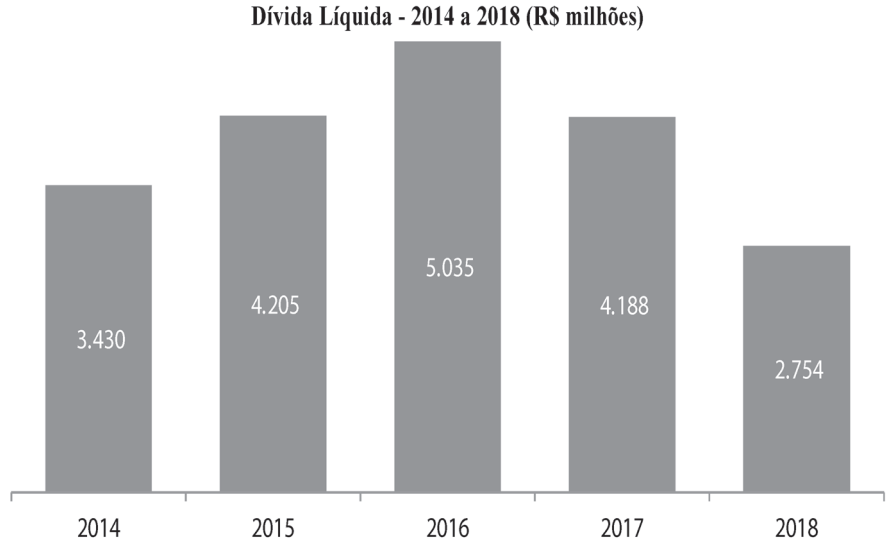
a) **Empréstimos e financiamentos contratados**

**Composição da Dívida Bruta - 2014 a 2018 (R$ milhões)**



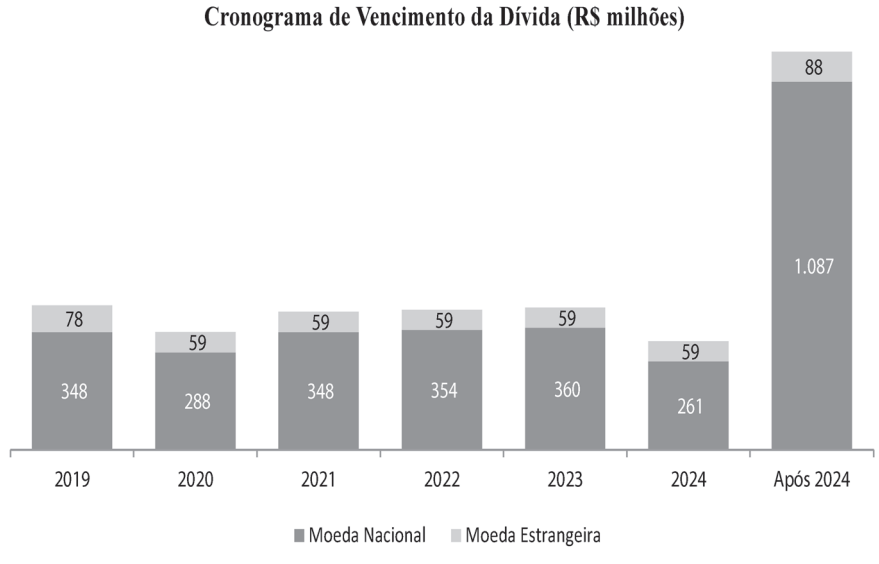

A dívida bruta total, representada principalmente por empréstimos, financiamentos e debêntures, totalizava R$ 3,688 bilhões ao final de 2018, redução de 26,2% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2017, quando o valor era R$ 5,001 bilhões. A expressiva redução da dívida foi em função da quitação por meio de transferências de SPE da Eletronorte para a Eletrobras. Do total da dívida no final do período, 14% estava denominada em moeda estrangeira (10% ao final de 2017).

**Dívida Líquida - 2014 a 2018 (R$ milhões)**




Em 31 de dezembro de 2018, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes de caixa) da Companhia era de R$ 2,8 bilhões, redução de 34,24% em relação ao registrado ao final de 2017, que era de R$ 4,2 bilhões. No período houve aumento de 13% na soma de "caixa equivalentes de caixa" e TVM saindo de R$ 812 milhões para R$ 934 milhões.

**Cronograma de Vencimento da Dívida (R$ milhões)**




**III - Participações Societárias**

| Empresa | Aportes | | Resultado | | Dividendos Recebidos | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Até 2017 | 2018 | Até 2017 | 2018 | Até 2017 | 2018 |
| **Em Operação** | **1.623.623** | **-** | **761.291** | **132.482** | **(184.257)** | **(51.896)** |
| Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. | 21.300 | - | -101.161 | 12.637 | (89.679) | (9.220) |
| Amapari Energia S.A. | 41.533 | - | (42.052) | (1.011) | (4.229) | - |
| Brasnorte Transmissora de Energia S.A. | 94.975 | - | -42.704 | 5.175 | (13.115) | - |
| Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. | 24.803 | - | -513 | (1.388) | - | (73) |
| Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. | 33.570 | - | -3.635 | 654 | - | (1.295) |
| Energética Águas da Pedra S.A. | 64.435 | - | -103.548 | 18.502 | (24.141) | (25.038) |
| Integração Transmissora de Energia S.A. | 62.900 | - | -137.229 | 7.059 | (48.132) | - |
| Manaus Transmissora de Energia S.A. | 376.600 | - | -70.778 | 14.806 | - | - |
| Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. | 826.777 | - | -276.710 | 64.446 | - | (12.967) |
| Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. | 22.931 | - | -222 | 476 | - | (363) |
| Transmissora Matogrossense de Energia S.A. | 53.799 | - | -66.843 | 11.126 | (4.961) | (2.940) |
| **Em Construção** | **3.444.261** | **199.662** | **(225.795)** | **313.709** | **-** | **-** |
| Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. | 700.944 | 12.250 | 6.572 | 162.566 | - | - |
| Companhia Energética Sinop S.A. | 262.689 | - | (109.548) | (65.390) | - | - |
| Norte Energia S.A. | 2.334.263 | 187.412 | (124.450) | 214.596 | - | - |
| Transnorte Energia S.A. | 146.365 | - | 14 | 1.937 | - | - |
| **Construtoras** | **-** | **-** | **-91.044** | **(339)** | **(40.900)** | **-** |
| Construtora Integração Ltda. | - | - | -52.930 | (255) | (28.572) | - |
| Manaus Construtora Ltda. | - | - | -38.114 | (84) | (12.328) | - |
| **Adiantamentos p/Futuro Aumento Capital-AFAC** | **37.079** | **35.280** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Companhia Energética Sinop S.A. | 36.750 | 35.280 | - | - | - | - |
| Manaus Transmissora de Energia S/A (*) | 329 | - | - | - | - | - |
| **Total** | **5.104.963** | **234.942** | **626.540** | **445.852** | **(225.157)** | **(51.896)** |

**DIMENSÃO SOCIAL**

**I - Dimensão Social Interna**

**Gestão de Pessoas**

Na Eletronorte, as pessoas assumem importância primordial na medida em que viabilizam a execução da estratégia empresarial e contribuem para a competitividade, rentabilidade e sustentabilidade.

A Empresa adota a Política de Gestão de Pessoas da Eletrobras que, por sua vez, está alinhada à estratégia organizacional e à legislação brasileira, respeitando as diretrizes e convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

A Eletronorte busca valorizar a força de trabalho, que é determinante para cumprir sua Missão, alcançar os resultados e fortalecer a organização, e esta importância está representada nos seus valores, que contemplam, dentre outros, o fator "valorização e comprometimento das pessoas".

A valorização e o comprometimento das pessoas consideram as seguintes intenções:

- Praticar os valores organizacionais;
- Trabalhar de forma alinhada aos objetivos estratégicos;
- Buscar o aprimoramento profissional;
- Reconhecer os melhores desempenhos;
- Valorizar o autodesenvolvimento; e
- Respeitar a diversidade no ambiente de trabalho.

O conceito de competências é a principal referência para a gestão de pessoas nas Empresas Eletrobras. Para isso, utiliza-se um modelo de Carreira e Remuneração com essa abordagem, visando alinhar as políticas e práticas de gestão de pessoas ao direcionamento estratégico empresarial, bem como integrar os processos de gerenciamento de pessoas, buscando a melhoria da performance organizacional.

Cabe acrescentar que a carreira e as ações relativas ao desempenho dos empregados estão pautadas no Plano de Carreira e Remuneração – PCR e no Sistema de Gestão de Desempenho – SGD, comum a todas as Empresas Eletrobras.

**Força de Trabalho**

| | | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Nº de Empregados no Início do Exercício | Ativos em Exercício | 2.989 | 2.974 | 2.988 | 2.796 |
| | Ativos Cedidos (Dec. 4050/2001) | 157 | 160 | 135 | 93 |
| | Ativos readmitidos (Lei 8878/94) | 193 | 197 | 201 | 172 |
| | Licença sem Remuneração | 16 | 12 | 9 | 12 |
| | Diretores Empregados | 1 | 2 | 2 | 2 |
| | Subtotal | 3.355 | 3.345 | 3.335 | 3.075 |
| | Cedidos à Empresa (Dec. 4050/2001) | 29 | 31 | 35 | 31 |
| | Diretores não Empregados | 4 | 3 | 3 | 4 |
| | Subtotal | **33** | **34** | **38** | **34** |
| | Total Geral | **3.388** | **3.379** | **3.373** | **3.110** |
| Nº de Empregados no Final do Exercício | Ativos em Exercício | 2.974 | 2.988 | 2.796 | 2641 |
| | Ativos Cedidos (Dec. 4050/2001) / Liberados (sem anistiados) | 160 | 135 | 93 | 80 |
| | Ativos readmitidos (Lei 8878/94) | 197 | 201 | 172 | 169 |
| | Licença sem Remuneração | 12 | 9 | 12 | 6 |
| | Diretores Empregados | 2 | 2 | 2 | 1 |
| | Subtotal | 3.345 | 3.335 | 3.075 | 2897 |
| | Cedidos à Empresa (Dec. 4050/2001) | 31 | 35 | 31 | 27 |
| | Diretores não Empregados | 3 | 3 | 4 | 5 |
| | Subtotal | **34** | **38** | **34** | **32** |
| | Total Geral | **3.379** | **3.373** | **3.110** | **2929** |
| Nº de Desligamentos/Demissões | | 16 | 16 | 261 | 182 |
| Nº de Admissões | | 6 | 6 | 1 | 1 |
| Nº de aposentadorias no Período | | 96 | 65 | 9 | 49 |
| Relação entre o menor salário da Empresa e o salário mínimo vigente | | 3,85 | 3,84 | 3,70 | 3,70 |
| Salário médio | | R$ 7.998,45 | R$ 11.058,58 | R$ 11.129,08 | R$ 11.537,65 |
| Índice de Absenteísmo - IAD - Global | | 2,34 | 2,08 | 2,38 | 2,49 |

**Educação e Desenvolvimento**

A Educação Corporativa, é um processo transversal e desenvolve competências que contribuem para o alcance de resultados organizacionais. A Aprendizagem organizacional também é resultante de autodesenvolvimento, do compartilhamento das experiências, das práticas de sucesso e inovação, dos desafios vivenciados de forma contínua durante a execução das atividades.

Os dados de 2018 do processo de educação corporativa refletem as mudanças na estrutura organizacional, com ligeira estabilização dos números, mas com iniciativas positivas e retomada de alguns projetos de desenvolvimento da força de trabalho, entre os quais se destacaram:

- Aprovação e atendimento das diretrizes propostas no Plano Diretor de Educação 2018/2019 (Resolução de Diretoria – RD 326/2018), principalmente das iniciativas de capacitação voltadas para atendimento do Plano de Negócios e Gestão-PNG, destacando-se a oferta de ações educacionais para o fortalecimento da cultura de Compliance, do Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Eletrobras, padronização de serviços de CSC, além das ações educacionais direcionadas para o atendimento regulatório, principalmente de segurança do trabalho.
- Aprovação do Programa de Formação e Atualização Gerencial – PAG, por meio da RD 349/2018. O PAG é um programa corporativo que tem como premissa consolidar a formação do corpo gerencial da Eletronorte com foco nas competências essenciais ao negócio da Empresa. Propõe considerar os conhecimentos anteriormente adquiridos e estipula uma sequência de ações educacionais com níveis de exigência, profundidade e complexidade progressivas. O objetivo geral do PAG é estruturar a formação e atualização contínua das lideranças formais da Eletronorte. O lançamento oficial do PAG aconteceu no dia 11/12/2018 e teve como tema central "Governança, Riscos e Compliance – GRC".

Considerando todas as ações educacionais formais (internas, externas e as em parceria com a UNISE – Universidade das empresas Eletrobras), o processo de Educação Corporativa implementou em 2018, 448 turmas de ações educacionais, que aperfeiçoaram e qualificaram os empregados da Eletronorte.

As ações educacionais atingiram 21,07 horas de treinamento, em média por empregado, perfazendo um total de 57.191,38 horas, com 4633 participações para 2069 profissionais treinados. O valor total investido foi de R$ 1.737.184,93 e investimento médio por empregado de R$ 640,08.

| Parâmetros | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|
| Ações Educacionais | 655 | 426 | 448 |
| Pessoas Capacitadas | 2.338 | 2.252 | 2069 |
| Participações | 7.328 | 5.435 | 4633 |
| Horas Treinadas | 150.594 | 70.681,33 | 57.191,38 |
| Custo Total (R$) | 3.669.510,65 | 1.001.226,13 | 1.737.184,93 |

**OBS.:** Foram considerados para as informações acima, **empregados e requisitados**.

**Saúde e Segurança do Trabalho**

A Eletronorte, por meio de sua Política de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO), estabelece diretrizes e responsabilidades com foco na prevenção e promove a melhoria continua na gestão, além disto, determina que a Empresa atenda aos requisitos legais.

Convém aludir que os perigos e riscos relacionados à Segurança e Saúde Ocupacional são identificados e tratados por meio de diversos programas e ações, dentre eles podemos destacar:

- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- Elaboração de Análise Preliminar de Risco;
- Campanhas de Segurança e Saúde;
- Sinalização de Segurança;
- Fornecimentos de Equipamentos de Segurança;
- Estabelecimentos de Procedimentos em Normativos Internos;
- Inspeção de SSO;
- Acompanhamento de Atividades;
- Capacitação dos trabalhadores em diversos cursos, tais como: Espaço Confinado; Trabalho em Altura; Trabalho com Eletricidade; etc.

Relevante ressaltar que no final de 2016 e 2017, a Eletronorte atualizou todos laudos de Periculosidade de suas instalações, bem como, revisou os procedimentos internos de acesso as áreas de risco, estas ações foram realizadas com o intuito de evitar ao máximo a exposição desnecessária dos trabalhadores a riscos de origem elétrica, além de garantir que somente trabalhadores com a saúde adequada e treinamento da NR-10 possam acessar estas áreas.

No quadro abaixo estão apresentados os indicadores de SSO no período de 2014 a 2018.

| Tipo de acidentes do trabalho/ Indicadores | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Nº Absoluto de Acidentes* sem Afastamento | 10 | 4 | 4 | 9 | 6 |
| Nº Absoluto de Acidentes* com Afastamento | 16 | 3 | 12 | 6 | 4 |
| Nº Total de Acidentes de Trabalho** com Empregados | 38 | 7 | 21 | 22 | 16 |
| Índice Relativo Total de Empregados | 0,0047407 | 0,0008957 | 0,003596 | 0,001836 | 0,00346 |
| Dias Perdidos/Pessoas [1] | 403 | 394 | 192 | 63 | 10 |
| Índice de Frequência | 2,70 | 0,51 | 2,06 | 1,08 | 0,87 |
| Índice de Avaliação Gravidade | 68 | 67 | 33 | 11 | 2 |

| Tipo de acidentes do trabalho/ Indicadores | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Acidentes que Resultaram em Mutilação ou Outros Danos à Integridade Física de Empregados e/ou de Prestadores de Serviço, com Afastamento Permanente do Cargo (incluindo LER) (%) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Nº de óbitos | 1[2] | 0 | 0 | 0 | 0 |

1 Dias/Homens perdidos foi substituído por Dias perdidos/Pessoas.
[2] Óbito decorrente de um acidente de trajeto e computado no item "Número Absoluto de Acidentes cm Afastamento"
* Foi considerado apenas os acidentes típicos
** Foi considerado os acidentes típicos e de trajeto, com e sem afastamento
Obs. Os dados de 2014 e 2015 foram atualizados.

**Previdência Privada**

A Eletronorte conta com a Previnorte – Fundação de Previdência Complementar, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com o objetivo de instituir planos de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados das empresas que patrocinam esses planos. Além da Eletronorte, na qualidade de Patrocinador-Instituidor, são também patrocinadores da Previnorte a Amazonas Energia S.A., a Boa Vista Energia S.A., a Eletroacre e a própria Previnorte.

Nas tabelas a seguir, são demonstrados a composição dos investimentos dos Planos de Benefícios, bem como o Demonstrativo dos Valores repassados pela Eletronorte à Previnorte no ano de 2018.

| Composição dos Investimentos dos Planos de Benefícios 01-A e 01-B (Eletronorte) Posição: 31/12/2018 | | |
|---|---|---|
| **Alocação dos Recursos** | **Valor (R$)** | **%** |
| Renda Fixa | 2.960.665.511,46 | 87,51 |
| Títulos Públicos | 546.670.505,36 | 16,16 |
| Crédito Privado | 277.768.755,70 | 8,20 |
| Fundos de Investimentos | 2.136.226.250,40 | 63,15 |
| Segmento Estruturado | 235.153.458,62 | 6,95 |
| Investimentos Imobiliários | 57.130.481,78 | 1,69 |
| Empréstimos e Financiamentos | 128.738.479,97 | 3,81 |
| Disponível | 1.261.989,03 | 0,04 |
| Outros Realizáveis | 2.367,75 | 0,01 |
| **Total** | **3.382.952.288,61** | **100,00** |

| Demonstrativo de valores repassados pelo patrocinador Eletronorte (Planos de Benefícios 01-A E 02-A) Referência: 2018 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Mês de Referência** | **Contribuições Pagas pelo(s):** | | **UTI Móvel[1]** | **Empréstimos Consignados[2]** | **Total** |
| | **Participantes** | **Patrocinador** | | | |
| Janeiro | 4.584.142,00 | 3.323.898,20 | 388,74 | 2.763.104,07 | 10.671.533,01 |
| Fevereiro | 4.616.480,20 | 3.307.864,93 | 204,60 | 2.708.652,30 | 10.633.202,03 |
| Março | 4.673.916,54 | 3.376.784,93 | 204,60 | 2.745.662,88 | 10.796.568,95 |
| Abril | 4.617.068,39 | 3.322.896,38 | - | 2.605.478,55 | 10.545.443,32 |
| Maio | 4.618.985,46 | 3.316.723,75 | 1.145,76 | 2.711.652,48 | 10.648.507,45 |
| Junho | 4.608.163,51 | 3.301.019,40 | 388,74 | 2.874.357,82 | 10.783.929,47 |
| Julho | 4.897.736,56 | 3.491.759,35 | 388,74 | 3.463.452,65 | 11.853.337,30 |
| Agosto | 4.739.891,50 | 3.355.185,09 | 416,86 | 2.874.181,05 | 10.969.674,50 |
| Setembro | 4.763.798,96 | 3.386.415,99 | 402,80 | 2.558.968,00 | 10.709.585,75 |
| Outubro | 4.811.726,47 | 3.400.221,37 | 416,86 | 2.941.278,62 | 11.153.643,32 |
| Novembro | 4.792.487,18 | 3.383.222,58 | 388,74 | 2.961.622,88 | 11.137.721,38 |
| Dezembro e 13º* | 9.725.076,22 | 6.790.612,45 | 402,80 | 2.453.184,31 | 18.969.275,78 |
| **Total** | **61.449.472,99** | **43.756.604,42** | **4.749,24** | **33.661.595,61** | **138.872.422,26** |

(*) Valores repassados em Janeiro/2019
Notas: (1) Valores descontados na folha de pagamento e repassados à Previnorte, relacionados aos dependentes dos empregados da Eletronorte.
(2) Valores descontados na folha de pagamento e repassados à Previnorte, referentes às prestações de empréstimos concedidos aos seus participantes.

**II - Dimensão Social Externa**
**Programas e Ações de Responsabilidade Social**

| Programa/Projeto | Objetivo/Beneficiários |
|---|---|
| Universalização de Energia | Atender determinação do Ministério de Minas e Energia, acompanhando a implantação do Programa Luz para Todos na região norte composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, provendo a estrutura física e logística dos Comitês Gestores Estaduais. Apoiar a execução das obras do Programa Luz para Todos no Estado do Amapá, já tendo atuado na implantação da 1ª e 2ª tranche de obras. O Contrato de financiamento da 3ª tranche foi firmado em abril/2018 e o Contrato para execução das obras foi firmado em dez/2018, com o início dos atendimentos previstos para o primeiro trimestre de 2019, que irá atender a demanda de energia elétrica em doze municípios, totalizando 6.456 novos consumidores em sua primeira etapa. |
| Plano de Inserção Regional da UHE Tucuruí - PIRTUC | Contribuir para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE Tucuruí – PDST, que compreende os 7 (sete) municípios do entorno do Lago da UHE Tucuruí: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí. Os projetos abrangem programas compensatórios e potencializadores de desenvolvimento, bem como ações de melhorias de infraestrutura social e econômica e de fortalecimento das atividades produtivas da região ao longo de 20 anos, envolvendo recursos financeiros no montante de R$ 200 milhões. Em 2018, foram realizados investimentos no valor de R$ 80.877,11 em projetos. |
| Plano de Inserção Regional a Jusante de Tucuruí - PIRJUS | Desenvolver ações socioambientais a jusante de Tucuruí, em cinco municípios: Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri, beneficiando 237.728 pessoas. A implementação se estende por um período de 20 anos, a partir de 2004, e envolve um montante de recursos financeiros de R$160 milhões. Em 2018, foram realizados investimentos no valor de R$ 579.434,75 em projetos do PIRJUS. |
| Jovem Aprendiz | Com a finalidade de capacitar e preparar jovens entre 16 e 22 anos em situação de vulnerabilidade social, facilitando sua inserção no mercado de trabalho, e alinhada às políticas públicas e legislação de preparação para o primeiro emprego, a Eletronorte participa do Programa Jovem Aprendiz.<br>Para ingresso nos cursos, os jovens devem ter idade entre 16 a 22 anos, estar matriculados no ensino médio, ter concluído o ensino médio em escola da rede pública ou estar cursando Educação para Jovens e Adultos - EJA (rede pública), e ter renda familiar de até 03 (três) salários mínimos.<br>Em 2018, ano de encerramento da capacitação de Jovens Aprendizes iniciada em 2017 e início da capacitação com previsão de término em 2019, a Eletronorte desenvolveu cursos t**écnicos em 10 das suas unidades, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial -** Senai, quais sejam:<br>• **Brasília/DF**<br>• **Tucuruí/PA**<br>• **Palmas/TO**<br>• **Boa Vista/RR**<br>• **Porto Velho/RO**<br>• **Manaus/AM**<br>• **Belém/PA**<br>• **Altamira/PA**<br>• **Marabá/PA.**<br>• **Vila do Conde/PA**<br><br>Total de Jovens Aprendizes que concluíram o curso em 2018: **121**<br>Total de Jovens Aprendizes que iniciaram o curso em 2018: **79** |
| Seleção Pública de Projetos Sociais | No ano de 2018, a Eletronorte participou de reuniões do Grupo de Trabalho formado por representantes das empresas Eletrobras, denominado GT Edital Social, visando à elaboração de edital para seleção pública de projetos sociais em âmbito nacional, a exemplo do que é realizado para a seleção de projetos de patrocínio. |
| Negócios Familiares Sustentáveis | O Projeto "Negócios Familiares Sustentáveis" visa promover o incremento da renda da agricultura familiar na Amazônia, através de apoio à produção e comercialização dos produtos, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico com conservação das florestas na região e melhoria da qualidade de vida da população.<br>Visando à implementação de tal Projeto, o Convênio nº. 4100038745, celebrado entre a Eletronorte o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, foi aprovado pela Resolução de Diretoria 0218/2018.<br>Serão atendidas 350 famílias, sendo 100 do município de Pacajá (por intermédio da Feira da Produção Familiar de Pacajá), 25 do município de Aveiro e 25 do município de Itaituba (por meio da 1ª Rede de Comercialização Solidária do Tapajós), e 200 do município de Santarém (por meio do fortalecimento da produção e investimento no processo de comercialização do pescado - pirarucu e tambaqui). |

| Programa/Projeto | Objetivo/Beneficiários |
|---|---|
| Programa de Voluntariado Empresarial | A Eletronorte participa de grupo de trabalho com representantes das empresas Eletrobras, para construir um Guia Unificado de Voluntariado, estabelecendo condições e critérios para o apoio às ações dos seus empregados. O tema foi inserido na atualização da Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras, aprovada em novembro de 2018.<br>Este Guia tem como objetivo fornecer diretrizes, orientações gerais e operacionais para os programas de Voluntariado das empresas Eletrobras, gerando credibilidade no processo empresarial, respeitando os princípios de transparência, ética, responsabilidade e justiça, reduzindo, assim, a assimetria de informação com planos de ação e métricas que funcionarão como mediadores de legitimidade. |
| Promoção do Trabalho Decente e Erradicação do Trabalho Escravo | A Eletronorte participa, como associada, do Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo – InPACTO, participando de reuniões que buscam novas frentes de atuação no combate ao trabalho escravo. |
| Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes | A Eletronorte participa das reuniões da Agenda de Convergência de Obras e Empreendimentos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que tem como objetivo desenvolver ações articuladas, interna e externamente, voltadas para a prevenção, articulação e mobilização que permitam a intervenção corporativa para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, na empresa e nas suas comunidades de convivência. |
| Patrocínios Institucionais | XIV SEPOPE - Simpósio de Especialistas em Planejamento da Operação e Expansão Elétrica, Círio de Nazaré 2018, XV EDAO - Encontro para Debates de Assuntos de Operação, 9º LASE Congresso de Licenciamento e Gestão Socioambiental no Setor Elétrico |

**Balanço Social**
**Informações de Natureza Social e Ambiental**

(Valores expressos em milhares de reais)

| 1 - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA: | 2018 | | | 2017 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Distribuição do Valor Adicionado | % governo > | 30,00% | | % governo > | 22,04% | |
| | % acionistas > | 38,00% | | % acionistas > | 33,86% | |
| | % empregados > | 17,00% | | % empregados > | 24,29% | |
| | % financiadores > | 15,00% | | % financiadores > | 19,81% | |
| **2 - RECURSOS HUMANOS: 2.1 - Remuneração** | | | | - | | |
| **Folha de pagamento bruta (FPB)** | | **R$ 1.391.028** | | | **R$ 1.605.708** | |
| - Empregados | | R$ 1.385.284 | | | R$ 1.600.528 | |
| - Administradores | | R$ 5.744 | | | R$ 5.180 | |
| Relação entre o maior e o menor salário: | | | | | | |
| - Empregados | | 9,90% | | | 10,18 | |
| - Administradores | | 1% | | | 1,05 | |
| **2.2 - Benefícios Concedidos** | **Valor (R$ mil)** | **% sobre FPB** | **% sobre RL** | **Valor (R$ mil)** | **% sobre FPB** | **% sobre RL** |
| Encargos Sociais | R$ 265.736 | 19,10% | 4,42% | R$ 293.016 | 18,73% | 4,94% |
| Alimentação | R$ 42.361 | 3,05% | 0,70% | R$ 47.126 | 3,01% | 0,79% |
| Transporte | R$ 4.122 | 0,30% | 0,07% | R$ 4.431 | 0,28% | 0,07% |
| Previdência privada | R$ 41.206 | 2,96% | 0,69% | R$ 42.581 | 2,72% | 0,72% |
| Saúde | R$ 58.971 | 4,24% | 0,98% | R$ 77.918 | 4,98% | 1,31% |
| Segurança e medicina do trabalho | R$ 704 | 0,05% | 0,01% | R$ 2.383 | 0,15% | 0,04% |
| Educação ou auxilio Creche | R$ 10.960 | 0,79% | 0,18% | R$ 10.698 | 0,68% | 0,18% |
| Cultura | R$ - | 0,00% | 0,00% | R$ - | - | - |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | R$ 1.236 | 0,09% | 0,02% | R$ 1.081 | 0,07% | 0,02% |
| Participação nos lucros ou resultados | R$ 124.000 | 8,91% | 2,06% | R$ 139.400 | 8,94% | 2,33% |
| Outros | R$ 22.043 | 1,58% | 0,37% | R$ 18.731 | 1,20% | 0,32% |
| **Total** | **R$ 571.339** | **41,07%** | **9,50%** | **R$ 637.365** | **40,86%** | **10,67%** |
| **2.3 - Composição do Corpo Funcional** | | | | | | |
| Nº de empregados no final do exercício | 2.896 | | | 3.075 | | |
| Nº de admissões | 1 | | | 1 | | |
| Nº de demissões | 182 | | | 261 | | |
| Nº de estagiários no final do exercício | 116 | | | 296 | | |
| Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício | 16 | | | 51 | | |
| Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício | - | | | - | | |
| Nº de empregados por sexo: | | | | | | |
| - Masculino | 2.332 | | | 2.299 | | |
| - Feminino | 564 | | | 540 | | |
| Nº de empregados por faixa etária: | | | | | | |
| - Menores de 18 anos | - | | | - | | |
| - De 18 a 35 anos | 213 | | | 327 | | |
| - De 36 a 60 anos | 2.112 | | | 2.083 | | |
| - Acima de 60 anos | 571 | | | 429 | | |
| Nº de empregados por nível de escolaridade: | | | | | | |
| - Analfabetos | - | | | - | | |
| - Ensino fundamental | 241 | | | 194 | | |
| - Ensino médio | 351 | | | 382 | | |
| - Ensino técnico | 814 | | | 814 | | |
| - Ensino superior | 1.161 | | | 1.147 | | |
| - Pós-graduados | 329 | | | 302 | | |
| Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo: | | | | | | |
| - Masculino | 80,52% | | | 79,23% | | |
| - Feminino | 19,48% | | | 20,26% | | |

| 2.4 - Contingências e passivos trabalhistas: | 2018 | 2017 |
|---|---|---|
| Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade | 275 | 523 |
| Nº de processos trabalhistas julgados procedentes | 97 | 155 |
| Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes | 198 | 68 |
| Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça | R$ 13.383 | R$ 8.072 |

| 3 - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO: | Valor (R$ mil) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (R$ mil) | % sobre RO | % sobre RL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **3.1 - Relacionamento com a Comunidade** | | | | | | |
| Totais dos investimentos em: | | | | | | |
| Educação | - | - | - | - | - | - |
| Cultura | - | - | - | - | - | - |
| Saúde e infraestrutura | - | - | - | - | - | - |
| Esporte e lazer | - | - | - | - | - | - |
| Alimentação | - | - | - | - | - | - |
| Geração de trabalho e renda | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - |
| **Total dos investimentos** | - | - | - | - | - | - |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | R$ 1.320.953 | 40,93% | 21,96% | R$ 1.097.752 | 55,05% | 18,38% |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos | R$ 171.056 | 5,30% | 2,84% | R$ 147.655 | 7,40% | 2,47% |
| **Total - Relacionamento com a Comunidade** | **R$ 1.492.009** | **46,23%** | **24,81%** | **R$ 1.245.407** | **62,45%** | **20,85%** |

**3.2 - Interação com os Fornecedores**

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus FORNECEDORES:

Em todas as licitações é exigido dos fornecedores, como requisito para habilitação, a apresentação de declaração, informando que a empresa não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

É exigido ainda ter conhecimento e concordar com os princípios e normas constantes do "Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens de Serviços" da Eletronorte, documento que estabelece regras gerais de conduta, envolvendo requisitos básicos de responsabilidade social e sustentabilidade, tais como: Ética, transparência e observância dos direitos humanos, ao comércio justo e à responsabilidade socioambiental;

Inclusão em todos os contratos das seguintes cláusulas:

- Equidade de gênero e raça;
- Código de Ética, com os seguintes requisitos: ética empresarial, impessoalidade, legalidade, relação custo-benefício, pontualidade, incorporação de critérios socioambientais nos processos de gestão e nas relações com parceiros e/ou fornecedores.
- Dos atos lesivos à Eletronorte e Da responsabilidade administrativa, no combate à corrupção;
- Adoção do Manual de Compliance das empresas Eletrobras no relacionamento com representantes e fornecedores.

| 4 – INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE | Valor (R$ mil) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (R$ mil) | % sobre RO | % sobre RL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Valor total dos Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente | R$ - | - | - | R$ 2.866 | 0,14% | 0,05% |
| Valor total dos Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados | R$ - | - | - | R$ 25.115 | 1,26% | 0,42% |
| Valor total dos Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados terceirizados, autônomos e administradores da entidade | R$ - | - | - | R$ 92 | 0,00% | 0,00% |
| Valor total dos Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade | R$ - | - | - | R$ 315 | 0,02% | 0,01% |
| Valor total dos Investimentos e gastos com outros projetos ambientais | R$ - | - | - | R$ 1.579 | 0,08% | 0,03% |
| Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade | R$ - | - | - | R$ - | - | - |
| Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente | R$ - | - | - | R$ - | - | - |
| Valor total dos passivos e contingências ambientais | R$ - | - | - | R$ - | - | - |
| **Valor total da Interação com o meio ambiente** | **R$ -** | **-** | **-** | **R$ 29.967** | **1,50%** | **0,50%** |

| 5 – OUTRAS INFORMAÇÕES | 2018 | 2017 |
|---|---|---|
| Receita Líquida (RL) | R$ 6.151.474 | R$ 5.972.671 |
| Resultado Operacional (RO) | R$ 3.227.259 | R$ 1.994.159 |

**DIMENSÃO AMBIENTAL**

**Gestão Ambiental**

A gestão ambiental dos empreendimentos da Eletronorte é uma atividade transversal onde a alta direção apoia amplamente as ações ambientais, estabelecendo metas alinhadas com a Política Ambiental Corporativa das empresas Eletrobras.

Todos os empreendimentos da Empresa são licenciados pelo órgão ambiental competente. No âmbito do licenciamento são realizados diversos programas socioambientais para controle, monitoramento

e compensação dos impactos gerados e potencialização dos impactos positivos, tais como: Programa de Limnologia, Qualidade da Água e Monitoramento da Ictiofauna dos reservatórios das UHEs (Tucuruí, Samuel, Coaracy Nunes e Curuá-Una); Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, Programa de Monitoramento de Fauna e Bordas Florestais, Programa de Atendimento à Emergências Ambientais, Programa de Germoplasma Florestal, Programa de Áreas Protegidas e demais programas correlatos.

Além das ações executadas em atendimento aos compromissos socioambientais relacionados ao licenciamento dos empreendimentos, a Eletronorte adota como base de sua gestão ambiental requisitos da ISO 14001. Nesse contexto, foram desenvolvidas matrizes ambientais para identificação dos aspectos de seu processo produtivo que necessitam de monitoramento e controle. A efetividade desses processos é verificada no âmbito do programa de auditorias ambientais. No ano de 2018, foram realizadas 18 (dezoito) auditorias ambientais que abrangeram a inspeção de um total de 51 (cinquenta e um) instalações/empreendimentos.

O desempenho da gestão ambiental é avaliado por meio do indicador IEGA - Índice de Eficiência da Gestão Ambiental que compreende, entre outros, da resolução das não-conformidades levantadas nas auditorias ambientais.

A Eletronorte possui ainda controle de Riscos Empresariais, onde, no âmbito ambiental foram identificados os riscos relativos à Gestão Socioambiental de Empreendimentos, às Mudanças Climáticas e aos Gases de Efeito Estufa. Para os riscos identificados foram elaboradas medidas de controles com o objetivo de minimizar a materialização dos mesmos.

Todos os anos, os principais resultados da gestão ambiental empresarial são consolidados e reportados nos seguintes documentos:

- Relatório de Sustentabilidade da Eletrobras, que compõem os resultados das empresas do grupo, elaborado a partir dos dados inseridos pelas empresas no sistema IGS (Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial do Sistema Eletrobras);
- Inventário de Gases de Efeito Estufa, que engloba todos os dados de emissões das empresas do sistema Eletrobras;
- Questionário da Bolsa de Nova York - indicador *Dow Jones Sustainability Index* - DJSI. Esta é uma meta da Holding Eletrobras, da qual a Eletronorte faz parte;
- Questionário da Bolsa de valores B3 — Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE (ISE-B3 Dimensão Ambiental e ISE-B3 - Dimensão Mudança do Clima).

**Programas Indígenas**

A empresa executa programas em parceria com a Funai e indígenas, nas Terras Indígenas Parakanã, Waimiri Atroari, São Marcos, e Trocará, desenvolvendo ações de compensação aos impactos ambientais e sociais causados pelos empreendimentos e também programas voltados ao desenvolvimento das comunidades indígenas.

O Programa Parakanã é uma ação de compensação aos impactos ambientais e sociais desenvolvida com a comunidade Awaete Parakanã, habitantes da Terra Indígena Parakanã, com 351.000 hectares, localizada na área de influência do reservatório da UHE Tucuruí, bacia do rio Tocantins. A Terra Indígena possui - 19 aldeias. Em 2018, o Programa Parakanã recebeu o repasse de R$ 8.298.070,26 (oito milhões, duzentos e noventa e oito mil, setenta reais e vinte e seis centavos).

O Programa Waimiri Atroari desenvolve ações relativas à saúde, educação, proteção e meio ambiente, apoio à produção, desenvolvido com a comunidade Waimiri Atroari, com foco na sua sustentabilidade. A Comunidade habita a Terra Indígena Waimiri Atroari, localizada em área de influência da UHE Balbina. Esta terra possui 2.585.611,96 hectares, com 45 aldeias. Em 2018, o programa recebeu o repasse de R$ 4.589.163,31 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, cento e sessenta e três reais e trinta e um centavos).

Mediante Termo de Compromisso, firmado com a Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM), a Empresa desenvolve ações em decorrência da implantação da Linha de Transmissão 230 kV Boa Vista / Santa Elena, no estado de Roraima, visando o desenvolvimento da comunidade através de ações definidas no "Plano de Vida" da Comunidade. Aproximadamente 6.500 pessoas das etnias Macuxi, Taurepang e Wapixana, habitantes de 45 aldeias, fazem parte do Programa Indígena da Terra São Marcos que possuí uma área de 654.110 ha. Em 2018, o programa recebeu um investimento de R$ 1.113.401,73 (um milhão, cento e treze mil, quatrocentos e um reais e setenta e três centavos).

Está em andamento o Estudo Ambiental Simplificado do Componente Indígena (EAS-CI) das Linhas de Transmissão 500 kV Tucuruí-Marabá-Imperatriz-Presidente Dutra (C1 e C2), que interceptam as terras Indígenas Krikati (etnia Krikati), Cana Brava (etnia Guajajara) e Mãe Maria (etnia Gavião Parkatêgê). Em outubro de 2017 foi aprovado, pela Eletronorte, o Plano de Trabalho do EAS. Esse estudo foi solicitado pela FUNAI e recomendado pelo IBAMA como uma das condicionantes para renovação da Licença de Operação das referidas linhas de transmissão, previsto para finalizar em 2019.

A Eletronorte firmou em juízo um Termo de Acordo para implantar o Programa Assurini, no valor total de R$ 10 milhões, a ser desenvolvido ao longo de cinco anos com a comunidade indígena Assurini do Tocantins na TI Trocará. O Programa consiste na implantação de projetos embasados em cinco linhas temáticas que refletem as necessidades explicitadas pela própria comunidade, sendo: saúde; educação, cultura e lazer; apoio à organização social e fortalecimento institucional; ocupação territorial, vigilância e monitoramento; e geração de renda e segurança alimentar. A Terra Indígena Trocará, com 560 habitantes (censo de 2013), divididos em quatro aldeias, demarcada em 1977, com 21.722 ha, está localizada no estado do Pará, no limite dos municípios de Tucuruí e Baião, distante 18 km ao norte da cidade de Tucuruí, a jusante do barramento da UHE Tucuruí, margeando o rio Tocantins. As primeiras ações terão início em 2019 com a implantação de saneamento básico para atendimento das quatro aldeias.

**Preservação do Patrimônio Cultural e Arqueológico**

A Eletronorte, de acordo com as instruções normativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no âmbito do Licenciamento Ambiental, visando à execução das ações relacionadas à conservação dos bens arqueológicos e a preservação do patrimônio cultural, atende as exigências e detalhes técnicos definidos pelo Termo de Referência (TR) aplicável ao empreendimento.

A Empresa ou as empresas as quais é acionista promovem o levantamento e o resgate dos sítios arqueológicos e culturais detectados nas áreas diretamente afetadas pelos empreendimentos e suas servidões administrativas, no caso de linhas de transmissão. Esses estudos e medidas de resgate e compensação fazem parte dos processos de licenciamento ambiental.

Encontra-se em processo de negociação com algumas instituições responsáveis pela guarda e curadoria dos acervos resgatados, para transferência de material arqueológico. A empresa também desenvolve estudos junto à comunidade acadêmica para a preservação do patrimônio cultural e arqueológico.

Estão em andamento as tratativas sobre os processos de curadoria dos acervos arqueológicos dos seguintes empreendimentos:

- UHE Samuel
- LT 230 kV Ji-Paraná / Pimenta Bueno / Vilhena
- LT 138 KV Rio Branco I / Epitaciolândia
- LT 138 KV Rio Branco I / Sena Madureira

No caso de empreendimentos no Estado do Amapá foi publicado em 13/12/2018, Aviso de Licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", para a realização de Levantamento Arqueológico na Faixa de Servidão da Linha de Transmissão 138 kV SE Santana / SE Portuária, localizada no município de Santana; e Levantamento Arqueológico na área da Usina Termelétrica – UTE Santana, com capacidade de Potência instalada de 156,6 MW, também no município de Santana-AP, em atendimento à Decisão proferida na Audiência de Conciliação realizada no dia 25/07/2018, como parte do Processo no 1000474-05.2017.4.01.3100, referente à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal.

**Estudos Ambientais de Linhas de Transmissão e subestações associadas**

A Eletronorte conduz estudos de Caracterização e Análise Socioambiental para avaliar possíveis dificuldades no corredor de passagem de Linhas de Transmissão desenvolvendo Relatórios (R3), refletindo em menores custos ambientais e prazos no processo de licenciamento do empreendimento, dando subsídio aos leilões da Aneel.

A Empresa atua na análise e gestão das variáveis ambientais, identificando possíveis impactos e atendendo às exigências da legislação vigente, para futura implantação das Linhas de Transmissão e das Subestações, aplicando medidas preventivas e mitigatórias.

**Estudos Ambientais de Aproveitamentos Hidrelétricos**

A Eletronorte participa, por meio de parcerias com outras empresas, dos processos de licenciamento e estudos ambientais de aproveitamentos hidrelétricos. Em 2018, participou dos Estudos de Impacto Ambiental do AHE Jatobá (1.650 MW), incluída no Complexo Tapajós, no Estado do Pará e do AHE Tabajara (400 MW), no Estado de Rondônia. Esses estudos são necessários para obtenção das Licenças Ambientais junto ao IBAMA e permitem que o aproveitamento seja submetido a leilão público de geração.

**Estudos Ambientais para Ampliação da Geração de Usinas Hidrelétricas em Operação**

Em 2018, a Eletronorte, por meio de sua Superintendência de Meio Ambiente, gerenciou o processo de licenciamento ambiental para ampliação da capacidade de geração da UHE Curuá-Una, relacionado ao projeto de implantação de sua 4ª unidade geradora. O projeto possui Licença de Instalação, emitida pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará – SEMAS, válida até setembro de 2021.

Após entendimentos mantidos entre a Eletronorte e o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá – IMAP, em agosto de 2018, o Instituto emitiu Termo de Referência para os estudos necessários ao licenciamento prévio do projeto de ampliação da capacidade instalada da UHE Coaracy Nunes (acréscimo de 220 MW) e de seu sistema de transmissão associado.

**Estudos Ambientais de Usinas Térmicas**

A Empresa acompanha os programas de monitoramento socioambientais relacionados ao processo de licenciamento ambiental da Usina Térmica - UTE Araguaia (20 MW). O empreendimento possui Licença de Operação válida até dezembro de 2019.

Foram realizados em 2018 estudos para o descomissionamento das UTE desativadas Rio Branco I, Rio Branco II e Rio Acre no estado do Acre e da UTE Rio Madeira em Rondônia. Esses estudos irão embasar o processo de encerramento do licenciamento ambiental dos empreendimentos junto ao Órgão Ambiental, a ser executado a partir de 2019.

**Estudos e Avaliações Fundiárias**

A Eletronorte, por meio do Departamento Gestão de Gestão de Infraestrutura – GSSI – realiza estudos e avaliações fundiárias necessárias à expansão dos negócios, além de promover ações para liberação e regularização fundiária dos empreendimentos de energia elétrica que a Empresa participa.

As atividades fundiárias exercidas, de maneira geral, estão subdivididas em três macroprocessos:

- Avaliação de custos e estudos fundiários: visa estimar, os custos fundiários de determinado empreendimento, fornecendo subsídio para a elaboração de propostas nos Leilões que a Eletronorte participa.
- Liberação e regularização fundiária: visa desimpedir jurídica e administrativamente as áreas destinadas à execução dos serviços de engenharia que a Eletronorte executa ou participa.
- Gestão da informação: visa o gerenciamento dos processos e documentos gerados pela atividade fundiária.

**Encontra-se em andamento:**

a) A emissão do Termo de encerramento de contrato 4500086091, uma vez que foi publicada a Portaria Nº500, de 17 de dezembro de 2018, a qual declara a caducidade da concessão outorgada à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
b) Atividades de regularização fundiária referentes a empreendimentos da LVTE – Linha Verde Transmissora de Energia, da PVTE – Porto Velho Transmissora de Energia e de outros empreendimentos absorvidos pela Eletronorte.
c) Atividades de regularização fundiária referente ao empreendimento da LT 230 kV Jorge Teixeira / Lechuga – Manaus.
d) Acompanhamento e fornecimento de informações fundiárias para celebração de Contrato de Compartilhamento de Instalações da Eletronorte com outros concessionários de energia elétrica que estão em processo de Licenciamento Ambiental e Liberação Fundiária, cuja intersecção com os Empreendimentos da Eletronorte se faz necessário.

**GESTÃO DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO**

**Negócio Geração de Energia Elétrica**

**Fatos relevantes**

- **UHE SAMUEL** — Em 2018, a UHE Samuel manteve o bom desempenho operacional, alcançando o Índice de Disponibilidade - ID de 97,66%, superior à meta definida pelo Contrato de Metas do

Desempenho Empresarial – CMDE de 97,22% para 2018. Em dezembro de 2018, em atendimento à Lei nº 12.334/2010 e à Resolução Normativa Aneel nº 696/2015 foram encaminhadas cópias do Plano de Ação de Emergência referente à Usina Hidrelétrica Samuel às prefeituras de Candeias do Jamari e Porto Velho.

- **UHE CURUÁ-UNA** — Em 2018, a UHE Curuá-Una manteve o bom desempenho operacional alcançando o Índice de Disponibilidade - ID de 89,98%, superior à meta definida pelo CMDE de 89,46% para 2018. Em setembro de 2018, ocorreu a fiscalização da Aneel com o foco a fiscalização de barragem, as determinações oriundas desta fiscalização geraram um Plano de Ação cuja maioria das mesmas foram concluídas, com exceção de uma ação que está em desenvolvimento, com previsão de conclusão em fevereiro de 2019.
- **UHE COARACY NUNES** — Em 2018, a UHE Coaracy Nunes manteve o bom desempenho operacional alcançando o Índice de Indisponibilidade -INDISP de 6,18%, inferior à meta definida pelo CMDE de 7,30% para 2018. Em setembro de 2018, ocorreu a fiscalização da Aneel com o foco a fiscalização de barragem, as determinações oriundas desta fiscalização geraram um Plano de Ação cuja maioria das mesmas foram concluídas, com exceção de uma ação que está em desenvolvimento, com previsão de conclusão em fevereiro de 2019.
- **UHE TUCURUÍ** — Em 2018, a UHE Tucuruí manteve o bom desempenho operacional alcançando o Índice de Disponibilidade – ID de 88,59%, superior à meta definida pelo CMDE de 87,97% para 2018. Em setembro de 2018, ocorreu a fiscalização da Aneel com o foco na segurança de barragem, as determinações oriundas desta fiscalização geraram um Plano de Ação cuja as mesmas foram concluídas.
- **UHE BELO MONTE E PIMENTAL** — Em 29 de outubro de 2015, a Eletronorte celebrou com a empresa Norte Energia S.A. o contrato de prestação de serviços de Engenharia de Operação e Manutenção - PR-S-0007/2014, autorizado por meio da RD-0007/2015 e ratificado pela RD-02017/15, visando a prestação de serviços de O&M das Usinas Hidrelétricas Pimental e Belo Monte e Sistemas de Transmissão Associados. Em 2018 os serviços de comissionamento, iniciados em 2015 resultaram na entrada em operação de mais cinco Unidades Geradoras na UHE Belo Monte. Em 2018, foram gerados 18.248 GWh pela UHE Belo Monte e 1.191 GWh pela UHE Pimental. Como estratégia para prestação desse serviço foram implantadas as equipes sistêmicas compostas por empregados lotados em diversas instalações da Eletronorte.

**Resultados do Negócio Geração de Energia Elétrica**

O negócio "Geração de Energia Elétrica" responde por 65 % do ROL da Empresa e é desenvolvido por meio de quatro usinas hidrelétricas no Sistema Interligado Nacional (SIN). A principal metodologia de gestão da operação e da manutenção das usinas utilizada como um diferencial competitivo da Empresa é a Metodologia Manutenção Produtiva Total – TPM.

Em agosto de 2019, a Eletronorte deverá manifestar-se junto ao poder concedente sobre sua intenção de antecipar, ou não, a prorrogação da concessão da UHE Tucuruí.

**Indicadores de Desempenho do Negócio Geração**

| Indicador | UND. | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | Meta 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| DISPG – Disponibilidade da Geração da Eletronorte[1] | % | 96,47 | 96,73 | 96,02 | 94,19 | 92,84 |
| DISPG – Disponibilidade da Geração do Sistema Interligado[1] | % | 97,18 | 96,73 | 96,02 | 94,19 | 92,84 |
| ID - Índice de Disponibilidade UHE Tucuruí[2] | % | 91,76 | 90,44 | 87,93 | 88,59 | 87,97 |
| ID - Índice de Disponibilidade UHE Curuá Una[2] | % | 92,90 | 91,05 | 89,72 | 89,98 | 89,46 |
| ID - Índice de Disponibilidade UHE Samuel[2] | % | 97,29 | 97,58 | 97,69 | 97,66 | 97,22 |
| INDISP – Índice de Indisponibilidade da Geração da UHE Coaracy Nunes[3] | % | 9,05 | 8,06 | 7,13 | 6,18 | 7,30 |

1 **Disponibilidade da Geração - DISPG -** Mede a proporção do tempo que as Unidades Geradoras de uma usina ficaram disponíveis para a operação normal durante o ano. Polaridade: Quanto maior a disponibilidade, melhor é o desempenho da usina.

2 **Índice de Disponibilidade - ID -** Mede a disponibilidade da função geração de uma usina, acumulada nos últimos 60 (sessenta) meses de operação. O cálculo avalia duas parcelas que podem compor o tempo de máquinas indisponíveis, quais sejam, interrupções planejadas (Ex. manutenção) e interrupções forçadas (Ex. desligamentos por quebras). Polaridade: Quanto maior a disponibilidade (ID), melhor é o desempenho da usina.

3 **Índice de Indisponibilidade - INDISP -** Mede a indisponibilidade da função geração de uma usina, acumulada nos últimos 60 (sessenta) meses de operação. O cálculo avalia duas parcelas que podem compor o tempo de máquinas indisponíveis, quais sejam, interrupções planejadas (Ex. manutenção) e interrupções forçadas (Ex. desligamentos por quebras). Polaridade: Quanto menor a indisponibilidade (INDISP), melhor é o desempenho da usina.

Obs. Valores apurados até dezembro de 2018.

**Negócio Transmissão de Energia Elétrica**

A Eletronorte adota para operar e manter as instalações de transmissão, os procedimentos normatizados internamente, em conformidade com o órgão regulador Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

O Sistema de Transmissão da Eletronorte, em função de suas peculiaridades, exige processos e procedimentos diferenciados de manutenção e operação das instalações. Para tanto, são implementadas ações contínuas de melhorias nos processos de Operação e de Manutenção, enfocando soluções logísticas inovadoras que irão refletir no desempenho operacional das instalações.

**Fatos relevantes:**

- **Equipamentos de potência energizados no decorrer do ano de 2018**
- **SE Rio Branco – Estado do Acre:**
  Transformador nº. 05 de 230/69/13,8 kV de 100 MVA – energizado dia 23/04/2018;
  Banco de Capacitor nº 02 de 230 kV de 33,21 Mvar – energizado dia 03/10/2018;
  Banco de Capacitor nº 03 de 230 kV de 33,21 Mvar – energizado dia 03/10/2018;
  Banco de Capacitor nº 04 de 230 kV de 33,21 Mvar – energizado dia 04/10/2018;
  Banco de Capacitor nº 05 de 230 kV de 33,21 Mvar – energizado dia 04/10/2018.
- **SE Coxipó – Estado do Mato Grosso:**
  Autotransformador nº. 02 de 230/138/13,8 kV de 150 MVA – energizado dia 27/05/2018;
  Autotransformador nº. 03 de 230/138/13,8 kV de 150 MVA – energizado dia 30/09/2018
- **SE Barra do Peixe – Estado do Mato Grosso:**
  Autotransformador nº. 04 de 230/138/13,8 kV de 100 MVA – energizado dia 12/08/2018;
  Autotransformador nº. 05 de 230/138/13,8 kV de 100 MVA – energizado dia 12/08/2018.
- **SE Ariquemes – Estado de Rondônia:**
  Transformador nº 03 de 230/69/13,8 kV de 60 MVA – energizado dia 04/03/2018;
- **SE Jaru – Estado de Rondônia:**
  Transformador nº 01 de 230/69 kV de 30 MVA – energizado dia 10/06/2018.

**Indicadores do Sistema Interligado – SIN – CMDE ELETROBRAS**

| INDICADOR SISTEMA INTERLIGADO | Und | REALIZADO | | | | META |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2018 |
| DISPT – Disponibilidade Operacional de Transformadores[1] | % | 98,52 | 98,28 | 99,04 | 98,89 | 98,82 |
| DISPL – Disponibilidade Operacional de Linhas[2] | % | 99,91 | 99,93 | 99,93 | 99,95 | 99,88 |

1 **Disponibilidade Operacional de Transformadores – DISPT -** representa a disponibilidade de transformadores de potência, associados ao Sistema Interligado Nacional – SIN e tem como objetivo avaliar o desempenho operacional dos transformadores, sendo definido como a probabilidade de que, em dado momento, um transformador, ou está operando satisfatoriamente, ou pronto para ser colocado em operação, se for solicitado. Polaridade: Quanto maior melhor.
O indicador operacional DISPT faz parte do Contrato de Metas do Desempenho Empresarial – CMDE, assinado entre a Eletronorte e a holding Eletrobras.
2 **Disponibilidade Operacional de Linhas – DISPL -** representa a disponibilidade das linhas de transmissão, associadas ao Sistema Interligado Nacional – SIN e tem como objetivo avaliar o desempenho operacional das linhas de transmissão, sendo definido como a probabilidade de que, em dado momento, uma linha de transmissão, ou está operando satisfatoriamente, ou pronto para ser colocado em operação, se for solicitado. Polaridade: Quanto maior melhor.
O indicador operacional DISPL faz parte do Contrato de Metas do Desempenho Empresarial – CMDE, assinado entre a Eletronorte e a holding Eletrobras. Este indicador é também acompanhado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), integrando o Plano de Metas para a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR).

O indicador Disponibilidade Operacional de Transformadores - DISPT, referente ao sistema de transmissão, calculado para o período de janeiro a dezembro de 2018, obteve o resultado de **98,89%,** atendendo a meta contratada junto ao CMDE de **98,82%.**

O indicador Disponibilidade de Linhas - DISPL, referente ao sistema de transmissão, calculado para o período de janeiro a dezembro de 2018, obteve o resultado de **99,95%**, atendendo a meta contratada junto ao CMDE de **99,88%**.

**Indicadores do Sistema Roraima - Não Interligado ao SIN**

| INDICADOR SISTEMA INTERLIGADO | Und | REALIZADO | | | | META |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2018 |
| DISPT – Disponibilidade Operacional de Transformadores[1] | % | 99,35 | 99,67 | 99,86 | 99,99 | 99,20 |
| DISPL – Disponibilidade Operacional de Linhas[2] | % | 99,99 | 99,96 | 99,99 | 99,99 | 99,96 |

1 **Disponibilidade Operacional de Transformadores – DISPT -** representa a disponibilidade de transformadores de potência, associados ao Sistema Interligado Nacional – SIN e tem como objetivo avaliar o desempenho operacional dos transformadores, sendo definido como a probabilidade de que, em dado momento, um transformador, ou está operando satisfatoriamente, ou pronto para ser colocado em operação, se for solicitado. Polaridade: Quanto maior melhor.
O indicador operacional DISPT faz parte do Contrato de Metas do Desempenho Empresarial – CMDE, assinado entre a Eletronorte e a holding Eletrobras.
2 **Disponibilidade Operacional de Linhas – DISPL -** representa a disponibilidade das linhas de transmissão, associadas ao Sistema Interligado Nacional – SIN e tem como objetivo avaliar o desempenho operacional das linhas de transmissão, sendo definido como a probabilidade de que, em dado momento, uma linha de transmissão, ou está operando satisfatoriamente, ou pronto para ser colocado em operação, se for solicitado. Polaridade: Quanto maior melhor.
O indicador operacional DISPL faz parte do Contrato de Metas do Desempenho Empresarial – CMDE, assinado entre a Eletronorte e a holding Eletrobras. Este indicador é também acompanhado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), integrando o Plano de Metas para a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR).

O indicador Disponibilidade Operacional de Transformadores - DISPT, referente ao sistema de transmissão de Roraima, calculado para o período de janeiro a dezembro de 2018, obteve o resultado de **99,99%**, atendendo a meta contratada internamente junto à Diretoria de Operação de **98,82%**.

O indicador Disponibilidade de Linhas - DISPL, referente ao sistema de transmissão de Roraima, calculado para o período de janeiro a dezembro de 2018, obteve o resultado de **99,99%**, atendendo a meta contratada internamente junto à Diretoria de Operação de **99,96%**.

**COMERCIALIZAÇÃO E CLIENTES**

**Negócios de Geração, Transmissão e Prestação de Serviços**

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – Eletronorte atua nos segmentos de mercado de Geração, Transmissão de energia elétrica e prestação de serviços, nos quais se incluem serviços de Telecomunicações.

O segmento de Geração contempla os contratos celebrados nos seguintes Ambientes: Contratação Regulada – ACR e Contratação Livre – ACL.

O segmento de Transmissão compreende as receitas oriundas dos encargos de uso do sistema de transmissão, contratos de conexão, contratos de compartilhamento de instalações e prestação de serviços de operação e manutenção.

Para fins de análise, foi considerada a receita operacional líquida, sendo o montante das vendas brutas deduzidas de tributos e encargos setoriais.

A receita operacional líquida realizada no ano de 2018 com o negócio de Geração e Transmissão somou um montante de R$6,113 bilhões, conforme descrito no Quadro a seguir:

**Receita Operacional Líquida (valores em R$ bilhões)**

| Segmentos | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Geração** | **3,801** | **3,910** | **4,301** |
| Crescimento (%) | | 2,87% | 10,00% |
| **Transmissão** | **0,741** | **1,126** | **1,812** |
| Crescimento (%) | | 51,98% | 60,89% |
| **Receita G&T** | **4,542** | **5,036** | **6,113** |
| Crescimento (%) | | 10,88% | 21,38% |

Fonte: Sistema SAP

Houve um incremento na receita no segmento de Geração de 10%, mesmo após a redução de 271,73 $MW_{Médio}$ de lastro de energia comercializada em 2018, devido a Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas – UHE, despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme (Portaria nº 178, de 3 de maio de 2017, do Ministério de Minas e Energia – MME) e ao índice que calcula o Fator de Indisponibilidade - FID das usinas.

Este incremento se deve ao aumento das vendas no ACL e a melhoria dos preços médios de venda de energia praticados no ano, neste segmento.

No ano de 2018 a companhia participou do 17º leilão promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, sagrando-se vencedora do produto 2018-2019, cujo objeto contratual é o suprimento de 170 $MW_{Médio}$, no ACR. Devido as condições econômicas do País a época do leilão, o preço médio praticado em contratos anteriores foi puxado para baixo, ocasionando um ajuste nos preços praticados nesse segmento, saindo de R$328,76 o $MW_{Médio}$ em 2017 para R$262,64 $MW_{Médio}$ em 2018. Uma redução expressiva de 25%, quando comparado a série histórica do período anterior.

**Preço Médio de Venda (R$/MWh)**

| Tipo de Contratos | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **ACR** | **212,00** | **328,76** | **262,64** |
| **ACL** | **125,50** | **154,48** | **162,79** |

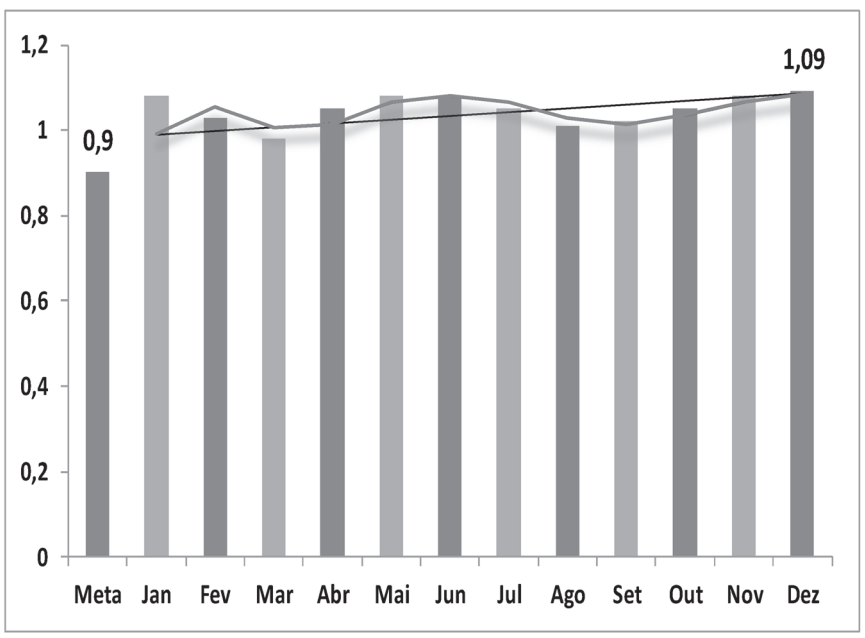
Fonte: Sinopse de faturamento CCOL (2017)

O Indicador Global de Comercialização - IGC medido pela companhia no ano de 2018, acompanhou o resultado associado à comercialização, incluindo as receitas de vendas nos ambientes regulado e livre, além do resultado da liquidação das sobras/déficits de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e as despesas associadas à compra de combustível, conforme equação destacada na figura:

**Indicador Global de Comercialização - IGC**

$$IGC = \frac{(RecACR_{prev+real} + RecACL_{prev+real} +/- ResultCCEE_{prev+real} - Cenerg_{prev+real} - CV_{prev+real} - C_{Repac\ prev+real})}{(RecACR_{prev\ PDNG} + RecACL_{prev\ PDNG} +/- ResultCCEE_{prev\ PDNG} - Cenerg_{prev\ PDNG} - CV_{prev\ PDNG} - C_{Repac\ prev\ PDNG})}$$

**Evolução do IGC em 2018**



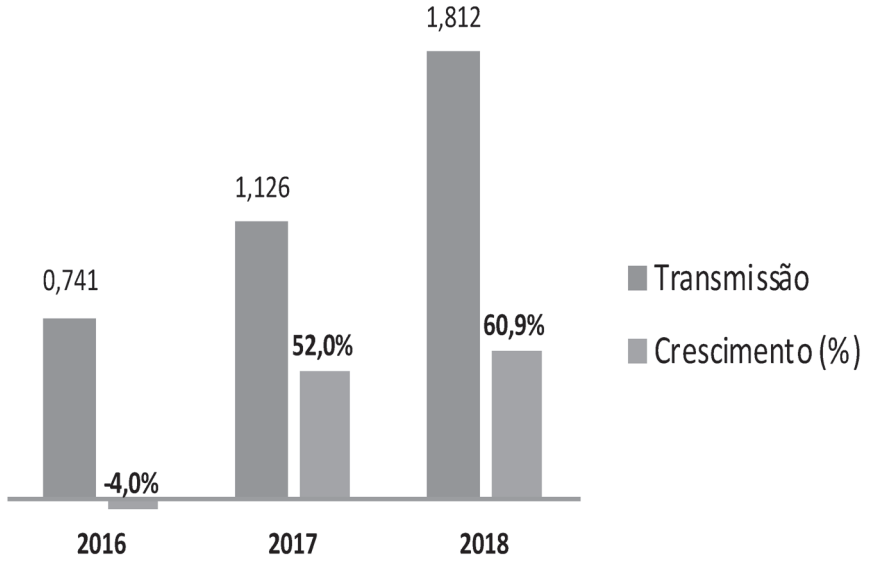

Fonte: Acompanhamento PDNG (2018)

A meta estabelecida para o período analisado foi atingida, conforme dados do gráfico 1. Isso se deve à estratégia de sazonalização da garantia física que proporcionou à empresa um incremento de lastro, para honrar os contratos de vendas no ambiente livre, nos períodos em que o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD estiveram mais atrativo.

Outro ponto a ser considerado foi o incremento na receita de cotas de garantia física, no ciclo 2018/2019, decorrente da $GAG_{Melhorias}$ na Receita Anual de Geração da usina de Coaracy Nunes e redução de despesas com combustível, devido à desativação da UTE Araguaia.

No segmento Transmissão o incremento foi de 60,9% em função do Reajuste tarifário anual, da indenização do Valor Líquido dos Bens Reversíveis – VBR, fixados na Resolução Homologatória nº 2.258, de 27/06/2017 e do valor mensal não arrecadado pelas concessionárias de transmissão a título de Encargo de Uso dos Sistemas de Transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas (Resolução Normativa nº 77, de 2004 e Despacho nº 1.844, de 27 de junho de 2017).

**Receita de Transmissão**



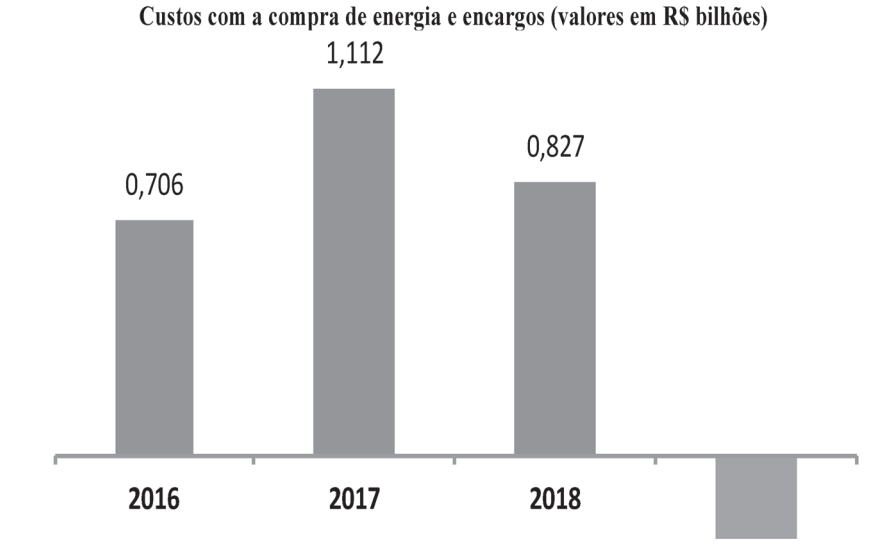

Fonte: Sistema SAP

Em 2018, os custos decorrentes com a compra de energia no curto prazo e os encargos de uso do sistema de transmissão totalizaram o montante de R$ 0,827 bilhões.

As despesas apresentaram uma redução de 26% em relação ao ano de 2017, mesmo com as condições hidrológicas ruins, com o preço médio do PLD nos submercados sudeste e norte de R$282,98 e *Generation Scaling Factor* - GSF[1] (carga de geração de energia em escala) de -19,9%.

Esta redução foi devido à estratégia de comercialização adotada pela companhia, que favoreceu a liquidação da sobra de energia do mercado de curto prazo.

**Custos com a compra de energia e encargos (valores em R$ bilhões)**




Fonte: Sistema SAP

Considerando a dedução de todos os custos incidentes nas vendas, observa-se um incremento no lucro bruto de 34,68% no lucro bruto da companhia, sendo um acréscimo de 24,14% no segmento de Geração e 60,89% no segmento de Transmissão.

**Receita Líquida (valores em R$ bilhões)**

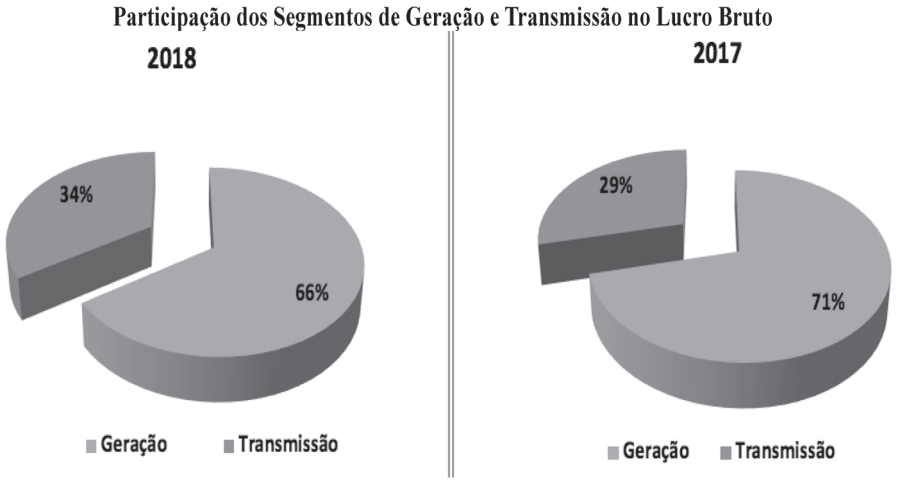
| Negócios | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Geração** | **3,095** | **2,798** | **3,474** |
| Crescimento (%) | -23,96% | -9,58% | 24,14% |
| **Transmissão** | **0,741** | **1,126** | **1,812** |
| Crescimento (%) | -4,02% | 51,98% | 50,89% |
| **Receita G&T** | **3,836** | **3,925** | **5,286** |
| Crescimento (%) | -20,78% | 2,31% | 34,68% |

Fonte: Sistema SAP

1 Diferença entre a geração hídrica e a energia assegurada.

As participações dos segmentos de Geração e Transmissão no resultado de 2018 são demonstradas no Gráfico:

**Participação dos Segmentos de Geração e Transmissão no Lucro Bruto**




Fonte: Sistema SAP

O lucro bruto de Geração representou 66% da receita total, isso se deve a diversos fatores já citados, tais como o ganho de escala com a venda de energia, aumento das vendas no ambiente de contração livre, estratégia de comercialização entre outros.

No segmento de Transmissão, por ser regulado com receita definida para o ciclo de 12 meses, o incremento observado refere-se a reajuste anual, alterações no marco regulatório que favoreceram melhorias nos preços das tarifas e redução das parcelas variáveis por indisponibilidade dos ativos.

Para tanto, a companhia vem atuando junto aos órgãos reguladores, buscando alternativas para mitigar os efeitos das mudanças regulatórios relativas à métrica do fator de indisponibilidade das usinas. Por meio de uma medida cautelar conseguiu no final de 2018, a edição do Despacho Nº 3.090, 18/12/18, que suspendeu temporariamente os efeitos da redução da garantia física das usinas. Com isso, a empresa teve um acréscimo equivalente a 3% na quantidade de MWmédio disponível para a comercialização.

A companhia tem acompanhado e atuado fortemente para reverter a perda no montante de 358 milhões em 2018, decorrentes dos efeitos nocivos que a métrica do Fator de Indisponibilidade representou para na receita total da venda de energia elétrica.

O Serviço de Comunicação Multimídia - SCM é um serviço fixo de telecomunicações que possibilita a oferta, de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, utilizando quaisquer meios, a assinantes (pessoa jurídica que possui vínculo contratual com a autorizada para a fruição do SCM) dentro de uma área de prestação de serviço.

A infraestrutura empregada no SCM pela Eletronorte é composta de estações ópticas fixas que são utilizadas para a prestação de serviços de telecomunicações para outras empresas de telecomunicações, tais como: operadoras, provedores de acesso à Internet, etc. Os produtos comercializados são circuitos ou canais disponíveis nas redes de transmissão ou rede de transporte de informações (voz, dados e sinais) da Eletronorte.

Por meio do Termo de Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia nº 148/2003, assinado pela Anatel em 11 de novembro de 2003, foi ratificada a autorização expedida à Eletronorte para prestação, em regime privado, do SCM, de interesse coletivo, sem caráter de exclusividade.

A receita operacional bruta com o SCM no ano de 2018 totalizou o montante de R$ 81,74 milhões, representando um crescimento 1,48% em relação ao ano de 2017, conforme descrito no Quadro:

**Receita Operacional Bruta (valores em R$ milhões)**

| Segmento | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Receita do SCM** | **94,224** | **80,550** | **81,740** |
| Crescimento (%) | | -14,51% | 1,48% |

Fonte: Sistema SAP

**Avaliação de Clientes (Foco Comercial)**

No período de 09/04/18 a 02/05/18, as empresas Eletrobras de G&T (Eletronorte, Furnas, Eletrosul, Chesf, Eletronuclear, CGTEE e Amazonas GT) e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, aplicaram a 3ª Pesquisa de Satisfação Integrada das Empresas Eletrobras em consonância com as orientações do Grupo de Trabalho CRM da Eletrobras criado pela Resolução 977 de novembro de 2012. Nos dias 07 e 08 de maio de 2018, o GT CRM consolidou o resultado da pesquisa em Furnas no Rio de Janeiro.

A pesquisa contemplou clientes do negócio Geração (Consumidores Livres/Potencialmente Livres, Comercializadoras e Distribuidoras), clientes do negócio Transmissão (Usuários dos Serviços de Transmissão - Conectados: Distribuidoras, Consumidores Livres/Potencialmente Livres, Geradoras e Importadores) e clientes do negócio Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (Usuários dos Serviços Tecnológicos e Usuários de Licenciamento de Produtos).

As dimensões atendimento, comercial, gestão dos contratos de comercialização de energia, medição para faturamento, gestão dos contratos de transmissão, imagem e sustentabilidade foram avaliadas por meio de atributos de valor.

A amostra da pesquisa considerou os clientes do negócio Geração e Transmissão, e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, totalizando 701 clientes pesquisados, sendo que 222 participaram respondendo ao questionário da pesquisa, equivalente a 31,67% da amostra total. Dos 222 respondentes 31,3% são clientes da Eletronorte, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Resultados da 3ª Pesquisa Integrada de Satisfação Eletrobras-Eletronorte**

| Empresa | Satisfação Global (%) | Importância (%) | Representatividade (%) * |
|---|---|---|---|
| Eletronorte | 92,38 | 97,68 | 31,30 |
| Furnas | 85,17 92,22 | 41,00 | 92,10 % |
| Eletrosul | 94,36 | 96,54 | 25,00 |
| Chesf | 88,45 94,29 | 35,60 | |
| Eletronuclear | 81,67 | 89,27 | 37,50 |
| CGTEE | 87,69 | 94,69 | 54,05 |
| CEPEL | 85,39 | 93,28 | 21,40 |

Fonte: 3ª Pesquisa Integrada de Satisfação dos Clientes das Empresas Eletrobras (Foco Comercial e P&D+I)

Os índices de satisfação global e de importância dos clientes dos Negócios Geração e Transmissão da empresa foram de 92,38% e 97,68%, respectivamente.

**Gestão da Expansão**

**Empreendimentos de Geração**

A Eletronorte solicitou a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel a aprovação do Projeto Básico para dois empreendimentos de geração:

a) Implantação da 2ª casa de força da UHE Coaracy Nunes, no estado do Amapá,

b) Implantação da 4ª unidade geradora da UHE Curuá-Una, no estado do Pará.

**UHE Coaracy Nunes:**

Em 21.01.2013, por meio do Ofício 077/2013-SGH/ANEEL, a Aneel, devolveu o Projeto Básico, nos termos da CE PAR 077/2013 de 15.01.2013 para reavaliação do Projeto Básico de ampliação da UHE Coaracy Nunes, face ao novo marco regulatório introduzido pela Medida Provisória 579 de 11.09.2012, convertida em Lei 12.783 de 11.01.2013.

Revisão do Projeto Básico finalizada e entregue à Aneel em 20 de dezembro de 2016. Em processo de aprovação do Projeto Básico pela Aneel, com esclarecimentos prestados pela Eletronorte, quando necessários.

Em 06/11/2017 foi protocolado no IMAP requerimento de abertura de processo de licenciamento ambiental e solicitação de emissão de termo de referência para os estudos ambientais necessários para o licenciamento prévio.

Em 14/05/2018, pelo ofício nº 319/2018-SCG/ANEEL, a Eletronorte foi informada que a ampliação da UHE Coaracy Nunes estava com a motorização coerente, porém para a conclusão das avaliações energéticas e emissão do despacho de aprovação eram necessários os diplomas ambientais compatíveis com a ampliação proposta: Licença Ambiental e a Outorga de Uso dos Recursos Hídricos. Diante da falta de apresentação desses documentos pela Eletronorte, o processo foi arquivado.

Em 13/06/2018 foi protocolada na Aneel a CE-CRR-0113/2018/Eletronorte, a qual informa os motivos, ou razões, da não apresentação dos diplomas ambientais solicitados ao processo de aprovação do Projeto; dentre os quais está a homologação do acordo extrajudicial celebrado entre o Ministério Público Federal e o IMAP para criação do Comitê de Bacia do Rio Araguari e do Plano de Recursos Hídricos da Região; tal acordo impossibilitou a emissão da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH e os outros documentos ambientais.

A Eletronorte recebeu o Ofício nº 456/2018-SCG/ANEEL, de 09/07/2018, em resposta a CE-CRR-0113/2018/Eletronorte, de 11/06/2018, no qual informa que o Processo de Implantação da 2ª Casa de Força da UHE Coaracy Nunes permanecerá arquivado até que os pleitos ambientais sejam anexados ao mesmo.

Recebido o Termo de Referência (Ofício nº 1585/2018-DIPRE/IMAP) em 22/08/2018 emitido pelo IMAP/AP para Elaboração de EIA/RIMA pertinente ao Projeto de Ampliação da Capacidade Instalada, o qual se encontra avaliado e aprovado pela Eletronorte. Especificações Técnicas para contratação dos estudos necessários a esse projeto em conclusão.

No presente momento, a Eletronorte está aguardando definição da disponibilidade de recursos financeiros para a contratação dos Estudos Ambientais necessários a esse projeto.

Permanecem as tratativas com o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá – IMAP para obtenção da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH deste projeto.

**UHE Curuá-Una:**

Emitida Licença de Instalação - LI nº 2682/2016 de 30/09/2016, publicada em 10/11/2016, para implantação da 4ª unidade geradora da UHE Curuá- Una (válida até 29/09/2021).

Em 09/05/2018, foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 7.010 de 03/05/2018, que decidiu prorrogar, nos termos do § 7º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996, a concessão da Usina por 20 anos, a contar da data de autorização para a ampliação, condicionada à entrada em operação comercial da quarta unidade geradora até a data de vencimento da atual concessão.

Foi assinado, em 05/11/2018, o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Aneel n° 007/2004, com prorrogação da concessão até 2038, condicionada a entrada em operação da 4ª UG.

Em 07/11/2018 foi aprovado pela Portaria Nº 246/SPE o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de ampliação para geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica denominada Curuá-Una, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UHE.PH.PA.027130-6.01, de titularidade da empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte.

Foram concluídos, em 19/11/2018, os documentos do Projeto Básico de Licitação do empreendimento Unidade Geradora 4 e a Requisição de Compra, contendo todas as informações necessárias para elaboração dos documentos para o lançamento do processo de licitação e seus desdobramentos.

Processo Licitatório em andamento com previsão de assinatura do Contrato de implantação da UG4 em maio de 2019.

**Empreendimentos de Transmissão Corporativos**

Os investimentos realizados nesta ação possibilitaram a conclusão de obras de 12 empreendimentos, que adicionaram ao Sistema Interligado Nacional - SIN uma capacidade de transformação de 810 MVA, com 7 novos transformadores implantados, 120 Mvar de compensação reativa por meio de 4 banco de capacitores e não houve acréscimo em extensão de linha de transmissão. A implantação dos empreendimentos de grande porte, listados a seguir, já possibilitou um incremento atual de R$ 18.758.899,81 na Receita Anual Permitida – RAP da Eletronorte. Adicionalmente, para os reforços concluídos em 2018 e sem RAP previamente estabelecida pela Aneel, a s Eletronorte solicitará as respectivas receitas no próximo reajuste anual de RAP.

| EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2018 E EMPREENDIMENTOS COM OBRAS CONCLUÍDAS EM 2018 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empreendimento** | **Autorização Aneel** | **Data Aneel** | **Data Eletronorte** | **Resultado (meses de atraso)** | **RAP acrescentada em 2018 (R$) Obs. 1** |
| **EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2018** | | | | | |
| SE IMPERATRIZ - Revitalização do 1° compensador síncrono de Imperatriz SB.42809 (Obs. 1) | 26/05/2015 | 26/07/2015 | 09/01/2018 | 29,5 | R$ 525.015,49 |
| SE COXIPÓ - SUBSTITUIÇÃO de 3 AUTOTRANSFORMADORES - SB.46733. ReA Nº 5.569 de 17/11/2015 (ETAPA AT1) | 26/11/2015 | 26/07/2018 | 06/02/2018 | -5,5 | R$ 300.049,14 |
| SE COXIPÓ - SUBSTITUIÇÃO de 3 AUTOTRANSFORMADORES Etapa Complementar - SB.46733 ReA Nº 5.569, de 17/11/2015 | 26/11/2015 | 26/07/2018 | 09/04/2018 | -3,5 | R$ 403.979,46 |
| SE COXIPÓ - SUBSTITUIÇÃO de 3 AUTOTRANSFORMADORES Etapa AT2- SB.46736 ReA Nº 5.569, de 17/11/2015 | 26/11/2015 | 26/07/2018 | 28/05/2018 | -1,0 | R$ 2.343.216,71 |
| SE ARIQUEMES - TR3 3F 230/69 kV 60 MVA e CONEXÕES. - SB.48309 REA Nº 5.678 de 01/03/2016 | 08/03/2016 | 08/03/2018 | 04/03/2018 | 0,0 | R$ 1.860.688,13 |
| SE RIO BRANCO: TR4 230/69 kV 100 MVA trifásico e conexões - SB.48621 REA Nº 5.746 de 05/04/2016 | 25/04/2016 | 25/04/2018 | 23/04/2018 | 0,0 | R$ 2.086.974,25 |
| SE BARRA DO PEIXE - AT4 3F 230/138 kV 100 MVA, AT5 3F 230/138 kV 100 MVA E CONEXÕES. - SB.40619 ReA Nº 5.687 de 08/03/2016 | 25/04/2016 | 14/09/2018 | 13/08/2018 | -1,0 | R$ 4.508.429,67 |
| SE RIO BRANCO - 4 BANCOS DE CAPACITORES 230 kV 4 x 30 MVAr - SB.48618 REA Nº 5.688 de 08/03/2016 | 14/03/2016 | 16/11/2018 | 04/10/2018 | -1,5 | R$ 4.221.273,10 |
| SE ALTAMIRA - EL DE 69 kV - CELPA - C2 - SB.53414 | Parecer de Acesso - Carta ONS 0053/200/2014 de 27/01/2014 | Não se aplica | 30/09/2018 | - | RAP a ser estabelecida no reajuste. |
| SE VILA DO CONDE - EL DE 69kV - CELPA-C3 - SB.42344 | Parecer de Acesso - Carta ONS 0321/200/2015 de 08/05/2015 | Não se aplica | 02/10/2018 | - | RAP a ser estabelecida no reajuste. |
| SE COXIPÓ - SUBSTITUIÇÃO de 3 AUTOTRANSFORMADORES Etapa AT3 - SB.46737 ReA Nº 5.569, de 17/11/2015 | 26/11/2015 | 26/08/2019 | 30/09/2018 | -11,0 | R$ 2.399.902,88 |
| SE VILHENA - ETAPA INTERLIGAÇÃO DE BARRAS - SB.57608 ReA Nº 6.171 de 24/01/2017 | 02/02/2017 | 02/02/2019 | 25/11/2018 | -2,5 | R$ 109.370,98 |
| **EMPREENDIMENTOS COM OBRAS CONCLUÍDAS EM 2018** | | | | | |
| **Resultado (meses de atraso)** | | | **RAP acrescentada em 2017 (R$) – TOTAL** | | |
| -3 | | | R$ 18.758.899,81 | | |
| Obs. 1: Empreendimento gerenciado pela Diretoria de Operação. Assim, não será considerado o atraso do empreendimento na média anual. | | | | | |

**Agregação Física em 2018**

| Indicador | | | Corporativo |
|---|---|---|---|
| CCI (MW) | Crescimento da Capacidade Instalada | Meta | - |
| | | Real | 0,00 |
| CEL (Km) | Crescimento da Extensão de Linha | Meta | - |
| | | Real | 0,00 |
| CCT (MVA) | Crescimento da Capacidade de Transformação | Meta | - |
| | | Real | 810 |
| CCR (Mvar) | Crescimento da Compensação Reativa | Meta | - |
| | | Real | 120 |

**Novos Negócios e Parcerias**

Novos negócios e parcerias podem ser oriundos dos processos de Chamamento Público ou por meio de Leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Eletronorte, também, pode realizar novos negócios na forma de aquisição de empresas e/ou ativos performados.

Para alavancar sua capacidade de investimentos, a Eletronorte atuou em processos de desinvestimentos, conforme diretrizes da Eletrobras, constantes no Plano Diretor de Negócios e Gestão - PDNG 2018/2022 da holding.

De forma similar ao cenário de 2017, em 2018 a Eletronorte realizou o monitoramento das oportunidades do mercado, porém não participou em nenhum processo de Leilão, não efetivou nova parceria e não adquiriu empresa e/ou ativos performados, conforme diretrizes da Eletrobras.

**Execução Orçamentária**

| Orçamento Investimento | |
|---|---|
| Aprovado (Lei nº 13.587/2018) | 630.515.006 |
| Realizado | 176.170.308 |
| % | 27,9% |
| **Inversões Financeiras** | |
| Aprovado (Lei 13.587/2018) | 293.901.713 |
| Suplementação | 240.000.000 |
| Aprovado Revisão I (Portaria SEST 250/2018) | 533.901.713 |
| Cancelamento | 48.755.000 |
| Aprovado Revisão II (Portaria MP 381/2018) | 485.146.713 |
| Realizado | 234.942.000 |
| % | 48,4% |
| **Orçamento de Investimento e Inversões Financeiras** | |
| Previsto | 1.115.661.719 |
| Realizado | 411.112.308 |
| % | 36,85% |

**GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**

A Gestão da Inovação Tecnológica na Eletronorte é norteada por dois programas, ambos geridos pelo Departamento de Gestão da Inovação Tecnológica e Eficiência Energética - OEM: Programa Eletronorte de Pesquisa e Desenvolvimento – PEPD, responsável pela gestão de P&D com vistas à inovação e o Programa Eletronorte de Propriedade Intelectual – PEPI, que busca criar a cultura da inovação na Eletronorte.

A gestão da inovação tem como diretriz a Lei nº 10.973/04, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, entre outras, como a Lei nº 9.991/00, que determina a realização de investimentos em P&D e a Lei nº 9.279/96, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Os instrumentos abaixo, de origem interna ou externa, são utilizados pela Empresa para apoiar, financiar e incentivar a inovação para o alcance de produtos aptos a gerarem redução de seus custos operacionais e/ou aumento de sua receita:

| Interna | Externa |
|---|---|
| • Recursos próprios voltados ao desenvolvimento interno de soluções tecnológicas inovadoras pelos colaboradores a fim de eliminar perdas nas Plantas da Empresa; | • Lei 9.991/00, que dispõe sobre a realização de investimentos em P&D e eficiência energética; |
| • Recursos para aquisição de inovações com originalidade para a Eletronorte. | • Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel (projetos de pesquisas com visão sistêmica para as empresas Eletrobras e realização de ensaios laboratoriais). |

O direcionador dos investimentos em P&D+I na Empresa é o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2015-2030, que apresenta a orientação para o portfólio de P&D. A sustentabilidade tem sido adotada pela Eletronorte como um critério condicionante para a execução de pesquisas e o alcance de inovações. Abaixo os projetos em andamento no ano de 2018 focados na "energia limpa". Destaque ao projeto que visa estudar a viabilidade ambiental para gerar energia elétrica por placas fotovoltaicas flutuantes aproveitando o espelho d'agua em lagos de UHEs, e a infraestrutura existente nessas usinas.

| Projetos em andamento em 2018 com foco em "energia limpa" e "sustentabilidade" | Valor desembolsado em 2018 |
|---|---|
| Exploração de energia solar em lagos de usinas hidroelétricas* | R$ 830.878,31 |
| Transmissão em Ultra Alta Tensão no Sistema Interligado Nacional | R$ 57.079,97 |
| Dinâmica mercurial em recursos hídricos, do interesse do setor elétrico, da Amazônia Oriental | R$ 85.776,87 |
| Desenvolvimento de um sistema de monitoramento com prognóstico e diagnóstico integrado da função geração de energia elétrica para usinas hidrelétricas | R$ 527.853,89 |
| **TOTAL** | **R$ 1.501.589,04** |

* Projeto cooperado entre Chesf e Eletronorte.

Em 2018 houve ainda a customização de um projeto de P&D de grande importância para o Setor Elétrico, cuja contratação ocorrerá em 2019:

| Projeto | Valor do Projeto |
|---|---|
| Desenvolvimento do Lote Pioneiro do sistema inteligente de monitoramento de descargas parciais para transformadores de potência. | R$ 4.504.448,75* |

* Projeto cooperado entre Eletronorte e Engie.

O investimento em ciência e tecnologia atingiu, no período de 2001 a 2018, o montante de 260 projetos de P&D geridos, totalizando R$235,7 milhões. No último ano, destaca-se a conclusão de 3 projetos. Os investimentos no fomento à inovação em 2018 podem ser assim detalhados:

| Projetos | R$ |
|---|---|
| Projetos Concluídos em 2018 | R$ 739.880,67* |
| **Investimentos em P&D em 2018 (A)** | |
| Projetos de P&D | R$ 2.764.196,95 |
| CEPEL | R$ 30.662.390,00** |
| **Obrigação de recolhimento em 2018 (B)** | |
| FNDCT | R$ 23.353.120,28 |
| MME (EPE) | R$ 11.676.560,16 |
| **Total (A) + (B)** | **R$ 68.456.267,39** |

* Refere-se ao valor total aplicado no ano de 2018 nos projetos concluídos naquele ano.
** Em atendimento ao Art. 4º e § 3º da Lei 9991/2000, foi utilizado recurso de P&D para a integralidade do repasse.

Ainda como resultado alcançado no ano de 2018, pode-se citar o acúmulo, no período de 2001 a 2018, de 69 pedidos de patente e 24 registros de software. No último ano foram feitos dois depósitos de pedido de patente e três registros de software:

| Título | Modalidade |
|---|---|
| Sistema de monitoramento em tempo real de banco de baterias | Pedido de Patente |
| Método de redução e/ou eliminação de contaminação biológica em isoladores do setor elétrico através da aplicação de nanocomposto de dióxido de titânio TiO2 | Pedido de Patente |
| E-RISCO | Registro de Software |
| Sistema Integrado de Manutenção Preditiva e Operação – SIMPO | Registro de Software |
| Sistema de Monitoramento e Diagnose para Biofilmes Condutores em Isoladores - SMDBCI | Registro de Software |

Como resultado, também se ressalta o deferimento de três pedidos de patente por parte do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI:

| Título |
|---|
| Aparato e processo de reparo de superfícies de pás de turbinas hidráulicas - ROBOSOLDA |
| Dispositivo de medição da distância axial turbina-gerador no alinhamento de unidades geradoras térmicas |
| Suporte para retirada de bomba injetora |

**GESTÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

A Gestão da Eficiência Energética encontra suporte no Programa Eletronorte de Eficiência Energética – PEEE, criado em 02 de março de 2005, cuja finalidade é ser um instrumento para o desenvolvimento de ações de combate ao desperdício e redução de custo com energia elétrica, por intermédio de programas e projetos de eficiência energética.

No Sistema Eletrobras, quando se pensa, de forma geral, em eficiência energética, faz-se uma associação imediata com o Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica). No entanto, de acordo com o objetivo definido no documento "Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação das Empresas Eletrobras", as ações desta política devem buscar a implementação sistemática de inovações para elevar a competitividade das ações das empresas do Sistema. Assim, as linhas de ação estão voltadas para este objetivo, diferenciando-se de ações que são da alçada do Procel, cujo foco é o atendimento de demandas da sociedade como um todo.

Dito isso, as empresas do Sistema Eletrobras apresentaram uma gama de projetos alinhados com a política de P&D do sistema. Adicionalmente, como o GTE –Grupo Temático de Eficiência atua em estreita coordenação com o Cieese (Comitê Integrado de Eficiência Energética das Empresas do Sistema Eletrobras), optou-se por também incluir no presente documento projetos de eficiência energética executados pelas empresas do Sistema Eletrobras, que são normalmente discutidos no âmbito deste comitê, embora não sejam projetos de P&D. Uma vez analisados os diversos projetos propostos, verificou-se que os mesmos poderiam ser agrupados de acordo com as seguintes linhas de ação:

1. Fontes alternativas, micro e minigeração distribuída
2. Armazenamento de energia
3. Pesquisa de alternativas para redução do consumo próprio de energia elétrica das empresas
   a. Aspectos tecnológicos da iluminação com lâmpadas a LED
   b. Eficiência energética em centros de processamento de dados
   c. Gestão de energia
4. Hibridização de empreendimentos de geração de energia

As principais diretrizes utilizadas para o desenvolvimento do processo de gestão da eficiência energética são oriundas do CIEESE (Comitê Integrado de Eficiência Energética do Sistema Eletrobras), da CPT (Comissão de Política Tecnológica) e das Políticas de Eficiência Energética da Eletrobras Eletronorte.

Os principais indutores de indicadores provêm do GRI (*Global Reporting Initiative*), diretrizes e normas, dentro do aspecto da energia.

Os recursos utilizados para o desenvolvimento das ações de eficiência são próprios ou de parcerias.

O PEEE desenvolve-se por meio de Ações Externas (voltadas à demanda de energia, ou seja, à sociedade) e Ações Internas (voltadas à oferta de energia, ou seja, às instalações da Eletronorte). No ano de 2018 o PEEE concentrou-se em ações internas.

Ressaltam-se em 2018 as seguintes ações, organizadas segundo as linhas de ação do GTE:

- Diretoria de Operação (DO) da Eletronorte mantém no contrato de gestão com suas unidades descentralizadas o indicador de redução do consumo próprio de energia elétrica, denominado ICEE, de forma a atender a Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas e os requisitos de sustentabilidade empresarial;
- A continuidade e atuação das CICEs (Comissões Internas de Conservação de Energia) na Empresa;
- Definição do modelo de migração do foco da norma 50001 para o processo produtivo da UHE Tucuruí.
- Atuação em projeto de P&D de Sistemas Fotovoltaicos;
- Definição de portfólio de serviços de eficiência energética passíveis de serem comercializados
- Capacitação de 37 técnicos em elaboração de projetos de sistemas fotovoltaicos

| | Ação |
|---|---|
| 1. Fontes alternativas, micro e minigeração distribuída | Implantação de micro e minigeração fotovoltaica para compensação de consumo de energia elétrica fornecida pelas distribuidoras. |
| | Geração fotovoltaica em reservatório de usina hidrelétrica. |
| | Suporte técnico e desenvolvimento de diagnósticos e projetos fotovoltaicos para as regionais |
| 2 – Armazenamentos de energia | Produção e armazenamento de hidrogênio na fábrica de hidrogênio de Belém e estudo de utilização no horário de ponta no Centro de Tecnologia de Belém |
| 3a - Aspectos tecnológicos da iluminação com lâmpadas a LED | Adoção do Guia de dimensionamento e aquisição de iluminação LED elaborado pelo CEPEL |
| | Avaliação da influência da compatibilidade eletromagnética de lâmpadas e luminárias de interior com tecnologia LED no desempenho dos equipamentos nas salas de controle de subestações, em parceria com o CEPEL. |
| | Levantamento dos níveis mínimos de iluminação nas subestações e avaliação das tecnologias mais aplicáveis em parceria com o CEPEL. |
| 3b - Eficiência energética em centros de processamento de dados | Reestruturação do CPD - Centro de Processamento de dados. |
| 3c - Gestão de energia | Acompanhadas 114 unidades consumidoras (UC´s) de energia elétrica da Eletronorte, onde 87 são faturadas (que geram faturas para pagamentos) e 27 não faturadas. O gasto e consumo dessas UC´s em 2018 foram, respectivamente, de R$ 5.014.580,27 e 87.744.716 kWh. |
| | Das 114 UC´s acompanhadas, 47 possuem gestão com um indicador especifico de redução do consumo de energia elétrica (ICEE). Este indicador leva em consideração apenas as unidades consumidoras faturadas. O Indicador no ano de 2018 ficou em -1,25% que corresponde a um aumento no consumo de energia elétrica de 119.342,31 kWh, ficando abaixo da meta que e de 3,0%.<br>A economia total em toda a empresa, considerando as unidades faturadas e as não faturas, foi de 53.793,69 kWh, ou seja, uma redução o consumo de energia elétrica de 0,06 %, em relação ao ano de 2017. |
| | Adoção de Guia de referência para contratação de serviços de instalação de equipamentos de climatização de ambientes, de pequeno porte. |
| | Consolidação do bloqueio de aquisições de equipamentos de climatização ineficientes. |
| | Manutenção da Certificação externa de seis fronteiras do Complexo da UHE de Tucuruí na norma de Gestão da Energia ISO 50.001. |
| | Substituição da iluminação na crista da barragem da UHE Tucuruí. |
| | Iniciado o processo de certificação das máquinas 24 e 25 da UHE Tucuruí na norma ISO 50.001. |

**RECONHECIMENTO EXTERNO**

Principais Premiações, Certificações e Reconhecimentos

| Prêmio/Reconhecimento/Certificação | Área ou Unidade na organização | Instituição Concedente |
|---|---|---|
| Recertificação do Sistema de Gestão Ambiental da UHE Tucuruí na NBR ISO 14.001:2015 de acordo com sua nova versão.<br>(Auditoria de Recertificação realizada em Mai/2018) | Superintendência de Gestão de Ativos de Produção da Geração - Eletronorte | Certificadora: Bureau Veritas Certification Brasil |
| Manutenção da ISO 14001:2015 da planta UHE Coaracy Nunes e Linhas de Transmissão do Amapá, de acordo com sua nova versão.<br>(Auditoria de Manutenção realizada em Ago/2018) | Superintendência de Gestão de Ativos de Produção da Transmissão - Eletronorte | Certificadora: Fundação Vanzolini. |

**ENCERRAMENTO**

Atendendo às disposições legais, o Relatório da Administração da Eletronorte 2018 traz a público, de maneira organizada e clara, um relato resumido sobre os esforços e resultados da Empresa para a melhoria dos seus padrões na busca da excelência no alcance da sustentabilidade empresarial.

Importante registrar o reconhecimento aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pela contribuição prestada na discussão, orientação e encaminhamento das questões de maior interesse e relevância da Empresa, como também ao nosso quadro de gerentes e empregados, profissionais incansáveis e dedicados ao cumprimento do Credo da Eletronorte.

LUIZ HENRIQUE HAMANN
Diretor-Presidente

ROBERTO PARUCKER
Diretor de Engenharia

ANTONIO MARIA AMORIM BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL
Diretor de Gestão Corporativa

WILLAMY MOREIRA FROTA
Diretor de Operação

WILSON FERNADES DE PAULA
Diretor de Comercialização e Regulação

# CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE
# CNPJ Nº 00.357.038/0001-16

## EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31.12.2018**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

| ATIVO | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 5.156 | 19.908 |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 928.814 | 793.378 |
| Clientes | 8 | 796.099 | 683.406 |
| Concessão de serviço público | 9 | 1.547.507 | 1.370.805 |
| Imposto de renda e contribuição social | 10 | 498.343 | 288.124 |
| Tributos a recolher | 11 | 45.608 | 53.713 |
| Almoxarifado | | 117.994 | 123.190 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 11 | 180.565 | 209.327 |
| Créditos com a Controladora | 15 | 299.884 | 231.736 |
| Repactuação do risco hidrológico | 16 | 12.640 | 12.640 |
| Ativo mantido para venda | 12 | 61.708 | 851 |
| Outros ativos | 13 | 207.460 | 181.231 |
| | | **4.701.777** | **3.968.309** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 92 | 87 |
| Concessão de serviço público | 9 | 8.706.247 | 8.732.521 |
| Impostos e contribuições sociais | 10 | 33.373 | 33.904 |
| Impostos e contribuições sociais diferidos | 10.2 | 565.662 | 878.434 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 11 | 188.262 | 216.904 |
| Cauções e depósitos vinculados | 14 | 565.098 | 415.979 |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital | | - | 416 |
| Créditos com a Controladora | 15 | 2.635.178 | 2.239.024 |
| Repactuação do risco hidrológico | 16 | - | 12.640 |
| Outros ativos | 13 | 519.110 | 409.229 |
| | | **13.213.022** | **12.939.138** |
| **INVESTIMENTOS** | 17 | 4.669.595 | 5.099.181 |
| **IMOBILIZADO** | 18 | 6.041.837 | 6.515.915 |
| **INTANGÍVEL** | 19 | 190.728 | 217.638 |
| | | **24.115.182** | **24.771.872** |
| **TOTAL** | | **28.816.959** | **28.740.181** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇO PATRIMONIAL (continuação)**

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | | |
| Fornecedores | 20 | 517.463 | 553.696 |
| Financiamentos e empréstimos | 21 | 405.051 | 909.678 |
| Debêntures | 22 | 21.331 | 22.658 |
| Imposto de renda e contribuição social | 23 | 126.889 | 62.190 |
| Tributos a recolher | 23 | 60.938 | 61.351 |
| Remuneração aos acionistas | 24 | 1.862.174 | 1.106.363 |
| Folha de pagamento e obrigações estimadas | 25 | 275.448 | 303.011 |
| Encargos setoriais | 27 | 336.332 | 308.118 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 11 | 34 | 291 |
| Adiantamentos de clientes | 28 | 63.727 | 78.891 |
| Obrigações com a Controladora | 24 | 793.860 | 477.555 |
| Contratos onerosos | 35 | 9.436 | 12.048 |
| Outros passivos | 30 | 421.234 | 379.000 |
| | | **4.893.917** | **4.274.850** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Financiamentos e empréstimos | 21 | 3.081.606 | 3.888.330 |
| Debêntures | 22 | 180.423 | 180.099 |
| Obrigações estimadas | 25 | 24.176 | 25.409 |
| Provisões para riscos | 26 | 1.198.638 | 925.007 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 11 | 25.459 | 39.594 |
| Adiantamentos de clientes | 28 | 448.881 | 519.391 |
| Benefícios pós-emprego | 31 | 40.522 | 31.186 |
| Obrigações com a Controladora | 24 | 1.174.970 | 1.373.681 |
| Contratos onerosos | 35 | 92.302 | 289.074 |
| Taxa de Fiscalização e Recursos Hídricos - TFRH | 29 | - | 1.183.583 |
| Outros passivos | 30 | 234.468 | 128.545 |
| | | **6.501.446** | **8.583.899** |
| | | | |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **11.395.363** | **12.858.749** |
| | | | |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | |
| Capital social | 32 | 11.576.263 | 11.576.263 |
| Reservas de lucros | | 6.018.407 | 4.351.136 |
| Outros resultados abrangentes | | (173.074) | (45.967) |
| | | **17.421.596** | **15.881.432** |
| | | | |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **28.816.959** | **28.740.181** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** | 33 | **6.151.474** | **5.972.671** |
| Custo com energia elétrica | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 34 | (386.995) | (550.969) |
| Encargos de uso da rede de transmissão | 34 | (586.145) | (560.730) |
| | | **(973.140)** | **(1.111.699)** |
| Custo de operação | | | |
| Pessoal, material e serviços de terceiros | 34 | (919.279) | (1.007.724) |
| Depreciação e amortização | 34 | (422.670) | (436.275) |
| Outros | 34 | (237.318) | (132.369) |
| | | **(1.579.267)** | **(1.576.368)** |
| Custo do serviço prestado a terceiros | 34 | (94.916) | (67.432) |
| Custo de construção | 34 | (86.878) | (65.246) |
| **CUSTO OPERACIONAL** | 34 | **(2.734.201)** | **(2.820.745)** |
| **LUCRO BRUTO** | | **3.417.273** | **3.151.926** |
| DESPESA OPERACIONAL | 34 | 204.655 | (1.157.767) |
| **RESULTADO DO SERVIÇO** | | **3.621.928** | **1.994.159** |
| RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS | 17 | 445.852 | 70.705 |
| RESULTADO FINANCEIRO | 36 | (528.912) | (254.383) |
| **RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS** | | **3.538.868** | **1.810.481** |
| Imposto de renda e contribuição social | 37 | (159.930) | (89.463) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 37 | (90.463) | 192.829 |
| | | **(250.393)** | **103.366** |
| **LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO** | | **3.288.475** | **1.913.847** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

| | Capital Social | Reservas de Lucros | | | | Dividendos Adicionais | Lucros Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Total do Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Reserva Legal | Reserva Incentivo Fiscal | Retençao de Lucros | Reserva Especial Dividendos não distribuídos | | | | |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **11.576.263** | **292.866** | **403.482** | **2.134.926** | **711.642** | **-** | **-** | **(22.616)** | **15.096.563** |
| | | | | | | | | | |
| Reversão de reserva de retenção de lucros | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos propostos | - | - | - | - | - | - | (393.985) | - | **(393.985)** |
| Ganhos (perdas) atuariais | - | - | - | - | - | - | - | (23.351) | **(23.351)** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 1.913.847 | - | **1.913.847** |
| **Destinação do lucro líquido:** | | | | | - | | | | |
| Reserva Incentivo Fiscal - IRPJ | - | - | 242.216 | - | - | - | (242.216) | - | - |
| Constituição Reserva legal | - | 95.692 | | - | - | - | (95.692) | - | - |
| Constituição Reserva Especial Dividendos não distribuídos | - | - | - | - | (711.642) | - | - | - | **(711.642)** |
| Constituição Reserva de retenção de lucros | - | - | - | 1.181.954 | - | - | (1.181.954) | - | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | **11.576.263** | **388.558** | **645.698** | **3.316.880** | **-** | **-** | **-** | **(45.967)** | **15.881.432** |
| Adoção inicial CPC 47 | | - | - | - | - | - | (72.389) | - | **(72.389)** |
| Adoção inicial CPC 48 | | - | - | - | - | - | 312.920 | | **312.920** |
| Ganhos (perdas) atuariais | | - | - | - | - | - | - | (127.107) | **(127.107)** |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 3.288.475 | - | **3.288.475** |
| **Destinação do lucro líquido:** | | | | - | - | - | - | - | |
| Dividendos propostos | 24 | - | - | - | - | - | (679.781) | - | **(679.781)** |
| Reserva Incentivo Fiscal - IRPJ | 24 | - | 404.928 | - | - | - | (404.928) | - | - |
| Constituição Reserva legal | 24 | 164.424 | - | 240.531 | - | - | (404.955) | - | - |
| Constituição Reserva Especial Dividendos não distribuídos | 24 | - | - | - | 2.039.342 | - | (2.039.342) | - | - |
| Constituição Reserva de retenção de lucros | 24 | - | - | (1.181.954) | - | - | - | - | **(1.181.954)** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **11.576.263** | **552.982** | **1.050.626** | **2.375.457** | **2.039.342** | **-** | **-** | **(173.074)** | **17.421.596** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO** | **3.288.475** | **1.913.847** |
| **OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE** | | |
| Ganhos (Perdas) atuariais | (96.373) | (35.381) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (30.734) | 12.029 |
| | **(125.107)** | **(23.351)** |
| | | |
| **RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO** | **3.161.368** | **1.890.496** |
| | | |
| Parcela atribuída aos controladores | 3.144.929 | 1.880.665 |
| Parcela atribuída aos não controladores | 16.439 | 9.831 |
| | **3.167.368** | **1.890.496** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
## DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| **Resultado antes dos impostos** | **3.538.868** | **1.810.481** |
| **Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações** | | |
| Depreciação e amortização | 424.735 | 442.517 |
| Acréscimos moratórios em faturas de energia vendida | (104.432) | (85.053) |
| Variação monetária ativa | (254.070) | (286.062) |
| Variação monetária passiva | 167.704 | 191.053 |
| Encargos de dívidas | 628.875 | 568.044 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (445.852) | (70.705) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 182.047 | 142.927 |
| Provisões operacionais | (870.192) | 662.473 |
| Plano de aposentadoria extraordinário - PAE | 12.030 | 31.761 |
| Plano de demissão consensual - PDC | 71.038 | - |
| Redução ao valor recuperável de ativos (reversão) | (225.455) | (596.837) |
| Baixa de ativo imobilizado e intangível | 182.684 | 27.651 |
| Perdas com derivativos | 43.012 | (201.589) |
| Remuneração do ativo financeiro | (990.571) | (1.124.618) |
| Compra vantajosa na aquisição de investimento | - | - |
| Outros despesas(receitas) financeiras | 143.835 | 168.726 |
| Margem de construção | 23.264 | - |
| Outros resultados abrangentes | (114.229) | (23.351) |
| | **2.413.291** | **1.657.418** |
| **Variações nos ativos e passivos operacionais** | | |
| Clientes | (21.121) | 324.235 |
| Outros ativos | (650.204) | (113.422) |
| Fornecedores | (36.233) | (163.041) |
| Outros passivos | 675.887 | (201.910) |
| | **(31.671)** | **(154.138)** |
| **Caixa proveniente das atividades operacionais** | **2.381.620** | **1.503.280** |
| Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos | (281.944) | (400.816) |
| Pagamento de encargos e impostos | (802.686) | (436.767) |
| Recebimento de indenizações das renovação de concessões | - | - |
| Recebimento de receita anual permitida | 1.308.204 | 954.912 |
| Recebimento remuneração de participações societárias | 51.896 | 65.302 |
| Pagamento de contingências | (39.761) | (29.828) |
| Cauções de depósitos vinculados | (120.457) | 34.018 |
| | **115.252** | **186.821** |
| **Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **2.496.872** | **1.690.101** |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | |
| Financiamentos e empréstimos obtidos | 405.262 | 500.323 |
| Pagamento de financiamentos e empréstimos - principal | (1.132.402) | (930.687) |
| Pagamento de dividendos | (1.241.104) | - |
| **Fluxo de caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento** | **(1.968.244)** | **(430.364)** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | |
| Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras | (135.440) | (516.121) |
| Empréstimo concedido/recebido - controlada | - | - |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | (35.666) | (36.166) |
| Aquisição de ativo financeiro | (137.332) | (106.672) |
| Participações societárias | (234.942) | (589.862) |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital concedidos | - | - |
| **Fluxo de caixa líquido utilizados nas atividades de investimento** | **(543.380)** | **(1.248.821)** |
| **Redução no caixa e equivalentes de caixa** | **(14.752)** | **10.916** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do período** | **19.908** | **8.992** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no fim do período** | **5.156** | **19.908** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
## DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS** | | | |
| Receitas de vendas de energia e serviços | 33 | 7.254.734 | 7.081.501 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 34.2 | (182.047) | (142.927) |
| | | **7.072.687** | **6.938.574** |
| **INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** | | | |
| Custo de construção | 34 | (86.878) | (65.246) |
| Energia elétrica comprada para revenda | 34 | (386.995) | (550.969) |
| Encargos de uso da rede de transmissão | 34 | (586.145) | (560.730) |
| Material | 34 | (33.115) | (29.031) |
| Serviços de terceiros | 34 | (262.195) | (253.125) |
| Outros | | (264.170) | (105.020) |
| | | **(1.619.498)** | **(1.564.121)** |
| **VALOR ADICIONADO BRUTO** | | **5.453.189** | **5.374.453** |
| **RETENÇÕES** | | | |
| Depreciação e amortização | 34 | (424.735) | (442.517) |
| Redução ao valor recuperável | 34 | 225.455 | 596.837 |
| Provisões operacionais | 34 | 870.192 | (662.474) |
| | | **670.912** | **(508.154)** |
| **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO** | | **6.124.101** | **4.866.299** |
| **VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA** | | | |
| Resultado de participações societárias | 17 | 445.852 | 70.705 |
| Receitas financeiras | 36 | 591.293 | 715.131 |
| | | **1.037.145** | **785.836** |
| **VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR** | | **7.161.246** | **5.652.135** |
| **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | | | |
| **Pessoal:** | | | |
| Remuneração do trabalho | 34.1 | 958.919 | 1.225.032 |
| Plano Aposentadoria Extraordinário-PAE | 34.1 | - | 148.116 |
| Plano de Demissão Concensual - PDC | 34.1 | 71.038 | - |
| | | **1.029.957** | **1.373.148** |
| **Impostos, taxas e contribuições:** | | | |
| Deduções à receita operacional | 33 | 1.239.804 | 1.108.830 |
| Tributos | 34 | 13.933 | 7.383 |
| Encargos sobre despesa de pessoal | 34.1 | 252.141 | 232.560 |
| Imposto de renda e contribuição social | 37 | 250.393 | (103.366) |
| | | **1.756.271** | **1.245.407** |
| **Remuneração de capitais de terceiros:** | | | |
| Despesas financeiras | 36 | 983.660 | 969.514 |
| Arrendamentos e aluguéis | 34 | 102.883 | 150.219 |
| | | **1.086.543** | **1.119.733** |
| **Remuneração de capitais próprios** | | | |
| Lucros a distribuir | | 679.781 | - |
| Constituição de reserva de incentivos fiscais | | 404.928 | 242.216 |
| Lucros retidos | | 2.203.766 | 1.671.631 |
| | | **3.288.475** | **1.913.847** |
| **VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO** | | **7.161.246** | **5.652.135** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
## ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

### NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte ("Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548 de 30 de julho de 1973, como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Sua sede está localizada em Brasília – DF, no SCN Quadra 06 – Conj. A – Blocos B e C, Entrada norte 2, Asa Norte, CEP: 70.716-901.

Estatutariamente, a Companhia tem por objeto social principal, dentre outras atividades: a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas geradoras, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações associados, distribuição e comercialização de energia elétrica e de transmissão de dados, voz e imagens, podendo para tanto importar e exportar energia elétrica, bem como celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades; b) associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da geração ou transmissão de energia elétrica, sob o regime de concessão ou autorização, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As operações da Companhia com geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW (não auditado) e 3 usinas termelétricas, com capacidade de 133,09 MW (não auditado), perfazendo uma capacidade instalada de 8.993,14 MW (não auditado).

A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A transmissão de energia em corrente alternada é administrada pela Companhia por um sistema composto de 11.000 Km (não auditado) de linhas de transmissão com 47 subestações (não auditado) no Sistema Interligado nacional - SIN e 190,20 Km (não auditado) de linhas de transmissão com 1 subestação no Sistema Isolado, totalizando 11.190,20 km (não auditado) de linhas de transmissão e 48 subestações (não auditado).

A Companhia possui Contratos de Concessão da Transmissão que asseguram o direito de receber Receita Anual Permitida (RAP).

A Companhia detém participação societária em Sociedades de Propósitos Específicos de geração e de transmissão de energia elétrica.

## NOTA 2 – CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia e suas investidas detêm as seguintes concessões e autorizações do Serviço Público de Energia Elétrica junto ao Poder Concedente:

### 2.1. Eletronorte

### 2.1.1. Usinas Hidrelétricas:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE

| Item | Empreend. | Contrato de concessão | Prazo de Concessão | Município | Potência Instalada (MW) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | UHE - Tucuruí (Sistema Interligado) | Regulada pelo Contrato de Concessão de Geração nº 007/2004 - ANEEL. | 30/08/2024 | Tucuruí - PA | 8.535,00 |
| 2 | UHE - Curuá-Una (Sistema Interligado) | Regulada pelo 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 007/2004-ANEEL. | 08/05/2038 | Santarém - PA | 30,30 |
| 3 | UHE - Samuel (Sistema Interligado) | Regulada pelo Contrato de Concessão de Geração nº 005/2011-ANEEL. | 14/09/2029 | Candeias do Jamari - RO | 216,75 |
| 4 | UHE - Coaracy Nunes (Sistema Interligado apartir Set/15) | Regulada pelo Contrato de Concessão de Geração nº 002/2012-ANEEL. | 31/12/2042 | Ferreira Gomes - AP e Macapá - AP | 78,00 |

Os dados de potência instalada (MW) não foram auditados.

### 2.1.2. Usinas Termelétricas:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE

| Item | Empreend. | Ato de Outorga | Prazo de Concessão | Município | Potência Instalada (MW) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | UTE Santana | Outorgada pela Portaria MME nº 344 de 19.05.1989 (30 MW - 3 máquina de 10 MW) Portaria nº 414 MME de 02.12.1994 (64,50 MW) | 05/12/2024 | Santana-AP | 24,00 |
| 2 | UTE Araguaia | Outorgada pela Resolução Autorizativa nº 5.682/2016, de 08.03.2016 (Publicada no DOU de 14.03.2016) | Descontratação da usina em sua totalidade, autorizada pela Portaria MME nº 331 de 14/08/2018. Não concluida revogação da outorga. | Querência-MT | 23,10 |
| 3 | UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello (antiga UTE Floresta) | Outorgada pela Portaria MME nº 920 de 05.11.1969 à Centrais Elétricas de Roraima S.A.– CER | 10/09/2019 | Boa Vista-RR | 85,99 |

Os dados de potência instalada (MW) não foram auditados.

### 2.1.3. Sistema de Transmissão:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE

| Item | Empreendimento | Contrato de Concessão | Prazo de Concessão | Município / Estado |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Transmissão Rede Básica | Contrato de Concessão de Transmissão nº 058/2001-ANEEL | 01/01/2043 | PA, MA, PI, TO, MT |
| 2 | LT 230kV SE São Luís II - SE São Luís III e SE São Luís III | Contrato de Concessão de Transmissão nº 007/2008-ANEEL | 17/03/2038 | MA |
| 3 | LT 230 kV SE Ribeiro Gonçalves - SE Balsas, SE Ribeiro Gonçalves e SE Balsas | Contrato de Concessão de Transmissão nº 001/2009-ANEEL | 28/01/2039 | PI, MA |
| 4 | SE Miranda II - 500/230 kV (450 MVA) | Contrato de Concessão de Transmissão nº 002/2009-ANEEL | 28/01/2039 | MA |
| 5 | SE Coletora Porto Velho 500/230kV 2 Estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back 400MW LT Coletora Porto Velho - Porto Velho - C1 e C2 - 230kV | Contrato de Concessão de Transmissão nº 010/2009-ANEEL | 26/02/2039 | RO |
| 6 | Estação Retificadora nº 01 CA/CC - 500/±600 kV - 3150 MW - Estação Inversora nº 01 CC/CA ±600/500 kV - 2950 MW | Contrato de Concessão de Transmissão nº 012/2009-ANEEL | 26/02/2039 | RO, SP |
| 7 | LT 230kV SE Jauru - SE Vilhena - SE Pimenta Bueno - SE Ji-Paraná - SE Ariquemes - SE Samuel - SE Porto Velho - C3 | Contrato de Concessão de Transmissão nº 021/2009-ANEEL | 19/11/2039 | MT, RO |
| 8 | LT 230kV SE Porto Velho - SE Abunã - SE Rio Branco - C2 | Contrato de Concessão de Transmissão nº 022/2009-ANEEL | 19/11/2039 | RO, AC |
| 9 | LT 230 kV SE Jorge Teixeira - SE Lechuga (ex-Cariri) | Contrato de Concessão de Transmissão nº 009/2010-ANEEL | 12/07/2040 | AM |
| 10 | SE Lucas do Rio Verde 230/138 kV | Contrato de Concessão de Transmissão nº 004/2011-ANEEL | 28/06/2041 | MT |
| 11 | SE Miramar em 230/69 kV SE Tucuruí em 230/138 kV | Contrato de Concessão de Transmissão nº 012/2011-ANEEL | 09/12/2041 | AM, RR |
| 12 | SE Nobres em 230/138 kV | Contrato de Concessão de Transmissão nº 013/2011-ANEEL | 09/12/2041 | MT |
| 13 | LT 230 kV SE Lechuga - SE Jorge Teixeira C3 e SE Lechuga, 230/138 kV 3x150 MVA | Contrato de Concessão de Transmissão nº 014/2012-ANEEL | 07/05/2042 | AM |
| 14 | LT 230 kV SE Rio Branco I - SE Feijó - SE Cruzeiro do Sul; SE Feijó e SE Cruzeiro do Sul | Contrato de Concessão de Transmissão nº 009/2014-ANEEL | 29/01/2044 | AC |

### 2.2. Sociedades de Propósito Específico (SPE)

### 2.2.1. Empreendimentos em parceria

### 2.2.1.1. Geração:

| Item | SPE | Características do empreendimento | Concessão/ Autorização Início | Concessão/ Autorização Duração (anos) | Em operação |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Amapari Energia S.A. | UTE Serra do Navio, com 23,30 MW de potência instalada | 20/05/2008 | 29 | Não |
| 2 | Energética Águas da Pedra S.A. | UHE Dardanelos, com 261 MW de potência instalada | 03/07/2007 | 35 | Sim |
| 3 | Companhia Energética Sinop S.A. | UHE SINOP, com 400 MW de potência instalada, localizada no Rio Teles Pires | 26/02/2014 | 35 | Não |
| 4 | Norte Energia S.A. | UHE Belo Monte, com 11.233,1 MW de potência instalada, localizada no Rio Xingú | 26/08/2010 | 35 | Parcial |

### 2.2.1.2. Transmissão:

| Item | SPE | Características do empreendimento | Concessão Início | Concessão Duração (anos) | Em operação |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. | LT Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara 2 (SP), ±600 kV com 2.375 Km | 26/02/2009 | 30 | Sim |
| 2 | Construtora Integração Ltda. | Empresa constituída para construção do empreendimento da Norte Brasil Transmissora de Energia S/A | - | - | - |
| 3 | Manaus Construtora Ltda. | Empresa constituída para construção do empreendimento da Manaus Transmissora de Energia S/A | - | - | - |
| 4 | Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. | Estação Conversora CA/CC, ±800 kV, 4.000 MW, junto a SE 500 kV Xingu; Estação Conversora CA/CC, ±800 kV, 3.850 MW, junto a SE 500 kV Estreito; e Linha de Transmissão em Corrente Contínua de ±800 kV Xingu - Estreito. | 16/06/2014 | 30 | Sim |
| 5 | Transnorte Energia S.A. | LT Lechuga (AM) - Equador - Boa Vista (RR), com 500 kV e com 715 km, e SE Equador 500kv, SE Boa Vista 500/230 kv | 25/01/2012 | 30 | Não |

Os itens 2 e 3 são SPEs de construção, não possuem concessão.

## NOTA 3 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2019.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, sendo adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicados de outra forma.

### 3.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 4.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

### 3.2. Políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras

### 3.2.1. Investidas

Os investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Para fins de equivalência patrimonial em suas investidas, foram utilizadas as participações societárias conforme quadro a seguir:

| Item | Empresas | Participação (%) 2018 | Participação (%) 2017 |
|---|---|---|---|
| 1 | Amapari Energia S.A. | 49,00 | 49,00 |
| 2 | Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. | 24,50 | 24,50 |
| 3 | Construtora Integração Ltda | 49,00 | 49,00 |
| 4 | Companhia Energética Sinop | 24,50 | 24,50 |
| 5 | Energética Águas da Pedra S.A. | 24,50 | 24,50 |
| 6 | Manaus Construtora Ltda | 30,00 | 30,00 |
| 7 | Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. | 49,00 | 49,00 |
| 8 | Norte Energia S.A. | 19,98 | 19,98 |
| 9 | Transnorte Energia S.A. | 49,00 | 49,00 |

**3.2.1.1. Controladas em conjunto**

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, as empresas que são controladas em conjunto da Companhia podem ser observados na nota explicativa 17.4.

**3.2.1.2. Coligadas**

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos (Nota 17.5).

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixar de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

**3.2.2. Participação direta da Companhia**

As demonstrações financeiras das investidas, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial, foram levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Entretanto, de acordo com as práticas contábeis, foram utilizadas as informações financeiras com defasagem de 30 dias, para aquelas investidas que não apresentaram suas demonstrações financeiras, na mesma data base, até o fechamento contábil. Desta forma, para fins de cálculo de equivalência patrimonial no encerramento deste exercício, foram utilizados balancetes e as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, com exceção da investida Amapari Energia S.A., cujas informações contábeis utilizadas são de 30 de novembro de 2018.

**3.3. Conversão de moeda estrangeira**

**3.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas investidas atuam. A moeda funcional utilizada pela Companhia e suas investidas é o Real (R$) e as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**3.3.2. Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como variação cambial em conta de resultado financeiro (nota 36).

**3.4. Conta movimento e aplicações financeiras**

**3.4.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor (nota 6).

**3.4.2. Títulos e valores mobiliários**

A Companhia aplica recursos em títulos e valores mobiliários com vencimentos de longo prazo e, apesar destas datas de vencimento, a Companhia possui programa de investimento de curto prazo para a utilização desses recursos antes do vencimento. Sua classificação em circulante e não circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo serem mantidos para negociação ativa e frequente, possuindo liquidez imediata e intenção de aplicação no plano de investimentos da Companhia. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável (nota 7).

**3.5. Clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da prestação de serviços, da venda de energia elétrica e da disponibilização no sistema de transmissão operado pela Companhia e suas investidas, no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (nota 8).

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**3.6. Almoxarifado**

Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio das aquisições, que não excede ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização.

**3.7. Cauções e depósitos vinculados**

São depósitos judiciais que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processos judiciais, realizados em moeda corrente, com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Tais depósitos estão avaliados pelo valor original, acrescido de juros e atualização monetária, com base nos dispositivos legais, e ajustados por provisão para perdas na realização, quando aplicáveis (nota 14).

**3.8. Imobilizado**

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação, das obrigações especiais, e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação (nota 18).

Os terrenos não são depreciáveis. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na nota 18.2.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas ou despesas operacionais na demonstração do resultado.

A Companhia e suas investidas efetuam, quando aplicável, o teste de recuperabilidade dos seus ativos, utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos (nota 35.2).

**3.9. Concessão do serviço público**

O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, mas não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O contrato, em linhas gerais, determina que:

- O concessionário deve construir, ampliar, reforçar ou melhorar a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar o serviço público de transmissão de energia elétrica além disso tem a obrigação e operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante o período de vigência da concessão, via de regra 30 anos;
- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida - RAP. A RAP é reajustada anualmente por índice de preços e revisada a cada cinco anos. A transmissora não pode negociar preços com usuários;
- Os bens não amortizados são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

**(a) Concessão do serviço público – Ativo financeiro (CPC 48)** — O contrato de concessão nº 058/2001, foi prorrogado em dezembro de 2012 até dezembro de 2042 nos termos da Lei 12.783/2013, garantindo à Companhia o direito incondicional ao recebimento dos valores relativos a reversão dos investimentos realizados até então denominados RBSE e não amortizados até dezembro de 2012, cujos valores são determináveis conforme condições previstas na Portaria MME nº 120/2016. Este ativo financeiro é formado pelo fluxo de caixa regulamentado na Nota Técnica ANEEL nº 336/2016. Os ativos financeiros RBSE do contrato de concessão nº 058/2001, a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser classificados como mensurados a valor justo por meio de resultado, em conformidade com o CPC 48.

**(b) Concessão do serviço público - Ativo Contratual (CPC 47)** — Foram classificadas no modelo de ativo contratual a partir de 01 de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, o restante do contrato n° 058/2001 que corresponde à toda a infraestrutura não classificada como Ativo Financeiro RBSE, além de todos os outros 13 contratos de concessão de transmissão da Companhia.

**3.10. Intangível**

Os ativos intangíveis da Companhia e suas investidas compreendem gastos específicos associados à aquisição de direitos (*softwares*), acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável, e a extensão do direito de exploração de contratos no ambiente de contratação regulada (ACR) que fizeram parte da Repactuação do Risco Hidrológico (notas 16).

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, ambas acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos com aquisição e implantação de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pela taxa descrita na nota 19.

**3.11. Gastos com estudos e projetos**

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamentos hidrelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional no momento em que ocorrem até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão e/ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos recuperáveis passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto.

**3.12. Ativos mantidos para venda**

Os ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo.

Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. Os ativos e passivos relacionados são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

**3.13. Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido**

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado com base no resultado ajustado ao lucro real, pelas adições e exclusões previstas na legislação, à alíquota vigente de 15% e adicional de 10%, quando aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustada nos termos da legislação vigente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do IRPJ e bases negativas de CSLL e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O CPC 32 – tributo sobre o lucro, estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

O passivo do IRPJ e da CSLL diferidos é integralmente reconhecido, enquanto que o ativo depende da expectativa de realização futura (nota 10.2).

**3.14. Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações provenientes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar a fornecedores não possuem caráter de financiamento e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, se aplicável (nota 20).

**3.15. Remuneração aos acionistas**

A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de Acionistas, sendo registrados no patrimônio líquido em conta específica denominada, Dividendos Adicionais Propostos (nota 24).

**3.16. Provisões para riscos**

As provisões para riscos, relacionadas a processos judiciais e administrativos (trabalhistas, tributários e cíveis), são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável (nota 26).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

**3.17. Obrigações com empregados**

**3.17.1. Benefícios pós-emprego (Plano de suplementação de aposentadoria)**

A Companhia participa de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego (nota 31).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício, definido na data do balanço, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários externos, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional, referente à contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, no período em que ocorrem.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada aos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, a Companhia não tem outras obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

**3.17.2. Outras obrigações pós-emprego**

A Companhia oferece algumas vantagens a seus empregados, das quais se identificam duas geradoras de obrigações pós-emprego: (i) programa de assistência médica vitalícia a empregados aposentados por invalidez e seus dependentes; e (ii) apólice de seguro de vida em grupo estendida à adesão de aposentados. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados (nota 31).

**3.18. Adiantamentos de clientes**

Os valores antecipados por clientes, por conta de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo, foram registrados parte no passivo circulante e parte no passivo não circulante (nota 28).

**3.19. Demais direitos e obrigações**

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data da formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajustes a valor presente, quando aplicável.

**3.20. Capital social**

As ações ordinárias sem valor nominal são classificadas no patrimônio líquido (nota 32).

**3.21. Avaliação do valor de recuperação (*Impairment*)**

**3.21.1. Ativos Imobilizado**

A Companhia avalia periodicamente seus ativos buscando evidências objetivas que possam levar a perdas de valores não recuperáveis em suas unidades geradoras de caixa (UGCs), ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável para uma determinada UGC, é realizado teste de *impairment* e caso seja verificado que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável será reconhecida perda. O valor recuperável será o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Como para os ativos da companhia não existe um mercado ativo de negociação, o valor em uso é estimado por meio da projeção dos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da Companhia durante seu período de concessão.

Os ativos periodicamente avaliados compõem o Imobilizado da Companhia, que são vinculados aos ativos associados às concessões de geração de energia.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

**3.21.2. Contratos de natureza onerosa**

A Companhia avalia periodicamente seus contratos buscando evidências objetivas que possam levar à conclusão de que os contratos se tornaram contratos onerosos, ocasião em que estes contratos devem ser tratados dentro do alcance do CPC 25. A onerosidade de um contrato é caracterizada quando os custos inevitáveis de satisfazer suas obrigações excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, entre os dois, o menor.

Antes de ser estabelecida uma provisão separada para um contrato oneroso, a entidade deve reconhecer qualquer perda decorrente de desvalorização que tenha ocorrido nos ativos relativos a esse contrato. A estimativa para os contratos onerosos, quando caracterizados, é realizada por meio da projeção dos fluxos de caixa futuros estimados para um determinado contrato descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da Companhia.

Se, num período subsequente, o valor da perda registrada para um contrato oneroso diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será contabilizada na demonstração do resultado.

**NOTA 4 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS**

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia e suas investidas, decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado.

As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

A Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas investidas, a efetiva materialização sobre o valor contábil de ativos, passivos e de resultado das operações podem diferir quando da liquidação dos ativos e passivos.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia e de suas investidas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

**4.1 Tributos diferidos**

As estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (nota 10.2).

**4.2 Provisão para redução do valor recuperável de ativos**

A Administração da Companhia e de suas investidas adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de impairment, quando aplicável. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens (nota 35).

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas investidas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa, de acordo com o novo marco regulatório, utilizando-se o Valor Novo de Reposição (VNR) como parâmetro, sendo que, nos casos em que não houve determinação do valor final pelo regulador, foi utilizado o VNR ou o saldo contábil, entre os dois, o menor.

**4.3 Vida útil do ativo imobilizado**

A Companhia e suas investidas reconhecem a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas e demais instalações,

quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na manutenção e atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando aplicável (nota 18).

**4.4 Ativo contratual – concessão do serviço público**

Nos contratos de concessão da transmissão estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão por 30 anos, ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão; ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim a companhia faz jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

As premissas utilizadas pela Companhia e suas investidas para determinação do ativo contratual de transmissão são as seguintes:

a) Ativo contratual indenizável - a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como ativo contratual, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o VNR ou o valor contábil, entre os dois, o menor (nota 9).
b) Ativo contratual amortizável pela RAP – as adições decorrentes das novas construções e/ou ampliações da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo contratual (notas 9).
c) Remuneração do ativo contratual – a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras, a título de receita operacional, valor de remuneração calculado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio. Esta taxa de remuneração é estabelecida no início de cada projeto e varia entre 4,16% e 7,07% (nota 33).
d) Receita de O&M - a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras receita de operação e manutenção (O&M), considerando a diferença entre a RAP recebida e o valor correspondente à amortização do ativo contratual (nota 33).
e) Margem de Construção, Receita de Construção e Custo de Construção - Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras receita e construção apurada em virtude do custo de construção do empreendimento acrescido de margem de construção.

**4.5 Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas investidas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

**4.6 Benefícios a empregados**

**4.6.1 Benefícios pós-emprego**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam várias premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que são necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia e suas investidas consideram as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (nota 31).

**4.6.2 Incentivo ao desligamento de pessoal**

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregado, a provisão de benefícios a empregados foi mensurada pelo valor presente dos gastos necessários para fazer face às indenizações previstas nos programas de incentivo ao desligamento voluntário, instituído no exercício 2018.

**4.7 Provisões para riscos**

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável, ou seja, será provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação presente. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando a jurisprudência, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (nota 26). As provisões são julgadas pela Administração da Companhia e de suas investidas como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza.

**4.8 Compensações socioambientais**

Para efeitos de registro contábil dos custos socioambientais relacionados à construção de empreendimentos de geração de energia elétrica, os quais serão desembolsados no futuro durante o prazo da concessão, a geradora deve elaborar a melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente. Esse valor é registrado como custo do ativo imobilizado e depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, caso a Administração identifique que a estimativa inicial desses custos deverá sofrer ajustes relevantes para mais ou para menos ou por reversão do ajuste a valor presente, a provisão deve ser ajustada em contrapartida ao resultado do exercício. O empreendimento relacionado é a expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (nota 30.2).

**4.9. Riscos relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos**

Em 2015, em resposta às investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e das sociedades de propósito específico (SPE) em que detém participações acionárias minoritárias foi contratado escritório de advocacia norte-americano Hogan Lovells US LLP ("Hogan Lovells") para proceder investigação independente de acordo com os princípios adotados pela SEC e pelo Department of Justice, respectivamente a Comissão de Valores Mobiliários e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América ("USDOJ").

Como resultado da investigação independente a Eletrobras realizou os ajustes contábeis conforme apresentado nas demonstrações financeiras anuais de 2016 e 2017.

Entretanto, as investigações oficiais da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas pelo Ministério Público Federal, podendo levar um tempo considerável para concluir todos os procedimentos de apuração e divulgação dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobras a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações financeiras.

Em abril de 2018 foram apresentados ao Conselho de Administração da Eletrobras os resultados dos procedimentos da 2ª fase da investigação independente realizada pelo escritório internacional Hogan Lovells encerrando, em 30 de abril de 2018, as atividades de investigação objeto dos serviços contratados em relação à Companhia, suas controladas e empreendimentos dos quais participam. Na mesma data se encerraram, também, os serviços prestados pelos membros da Comissão Independente de Gestão de Investigação.

Em agosto de 2018, a Hogan Lovells, informou que o USDOJ declinou em processar a Eletrobras por questões envolvendo a lei anticorrupção norte-americana (Foreign Corrupt Practices Act – "FCPA"). O USDOJ não estabeleceu qualquer contingência ou condição e não determinará a indicação de um monitor. Assim, não há quaisquer questões pendentes de resolução perante o USDOJ.

**4.9.1 Processos judiciais envolvendo a Empresa – Class Action**

Em 22 de julho de 2015 e 15 de agosto de 2015, duas ações coletivas de títulos putativos foram protocoladas contra a Eletrobras e alguns de seus dirigentes no Tribunal Distrital dos Estados Unidos, no Distrito Sul de Nova York alegando, basicamente, que os atos de corrupção e fraude envolvendo empresas nas quais a Eletrobras participa, teriam ocasionado um relevante prejuízo em relação aos títulos adquiridos, já que não haviam sido informados nos registros públicos da companhia.

Em 26 de dezembro de 2018, a SEC aceitou o acordo proposto pela Eletrobras para pôr fim a Class Action movida nos EUA, com previsão de pagamento de U$2,5 milhões. O acordo não representa reconhecimento de ato ilegal pela Eletrobras.

Para a celebração do acordo, a SEC considerou as medidas remediadoras das fraquezas materiais nos controles internos adotadas pela Companhia, a evolução do programa de compliance e demais procedimentos anticorrupção, bem como sua postura cooperativa adotada no curso da investigação.

Com esta resolução não há mais pendências a serem resolvidas com os agentes reguladores norte-americanos, encerrando-se as investigações perante as referidas autoridades.

**4.9.2 Acordo de leniência com a Odebrecht**

Em julho de 2018 foi assinado acordo de Leniência entre Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU e pela Advocacia-Geral da União - AGU com empresas do Grupo Odebrecht com objetivo de, entre outros, obter a reparação aos danos causados ao erário, mediante o pagamento consensual dos valores previstos no acordo.

Em 31 de dezembro de 2018 a Eletrobras assinou termo de adesão ao acordo de leniência firmado com a Odebrecht para fins de ressarcimento, em relação a empreendimentos dos quais participa, direta ou indiretamente, por meio de suas controladas.

Os valores a receber consideram as participações acionárias das empresas Eletrobras nos empreendimentos das Usinas Hidroelétricas de Santo Antônio e de Belo Monte, para os quais já haviam sido registradas perdas oriundas dos achados da investigação independente, contratada pela Eletrobras, nos valores de R$122.841 mil e de R$91.464 mil, respectivamente, até 31 de dezembro de 2017.

A Eletronorte será ressarcida pelo referido acordo de leniência com o valor de R$ 17.669 mil o qual será recebido em 21 (vinte e uma) parcelas anuais, corrigidas pela SELIC, a partir de outubro de 2019.

**4.10. Provisão de Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD**

A Companhia registra Provisão de Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD sobre contas a receber que entende haver incerteza quanto ao recebimento, conforme critérios descritos abaixo:

- Provisionamento do saldo dos clientes vencidos há mais de 90 dias com histórico de mais de 180 dias de atraso no espaço de 720 dias;
- Provisionamento do saldo dos clientes vencidos há mais de 120 dias com histórico de mais de 90 dias de atraso no espaço de 720 dias;
- Provisionamento do saldo dos clientes vencidos há mais de 360 dias independente do histórico de atraso.

Para registro da provisão é considerado, também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas e também na existência de garantias reais.

**4.11 Contratos onerosos**

A Companhia e as controladas utilizam-se de premissas relacionadas ao custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio histórico aprovado pela Administração da Companhia como premissa para o cálculo da provisão do

contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode ter contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas (nota 35.3).

**NOTA 5 – NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELO CPC**

**5.1 Adoção de novas normas e interpretações**

A Companhia adotou as normas do CPC 48 – Instrumentos Financeiros (nota 5.2) e CPC 47 – Receita de contratos com clientes (nota 5.3) que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018. A Companhia não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado visto que a norma não exige apresentação retroativa.

**5.2.CPC 48 – Instrumentos Financeiros**

**5.2.1. Classificação e mensuração de ativos financeiros**

De acordo com o CPC 48, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e Valor justo por meio do resultado (VJR). Sendo eliminado as categorias existentes no CPC 38 mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, mensurados pelo valor justo por meio de resultado e disponíveis para venda.

Tal classificação geralmente é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto (*Solely payments of principal and interest – SPPI*).

Em suma, os modelos de negócios são divididos em três categorias apresentados a seguir:

| | Modelo | Contexto |
|---|---|---|
| 1 | Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais | Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes. |
| 2 | Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros | Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento. |
| 3 | Demais Modelos de Negócio para os instrumentos financeiros | Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores. |

Avaliação do modelo de negócio – A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócio considerando o melhor retrato da maneira como ela gerencia suas carteiras de ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa destes ativos são gerados unicamente pelo recebimento dos fluxos contratuais, pela venda dos mesmos ou por ambos.

Características contratuais do fluxo de caixa – os fluxos de caixa contratuais cujos recebimentos são exclusivos de principal e de juros sobre o principal indicam um empréstimo básico em que as parcelas e o risco de crédito normalmente são os elementos mais significativos dos juros.

Os juros incluem, além do valor temporal do dinheiro, a compensação pelo risco de crédito e outros riscos e custos básicos de empréstimo, bem como margem de lucro. Entretanto, nesse acordo, os juros também podem ser formados levando-se em consideração outros componentes como risco de liquidez, custos administrativos e *spread* da instituição financeira.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se as categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

| Classificação e Mensuração - CPC 48 | |
|---|---|
| Ativos financeiros a custo amortizado | Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado. |
| Ativos financeiros mensurados aVJR | Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. |
| Instrumentos patrimoniais ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. |

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros:

| | Classificação CPC 38 | Classificação CPC 48 | Saldo em 31/12/2017 | Saldo em 01/01/2018 |
|---|---|---|---|---|
| Ativos financeiro (Circulante / Não circulante) | | | 10.806.640 | 6 .722.202 |
| Caixa e equivalentes de caixa | Empréstimos e recebíveis | Valor justo por meio de resultado | 19.908 | 19.908 |
| Clientes | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 683.406 | 683.406 |
| Ativo contratual -Transmissão | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 4 .558.559 | - |
| Ativo Financeiro - Transmissão (RBSE) | Empréstimos e recebíveis | Valor justo por meio de resultado | 5 .544.767 | 6 .018.888 |
| | | | | |
| | | | 1 .219.696 | 1 .219.696 |
| Títulos e valores mobiliários | Mensurados pelo valor justo por meio do resultado | Valor justo por meio de resultado | 793.465 | 793.465 |
| Instrumentos financeiros derivativos | Mensurados pelo valor justo por meio do resultado | Valor justo por meio de resultado | 426.231 | 426.231 |

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. Até 31 de dezembro de 2017 os instrumentos financeiros ativos e passivos eram mensurados ao custo amortizado e continuam para o exercício de 2018. Considerando a característica dos créditos a receber e ausência de risco significativo de perda, não houve alteração no critério de provisão para perda com ativos financeiros.

**5.2.2. Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros**

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido no CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

**5.2.3. Passivos financeiros**

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com o CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como valor justo através do resultado são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA – Outros resultados abrangentes; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

Adicionalmente, caso um contrato contenha um ou mais derivativos embutidos e o contrato principal não seja um ativo financeiro conforme CPC 48, a Companhia poderá designar o contrato híbrido inteiro ao VJR.

No entanto, isso não se aplica se o derivativo embutido for insignificante, ou se for óbvio que a separação do derivativo embutido seria proibida.

A Companhia não designou passivos financeiros como valor justo através do resultado. Desta forma, não são foram observados impactos materiais relacionados à classificação dos passivos financeiros quando da adoção do CPC 48.

**5.2.4. Divulgações**

O CPC 48 requer novas divulgações, notadamente acerca do risco de crédito e perdas de crédito esperadas e mensuração de ativos e passivos financeiros.

**5.3. CPC 47 – Receitas de contratos com clientes**

O CPC 47 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo a CPC 30(R1) Receita, CPC 17 (R1) Contratos de Construção.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017.

A Companhia aplica um modelo de cinco etapas, sendo elas, identificação do contrato, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço de transação e reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A norma determina que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que

serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso deixarão de ter as respectivas receitas reconhecidas. No exercício não foram identificados contratos que se enquadrem nesse item.

**5.3.1 Receita relacionada aos ativos de transmissão de energia elétrica**

Diante das mudanças ocorridas referentes à nova norma de Receitas CPC 47 surgiu a necessidade de revisitar o tratamento adotado referente à receita advinda dos contratos de concessão referentes a transmissão de energia elétrica.

Antes da adoção do CPC 47, a Companhia contabilizava receita de operação e manutenção, receita de construção e atualização da taxa de retorno-transmissão como itens separados dentro das receitas agrupadas da RAP e alocava a contraprestação para cada modalidade de receita utilizando a abordagem de valor justo relativo.

De acordo com o CPC 47, a Companhia avaliou que havia duas obrigações de performance nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica sendo elas, a construção da infraestrutura necessária para as linhas de transmissão e a operação e manutenção da disponibilidade da mesma. A Companhia realocou o preço das transações com base nos novos valores de receita de transmissão calculados de acordo com o CPC 47, o que impactou negativamente a receita em R$ 63.614 para a receita de construção e R$ 735.819 para a receita de operação e manutenção.

Antes da adoção do CPC 47 a Companhia reconhecia ativos financeiros de transmissão de acordo com o ICPC 01 mesmo que o recebimento da contraprestação total estivesse condicionado a execução dos serviços necessários para o mantimento da disponibilidade das redes de transmissão.

De acordo com o CPC 47, qualquer contraprestação recebida que seja condicional deve ser reconhecida como ativo de contrato. Portanto, após a adoção do CPC 47, a Companhia desreconheceu seus ativos financeiros de transmissão circulantes e não circulantes que somavam R$ 4.346.407 e novos ativos de contrato circulante e não circulante foram reconhecidos no montante de R$ 4.435.744. A diferença entre esses saldos teve sua contrapartida registrada em reserva de lucros no montante de R$ 89.338, em 01.01.2018. Esta diferença tem influência de atrasos/antecipações na obra, mas principalmente se deve ao hiato existente entre a Taxa Interna de Retorno – TIR obtida no processo licitatório e a NTN-B vigente à época do contrato de concessão. Como a NTNB é utilizada como parâmetro para remunerar o ativo contratual, quanto maior a diferença entre as duas taxas maior o impacto registrado no PL.

**5.4 A adoção do CPC 47 e 48 geraram os seguintes impactos no balanço patrimonial da Companhia:**

| Balanço Patrimonial | Antes dos efeitos 31.12.2018 | Impactos da adoção do CPC 47 e CPC 48 | Após os efeitos 31.12.2018 |
|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | |
| Ativo de contrato | - | 4.434.222 | 4.434.222 |
| Ativo financeiro | 9.978.989 | (3.870.764) | 6.108.225 |
| Investimentos | 4.800.947 | (131.352) | 4.669.595 |
| Ativos não impactados | 13.604.917 | - | 13.604.917 |
| **Total do Ativo** | **28.384.853** | **432.106** | **28.816.959** |
| **Passivo** | | | |
| Tributos diferidos | 1.123.066 | 191.576 | 1.314.642 |
| Passivos não impactados | 10.080.721 | - | 10.080.721 |
| **Total do Passivo** | **11.203.787** | **191.576** | **11.395.363** |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Reservas de lucros | 5.777.877 | 240.530 | 6.018.407 |
| Itens não impactados | 11.403.189 | - | 11.403.189 |
| **Total do Patrimônio Líquido** | **17.181.066** | **240.530** | **17.421.596** |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | **28.384.853** | **432.106** | **28.816.959** |

A tabela a seguir resumo o impacto, líquido de impostos, da adoção do CPC 47 e 48 da Companhia sobre os lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

| | |
|---|---|
| **Impacto na adoção ao CPC 47, em 1º de janeiro de 2018** | |
| **Lucros acumulados** | |
| Ativo contratual | 89.337 |
| impostos diferidos | (30.374) |
| **Impacto em 1º de janeiro de 2018** | 58.963 |
| | |
| **Impacto na adoção ao CPC 48, em 1º de janeiro de 2018** | |
| **Lucros acumulados** | |
| Ativo financeiro - Transmissão (RBSE) | 474.121 |
| Impostos diferidos | (161.201) |
| **Impacto em 1º de janeiro de 2018** | 312.920 |

**5.5 Novas normas e interpretações não vigentes**

**5.5.1 - CPC 06 (R2) –Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma supracitada distingue contratos de arrendamento e contratos de serviços considerando se um ativo identificado é controlado por um cliente.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia atua como arrendatária e reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Atualmente a Companhia está no processo de avaliação do potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia está levantando os contratos que possuem leasing, determinando se detém o direito incondicional de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso dos ativos e analisando as taxas de desconto aplicáveis para os grupos de ativos identificados. Até o momento a Companhia identificou aproximadamente 30 contratos de leasing que são em sua maioria referentes a locações de imóveis para uso administrativo, veículos e alguns equipamentos de escritório.

**5.5.1.1 Transição**

Como arrendatária, a Companhia pode aplicar um regime de transição para adoção a norma utilizando uma: (i) abordagem retrospectiva; ou (ii) abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, aplicando inicialmente os efeitos de adoção inicial da norma como ajustes ao saldo de abertura de lucros acumulados sem a reapresentação das informações comparativas.

A Companhia pretende aplicar o expediente prático que permite a não aplicação da nova norma CPC 06(R2) para contratos que não foram anteriormente classificados como leasing de acordo com a antiga norma CPC 06 / IAS 17. Para os contratos de arrendamento anteriormente classificados como arrendamento operacional (de acordo com a norma anterior - CPC 06 (R1), ativos e passivos serão reconhecidos na data da aplicação inicial de acordo com o CPC 06 (R2), considerando:

O passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário e;

O ativo mensurado ao valor equivalente ao passivo de arrendamento ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial

A Companhia pretende ainda aplicar isenções para arrendamentos de curto prazo, arrendamento para os quais o prazo do arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial e para itens cujo ativo subjacente é de baixo valor, podendo este ser pequenos itens mobiliários de escritório, telefones e computadores pessoais.

Além disso a Companhia pretende adotar uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar).

**5.5.2 ICPC 22– Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda**

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

A Companhia não espera que a aplicação tenha impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

**5.5.3 - IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou**
**Empreendimento Controlado em Conjunto**

As alterações à IFRS 10 e IAS 28 abordam situações envolvendo a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, as alterações determinam que os ganhos ou prejuízos resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture que seja contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, sejam reconhecidos no resultado da controladora apenas na medida das participações dos investidores não relacionados naquela coligada ou joint venture.

Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em qualquer antiga controlada (que tenha se tornado uma coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora apenas na medida das participações dos investidores não relacionados na nova coligada ou joint venture.

A Companhia não espera que a aplicação tenha impacto relevante as demonstrações financeiras da Companhia.

**NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| | 31/12/18 | 31/12/17 |
|---|---|---|
| Caixa e depósitos bancários à vista | 685 | 16.913 |
| Aplicações financeiras de curto prazo | 4.471 | 2.995 |
| **TOTAL** | **5.156** | **19.908** |

As aplicações financeiras referem-se aos recursos aplicados em operações compromissadas nos fundos de investimentos em que a Eletronorte possui recursos investidos. Estas operações possuem garantia de recompra diária pelos fundos, a uma taxa previamente estabelecida entre as partes e são lastreadas em títulos públicos com rentabilidade média correspondeu a 99,67% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 40.3.4.

## NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **Fundos de Investimentos** | | |
| Fundos exclusivos | 99675 | 6.544 |
| Outros fundos | 829139 | 786.834 |
| **CIRCULANTE** | **928814** | **793.378** |
| | | |
| Outros | 92 | 87 |
| **NÃO CIRCULANTE** | **92** | **87** |
| | | |
| **TOTAL** | **928.906** | **793.465** |

As aplicações financeiras são realizadas, principalmente, em fundos de investimentos, lastreadas em títulos do Tesouro Nacional, realizadas com o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, conforme determina a legislação específica para as sociedades de economia mista. Os fundos possuem alta liquidez, baixo risco de crédito e no ano de 2018, a rentabilidade média correspondeu a 111,73% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 40.3.4.

### 7.1 Circulante

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários como ativos financeiros mensurados pelo valor justo.

| | 31/12/2017 | | | | 31/12/2017 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** | **Valor de Custo** | **Valor Justo** | **Ajuste Líquido** | **% Partici-pação** | **Valor de Custo** | **Valor Justo** | **Ajuste Líquido** | **% Partici-pação** |
| **Banco do Brasil - Fundos Exclusivos** | | | | | | | | |
| **Extramercado Exclusivo 10 4211** | **97.849** | **99.675** | **1.827** | 100,00 | **6.295** | **6.544** | **249** | 100,00 |
| LTN | 66.558 | 67.857 | 1.299 | | 6.295 | 6.544 | 249 | |
| NTNF | 31.291 | 31.818 | 528 | | - | - | - | |
| **Outros Fundos** | **827.143** | **829.139** | **1.993** | **-** | **784.158** | **786.834** | **2.678** | **-** |
| Operações Compromissadas | 75.340 | 75.341 | - | | 59.352 | 59.352 | - | |
| LTN | 746.652 | 748.646 | 1.993 | | 642.850 | 645.525 | 2.675 | |
| NTN-F | 5.151 | 5.152 | - | | 81.956 | 81.957 | 3 | |
| **Total** | **924.992** | **928.814** | **3.820** | **-** | **790.453** | **793.378** | **2.927** | **-** |

A Companhia optou por aplicação financeira em um fundo exclusivo devido a melhores condições de negociações, o fundo é gerido pelo Banco do Brasil S.A e possui alta liquidez, baixo risco de crédito.

## NOTA 8 – CLIENTES

As contas a receber de clientes decorrem da venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão a consumidores e concessionários de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

### 8.1. Consumidores, concessionárias e permissionárias

| | 31/12/2018 | | | | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|---|---|
| | VINCENDOS | VENCIDOS ATÉ 90 DIAS | VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS | TOTAL | TOTAL |
| **Consumidores** | | | | | |
| Industrial | 75.771 | - | 72 | 75.843 | 118.657 |
| | **75.771** | **-** | **72** | **75.843** | **118.657** |
| **Concessionárias e permissionárias** | | | | | |
| Suprimento de energia | 333.486 | 53.236 | 179.472 | 566.194 | 297.028 |
| Uso da rede elétrica | 184.369 | 19.927 | 33.433 | 237.729 | 223.894 |
| Conexão ao sistema de transmissão | 7.648 | 20 | - | 7.668 | 6.618 |
| Comercialização de energia | 22.440 | 50.133 | 106.523 | 179.096 | 68.619 |
| **Renegociação - Suprimento** | | | | - | |
| Boa Vista Energia S.A. | - | - | - | - | 173.388 |
| Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea) | - | - | - | - | 26.458 |
| | **547.943** | **123.316** | **319.428** | **990.687** | **796.005** |
| (-) Perda para créditos de liquidação duvidosa | - | (45.286) | (225.145) | (270.431) | (231.256) |
| | | | | | |
| **Total circulante** | **623.714** | **78.030** | **94.355** | **796.099** | **683.406** |
| | | | | | |
| **Renegociação - Suprimento** | | | | | |
| Boa Vista Energia S.A. | 244.057 | - | - | 244.057 | 279.382 |
| Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea) | 216.413 | - | - | 216.413 | 207.403 |
| | | | | | |
| | **460.470** | **-** | **-** | **460.470** | **486.785** |
| (-) Perda para créditos de liquidação duvidosa | (460.470) | - | - | (460.470) | (486.785) |
| | | | | | |
| **Total não circulante** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| | | | | | |
| **Total** | **623.714** | **78.030** | **94.355** | **796.099** | **683.406** |

O aumento no saldo a receber de clientes foi devido ao maior volume das vendas de Suprimento de energia negociadas no Ambiente Livre (ACL), com destaque para o segundo semestre de 2018 e pela inadimplência das faturas de energia junto a CCEE no período no valor de R$ 103.323.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de clientes com partes relacionadas era de R$ 65.511, sendo os maiores valores a receber com a CEAL de R$ 10 mil, CGTEE de R$ 21 mil (em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 3.215).

Os saldos renegociados com a Boa Vista Energia S.A. e a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) foram, em 31 de dezembro de 2018, totalmente reclassificados para o Não circulante.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 40.3.4.

### 8.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

O montante provisionado é considerado suficiente, pela Administração, para cobertura de eventuais perdas na realização destes ativos, conforme movimentação abaixo:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31/12/2016** | **(579.140)** |
| Constituição | (138.901) |
| Reversão/Baixa | - |
| **Saldo em 31/12/2017** | **(718.041)** |
| Constituição | (387.822) |
| Reversão/Baixa | 374.962 |
| **Saldo em 31/12/2018** | **(730.901)** |

Em virtude do não pagamento das parcelas dos instrumentos de parcelamento de dívida vencidas em 2018 e do histórico do não pagamento de dívidas, a Companhia provisionou o total dos valores vencidos com a Boa Vista Energia S.A. e a com a CEA, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 perfaz o montante de R$ 460.470.

**NOTA 9 – CONCESSÃO DE SERVIÇO**

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia e suas investidas, a Administração entende que estão atendidas as condições para contabilização dessas concessões como ativo contratual.

O valor justo do ativo contratual é apurado por meio dos fluxos de caixa dos contratos, que contemplam as entradas de caixa previstas com base na receita anual permitida (RAP), deduzida da parcela correspondente à remuneração dos custos com operação e manutenção dos ativos, além da indenização prevista ao término da concessão.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) parte, por meio da disponibilidade para uso da rede de transmissão durante o prazo da concessão; e

(ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e será recebida ao longo do período de concessão com atualização monetária.

Os montantes demonstrados nas colunas "Ingressos" e "Remuneração do Ativo Financeiro" foram registrados com contrapartida ao resultado do exercício.

O montante demonstrado na coluna "Amortizações" refere-se ao recebimento da RAP e possui contrapartida registrada no caixa da Companhia.

Os saldos e movimentações dos ativos financeiros vinculados à concessão de serviço público são os seguintes:

| | | | Movimentação no exercício | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 31/12/2017 | Adoção inicial CPC 47 | Ingressos | Margem da Construção | Remuneração do Ativo Financeiro | Amortizações | Baixas | Transferências | Ajuste a valor justo | 31/12/2018 |
| **Transmissão** | | | | | | | | | | | |
| Ativo financeiro indenizável | | 273.920 | (273.920) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ativo financeiro (RBSE) | 9.1 | 5.544.767 | 474.121 | - | - | 739.939 | (979.881) | - | - | (124.654) | 5.654.292 |
| Ativo finaceiro | | 4.070.965 | (4.070.965) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ativo - Resolução 642/2014 | | 5.025 | - | 206 | - | - | - | - | - | - | 5.231 |
| Ativo - Resolução 643/2014 | | 208.649 | - | 50.248 | - | - | - | - | - | - | 258.897 |
| Ativo contratual | | - | 4.434.222 | 86.878 | (23.264) | 250.632 | (328.323) | (70.877) | (13.934) | - | 4.335.334 |
| **Total** | | **10.103.326** | **563.458** | **137.332** | **(23.264)** | **990.571** | **(1.308.204)** | **(70.877)** | **(13.934)** | **(124.654)** | **10.253.754** |
| | | | | | | | | | | | |
| Circulante | | 1.370.805 | | | | | | | | | 1.547.507 |
| Não circulante | | 8.732.521 | | | | | | | | | 8.706.247 |

| | | Movimentação no exercício | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 31/12/16 | Ingressos | Remuneração Ativo Financeiro | Amortizações | Baixas | Transferências | Impairment | 31/12/17 |
| **Transmissão** | | | | | | | | | |
| Ativo financeiro indenizável | | 322.175 | - | - | - | - | (48.255) | - | 273.920 |
| Ativo financeiro (RBSE) | 9.1 | 5.328.583 | - | 698.370 | (482.186) | - | - | - | 5.544.767 |
| Ativo financeiro | | 3.841.645 | 65.246 | 426.248 | (472.726) | (1.183) | 45.461 | 166.274 | 4.070.965 |
| Ativo financeiro - UHE C. Nunes | | 3.486 | 247 | - | - | - | 1.292 | - | 5.025 |
| Ativo financeiro - RBNI/RBSE | | 164.676 | 41.179 | - | - | - | 2.794 | - | 208.649 |
| **Total** | | **9.660.565** | **106.672** | **1.124.618** | **(954.912)** | **(1.183)** | **1.292** | **166.274** | **10.103.326** |
| | | | | | | | | | |
| Circulante | | 784.702 | | | | | | | 1.370.805 |
| Não circulante | | 8.875.863 | | | | | | | 8.732.521 |

**9.1. Bens do sistema existente em 31 de maio de 2000 – Ativos RBSE**

Em 20 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 120/2016 que regulamenta o pagamento às empresas de transmissão de energia elétrica pelos bens reversíveis existentes em 31 de maio de 2000 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE). São abrangidos pela portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando essas empresas tiveram os vencimentos de contratos de concessão antecipados, nos termos da Lei nº 12.783/13 (de conversão da MP 579/12).

Em 18 de outubro de 2016 a Diretoria da ANEEL apreciou o relatório de fiscalização da SFF/ANEEL, e decidiu pela homologação do valor final para fins de pagamento da RBSE à Eletronorte, no valor líquido de R$ 2.579.312, referenciado em 31 de dezembro de 2012. Como base na Portaria MME nº 120/2016 a Companhia elaborou sua melhor estimativa apresentando os valores atualizados, os quais levaram em consideração as premissas elencadas na mesma.

Em 20 de junho de 2017, por meio do Despacho Nº 1.779, a Aneel recepcionou liminar obtida pela ABRACE em 10 de abril de 2017. Nesta liminar a ABRACE obteve efeito suspensivo aos impactos da remuneração dos ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 apresentados na Resolução Normativa nº 762/2017. Com esta decisão a Aneel desconsiderou o disposto no §3º do art. 4º da referida resolução quanto aos critérios de cálculo da Receita Anual Permitida – RAP a ser homologada para o ciclo tarifário 2017- 2018, a vigorar entre 1º de julho de 2017 e 30 de junho de 2018.

Baseado na opinião legal dos advogados externos, a Companhia entende que as decisões tomadas até o momento não interferem no direito de receber a remuneração dos ativos estabelecida pela Lei nº 12.973/2013 e pela Portaria MME n° 120/2016, que concedeu o direito de receber tais montantes, mesmo que seja na instância do Governo Federal. Assim, a Companhia entende que não existe evidência objetiva para reconhecimento de impairment em relação a esses ativos reconhecidos. Em decorrência desse entendimento o valor referente à remuneração dos ativos não recebidos entre janeiro de 2013 a junho de 2017, estava até 31 de dezembro de 2018 classificado no não circulante e correspondia a R$ 959.329.

A partir de 01 de janeiro de 2018 o montante relativo à RBSE passou a ser mensurado a valor justo por meio de resultado, em conformidade com o CPC 48. O impacto da adoção inicial do AVJ no Patrimônio Líquido foi de R$ 474.121 enquanto seu impacto no resultado de 2018 foi de (R$ 124.654).

**NOTA 10 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO**

**10.1. Impostos e contribuições sociais**

Os impostos e contribuições a recuperar estão demonstrados abaixo considerando as eventuais perdas de realização:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Imposto de renda retido na fonte | 353.540 | 236.339 |
| Contribuição Social retida na fonte | 144.803 | 51.785 |
| PIS/PASEP/COFINS | 44.737 | 52.868 |
| ICMS | 727 | 739 |
| Outros | 144 | 106 |
| **Total circulante** | **543.951** | **341.837** |
| | | |
| ICMS | 33.373 | 33.904 |
| **Total não circulante** | **33.373** | **33.904** |
| | | |
| **Total** | **577.324** | **375.741** |

**10.2. Impostos e contribuições sociais diferidos**

Foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social), conforme demonstrado a seguir:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **Ativo fiscal diferido** | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 8.668 | 13.561 |
| Efeitos atuariais | 32.109 | 28.379 |
| Imposto de Renda diferido | 1.372.333 | 1.679.137 |
| Contribuição Social diferida | 454.941 | 557.676 |
| | **1.868.051** | **2.278.753** |
| | | |
| **Passivo fiscal diferido** | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 125.401 | 144.918 |
| Ativo financeiro da transmissão | 856.790 | 1.196.931 |
| Adoção CPC 47 e 48 | 230.438 | |
| Efeitos atuariais | 31.290 | - |
| Compra vantajosa de ativos | 58.470 | 58.470 |
| | **1.302.389** | **1.400.319** |
| | | |
| **Ativo (passivo) fiscal diferido líquido** | **565.662** | **878.434** |

Tais efeitos contemplam a aplicação das alíquotas de 9% para contribuição social e 25% para o imposto de renda. O cálculo da alíquota efetiva dos impostos sobre o lucro do exercício está evidenciado na nota 37.

**10.2.1. Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos**

Com base em estudo técnico de viabilidade realizado pela Companhia, histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros foi possível estimar a realização dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL disponíveis para compensação.

Dessa forma, os valores de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL contabilizados no ativo fiscal diferido são informados abaixo:

| Ativos fiscais diferidos | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **IRPJ** | | |
| Prejuízos Fiscais | 611.729 | 682.950 |
| Saúde e seguro de vida | 4.342 | - |
| Provisão p/ crédito de liq. duvidosa | 246.419 | 282.627 |
| Contingências passivas | 313.882 | 231.252 |
| Outras provisões | 157.407 | 427.341 |
| Provisão de Participação nos Lucros/Resultados | 31.000 | 47.396 |
| Provisão Plano Demissão Concensual - PDC | 4.547 | - |
| Provisão Plano Aposentadoria Extraordinária - PAE | 3.008 | 7.571 |
| **Total do IR diferido** | **1.372.333** | **1.679.137** |
| **CSLL** | | |
| Bases de cálculo negativas | 181.124 | 204.820 |
| Saúde e seguro de vida | 1.563 | - |
| Provisão p/ crédito de liq. duvidosa | 88.711 | 101.746 |
| Contingências passivas | 112.997 | 83.251 |
| Outras provisões | 56.666 | 153.842 |
| Provisão de Participação nos Lucros/Resultados | 11.160 | 11.291 |
| Provisão Plano Demissão Concensual - PDC | 1.083 | - |
| Provisão Plano Aposentadoria Extraordinária - PAE | 1.637 | 2.726 |
| **Total do CS diferida** | **454.941** | **557.676** |
| | | |
| **Total** | **1.827.274** | **2.236.813** |

**10.3. Estimativa de realização**

A realização do ativo não circulante foi estimada conforme abaixo:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| 2019 | 231.234 | 287.309 |
| 2020 | 196.354 | 239.760 |
| 2021 | 118.355 | 144.519 |
| 2022 | 238.701 | 291.469 |
| 2023 | 294.259 | 359.308 |
| 2024 | 322.310 | 393.560 |
| Após 2024 | 466.838 | 562.828 |
| **Total do Não circulante** | **1.868.051** | **2.278.753** |

**NOTA 11– INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos pela Companhia foram classificados como derivativos embutidos.

Derivativo embutido é um componente de instrumento híbrido (combinado) que também inclui um contrato principal não derivativo – em resultado disso, alguns dos fluxos de caixa do instrumento combinado variam de forma semelhante a um derivativo isolado. O derivativo embutido faz com que alguns ou todos os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato sejam modificados de acordo com a taxa de juros especificada, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, avaliação ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de variável não financeira a variável não seja específica de uma das partes do contrato.

Os saldos ativos e passivos dos instrumentos financeiros derivativos embutidos estão demonstrados a seguir:

| | Nota | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| **Ativo** | | | | | | | |
| Contratos Energia Elétrica | 11.1 | 180.565 | 188.262 | **368.827** | 209.327 | 216.904 | **426.231** |
| | | 180.565 | 188.262 | **368.827** | 209.327 | 216.904 | **426.231** |
| **Passivo** | | | | | | | |
| Debêntures | 11.2 | 34 | 25.459 | **25.493** | 291 | 39.594 | **39.885** |
| | | 34 | 25.459 | **25.493** | 291 | 39.594 | **39.885** |

No quadro abaixo está demonstrado o impacto dos instrumentos financeiros derivativos no resultado da Companhia.

| | Nota | 31/12/17 | 31/12/16 |
|---|---|---|---|
| **RECEITA FINANCEIRA** | | | |
| Ganhos com derivativos | | | |
| Contratos Energia Elétrica | | - | 233.255 |
| Debêntures | | 20.366 | 4.131 |
| | 36 | **20.366** | **237.386** |
| **DESPESA FINANCEIRA** | | | |
| Perdas com derivativos | | | |
| Contratos Energia Elétrica | | (57.404) | (35.797) |
| Debêntures | | (5.974) | - |
| | 36 | **(63.378)** | **(35.797)** |
| | | | |
| **TOTAL GERAL** | | **(43.012)** | **201.589** |

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 40.3.

**11.1. Contrato de fornecimento de energia elétrica**

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com a Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás. Parte da receita desse contrato de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio decorrente do contrato de venda de energia, avaliados suas características, pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga. Esse prêmio faz parte do contrato principal e possui características específicas de correção associadas à flutuação do preço do alumínio no mercado internacional e ainda pela variação na cotação do dólar. Assim, o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo subjacente.

Os detalhes do contrato são os seguintes:

| CLIENTE | Data do contrato | | Volume em megawatts médios (MW) |
|---|---|---|---|
| | Inicial | Final | |
| Albrás | 01/07/04 | 31/12/24 | 750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007 |

O cálculo do prêmio do contrato inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2.773,21/ton e US$ 1.450/ton, respectivamente.

A metodologia para avaliação dos derivativos embutidos leva em consideração técnicas de avaliação que convertem valores futuros (por exemplo, fluxos de caixa ou receitas e despesas) em um valor único atual, ou seja, utilização de fluxo de caixa descontado. A mensuração do valor justo é determinada com base no valor indicado pelas expectativas de mercado atuais em relação a esses valores futuros, logo, se trata de uma abordagem de receita.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da *commodity* da LME, é possível atribuir o *fair value* destes contratos.

Ao compararmos o valor justo do prémio calculado em dezembro de 2018 com o resultado de dezembro de 2017, observa-se uma variação negativa de (13,41%). A variação positiva observada para cotação do dólar de 16,06% (de US$ 3,30 para US$ 3,83) e a redução da taxa Selic em 3,70% (de 6,75% para 6,50%) foi compensada pela variação negativa de (7,60%) na cotação do preço do alumínio (de US$ 2.086 para US$ 1.928). O resultado financeiro foi impactado por uma perda de R$ 57.404 em comparação ao ganho **líquido** de R$ 197.458 em 2017.

**11.2. Contratos de debêntures**

A Estação Transmissora de Energia S.A., antiga investida da Companhia, que foi incorporada em 31 de março de 2014, firmou contrato de emissão de debêntures, em junho de 2011 com liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), a qual administra os recursos do Fundo de

Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação do projeto de estação retificadora e aterramento da subestação coletora.

Os detalhes do contrato de debêntures e as informações da dívida, atualizada até 31 de dezembro de 2018, estão descritos na nota 22.

O contrato possui cláusula contratual que prevê a possibilidade de conversão destas debêntures em ações da Companhia a critério da SUDAM, limitados a 50% das debêntures emitidas, de acordo com a avaliação da Companhia é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a SUDAM em caso desta conversão, por esses motivos há a identificação de um derivativo embutido no contrato.

Para determinação do valor do derivativo foram utilizadas as seguintes métricas: cálculo do *valuation* da investida, apuração do valor da sua ação e o cálculo do valor presente do contrato.

O ganho líquido apurado nesta operação com derivativos em dezembro de 2018 foi de R$ 14.392 (sendo ganho de R$ 20.366 e perda de R$ 5.974) e está representada na demonstração do resultado financeiro (nota 36). Em dezembro de 2017 houve um ganho de R$ 4.131.

O ganho apurado no período é decorrente do fluxo de quitação das debêntures conjugado com a redução no valor estimado do *valuation* do empreendimento, ou seja, houve redução no valor de ação o que fez com que o custo de se converter o saldo das debêntures em ações da Companhia diminuísse.

## NOTA 12 –ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Refere – se preponderantemente a um terreno com área de 65.575,00m², localizado no SGA/SUL 904 Conjunto A, situado na cidade de Brasília. O terreno foi adquirido com o objetivo de ser a sede da companhia, porém em consonância com o plano de desinvestimento, a companhia alterou seu plano inicial em relação ao terreno e elaborou um plano para a realização da venda do imóvel.

Em 28 de maio de 2018, a Resolução da diretoria aprovou a alienação do imóvel e submeteu a deliberação ao Conselho de Administração. Em 14 de junho de 2018, o Conselho de Administração da Eletronorte aprovou os preços mínimos de venda do referido imóvel, considerando o Pronunciamento Técnico – CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda, a Companhia avaliou que, em 31 de dezembro de 2018, o imóvel se caracterizou de acordo com os critérios de classificação como mantido para venda.

A Companhia realizou duas licitações para venda do terreno, sendo a primeira em 04 de outubro de 2018 e a segunda em 11 de dezembro de 2018, contudo em ambas não houve propostas comerciais.

A Companhia continua comprometida com o plano de venda do referido Imóvel, o ativo está disponível para venda imediata em sua condição atual, mantendo a intenção e a capacidade de transferir o ativo a um comprador em sua condição presente apenas aos termos que sejam usuais e habituais para a venda desse ativo.

## NOTA 13 - OUTROS ATIVOS

| | Nota | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | | |
| Direto de ressarcimento | | 56.648 | 56.648 |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | | 68.340 | 43.255 |
| ODS -Ordem de Serviço | | 22.829 | 20.745 |
| Empregados | | 9.753 | 9.556 |
| Serviços prestados a terceiros | 13.1 | 29.084 | 25.187 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 10.102 | 11.129 |
| Dispêndios reembolsáveis | | 54.884 | 68.308 |
| Numerários Vinculados às Garantias e Convênios | 13.2 | 35.577 | 42.004 |
| Créditos Boa Vista Energia S.A. (SE Distrito Industrial) | 13.3 | - | 32.634 |
| Outros | | 83.572 | 72.065 |
| (-) Provisão p/perda ao valor recuperável | | (163.329) | (200.300) |
| **TOTAL DO CIRCULANTE** | | **207.460** | **181.231** |
| | | | |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | | | |
| Despesas pagas antecipadamente | 13.3 | 16.355 | 16.355 |
| Créditos Boa Vista Energia S.A. (SE Distrito Industrial) | | 72.662 | 27.195 |
| Numerários Vinculados às Garantias e Convênios | 13.3 | 481.354 | 409.339 |
| Transferência de ativos para CEA | 13.5 | 107.396 | - |
| Outros | | 38.350 | 222 |
| (-) Provisão p/perda ao valor recuperável | | (197.007) | (43.882) |
| **TOTAL DO NÃO CIRCULANTE** | | **519.110** | **409.229** |
| | | | |
| **TOTAL GERAL** | | **726.570** | **590.460** |

Dentre os ativos elencados acima, estão totalmente provisionados: direito de ressarcimento, despesas pagas antecipadamente, dispêndios reembolsáveis e os créditos junto à Boa Vista Energia relativos à SE Distrito Industrial pela baixa probabilidade de recebimento.

### 13.1. Serviços prestados a terceiros

Refere-se, principalmente, aos contratos de compartilhamento de instalações e aos serviços de operação e manutenção prestados por empregados da Companhia a outras empresas do setor elétrico, cuja contrapartida está reconhecida no resultado do exercício (nota 34).

### 13.2. Numerários Vinculados às Garantias e aos Convênios

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Numerários vinculados - Garantias e Convênios | 35.577 | 42.004 |
| **CIRCULANTE** | **35.577** | **42.004** |
| Aplicações de numerários vinculados - Garantias e Convênios | 481.354 | 409.339 |
| **NÃO CIRCULANTE** | **481.354** | **409.339** |
| **TOTAL** | **516.931** | **451.343** |

Os numerários vinculados às Garantias e aos Convênios são aqueles recursos que não podem ser utilizados imediatamente, pois são valores constantes em conta corrente e aplicações financeiras de garantias e convênios.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 40.3.4.

### 13.3. Créditos renegociados Boa Vista Energia S.A

Esse saldo se refere aos valores que estão pendentes de recebimento junto à Boa Vista Energia S.A, oriundos da venda da SE Distrito Industrial, e que foram integralmente provisionados.

### 13.4. Despesas pagas antecipadamente (longo prazo)

Conta de Compensação de Itens da Parcela "A" (CVA)

A Resolução Homologatória da ANEEL nº 264, de 24 de novembro 2004, alterada pela Resolução Homologatória nº 151, de 20 de junho de 2005, e pela Resolução Homologatória nº 927, de 15 de dezembro de 2009, autorizou a Companhia a cobrar dos consumidores Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás) e Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), respeitadas as condições pactuadas nos contratos existentes na época em que eram cativos, os valores de R$ 17.619 e R$ 16.355, respectivamente. A Albras liquidou seu débito em 31 de maio de 2011, enquanto a Companhia discute com a Alumar uma forma de realizar o crédito.

Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

### 13.5. Transferência de ativos para CEA

As instalações localizadas no estado do Amapá, pertencentes à Eletronorte, as quais estão no âmbito dos serviços de distribuição com nível de tensão inferior a 230 kV, foram transferidas para a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, em função da celebração do Contrato de Compra e Venda de Instalações entre a Eletronorte e a CEA, pelo valor do laudo de avaliação de 186.499 mil em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas atualizadas pelo IPCA. Em dezembro de 2018 o saldo a receber era de R$ 108.396.

## NOTA 14 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Refere-se a valores depositados em juízo vinculados a processos judiciais e administrativos, conforme relacionados:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Trabalhistas | 203.473 | 130.021 |
| Tributários | 73.427 | 71.391 |
| Cíveis | 56.147 | 22.965 |
| Outros | 256.500 | 244.714 |
| (-) Provisão p/perda ao valor recuperável | (24.450) | (53.112) |
| **Total não circulante** | **565.098** | **415.979** |

O aumento nos depósitos judiciais trabalhistas foi devido a dois depósitos nos valores de R$ 35.062 e R$ 27.973 em causas impetradas contra a Eletronorte pelos Sindicatos dos trabalhadores do DF e de Porto Velho.

O saldo provisionado pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 de (R$ 24.450), sendo de (R$ 53.112) em 31 de dezembro de 2017, é decorrente de depósitos de processos efetuados até 2007, em função da dificuldade de identificação da existência do depósito no judiciário.

## NOTA 15 – CRÉDITOS JUNTO À CONTROLADORA

### 15.1 - Créditos com a Controladora/Ceron

Em 30 de agosto de 2018 a Eletrobras realizou o leilão das suas distribuidoras e na ocasião a Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron foi arrematada pelo grupo Energisa. A Ceron possuía dívida junto a Eletronorte proveniente do pagamento realizado ao Produtor Independente Termonorte I e II, o qual na ocasião estava no valor de R$ 2.577.413.

Em 23 de outubro de 2018 foi assinado Instrumento Particular de Assunção de Dívidas (IAD) entre a Eletrobras e a Eletronorte no qual a Eletrobras assume ser devedora principal do débito da Ceron junto a Eletronorte no montante atualizado de R$ 2.609.490. O pagamento será realizado em 106 parcelas mensais e atualizadas com base na taxa SELIC até o efetivo pagamento, vencendo a primeira parcela em 30 de janeiro de 2019.

Em virtude do Instrumento assinado entre a Eletronorte e a Eletrobras o valor a receber foi reclassificado contabilmente do grupo Créditos com a Ceron para Créditos com a controladora no montante de R$ 2.590.721, saldo contábil em 23 de outubro de 2018.

### 15.2 – Créditos com a Controladora/Boa Vista

Em dezembro de 2015 foi firmado Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento de Dívida e outras avenças junto à Boa Vista objetivando a regularização do débito proveniente do pagamento realizado ao Produtor Independente Termonorte I e II. Este valor foi apurado a partir da vigência da Lei 12.111/2009, atualizado pela taxa SELIC.

Em 10 de dezembro de 2018, a Eletrobras concluiu a alienação das ações da Boa Vista Energia, como parte dos termos da alienação a Eletrobras, no qual assumiu ser devedora do débito da Boa Vista junto a Eletronorte no montante de R$ 286.090. Desta forma a Companhia, em dezembro de 2018, ajustou seu contas a receber e realizou reversão de provisão de dívida da Boa Vista montante assumido pela Eletrobras.

**15.3 - Saldo com Controladora**

| | Circulante | Não Circulante | Total |
|---|---|---|---|
| **Créditos em 31/12/2016** | **234.767** | **2.029.303** | **2.264.070** |
| Atualização monetária e transferências do período | 15.738 | 209.721 | 225.459 |
| ( - ) Ajuste a valor presente | (18.769) | - | (18.769) |
| **Crédito em 31/12/2017** | **231.736** | **2.239.024** | **2.470.760** |
| Atualização monetária e transferências do período | 68.148 | 396.154 | 464.302 |
| **Saldo total em 31/12/2017** | **299.884** | **2.635.178** | **2.935.062** |

**NOTA 16 – REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO**

A lei 13.203, de 08 de dezembro de 2015, instituiu a figura da repactuação do risco hidrológico que permite que as empresas constituam uma espécie de seguro contra eventuais reduções de garantias físicas a partir de 2016. A lei também permite que seja utilizado como pagamento do prêmio parte dos desembolsos realizados no exercício de 2015, relativos à redução da Garantia Física, e caso esse montante não seja absorvido dentro do período de carência para o produto escolhido, a geradora terá uma prorrogação do seu prazo de concessão.

A Companhia optou por aderir à repactuação em 12/01/2016 para dois de seus contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, um de 783 MW e duração até dezembro de 2016 e outro de 280 MW com duração até dezembro de 2019, totalizando 1.063MW o que representa cerca de 25% da Garantia Física da UHE Tucuruí para o ano de 2016. O produto escolhido foi o SP100 em que 100% do risco de GSF é transferido para o consumidor final. Como os contratos se encerrarão antes da completa compensação dos montantes gastos em 2015, a Companhia se beneficiará ainda da prorrogação da concessão da UHE Tucuruí de 50 dias, com a totalidade da sua Garantia Física no Centro de Gravidade (3.920,487 MW/médios) alocada para o ACR de 12/07/2024 a 30/08/2024 (Nota Técnica nº 20/2016–SRM-SRG/ANEEL).

| | | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Montante a ser ressarcido (A+B) | | 74.793 | 231.054 | 305.847 | 74.793 | 237.620 | 312.413 |
| | | | | | | | |
| Extensão da Concessão (A) | | - | 178.518 | 178.518 | - | 178.518 | 178.518 |
| Amortização da extensão | | - | (61.795) | (61.795) | - | (41.196) | (41.196) |
| **Total Extensão da Concessão (Intangível)** | 19 | **-** | **116.723** | **116.723** | **-** | **137.322** | **137.322** |
| | | | | | | | |
| Pagamento do Prêmio (B) | | 74.793 | 52.536 | 127.329 | 74.793 | 59.102 | 133.895 |
| Amortização do Prêmio | | (114.689) | - | (114.689) | (108.615) | - | (108.615) |
| Transferências | | 52.536 | (52.536) | - | 46.462 | (46.462) | - |
| **Total Prêmio repactuação (Despesa antecipada)** | | **12.640** | **-** | **12.640** | **12.640** | **12.640** | **25.280** |
| **Saldo da Repactuação (Intangível + Despesa antecipada de seguro)** | | **12.640** | **116.723** | **129.363** | **12.640** | **149.962** | **162.602** |

Em dezembro de 2018, a amortização acumulada, relativa à extensão da concessão e ao prêmio pago, totalizam R$ 176.484 (R$ 149.811 em 2017).

O valor da extensão da concessão foi registrado como direito de uso futuro no grupo de intangível (nota 19), enquanto o prêmio pago pela repactuação do Risco Hidrológico foi registrado como despesa antecipada de seguro.

**NOTA 17 – INVESTIMENTOS**

**17.1. Composição dos saldos**

| | | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| **Participações societárias** | | | |
| Controladas em conjunto | 17.4 | 4.562.812 | 4.913.288 |
| Coligadas | 17.5 | 106.783 | 113.319 |
| | | **4.669.595** | **5.026.607** |
| **Bens e direitos para uso futuro** | | | |
| Terrenos | | 1.027 | 61.969 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 5.108 | 5.146 |
| Máquinas e equipamentos | | 84.766 | 96.482 |
| (-) Provisão para redução ao valor recuperável | | (90.901) | (91.023) |
| | | **-** | **72.574** |
| **Total** | | **4.669.595** | **5.099.181** |

**17.2. Movimentação das participações societárias permanentes na controladora:**

| Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial | Saldo em 31/12/2017 | Adoção CPC 47/CPC 48 | Aumento de capital | Dividendos recebidos | Perda com alienação MTE. | Baixa dação pagamento | Impairment | Resultado de partic. societárias | Saldo em 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Participações societárias** | | | | | | | | | |
| **Controladas em conjunto** | | | | | | | | | |
| Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. | 36.072 | - | - | (9.220) | - | (39.489) | - | 12.637 | - |
| Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. | 548.149 | (105.969) | 12.250 | - | - | - | 51.842 | 162.566 | 668.838 |
| Brasnorte Transmissora de Energia S.A. | 98.562 | - | - | - | - | (103.737) | - | 5.175 | - |
| Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. | 25.883 | - | - | (73) | - | (24.422) | - | (1.388) | - |
| Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. | 37.728 | - | - | (1.295) | - | (37.087) | - | 654 | - |
| Companhia Energética Sinop | 269.749 | - | 35.280 | - | - | - | - | (65.390) | 239.639 |
| Construtora Integração Ltda | 23.860 | - | - | - | - | - | - | (255) | 23.605 |
| Integração Transmissora de Energia S.A. | 159.352 | - | - | - | - | (166.411) | - | 7.059 | - |
| Manaus Construtora Ltda | 25.727 | - | - | - | - | - | - | (84) | 25.643 |
| Manaus Transmissora de Energia S.A. | 275.045 | - | - | - | (226.667) | (208.482) | 145.298 | 14.806 | - |
| Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. | 751.592 | (14.808) | - | (12.967) | - | - | 26.985 | 64.446 | 815.248 |
| Norte Energia S.A. | 2.366.679 | - | 187.412 | - | - | - | - | 214.596 | 2.768.687 |
| Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. | 23.255 | - | - | (363) | - | (23.368) | - | 476 | - |
| Transmissora Matogrossense de Energia S.A. | 123.183 | - | - | (2.940) | - | (131.369) | - | 11.126 | - |
| Transnorte Energia S.A. | 148.453 | (10.575) | - | - | - | - | (118.663) | 1.937 | 21.152 |
| | **4.913.289** | **(131.352)** | **234.942** | **(26.858)** | **(226.667)** | **(734.365)** | **105.462** | **428.361** | **4.562.812** |
| **Coligadas** | | | | | | | | - | |
| Energética Águas da Pedra S.A. | 113.319 | - | - | (25.038) | - | - | - | 18.502 | 106.783 |
| | **113.319** | **-** | **-** | **(25.038)** | **-** | | **-** | **18.502** | **106.783** |
| | | | | | | | | | |
| **Total** | **5.026.608** | **(131.352)** | **234.942** | **(51.896)** | **(226.667)** | **(734.365)** | **105.462** | **446.863** | **4.669.595** |
| | | | | | | | | | |
| **Passivo a descoberto** | | | | | | | | | |
| **Controladas em conjunto** | | | | | | | | | |
| Amapari Energia S.A. | (13.578) | - | - | - | - | - | - | (1.011) | (14.589) |
| | **(13.578)** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(1.011)** | **(14.589)** |
| | | | | | | | | | |
| TOTAL | **5.013.030** | **(131.352)** | **234.942** | **(51.896)** | **(226.667)** | **(734.365)** | **105.462** | **445.852** | **4.655.006** |

| Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial | Saldo em 31/12/2016 | Aumento de capital | Dividendos recebidos | Impairment | Resultado de partic. societárias | Saldo em 31/12/2017 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Participações societárias** | | | | | | |
| **Controladas em conjunto** | | | | | | |
| Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. | 41.743 | - | (15.335) | - | 9.664 | 36.072 |
| Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. | 374.789 | 191.345 | - | (30.419) | 12.434 | 548.149 |
| Brasnorte Transmissora de Energia S.A. | 127.338 | - | (7.805) | (24.965) | 3.994 | 98.562 |
| Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. | 20.779 | 254 | - | - | 4.850 | 25.883 |
| Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. | 33.643 | - | - | - | 4.085 | 37.728 |
| Companhia Energética Sinop | 37.700 | 161.014 | - | 177.441 | (106.407) | 269.748 |
| Construtora Integração Ltda | 25.879 | - | (4.829) | - | 2.810 | 23.860 |
| Integração Transmissora de Energia S.A. | 153.126 | - | (15.394) | - | 21.620 | 159.352 |
| Manaus Construtora Ltda | 25.397 | - | - | - | 331 | 25.728 |
| Manaus Transmissora de Energia S.A. | 190.765 | - | - | 57.478 | 26.802 | 275.046 |
| Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. | 652.684 | - | - | 28.622 | 70.284 | 751.590 |
| Norte Energia S.A. | 2.150.393 | 231.368 | - | - | (15.082) | 2.366.679 |
| Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. | 20.192 | - | - | - | 3.063 | 23.255 |
| Transmissora Matogrossense de Energia S.A. | 106.480 | 5.880 | (1.960) | - | 12.783 | 123.183 |
| Transnorte Energia S.A. | 148.748 | - | - | - | (295) | 148.453 |
| | **4.109.656** | **589.861** | **(45.323)** | **208.157** | **50.936** | **4.913.288** |
| **Coligadas** | | | | | - | |
| Energética Águas da Pedra S.A. | 111.644 | - | (19.979) | - | 21.654 | 113.319 |
| | **111.644** | **-** | **(19.979)** | **-** | **21.654** | **113.319** |
| | | | | | | |
| **Total** | **4.221.300** | **589.861** | **(65.302)** | **208.157** | **72.590** | **5.026.607** |
| | | | | | | |
| **Passivo a descoberto** | | | | | | |
| **Controladas em conjunto** | | | | | | |
| Amapari Energia S.A. | (11.695) | - | - | - | (1.885) | (13.580) |
| | **(11.695)** | **-** | **-** | **-** | **(1.885)** | **(13.580)** |
| | | | | | | |
| **TOTAL** | **4.209.605** | **589.861** | **(65.302)** | **208.157** | **70.705** | **5.013.027** |

Conforme determinado nos acordos de acionistas das investidas, os aumentos de capital são aprovados e efetuados por todos os seus investidores, na proporção de suas participações. Os saldos ora apresentados na coluna "Resultado de participações societárias", possuem reflexo em conta de resultado, com o mesmo título, na demonstração do resultado do exercício.

**17.3. Resumo das informações financeiras das empresas investidas**

**a) Balanço patrimonial**

| | Dados financeiros em 31/12/2018 - R$ Mil | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Partici p. (%) | Caixa e equivalent e de caixa | Outros ativos circulantes | Ativo não circulante | Ativo total | Empréstimos e financiamentos (passivo circulante) | Outros passivos circulantes | Empréstimos e financiamentos (passivo não circulante) | Outros passivos não circulantes | Patrimônio líquido |
| **Geração** | | | | | | | | | | |
| Amapari Energia S.A. | 49,00 | 4.127 | 115 | 1.943 | 6.185 | - | 32.688 | - | 3.275 | (29.778) |
| Companhia Energética Sinop S.A. | 24,50 | 16.521 | 66.600 | 2.349.929 | 2.433.050 | 99.018 | 76.047 | 977.785 | 302.081 | 978.118 |
| Energética Águas da Pedra S.A. | 24,50 | 26.547 | 44.273 | 712.332 | 783.152 | 35.573 | 51.051 | 244.875 | 15.805 | 435.848 |
| Norte Energia S.A. | 19,98 | 85.993 | 790.872 | 42.715.482 | 43.592.347 | 2.389.264 | 1.249.989 | 25.560.954 | 920.787 | 13.471.353 |
| **Transmissão** | | | | | | | | | | |
| Belo Monte Transmissora de Energia S.A. | 24,50 | 36.725 | 732.197 | 6.342.063 | 7.110.985 | 342.809 | 123.745 | 2.436.758 | 961.328 | 3.246.345 |
| Construtora Integração Ltda | 49,00 | 1 | 45.781 | 5.559 | 51.341 | - | 3.064 | - | 103 | 48.174 |
| Manaus Construtora Ltda | 30,00 | 1 | 87.794 | 1 | 87.796 | - | 2.317 | - | 47.067 | 38.412 |
| Norte Brasil Transmissora de Energia S.A | 49,00 | 138.473 | 362.877 | 3.598.741 | 4.100.091 | 75.482 | 180.497 | 730.024 | 912.399 | 2.201.689 |
| TNE-Transnorte Energia S.A. | 49,00 | 7.283 | 8.395 | 279.180 | 294.858 | - | 727 | - | 10.459 | 283.672 |

*Para a investida Amapari Energia S.A foi utilizado o balancete de novembro de 2018.
Para as demais investidas foram utilizados os balancetes de dezembro de 2018.

| | Dados financeiros em 31/12/2017 - R$ Mil | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Particip. (%) | Caixa e equivalente de caixa | Outros ativos circulantes | Ativo não circulante | Ativo total | Empréstimos e financiamentos (passivo circulante) | Outros passivos circulantes | Empréstimos e financiamentos (passivo não circulante) | Outros passivos não circulantes | Patrimônio líquido |
| **Geração** | | | | | | | | | | |
| Amapari Energia S.A. | 49,00 | 6.600 | 323 | 2.014 | 8.937 | - | 32.948 | - | 3.706 | (27.717) |
| Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. * | 24,50 | 14.956 | 4.414 | 202.361 | 221.731 | 8.625 | 4.563 | 93.439 | 12.905 | 102.199 |
| Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. * | 24,50 | 64.401 | 4.807 | 217.741 | 286.949 | 8.660 | 9.882 | 93.811 | 20.605 | 153.991 |
| Companhia Energética Sinop S.A. * | 24,50 | 216.130 | 10.709 | 1.908.867 | 2.135.706 | 22.292 | 101.362 | 887.365 | 23.673 | 1.101.014 |
| Energética Águas da Pedra S.A. * | 24,50 | 32.155 | 50.486 | 741.313 | 823.954 | 35.400 | 55.976 | 277.707 | 13.333 | 441.538 |
| Norte Energia S.A. * | 19,98 | 6.662 | 758.559 | 40.310.362 | 41.075.583 | 1.707.983 | 1.616.848 | 25.546.587 | 651.068 | 11.553.097 |
| Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. * | 24,50 | 28.413 | 4.017 | 199.801 | 232.231 | 9.090 | 6.511 | 98.476 | 19.790 | 98.364 |
| **Transmissão** | | | | | | | | | | |
| AETE-Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. | 49,00 | 6.773 | 19.893 | 50.435 | 77.101 | - | 2.969 | - | 517 | 73.615 |
| Belo Monte Transmissora de Energia S.A. * | 24,50 | 405 | 661.310 | 5.964.864 | 6.626.579 | 112.149 | 102.184 | 2.539.617 | 856.262 | 3.016.367 |
| Brasnorte Transmissora de Energia S.A. * | 49,71 | 122 | 29.634 | 290.151 | 319.907 | - | 8.926 | - | 62.486 | 248.495 |
| Construtora Integração Ltda * | 49,00 | 1 | 1.587 | 49.209 | 50.797 | - | 2.001 | - | 103 | 48.693 |
| INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A. * | 37,00 | 96 | 184.418 | 440.251 | 624.765 | 31.822 | 26.806 | 57.719 | 88.622 | 419.796 |
| Manaus Construtora Ltda * | 30,00 | 9 | 3.155 | 87.715 | 90.879 | - | 4.507 | - | 47.678 | 38.694 |
| Manaus Transmissora de Energia S.A. *(DRAFIT) | 30,00 | 61.494 | 173.981 | 2.386.043 | 2.621.518 | 74.449 | 95.821 | 688.775 | 374.384 | 1.388.089 |
| Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. *(DRAFIT) | 49,00 | 98.638 | 314.214 | 3.615.305 | 4.028.157 | 75.597 | 133.354 | 797.490 | 913.135 | 2.108.581 |
| TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A. * | 49,00 | 6.831 | 72.110 | 336.922 | 415.863 | 13.273 | 41.239 | 109.784 | 37.302 | 214.265 |
| TNE-Transnorte Energia S.A. * | 49,00 | 8.168 | 7.502 | 291.903 | 307.573 | - | 1.388 | - | 3.367 | 302.818 |

Para a investida Amapari Energia S.A. foram utilizadas informações financeiras na data base de 30.11.2017.
*Para as demais investidas foram utilizadas informações financeiras das Demonstrações Financeiras na data base de 31.12.2017.

**b) Resultado do exercício**

| | Dados financeiros em 31/12/2018 - R$ Mil | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Particip. (%) | Receita operacional líquida | Custo de operação | Lucro bruto | Despesas operacionais | Receira financeira | Despesa financeira | Lucro antes do imposto de renda | Impostos sobre o lucro | Lucro (prejuízo) líquido | Depreciação e amortização |
| **Geração** | | | | | | | | | | | |
| Amapari Energia S.A. | 24,50 | - | - | - | (1.942) | 362 | (173) | (1.753) | - | (1.753) | - |
| Companhia Energética Sinop S.A. | 24,50 | 145.747 | (153.774) | (8.027) | (401.417) | 5.882 | (549) | (404.411) | 137.515 | (266.896) | (177) |
| Energética Águas da Pedra S.A. | 24,50 | 257.379 | (112.277) | 145.102 | (4.060) | 4.979 | (27.967) | 118.054 | (19.014) | 99.040 | (28.583) |
| Norte Energia S.A. | 19,98 | 4.256.828 | (1.668.182) | 2.588.646 | (101.426) | 140.201 | (1.251.094) | 1.376.327 | (302.271) | 1.074.056 | (710.381) |
| **Transmissão** | | | | | | | | | | | |
| Belo Monte Transmissora de Energia S.A. | 24,50 | 1.509.358 | (153.622) | 1.355.736 | (80.622) | 9.972 | (319.121) | 965.965 | (318.570) | 647.395 | (570.066) |
| Construtora Integração Ltda | 49,00 | - | (65) | (65) | (359) | - | (94) | (518) | - | (518) | - |
| Manaus Construtora Ltda | 30,00 | - | (106) | (106) | - | 1 | (167) | (272) | (9) | (281) | - |
| Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. | 49,00 | 352.817 | (38.454) | 314.363 | (2.418) | 9.786 | (117.078) | 204.653 | (42.912) | 161.741 | - |
| TNE-Transnorte Energia S.A. | 49,00 | 7.150 | (3.509) | 3.641 | (132) | 449 | (62) | 3.896 | (1.462) | 2.434 | - |

*Para a investida Amapari Energia S.A foi utilizado o balancete de novembro de 2018.
Para as demais investidas foram utilizados os balancetes de dezembro de 2018.

| | Dados financeiros em 31/12/2017 - R$ Mil | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Particip. (%) | Receita operacional líquida | Custo de operação | Lucro bruto | Despesas operacionais | Receira financeira | Despesa financeira | Lucro antes do imposto de renda | Impostos sobre o lucro | Lucro (prejuízo) líquido | Depreciação e amortização |
| **Geração** | | | | | | | | | | | |
| Amapari Energia S.A. | 49,00 | - | (159) | (159) | (2.636) | 777 | (1.017) | (3.035) | - | (3.035) | - |
| Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. * | 24,50 | 56.623 | (29.181) | 27.442 | 141 | 2.836 | (9.974) | 20.445 | (3.796) | 16.649 | (10.123) |
| Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. * | 24,50 | 66.064 | (32.545) | 33.519 | (1.743) | 4.910 | (10.267) | 26.419 | (4.459) | 21.960 | (10.993) |
| Companhia Energética Sinop S.A. * | 24,50 | - | - | - | (665.600) | 8.420 | (382) | (657.562) | 223.251 | (434.311) | (418) |
| Energética Águas da Pedra S.A. * | 24,50 | 240.155 | (109.040) | 131.115 | (2.544) | 8.176 | (31.682) | 105.065 | (16.679) | 88.386 | (22.411) |
| Norte Energia S.A. * | 19,98 | 2.598.916 | (1.861.984) | 736.932 | (46.482) | 98.227 | (754.831) | 33.846 | (17.520) | 16.326 | (7.936) |
| Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. * | 24,50 | 59.015 | (29.618) | 29.397 | (359) | 2.238 | (10.516) | 20.760 | (3.325) | 17.435 | (10.051) |
| **Transmissão** | | | | | | | | | | | |
| AETE-Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. | 49,00 | 28.541 | (4.911) | 23.630 | (2.814) | 811 | (222) | 21.405 | (1.683) | 19.722 | (36) |
| Belo Monte Transmissora de Energia S.A. * | 24,50 | 2.236.720 | (1.621.201) | 615.519 | (15.472) | 13.712 | (347.477) | 266.282 | (198.322) | 67.960 | (167) |
| Brasnorte Transmissora de Energia S.A. * | 49,71 | 25.087 | (6.431) | 18.656 | (1.337) | 541 | (164) | 17.696 | (4.148) | 13.548 | (1) |
| Construtora Integração Ltda * | 49,00 | - | - | - | (211) | 1.588 | 1.126 | 2.503 | 5.696 | 8.199 | - |
| INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A. * | 37,00 | 131.890 | (48.487) | 83.403 | (4.699) | 3.560 | (11.058) | 71.206 | (12.812) | 58.394 | - |
| Manaus Construtora Ltda * | 30,00 | - | - | - | (211) | 5 | 1.108 | 902 | 202 | 1.104 | - |
| Manaus Transmissora de Energia S.A. *(DRAFIT) | 30,00 | 164.073 | (17.707) | 146.366 | 8.007 | 7.526 | (73.557) | 88.342 | (33.385) | 54.957 | - |
| Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. *(DRAFIT) | 49,00 | 313.543 | (25.786) | 287.757 | (5.541) | 10.787 | (118.060) | 174.943 | (63.522) | 111.421 | (870) |
| TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A. * | 49,00 | 70.564 | (17.834) | 52.730 | (1.900) | 1.624 | (12.429) | 40.025 | (7.993) | 32.032 | - |
| TNE-Transnorte Energia S.A. * | 49,00 | 2.992 | (2.292) | 700 | (2.063) | 715 | (16) | (664) | 209 | (455) | - |

Para a investida Amapari Energia S.A. foram utilizadas informações financeiras na data base de 30.11.2017.
*Para as demais investidas foram utilizadas informações financeiras das Demonstrações Financeiras na data base de 31.12.2017.

**17.4. Controladas em conjunto**

**17.4.1. Amapari Energia S.A.**

A Amapari Energia S/A foi constituída em 12 de abril de 2007, com sede em Brasília – Distrito Federal, através de parceria entre ENEVA S/A e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte, tendo como objeto a implantação e exploração da usina Termelétrica a óleo diesel, construída no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá.

**17.4.2. Norte Energia S.A.**

A Norte Energia S.A. é uma SPE de capital fechado constituída em 21 de julho de 2010, com o objetivo de conduzir as atividades necessárias a implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Belo Monte, no rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

**17.4.3. Companhia Energética Sinop**

A Companhia Energética Sinop S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de outubro de 2013, com sede em Brasília – Distrito Federal e tem por objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da UHE Sinop, incluindo as instalações de interesse restrito à Usina, como a LT Sinop/Se Cláudia, Se Cláudia e Se UHE Sinop, conforme consta no Edital de Leilão nº 006/2013, emitido pela ANEEL.

**17.4.4. Construtora Integração Ltda.**

A Construtora Integração Ltda foi constituída em 30 de junho de 2009, tendo como objeto exclusivo a construção, montagem e serviços sociais associados às instalações referentes ao lote G do leilão ANEEL nº 007/ 2008, compreendendo a elaboração do projeto básico, projeto exclusivo, execução das obras, serviços e fornecimento necessários à realização completa e integral do Empreendimento, necessários para a construção da Linha de Transmissão LT +/- 600KV coletora Porto Velho - Araraquara 2.

**17.4.5. Manaus Construtora Ltda.**

A Manaus Construtora Ltda. foi constituída em 30 de janeiro de 2009, tendo como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a Linha de Transmissão 500KV Oriximaná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 KV e SE Cariri 500/230 KV.

**17.4.6. Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.**

A Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, de prazo indeterminado, constituída em 6 de maio de 2008, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho - Araraquara 2, n° 2.

**17.4.7. Transnorte Energia S.A.**

A Transnorte Energia S.A. foi constituída em 24 de outubro de 2011 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica (LT Lechuga/Equador/BoaVista) e subestações asssociadas (SE Equador/SE Boa Vista), situadas nos Estados do Amazonas e de Roraima, e tem por objetivo planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 003/2012 – ANEEL, de 25 de janeiro de 2012, foi outorgada à SPE pela União a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos.

Considerando a impossibilidade da Transnorte em dar prosseguimento ao empreendimento objeto do Contrato de Concessão nº 003/2012-ANEEL, devido à dificuldade na obtenção das licenças ambientais, no dia 05 de setembro de 2015 protocolizou junto a Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a carta requerendo a rescisão amigável do citado contrato de concessão, mediante o ressarcimento integral dos investimentos realizados, bem como os danos emergentes e lucros cessantes. No dia 13 de dezembro de 2016 a Transnorte recebeu, por meio de Despacho da ANEEL Nº 3.265, o posicionamento sobre o pedido de rescisão amigável. A ANEEL recomendou acolher o pedido da Transnorte e no mérito dar-lhe provimento reconhjecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão. Diante dos fatos, a ANEEL encaminhou no dia 13 de dezembro de 2016 os autos do processo ao Ministério de Minas e energia para que o mesmo conclua sobre o referido pedido requerido pela Transnorte.

Em 21de fevereiro de 2018 o Ministério de Minas e Energia encaminhou o Ofício nº 66/2018/SPE-MME à ANEEL, informando o não acatamento do pedido de rescisão amigável do contrato de concessão, dispondo que é competência da ANEEL analisar a situação de modo a promover, se assim entender, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A Companhia entende que estão sendo empreendidos diversos esforços no sentido de alcançar alternativas que viabilizem o reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão, bem como, a continuidade da implantação do empreendimento, com participação do Poder Concedente, demais órgãos de governo, incluindo os de licenciamento ambiental e os acionistas.

Foi reconhecido um impairment de R$ 118.663 mil referente ao investimento da Transnorte, correspondente ao percentual da participação da Companhia no empreendimento. O reconhecimento do impairment deu-se devido ao fato da SPE receber RAP, referente ao Compensador Estático de Reativos – CER, correspondente a 4% do valor a que teria direito sendo que o restante do empreendimento, que diz respeito a implantação da linha de transmissão em 500 kV com extensão de 721 km, encontra-se paralisada devido a questões ambientais, gerando, desta forma, perda no valor recuperável da SPE.

**17.4.8. Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.**

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. é uma SPE de capital fechado, constituída em 20 de março de 2014 com o objetivo de implantação e exploração do empreendimento composto pelas instalações de transmissão de energia (LT Xingu / Estreito e Estações Conversoras junto às respectivas subestações), que atravessa os estados do Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 014/2014 – ANEEL, de 16 de junho de 2014, foi outorgada à SPE pela União a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e o início de suas atividades operacionais ocorreu em 11/12/2017, com antecipação de dois meses em relação à data contratual.

**17.5. Coligada - Energética Águas da Pedra S.A.**

A Energética Águas da Pedra S.A. é uma SPE de capital fechado, constituída em 3 de abril de 2007 com o objetivo de construir e operar a UHE Dardanelos com o seu sistema de transmissão. A usina, construída no Município de Aripuanã, em Mato Grosso, no Rio Aripuanã, tem capacidade nominal de 261 MW e um reservatório de 0,24 km², o que corresponde à melhor relação entre a área inundada e energia gerada já construída no Brasil.

**17.6. Plano de Desinvestimento**

Em 14 de junho de 2017, em atendimento ao Plano de desinvestimento, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o início do processo de transferência das participações societárias detidas pela Companhia para a controladora das seguintes investidas: Belo Monte Transmissora de Energia S.A., Manaus Transmissora de Energia S.A., Integração Transmissora de Energia S.A., Brasnorte Transmissora de Energia S.A., Transmissora Matogrossense de Energia S.A., Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A., Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. e Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.

Em 29 de setembro de 2017, a ANEEL aprovou a transferência das participações da Companhia das referidas SPEs.

Em dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, por meio de Termo Aditivo ao Instrumento de Dação em Pagamento, aprovou a exclusão da Belo Monte Transmissora de Energia S.A. do rol de SPEs que seriam transferidas para a controladora.

Em 16 de abril de 2018, mediante Termo de Transferência, a Companhia transferiu à Eletrobras as ações relativas à sua participação nas seguintes Sociedades de Propósito Específico: Integração Transmissora de Energia S.A., Brasnorte Transmissora de Energia S.A., Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Brasventos Miassaba 3 Geradora de energia S.A. e Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A., mediante quitação de empréstimos e financiamentos com a Eletrobras no valor de R$ 355.023.

Em 31 de julho de 2018 houve a transferência para Eletrobras da SPE Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A no valor de R$ 35.485. Em 27 de setembro de 2018 foi concretizada a transferência da Transmissora Matogrossense de Energia S.A no valor de R$ 109.530. Em 18 de dezembro de 2018 foi realizada a transferência da Manaus Transmissora de Energia S.A. no valor de R$ 208.481.

O total do investimento transferido para a Eletrobrás foi de R$ 708.518 em contraprestação a quitação de dívida de empréstimos, conforme demonstrado na nota 21 finalizando, desta forma, o processo de transferências das SPE´s incluídas no Plano de desinvestimento.

**17.7. *Impairment* das investidas**

Nas demonstrações financeiras do Grupo Eletrobras de 31 de dezembro de 2017, foram realizados testes de *impairment* sob a ótica do investidor nas SPEs que faziam parte do processo de desinvestimento da companhia, além das seguintes SPEs: Norte Energia S.A, Companhia Energética Sinop, Belo Monte Transmissora de Energia S.A., Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. e Manaus Transmissora de Energia S.A.

Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram realizados testes de *impairment* sob a ótica do investidor nas SPES Norte Energia S.A, Companhia Energética Sinop, Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. e Transnorte Energia S.A (Nota 35.2).

**NOTA 18 – IMOBILIZADO**

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração e comercialização de energia elétrica, bem como os bens utilizados na administração. A infraestrutura destinada aos segmentos de transmissão é tratada nos termos estabelecidos no ICPC 01(R1), exceto a linha de transmissão Brasil – Venezuela que não está abarcada pela referida norma e encontra-se classificada no grupo de comercialização.

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos, não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros.

Os contratos de concessão preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, desta forma a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A movimentação dos bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia está demonstrada abaixo:

**18.1. Movimentação**

| | Saldo em 31/12/2017 | Adições | Baixas | Depreciação | Transferências/ Incorporação | Saldo em 31/12/2018 | "% (*)" |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Geração e comercialização** | | | | | | | |
| Em serviço | 17.412.672 | - | (209.959) | - | 9.193 | 17.211.906 | |
| Depreciação acumulada | (10.767.068) | - | 95.193 | (365.984) | (96) | (11.037.955) | 2,29 |
| Em curso | 132.630 | 19.593 | (1.395) | - | - | 150.828 | |
| Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão | (168.588) | - | - | - | - | (168.588) | |
| Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais) | 33.646 | - | - | 2.819 | - | 36.465 | |
| **Total Geração e comercialização** | **6.643.292** | **19.593** | **(116.161)** | **(363.165)** | **9.097** | **6.192.656** | |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Administração Central** | | | | | | | |
| Em serviço | 240.404 | - | (8.573) | - | 424 | 232.255 | |
| Depreciação acumulada | (184.268) | - | 7.542 | (35.115) | (302) | (212.143) | 5,50 |
| Em curso | 288.505 | 15.181 | (15.814) | - | 4.608 | 292.480 | |
| Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão | (403) | - | 74 | - | - | (329) | |
| Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais) | 117 | - | - | 9 | - | 126 | 3,00 |
| **Total Administração** | **344.355** | **15.181** | **(16.771)** | **(35.106)** | **4.730** | **312.389** | |
| **Imobilizado não vinculado à concessão - Terrenos** | | | | | | | |
| Em serviço (LVTE) | 1.900 | - | - | - | - | 1.900 | |
| **Total** | **1.900** | **-** | **-** | **-** | **-** | **1.900** | |
| **Indenização da UHE Coaracy Nunes** | **(35.492)** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(35.492)** | |
| **Perda sobre indenização Coaracy Nunes** | **(77.553)** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(77.553)** | |
| **Provisão para redução ao valor recuperável** | **(360.587)** | **-** | 8.524 | **-** | **-** | **(352.063)** | |
| **Total** | **6.515.915** | **34.774** | **(124.408)** | **(398.271)** | **13.827** | **6.041.837** | |

(*) Média anual de depreciação.

| | Saldo em 31/12/2016 | Adições | Baixas | Depreciação | Transferências/ Incorporação | Saldo em 31/12/2017 | % (*) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Geração e comercialização** | | | | | | | |
| Em serviço | 17.363.685 | - | (3.055) | - | 52.042 | 17.412.672 | |
| Depreciação acumulada | (10.377.896) | - | 2.739 | (400.369) | 8.458 | (10.767.068) | 2,42 |
| Em curso | 163.381 | 26.339 | (5.508) | - | (51.582) | 132.630 | |
| Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão | (168.588) | - | - | - | - | (168.588) | |
| Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais) | 30.829 | - | - | 2.817 | - | 33.646 | |
| **Total Geração e comercialização** | **7.011.411** | **26.339** | **(5.824)** | **(397.552)** | **8.918** | **6.643.292** | |
| | | | | | | | |
| **Administração Central** | | | | | | | |
| Em serviço | 244.749 | - | (4.345) | - | - | 240.404 | |
| Depreciação acumulada | (163.910) | - | 3.932 | (17.479) | (6.811) | (184.268) | 11,0 |
| Em curso | 310.163 | 1.960 | (20.231) | - | (3.387) | 288.505 | |
| Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão | (403) | - | - | - | - | (403) | |
| Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais) | 108 | - | - | 9 | - | 117 | 3,00 |
| **Total Administração** | **390.707** | **1.960** | **(20.644)** | **(17.470)** | **(10.198)** | **344.355** | |
| **Imobilizado não vinculado à concessão - Terrenos** | | | | | | | |
| Em serviço (LVTE) | 1.900 | - | - | - | - | 1.900 | |
| **Total** | **1.900** | **-** | **-** | **-** | **-** | **1.900** | |
| | | | | | | | |
| **Indenização da UHE Coaracy Nunes** | **(35.492)** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(35.492)** | |
| **Perda sobre indenização Coaracy Nunes** | **(77.553)** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(77.553)** | |
| **Provisão para redução ao valor recuperável** | **(500.430)** | 139.843 | **-** | **-** | **-** | **(360.587)** | |
| | | | - | | | | |
| **Total** | **6.790.543** | **168.142** | **(26.468)** | **(415.022)** | **(1.280)** | **6.515.915** | |

(*) Média anual de depreciação.

A Companhia possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro 2018, o valor contábil bruto de R$ 1.294.851 (2017 – R$ 1.119.925) referentes aos ativos totalmente depreciados.

O resultado do teste de recuperabilidade para os ativos da Companhia registrados no ativo imobilizado estão demonstrados na nota 35.2 – Teste de *Impairment*.

**18.2. Taxas anuais de depreciação**

As taxas anuais de depreciação estabelecidas pelo Órgão Regulador são as constantes da tabela anexa à Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015, da ANEEL. As principais taxas praticadas pela Companhia são as seguintes:

| Geração | 2018 | 2017 |
|---|---|---|
| Comporta | 3,3% a.a. | 3,3% a.a. |
| Reservatório | 2% a.a. | 2% a.a. |
| Casa de força | 2% a.a. | 2% a.a. |
| Turbina hidráulica | 2,5% a.a. | 2,5% a.a. |
| Turbina a gás | 4% a.a. | 4% a.a. |
| Ponte rolante, guindaste e pórtico | 3,3% a.a. | 3,3% a.a. |
| **Administração central** | | |
| Benfeitorias | 3,3% a.a. | 3,3% a.a. |
| Edifícios | 3,3% a.a. | 3,3% a.a. |
| Equipamentos gerais | 6,25% a.a. | 6,25% a.a. |
| Equipamentos gerais (Informática) | 16,67% a.a. | 16,67% a.a. |

**18.4. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

Representam os valores repassados pela União e pelos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica. Como não se tratam de obrigações são reconhecidas como redutora do ativo imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

**18.5. Encargos financeiros capitalizados**

A Companhia não efetua capitalização de encargos financeiros nos exercícios apresentados, visto que não possuem empréstimos ligados a imobilizado em curso e que sejam permitidos pelas práticas contábeis.

**NOTA 19 – INTANGÍVEL**

| | Saldo em 31/12/2017 | Adições | Baixas | Transferências | Saldo em 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Vinculados à Concessão - Geração** | | | | | |
| **Em serviço** | | | | | |
| Custo | 178.517 | - | - | - | 178.517 |
| Amortização | (41.196) | (20.598) | - | - | (61.794) |
| | **137.321** | **(20.598)** | **-** | **-** | **116.723** |
| **Vinculados à Concessão - Transmissão** | | | | | |
| **Em serviço** | | | | | |
| Custo | 1.416 | - | (1.444) | 10.420 | 10.392 |
| Amortização | - | - | - | - | - |
| | **1.416** | **-** | **(1.444)** | **10.420** | **10.392** |
| **Outros** | | | | | |
| Mais valia direito de exploração | 87.460 | - | - | - | 87.460 |
| Amortização | (10.528) | (3.510) | - | - | (14.038) |
| | **76.932** | **(3.510)** | **-** | **-** | **73.422** |
| **Não Vinculados à Concessão** | | | | | |
| **Em serviço** | | | | | |
| Custo | 61.994 | 892 | (1) | (10.313) | 52.572 |
| Amortização | (60.025) | (2.356) | - | - | (62.381) |
| | **1.969** | **(1.464)** | **(1)** | **(10.313)** | **(9.809)** |
| | | | | | |
| **Total** | **217.638** | **(25.572)** | **(1.445)** | **107** | **190.728** |

| | Saldo em 31/12/2016 | Adições | Baixas | Transferências | Saldo em 31/12/2017 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Vinculados à Concessão - Geração** | | | | | |
| **Em serviço** | | | | | |
| Custo | 178.517 | - | - | - | 178.517 |
| Amortização | (20.598) | (20.598) | - | - | (41.196) |
| | **157.919** | **(20.598)** | - | - | **137.321** |
| **Vinculados à Concessão - Transmissão** | | | | | |
| **Em serviço** | | | | | |
| Custo | 1.416 | - | - | - | 1.416 |
| Amortização | - | - | - | - | - |
| | **1.416** | - | - | - | **1.416** |
| **Outros** | | | | | |
| Mais valia direito de exploração | 87.460 | - | - | - | 87.460 |
| Amortização | (7.017) | (3.511) | - | - | (10.528) |
| | **80.443** | **(3.511)** | - | - | **76.932** |
| **Não Vinculados à Concessão** | | | | | |
| **Em serviço** | | | | | |
| Custo | 61.399 | 607 | - | (12) | 61.994 |
| Amortização | (56.639) | (3.386) | - | - | (60.025) |
| | **4.760** | **(2.779)** | - | **(12)** | **1.969** |
| | | | | | |
| **Total** | **244.538** | **(26.888)** | - | **(12)** | **217.638** |

A Companhia contabiliza um ativo intangível no montante de R$ 116.273 (nota 16), referente à Repactuação do Risco Hidrológico, que corresponde à extensão do prazo de concessão. Esse valor é amortizado conforme prazo de concessão remanescente da UHE Tucuruí.

Os valores referentes à aquisição e implantação e/ou direito de uso de softwares possuem taxa média anual de amortização de 20%.

**19.1. Alocação da *mais valia***

Em 2015, após a apuração do valor da *mais valia* sobre a aquisição de participação societária na Linha Verde Transmissora de Energia S.A., a Companhia identificou que o valor de R$ 87.460 é atribuível ao direito de exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica nos termos do contrato nº 021/2009 que tem duração de 30 anos a partir da data de assinatura, e está sendo amortizado durante o prazo do contrato de concessão.

**NOTA 20 – FORNECEDORES**

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| Encargos de uso da rede elétrica | 20.1 | 50.551 | 49.769 |
| Fornecedores de energia elétrica | 20.2 | 202.601 | 252.115 |
| Fornecedores de materiais e serviços | | 118.798 | 106.299 |
| Fornecedores de combustíveis | 20.3 | 145.513 | 145.513 |
| **Total circulante** | | **517.463** | **553.696** |
| | | | |
| **Total** | | **517.463** | **553.696** |

**20.1. Encargos de uso da rede elétrica**

Refere-se a obrigações perante Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, em função do encargo pelo transporte da potência de energia elétrica e dos valores a ele relacionados, conforme avisos de débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

**20.2. Fornecedores de energia elétrica**

Refere-se a obrigações decorrentes da compra de energia elétrica no âmbito da CCEE, da importação de energia elétrica da Venezuela para a revenda à Boa Vista Energia S.A, e, também, da energia comprada com compromisso de pagamento de longo prazo.

**20.2.1. Leilão de compra e venda de energia na modalidade "*swap*" (permuta)**

Em setembro de 2014, a Companhia promoveu uma oferta pública de compra e venda de energia elétrica na modalidade de "*swap*" (permuta) com o objetivo de cobrir as necessidades de compra/venda/uso da Eletronorte (*own use*). O vencedor do Leilão foi a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda., única proponente do certame. Nessa operação a Companhia passou a comprar energia elétrica num preço máximo pré-estabelecido antes do início do leilão e se comprometeu a vender energia também num preço pré-estabelecido, conforme resumo a seguir:

- Fornecimento de Energia pela COMERCIALIZADORA
  Período de fornecimento: de 1° de agosto de 2014 a 31 de dezembro de 2014.
  Energia Contratada: 200 MW médios (duzentos megawatts médios).
  Preço Máximo: 720,00 R$/ MWh (setecentos e vinte reais por MWh).
- Fornecimento de Energia pela ELETRONORTE
  Período de fornecimento: de 10 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.
  Energia Contratada: 141 MW médios.
  Preço: R$ 162,60/MWh (cento e sessenta e dois reais e sessenta centavos por MWh).

Para essa operação não haverá desembolso nem qualquer transferência de recursos financeiros, ou seja, haverá somente a troca de energia aos valores contratados conforme definido em leilão, com exceção dos pagamentos de tributos. A energia contratada será faturada mensalmente por meio de documentos de cobrança, emitidos nos termos da legislação vigente.

| COMPRA DE ENERGIA PELA ELETRONORTE | | | |
|---|---|---|---|
| **Período** | **MWh** | **R$/MWh** | **Valor** |
| Agosto a Dezembro/2014 | 734.200 | 662,03 | 486.062 |
| Encargos Financeiros | | | 116.999 |
| **Total** | | | **603.061** |

As energias físicas objeto de "*swap*" (permuta) do referido contrato de compra e venda de energia, são equivalentes aos seguintes valores monetários:

| VENDA DE ENERGIA PELA ELETRONORTE | | | |
|---|---|---|---|
| **Período** | **MWh** | **R$/MWh** | **Valor** |
| Janeiro a Dezembro/2016 | 1.238.544 | 162,60 | 201.387 |
| Janeiro a Dezembro/2017 | 1.235.160 | 162,60 | 200.837 |
| Agosto a Dezembro/2018 | 1.235.160 | 162,60 | 200.837 |
| **Total** | **3.708.864** | **162,60** | **603.061** |

A operação se assemelha a um financiamento para a Companhia, sendo que a energia elétrica objeto de compra é financiada e o pagamento é efetuado por meio da entrega futura de energia elétrica. Considerando os valores monetários, resultantes dos volumes físicos de energia elétrica, comprados e vendidos em bases comutativas, a diferença entre esses valores, de R$ 116,9milhões conforme demonstrado na tabela acima, refere-se a encargo financeiro da Companhia e que deverá ser apropriada *pro-rata-temporis* ao longo do prazo do financiamento (iniciando em agosto de 2014 e terminando em dezembro de 2018). Esse encargo financeiro como é explicito e negociado entre as partes está compatível com taxa de mercado.

As operações de compra e de venda são registradas de forma separada (mas não de forma independente) quando da efetiva compra (afetando o passivo e a despesa ao longo de 2014 e 2015) e quando da efetiva venda (afetando contas a receber e a receita ao longo de 2016 a 2018).

O valor negociado da compra de energia já reflete o valor presente, pois é efetuado com base nas tarifas correntes e assim sendo, sobre o passivo serão incorporados os encargos financeiros ao longo do tempo, e na medida em que o faturamento for auferido com a venda da energia elétrica, haverá a compensação entre "contas a pagar" e "contas a receber" a título de amortização.

Os preços de compra e de venda acordados contratualmente entre a Companhia e a BTG Comercializadora são considerados os valores justos das respectivas transações, pois ocorreram entre partes independentes e em condições "não forçadas" (Leilão promovido por meio de um processo licitatório).

O leilão contou com seis proponentes interessados: Brasil Comercializadora de Energias, BTG Pactual, Cemig, Delta Energia, COPEN Energia e Cesp. Após a avaliação dos documentos de inscrição conforme previsto no edital, três proponentes foram habilitados: BTG Pactual, Cemig e Cesp. O leilão foi promovido no dia 03 de setembro de 2014 e apenas o proponente BTG Pactual apresentou proposta.

**20.3. Fornecedores de combustíveis**

Refere-se à aquisição de óleo combustível para funcionamento das usinas térmicas nos Estados do Acre, Rondônia e Amapá. A aquisição ocorreu para atender as usinas térmicas antes pertencentes ao sistema isolado.

**NOTA 21 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS**

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos em moedas estrangeiras e moeda nacional são as seguintes:

| | 31/12/2018 | | | | 31/12/2017 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Encargos | Principal | Circulante | Não circulante | Encargos | Principal | Circulante | Não circulante |
| **Moeda estrangeira** | | | | | | | | |
| Eletrobras | 8.285 | 69.888 | 78.173 | 384.387 | 8.458 | 59.266 | 67.724 | 385.230 |
| **Total Moeda estrangeira** | **8.285** | **69.888** | **78.173** | **384.387** | **8.458** | **59.266** | **67.724** | **385.230** |
| **Moeda nacional** | | | | | | | | |
| Eletrobras | 5.193 | 76.463 | 81.656 | 784.386 | 8.203 | 329.252 | 337.455 | 1.437.321 |
| Instituições financeiras | 16.131 | 229.091 | 245.222 | 1.912.833 | 35.238 | 469.261 | 504.499 | 2.065.779 |
| **Total Moeda nacional** | **21.324** | **305.554** | **326.878** | **2.697.219** | **43.441** | **798.513** | **841.954** | **3.503.100** |
| | | | | | | | | |
| **Total** | **29.609** | **375.442** | **405.051** | **3.081.606** | **51.899** | **857.779** | **909.678** | **3.888.330** |

**21.1. Resumo da dívida de financiamentos e empréstimos**

Sobre os financiamentos e empréstimos incidem atualização monetária, encargos e taxas de 2,5% a 8,5% a.a., para o mercado interno; e variação cambial, encargos, imposto de renda e taxas de 2,48% a 6,83% a.a., para o mercado externo.

A Companhia possui registrado na rubrica de financiamentos e empréstimos, em 31 de dezembro 2018, o valor de R$ 3.486.687 (2017 – R$ 4.798.008). A Companhia mantem financiamentos e empréstimos com a Eletrobras, conforme demonstrado na nota explicativa 39.

Informações sobre a exposição do Grupo à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 40.3.5.

**21.2. Vencimento das parcelas do passivo não circulante**

| ANO | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| 2019 | - | 597.782 |
| 2020 | 347.241 | 563.433 |
| 2021 | 406.671 | 450.553 |
| 2022 | 413.530 | 402.834 |
| 2023 | 418.605 | 390.153 |
| 2024 | 320.784 | 377.472 |
| Após 2024 | 1.174.775 | 1.106.103 |
| **Total** | **3.081.606** | **3.888.330** |

**21.3. Movimentações dos financiamentos e empréstimos**

| | MOEDA NACIONAL | | | | MOEDA ESTRANGEIRA | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Circulante | | | Não Circulante | Circulante | | | Não Circulante |
| | Encargos | Principal | Total | Principal | Encargos | Principal | Total | Principal |
| **Saldo em 31/12/2016** | **42.489** | **835.110** | **877.599** | **3.742.244** | **8.986** | **57.802** | **66.788** | **433.521** |
| Aquisição PVTE | (30.314) | 632 | (29.682) | 41.612 | - | - | - | - |
| Captação/Devolução | - | - | - | 500.322 | - | - | - | - |
| Provisão de encargos | 395.025 | - | 395.025 | - | 37.120 | - | 37.120 | - |
| Variação monetária e cambial | - | 1.429 | 1.429 | 37.094 | (591) | 1.464 | 873 | 7.941 |
| Transferências | - | 818.172 | 818.172 | (818.172) | - | 56.232 | 56.232 | (56.232) |
| Amortizações / pagamentos | (363.759) | (856.830) | (1.220.589) | - | (37.057) | (56.232) | (93.289) | - |
| **Saldo em 31/12/2017** | **43.441** | **798.513** | **841.954** | **3.503.100** | **8.458** | **59.266** | **67.724** | **385.230** |
| Refinanciamento | (49.294) | 229 | (49.065) | 57.187 | - | - | - | - |
| Captação/Devolução | | | - | 405.262 | | | - | - |
| Provisão de encargos | 270.639 | | 270.639 | | 37.899 | | 37.899 | |
| Variação monetária e cambial | | | - | 31.248 | 410 | 10.622 | 11.032 | 63.701 |
| Transferências | | 1.299.578 | 1.299.578 | (1.299.578) | | 64.544 | 64.544 | (64.544) |
| Amortizações / pagamentos | (243.462) | (1.792.766) | (2.036.228) | - | (38.482) | (64.544) | (103.026) | - |
| **Saldo em 31/12/2018** | **21.324** | **305.554** | **326.878** | **2.697.219** | **8.285** | **69.888** | **78.173** | **384.387** |

Os encargos de dívida e as variações monetárias sobre os financiamentos e empréstimos estão reconhecidos no resultado financeiro.

**21.4. Composição do saldo da dívida, por indexador e moeda e principais indicadores**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **Indexador** | | |
| TJLP | 857.205 | 1.041.491 |
| IPCA | 756.854 | 1.602.769 |
| SELIC | - | 3.260 |
| Outros | 1.410.068 | 1.697.535 |
| **Moeda** | | |
| US$ | 332.445 | 327.800 |
| Yen | 130.115 | 125.153 |
| **Total** | **3.486.687** | **4.798.008** |
| Principal | 3.457.048 | 4.746.110 |
| Encargos | 29.609 | 51.898 |
| **Total** | **3.486.657** | **4.798.008** |

A exposição da Companhia ao risco de liquidez e juros está divulgada na nota 40.3.5

**21.5. Indicadores**

Os principais indicadores utilizados para atualização dos financiamentos e empréstimos da Companhia e das investidas tiveram as seguintes variações percentuais:

| MOEDAS / INDICADORES | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Selic | 6,98 | 9,67 |
| IPCA | 3,75 | 2,91 |
| TJLP | (0,29) | (6,66) |
| Y (Iene Japonês) | 20,07 | 5,30 |
| US$ (Dólar Americano) | 17,13 | 2,50 |
| EURO | - | 15,44 |

**21.6. Cláusulas Contratuais Restritivas - *Covenants***

A Companhia possui contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições, com Cláusulas Restritivas (*Covenants*) atreladas a condições operacionais. As medições são anuais e a Companhia vem cumprindo com os *covenants* na data base das demonstrações financeira e vem acompanhando estes e outros *covenants* qualitativos, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2018.

**21.6.1. Garantias oferecidas pela Companhia na qualidade de interveniente dos empréstimos obtidos pelas investidas**

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos por meio de SPEs, em que possui participação societária. Nesses contratos, em sua maioria, a Eletrobras também figura como interveniente garantidora da operação e o valor justo dos contratos de garantia financeira são registrados na Eletrobras. Os montantes garantidos, as projeções e saldos devedores estão demonstrados no quadro abaixo:

| Empreendimento | Banco Financiador | Modalidade (corporativo/SPE) | Participação da Controlada | Valor do Financ. (Quota Parte da Controlada) | Saldo Devedor 31/12/2018 | Término da Garantia (não auditado) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Norte Brasil Transmissora | BNDES | SPE | 49,00% | 514.500 | 394.698 | 15/12/2029 |
| Norte Brasil Transmissora | Emissão de Debêntures | SPE | 49,00% | 98.000 | 146.705 | 15/09/2026 |
| Belo Monte Transmissora de Energia S. A. | Itau BBA (debêntures) | SPE | 24,50% | 142.100 | 153.576 | 15/12/2031 |
| Belo Monte Transmissora de Energia S. A. | Santander (debêntures) | SPE | 24,50% | 412.825 | 452.913 | 15/08/2032 |
| Belo Monte Transmissora de Energia S. A. | BNDES | SPE | 24,50% | 214.375 | 240.122 | 15/08/2032 |
| Norte Energia | BNDES | SPE | 19,98% | 2.697.300 | 3.248.366 | 15/01/2042 |
| Norte Energia | CEF | SPE | 19,98% | 1.398.600 | 1.798.252 | 15/01/2042 |
| Norte Energia | BTG Pactual | SPE | 19,98% | 399.600 | 513.786 | 15/01/2042 |
| Companhia Energética Sinop S.A. | BNDES | SPE | 24,50% | 249.410 | 268.810 | 15/06/2038 |
| Companhia Energética Sinop S.A. | ABC | SPE | 24,50% | 57.820 | 59.215 | 15/06/2032 |
| **TOTAL** | | | | **6.184.530** | **7.276.443** | |

**21.7. Condições financeiras dos contratos de financiamentos e empréstimos**

| CONTRATO | CONDIÇÕES FINANCEIRAS | | | | | Fim |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Moeda | Taxa juros | OUTROS ENCARGOS | ÍNDICE CORREÇÃO | SALDO DEVEDOR | |
| BNDES -09.2.1355.1 | R$ | 2,5% a.a. | | TJLP | 12.611 | 15/11/2024 |
| BNDES - 10.2.0267-1 | R$ | 2,5% a.a. | | TJLP | 5.999 | 15/11/2024 |
| BNDES - 11.2.1318.1 | R$ | 2,72 e 1,72% a.a. | | TJLP | 89.895 | 15/02/2027 |
| BNDES-11.2.0281-1 | R$ | 2,12% a.a. | | TJLP | 331.089 | 15/11/2028 |
| BNDES-13.2.0676.1 | R$ | 3,05 e 3,5% a.a. | | TJLP | 5.086 | 15/03/2028 |
| BNDES-13.2.0673.1 | R$ | 3,05 e 3,5% a.a. | | TJLP | 17.045 | 15/08/2028 |
| BNDES-13.2.0672.1 | R$ | 3,05 e 3,5% a.a. | | TJLP | 20.040 | 15/10/2028 |
| BNDES-10.2.2072.1 | R$ | 2,12 e 2,12% a.a. | | TJLP + IPCA | 210.850 | 15/08/2028 |
| BNDES-13.2.117.1 - PAR/PMIS | R$ | 2,85 e 3,5% a.a. | | TJLP | 233.380 | 15/12/2023 |
| BANCO DO BRASIL 12 MM | R$ | 8,5% a.a | | | 4.751 | 01/12/2026 |
| BANCO DO BRASIL 405 MM | R$ | CDI + 125,5% | | CDI | 407.765 | 07/06/2024 |
| BANCO DO NORDESTE - FNE | R$ | 8,5% a.a | | | 49.484 | 03/06/2031 |
| BANCO DO AMAZÔNIA 25 MM - FNO | R$ | 8,5% a.a | | | 16.625 | 10/01/2029 |
| BANCO DO AMAZÔNIA 221,7 MM - FNO | R$ | 8,5% a.a | | | 186.114 | 10/07/2031 |
| DEBÊNTURES 221,7 MM - FDA | R$ | 1,65% a.a. | | TJLP | 201.754 | 15/10/2031 |
| STATE GRID BRASIL HOLDING S/A. | R$ | 10,00% a.a | | | 386.368 | 28/07/2029 |
| ELETROBRAS - ECF - 2092/01 | R$ | 5,42% a.a. | 3% a.a. | RGR | 109.036 | 30/12/2023 |
| ELETROBRAS - ECF - 2794/09 | R$ | 6,0% | 1,00% | IPCA | 757.007 | 31/12/2029 |
| BANCO DO AMAZÔNIA | R$ | 2,5 % a.a. | | | 180.952 | 10/11/2032 |
| ELETROBRAS - ECR 257/97 - BID | US$ | 6,83 % a.a. | | | 332.445 | 06/04/2025 |
| ELETROBRAS - ECR 260/98 - EXIMBANK | YEN | 2,48 % a.a. | | | 130.115 | 06/04/2025 |
| TOTAL | | | | | 3.688.411 | |

**21.8. Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding**

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte na importância total de até R$ 294.700. O empreendimento é realizado por meio da Sociedade Belo Monte Transmissora de Energia S.A., constituída para tal, cujos sócios são: State Grid (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%).

O saldo devedor está demonstrado a seguir:

| Saldo em 31/12/2016 | Circulante | Não Circulante | Total |
|---|---|---|---|
| | **12.035** | **306.760** | **318.795** |
| | | | |
| Atualização/ Juros | 32.482 | - | 32.482 |
| Refinanciamento | (15.925) | 15.925 | - |
| | | | |
| **Saldo total em 31/12/2017** | **28.592** | **322.685** | **351.277** |
| | | | |
| Atualização/ Juros | 35.091 | - | 35.091 |
| Refinanciamento | (63.683) | 63.683 | - |
| | | | |
| **Saldo total em 31/12/2018** | - | **386.368** | **386.638** |

**NOTA 22 - DEBÊNTURES**

**22.1. Resumo da dívida das debêntures**

| | | | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Financeira | Atualização | Vencimento | Principal | (-) Custos | Montante da dívida | Principal | (-) Custos | Montante da dívida |
| BASA/FDA | TJLP + 1,65% a.a | 10/07/2031 | 234.200 | (7.564) | 201.754 | 218.320 | (7.564) | 202.757 |
| Circulante | | | | | 21.331 | | | 22.658 |
| Não circulante | | | | | 180.423 | | | 180.099 |

Informações sobre a exposição do Grupo à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 40.3.4.

**22.2. Movimentação das debêntures**

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31/12/2016** | **201.375** |
| Provisão de encargos | 19.006 |
| Amortização / pagamentos | (17.625) |
| **Saldo em 31/12/2017** | **202.757** |
| Provisão de encargos | 16.575 |
| Amortizações / Pagamentos | (17.579) |
| **Saldo em 31/12/2018** | **201.754** |

**22.3. Destinação dos Recursos:** implantação da estação retificadora de corrente alternada em 500 kV para corrente contínua em ±600kV, número 01, com capacidade de 3150 MW, localizada na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia e a implantação da Linha de Eletrodo e Eletrodos de Aterramento na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia.

**22.4. Período de Conversão:** qualquer debenturista poderá, a qualquer tempo a partir da data de emissão, a seu exclusivo critério, solicitar a conversão das debêntures de qualquer série, integral ou parcialmente, em ações de emissão da Companhia, até o limite de 50% do montante subscrito, mediante envio de notificação à Companhia, por escrito, solicitando a referida conversão.

**22.6. Pagamentos e vencimento:** a Companhia pagará o valor total da emissão no prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) meses, incluído o período de carência, contados a partir da formalização da Escritura de Debêntures, respeitadas as seguintes condições:

As debêntures tiveram prazo de carência de forma que o primeiro pagamento ocorreria até um ano após 26 de abril de 2012 (data prevista para o projeto entrar em operação), conforme Parágrafo único, artigo 21 e artigo 23 do Regulamento do FDA. Foi celebrado um Termo Aditivo ao contrato de financiamento, assinado em 22 de março de 2013, prorrogando para 33 (trinta e três) meses o prazo de carência, contados a partir do primeiro dia 10 (dez) seguinte à data de formalização da cédula de crédito, de forma que o vencimento da primeira amortização do principal e juros passou a ser em 10 de maio de 2014, o que de fato ocorreu.

**(i)** Havendo exclusão de responsabilidade da emissora, quanto ao atraso no início da entrada em operação do empreendimento, os prazos de carência e vencimento do financiamento poderão ser prorrogados, desde que referida prorrogação seja aprovada pela Sudam, com a anuência do BASA.

**(ii)** Ainda que haja prorrogação da carência, os encargos financeiros devidos serão estabelecidos da seguinte forma: as debêntures, a partir de sua emissão, sofrerão incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mais juros de 0,15% a.a. (base 365 dias), a título de "*del credere*" do agente operador, desde a data da primeira liberação até a data do efetivo pagamento. Após o término da carência, cujo prazo é contado da data da contratação até 1 ano após a data prevista para entrada em operação, serão adicionados juros de 1,50% a.a., sobre o saldo devedor da operação, totalizando encargos de 1,65% a.a. (base 365 dias).

**22.7. Obrigações contratuais (covenants):**

As obrigações contratuais estão integralmente cumpridas na data destas demonstrações financeiras.

Com a incorporação da Estação Transmissora de Energia S.A., o contrato de emissões de debêntures foi assumido pela Companhia.

Nesse contrato, por possuir cláusula contratual referente à possibilidade da conversão das debêntures em ações da Companhia, a critério da Sudam, limitados a 50% das debêntures emitidas, é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a Sudam, caso tal conversão venha a se concretizar. Diante desse fato, foi avaliado derivativo na operação, mencionado na nota 11.2.

**NOTA 23 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – PASSIVO**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Imposto de renda retido na fonte | 25.943 | 18.685 |
| Contribuição Social retida na fonte | 100.946 | 43.504 |
| PIS e COFINS | 53.865 | 54.391 |
| ICMS | 3.330 | 3.411 |
| Contribuições previdenciárias | 1.882 | 1.804 |
| ISS | 931 | 594 |
| Outros | 931 | 1.152 |
| **Total Circulante** | **187.828** | **123.541** |
| | | |
| **TOTAL** | **187.828** | **123.541** |

**NOTA 24 – OBRIGAÇÕES COM A CONTROLADORA E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**

**24.1. Dividendo do exercício 2018**

Em função da apuração de lucro neste exercício, serão distribuídos pela Companhia os dividendos previstos na legislação societária, de acordo com o demonstrativo a seguir:

| PASSIVO CIRCULANTE | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:** | | |
| Lucro líquido do exercício | 3.288.475 | 1.913.847 |
| Constituição da Reserva legal (5%) | (164.424) | (95.692) |
| Constituição da Reserva Incentivo fiscal | (404.928) | (242.216) |
| Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios | 2.719.123 | 1.575.939 |
| **Dividendo mínimo obrigatório (25%)** | **679.781** | **393.985** |
| | | |
| Dividendos propostos exercício 2018 | 679.781 | 393.985 |
| Dividendos propostos - Dividendo Especial não distribuído exercício 2017 | 1.182.394 | 711.642 |
| Saldo de exercícios anteriores | - | 736 |
| **TOTAL A DISTRIBUIR** | **1.862.175** | **1.106.363** |

Sobre os valores dos dividendos incidem encargos financeiros equivalentes à taxa Selic, até o dia do efetivo pagamento, conforme Decreto nº 3.381 de 13 de março de 2000.

**24.2. Dividendo exercício 2018**

O lucro apurado no exercício de 2018 no valor de R$ 3.288.475 foi impactado pela reversão da provisão da TFRH no valor de R$ 1.183.583, esse acréscimo expressivo no resultado da Companhia não representou aumento no fluxo de caixa.

De conformidade com a legislação vigente, a Companhia propôs que a parcela correspondente a 75% dos dividendos sejam destinadas à reserva especial de dividendos não distribuídos no valor de R$2.039.342.

**24.3. Obrigações com a Controladora**

| Obrigações com a Controladora | Total |
|---|---|
| **Saldo em 31/12/2017** | **1.851.236** |
| Amortização / pagamentos | 117.594 |
| Amortização / pagamentos | - |
| **Saldo em 31/12/2018** | **1.968.830** |
| Passivo circulante | 793.860 |
| Passivo não circulante | 1.174.970 |

Com a venda da Ceron e Boa Vista, conforme mencionado na nota 15, os créditos da Eletronorte com essas empresas, foram assumidos pela Eletrobras.

**NOTA 25 – FOLHA DE PAGAMENTO E OBRIGAÇÕES ESTIMADAS**

| | Nota | 31/12/17 | 31/12/16 |
|---|---|---|---|
| **Folha de pagamento** | | | |
| Folha de pagamento | | 35.307 | 34.881 |
| Encargos sobre folha de pagamento | | 68.292 | 68.112 |
| | | **103.599** | **102.993** |
| **Obrigações estimadas** | | | |
| Provisão de férias e encargos | | 119.932 | 139.193 |
| Provisão Plano de Aposentadoria Extraordinário (PAE) | 25.1 | 2.406 | 6.352 |
| Outras | | 49.511 | 54.473 |
| | | **171.849** | **200.018** |
| | | | |
| **Total circulante** | | **275.448** | **303.011** |
| | | | |
| **Obrigações estimadas** | | | |
| Provisão Plano de Aposentadoria Extraordinário (PAE) | 25.1 | 9.624 | 25.409 |
| Provisão Plano de Demissão Consensual (PDC) | | 14.552 | - |
| **Total não circulante** | | **24.176** | **25.409** |
| | | | |
| **Total** | | **299.624** | **328.420** |

**25.1. Plano de Demissão Consensual – PDC**

Visando assegurar a continuidade do plano de eficiência operacional e disciplina financeira, instituído pela controladora Eletrobras, a Companhia lançou o Plano de Demissão Consensual.

O PDC, similar ao Plano de Aposentaria Extraordinário – PAE, prevê o pagamento de incentivos indenizatórios e benefícios de assistência à saúde aos empregados que preencham os seguintes requisitos:

1) Pelo menos 10 (dez) anos de vínculo empregatício com a empresa, no momento do desligamento, considerando o limite de 14 de dezembro de2018; ou
2) Anistiados e reintegrados à empresa por meio da Comissão Especial Interministerial – CEI de Anistia – Lei nº 8.878/1994 (neste caso não há exigência de tempo mínimo de empresa).

A inscrição ao plano é voluntária e implica em pedido de desligamento por acordo entre as partes nos termos dos artigos 477 e 484-A da CLT.

Os benefícios e assistência do plano serão concedidos pela Companhia aos empregados conforme a seguir:

1) Incentivo indenizatório:
   A) 40% do saldo para fins rescisórios do FGTS;
   B) Valor equivalente ao aviso prévio indenizado.

2) Incentivo indenizatório complementar:
   A) 50% sobre o valor do incentivo indenizatório.

3) Cobertura de assistência à saúde a partir da data de seu desligamento pelo período de 60 (sessenta meses), com as mensalidades custeadas pela Companhia para o empregado e seus dependentes inscritos.

Dessa forma a Companhia registrou despesas relativas ao PDC no total de R$ 71.037, sendo R$ 44.043 correspondente à indenização e R$ 26.994 correspondente ao Plano de Saúde decorrente do PDC (nota 34.1).

**NOTA 26 – PROVISÕES PARA RISCOS**

**26.1. Passivos contingentes e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de natureza tributária, cível e trabalhista.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e refletem a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas. A Administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função da probabilidade de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado a perda provável, além de atender a condição de obrigação presente vinculada a evento passado e serem passíveis de razoável mensuração, são contabilizadas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, não é contabilizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, não é contabilizada provisão e somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que a critério da administração, sejam julgadas de relevância ao bom entendimento e clareza das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos legais.

**26.1.1. Valores de provisões para riscos**

Os saldos e a movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentados abaixo:

| | 31/12/2017 | Provisões e atualizações | Reversões | Pagamentos/ Baixas | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Trabalhistas | 172.777 | 96.964 | (35.005) | (19.340) | 215.396 |
| Tributárias | 11.739 | 5.707 | (2.264) | (1) | 15.181 |
| Cíveis | 436.078 | 256.468 | (31.385) | (37.677) | 623.484 |
| Outras | 304.413 | 38.020 | (15.113) | 17.257 | 344.577 |
| **Total** | **925.007** | **397.159** | **(83.767)** | **(39.761)** | **1.198.638** |

| | 31/12/2016 | Provisões e atualizações | Reversões | Pagamentos/ Baixas | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|---|---|
| Trabalhistas | 152.851 | 57.147 | (9.209) | (28.012) | 172.777 |
| Tributárias | 4.900 | 9.657 | (2.693) | (125) | 11.739 |
| Cíveis | 359.948 | 79.606 | (2.309) | (1.167) | 436.078 |
| Outras | 292.388 | 13.014 | (467) | (522) | 304.413 |
| **Total** | **810.087** | **159.424** | **(14.678)** | **(29.826)** | **925.007** |

As contrapartidas das provisões e reversões estão registradas no grupo de despesas (nota 34.2).

**26.1.1.1. Tributárias**

As provisões para riscos tributários envolvem várias provisões que, individualmente são de menor relevância, e basicamente são decorrentes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e tributos federais junto à Receita Federal do Brasil, totalizando uma provisão de R$ 15.181 (2017 - R$ 11.739).

**26.1.1.2. Cíveis e outras**

As provisões para riscos cíveis são de caráter indenizatório, de natureza financeira e por reclamatórias impetradas por proprietários de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas. Apresentamos abaixo os processos de maior relevância:

Ação de desapropriação – UHE Balbina: desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 291.823 (em 31 de dezembro de 2017 - R$ 288.043).

Ação indenizatória – Sul America Companhia Nacional de Seguros: trata-se do ressarcimento de valores a Sul America Companhia Nacional de Seguros devido ao pagamento feito a Albrás Alumínio Brasileiro S.A. pelo sinistro sofrido decorrente da interrupção do fornecimento de energia elétrica. Em sede de Recurso Especial a Eletronorte foi condenada à totalidade da obrigação. Dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, os quais estão pendentes de Julgamento. O saldo do processo no ano monta R$ 351.575 (em 31 de dezembro de 2017 - R$ 240.709)

Ação de cobrança – Cetenco Engenharia: processo em discussão na esfera judicial. A empresa Cetenco celebrou contrato de prestação de serviços e obras para a construção das linhas de transmissão do sistema associado à UHE Tucuruí. Alega que os pagamentos realizados pela Eletronorte ocorreram com atraso e sem pagamento da correção monetária e juros de mora. Embora o processo já esteja em fase de execução, além do pedido para que a execução seja promovida por meio do rito do art. 730 do CPC (rito dos precatórios), a Companhia defende que a correção monetária seja aplicada após a propositura da ação. Em 31 de dezembro de 2018 o processo monta R$ 76.500 (em 31 de dezembro de 2017 – R$ 76.256).

**26.1.1.3. Trabalhistas**

A Companhia é ré em inúmeras reclamações trabalhistas envolvendo diversos assuntos. A maior parte envolve horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária.

Em relação às provisões para riscos trabalhistas destacam-se as ações que versam sobre responsabilidade subsidiária, periculosidade e índices inflacionários.

A ação mais significativa referente a responsabilidade subsidiária foi proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia – STICCERO em face da Empresa Mavi e Eletronorte (LVTE), tendo a Eletronorte condenada subsidiariamente pelos débitos trabalhistas e solidariamente pelos débitos decorrentes de danos morais. A execução foi totalmente redirecionada à Eletronorte pelo fato de a Mavi estar em recuperação judicial. O valor da provisão atualizado até 31 de dezembro de 2018 é de R$ 40.760 (2017 – R$ 17.529).

Há uma ação proposta pelo Sindicato dos Urbanitários do DF requerendo o pagamento de parcelas relativas às URP´S (unidade de referência de preços) de abril e maio de 1988 incidentes sobre os salários dos empregados naquele ano. A Eletronorte foi condenada e o processo encontra-se em fase de execução de sentença e a provisão atualizada em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 33.118 (2017 – R$ 19.682).

Em 31 de dezembro de 2018 a causa mais relevante referente a periculosidade monta R$ 27.980 (2017 – R$ 20.564) e faz referência ao processo 00127.2007.004.10.00.4, movido pelo STIU-DF (Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal), cujo objeto discute a incorporação definitiva do adicional de

periculosidade nos salários dos empregados classificados como eventuais ou isentos. Em setembro de 2016 foi homologado acordo judicial entre as partes para adesão individual dos substituídos no processo. Dessa forma, o valor envolvido no processo reduziu consideravelmente. Como medidas preventivas, a Companhia atua na fiscalização dos requisitos necessários e legais para pagamento do objeto pleiteado.

**26.1.2. Contingências passivas possíveis**

A Companhia possui contingências passivas de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e sustentada no julgamento de consultores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Abaixo estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade de possível.

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Trabalhistas | 154.240 | 85.056 |
| Tributários | 696.351 | 264.367 |
| Cíveis | 1.484.097 | 258.662 |
| Outros | 211.130 | 200.902 |
| **TOTAL** | **2.545.818** | **808.987** |

**26.1.2.1. Tributárias**

As contingências tributárias classificadas como possível de maior relevância, avaliadas pela Companhia estão relacionadas aos seguintes tributos:

ICMS: A Companhia discute judicialmente a cobrança de multa relacionada a:

I. aproveitamento de créditos de ICMS quando da transferência dos mesmos à Boa Vista Energia, por ocasião da cisão do patrimônio da Companhia para criação desta, no montante de R$ 98.418 (em 31 de dezembro de 2017 – R$ 97.557);

II. cobrança pelo Fisco Estadual de Roraima exige da Eletronorte o estorno de créditos de ICMS relativos a bens do ativo permanente, o estorno dos créditos do ICMS na proporção de operações qualificadas como isentas ou não-tributadas, a saber: a) venda de energia para a CER – Centrais Elétricas de Roraima, e b) valores escriturados como "Outros". Valor total de R$ 50.021 (31 de dezembro de 2017 – R$ 49.584).

PIS/PASEP e COFINS: A Companhia discutia na esfera administrativa, auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal no montante de R$ 161.596. No entendimento da Receita Federal a correção de contratos anteriores a outubro de 2003, pelo IGPM, descaracteriza o caráter predeterminado do preço, de forma que após o primeiro reajuste o regime de tributação seria o da não-cumulatividade. Contudo, existem precedentes judiciais em sentido oposto, favoráveis, à tese da Companhia. Após esgotamento na esfera administrativa, a questão foi judicializada solicitando liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O valor atualizado da causa em 31 de dezembro de 2018 - R$ 161.833.

**26.1.2.2. Cíveis e outras**

As contingências cíveis classificadas como possível de maior relevância para a Companhia referem-se às seguintes matérias:

Cobrança pelo CNEC de correção monetária e juros por atraso de pagamento: ação Judicial de cobrança ajuizada pelo CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Companhia sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando "Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças", e, que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em outubro de 2017 houve mudança do grau de risco, passando da classificação de possível para remoto. No primeiro trimestre de 2018, diante do andamento processual, com decisões favoráveis e desfavoráveis a ambas as partes, esta causa voltou a ser classificada como risco possível. Em 31 de dezembro de 2018 o valor do processo é de R$ 1.154.122 (em 31 de dezembro de 2017 – R$ 1.108.921)

Ação indenizatória e antecipação de tutela: ação trata de rescisão contratual cumulada com obrigações de fazer e não fazer, com pedido de tutela de urgência, proposta por MAVI Engenharia e Construções Ltda., em desfavor de Linha Verde Transmissora de Energia S/A, no montante de R$ 202.464 (em 31 de dezembro de 2017 – R$ 176.245).

Ação indenizatória de desapropriação fundiária: ação trata de pedido de indenização de desapropriação fundiária, ajuizada pela ADEMPAR – Organização de negócio e comércio exterior. Já foi proferida sentença de ilegitimidade da parte autora referente à posse do imóvel Gleba Pitinga em processo semelhante. Saldo do processo em 31 de dezembro de 2018 monta R$ 128.511 (em 31 de dezembro de 2017 – R$ 123.478).

**26.1.2.3. Trabalhistas**

As contingências trabalhistas classificadas como possível envolvem vários processos de valor menor e em sua maioria referem-se a demandas que tratam de horas extras, horas *in itinere*, responsabilidade subsidiária (terceirização), reenquadramento e equiparação salarial.

Reclamação trabalhista interposta pelo STIU-DF requerendo a incorporação do auxílio alimentação e reflexos relativos ao período imprescrito ao salário, tendo sido julgada improcedente. O valor atualizado em dezembro de 2018 monta R$ 59.759 (31 de dezembro de 2017 – 56.792)

Reclamação trabalhista nº 0001714-79.2014.5.10.0008: promovida pelo Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal cujo objeto diz respeito à contratação de mão de obra via concurso público. Saldo do processo em dezembro 2018 monta R$ 10.156 (31 de dezembro de 2017 - R$ 4.242).

**NOTA 27 – ENCARGOS SETORIAIS**

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| Reserva global de reversão (RGR) | 27.1 | 40.270 | 31.075 |
| Conta de desenvolvimento energético (CDE) | 27.2 | 11.077 | 19.206 |
| Programa de incentivo às fontes alternativas de energia (PROINFA) | 27.3 | 5.124 | 16.606 |
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D) | 27.4 | 252.125 | 224.795 |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH) | 27.5 | 25.160 | 13.782 |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) | | 2.576 | 2.654 |
| **Total** | | **336.332** | **308.118** |

Os valores registrados no passivo como encargos setoriais possuem contrapartida em contas de resultado, como deduções da receita operacional (nota 33).

**27.1. Reserva Global de Reversão (RGR)**

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos das concessionárias e permissionárias, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço.

**27.2. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

A Companhia arrecada os recursos da CDE junto aos seus consumidores de energia elétrica e repassa à Eletrobrás que é o órgão responsável pela movimentação financeira. Dessa forma, o ingresso e repasse desse recurso não afeta o resultado contábil da Companhia.

**27.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)**

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de abril de 2002, que busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

**27.4. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

A Companhia, na condição de empresa concessionária de energia elétrica, está obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 0,4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 0,4% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL; e (iii) 0,2% para o Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

A composição dos recursos aplicados em projetos de pesquisa e desenvolvimento e dos repasses ao FNDCT e ao MME é a seguinte:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | |
| Projetos de pesquisa e desenvolvimento | 245.065 | 219.209 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) | 4.707 | 3.724 |
| Ministério de Minas e Energia (MME) | 2.353 | 1.862 |
| **TOTAL** | **252.125** | **224.795** |
| | | |
| **ATIVO CIRCULANTE** | | |
| Custos com projetos em andamento | (68.340) | (43.255) |
| **TOTAL GERAL** | **183.785** | **181.540** |

Atendendo determinação dos citados dispositivos legais, em contrapartida aos lançamentos registrados no passivo, a Companhia contabiliza no resultado, em pesquisa e desenvolvimento, como dedução da receita operacional (nota 33).

**27.5. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)**

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, para fins de geração de energia elétrica, foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

As concessionárias pagam 6,75%a.a do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

**NOTA 28 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES**

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

| | Consumidora ALBRÁS | Comercializadora-BTG Pactual | Total |
|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2016** | **652.719** | **-** | **652.719** |
| Adição | - | 10.153 | 10.153 |
| Amortização Efetuadas | (63.554) | - | (63.554) |
| Perda | (1.036) | - | (1.036) |
| **Em 31 de dezembro de 2017** | **588.129** | **10.153** | **598.282** |
| Amortização Efetuadas | (71.241) | (10.153) | (81.394) |
| Perda | (4.280) | - | (4.280) |
| **Em 31 de dezembro de 2018** | **512.608** | **-** | **512.608** |

**28.1. Albrás**

Em 2004 a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albras, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional, constituindo um derivativo embutido (nota 11.1).

Com base nessas condições, a Albrás efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento. O saldo do adiantamento de clientes no passivo circulante em dezembro de 2018 é de R$ 63.727 (2017 – R$ 78.891) e no passivo não circulante de R$ 448.881 (2017 – R$ 519.391).

**NOTA 29 – TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS – TFRH**

Em 29 de dezembro de 2014 o estado do Pará editou a Lei nº 8.091, na qual instituiu a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH). O fato gerador da TFRH é o exercício regular do Poder de Polícia conferido ao Estado sobre a atividade de exploração e aproveitamento de recursos hídricos em território paraense.

Diante do não recolhimento da referida Taxa a Eletronorte foi autuada em 2015 por meio de dois autos de infração nos montantes de R$ 206.316 e R$113.213, perfazendo um valor total de R$ 319.529. Posteriormente os autos de infração foram desmembrados em Mandado de Segurança Tributário, impetrado pela Companhia (Processo nº 0075104-45.2016.8.14.0301) e Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Pará (Processo nº 0099058-23.2016.8.14.0301), cujos valores foram atualizados até 30 de junho 2018 e correspondiam a R$ 424.484.

Durante o período de janeiro de 2016 a junho de 2018 a companhia realizou provisão mensal da TFRH a ser paga calculando o valor com base na vazão e volume turbinado das usinas hidrelétricas de Tucuruí e Curuá-Una, conforme designa a Lei.

Com base no fato de que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.374/PA, alegando que a lei ofende à distribuição constitucional de competências, decorrente de fiscalização reservada à União, e também viola aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do não-confisco, e que seu valor é incompatível com o custo da atividade de fiscalização voltada à Impetrante sendo desproporcional aos gastos totais despendidos com a manutenção do aparato fiscalizador, e que a Procuradoria Geral da República (PRG) opinou pela procedência deste pedido, em junho de 2018 a Companhia, em decorrência do entendimento de que existe uma tendência robusta da declaração de inconstitucionalidade da cobrança da taxa, classificada como risco de perda possível pelos consultores internos e externos, reverteu o total da provisão constituída até 30 de junho de 2018 no valor de R$ 1.504.817.

Em 13 de dezembro de 2018 o Ministro Luís Roberto Barroso deferiu medida cautelar em favor da ADIN 5.374/PA na qual suspende o efeito da Lei 8.091/2014 por julgar que a mesma viola o princípio do custo/benefício e da proporcionalidade.

**NOTA 30 - OUTROS PASSIVOS**

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | | |
| Previnorte Fundação de Previdência Complementar | | 6.737 | 7.138 |
| Convênios | 30.1 | 59.311 | 10.443 |
| Compensações Socioambientais | 30.2 | 47.556 | 48.216 |
| Gastos a realizar em empreendimentos | | 37.069 | 34.429 |
| Óleo Combustível | 30.3 | 53.063 | 53.063 |
| Passivo a descoberto | | 14.591 | 13.581 |
| Participação nos lucros e resultados | 30.4 | 124.000 | 139.400 |
| Diversos | | 78.907 | 72.730 |
| **TOTAL DO CIRCULANTE** | | **421.234** | **379.000** |
| | | | |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Compensações Socioambientais | 30.2 | 98.056 | 98.056 |
| Provisão multa Aneel | | 56.888 | 25.654 |
| Diversos | | 79.524 | 4.835 |
| **TOTAL NÃO CIRCULANTE** | | **234.468** | **128.545** |
| | | | |
| **TOTAL GERAL** | | **655.702** | **507.545** |

**30.1. Convênios**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Convênio - DNIT nº 310/2006 | 4.143 | 3.959 |
| Convênios - Eletrobras | 49.188 | 229 |
| Outros convênios | 5.980 | 6.255 |
| **TOTAL** | **59.311** | **10.443** |

A variação no saldo do Convênio Eletrobras foi em decorrência do convênio firmado em junho de 2018 no valor de R$ 48.727, referente à liberação de recursos do Contrato Específico de Operacionalização ECO 010/2018, para ser utilizado em ações no âmbito da 3º tranche do Programa Luz para Todos no estado do Amapá.

**30.2. Compensações Socioambientais**

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (UHE Tucuruí) e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará. Foi definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a Companhia implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais, dentre eles:

• **Plano de Inserção Regional da área a montante da UHE Tucuruí (PIRTUC) -** desenvolvimento da microrregião da UHE Tucuruí para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região a montante da usina, abrangendo os municípios de Tucuruí, Novo Repartimento, Nova Ipixuna, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá e Breu Branco.

• **Plano de Inserção Regional a jusante da UHE Tucuruí (PIRJUS) -** desenvolvimento da micro-região da UHE Tucuruí e sua contribuição para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região à jusante da usina, abrangendo os municípios de Cametá, Baião, Igarapé-Miri, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru.

**30.3. Provisão – Óleo combustível**

Refere-se à provisão para devolução ou ressarcimento à CCC, da diferença entre o quantitativo de óleo reembolsado pelo fundo setorial e o efetivamente consumido pelas usinas termelétricas Termo Norte II, Santana e Rio Acre, em função de termo de notificação emitido pela ANEEL.

A Companhia apresentou justificativa a ANEEL e aguarda manifestação daquela agência.

**NOTA 31 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

A Companhia mantém um programa de benefícios complementares ao concedido pelo Regime Geral da Previdência Social, administrado pela Previnorte - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia e por outras empresas do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

A Companhia suporta dois diferentes planos, um do tipo BD - Benefício Definido e outro do tipo CD – Contribuição Definida. No ano 2000 foi permitida a migração do primeiro para o segundo, com transferência de valores saldados.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela Previnorte.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

**a) Plano de Contribuição Definida (CD) – Plano 01-B**

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela Previnorte e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano proporciona os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

**b) Plano de Benefício Definido (BD) – Plano 01-A**

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes e proporciona os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

| DADOS POPULACIONAIS | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **1. Participantes ativos** | | |
| 1.1. Participantes - nº | 47 | 55 |
| 1.2. Idade Média | 62,3 | 60,6 |
| 1.3 Salário Médio em R$ | 13.442,7 | 12.847,56 |
| **2. Aposentados** | | |
| 2.1. Participantes Aposentados - nº | 442 | 452 |
| 2.2. Idade Média | 75,6 | 75,8 |
| 2.3. Benefício Médio em R$ | 4.909,23 | 3.980,12 |
| **3. Pensionistas** | | |
| 3.1. Participantes Pensionistas - nº | 242 | 232 |
| 3.2. Benefício Médio em R$ | 2.077,08 | 1.849,76 |
| **População Total** | **731** | **739** |

**31.1. Programa de Assistência à Saúde e Seguro de Vida em Grupo**

Além dos programas previdenciários, a Companhia mantém dois outros benefícios pós-emprego: seguro de vida em grupo e assistência médica aos aposentados por invalidez.

No seguro de vida em grupo, os aposentados arcam com 100% do prêmio contratado em apólice, enquanto para os ativos há uma participação financeira de 80% pela Companhia. Esse prêmio, todavia, é equalizado para toda massa segurada, incluindo ativos e inativos. Quando calculado de forma independente esse prêmio revela existência de subsidio indireto para a massa de aposentados, gerando uma obrigação pós-emprego avaliada neste relatório.

O programa de assistência médica da Companhia para os inativos é restrito à massa aposentada por invalidez.

A avaliação do compromisso pós-emprego da Companhia relativamente a esse benefício considera as hipóteses de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, em conformidade com a tábua biométrica adotada, supondo-se um ônus futuro compatível com o custo atual do benefício.

**31.2. Efeitos dos Planos BD, Assistência Saúde e Seguro**

**31.2.1. Hipóteses Atuariais e Econômicas**

| Hipóteses Econômicas | Planos Previdenciários | | Assistência Saúde | | Seguro | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Taxa de juros de desconto atuarial anual (i) | 9,12% | 9,38% | 4,76% | 9,60% | 4,34% | 9,04% |
| Taxa de juros real de desconto atuarial anual | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 5,32% | 0,00% | 0,00% |
| Projeção de aumento médio dos salários | 5,45% | 2,32% | 0,00% | 0,00% | 3,01% | 2,32% |
| Projeção de aumento médio dos benefícios | 0,00% | 4,06% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 4,06% |
| Projeção de aumento médio dos custos de saúde | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Taxa média de inflação anual | 3,89% | 4,06% | 3,89% | 4,06% | 3,89% | 4,06% |
| Expectativa de retorno dos ativos do plano | 3,89% | 9,38% | 0,00% | 9,60% | 0,00% | 9,04% |
| **Hipóteses Atuariais** | | | | | | |
| Taxa de rotatividade | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Tábua de mortalidade de ativos e inativos | AT-83 Basic F | AT-83 Basic F | AT-83 Basic F | AT-83 Basic F | AT-83 Basic F | AT-83 Basic F |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT-49 DES 2 anos | AT-49 DES 2 anos | AT-49 DES 2 anos | AT-49 (D 2 anos) | AT-49 DES 2 anos | AT-49 (D 2 anos) |
| Tábua de invalidez | Alvaro Vindas | Light Fraca | Alvaro Vindas | Light Fraca | Alvaro Vindas | Light Fraca |
| % de casados na data de aposentadoria | - | 95,00% | - | - | - | - |
| Diferença de idade entre homens e mulheres | - | 4 anos | - | - | - | - |

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado, realizada pela Administração, tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de -R$ 18.258 (2017 -R$ 15.817).

**(i) Taxa de juros de longo prazo**

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

**31.2.2. Planos de benefícios em 31 de dezembro**

Os planos de benefícios normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

**Risco de investimento -** O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos, crédito de depósito privado e fundo de investimento, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.

**Risco de taxa de juros -** Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.

**Risco de longevidade -** O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

**Risco de salário -** O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

**31.2.2.1. Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício**

| | 2018 | | | | 2017 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Plano BD | Saúde | Seguro | Total | Plano BD | Saúde | Seguro | Total |
| Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas | (454.483) | (28.747) | (11.775) | (495.005) | (336.492) | (20.335) | (10.851) | (367.678) |
| Valor justo dos ativos do plano (-) | 571.598 | | | 571.598 | 570.730 | - | - | 570.730 |
| **Passivo( Ativo), Líquido** | **117.115** | **(28.747)** | **(11.775)** | **76.593** | **234.238** | **(20.335)** | **(10.851)** | **203.052** |
| | | | | | | | | |
| Efeito da restrição sobre o ativo | (117.114) | 28.747 | | (88.367) | (234.238) | 20.335 | - | (213.903) |
| Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego | | | 11.775 | 11.775 | - | - | 10.851 | 10.851 |
| | | | | | | | | |
| Custo do serviço corrente | 3.436 | 896 | 746 | 5.078 | 483 | - | 726 | 1.209 |
| Custo de juros sobre as obrigações atuariais | | | | - | - | 250 | 1.163 | 1.413 |
| **Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício** | **3.436** | **896** | **746** | **5.078** | **483** | **250** | **1.889** | **2.622** |

As movimentações do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício de 2018 e de 2017 estão apresentadas a seguir:

| Descritivo | 31/12/2018 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Plano BD | Saúde | Seguro | Total |
| **Alterações nas obrigações** | | | | |
| Valor das obrigações atuariais no início do ano | 336.492 | 20.335 | 10.851 | **367.678** |
| Custo de serviços corrente líquido | 3.436 | 896 | 746 | **5.078** |
| Reembolso do Serviço Corrente | (894) | - | - | **(894)** |
| Contribuições de Participantes Ativos | 718 | - | - | **718** |
| Custo de juros | 30.071 | 1.946 | 905 | **32.922** |
| Benefícios pagos | (34.686) | (85.498) | (1.687) | **(121.871)** |
| (Ganhos) perdas atuariais | 119.345 | 91.068 | 960 | **211.373** |
| **Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano** | **454.482** | **28.747** | **11.775** | **495.005** |
| | | | | |
| **Alterações nos ativos financeiros** | | | | |
| Valor justo dos ativos no início do ano | 570.730 | - | - | **570.730** |
| Receita de Juros | 52.124 | - | - | **52.124** |
| Contribuições patronais | 970 | 85.498 | 1.687 | **88.155** |
| Contribuições de participantes do plano | 718 | - | - | **718** |
| Benefícios pagos / adiantados | (34.686) | (85.498) | (1.687) | **(121.871)** |
| Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros) | (18.258) | - | - | **(18.258)** |
| **Valor justo dos ativos no fim do exercício** | **571.598** | **-** | **-** | **571.598** |

| Descritivo | 31/12/17 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Plano BD | Saúde | Seguro | Total |
| **Alterações nas obrigações** | | | | |
| Valor das obrigações atuariais no início do ano | 320.698 | 5.940 | 10.362 | **337.000** |
| Custo de serviços corrente líquido | 483 | - | 727 | **1.210** |
| Custo de juros | 34.117 | 250 | 1.163 | **35.530** |
| Benefícios pagos | (31.606) | (20.104) | - | **(51.710)** |
| (Ganhos) perdas atuariais | 12.800 | 34.249 | (1.401) | **45.648** |
| **Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano** | **336.492** | **20.335** | **10.851** | **367.678** |
| | | | | |
| **Alterações nos ativos financeiros** | | | | |
| Valor justo dos ativos no início do ano | 555.906 | - | - | **555.906** |
| Receita de Juros | 60.499 | - | - | **60.499** |
| Contribuições patronais | 947 | 20.104 | - | **21.051** |
| Contribuições de participantes do plano | 801 | - | - | **801** |
| Benefícios pagos / adiantados | (31.606) | (20.104) | - | **(51.710)** |
| Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros) | (15.817) | - | - | **(15.817)** |
| **Valor justo dos ativos no fim do exercício** | **570.730** | **-** | **-** | **570.730** |

**31.2.3. Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes**

| Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Programa Previdenciário | (56.625) | (52.281) |
| Programa de Saúde | (116.451) | (18.329) |
| Programa de Seguro | 2 | 963 |
| **Total** | **(173.074)** | **(69.647)** |

**31.2.4. Remensuração do valor líquido do passivo reconhecido no ORA no exercício**

| Descritivo | 31/12/18 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Previdenciário | Saúde | Seguro | Total |
| Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras | 35.846 | - | 785 | 36.631 |
| Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência | 86.869 | (88.194) | 176 | (1.149) |
| Retorno sobre ativos do plano | 19.141 | - | - | 19.141 |
| Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido | (143.491) | - | - | (143.491) |
| **Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes** | **(1.635)** | **(88.194)** | **961** | **(88.868)** |
| **Descritivo** | **31/12/2017** | | | |
| | **Previdenciário** | **Saúde** | **Seguro** | **Total** |
| Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras | (16.707) | - | (130) | (16.837) |
| Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência | 4.708 | (79.435) | 1.531 | (73.196) |
| Retorno sobre ativos do plano | (17.671) | - | - | (17.671) |
| Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido | 27.067 | - | - | 27.067 |
| **Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes** | **(2.603)** | **(79.435)** | **1.401** | **(80.637)** |

**31.3. Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício**

A Companhia espera contribuir com R$ 36.667 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

| Fluxo de caixo para os próximos anos | |
|---|---|
| Ano 1 | 36.667 |
| Ano 2 | 36.862 |
| Ano 3 | 37.005 |
| Ano 4 | 36.245 |
| Ano 5 | 35.585 |
| Próximos 5 anos | 247.131 |
| **Total** | **429.495** |

**31.4. Efeitos da variação de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos**

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

**NOTA 32 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**32.1. Capital social**

O capital subscrito e totalmente integralizado, no valor de R$ 11.576.263 (2017 – R$ 11.576.263), está representado por 154.093.501 (2017 - 154.093.501) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme composição acionária abaixo:

| ACIONISTAS | 31/12/2018 | | | 31/12/17 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº DE AÇÕES | % | CAPITAL SOCIAL | Nº DE AÇÕES | % | CAPITAL SOCIAL |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras | 153.292.342 | 99,480 | 11.516.076 | 153.292.342 | 99,480 | 11.516.076 |
| Prefeitura Municipal de Manaus | 263.513 | 0,171 | 19.796 | 263.513 | 0,171 | 19.796 |
| Rede Power do Brasil S.A. | 247.635 | 0,161 | 18.604 | 247.635 | 0,161 | 18.604 |
| Amazonas Distribuidora de Energia S.A. | 146.382 | 0,095 | 10.997 | 146.382 | 0,095 | 10.997 |
| Governo do Estado de Roraima | 35.992 | 0,023 | 2.704 | 35.992 | 0,023 | 2.704 |
| Cia. de Eletricidade do Acre-Eletroacre | 22.016 | 0,014 | 1.654 | 22.016 | 0,014 | 1.654 |
| Centrais Elétricas de Rondônia S.A.-Ceron | 13.949 | 0,009 | 1.048 | 13.949 | 0,009 | 1.048 |
| Prefeitura Municipal de Boa Vista | 8.568 | 0,006 | 644 | 8.568 | 0,006 | 644 |
| União Federal | 1.804 | 0,001 | 136 | 1.804 | 0,001 | 136 |
| Outras pessoas físicas | 31.531 | 0,020 | 2.369 | 31.531 | 0,020 | 2.369 |
| Outras pessoas jurídicas | 29.769 | 0,019 | 2.236 | 29.769 | 0,019 | 2.236 |
| **TOTAL** | **154.093.501** | **100,000** | **11.576.263** | **154.093.501** | **100,000** | **11.576.263** |

O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2018 **é** de R$ 113,06 (2017- R$ 110,24).

**32.2. Reservas de lucros:**

**32.2.1. Reserva Legal**

De acordo com a legislação societária, é constituída Reserva Legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social.

**32.2.2. Reserva de Incentivos Fiscais**

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea "d" do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual deverá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Os empreendimentos da Companhia contemplados com o incentivo fiscal SUDAM estão discriminados na nota 37 - Imposto de Renda e Contribuição Social.

**32.2.3. Reserva de retenção de lucros e reserva especial de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos.**

Considerando o lucro apurado no exercício de 2018, a Administração da Companhia propôs o pagamento do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2018 no valor de R$ 679.781, retidos em reserva especial de dividendos não distribuídos, a ser pago no decorrer no ano de 2019.

Quanto à parcela do lucro excedente ao dividendo mínimo obrigatório, R$ 2.608.694, foi destinada à constituição da Reserva de Retenção de Lucro, para fomentar projetos de investimentos da Companhia, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76 e Decreto nº 9.240, de 15 de dezembro de 2017, que aprova o Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais – PDG 2018.

**32.2.4. Outros resultados abrangentes**

A Companhia está demonstrando os ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido, líquido dos efeitos tributários, na Demonstração dos Resultados Abrangentes e na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, conforme a seguir:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| Avaliação atuarial | (173.074) | (69.647) |
| IR e CS diferdiso sobre avaliação atuarial | 58.845 | 23.680 |
| **Total** | **(114.229)** | **(45.967)** |

## NOTA 33 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir é demonstrada a composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **Receita operacional bruta** | | |
| **Geração** | | |
| Fornecimento de energia elétrica | 917.166 | 1.320.873 |
| Suprimento de energia elétrica | 3.659.455 | 3.006.675 |
| Energia elétrica de curto prazo | 524.501 | 701.621 |
| Operação e manutenção de usinas | 24.330 | 15.866 |
| **Transmissão** | | |
| Op. e Manut. de linhas de transmissão | 735.819 | 482.728 |
| Construção de linhas de transmissão | 63.614 | 65.246 |
| Remuneração do ativo contratual e financeiro | 995.764 | 1.124.618 |
| **Outras receitas operacionais** | | |
| Serviços de comunicação multimídia | 81.740 | 80.551 |
| Outros | 388.889 | 283.323 |
| **Total receita operacional bruta** | **7.391.278** | **7.081.501** |
| | | |
| **( - ) Deduções à receita operacional** | | |
| **Encargos setoriais** | | |
| RGR | (153.993) | (153.584) |
| CDE | (85.172) | (64.713) |
| PROINFA | (85.752) | (98.063) |
| P&D | (58.841) | (52.228) |
| Taxa de fiscalização | (18.842) | (20.889) |
| Compensação Financ. Utilização de Recursos Hídricos | (171.056) | (147.655) |
| **Total Encargos setoriais** | **(573.656)** | **(537.132)** |
| **Impostos e contribuições** | | |
| ICMS | (21.446) | (17.367) |
| ISS | (6.181) | (4.928) |
| COFINS | (523.841) | (450.674) |
| PIS/PASEP | (113.718) | (97.738) |
| Outros | (962) | (991) |
| **Total Impostos e contribuições** | **(666.148)** | **(571.698)** |
| | | |
| **Total Deduções à receita operacional** | **(1.239.804)** | **(1.108.830)** |
| | | |
| **Receita Operacional líquida** | **6.151.474** | **5.972.671** |

No segmento de geração houve variação positiva decorrente, principalmente do aumento da venda de energia no ambiente livre, que totalizou R$ 2.864.392 em 2018 e em 2017 foi de R$ 1.961.512, em contrapartida da redução na receita com fornecimento devido ao término dos contratos com as empresas South e Imerys acarretando em redução de 325Mw médios ao mês e diminuição da receita em R$ 386.603 de 2017 para 2018.

## NOTA 34 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS

| | | 31/12/2018 | | | | 31/12/2017 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Custos operacionais | Custo do serviço prest. a terceiros | Despesas operacionais | Total | Custos operacionais | Custo do serviço prest. a terceiros | Despesas operacionais | Total |
| Energia comprada p/ revenda | | (386.995) | - | - | (386.995) | (550.969) | - | - | **(550.969)** |
| Encargos uso da rede | | (586.145) | - | - | (586.145) | (560.730) | - | - | **(560.730)** |
| Pessoal | 34.1 | (725.045) | (56.376) | (500.677) | (1.282.098) | (824.151) | (35.318) | (746.239) | **(1.605.708)** |
| Material | | (30.695) | (934) | (1.486) | (33.115) | (25.825) | (905) | (2.301) | **(29.031)** |
| Serviços de terceiros | | (163.539) | (25.976) | (72.680) | (262.195) | (157.748) | (27.091) | (68.286) | **(253.125)** |
| Depreciação e amortização | | (422.670) | - | (2.065) | (424.735) | (436.275) | - | (6.242) | **(442.517)** |
| Arrendamentos e aluguéis | | (78.862) | - | (24.021) | (102.883) | (116.338) | - | (33.881) | **(150.219)** |
| Provisões operacionais | 34.2 | - | - | 688.145 | 688.145 | - | - | (805.401) | **(805.401)** |
| Construção | | (86.878) | - | - | (86.878) | (65.246) | - | - | **(65.246)** |
| ( - ) Recuperação de despesas | | 59.609 | 69 | 25.200 | 84.878 | 28.494 | (135) | 32.637 | **60.996** |
| Redução ao valor recuperável | 35 | - | - | 225.455 | 225.455 | - | - | 596.837 | **596.837** |
| Outros | | (218.065) | (11.699) | (133.216) | (362.981) | (44.525) | (3.983) | (124.891) | **(173.399)** |
| **Total** | | **(2.639.286)** | **(94.916)** | **204.655** | **(2.529.547)** | **(2.753.313)** | **(67.432)** | **(1.157.767)** | **(3.978.512)** |

### 34.1 Pessoal

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **Remuneração do trabalho** | | |
| Remuneração direta | (602.039) | (618.128) |
| Remuneração indireta | (191.505) | (326.164) |
| Provisão de férias | (110.548) | (132.636) |
| Provisão de 13º salário | (49.491) | (54.596) |
| FGTS | (59.054) | (60.455) |
| Hora extra | (24.409) | (21.967) |
| Benefícios assistenciais | 97.362 | 8.395 |
| Outros | (19.235) | (19.481) |
| | **(958.919)** | **(1.225.032)** |
| **Encargos sobre despesa de pessoal** | | |
| Contribuições previdenciárias | (184.176) | (190.793) |
| Demais encargos sociais | (67.965) | (41.767) |
| | **(252.141)** | **(232.560)** |
| | | |
| **Plano Aposentadoria Extraordinário - PAE** | **-** | **(148.116)** |
| **Plano de Demissão Concensual - PDC** | **(71.038)** | **-** |
| | **(71.038)** | **(148.116)** |
| | | |
| **Total** | **(1.282.098)** | **(1.605.708)** |

**34.2. Provisões operacionais**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **Provisões operacionais:** | | |
| Riscos | (313.391) | (144.747) |
| TFRH | 1.183.583 | (517.727) |
| | **870.192** | **(662.474)** |
| | | |
| **Perda para crédito de liquidação duvidosa:** | | |
| Consumidores e revendedores | (119.642) | (140.774) |
| Demais ativos | (62.405) | (2.153) |
| | **(182.047)** | **(142.927)** |
| | | |
| **Total** | **688.145** | **(805.401)** |

**NOTA 35 – TESTE DE *IMPAIRMENT* E CONTRATOS DE NATUREZA ONEROSA**

A Administração da Companhia avaliou em 2018 a recuperabilidade dos ativos registrados como Ativo imobilizado (Concessões de geração), e Contratos de natureza onerosa de sua propriedade. Como os ativos da Companhia individualmente não geram entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo, os testes são realizados a partir das Unidades Geradoras de Caixa - UCGs formadas por grupos de ativos. Estas unidades são definidas a partir das Concessões ou Autorizações de Geração e Transmissão de titularidade da empresa que são a origem de suas receitas.

O objetivo da avaliação das UGCs da Companhia foi identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação econômica plena, conforme custo de oportunidade da empresa. Nesta avaliação foi identificada a alteração do custo de oportunidade em relação ao ano de 2017, estabelecido no contexto das políticas que devem ser seguidas pelo Grupo Eletrobrás, tendo em vista que esta alteração impacta diretamente todas as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) da Companhia.

**35.1. Principais premissas**

A base das projeções de fluxo de caixa foi o Plano de Negócios – PNG 2019 da Eletronorte que foi então segregado por UGC.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 30 de setembro de 2018 são:

Para a projeção da receita do segmento Geração foram considerados os parâmetros dos contratos atualmente vigentes da Companhia, além da RAG para a UHE Coaracy Nunes determinada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.421/2018, de 17 de julho de 2018. Foi projetada também a receita com o Contrato de O&M da UHE Belo Monte, e foi rateada entre as UGCs de Geração, pois é uma atividade ligada a este segmento;

A projeção de impostos, tributos, e contribuições seguiu os parâmetros existentes na legislação atual;

A depreciação projetada levou em consideração o tempo de vida útil de acordo com o respectivo prazo de cada concessão;

As projeções de custos com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO foram realizadas com base no Planejamento da Companhia para os próximos anos;

A avaliação se limitou ao horizonte de cada concessão sem considerar sua eventual prorrogação;

Para o valor salvado, considerado ao final de cada concessão foi considerado o valor Novo de Reposição - VNR. A utilização do VNR condiz com o entendimento atual da ANEEL segundo o qual os ativos a serem indenizados serão calculados com base no seu VNR, que expressa o valor de mercado de um ativo semelhante adquirido hoje.

A determinação da taxa de desconto utilizada segue a política das empresas do Grupo Eletrobrás e baseia-se na metodologia do Capital Asset Pricing Model – CAPM para ser obtida, levando em conta parâmetros de mercado além de condições específicas do Grupo Eletrobras.

**35.2. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) - Quadro Resumo**

| ATIVOS / PASSIVOS | Provisão / Reversão 2018 | Provisão / Reversão 2017 |
|---|---|---|
| LT São Luis II - São Luis III | - | 3.835 |
| LT Ribeiro Gonçalves - Balsas | - | 65.000 |
| LT Jauru - Porto Velho | - | 58.788 |
| ETE | - | - |
| SE Nobres | - | (1.534) |
| SE Lucas do Rio Verde | - | 867 |
| SE Miranda II | - | 1.122 |
| SE Coletora Porto Velho | - | 40.787 |
| SE Mirarmar / SE Tucuruí | - | (2.591) |
| **Impairment Ativo Financeiro** | **-** | **166.274** |
| | | |
| UHE Samuel | 1.980 | 127.014 |
| UHE Curuá-Una | - | 5.569 |
| **Impairment Imobilizado** | **1.980** | **132.583** |
| | | |
| Coaracy Nunes | 130.314 | (39.940) |
| Contrato de Comercialização | 69.070 | 129.763 |
| ***Impairment Contratos Onerosos*** | **199.384** | **89.823** |
| | | |
| **SUBTOTAL** | **201.364** | **388.680** |
| | | |
| Brasnorte Transmissora de Energia S.A. | - | (24.965) |
| Norte Brasil Transmissora Energia S.A | 26.982 | 28.622 |
| Manaus Transmissora de Energia S.A | 63.930 | 57.479 |
| Companhia Energética Sinop | - | 177.441 |
| Belo Monte Transmissora Energia S.A | 51.842 | (30.419) |
| Transnorte | (118.663) | - |
| **Impairment investidas (SPEs)** | **24.091** | **208.158** |
| | | |
| **TOTAL** | **225.455** | **596.838** |

Em 2018 o impacto decorrente do registro do valor recuperável no resultado do exercício foi de reversão no valor de R$ 225.455 (2017 – reversão de R$ 596.838). Este cenário de reversão foi observado para quase todas as UGCs e pode ser explicado pelos seguintes aspectos positivos:

- Redução da taxa de desconto do Grupo Eletrobras;
- Redução do custo de pessoal para os próximos anos em virtude do PAE;
- Melhora do cenário de receita da Companhia para os próximos anos.

**35.2.1. Unidades Geradoras de Caixa de Transmissão**

Em virtude da adoção à partir de 01 de janeiro de 2018 do CPC 47 (Nota 5.3) para os ativos de transmissão, os valores reconhecidos como *impairment* até 2017 foram revertidos contra o Patrimônio Líquido no valor de R$279.728.

Como todas as UGCs de transmissão são formadas por contratos de concessão que já se encontram em fase operacional, foram realizados testes de onerosidade associados à sua operação e manutenção. Nestes testes não foram encontradas evidências de existência de contratos onerosos associados às UGCs de transmissão.

**35.2.2. Unidades Geradoras de Caixa de Geração**

A Administração testou as seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC) associadas às concessões de Geração:

| Posição estimada antes da avaliação do valor recuperável em 30/09/2012 | | | |
|---|---|---|---|
| | **Ativo** | **Impairment** | **Ativos líquidos** |
| **Eletronorte** | | | |
| **Geração** | **5.976.311** | **(305.700)** | **5.670.611** |
| UHE Tucuruí | 5.348.990 | - | 5.348.990 |
| UHE Samuel | 578.472 | (305.700) | 272.772 |
| UHE Curuá-Una | 48.849 | - | 48.849 |

**35.2.3. Resultados sobre a avaliação ao valor recuperável**

| | UHE Tucuruí | UHE Samuel | UHE Curuá-Una |
|---|---|---|---|
| Ativos em Serviço | 5.348.990 | 578.472 | 48.849 |
| *Impairment* | - | (307.680) | - |
| **Valor líquido** | **5.348.990** | **270.792** | **48.849** |
| Ano do Fim da Concessão | 2024 | 2029 | 2028 |
| **Valor Residual** | | | |
| | | | |
| **Taxa de Desconto com Benefício Fiscal** | 6,92% | | |
| **Taxa de Desconto sem Benefício Fiscal** | 6,12% | | |
| | | | |
| **Resultado da avaliação do ativo** | **18.876.566** | **272.772** | **49.588** |
| **Impairment constituído/revertido em 2017** | - | 1.980 | - |
| **Total do *impairment* Revertido** | **1.980** | | |

Os montantes de reversão de *impairment,* na UHE Samuel (R$1.980), por sua vez nas UGCs UHE Tucuruí e UHE Curuá – UMA não foram apuradas nenhuma movimentação.

O impacto total referente ao registro do valor recuperável no resultado do exercício foi uma provisão de R$1.980 (2017 – provisão de R$ 132.583).

**35.3. Contratos Onerosos.**

A Administração testou os contratos da UHE Coaracy Nunes e de comercialização de energia Brasil-Venezuela por não possuírem ativos diretamente associados.

**35.3.1. Resultados sobre a avaliação ao valor recuperável**

| | UHE Coaracy Nunes | LT Brasil/ Venezuela | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldos em 31/12/2016** | | | |
| Passivo circulante | 9.436 | 2.612 | 12.048 |
| Passivo não circulante | 222.616 | 66.458 | 289.074 |
| | **232.052** | **69.070** | **301.122** |
| | | | |
| **Provisão/Reversão em 2017** | **130.314** | **69.070** | **199.384** |
| **Saldos em 31/12/2017** | | | |
| Passivo circulante | 9.436 | - | 9.436 |
| Passivo não circulante | 92.302 | - | 92.302 |
| **Total** | **101.738** | **-** | **101.738** |

A avaliação dos contratos onerosos utilizou como metodologia a avaliação do fluxo de caixa a valor presente considerando uma taxa de desconto para os empreendimentos existentes de geração não renovados (6,67%) e de transmissão e geração renovados (6,60%).

A variação positiva do resultado da UHE Coaracy Nunes se explica pela melhora na Receita Anual de Geração – RAG da UGC que melhorou significativamente do ciclo 2017-2018 para o ciclo 2018-2019.

Quanto à reversão da provisão constituída para o contrato vinculado a LT Brasil /Venezuela foi devido principalmente pela apreciação do dólar frente ao real.

O contrato associado à UHE Coaracy Nunes indicou reversão de R$ 130.314, enquanto o contrato de comercialização Brasil/Venezuela indicou reversão de R$ 69.070.

**NOTA 36 – RESULTADO FINANCEIRO**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|---|---|
| **RECEITAS FINANCEIRAS** | | |
| **Rendas** | | |
| Aplicações financeiras | 96.012 | 100.736 |
| | **96.012** | **100.736** |
| **Acréscimos moratórios em faturas de energia elétrica** | | |
| Juros sobre atraso de pagamento | 87.694 | 79.225 |
| Multa sobre atraso de pagamento | 16.738 | 5.828 |
| | **104.432** | **85.053** |
| **Variação monetária e cambial ativa** | | |
| Atraso de pagamento - faturas de energia | 75.522 | 17.491 |
| Atualização créditos | 159.442 | 225.459 |
| Outras variações ativas | 19.106 | 43.112 |
| | **254.070** | **286.062** |
| Outras receitas financeiras | | |
| Ganhos com derivativos | 20.366 | 237.386 |
| Outras receitas financeiras | - | 5.894 |
| | 20.366 | 243.280 |
| **TOTAL DAS RECEITAS** | **474.880** | **715.131** |
| **DESPESAS FINANCEIRAS** | | |
| **Variação monetária e cambial passiva** | | |
| Empréstimos e financiamentos - moeda nacional | (68.260) | (120.055) |
| Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira | (76.325) | (32.420) |
| Outras variações passivas | (23.119) | (38.578) |
| | **(167.704)** | **(191.053)** |
| Encargos de dívidas | | |
| Empréstimos e financiamentos | (304.717) | (400.323) |
| Dividendos | (324.158) | (167.721) |
| | (628.875) | (568.044) |
| **Outras despesas financeiras** | | |
| Pesquisa e desenvolvimento | (10.620) | (15.936) |
| Perdas com derivativos | (63.378) | (35.797) |
| Juros e multas diversas | (21.358) | (89.977) |
| Outras despesas financeiras | (111.857) | (68.707) |
| | (207.213) | (210.417) |
| | | |
| **TOTAL DAS DESPESAS** | **(1.003.792)** | **(969.514)** |
| | | |
| **RESULTADO FINANCEIRO** | **(528.912)** | **(254.383)** |

A variação negativa de RS 274.529 no período em análise é decorrente, principalmente, da redução da receita de ganhos com derivativos em R$ 217.020 em contrapartida ao aumento com perda com derivativos de R$ 27.581.

Na rubrica outras despesas financeiras houve um aumento, principalmente, relativo a ajusto do valor justo da RBSE e o Ajuste ao valor justo do acordo de leniência.

**NOTA 37 - IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)**

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

| | | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | IRPJ | CSLL | Total | IRPJ | CSLL | Total |
| **Lucro antes do IRPJ e CSLL** | | 3.538.868 | 3.538.868 | | 1.810.481 | 1.810.481 | |
| **Alíquota nominal** | | 25% | 9% | | 25% | 9% | |
| **Despesa nominal** | | **(884.717)** | **(318.498)** | **(1.203.215)** | **(452.620)** | **(162.943)** | **(615.563)** |
| | | | | | | | |
| **Efeitos de adições e exclusões fiscais** | | | | | | | |
| Provisões operacionais | | 333.074 | 119.907 | 452.981 | 26.107 | 9.398 | 35.505 |
| Equivalência patrimonial | | 111.463 | 40.127 | 151.590 | 17.676 | 6.363 | 24.039 |
| Demais adições e exclusões | | (65.216) | (35.077) | (100.293) | 53.848 | 19.378 | 73.226 |
| Compensação de prejuízo fiscal e base negativa | | 72.974 | 52.541 | 125.514 | 106.504 | 38.341 | 144.845 |
| Incentivos fiscais | 32.1 | 404.928 | - | 404.928 | 242.216 | - | 242.216 |
| Outras Deduções (PAT, Licença maternidade) | | 8.564 | - | 8.564 | 6.269 | - | 6.269 |
| **Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL** | | **(18.930)** | **(141.001)** | **(159.930)** | **-** | **(89.463)** | **(89.463)** |
| | | | | | | | |
| **IRPJ e CSLL Correntes** | | (18.930) | (141.000) | (159.930) | - | (89.463) | (89.463) |
| **IRPJ e CSLL Diferidos** | | (67.945) | (22.518) | (90.463) | 207.069 | (14.240) | 192.829 |
| | | (86.875) | (163.518) | (250.393) | 207.069 | (103.703) | 103.366 |
| **Alíquota efetiva** | | **2,45%** | **4,62%** | | **-11,44%** | **5,73%** | |

**37.1. Incentivos fiscais**

A Medida Provisória nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento do Amazônia (SUDAM), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Nesse contexto, a SUDENE e a SUDAM, por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito da Companhia à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica para os seguintes empreendimentos e períodos relacionados abaixo:

- Usina hidrelétrica Tucuruí, período de 2012 a 2021, Laudo 170/2014
- Usina hidrelétrica Samuel, período de 2014 a 2023, Laudo 170/2014
- Usina hidrelétrica Coaracy Nunes, período de 2015 a 2024, Laudo 009/2015
- Usina hidrelétrica Curuá-Una, período de 2015 a 2024, Laudo 126/2015
- Transmissão no Estado do Mato Grosso, de 2016 a 2025, Laudo 012/2016

- Transmissão do Estado de Tocantins, período de 2016 a 2025, Laudo 001/2016
- Transmissão do Estado de Boa Vista, período de 2016 a 2025, Laudo 060/2016
- Transmissão do Estado do Acre, período de 2017 a 2026, Laudo 019/2017
- Transmissão do Estado do Maranhão, período de 2017 a 2026, Laudo 063/2017
- Transmissão do Estado de Rondônia, período de 2017 a 2026, Laudo 050/2017
- Transmissão do Estado do Pará, período de 2017 a 2026, Laudo 072/2017

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e, adicionais não restituíveis, apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

Até 31 de dezembro 2018, houve aproveitamento do incentivo para imposto de renda no total de R$ 404.928 (Em 31.12.2017 – R$ $ 242.216).

## NOTA 38 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os valores e preços dos compromissos operacionais de longo prazo da Controladora e de suas investidas estão apresentados pelo valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia detenha. Os valores dos compromissos das empresas investidas estão apresentados pela proporção das participações da Companhia.

### 38.1. Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da UHE Tucuruí, houve necessidade de efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) do Estado do Pará. Diante disso, para liberação da Licença de Instalação (LI), as partes acordaram que a Companhia seria responsável por realizar investimentos em programas de mitigação e compensações socioambientais, visando o desenvolvimento sustentável dos municípios à montante e à jusante da UHE Tucurí envolvidos.

Estes compromissos estão registrados no passivo da Companhia e totalizam R$ 145.612 conforme nota 30, (2017 -R$ 146.272).

### 38.2. Aportes de capital da Companhia em empresas investidas

A Companhia possui compromissos em seu orçamento para realização de aportes de capitais em empresas investidas. Os valores informados abaixo estão sujeitos à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

| SPE | Participação da Companhia | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **GERAÇÃO** | | **36.395** | **-** | | | **36.395** |
| Norte Energia S.A. | 19,80% | 19.980 | - | - | - | 19.980 |
| Centrais Eletricas Sinop S.A. | 24,50% | 16.415 | - | - | - | 16.415 |
| **TRANSMISSÃO** | | **216.678** | **518.322** | | | **735.000** |
| Transnorte Energia S.A. | 49,00% | 216.678 | 518.322 | - | - | 735.000 |
| **TOTAL DE APORTES** | | **253.073** | **518.322** | | | **771.395** |

## NOTA 39 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo compra e venda de energia elétrica, além de transações de empréstimos e financiamentos. A energia elétrica vendida é baseada em tarifas homologadas pela ANEEL.

### 39.1. As transações com as partes relacionadas em que a Companhia possui participação societária são as seguintes:

| | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo | Passivo | Resultado | Ativo | Passivo | Resultado |
| **Belo Monte Transmissora de Energia S.A.** | **-** | **2.272** | **-** | **-** | **1.030** | **588** |
| Despesa uso da transmissão | - | 2.272 | - | - | 1.030 | (884) |
| Serviços prestados | - | - | - | - | - | 1.472 |
| **Caixa de Assistência do Setor Elétrico (E-Vida)** | **3.536** | **1.730** | **(74.334)** | **5.523** | **1.534** | **(127.879)** |
| Empregados | 3.536 | 1.730 | (74.334) | 5.523 | 1.534 | (127.879) |
| **Companhia Energética SINOP S.A** | **2.515** | **-** | **158.716** | **-** | **-** | **-** |
| Receita uso da transmissão | - | - | 1.698 | - | - | - |
| Suprimento de energia elétrica | 2.515 | - | 142.305 | - | - | - |
| Fornecimento de energia elétrica | - | - | 14.713 | - | - | - |
| **Energética Águas da Pedra S.A.** | **209** | **-** | **2.690** | **193** | **-** | **2.124** |
| Receita uso da transmissão | 209 | - | 2.690 | 193 | - | 2.124 |
| **Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.** | **99** | **1.064** | **11.009** | **122** | **992** | **(10.969)** |
| Despesa uso da transmissão | - | 1.064 | 9.873 | - | 992 | (12.067) |
| Serviços prestados | 2 | - | 1.136 | 122 | - | 1.098 |
| Outros | 97 | - | - | | | |
| **Norte Energia S.A.** | **13.294** | **-** | **137.239** | **8.959** | **-** | **94.869** |
| Receita uso da transmissão | 5.938 | - | 50.936 | 3.203 | - | 25.796 |
| Serviços prestados | 7.156 | - | 85.873 | 5.756 | - | 69.073 |
| Outros | 200 | - | 430 | | | |
| **Previnorte Fundação de Previdência Complementar** | **-** | **6.737** | **(40.451)** | **395** | **-** | **(146.499)** |
| Repasse à Patrocinadora | - | 6.737 | (40.451) | 395 | - | (146.499) |
| Repasse empregados | - | - | - | - | - | |
| Repasse empregados | - | - | - | - | - | - |
| **Transnorte Energia S.A** | **61** | **20** | **533** | **56** | **6** | **440** |
| Despesa uso da transmissão | - | 20 | (151) | 10 | 6 | (241) |
| Serviços prestados | 61 | - | 684 | 46 | - | 681 |
| **TOTAL** | **19.714** | **11.823** | **195.402** | **15.248** | **3.562** | **(187.326)** |

### 39.2. As transações com as outras partes relacionadas são as seguintes:

| | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo | Passivo | Resultado | Ativo | Passivo | Resultado |
| **Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.** | **203** | **120** | **881** | **190** | **109** | **1.076** |
| Despesa uso da transmissão | - | 120 | (1.474) | - | 109 | (1.793) |
| Receita uso da transmissão | 29 | - | 333 | 27 | - | 325 |
| Serviços prestados | 174 | - | 2.023 | 163 | - | 2.544 |
| **Amazonas Distribuidora de Energia S.A.** | **23.294** | **1** | **28.205** | **20.897** | **41** | **17.516** |
| Receita uso da transmissão | 2.056 | - | 28.205 | 2.746 | - | 18.026 |
| Despesa uso da transmissão | - | 1 | - | | | |
| Empregados cedidos | 91 | - | - | 173 | 41 | - |
| Empregados requisitados | - | - | - | - | - | - |
| Suprimento | 11 | - | - | - | - | (510) |
| Outros | 21.136 | - | - | 17.978 | - | - |
| **Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.** | **225** | **102** | **2.215** | **261** | **55** | **816** |
| Receita uso da transmissão | 172 | - | 2.215 | 159 | - | 816 |
| Empregados cedidos | 53 | - | - | 102 | - | |
| Empregados requisitados | - | 102 | - | - | 55 | |
| Outros | 0 | - | - | - | | |
| **Boa Vista Energia S.A.** | **-** | **-** | **221.031** | **549.202** | **4** | **221.880** |
| Suprimento de energia elétrica | - | - | 222.888 | 489.373 | - | 224.683 |
| Empregados requisitados | - | - | (1.857) | - | - | (2.803) |
| Parcelamentos | - | - | - | | | - |
| Outros | - | - | - | 59.829 | 4 | |
| **Brasnorte Transmissora de Energia S.A.** | **14** | **65** | **162** | **-** | **61** | **(840)** |
| Despesa uso da transmissão | - | 65 | - | - | 61 | (999) |
| Serviços prestados | 14 | - | 162 | - | - | 159 |
| **Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.** | **85** | **-** | **879** | **80** | **-** | **697** |
| Receita uso da transmissão | 84 | - | 863 | 79 | - | 681 |
| Serviços prestados | 1 | - | 16 | 1 | - | 16 |
| Outros | | | | | | - |
| **Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.** | **99** | **-** | **1.027** | **93** | **-** | **814** |
| Receita uso da transmissão | 98 | - | 1.011 | 92 | - | 797 |
| Serviços prestados | 1 | - | 16 | 1 | - | 17 |
| **Cia. Energética de Alagoas S.A. - Ceal** | **16.006** | **-** | **36.406** | **1.779** | **-** | **17.320** |
| Suprimento de energia elétrica | 10.813 | - | 27.525 | 812 | - | 13.214 |
| Receita uso da transmissão | 3.143 | - | 8.881 | 967 | - | 4.106 |
| Outros | 2.050 | - | - | | | |
| **Cia. Energética do Piauí S.A. - Cepisa** | **-** | **-** | **15.727** | **2.086** | **-** | **13.087** |
| Suprimento de energia elétrica | - | - | 5.733 | 691 | - | 7.081 |
| Receita uso da transmissão | - | - | 9.994 | 1.395 | - | 5.941 |
| Empregados cedidos | - | - | - | - | - | 65 |
| Outros | - | - | - | - | - | - |
| **Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron** | **-** | **-** | **152.855** | **2.491.682** | **153** | **241.493** |
| Suprimento de energia elétrica | - | - | 431 | 27 | - | 300 |
| Receita uso da transmissão | - | - | 18.292 | 2.110 | - | 15.734 |
| Contas a receber | - | - | 134.133 | 2.489.528 | - | 225.459 |
| Empregados cedidos | - | - | - | 16 | - | - |
| Empregados requisitados | - | - | - | - | 153 | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - |
| **Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica S.A. - Cgtee** | **20.943** | **-** | **260.796** | **20.091** | **-** | **212.016** |
| Suprimento de energia elétrica | 20.574 | - | 256.155 | 19.651 | - | 208.387 |
| Receita uso da transmissão | 362 | - | 4.641 | 440 | - | 3.629 |
| Empregados cedidos | - | - | - | - | - | - |
| Outros | 7 | - | - | - | - | |
| **Cia. Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf** | **5.375** | **6.303** | **71.226** | **5.413** | **6.773** | **(5.592)** |
| Receita uso da transmissão | 5.271 | - | 71.226 | 5.368 | - | 58.023 |
| Despesa uso da transmissão | - | 6.243 | - | - | 6.730 | (63.566) |
| Empregados cedidos | 104 | - | - | 45 | - | 218 |
| Empregados requisitados | - | 60 | - | - | 43 | (267) |

| | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo | Passivo | Resultado | Ativo | Passivo | Resultado |
| **Cia. de Eletricidade do Acre S.A. - Eletroacre** | **-** | **-** | **6.784** | **284** | **26** | **5.451** |
| Suprimento de energia elétrica | - | - | 426 | - | - | 328 |
| Receita uso da transmissão | - | - | 6.358 | 284 | - | 5.258 |
| Empregados requisitados - PPRS | - | - | - | - | 26 | (135) |
| Outros | - | - | - | - | - | - |
| **Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras** | **2.942.523** | **(5.149.923)** | **(494.529)** | **3.735** | **4.054.109** | **(424.224)** |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | (245.427) | - | 2.202.873 | (283.676) |
| Dividendos (remuneração aos acionistas) | - | (1.852.491) | (131.508) | | | - |
| Contas a receber | 2.935.062 | - | (0) | 3.735 | - | |
| Contas a receber | | | | | | |
| Empregados cedidos | 1.323 | - | - | - | - | |
| Empregados requisitados | - | - | - | - | - | 27.173 |
| RBNI | | | | | | |
| Obrigações com a Controladora | - | (1.968.830) | (117.594) | - | 1.851.236 | (167.721) |
| Empréstimos e financiamentos moeda nacional | - | (528.960) | - | | | - |
| Empréstimos e financiamentos moeda estrangeira | - | (15.255) | - | - | - | |
| Encargos da dívida moeda estrangeira | - | (784.387) | - | - | - | |
| Outros | 6.138 | - | - | - | - | |
| **Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear** | **960** | **20** | **11.157** | **1.159** | **52** | **10.404** |
| Receita uso da transmissão | 817 | - | 11.157 | 849 | - | 8.826 |
| Empregados cedidos | 143 | - | - | 310 | - | 1.578 |
| Empregados requisitados | - | 20 | - | - | 52 | - |
| **Eletrobras Participações S.A. - Eletropar** | **-** | **-** | **-** | **244** | **-** | **-** |
| Outros | - | - | - | 244 | - | - |
| **Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul** | **441** | **2.855** | **1.512** | **312** | **3.024** | **(38.019)** |
| Receita uso da transmissão | 118 | - | 1.512 | 109 | - | 1.185 |
| Despesa uso da transmissão | - | 2.771 | - | - | 2.960 | (38.152) |
| Empregados cedidos | 323 | - | - | 203 | 64 | - |
| Empregados requisitados | - | 84 | - | - | - | (1.052) |
| **Furnas Centrais Elétricas S.A.** | **5.867** | **7.248** | **56.461** | **5.754** | **7.755** | **(30.378)** |
| Receita uso da transmissão | 5.722 | - | 56.461 | 5.604 | - | 43.933 |
| Despesa uso da transmissão | - | 7.192 | - | - | 7.647 | (74.237) |
| Empregados cedidos | 145 | - | - | 150 | - | 1.072 |
| Empregados requisitados | - | 56 | - | - | - | (1.146) |
| Outros | - | - | - | - | 108 | |
| **Manaus Transmissora de Energia S.A.** | **1.067** | **595** | **(5.896)** | **1.482** | **597** | **(6.916)** |
| Adiantamento para Futuro aumento de Capital | - | - | - | 415 | | |
| Despesa uso da transmissão | - | 595 | (5.896) | | 597 | (6.916) |
| Outros | 1.067 | - | - | 1.067 | | |
| | - | - | - | | | |
| **Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.** | **87** | **-** | **904** | **82** | **-** | - |
| Receita uso da transmissão | 86 | - | 888 | 81 | - | |
| Serviços Prestados | 1 | - | 16 | 1 | - | |
| **Transmissora Matogrossense de Energia S.A.** | **-** | **190** | **(1.536)** | **11** | **179** | **(1.290)** |
| Despesa uso da transmissão | - | 184 | (1.783) | | 179 | (2.084) |
| Receita uso da transmissão | - | - | 261 | | | 794 |
| Serviços prestados | - | - | (14) | 11 | | |
| Outros | - | 6 | - | | | |
| **TOTAL** | **3.017.189** | **(5.132.424)** | **366.269** | **3.104.837** | **4.072.937** | **235.311** |

- **Receita / Despesa uso da transmissão**

Corresponde a valores a receber e/ou a pagar referente ao faturamento vinculado à Receita Anual Permitida (RAP). A tarifa praticada nessas transações entre as partes relacionadas é definida em resoluções da ANEEL para todos os usuários do Sistema de Transmissão.

- **Serviços prestados**

Refere-se a serviços operação e manutenção, gerenciamento e supervisão de qualidade, serviço de comissionamento e outros serviços prestados às partes relacionadas.

- **Repasse:**

Montantes repassados à Caixa de Assistência e à Fundação de previdência que gerenciam o plano de saúde dos empregados e o fundo de pensão respectivamente.

- **Empregados cedidos e requisitados**

Os custos com empregados cedidos das partes relacionadas para a Companhia, assim como os custos dos empregados cedidos da Companhia para partes relacionadas, são totalmente reembolsados entre as empresas.

- **Suprimento de energia elétrica**

Refere-se a operações de venda de energia elétrica.

- **Contas a receber (operação Termo Norte)**

Refere-se aos valores a receber da CERON da manutenção da operação da Termo Norte.

- **Aquisição de ativos**

Refere-se aos pagamentos decorrentes da aquisição de ativos junto a partes relacionadas.

- **Empréstimos e financiamentos**

Sobre as operações de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobras à Companhia são cobrados encargos nas mesmas condições existentes no mercado, cujo maiores detalhes podem ser observados na nota explicativa 21.

**39.3. Remuneração do pessoal chave da Administração**

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos estão demonstrados a seguir:

| | 31/12/18 | 31/12/17 |
|---|---|---|
| Remuneração dos Diretores e Conselheiros | 5.198 | 4.468 |
| Encargos sociais | 45 | 42 |
| Benefícios | 406 | 423 |
| Outros | 95 | 247 |
| **Total** | **5.744** | **5.180** |

## NOTA 40– INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

**40.1. Gestão do Risco de Capital**

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e de debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

| | Nota | 31/12/18 | 31/12/17 |
|---|---|---|---|
| Financiamentos, empréstimos e debêntures | 21 e 22 | 3.688.411 | 5.000.765 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | 6 | (5.156) | (19.908) |
| **Dívida líquida** | | 3.683.255 | 4.980.857 |
| Patrimônio líquido | | 17.421.596 | 15.881.432 |
| **Índice de alavancagem financeira** | | 17% | 24% |

**40.2. Classificação por categoria de instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, os quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

| ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante) | Nota | 31/12/18 | 31/12/17 |
|---|---|---|---|
| **Empréstimos e recebíveis** | | **4.462.887** | **3.764.534** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 5.156 | 19.908 |
| Clientes | 8 | 796.099 | 683.406 |
| Créditos com a Controladora | 15 | 2.935.062 | 2.470.760 |
| Outros ativos | 13 | 726.570 | 590.460 |
| **Mensurados a valor justo por meio do resultado** | 9 | **6.948.038** | **11.322.935** |
| Instrumentos financeiros derivativos | 11 | 368.827 | 426.231 |
| Ativo financeiro concessões de serviço público | 9 | 5.650.305 | 10.103.326 |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 928.906 | 793.378 |
| **PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)** | **Nota** | **31/12/18** | **31/12/17** |
| **Mensurados en Custo Amortizado** | | **4.963.314** | **6.363.128** |
| Fornecedores | 20 | 517.463 | 553.696 |
| Financiamentos e empréstimos | 21 e 22 | 3.486.657 | 4.798.008 |
| Debêntures | 22 | 201.754 | 202.757 |
| Contratos onerosos | 35 | 101.738 | 301.122 |
| Outros passivos | 30 | 655.702 | 507.545 |
| **Mensurados a Valor Justo por meio do resultado** | | **25.493** | **39.885** |
| Instrumentos financeiros derivativos | 11 | 25.493 | 39.885 |

**40.2.1. Ativos Financeiros – classificação por categoria de instrumentos financeiros**

a) **Caixa e Equivalentes de caixa:** São ativos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, não há elementos que não sejam somente pagamento de principal e juros no respectivo fluxo de caixa, deste modo tais ativos são classificados como valor justo por meio de resultado.

b) **Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo** – São fundos extra mercados lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo e, ainda, a manutenção do caixa operacional da Companhia. Esses ativos tem o objetivo de negociação, sendo classificados como valor justo por meio de resultado.

c) **Clientes:** são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização.

d) **Financiamentos e empréstimos concedidos:** são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida

levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

e) **Ativos financeiros da concessão - RBSE:** são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados como valor justo por meio de resultado.

f) **Derivativos embutidos:** são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo do tipo de cada designação do derivativo embutido.

g) **Demais ativos financeiros:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

**40.2.2. Passivos Financeiros - classificação por categoria de instrumentos financeiros**

a) **Fornecedores:** são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

b) **Empréstimos e financiamentos:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são contratados junto à Controladora da Companhia. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia encerrou o exercício de 2018 com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e debêntures, que totalizam R$ 3.688.411(Em 31.12.2017 - R$ 5.000.765), mantendo operações em moeda nacional e estrangeira, conforme demonstrado a seguir:

| Moeda | R$ | % |
|---|---|---|
| Dólar Norte-Americano | 332.445 | 9% |
| Real | 3.225.851 | 87% |
| Iene | 130.115 | 4% |
| | **3.688.411** | **100%** |

c) **Demais passivos financeiros:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

**40.3. Gestão de Riscos Financeiros**

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

**40.3.1. Risco de taxa de câmbio**

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente de contratos de financiamento. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros em Euro e Iene, relativas a contratos de captação externa (nota 21.4), cuja análise de sensibilidade está demonstrada na nota 40.4.2.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

| Exposição à moeda estrangeira | 31/12/18 | 31/12/17 |
|---|---|---|
| Passivos | | |
| Dólar norte-americano | 332.445 | 327.800 |
| Iene | 130.115 | 125.153 |
| Passivo líquido exposto | **462.560** | **452.953** |

**40.3.2. Risco de taxa de juros**

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa. A Companhia monitora a sua exposição às taxas operadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de análise de sensibilidade desta nota explicativa.

**40.3.3. Risco de *commodities***

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica a três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na LME, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos. Apenas o contrato com a Albrás encontra-se vigente.

Segue detalhe do contrato:

| CLIENTE | Data do contrato | | Volume em megawatts médios (MW) |
|---|---|---|---|
| | Inicial | Final | |
| Albrás | 01/07/04 | 31/12/24 | 750 até 31/12/2006 e 800 apartir de 01/01/2007 |

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band,* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2,773. 21/ton e US$ 1,450/ton, respectivamente.

A perda apurada na operação com derivativos oriundos dos contratos de fornecimento de energia no período é de R$. 77.404 (Em dezembro de 2017, ganho de R$ 233.255) – nota 11.1. A posição patrimonial líquida apresentada no período é ativa em R$ 343.334 (Em dezembro de 2017, posição ativa de R$386.346.

**40.3.4. Risco de crédito**

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto a clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações. A exposição ao risco de crédito da Companhia está demonstrada abaixo:

| Ativos (Circulante / Não Circulante) | 31/12/18 | 31/12/17 |
|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.156 | 19.908 |
| Títulos e valores mobiliários | 928.906 | 793.378 |
| Clientes | 796.099 | 683.406 |
| Ativo financeiro-concessão de serviço público | 5.650.305 | 10.103.326 |
| Créditos junto à Ceron | 2.935.062 | 2.470.760 |
| Outros ativos | 726.570 | 591.311 |
| **Total** | **11.042.098** | **14.662.176** |

**Caixa e equivalentes de caixa:** Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

**Títulos e Valores Mobiliários:** As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

**Clientes:** A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui uma provisão constituída no valor de R$ 730.901(R$ 718.041 em dezembro de 2017).

**Ativos financeiros da concessão - RBSE:** O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

**Indenização de concessões e direito de ressarcimento:** O valor referente às indenizações a receber e do direito de ressarcimento serão quitados pelo Poder Público, deste modo, o risco de crédito associado a esta operação é baixo.

**Créditos junto à Controladora:** Esses créditos da CERON foram objeto de dação em pagamento de dividendos à Eletrobras, conforme definido e aprovado em AGE (nota 24).

**Outros ativos:** Os valores transacionados e registrados em outros ativos são, normalmente, de baixa relevância, e quando há expectativa de não recebimento por parte da Companhia, tais valores são provisionados. A partir deste momento a Companhia inicia o processo de renegociação destes valores.

**40.3.5. Risco de liquidez**

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar eventuais descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as suas necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 11. A tabela abaixo mostra os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os

valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

| PASSIVOS FINANCEIROS | Nota | 31/12/2018 | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| (Circulante / Não Circulante) | | ATÉ 1 ANO | DE 1 A 2 ANOS | DE 2 A 5 ANOS | MAIS DE 5 ANOS |
| Mensurados ao Custo Amortizado | | 1.649.963 | 237.614 | 1.225.168 | 2.150.194 |
| Fornecedores | 20 | 517.463 | - | - | - |
| Financiamentos e empréstimos | 21 | 405.051 | - | 1.167.442 | 1.914.164 |
| Debêntures | 22 | 21.331 | 10.300 | 41.200 | 128.923 |
| Folha de pagamento e obrigações estimadas | 25 | 275.448 | 24.176 | - | - |
| Outros passivos + contrato oneroso + TFRH | 30 | 430.670 | 203.138 | 16.526 | 107.107 |
| Mensurados a valor justo por meio do resultado | | 34 | 25.459 | - | - |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 11 | 34 | 25.459 | - | - |
| PASSIVOS FINANCEIROS | | 31/12/2017 | | | |
| (Circulante / Não Circulante) | | ATÉ 1 ANO | DE 1 A 2 ANOS | DE 2 A 5 ANOS | MAIS DE 5 ANOS |
| Mensurados ao Custo Amortizado | | 2.180.091 | 1.396.690 | 1.687.030 | 2.611.320 |
| Fornecedores | 20 | 553.696 | - | - | - |
| Financiamentos e empréstimos | 21 | 909.678 | - | 1.611.768 | 2.276.562 |
| Debêntures | 22 | 22.658 | 10.300 | 41.200 | 128.599 |
| Folha de pagamento e obrigações estimadas | 25 | 303.011 | 25.409 | - | - |
| Outros passivos | 30 | 391.048 | 1.360.981 | 34.062 | 206.159 |
| Mensurados a valor justo por meio do resultado | | 291 | 39.594 | - | - |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 11 | 291 | 39.594 | - | - |

**40.4. Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros**

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade, utilizou-se como cenário provável para 2018 previsões e/ou estimativas baseadas, fundamentalmente, em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central.

**40.4.1. Empréstimos obtidos**

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição à taxa de câmbio e índice de preços.

**40.4.1.1. Depreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)**

| Contratos Obtidos - 2018 | | | Indexador | | | Saldo R$ mil | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Moeda (Risco) | Saldo $ mil | Saldo R$ mil | Provável 2019 | Cenário I (-25%) | Cenário II (-50%) | Cenário III (-25%) | Cenário IV (-50%) |
| Dolar(R$/US$) | 85.810 | 332.445 | 3,74 | 2,805 | 1,870 | 240.697 | 160.465 |
| IPCA | - | 756.854 | 3,89% | 0,029 | 0,019 | 778.935 | 771.575 |
| TJLP | - | 857.205 | 6,64% | 0,050 | 0,033 | 899.894 | 885.664 |
| IENE(R$/¥) | 3.690.159 | 130.115 | 0,034 | 0,026 | 0,017 | 94.099 | 62.733 |
| **TOTAL** | | **2.076.619** | | | | **2.013.625** | **1.880.437** |

**40.4.1.2. Apreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)**

| Contratos Obtidos - 2018 | | | Indexador | | | Saldo R$ mil | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Moeda (Risco) | Saldo $ mil | Saldo R$ mil | Provável 2019 | Cenário I (+25%) | Cenário II (+50%) | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) |
| Dolar(R$/US$) | 85.810 | 332.445 | 3,74 | 4,675 | 5,610 | 401.162 | 481.394 |
| IPCA | - | 756.854 | 3,89% | 0,049 | 0,058 | 793.656 | 801.016 |
| TJLP | - | 857.205 | 6,64% | 0,083 | 0,100 | 928.353 | 942.583 |
| IENE(R$/¥) | 3.690.159 | 130.115 | 0,034 | 0,043 | 0,051 | 156.832 | 188.198 |
| **TOTAL** | | **2.076.619** | | | | **2.280.002** | **2.413.191** |

**40.4.2. Derivativos embutidos**

**40.4.2.1. Indexados ao preço do alumínio**

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 40.3.3).

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US$ 1.450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

| | | Cenário I (-25%) | Cenário II (-50%) | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) |
|---|---|---|---|---|---|
| **2018** | 368.827 | 276.620 | 230.517 | 461.034 | 553.241 |
| **2017** | 426.231 | 74.242 | - | 92.818 | 1.095.362 |
| **2016** | 228.773 | - | - | 686.496 | 886.555 |
| **2015** | 46.311 | - | - | 400.552 | 603.139 |

**40.4.2.2. Debêntures**

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia (nota 11.2).

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável as previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

Os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada. Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

| | | Cenário I (-25%) | Cenário II (-50%) | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) |
|---|---|---|---|---|---|
| **2018** | 25.493 | 19.120 | 15.933 | 31.866 | 38.240 |
| **2017** | 39.885 | 19.564 | 16.232 | 26.180 | 29.277 |
| **2016** | 44.017 | 37.488 | 30.774 | 50.122 | 55.673 |
| **2015** | 80.269 | 70.981 | 59.963 | 87.784 | 94.045 |

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

**40.4.3 Aplicação financeira**

Foram realizadas análises de sensibilidade das aplicações financeiras em quatro diferentes cenários: dois com elevação da taxa Selic e dois com diminuição das moedas indexadoras. A taxa Selic foi utilizada como a melhor estimativa para a rentabilidade dos fundos em que a Companhia mantém suas aplicações.

Cenário consirando redução da Taxa Selic

| | | | Indexador | | | Saldo R$ mil | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Aplicações | Saldo R$ mil | Saldo R$ mil | Provável 2019 | Cenário I (-25%) | Cenário II (-50%) | Cenário I (-25%) | CenárioII (-50%) |
| TVM | 928.813 | 991.043 | 6,70% | 5,03% | 3,35% | 975.486 | 959.928 |
| Aplic. Fin.Curto Prazo | 4.471 | 4.771 | 6,70% | 5,03% | 3,35% | 4.696 | 4.621 |
| **TOTAL** | | **995.814** | | | | **980.182** | **964.549** |

Cenário consirando Elevação da Taxa Selic

| | | | Indexador | | | Saldo R$ mil | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Aplicações | Saldo R$ mil | Saldo R$ mil | Provável 2019 | Cenário I (+25%) | Cenário II (+50%) | Cenário I (+25%) | Cenário II (+50%) |
| TVM | 928.813 | 991.043 | 6,70% | 8,38% | 10,05% | 1.006.601 | 1.022.159 |
| Aplic. Fin.Curto Prazo | 4.471 | 4.771 | 6,70% | 8,38% | 10,05% | 4.845 | 4.920 |
| **TOTAL** | | **995.814** | | | | **1.011.447** | **1.027.079** |

**40.5. Estimativa do Valor Justo**

Os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, encontram-se próximos de seus respectivos valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

| (Circulante / Não circulante) | Nota | 31/12/18 | | | | 31/12/17 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | NIVEL 1 | NIVEL 2 | NIVEL 3 | Total | NIVEL 1 | NIVEL 2 | NIVEL 3 | Total |
| **ATIVOS FINANCEIROS** | | | | | | | | | |
| **Mensurados a valor justo por meio do resultado** | | 928.905 | 368.827 | - | 1.297.732 | 793.378 | 426.231 | - | 1.219.609 |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 928.905 | - | - | 928.905 | 793.378 | - | - | 793.378 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 11 | - | 368.827 | - | 368.827 | - | 426.231 | - | 426.231 |
| | | | | | | | | | |
| **PASSIVOS FINANCEIROS** | | | | | | | | | |
| **Mensurados a valor justo por meio do resultado** | | - | 25.493 | - | 25.493 | - | 39.885 | - | 39.885 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 11 | - | 25.493 | - | 25.493 | - | 39.885 | - | 39.885 |

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

**Nível 2** – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

**Nível 3** – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado, utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia, é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100, classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras estimadas na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

**NOTA 41 – SEGUROS**

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia administra por meio da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A importância segurada apresenta um valor global de R$ 6.387.275 (2017 - R$ 6.387.275).

| Risco | Seguradora | Importância Segurada | Prêmio | Período de vigência |
|---|---|---|---|---|
| Risco Operacional | Mapfre Seguros Gerais S/A | 4.310.692 | 22.300 | 26/12/2018 à 26/12/2019 |
| Incêndio Bens Móveis - Sede | Mapfre Seguros Gerais S/A | 68.502 | 2 | 09/12/2018 à 09/12/2019 |
| Incêndio Bens Móveis - Regionais | Mapfre Seguros Gerais S/A | 106.414 | 13 | 04/05/2018 à 04/05/2019 |
| Seguro de Vida em Grupo | Zurich Minas Brasil S/A | 1.353.517 | 8.426 | 30/04/2018 à 30/04/2019 |
| Responsabilidade Civil | Tókio Marine Seguradora S/A | 100.000 | 378 | 08/01/2019 à 08/01/2020 |
| Seguro de Responsabilidade Civil para os Conselheiros, Diretores, Administradores e/ou Gestores da Eletronorte (Seguro de D&O) | Fator | 100.000 | 578 | 11/10/2018 à 11/10/2019 |
| Seguro Garantia Judicial | Austral Seguradora S/A | 300.000 | 14.050 | 29/05/2018 à 29/05/2019 |
| Seguro Transporte Nacional | Seguro Transporte Nacional | 30.000 | 39 | 18/05/2018 à 18/05/2019 |
| Seguro Fiel Cumprimento (Lote N) | Tokio Marine Seguradora S/A | 18.150 | 492 | 29/04/2018 à 30/06/2019 |
| **TOTAL** | | **6.387.275** | **46.278** | |

**41.1. Seguro de risco de engenharia - modalidade funcionamento operacional**

Cobertura de seguros aplicada para danos materiais, quebra de máquinas, danos elétricos e defeitos mecânicos para os equipamentos em funcionamento operacional nas usinas hidroelétricas, termelétricas e subestações de propriedade da Companhia.

**41.2. Seguro de incêndio, raio e explosão**

Cobertura de seguros aplicada contra Incêndio, raio e explosão para os prédios e conteúdos do edifício sede em Brasília, escritório da Companhia em São Paulo, e a todos os bens móveis e imóveis, utensílios e instalações dos escritórios, unidades de apoio e Unidades Descentralizadas de propriedade ou sob responsabilidade da Companhia.

**41.3. Seguro de responsabilidade civil geral**

Cobertura de seguros aplicada para danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, danos morais e poluição e/ou contaminação ambiental, súbita e acidental de responsabilidade da Companhia.

**NOTA 42 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES**

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentamos a seguir a maior e menor remuneração pagas a empregados e dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2018 e de 2017.

O salário base de empregados não considera o honorário de diretor empregado.

A gratificação de função considera os valores referentes à incorporação de função.

| Valores em (R$) | 2018 | | 2017 | |
|---|---|---|---|---|
| | MAIOR REMUNERAÇÃO | MENOR REMUNERAÇÃO | MAIOR REMUNERAÇÃO | MENOR REMUNERAÇÃO |
| **Diretores (administradores)** | 39.665,54 | 37.776,99 | 39.665,54 | 37.776,99 |
| **Empregados** | | | | |
| Salário Base | 35.911,45 | 3.527,82 | 37.776,99 | 3.815,48 |
| Produtividade 50/88 | 1.621,76 | - | 1.478,00 | 135,33 |
| Gratificação de função | 10.540,54 | - | 22.002,56 | 248,05 |
| Irredutibilidade Salarial | 4.632,58 | - | 4.377,00 | 1,77 |
| Gratificação por tempo de serviço | 18.447,22 | 282,23 | 16.935,48 | 101,50 |
| | 71.153,55 | 3.810,05 | 82.570,03 | 4.302,13 |
| Valores em (R$) | SALÁRIO MÉDIO | REMUNERAÇÃO MÉDIA | SALÁRIO MÉDIO | REMUNERAÇÃO MÉDIA |
| Empregados | 11.541,63 | 16.224,89 | 11.129,08 | 17.367,62 |

**NOTA 43 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

**43.1. Venda de ações para a Controladora.**

Em 28 de fevereiro de 2019, os acionistas das empresas Cia de Eletricidade do Acre – Eletroacre; Centrais Elétricas de Rondônia S.A –CERON e Rede Power do Brasil S.A, efetuou a vendas das ações que possuíam na Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte, para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras.

**43.2. Reabertura do PDC**

Em 21 de janeiro de 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração a reabertura do Plano de Demissão Consensual – PDC das Empresas Eletrobras, nos mesmos termos do PDC anterior (nota 22.1).

Não foi realizada até o momento nenhum complemento na despesa com provisão para o pagamento das indenizações dos novos inscritos.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA**

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nestas demonstrações financeiras.

Brasília – DF, 25 de março de 2019.

LUIZ HENRIQUE HAMANN
Diretor Presidente

ANTONIO M. A. BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

ROBERTO PARUCKER
Diretor de Engenharia

WILSON FERNANDES DE PAULA
Diretor de Comercialização e Regulação

ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL
Diretor de Gestão Corporativa

WILLAMY MOREIRA FROTA
Diretor de Operação

**SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE**
ALEXANDRE LIRA DA ROCHA
Contador - CRC-DF-018622/O-0
Superintendente de Contabilidade FCO

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
WILSON PINTO FERREIRA JUNIOR
Presidente

LUIZ HENRIQUE HAMANN
Conselheiro

JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Conselheiro

RAFAELLO ABRITTA
Conselheiro

GLEIDE ALMEIDA BRITO
Conselheiro

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao Exercício Financeiro encerrado em 31.12.2018, constituída dos seguintes documentos: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado do Exercício; c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; d) Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício; e) Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício; f) Demonstração do Valor Adicionado do Exercício; e g) Notas Explicativas da Administração, bem como o Relatório da Administração e a proposta de destinação do Resultado do Exercício que prevê a remuneração dos Acionistas na forma de dividendos. Com base nos exames efetuados e considerando o Parecer da KPMG Auditores Independentes, datado de 25 de março de 2019, opina que os referidos documentos retratam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa, observada a ênfase da auditoria independente, e considera que as mesmas estão em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

Brasília-DF, 25 de março de 2019.

JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA, Conselheiro Fiscal – Presidente

JOÃO VICENTE AMATO TORRES, Conselheiro Fiscal

RODRIGO PARENTE VIVES, Conselheiro Fiscal

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, aos Conselheiros e aos Diretores da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte

Brasília - DF

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase - Continuidade operacional de empreendimentos controlados em conjunto**

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17, em 31 de dezembro de 2018, as empresas investidas: Amapari Energia S.A., Norte Energia S.A, Energética Aguas da Pedra S.A., e Companhia Energética Sinop S.A. apresentaram em conjunto capital circulante líquido negativo e passivo a descoberto nos montantes de R$ 2.896.872 mil e R$ 29.778 mil, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia mantém investimentos na Norte Energia S.A., na Companhia Energética Sinop S.A e na Transnorte Energia S.A. com participação societária de 19,98%, 24,5% e 49% respectivamente, as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos de Belo Monte; da UHE Sinop; e da Linha de Transmissão de Energia Elétrica L T 500 kV -Lechuga - Equador - Boa Vista. A conclusão das obras, a recuperação dos investimentos e o consequente início das operações dependem da capacidade de tais empresas continuarem a obter os recursos necessários para a continuidade e a conclusão dos projetos. A continuidade operacional das empresas controladas em conjunto citadas acima depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou dos demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da

auditoria. Além disso:

— Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

— Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

— Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

— Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

— Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

— Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 25 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Jose de Aquino
Contador
CRC 1SP183836/O-6

Danilo Siman Simões
Contador
CRC 1MG058180/O-2 T-SP

# Ministério da Saúde

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 425, DE 25 DE MARÇO DE 2019

Restabelece as transferências de recursos financeiros ao Município de Fortaleza (CE), destinados ao custeio de Unidades de Acolhimento Adulto e Infantil.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.027/GM/MS, de 8 de agosto de 2017, que suspende as transferências de recursos financeiros de custeio das Unidades de Acolhimento-UA e da qualificação dos CAPS AD III do Município de Fortaleza (CE); e

Considerando a Portaria nº 198/GM/MS, de 26 de janeiro de 2018, que altera o art. 2º da Portaria nº 2.027/GM/MS, de 8 de agosto de 2017, estabelecendo que a suspensão das transferências dos recursos perdurará até a regularização dos serviços, resolve:

Art.1º Ficam restabelecidas as transferências ao Município de Fortaleza (CE), dos recursos financeiros de custeio das Unidades de Acolhimento-UA Adulto e Infantil a seguir descritas.

| UF | IBGE | MUNICÍPIO | GESTÃO | SERVIÇO | PORTARIA DE INCORPORAÇÃO | Proposta SAIPS | RECURSO ANUAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CE | 230440 | Fortaleza | MUNICIPAL | UAA | Portaria nº 1.186/GM/MS, de 30 de maio de 2014 | 26754 | 300.000,00 |
| CE | 230440 | Fortaleza | MUNICIPAL | UAA | Portaria nº 1.186/GM/MS, de 30 de maio de 2014 | 26713 | 300.000,00 |
| CE | 230440 | Fortaleza | MUNICIPAL | UAI | Portaria nº 1.186/GM/MS, de 30 de maio de 2014 | 26833 | 360.000,00 |
| TOTAL | | | | | | | R$ 960.000,00 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

### PORTARIA Nº 526, DE 11 DE ABRIL DE 2019

Estabelece a devolução dos recursos financeiros de custeio de Unidade de Suporte Avançado do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) destinado ao Fundo Municipal de Saúde de Chorrochó (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.189/GM/MS, de 29 de novembro de 2011, que habilita o Município de Chorrochó (BA) a receber Unidades de Suporte Básico e Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Paulo Afonso (BA) e autoriza a transferência de custeio ao Município;

Considerando que não foram atendidos os requisitos exigidos no art. 931 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; e

Considerando a Nota Técnica nº 37/SEI/2017 da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência - CGUE/DAHU/SAS/MS, que informa sobre as ações administrativas pertinentes após verificação da situação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 do Município de Chorrochó/BA, o qual descumpriu os prazos e as orientações contidas nas normativas vigentes e foi identificada a não inclusão da produção do SAMU 192 no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS - SIA/SUS por 29 meses consecutivos, resultando na devolução do recurso de custeio, resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a devolução do repasse do recurso financeiro de custeio mensal, referente a uma Unidade de Suporte Avançado do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) destinado ao Fundo Municipal de Saúde de Chorrochó (BA), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará as medidas necessárias para a devolução do repasse do recurso financeiro de custeio, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

Períodos e valores a serem devolvidos.

| UF | CNES | USA | Município | Período referenciado | Valor total a ser devolvido |
|---|---|---|---|---|---|
| BA | 7007884 | 1 | Chorrochó | de outubro a dezembro de 2015 | R$ 115.500,00 |
| | | | | de janeiro a dezembro de 2016 | R$ 462.000,00 |
| | | | | de janeiro a dezembro de 2017 | R$ 462.000,00 |
| | | | | de janeiro a fevereiro de 2018 | R$ 77.000,00 |
| TOTAL | | | | | R$ 1.116.500,00 |

### PORTARIA Nº 527, DE 11 DE ABRIL DE 2019

Renova a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA), do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Regional de Assis (SP), e Bases Descentralizadas, e mantém a transferência de incentivo de custeio aos municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.365/GM/MS, de 11 de novembro de 2016, que qualifica a Central de Regulação das Urgências, Unidades de Suporte Básico e Unidade de Suporte Avançado do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Regional de Assis (SP), Bases Descentralizadas, e autoriza a transferência de incentivo de custeio aos municípios;

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando o Parecer Técnico nº 234/2019, da Coordenação Geral de Urgência e Emergência-CGUE/DAHU/SAS/MS, constante do NUP-SEI nº 25000. 007034/2016-21, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA), do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Regional de Assis (SP), e Bases Descentralizadas, e mantida a transferência de incentivo de custeio aos Fundos Municipais de Saúde, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, de acordo com o art. 928 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

Central de Regulação das Urgências e Unidades Móveis

| UF | MUNICÍPIO | IBGE | CNES | DESCRIÇÃO | SIPAR | CÓDIGO | PROPOSTA | INCREMENTO MENSAL | VALOR INCREMENTO QUALIFICADO ANUAL FUNDO A FUNDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | Assis | 350400 | 7515138 | CRU | 25000.007034/2016-21 | 82.51 | 60553 | R$ 10.605,00 | R$ 127.260,00 |
| SP | Assis | 350400 | 7515359 | USA | 25000.007034/2016-21 | 82.51 | 60694 | R$ 9.721,00 | R$ 116.652,00 |
| SP | Assis | 350400 | 7515251 | USB | 25000.007034/2016-21 | 82.51 | 60713 | R$ 8.794,00 | R$ 105.528,00 |
| SP | Tarumã | 355395 | 7530811 | USB | 25000.007034/2016-21 | 82.51 | 63173 | R$ 8.794,00 | R$ 105.528,00 |
| SP | Paraguaçu Paulista | 353550 | 7532067 | USB | 25000.007034/2016-21 | 82.51 | 61753 | R$ 8.794,00 | R$ 105.528,00 |
| SP | Palmital | 353530 | 7533543 | USB | 25000.007034/2016-21 | 82.51 | 62853 | R$ 8.794,00 | R$ 105.528,00 |

**PORTARIA Nº 529, DE 11 ABRIL DE 2019**

Habilita a Santa Casa de Misericórdia de Franca como Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos pacientes com AVC e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC, do Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 664/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Trombólise no Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as Políticas Nacionais de Saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite-CIB, por meio da Deliberação CIB - nº 22, de 16 de março de 2018; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Especializada- DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir relacionado, como Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC - código 16.17:

| Estabelecimento/ Município/UF | CNES | CNPJ |
|---|---|---|
| Santa Casa de Misericórdia de Franca - Município de Franca/SP | 2705982 | 47.969.134/0001-89 |
| Número de Leitos | 10 leitos (integrais) | |
| Código da habilitação | 16.17 - Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC | |

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde- SAS/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.101.872,77 (um milhão, cento e um mil, oitocentos e setenta e dois reais e setenta e sete centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC, do Estado de São Paulo.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Estadual de Saúde de São Paulo, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de Média e Alta Complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2019.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

**PORTARIA Nº 530, DE 11 DE ABRIL DE 2019**

Habilita o Hospital São Francisco na Providência de Deus como Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio de Janeiro.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 210/SAS/MS, de 15 de junho de 2004, que define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular e dá outras providências;

Considerando o Anexo XXXI da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação da Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro, por meio do Oficio nº 1050/SES/SAS/SAECA, de 10 de outubro de 2017, e a aprovação pela Comissão Intergestores Bipartite nº 3.974 de 16 de fevereiro de 2017; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada - CGAE/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular para realizar os procedimentos no serviço especificado, o Hospital a seguir relacionado:

| Hospital/Município/UF | CNES | CNPJ |
|---|---|---|
| Hospital São Francisco na Providência de Deus - Rio de Janeiro (RJ) | 7065515 | 53.221.255/0049-95 |
| Cirurgia Cardiovascular e Procedimentos da Cardiologia Intervencionista (0803). | | |

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 2.926.462,15 (dois milhões, novecentos e vinte e seis mil quatrocentos e sessenta e dois reais e quinze centavos) a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos relativos ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2019.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

**PORTARIA Nº 531, DE 11 DE ABRIL DE 2019**

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão e Município de Imperatriz.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Decreto nº 015, de 19 de março de 2019, da Prefeitura Municipal de Imperatriz (MA), que decreta situação de emergência no âmbito da saúde pública municipal em decorrência de sinistro ocorrido no prédio do Hospital Municipal Infantil de Imperatriz; e

Considerando o Ofício nº 38/2019 - GAB/SEMUS, de 22 de março de 2019, da Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz (MA), que solicita recurso financeiro extraordinário para a Rede de Cuidados de Urgência e Emergência Pediátrica, em virtude de incêndio no Hospital Municipal de Pediatria no Município de Imperatriz, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), no montante de R$ 2.235.799,00 (dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil e setecentos e noventa e nove reais), a ser disponibilizado, em parcela única, ao Estado do Maranhão e Município de Imperatriz.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de Imperatriz, IBGE 210530, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

**PORTARIA Nº 536, DE 11 DE ABRIL DE 2019**

Renova a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Riacho Grande) e mantém os recursos destinados ao Estado de São Paulo e Município de São Bernardo do Campo (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.104/GM/MS, de 28 de dezembro de 2012, que qualifica Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e no Município de São Bernardo do Campo (SP);

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III, Título IV e Capítulo V da Qualificação da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo LXVIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta aprovada no SAIPS nº 16776, constante do NUP-SEI nº 25000.165082/2012-18, pela Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Riacho Grande), localizada em São Bernardo do Campo (SP) e mantida a transferência de incentivo financeiro de custeio, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme §1º do inciso V do art. 83, do capitulo V, da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

| UF | Município | IBGE | CNES | Custeio | Código de Incentivo | SIPAR | Valor anual de qualificação | Gestão | Proposta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 6650864 | Opção III | 82.01 | 25000.165082/2012-18 | R$ 840.000,00 | Municipal | 16776 |

**PORTARIA Nº 540, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

Renova a qualificação das Unidades de Suporte Básico e Unidades de Suporte Avançado (USA) destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de São José dos Pinhais (PR) pertencente a Central de Regulação das Urgências Regional Metropolitano do Paraná com sede em Curitiba (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e

Considerando a Portaria nº 3.343/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, que qualifica 3 (três) Unidades de Suporte Básico e 2 (duas) Unidades de Suporte Avançado do Município de São José dos Pinhais (PR), pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional Metropolitano (PR), e autoriza a transferência de incentivo de custeio ao município;

Considerando o Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II, do Título VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/GM/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e

Considerando o Parecer Técnico nº 237-SEI/2019, constante do NUP-SEI nº 25000.126626/2013-07 da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação das Unidades de Suporte Básico (USB) Unidades de Suporte Avançado (USA), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de São José dos Pinhais (PR), pertencente a Central de Regulação das Urgências Regional Metropolitano do Paraná com sede em Curitiba (PR), e mantida a transferência de custeio mensal, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos, de acordo com art. 928 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

Unidades Móveis (SAMU 192)

| UF | Município | IBGE | CNES | Descrição | NUP-SEI | Gestão | Código de incentivo | Número Proposta | Valor anual a ser incorporado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | São José dos Pinhais | 412550 | 7212569 | USB | 25000.126626/2013-07 | Municipal | 82.51 | 82679 | R$ 105.528,00 |
| PR | São José dos Pinhais | 412550 | 7212550 | USB | 25000.126626/2013-07 | Municipal | 82.51 | 82680 | R$ 105.528,00 |
| PR | São José dos Pinhais | 412550 | 7212496 | USB | 25000.126626/2013-07 | Municipal | 82.51 | 82682 | R$ 105.528,00 |
| PR | São José dos Pinhais | 412550 | 7212585 | USA | 25000.126626/2013-07 | Municipal | 82.51 | 82677 | R$ 116.652,00 |
| PR | São José dos Pinhais | 412550 | 7248032 | USA | 25000.126626/2013-07 | Municipal | 82.51 | 82614 | R$ 116.652,00 |
| TOTAL | | | | | | | | | R$ 549.888,00 |

**PORTARIA Nº 541, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

Renova a Qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB), Unidades de Suporte Avançado (USA) e Bases Descentralizadas destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central de Regulação das Urgências, Regional Bom Jesus da Lapa (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014, que qualifica 13 (treze) Unidades de Suporte Básico (USB), 2 (duas) Unidades de Suporte Avançado (USA), 1 (uma) unidade de motolância e a Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Bom Jesus da Lapa (BA) e autoriza a transferência de custeio aos Fundos Municipais de Saúde;

Considerando a Portaria nº 1.904/GM/MS, de 27 de julho de 2017, que qualifica Unidade de Suporte Básico de Vida Aquático (Equipe Embarcação) para a Base Descentralizada do Município de Bom Jesus da Lapa (BA), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central de Regulação das Urgências (CRU), Regional de Bom Jesus da Lapa (BA) e autoriza a transferência de incentivo de custeio ao Município;

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando o Parecer Técnico nº 1167/2018, constante do NUP-SEI nº 25000. 234748/2013-68, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB), Unidades de Suporte Avançado (USA), e Bases Descentralizadas destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central de Regulação das Urgências Regional Bom Jesus da Lapa (BA), e mantém a transferência de incentivo de custeio ao município, conforme anexo a esta Portaria.

§ 1º A qualificação será válida por dois anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, de acordo com o art. 928 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§ 2º O desmembramento do incentivo em valores específicos para a qualificação das mencionadas unidades, não acarreta impacto nos limites financeiros de Média e Alta Complexidade dos estados e municípios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

Unidades Móveis (SAMU 192)

| UF | MUNICÍPIO | IBGE | CNES | DESCRIÇÃO | NUP-SEI | GESTÃO | CÓDIGO DE INCENTIVO | PROPOSTA | PORTARIA A SER RENOVADA | INCENTIVO FINANCEIRO PARA QUALIFICAÇÃO ANUAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BA | Bom Jesus da Lapa | 290390 | 5784182 | CRU | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 85875 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 127.260,00 |
| BA | Bom Jesus da Lapa | 290390 | 7028180 | USB | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 85875 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 105.528,00 |
| BA | Bom Jesus da Lapa | 290390 | 7029837 | USA | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 85875 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 116.652,00 |
| BA | Bom Jesus da Lapa | 290390 | 7589034 | LANCHA | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 85875 | Portaria nº 1.904/GM/MS, de 27 de julho de 2017 | R$ 360.000,00 |
| BA | Cocos | 290810 | 7191375 | USB | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 48953 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 105.528,00 |
| BA | Coribe | 290910 | 7259263 | USB | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 48974 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 105.528,00 |
| BA | Correntina | 290930 | 7053770 | USB | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 86055 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 105.528,00 |
| BA | Feira da Mata | 291077 | 6715915 | USB | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 85895 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 105.528,00 |
| BA | Jaborandi | 291735 | 7032544 | USB | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 48893 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 105.528,00 |
| BA | Paratinga | 292370 | 7041837 | USB | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 85274 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 105.528,00 |
| BA | Santa Maria da Vitória | 292810 | 7041411 | USA | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 48873 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 116.652,00 |
| BA | Santa Maria da Vitória | 292810 | 7041802 | USB | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 48875 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 105.528,00 |
| BA | Santana | 292820 | 7040733 | USB | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 48133 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 105.528,00 |
| BA | São Félix do Coribe | 292905 | 7039204 | USB | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 49033 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 105.528,00 |
| BA | Serra do Ramalho | 293015 | 7055765 | USB | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 48654 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 105.528,00 |
| BA | Serra Dourada | 2930303 | 7037740 | USB | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 12443 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 105.528,00 |
| BA | Sítio do Mato | 293075 | 7043112 | USB | 25000.234748/2013-68 | Municipal | 82.51 | 48553 | Portaria nº 1.113/GM/MS, de 23 de maio de 2014 | R$ 105.528,00 |
| | TOTAL | | | | | | | | | R$ 2.092.428,00 |

**PORTARIA Nº 542, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

Renova a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h São Pedro) e mantém os recursos destinados ao Estado de São Paulo e Município de São Bernardo do Campo (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e

Considerando a Portaria nº 2.492/GM/MS, de 31 de outubro de 2012, que qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e do Município de São Bernardo do Campo (SP);

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III, Título IV e Capítulo V da Qualificação da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo LXVIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta aprovada no SAIPS nº 16782, constante do NUP-SEI nº 25000.165073/2012-19, pela Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h São Pedro), localizada em São Bernardo do Campo (SP) e mantida a transferência de incentivo financeiro de custeio, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme § 1º do Inciso V do art. 83, do Capitulo V, da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

| UF | Município | IBGE | CNES | Custeio | Código de Incentivo | SIPAR | Valor anual de renovação | Gestão | Proposta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 6418651 | Opção V | 82.02 | 25000.165073/2012-19 | R$ 1.500.000,00 | Municipal | 16782 |

**PORTARIA Nº 551, DE 12 DE ABRIL DE 2019**

Renova a qualificação e especifica a composição do incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU), das Unidades de Suporte Básico (USB), das Unidades de Suporte Avançado (USA) pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de São Bernardo do Campo (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 559/GM/MS, de 4 de abril de 2013, que qualifica a Central de Regulação das Urgências (CRU) e Unidades de Suporte Básico e Avançado (USB e USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Regional de São Bernardo do Campo (SP), a receber incentivo de custeio redefinido, e autoriza o Fundo Nacional de Saúde a realizar transferência de custeio mensal ao Fundo Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo (SP);

Considerando a Portaria nº 3.281/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, que qualifica 2 (duas) Unidades de Suporte Básico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Regional de São Bernardo do Campo (SP) e autoriza a transferência de custeio ao município;

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando a Parecer Técnico nº 217/2019-SEI, constante do NUP-SEI nº 25000.036579/2013-01, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/ CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU), das Unidades de Suporte Básico (USB), das Unidades de Suporte Avançado (USA) pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de São Bernardo do Campo (SP), identificadas no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com art. 928, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, devendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica especificada a composição do incentivo de custeio para a Central de Regulação das Urgências e Unidades Móveis do município de São Bernardo do Campo (SP), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O disposto nesta Portaria substitui os efeitos financeiros de todas as Portarias publicadas anteriormente que, a título de habilitação e qualificação, concederam recursos de incentivos aos Estados, Municípios e unidades constantes do anexo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

Unidades Móveis (SAMU 192)

| UF | Município | IBGE | CNES | Descrição | SIPAR | Gestão | Código de incentivo | Número Proposta | Incentivo financeiro anual para habilitação | Incentivo financeiro Anual para Qualificação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 5991439 | CRU | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 16485 | 1.075.200,00 | 271.488,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 6946518 | USB | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 81754 | 157.500,00 | 105.528,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 6946593 | USB | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 81734 | 157.500,00 | 105.528,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 6946607 | USB | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 18027 | 157.500,00 | 105.528,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 6946623 | USB | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 18029 | 157.500,00 | 105.528,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 6946631 | USB | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 18026 | 157.500,00 | 105.528,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 6946658 | USA | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 18005 | 462.000,00 | 116.652,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 6946666 | Moto | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.48 | - | 84.000,00 | - |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 6946682 | Moto | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.48 | - | 84.000,00 | - |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 6946747 | USA | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 18013 | 462.000,00 | 116.652,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 7267142 | USB | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 18032 | 157.500,00 | 105.528,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 7267614 | USB | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 18025 | 157.500,00 | 105.528,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 7273576 | USB | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 18022 | 157.500,00 | 105.528,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 7273681 | USB | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 18014 | 157.500,00 | 105.528,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 7274041 | USB | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 18023 | 157.500,00 | 105.528,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 7321570 | USB | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 18024 | 157.500,00 | 105.528,00 |
| SP | São Bernardo do Campo | 354870 | 7584040 | USB | 25000.036579/2013-01 | Municipal | 82.51 | 18030 | 157.500,00 | 105.528,00 |
| | TOTAL | | | | | | | | 4.057.200,00 | 1.771.128,00 |

**PORTARIA Nº 569, DE 15 DE ABRIL DE 2019**

Desabilita a Fundação Altino Ventura do recebimento do Incentivo Financeiro 100% SUS e deduz recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Pernambuco, referente ao Incentivo Financeiro 100% SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.512/GM/MS, de 1º de novembro de 2012, que estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar (média e alta complexidade) do Estado de Pernambuco; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica desabilitada a Fundação Altino Ventura, Município de Recife (PE), do recebimento do Incentivo Financeiro 100% SUS, CNES 0000485, código IBGE 261160.

Art. 2º Ficam deduzidos os recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, no montante anual de R$ 2.319.970,00 (dois milhões, trezentos e dezenove mil novecentos e setenta reais), referentes ao Incentivo Financeiro 100% SUS, incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Pernambuco.

Art. 3° Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, deixarão de onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

**PORTARIA Nº 594, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Renova a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), e mantém os recursos destinados ao Estado de Minas Gerais e Município de Itabirito (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 617/GM/MS, de 26 de maio de 2015, que estabelece recursos de incentivo para custeio e qualificação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados à Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

Considerando o Anexo III - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), Título IV - Do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas - Capítulo V, da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo LXVIII - Requisitos para o recebimento do repasse mensal do Ministério da Saúde para custeio da UPA 24h, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta aprovada no SAIPS nº 64775, pela Coordenação-Geral de Urgência e Emergência-CGUE/DAHU/SAS/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.207158/2014-43, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), localizada no Município de Itabirito (MG), e mantida a transferência de incentivo financeiro de custeio, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme § 1º do art. 83 da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

| UF | MUNICÍPIO | IBGE | CNES | CUSTEIO | Nº DE PROFISSIONAIS MÉDICOS 24H | CÓDIGO DE INCENTIVO | SIPAR | VALOR ANUAL DE RENOVAÇÃO R$ | GESTÃO | PROPOSTA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | Itabirito | 313190 | 7507631 | Opção III | 4 (quatro) | 82.01 | 25000.207158/2014-43 | 840.000,00 | Municipal | 64775 |

**PORTARIA Nº 602, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes as Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFRB), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), de municípios que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 703/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), das novas equipes que farão parte da Estratégia de Saúde da Família (ESF);

Considerando a Portaria nº 941/GM/MS, de 22 de dezembro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no SCNES, de estabelecimentos as equipes que farão parte da População Ribeirinha e Fluvial;

Considerando a Seção II - Dos Critérios para Alimentação dos Bancos de Dados Nacionais dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde - do Capítulo III, Título VII, da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XXII - Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) - da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando as Seções I, V, VI, VII e IX do Capítulo I - Dos Profissionais que atuam a Atenção Básica - do Título II - Do Custeio Da Atenção Básica - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais que atuam a Atenção Básica identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, na competência dezembro/2018, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira janeiro de 2019, a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFRB), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) dos municípios constantes dos anexos a esta Portaria, que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

| | | ANEXO I | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| AC | 120038 | PLÁCIDO DE CASTRO | 1 | 0 | 2 | 0 | 6 |
| AC | 120050 | SENA MADUREIRA | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| AC | 120070 | XAPURI | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| Total | | 3 | 3 | 0 | 4 | 0 | 18 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO II | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| AM | 130110 | CAREIRO | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| AM | 130120 | COARI | 2 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| AM | 130170 | HUMAITÁ | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| AM | 130190 | ITACOATIARA | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| AM | 130410 | TAPAUÁ | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Total | | 5 | 4 | 1 | 3 | 1 | 22 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO III | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| AP | 160030 | MACAPÁ | 2 | 0 | 2 | 0 | 10 |
| AP | 160060 | SANTANA | 1 | 0 | 0 | 0 | 10 |
| Total | | 2 | 3 | 0 | 2 | 0 | 20 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO IV | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| BA | 290190 | APORÁ | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| BA | 290405 | BONITO | 1 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| BA | 290440 | BREJOLÂNDIA | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| BA | 290490 | CACHOEIRA | 1 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| BA | 290570 | CAMAÇARI | 2 | 0 | 1 | 0 | 14 |
| BA | 290850 | CONCEIÇÃO DO JACUÍPE | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| BA | 291072 | EUNÁPOLIS | 3 | 0 | 2 | 0 | 18 |
| BA | 291080 | FEIRA DE SANTANA | 2 | 0 | 1 | 0 | 13 |
| BA | 291800 | JEQUIÉ | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| BA | 291810 | JEREMOABO | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| BA | 291930 | LENÇÓIS | 1 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| BA | 291955 | LUÍS EDUARDO MAGALHÃES | 2 | 0 | 3 | 0 | 15 |
| BA | 291992 | MADRE DE DEUS | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| BA | 292200 | MUCURI | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| BA | 292300 | NOVA VIÇOSA | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| BA | 292335 | OUROLÂNDIA | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| BA | 292380 | PARIPIRANGA | 1 | 0 | 0 | 0 | 12 |
| BA | 292440 | PILÃO ARCADO | 1 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| BA | 292610 | RETIROLÂNDIA | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| BA | 292640 | RIACHO DE SANTANA | 1 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| BA | 292740 | SALVADOR | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| BA | 293130 | TAPIRAMUTÁ | 1 | 0 | 1 | 0 | 10 |
| Total | | 22 | 25 | 0 | 21 | 0 | 166 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO V | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| CE | 230185 | BANABUIÚ | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| CE | 230190 | BARBALHA | 1 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| CE | 230250 | BREJO SANTO | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| CE | 230420 | CRATO | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| CE | 230440 | FORTALEZA | 1 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| CE | 230495 | GUAIÚBA | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| CE | 230840 | MISSÃO VELHA | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| CE | 231100 | PORANGA | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| CE | 231180 | RUSSAS | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| CE | 231210 | SANTANA DO CARIRI | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| CE | 231230 | SÃO BENEDITO | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| CE | 231290 | SOBRAL | 1 | 0 | 1 | 0 | 10 |
| Total | | 12 | 10 | 0 | 9 | 1 | 49 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO VI | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| DF | 530010 | BRASÍLIA | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Total | | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO VII | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| ES | 320060 | ARACRUZ | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| ES | 320120 | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| ES | 320140 | CASTELO | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| ES | 320160 | CONCEIÇÃO DA BARRA | 1 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| ES | 320200 | DORES DO RIO PRETO | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| ES | 320260 | ICONHA | 1 | 0 | 1 | 0 | 9 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ES | 320500 | SERRA | 2 | 0 | 2 | 0 | 11 |
| ES | 320501 | SOORETAMA | 1 | 0 | 0 | 0 | 12 |
| ES | 320520 | VILA VELHA | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| ES | 320530 | VITÓRIA | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| Total | | 10 | 9 | 0 | 9 | 0 | 56 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO VIII | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| GO | 520140 | APARECIDA DE GOIÂNIA | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| GO | 520450 | CALDAS NOVAS | 2 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| GO | 520549 | CIDADE OCIDENTAL | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| GO | 520890 | GOIÁS | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| GO | 521220 | JUSSARA | 1 | 0 | 1 | 0 | 9 |
| GO | 521375 | MONTIVIDIU | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| GO | 521460 | NIQUELÂNDIA | 1 | 0 | 0 | 1 | 7 |
| GO | 521560 | PADRE BERNARDO | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| GO | 521760 | PLANALTINA | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| GO | 521930 | SANTA HELENA DE GOIÁS | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| GO | 521945 | SANTA RITA DO NOVO DESTINO | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| GO | 522185 | VALPARAÍSO DE GOIÁS | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| Total | | 12 | 11 | 0 | 10 | 1 | 52 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO IX | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| MA | 210070 | ANAJATUBA | 1 | 0 | 1 | 0 | 11 |
| MA | 210170 | BARREIRINHAS | 2 | 0 | 2 | 0 | 18 |
| MA | 210235 | BURITIRANA | 1 | 0 | 1 | 0 | 10 |
| MA | 210460 | GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| MA | 210750 | PAÇO DO LUMIAR | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| MA | 211120 | SÃO JOSÉ DE RIBAMAR | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| MA | 211130 | SÃO LUÍS | 1 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| MA | 211153 | SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Total | | 8 | 6 | 0 | 9 | 0 | 49 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO X | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| MG | 310370 | ARAPONGA | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| MG | 310670 | BETIM | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| MG | 310830 | BORDA DA MATA | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| MG | 310850 | BOTUMIRIM | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| MG | 311350 | CARBONITA | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| MG | 311360 | CAREAÇU | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| MG | 311550 | CAXAMBU | 1 | 0 | 1 | 0 | 10 |
| MG | 311615 | CHAPADA GAÚCHA | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| MG | 311860 | CONTAGEM | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| MG | 311890 | CORDISBURGO | 1 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| MG | 311950 | CORONEL MURTA | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| MG | 312160 | DIAMANTINA | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| MG | 312235 | DIVISA ALEGRE | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| MG | 312990 | IBITIÚRA DE MINAS | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| MG | 313020 | IGARATINGA | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| MG | 313500 | JAGUARAÇU | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| MG | 313840 | LEOPOLDINA | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| MG | 314053 | MARTINS SOARES | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| MG | 314350 | MORADA NOVA DE MINAS | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| MG | 314370 | MORRO DO PILAR | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| MG | 314430 | NANUQUE | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| MG | 314910 | PEDRALVA | 1 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| MG | 315210 | PONTE NOVA | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| MG | 315460 | RIBEIRÃO DAS NEVES | 3 | 0 | 0 | 0 | 21 |
| MG | 315720 | SANTA BÁRBARA | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| MG | 315790 | SANTA MARGARIDA | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| MG | 315860 | SANTANA DO DESERTO | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| MG | 316120 | SÃO FRANCISCO DE PAULA | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| MG | 316292 | SÃO JOAQUIM DE BICAS | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| MG | 316650 | SERRA AZUL DE MINAS | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| MG | 316720 | SETE LAGOAS | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| MG | 316555 | SETUBINHA | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| MG | 316870 | TIMÓTEO | 2 | 0 | 0 | 0 | 11 |
| MG | 317130 | VIÇOSA | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| Total | | 34 | 36 | 0 | 17 | 0 | 204 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XI | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| MS | 500270 | CAMPO GRANDE | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| MS | 500290 | CASSILÂNDIA | 2 | 0 | 2 | 0 | 8 |
| MS | 500370 | DOURADOS | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| MS | 500570 | NAVIRAÍ | 1 | 0 | 2 | 0 | 8 |
| Total | | 4 | 4 | 0 | 6 | 0 | 22 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XII | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| MT | 510130 | ARENÁPOLIS | 2 | 0 | 2 | 0 | 14 |
| MT | 510140 | ARIPUANÃ | 1 | 0 | 1 | 0 | 9 |
| MT | 510160 | BARÃO DE MELGAÇO | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| MT | 510310 | COCALINHO | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| MT | 510370 | FELIZ NATAL | 1 | 0 | 1 | 0 | 10 |
| MT | 510480 | JACIARA | 1 | 0 | 1 | 0 | 12 |
| MT | 510626 | NOVO MUNDO | 1 | 0 | 1 | 0 | 11 |
| MT | 510760 | RONDONÓPOLIS | 2 | 0 | 0 | 1 | 13 |
| MT | 510835 | VALE DE SÃO DOMINGOS | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| MT | 510550 | VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE | 1 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| Total | | 10 | 12 | 0 | 8 | 1 | 92 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XIII | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| PA | 150040 | ALENQUER | 1 | 0 | 0 | 0 | 10 |
| PA | 150080 | ANANINDEUA | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| PA | 150140 | BELÉM | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| PA | 150170 | BRAGANÇA | 1 | 0 | 1 | 0 | 9 |
| PA | 150230 | CAPITÃO POÇO | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| PA | 150240 | CASTANHAL | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| PA | 150270 | CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 |
| PA | 150275 | CONCÓRDIA DO PARÁ | 1 | 0 | 2 | 0 | 12 |
| PA | 150370 | ITUPIRANGA | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 |
| PA | 150442 | MARITUBA | 2 | 0 | 1 | 0 | 16 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PA | 150553 | PARAUAPEBAS | 2 | 0 | 3 | 0 | 13 |
| PA | 150611 | QUATIPURU | 1 | 0 | 1 | 0 | 12 |
| Total | | 12 | 12 | 0 | 9 | 0 | 113 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XIV | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| PB | 250030 | ALAGOA GRANDE | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| PB | 250100 | ARARUNA | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| PB | 250700 | ITAPORANGA | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| PB | 250930 | MATARACA | 1 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| PB | 251040 | OLHO D'ÁGUA | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| PB | 251203 | POÇO DANTAS | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| PB | 251450 | SÃO JOSÉ DE PIRANHAS | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| PB | 251620 | SOUSA | 1 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| Total | | 8 | 6 | 0 | 8 | 0 | 33 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XV | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| PE | 260100 | ANGELIM | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| PE | 260120 | ARCOVERDE | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| PE | 260345 | CAMARAGIBE | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| PE | 260520 | ESCADA | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| PE | 260530 | EXU | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| PE | 260790 | JABOATÃO DOS GUARARAPES | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| PE | 260915 | MANARI | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| PE | 260960 | OLINDA | 1 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| PE | 261090 | PESQUEIRA | 1 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| PE | 261130 | POMBOS | 1 | 0 | 2 | 0 | 4 |
| PE | 261500 | TAQUARITINGA DO NORTE | 1 | 0 | 1 | 0 | 11 |
| PE | 261640 | VITÓRIA DE SANTO ANTÃO | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| Total | | 12 | 8 | 0 | 11 | 0 | 53 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | ANEXO XVI | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| PI | 220070 | ANÍSIO DE ABREU | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| PI | 220110 | AVELINO LOPES | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| PI | 220198 | BREJO DO PIAUÍ | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| PI | 220270 | COCAL | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| PI | 220272 | COCAL DOS ALVES | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| PI | 220320 | CURIMATÁ | 1 | 0 | 0 | 1 | 3 |
| PI | 220350 | ELESBÃO VELOSO | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| PI | 220390 | FLORIANO | 2 | 0 | 2 | 0 | 10 |
| PI | 220400 | FRANCINÓPOLIS | 1 | 0 | 0 | 1 | 5 |
| PI | 220550 | JOSÉ DE FREITAS | 2 | 0 | 2 | 0 | 7 |
| PI | 220551 | JUAZEIRO DO PIAUÍ | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| PI | 220680 | NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS | 1 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| PI | 220720 | PADRE MARCOS | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| PI | 220780 | PAULISTANA | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| PI | 220800 | PICOS | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| PI | 220930 | SANTA LUZ | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| PI | 220955 | SÃO BRAZ DO PIAUÍ | 2 | 0 | 2 | 0 | 11 |
| PI | 221110 | UNIÃO | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| PI | 221120 | URUÇUÍ | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| PI | 221135 | VÁRZEA BRANCA | 1 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| Total | | 20 | 23 | 0 | 19 | 2 | 114 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XVII | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| PR | 410070 | ALTO PIQUIRI | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| PR | 410290 | BITURUNA | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| PR | 410337 | BRASILÂNDIA DO SUL | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| PR | 410690 | CURITIBA | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| PR | 410760 | FAXINAL | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| PR | 410870 | GRANDES RIOS | 1 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| PR | 411190 | JAGUAPITÃ | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| PR | 412500 | SÃO JOÃO DO IVAÍ | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| PR | 412550 | SÃO JOSÉ DOS PINHAIS | 2 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| PR | 412700 | TEIXEIRA SOARES | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| Total | | 10 | 11 | 0 | 5 | 1 | 53 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XVIII | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| RJ | 330022 | AREAL | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| RJ | 330025 | ARRAIAL DO CABO | 1 | 0 | 1 | 0 | 12 |
| RJ | 330045 | BELFORD ROXO | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| RJ | 330080 | CACHOEIRAS DE MACACU | 3 | 0 | 2 | 0 | 23 |
| RJ | 330250 | MAGÉ | 1 | 0 | 0 | 0 | 12 |
| RJ | 330350 | NOVA IGUAÇU | 3 | 0 | 0 | 0 | 19 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2 | 0 | 1 | 1 | 9 |
| RJ | 330490 | SÃO GONÇALO | 1 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| RJ | 330550 | SAQUAREMA | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| RJ | 330630 | VOLTA REDONDA | 2 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| Total | | 10 | 15 | 0 | 8 | 1 | 94 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XIX | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| RN | 240200 | CAICÓ | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| RN | 240260 | CEARÁ-MIRIM | 1 | 0 | 1 | 0 | 11 |
| RN | 240340 | EQUADOR | 1 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| RN | 240540 | JAPI | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| RN | 240800 | MOSSORÓ | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| RN | 241440 | TOUROS | 1 | 0 | 2 | 0 | 7 |
| Total | | 6 | 3 | 0 | 7 | 0 | 26 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XX | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| RO | 110004 | CACOAL | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RO | 110020 | PORTO VELHO | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| Total | | 2 | 2 | 0 | 2 | 0 | 8 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XXI | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| RS | 430010 | AGUDO | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| RS | 430420 | CANDELÁRIA | 1 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| RS | 430460 | CANOAS | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| RS | 430517 | CERRO GRANDE DO SUL | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| RS | 430680 | ENCANTADO | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| RS | 430865 | GARRUCHOS | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| RS | 431306 | NOVA HARTZ | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| RS | 431390 | PANAMBI | 2 | 0 | 2 | 0 | 12 |
| RS | 431410 | PASSO FUNDO | 2 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| RS | 431697 | SANTA MARGARIDA DO SUL | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| RS | 431890 | SÃO LUIZ GONZAGA | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| RS | 432100 | TAPERA | 1 | 0 | 1 | 0 | 10 |
| RS | 432300 | VIAMÃO | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Total | | 13 | 14 | 0 | 10 | 0 | 63 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XXII | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| SC | 420340 | CAMPO BELO DO SUL | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| SC | 420770 | IPUMIRIM | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| SC | 420845 | ITAPOÁ | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| SC | 420910 | JOINVILLE | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| SC | 421187 | PAIAL | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| SC | 421320 | POMERODE | 2 | 0 | 2 | 0 | 13 |
| SC | 421567 | SANTA TEREZINHA | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| Total | | 7 | 8 | 0 | 5 | 0 | 46 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XXIII | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| SE | 280150 | CARMÓPOLIS | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| SE | 280330 | JAPARATUBA | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| SE | 280350 | LAGARTO | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| SE Total | | 3 | 3 | 0 | 2 | 0 | 18 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XXIV | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| SP | 350270 | APIAÍ | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| SP | 350280 | ARAÇATUBA | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| SP | 350650 | BIRIGUI | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| SP | 350850 | CAÇAPAVA | 2 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| SP | 351210 | COLÔMBIA | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| SP | 351410 | DOIS CÓRREGOS | 1 | 0 | 1 | 0 | 10 |
| SP | 351630 | FRANCISCO MORATO | 1 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| SP | 351700 | GETULINA | 1 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| SP | 351870 | GUARUJÁ | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| SP | 351880 | GUARULHOS | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| SP | 351925 | IARAS | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| SP | 352030 | IGUAPE | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| SP | 352265 | ITAPIRAPUÃ PAULISTA | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| SP | 352320 | ITARARÉ | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| SP | 352700 | LINDÓIA | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| SP | 353870 | PIRACICABA | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| SP | 354870 | SÃO BERNARDO DO CAMPO | 1 | 0 | 0 | 1 | 3 |
| SP | 355030 | SÃO PAULO | 1 | 0 | 0 | 1 | 6 |
| SP | 355050 | SÃO PEDRO DO TURVO | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| SP | 355160 | SERRA NEGRA | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| SP | 355550 | UBIRAJARA | 1 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| Total | | 21 | 20 | 0 | 15 | 2 | 102 |
| | | | | | | | |
| | | ANEXO XXV | | | | | |
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| TO | 170220 | ARAGUATINS | 1 | 0 | 0 | 0 | 11 |
| TO | 170290 | AXIXÁ DO TOCANTINS | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| TO | 171070 | ITAGUATINS | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| TO | 172025 | SÃO SALVADOR DO TOCANTINS | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| TO | 172110 | TOCANTÍNIA | 1 | 0 | 1 | 0 | 7 |
| Total | | 5 | 4 | 0 | 2 | 0 | 28 |
| | | | | | | | |
| Total Geral | | 252 | 253 | 1 | 201 | 10 | 1505 |

**PORTARIA Nº 606, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Revoga a habilitação, em investimento, da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) do Município de São Cristóvão (SE), constante do Anexo da Portaria nº 1.580/GM/MS, de 1º de agosto de 2013, que habilita Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II do Título VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 181/2018-CGUE/DAHU/SAS/MS, constante do NUP-SEI 25000. 114635/2013-47, resolve:

Art. 1º Fica revogada a habilitação, em investimento, da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) do Município de São Cristóvão (SE), constante do Anexo da Portaria nº 1.580/GM/MS, de 1º de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 148, de 2 de agosto de 2013, Seção I, página 47, por descumprimento de prazo, conforme descrito no anexo a esta Portaria.

Art. 2º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Municipal de Saúde de São Cristóvão (SE), para a devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, e a baixa nos sistemas de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

| UF | MUNICÍPIO | PROGRAMA | CATEGORIA | PORTE | PROPOSTA | NUP/SEI | PORTARIA DE HABILITAÇÃO EM INVESTIMENTO | VALOR DA PROPOSTA R$ | VALOR REPASSADO A SER DEVOLVIDO R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SE | São Cristóvão | PAC2 2013 | Nova | I | 11370.658000/1130-09 | 25000.114635/2013-47 | PT nº 1.580/GM/MS, de 1º de agosto de 2013 | 2.200.000,00 | 1.980.000,00 |

**PORTARIA Nº 631, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Suspende o repasse do recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II, art. 924 da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II, Seção VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando que não foram atendidos os requisitos exigidos na Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, constantes no artigo 931 e inciso IV do artigo 932, o que permite que o Ministério da Saúde suspenda o repasse do incentivo de custeio mensal destinado às Unidades Móveis do Componente (SAMU 192) e/ou à respectiva Central de Regulação das Urgências;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução CIT nº 36, de 25 de janeiro de 2018, que define o prazo para os gestores enviarem manifestação ao Ministério da Saúde e define a suspensão da transferência dos recursos de custeio referente às habilitações dos serviços de atenção à saúde de média e alta complexidade que não estejam em funcionamento ou não apresentem a produção assistencial registrada nos sistemas de informação em saúde considerando as políticas de atenção à saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando a Nota Técnica nº 53 SEI/2019, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/GUE/DAHU/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.045621/2019-61/NUP-SEI, resolve:

Art. 1º Ficam suspensos os repasses dos recursos financeiros destinado ao incentivo de custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), conforme anexo a esta Portaria.

§ 1° Os valores que constam do anexo foram especificados e atualizados conforme incisos I a VIII do art. 923 - que dispõe sobre incentivos financeiros de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

§ 2° O reestabelecimento do repasse do incentivo financeiro de custeio suspenso estará condicionado à regularização do registro da produção do SIA/SUS das Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

§ 3° A não regularização no prazo de até 6 meses acarretará na revogação das Portarias de habilitação e qualificação das respectivas unidades, conforme art. 17 da Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, bem como a devolução das Unidades Móveis doadas pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros na parcela subsequente.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

| UF | Município | IBGE | CNES | Tipo | Gestor | CRU | Fundo para repasse | Portaria de Habilitação | Portaria de Qualificação | Valor Anual a ser suspenso |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BA | Candeias | 290650 | 5904919 | USB | SMS | Salvador (Metropolitano) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 3.228, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009 | | R$ 157.500,00 |
| BA | Candeias | 290650 | 7002890 | USB | SMS | Salvador (Metropolitano) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 3.228, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009 | | R$ 157.500,00 |
| BA | Candeias | 290650 | 7007167 | USA | SMS | Salvador (Metropolitano) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 3.228, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009 | | R$ 462.000,00 |
| BA | Itanhém | 291600 | 7037716 | USB | SMS | Teixeira de Freitas (Extremo Sul) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 282, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011 | | R$ 157.500,00 |
| BA | Santa Cruz Cabrália | 292770 | 7242646 | USB | SMS | Eunápolis | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 2.082, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012 | | R$ 157.500,00 |
| BA | Santo Amaro | 292860 | 6949029 | USB | SMS | Salvador (Metropolitano) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 1.899, DE 05 DE SETEMBRO DE 2012 | | R$ 157.500,00 |
| BA | Santo Amaro | 292860 | 7003978 | USB | SMS | Salvador (Metropolitano) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 1.899, DE 05 DE SETEMBRO DE 2012 | | R$ 157.500,00 |
| GO | Itaberaí | 521040 | 6503160 | USB | SMS | Goiás (Goiás Velho - Rio Vermelho) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 4.021, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010 | | R$ 157.500,00 |
| MS | Três Lagoas | 500830 | 6965717 | USB | SMS | Três Lagoas | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 1.662, DE 13 DE AGOSTO DE 2008 | | R$ 157.500,00 |
| PB | Santa Cruz | 251320 | 6861342 | USB | SMS | Sousa | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 238, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012 | PORTARIA GM/MS Nº 2.466, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014 | R$ 263.028,00 |
| PB | São José da Lagoa Tapada | 251420 | 6853676 | USB | SMS | Sousa | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 629, DE 05 DE ABRIL DE 2012 | | R$ 157.500,00 |
| PI | Santa Cruz do Piauí | 220910 | 7373392 | USB | SMS | Teresina (Estadual) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 1.479, DE 18 DE JULHO DE 2013 | | R$ 157.500,00 |
| PR | Pontal do Paraná | 411995 | 7078617 | USB | SMS | Paranaguá (Litoral) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 1.621, DE 26 DE JULHO DE 2012 | PORTARIA GM/MS Nº 3.035, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 | R$ 263.028,00 |
| PR | Sarandi | 412625 | 7924682 | USB | SMS | Maringá (Norte Novo) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 539, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017 | | R$ 157.500,00 |
| PR | Tijucas do Sul | 412760 | 9076891 | USB | SMS | Curitiba (Metropolitano) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 2.456, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012 | | R$ 157.500,00 |
| RJ | Rio Bonito | 330430 | 7273495 | Moto | SMS | Niterói (Metropolitano II) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 2.518, DE 27 DE OUTUBRO DE 2011 | PORTARIA GM/MS Nº 2.954, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017 | R$ 84.000,00 |
| RJ | Rio de Janeiro | 330455 | 7505353 | USB | SES | Rio de Janeiro | Estadual | PORTARIA GM/MS Nº 945, DE 21 DE JUNHO DE 2005 | | R$ 157.500,00 |
| RJ | Rio de Janeiro | 330455 | 7506724 | USB | SES | Rio de Janeiro | Estadual | PORTARIA GM/MS Nº 945, DE 21 DE JUNHO DE 2005 | | R$ 157.500,00 |
| RO | Machadinho D'Oeste | 110013 | 7627750 | USB | SMS | Ariquemes | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 3.353, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016 | | R$ 204.750,00 |
| RS | Torres | 432150 | 7396082 | Moto | SMS | Porto Alegre (Estadual) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 1.930, DE 28 DE JUNHO DE 2018 | | R$ 84.000,00 |
| RS | Torres | 432150 | 7396112 | Moto | SMS | Porto Alegre (Estadual) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 1.778, DE 18 DE JULHO DE 2017 | | R$ 84.000,00 |
| SC | Garopaba | 420570 | 6985157 | USB | SMS | Florianópolis (Grande Florianópolis) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 2.927, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2007 | | R$ 157.500,00 |
| SC | Iomerê | 420757 | 7397704 | USB | SMS | Joaçaba (Meio-Oeste) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 1.977, DE 25 DE AGOSTO DE 2006 | PORTARIA GM/MS Nº 2.141, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013 | R$ 263.028,00 |
| SC | Joinville | 420910 | 3926184 | USB | SMS | Joinville (Norte-Nordeste) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 10, DE 06 DE JANEIRO DE 2006 | PORTARIA GM/MS Nº 2.481, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013 | R$ 263.028,00 |
| SC | Joinville | 420910 | 3926338 | USB | SMS | Joinville (Norte-Nordeste) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 10, DE 06 DE JANEIRO DE 2006 | PORTARIA GM/MS Nº 2.481, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013 | R$ 263.028,00 |
| SC | Joinville | 420910 | 3926419 | USB | SMS | Joinville (Norte-Nordeste) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 10, DE 06 DE JANEIRO DE 2006 | PORTARIA GM/MS Nº 2.481, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013 | R$ 263.028,00 |
| SC | Joinville | 420910 | 3926532 | USB | SMS | Joinville (Norte-Nordeste) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 10, DE 06 DE JANEIRO DE 2006 | PORTARIA GM/MS Nº 2.481, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013 | R$ 263.028,00 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | Apiaí | 350270 | 7324898 | USA | SMS | Itapeva | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 3.014, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012 | | R$ 462.000,00 |
| SP | Matão | 352930 | 7169493 | USB | SMS | Araraquara | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 4.294, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010 | | R$ 157.500,00 |
| SP | Matão | 352930 | 7292287 | USB | SMS | Araraquara | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 4.294, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010 | | R$ 157.500,00 |
| SP | Matão | 352930 | 7292295 | USA | SMS | Araraquara | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 862, DE 03 DE MAIO DE 2012 | | R$ 462.000,00 |
| SP | Sorocaba | 355220 | 9224106 | USA | SMS | Sorocaba | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 1.842, DE 24 DE JULHO DE 2017 | | R$ 462.000,00 |
| SP | Vargem Grande Paulista | 355645 | 6894917 | USB | SMS | Itapevi (Oeste) | Municipal | PORTARIA GM/MS Nº 3.118, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007 | | R$ 157.500,00 |

**PORTARIA Nº 639, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes as Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFRB), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 703/SAS/MS, de 21 de outubro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), das novas equipes que farão parte da Estratégia de Saúde da Família (ESF);

Considerando a Portaria nº 941/SAS/MS, de 22 de dezembro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no SCNES, de estabelecimentos as equipes que farão parte da População Ribeirinha e Fluvial;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Seção II do Capítulo III Dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde do Título VII Dos Sistemas De Informação da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, dos Critérios para Alimentação dos Bancos de Dados Nacionais dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde;

Considerando o anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando as Seções I, V, VI, VII e IX do Capítulo I Dos Profissionais que atuam na Atenção Básica do Título II Do Custeio Da Atenção Básica da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais que atuam a Atenção Básica identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, na competência janeiro/2019, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira fevereiro de 2019, a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFRB), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), dos municípios constantes dos anexos, que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO I

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AC | 120025 | EPITACIOLÂNDIA | 1 | - | 1 | - | 8 |
| AC | 120060 | TARAUACÁ | 1 | - | 1 | - | 7 |
| AC | 120070 | XAPURI | 1 | - | 1 | - | 7 |
| | TOTAL | 3 | 3 | - | 3 | - | 22 |

ANEXO II

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AL | 270070 | BATALHA | 1 | - | 1 | - | 8 |
| | TOTAL | 1 | 1 | - | 1 | - | 8 |
| | | | | | | | |

ANEXO III

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AM | 130120 | COARI | 1 | - | - | - | 5 |
| AM | 130170 | HUMAITÁ | 1 | - | 1 | - | 7 |
| AM | 130310 | NOVA OLINDA DO NORTE | 1 | - | 1 | - | 12 |
| AM | 130410 | TAPAUÁ | 1 | - | 1 | - | 12 |
| | TOTAL | 4 | 4 | - | 3 | - | 36 |
| | | | | | | | |

ANEXO IV

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AP | 160060 | SANTANA | 1 | - | - | - | 10 |
| | TOTAL | 1 | 1 | - | - | - | 10 |
| | | | | | | | |

ANEXO V

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
| BA | 290140 | ANGICAL | - | - | 1 | - | - |
| BA | 290265 | BANZAÊ | 1 | - | 1 | - | 3 |
| BA | 290440 | BREJOLÂNDIA | 2 | - | 1 | - | 13 |
| BA | 290570 | CAMAÇARI | 3 | - | - | - | 16 |
| BA | 290730 | CASTRO ALVES | 1 | - | 1 | - | 4 |
| BA | 290870 | CONDEÚBA | 1 | - | 1 | - | 5 |
| BA | 291005 | DIAS D'ÁVILA | - | - | 1 | - | - |
| BA | 291050 | ENTRE RIOS | 1 | - | - | - | 6 |
| BA | 291075 | FÁTIMA | 1 | - | 1 | - | 4 |
| BA | 291080 | FEIRA DE SANTANA | 5 | - | 3 | - | 27 |
| BA | 291130 | GENTIO DO OURO | 1 | - | 1 | - | 9 |
| BA | 291360 | ILHÉUS | 1 | - | 1 | - | 6 |
| BA | 291875 | LAGOA REAL | 1 | - | 1 | - | 5 |
| BA | 291992 | MADRE DE DEUS | 1 | - | 1 | - | 5 |
| BA | 292045 | MANSIDÃO | 1 | - | - | - | 4 |
| BA | 292300 | NOVA VIÇOSA | - | - | 2 | - | - |
| BA | 292440 | PILÃO ARCADO | 1 | - | 1 | - | 8 |
| BA | 292540 | POTIRAGUÁ | - | - | 1 | - | - |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BA | 292640 | RIACHO DE SANTANA | - | - | 1 | - | - |
| BA | 292810 | SANTA MARIA DA VITÓRIA | 1 | - | - | - | 4 |
| BA | 293350 | WENCESLAU GUIMARÃES | - | - | 1 | - | - |
| | TOTAL | 21 | 22 | - | 20 | - | 119 |

ANEXO IV

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AP | 160060 | SANTANA | 1 | - | - | - | 10 |
| | TOTAL | 1 | 1 | - | - | - | 10 |

ANEXO V

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BA | 290140 | ANGICAL | - | - | 1 | - | - |
| BA | 290265 | BANZAÊ | 1 | - | 1 | - | 3 |
| BA | 290440 | BREJOLÂNDIA | 2 | - | 1 | - | 13 |
| BA | 290570 | CAMAÇARI | 3 | - | - | - | 16 |
| BA | 290730 | CASTRO ALVES | 1 | - | 1 | - | 4 |
| BA | 290870 | CONDEÚBA | 1 | - | 1 | - | 5 |
| BA | 291005 | DIAS D'ÁVILA | - | - | 1 | - | - |
| BA | 291050 | ENTRE RIOS | 1 | - | - | - | 6 |
| BA | 291075 | FÁTIMA | 1 | - | 1 | - | 4 |
| BA | 291080 | FEIRA DE SANTANA | 5 | - | 3 | - | 27 |
| BA | 291130 | GENTIO DO OURO | 1 | - | 1 | - | 9 |
| BA | 291360 | ILHÉUS | 1 | - | 1 | - | 6 |
| BA | 291875 | LAGOA REAL | 1 | - | 1 | - | 5 |
| BA | 291992 | MADRE DE DEUS | 1 | - | 1 | - | 5 |
| BA | 292045 | MANSIDÃO | 1 | - | - | - | 4 |
| BA | 292300 | NOVA VIÇOSA | - | - | 2 | - | - |
| BA | 292440 | PILÃO ARCADO | 1 | - | 1 | - | 8 |
| BA | 292540 | POTIRAGUÁ | - | - | 1 | - | - |
| BA | 292640 | RIACHO DE SANTANA | - | - | 1 | - | - |
| BA | 292810 | SANTA MARIA DA VITÓRIA | 1 | - | - | - | 4 |
| BA | 293350 | WENCESLAU GUIMARÃES | - | - | 1 | - | - |
| | TOTAL | 21 | 22 | - | 20 | - | 119 |

ANEXO VI

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CE | 230030 | ACOPIARA | 1 | - | 1 | - | 6 |
| CE | 230190 | BARBALHA | 1 | - | 1 | - | 3 |
| CE | 230370 | CAUCAIA | 1 | - | 1 | - | 5 |
| CE | 230470 | GRANJA | - | - | 1 | - | - |
| CE | 230495 | GUAIÚBA | - | - | 1 | - | - |
| CE | 230540 | ICÓ | 2 | - | 1 | - | 17 |
| CE | 230625 | ITAITINGA | 1 | - | 1 | - | 9 |
| CE | 231210 | SANTANA DO CARIRI | 1 | - | 1 | - | 5 |
| CE | 231230 | SÃO BENEDITO | 1 | - | 1 | - | 5 |
| | TOTAL | 9 | 8 | - | 9 | - | 50 |

ANEXO VII

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ES | 320120 | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 1 | - | 1 | - | 5 |
| ES | 320140 | CASTELO | - | - | 1 | - | - |
| ES | 320255 | IBITIRAMA | 1 | - | 1 | - | 6 |
| ES | 320500 | SERRA | 3 | - | 2 | - | 15 |
| ES | 320501 | SOORETAMA | 1 | - | - | - | 12 |
| ES | 320530 | VITÓRIA | 1 | - | 1 | - | 4 |
| | TOTAL | 6 | 7 | - | 6 | - | 42 |

ANEXO VIII

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| GO | 520140 | APARECIDA DE GOIÂNIA | 1 | - | - | - | 1 |
| GO | 520450 | CALDAS NOVAS | 1 | - | 1 | - | 4 |
| GO | 520750 | ESTRELA DO NORTE | - | - | 1 | - | - |
| GO | 520780 | FIRMINÓPOLIS | - | - | 1 | - | - |
| GO | 521120 | ITAPURANGA | 1 | - | 1 | - | 6 |
| GO | 521375 | MONTIVIDIU | 1 | - | 1 | - | 4 |
| GO | 521560 | PADRE BERNARDO | - | - | 1 | - | - |
| GO | 521850 | QUIRINÓPOLIS | 1 | - | 1 | - | 6 |
| GO | 521945 | SANTA RITA DO NOVO DESTINO | 1 | - | 1 | - | 4 |
| | TOTAL | 9 | 6 | - | 8 | - | 25 |

ANEXO IX

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MA | 210170 | BARREIRINHAS | 3 | - | 2 | - | 24 |
| MA | 210500 | HUMBERTO DE CAMPOS | 1 | - | 1 | - | 7 |
| MA | 210530 | IMPERATRIZ | 1 | - | - | - | 6 |
| MA | 210570 | LAGO DA PEDRA | 1 | - | 1 | - | 7 |
| MA | 210670 | MIRADOR | - | - | 1 | - | - |
| MA | 210750 | PAÇO DO LUMIAR | - | - | 1 | - | - |
| MA | 210770 | PARAIBANO | - | - | 1 | - | - |
| MA | 210900 | PORTO FRANCO | 1 | - | 1 | - | 4 |
| MA | 210920 | PRESIDENTE JUSCELINO | 1 | - | 1 | - | 7 |
| MA | 211040 | SÃO BENEDITO DO RIO PRETO | - | - | 1 | - | - |
| MA | 211120 | SÃO JOSÉ DE RIBAMAR | - | - | 1 | - | - |
| MA | 211280 | VIANA | 1 | - | - | - | 7 |
| MA | 211290 | VITÓRIA DO MEARIM | 1 | - | - | - | 6 |
| | TOTAL | 13 | 10 | - | 11 | - | 68 |

ANEXO X

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | 310090 | ÁGUAS FORMOSAS | - | - | 1 | - | - |
| MG | 310170 | ALMENARA | 1 | - | 1 | - | 5 |
| MG | 310540 | BARÃO DE COCAIS | - | - | 1 | - | - |
| MG | 310620 | BELO HORIZONTE | 1 | - | - | 1 | 6 |
| MG | 310720 | BOCAINA DE MINAS | 1 | - | - | - | 6 |
| MG | 310740 | BOM DESPACHO | 1 | - | - | - | 4 |
| MG | 310790 | BOM REPOUSO | 1 | - | 1 | - | 6 |
| MG | 310830 | BORDA DA MATA | 1 | - | - | - | 6 |
| MG | 310860 | BRASÍLIA DE MINAS | 1 | - | - | 1 | 6 |
| MG | 311787 | CONFINS | 1 | - | - | 1 | 5 |
| MG | 311830 | CONSELHEIRO LAFAIETE | 2 | - | 1 | - | 12 |
| MG | 312235 | DIVISA ALEGRE | 1 | - | 1 | - | 4 |
| MG | 312680 | FREI GASPAR | 1 | - | 1 | - | 6 |
| MG | 312700 | FRONTEIRA | - | - | 1 | - | - |
| MG | 313840 | LEOPOLDINA | 1 | - | 1 | - | 7 |
| MG | 314150 | MENDES PIMENTEL | - | - | 1 | - | - |
| MG | 314170 | MESQUITA | 1 | - | 1 | - | 4 |
| MG | 314435 | NAQUE | 1 | - | 1 | - | 5 |
| MG | 314700 | PARACATU | 1 | - | - | - | 5 |
| MG | 314910 | PEDRALVA | 1 | - | - | - | 7 |
| MG | 314960 | PEQUI | - | - | - | 1 | - |
| MG | 315210 | PONTE NOVA | - | - | 1 | - | - |
| MG | 315217 | PONTO DOS VOLANTES | - | - | - | 1 | - |
| MG | 315460 | RIBEIRÃO DAS NEVES | 3 | - | - | - | 21 |
| MG | 315560 | RIO PARDO DE MINAS | 1 | - | - | 1 | 8 |
| MG | 315720 | SANTA BÁRBARA | 1 | - | 1 | - | 5 |
| MG | 315790 | SANTA MARGARIDA | 1 | - | 1 | - | 7 |
| MG | 316292 | SÃO JOAQUIM DE BICAS | 1 | - | 1 | - | 4 |
| MG | 316420 | SÃO ROMÃO | 1 | - | 1 | - | 4 |
| MG | 316740 | SILVIANÓPOLIS | 1 | - | - | - | 6 |
| MG | 316900 | TOCANTINS | 1 | - | 1 | - | 4 |
| MG | 316970 | TURMALINA | 1 | - | - | 1 | 4 |
| | TOTAL | 32 | 28 | - | 18 | 7 | 157 |

ANEXO XI

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MS | 500290 | CASSILÂNDIA | 2 | - | 2 | - | 8 |
| MS | 500370 | DOURADOS | - | - | 1 | - | - |
| MS | 500520 | LADÁRIO | 1 | - | 1 | - | 4 |
| | TOTAL | 3 | 3 | - | 4 | - | 12 |

ANEXO XII

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MT | 510140 | ARIPUANÃ | 1 | - | 1 | - | 9 |
| MT | 510160 | BARÃO DE MELGAÇO | - | - | 1 | - | - |
| MT | 510330 | COMODORO | 1 | - | - | - | 7 |
| MT | 510452 | IPIRANGA DO NORTE | 1 | - | 1 | - | 2 |
| MT | 510626 | NOVO MUNDO | 1 | - | 1 | - | 11 |
| MT | 510792 | SORRISO | 1 | - | 1 | - | 8 |
| MT | 510550 | VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE | 1 | - | 1 | - | 8 |
| | TOTAL | 7 | 6 | - | 6 | - | 45 |

ANEXO XIII

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PA | 150013 | ABEL FIGUEIREDO | 1 | - | 1 | - | 7 |
| PA | 150040 | ALENQUER | 1 | - | - | - | 10 |
| PA | 150050 | ALMEIRIM | 1 | - | 1 | - | 5 |
| PA | 150080 | ANANINDEUA | 3 | - | 1 | - | 20 |
| PA | 150180 | BREVES | - | - | 1 | - | - |
| PA | 150275 | CONCÓRDIA DO PARÁ | 1 | - | 2 | - | 12 |
| PA | 150293 | DOM ELISEU | 1 | - | - | - | 6 |
| PA | 150380 | JACUNDÁ | - | - | 1 | - | - |
| PA | 150390 | JURUTI | 2 | - | 2 | - | 19 |
| PA | 150405 | MÃE DO RIO | 1 | - | 1 | - | 3 |
| PA | 150550 | PARAGOMINAS | 1 | - | - | - | 5 |
| PA | 150620 | SALINÓPOLIS | 1 | - | 1 | - | 3 |
| PA | 150680 | SANTARÉM | 2 | - | 1 | - | 11 |
| PA | 150710 | SÃO CAETANO DE ODIVELAS | 1 | - | 1 | - | 4 |
| PA | 150815 | URUARÁ | 1 | - | 1 | - | 6 |
| | TOTAL | 15 | 17 | - | 14 | - | 111 |

ANEXO XIV

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PB | 250100 | ARARUNA | 2 | - | 2 | - | 10 |
| PB | 250170 | BARRA DE SÃO MIGUEL | - | - | 1 | - | - |
| PB | 250180 | BAYEUX | 1 | - | 1 | - | 8 |
| PB | 250435 | CATURITÉ | 1 | - | 1 | - | 4 |
| PB | 250460 | CONDE | - | - | 1 | - | - |
| PB | 250660 | IBIARA | 1 | - | 1 | - | 5 |
| PB | 250700 | ITAPORANGA | 1 | - | 1 | - | 6 |
| PB | 250939 | MATURÉIA | 1 | - | 1 | - | 8 |
| PB | 251170 | PILÕEZINHOS | - | - | 1 | - | - |
| PB | 251250 | QUEIMADAS | 1 | - | 1 | - | 7 |
| PB | 251600 | SOLÂNEA | 1 | - | 2 | - | 9 |
| | TOTAL | 11 | 9 | - | 13 | - | 57 |

ANEXO XV

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PE | 260260 | BREJO DA MADRE DE DEUS | 1 | - | 1 | - | 8 |
| PE | 260520 | ESCADA | - | - | 1 | - | - |
| PE | 260790 | JABOATÃO DOS GUARARAPES | - | - | 2 | - | - |
| PE | 261000 | PALMARES | 1 | - | 1 | - | 5 |
| PE | 261070 | PAULISTA | 1 | - | 1 | - | 9 |
| PE | 261090 | PESQUEIRA | 1 | - | 1 | - | 8 |
| PE | 261153 | QUIXABA | - | - | 1 | - | - |
| PE | 261190 | RIO FORMOSO | 1 | - | 1 | - | 4 |
| PE | 261310 | SÃO CAITANO | - | - | 1 | - | - |
| PE | 261560 | TRINDADE | 1 | - | - | - | 2 |
| | TOTAL | 10 | 6 | - | 10 | - | 36 |

ANEXO XVI

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PI | 220070 | ANÍSIO DE ABREU | 1 | - | 1 | - | 5 |
| PI | 220105 | ASSUNÇÃO DO PIAUÍ | 1 | - | 1 | - | 6 |
| PI | 220157 | BELÉM DO PIAUÍ | 1 | - | 1 | - | 4 |
| PI | 220350 | ELESBÃO VELOSO | 1 | - | 1 | - | 4 |
| PI | 220390 | FLORIANO | 2 | - | 1 | - | 10 |
| PI | 220800 | PICOS | 1 | - | 1 | - | 5 |
| PI | 221063 | SEBASTIÃO LEAL | 1 | - | 1 | - | 8 |
| PI | 221120 | URUÇUÍ | 1 | - | - | - | 4 |
| | TOTAL | 8 | 9 | - | 7 | - | 46 |

ANEXO XVII

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | 410250 | BARBOSA FERRAZ | 1 | - | - | - | 1 |
| PR | 410290 | BITURUNA | 1 | - | - | - | 6 |
| PR | 410640 | CORNÉLIO PROCÓPIO | 1 | - | - | - | 3 |
| PR | 410712 | DIAMANTE DO SUL | 1 | - | - | - | 7 |
| PR | 410760 | FAXINAL | 1 | - | 1 | - | 6 |
| PR | 410870 | GRANDES RIOS | 1 | - | 1 | - | 3 |
| PR | 411295 | JURANDA | 1 | - | 1 | - | 6 |
| PR | 411820 | PARANAGUÁ | 1 | - | - | - | 3 |
| PR | 411950 | PIRAQUARA | 2 | - | 1 | - | 8 |
| PR | 412215 | RIO BONITO DO IGUAÇU | 1 | - | 1 | - | 10 |
| PR | 412500 | SÃO JOÃO DO IVAÍ | 1 | - | 1 | - | 7 |
| PR | 412690 | TAPIRA | 1 | - | - | - | 7 |
| | TOTAL | 12 | 13 | - | 6 | - | 67 |

ANEXO XVIII

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RJ | 330025 | ARRAIAL DO CABO | 1 | - | 1 | - | 12 |
| RJ | 330045 | BELFORD ROXO | 2 | - | - | - | 7 |
| RJ | 330070 | CABO FRIO | - | - | 1 | - | - |
| RJ | 330080 | CACHOEIRAS DE MACACU | 1 | - | - | - | 11 |
| RJ | 330285 | MESQUITA | - | - | 1 | - | - |
| RJ | 330350 | NOVA IGUAÇU | 4 | - | - | - | 28 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | 2 | - | 2 | 1 | 9 |
| RJ | 330490 | SÃO GONÇALO | 4 | - | 2 | - | 24 |
| RJ | 330550 | SAQUAREMA | - | - | 1 | - | - |
| | TOTAL | 9 | 14 | - | 8 | 1 | 91 |

ANEXO XIX

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RN | 240050 | ALEXANDRIA | 1 | - | 2 | - | 5 |
| RN | 240580 | JOÃO CÂMARA | 2 | - | 2 | - | 7 |
| RN | 240800 | MOSSORÓ | - | - | 1 | - | - |
| RN | 240810 | NATAL | 1 | - | 1 | - | 5 |
| RN | 240910 | PASSA E FICA | - | - | 1 | - | - |
| RN | 240950 | PEDRA GRANDE | - | - | 1 | - | - |
| RN | 241170 | SÃO BENTO DO TRAIRÍ | 1 | - | 1 | - | 5 |
| | TOTAL | 7 | 5 | - | 9 | - | 22 |

ANEXO XX

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RO | 110040 | ALTO PARAÍSO | 1 | - | - | - | 9 |
| | TOTAL | 1 | 1 | - | - | - | 9 |

ANEXO XXI

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RR | 140028 | IRACEMA | 1 | - | 1 | - | 6 |
| | TOTAL | 1 | 1 | - | 1 | - | 6 |

ANEXO XXII

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RS | 430010 | AGUDO | 1 | - | - | - | 4 |
| RS | 430110 | ARROIO DOS RATOS | 1 | - | - | - | 6 |
| RS | 430220 | BOA VISTA DO BURICÁ | 1 | - | - | - | 5 |
| RS | 430330 | CAIBATÉ | 1 | - | 1 | - | 5 |
| RS | 430420 | CANDELÁRIA | 1 | - | 1 | - | 3 |
| RS | 430460 | CANOAS | 1 | - | 1 | - | 5 |
| RS | 430780 | ESTRELA | 1 | - | - | - | 5 |
| RS | 431120 | JÚLIO DE CASTILHOS | 1 | - | 1 | - | 8 |
| RS | 431306 | NOVA HARTZ | - | - | 1 | - | - |
| RS | 431390 | PANAMBI | 1 | - | 1 | - | 6 |
| RS | 431410 | PASSO FUNDO | 1 | - | - | - | 3 |
| RS | 431697 | SANTA MARGARIDA DO SUL | 1 | - | 1 | - | 5 |
| RS | 431890 | SÃO LUIZ GONZAGA | 1 | - | 1 | - | 6 |
| RS | 432100 | TAPERA | 1 | - | 1 | - | 10 |
| RS | 432300 | VIAMÃO | 2 | - | - | - | 2 |
| | TOTAL | 15 | 15 | - | 9 | - | 73 |

ANEXO XXIII

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | 420240 | BLUMENAU | 1 | - | 1 | - | 2 |
| SC | 420340 | CAMPO BELO DO SUL | 1 | - | - | - | 6 |
| SC | 420540 | FLORIANÓPOLIS | 1 | - | - | - | 2 |
| SC | 420600 | GOVERNADOR CELSO RAMOS | 1 | - | 1 | - | 5 |
| SC | 420650 | GUARAMIRIM | 1 | - | - | - | 4 |
| SC | 420845 | ITAPOÁ | 1 | - | - | - | 6 |
| SC | 420940 | LAGUNA | 1 | - | 1 | - | 6 |
| SC | 421187 | PAIAL | 1 | - | 1 | - | 5 |
| SC | 421230 | PAULO LOPES | 1 | - | 1 | - | 5 |
| SC | 421335 | PONTE ALTA DO NORTE | 1 | - | 1 | - | 4 |
| SC | 421930 | VIDEIRA | 1 | - | 1 | - | 3 |
| | TOTAL | 11 | 11 | - | 7 | - | 48 |

ANEXO XXIV

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SE | 280020 | AQUIDABÃ | 1 | - | - | - | 5 |
| | TOTAL | 1 | 1 | - | - | - | 5 |

ANEXO XXV

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | 350580 | BASTOS | 1 | - | 1 | - | 5 |
| SP | 350650 | BIRIGUI | 1 | - | - | - | 4 |
| SP | 350870 | CACONDE | 1 | - | - | - | 5 |
| SP | 351210 | COLÔMBIA | 1 | - | 1 | - | 5 |
| SP | 351630 | FRANCISCO MORATO | 1 | - | - | - | 7 |
| SP | 351640 | FRANCO DA ROCHA | 1 | - | - | - | 4 |
| SP | 351880 | GUARULHOS | - | - | 2 | - | - |
| SP | 351925 | IARAS | 1 | - | 1 | - | 5 |
| SP | 352030 | IGUAPE | 1 | - | 1 | - | 7 |
| SP | 352320 | ITARARÉ | 1 | - | - | - | 4 |
| SP | 352410 | ITUVERAVA | 1 | - | 1 | - | 4 |
| SP | 352560 | JOÃO RAMALHO | 1 | - | - | - | 4 |
| SP | 353150 | MONTE AZUL PAULISTA | 1 | - | - | - | 5 |
| SP | 353760 | PERUÍBE | 1 | - | - | - | 4 |
| SP | 353870 | PIRACICABA | 1 | - | - | - | 5 |
| SP | 354060 | PORTO FELIZ | 1 | - | - | - | 5 |
| SP | 354350 | RIVERSUL | - | - | 1 | - | - |
| SP | 355030 | SÃO PAULO | 3 | - | 2 | 1 | 18 |
| SP | 355050 | SÃO PEDRO DO TURVO | 2 | - | 2 | - | 10 |
| SP | 355160 | SERRA NEGRA | 1 | - | 1 | - | 4 |
| | TOTAL | 20 | 21 | - | 13 | 1 | 105 |

ANEXO XXVI

| UF | IBGE | MUNICIPIO | ESF | ESFRB | ESB1 | ESB2 | ACS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TO | 170820 | FORMOSO DO ARAGUAIA | - | - | - | - | 8 |
| TO | 171488 | NOVA OLINDA | - | - | - | - | 8 |
| TO | 171855 | RIACHINHO | 1 | - | 1 | - | 5 |
| | TOTAL | 3 | 1 | - | 1 | - | 21 |
| Total Geral | | 233 | 223 | - | 187 | 9 | 1291 |

**PORTARIA Nº 651, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Restabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser disponibilizado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), dos Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.416/GM/MS, de 9 de agosto de 2018, que estabelece a dedução de recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde do Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC de Estados e Municípios, referente ao Incentivo de Adesão à Contratualização - IAC, no âmbito do Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino e dos Hospitais Filantrópicos; e

Considerando o Despacho 8372068, de 15 de março de 2019, da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar-CGHOSP/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica restabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, referente aos valores deduzidos do Teto MAC dos estados e municípios, na terceira parcela anual de 2019, em decorrência do efeito retroativo da Portaria nº 2.416/GM/MS, no montante de R$ 5.443.620,13 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e três mil seiscentos e vinte reais e treze centavos), conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o caput deste artigo serão disponibilizados aos estados e municípios, em parcela única, para posterior desconto em 07 (sete) parcelas mensais.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2019.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

| UF | CÓDIGO | MUNICÍPIO | GESTÃO | CNES | NOME FANTASIA | Nº DA PORTARIA | DATA DA PORTARIA | DATA DA REPUBLICAÇÃO | VALOR DO RECURSO IAC A SER RESTITUÍDO R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BA | 290000 | ITABERABA | Estadual | 2470152 | HOSPITAL REGIONAL DE ITABERABA | 3166 | 20/12/2013 | | 244.317,22 |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | 244.317,22 |
| BA | 293320 | VERA CRUZ | Municipal | 2532883 | HOSPITAL MARIA AMELIA SANTOS | 1557 | 27/06/2007 | | 82.730,16 |
| | | | | | | 3130 | 24/12/2008 | 22/01/2009 | 16.546,03 |
| | | | | | | 2506 | 26/10/2011 | 30/11/2011 | 11.528,45 |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | 110.804,64 |
| ES | 320400 | PANCAS | Municipal | 2448645 | HOSPITAL E MATERNIDADE DE PANCAS | 3172 | 28/12/2012 | 23/04/2013 | 22.752,08 |
| | | | | | | 3219 | 20/12/2007 | | 22.881,41 |
| | | | | | | 3130 | 24/12/2008 | 22/01/2009 | 4.576,29 |
| | | | | | | 2506 | 26/10/2011 | 30/11/2011 | 13.632,85 |
| | | | | | | 1416 | 06/07/2012 | 07/08/2012 | 16.547,86 |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | 80.390,49 |
| ES | 320000 | MONTANHA | Estadual | 2484048 | CASA NOSSA SENHORA DA SAÚDE | 3172 | 28/12/2012 | 23/04/2013 | 2.556,87 |
| | | | | | | 1931 | 10/08/2007 | | 6.624,40 |
| | | | | | | 3130 | 24/12/2008 | 22/01/2009 | 1.324,88 |
| | | | | | | 2506 | 26/10/2011 | 30/11/2011 | 4.859,10 |
| | | | | | | 1416 | 06/07/2012 | 07/08/2012 | 2.866,29 |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | 18.231,54 |
| MA | 210480 | GRAJAU | Municipal | 2462753 | HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS | 717 | 04/04/2007 | | 96.252,27 |
| | | | | | | 3130 | 24/12/2008 | 22/01/2009 | 19.250,46 |
| | | | | | | 2506 | 26/10/2011 | 30/11/2011 | 70.322,04 |
| | | | | | | 1416 | 06/07/2012 | 07/08/2012 | 75.686,96 |
| | | | | | | 3172 | 28/12/2012 | 23/04/2013 | 9.188,10 |
| | | | | | | 3166 | 20/12/2013 | | 233.929,78 |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | 504.629,60 |
| MG | 315780 | SANTA LUZIA | Municipal | 2164299 | HOSPITAL DE SÃO JOÃO DE DEUS | 1416 | 06/07/2012 | 07/08/2012 | 109.564,03 |
| | | | | | | 3219 | 20/12/2007 | | 162.160,83 |
| | | | | | | 3130 | 24/12/2008 | 22/01/2009 | 32.432,17 |
| | | | | | | 2506 | 26/10/2011 | 30/11/2011 | 127.390,47 |
| | | | | | | 3172 | 28/12/2012 | 23/04/2013 | 100.815,83 |
| | | | | | | 3166 | 20/12/2013 | | 425.743,93 |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | 958.107,26 |
| PB | 250100 | ARARUNA | Municipal | 2613387 | HOSPITAL JULIA MARANHÃO | 3172 | 28/12/2012 | 23/04/2013 | 18.353,35 |
| | | | | | | 3130 | 24/12/2008 | 22/01/2009 | 8.504,00 |
| | | | | | | 1480 | 20/06/2007 | | 42.520,00 |
| | | | | | | 2506 | 26/10/2011 | 30/11/2011 | 28.599,73 |
| | | | | | | 1416 | 06/07/2012 | 07/08/2012 | 29.654,39 |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | 127.631,47 |
| PR | 410000 | PONTA GROSSA | Estadual | 2687003 | HOSPITAL EVANGÉLICO DE PONTA GROSSA | 3130 | 24/12/2008 | 22/01/2009 | 7.037,58 |
| | | | | | | 2015 | 22/08/2007 | | 35.187,89 |
| | | | | | | 2506 | 26/10/2011 | 30/11/2011 | 68.129,23 |
| | | | | | | 1416 | 06/07/2012 | 07/08/2012 | 53.043,43 |
| | | | | | | 3172 | 28/12/2012 | 23/04/2013 | 49.916,36 |
| | | | | | | 175 | 29/01/2014 | | 236.326,80 |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | 449.641,30 |
| PR | 411420 | MANDAGUARI | Municipal | 2585634 | HOSPITAL GERAL | 3130 | 24/12/2008 | 22/01/2009 | 17.499,87 |
| | | | | | | 2442 | 02/10/2007 | | 87.499,36 |
| | | | | | | 2506 | 26/10/2011 | 30/11/2011 | 29.095,85 |
| | | | | | | 1416 | 06/07/2012 | 07/08/2012 | 19.843,77 |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | 153.938,86 |
| RJ | 330455 | RIO DE JANEIRO | Municipal | 2273535 | SCMRJ SANTA CASA HOSPITAL SÃO ZACHARIAS | 3130 | 24/12/2008 | 22/01/2009 | 9.200,02 |
| | | | | | | 2486 | 02/10/2007 | | 46.000,13 |
| | | | | | | 3172 | 28/12/2012 | 23/04/2013 | 80.888,68 |
| | | | | | | 2506 | 26/10/2011 | 30/11/2011 | 34.951,71 |
| | | | | | | 1416 | 06/07/2012 | 07/08/2012 | 58.703,36 |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | 229.743,90 |
| RJ | 330000 | PORCIÚNCULA | Estadual | 2272369 | HOSPITAL DE PORCIÚNCULA | 3172 | 28/12/2012 | 23/04/2013 | 6.646,54 |
| | | | | | | 1416 | 06/07/2012 | 07/08/2012 | 15.530,91 |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | 22.177,45 |
| SP | 354980 | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | Municipal | 2097605 | HOSPITAL IELAR | 504 | 07/03/2007 | 16/03/2007 | 175.531,94 |
| | | | | | | 3130 | 24/12/2008 | 22/01/2009 | 35.106,39 |
| | | | | | | 2506 | 26/10/2011 | 30/11/2011 | 185.367,53 |
| | | | | | | 1416 | 06/07/2012 | 07/08/2012 | 251.661,94 |
| | | | | | | 3172 | 28/12/2012 | 23/04/2013 | 425.569,57 |
| | | | | | | 3166 | 20/12/2013 | | 1.021.092,99 |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | 2.094.330,35 |
| SP | 350970 | CAMPOS DO JORDÃO | Municipal | 2079569 | HOSPITAL SÃO PAULO | 504 | 07/03/2007 | 16/03/2007 | 119.888,57 |
| | | | | | | 3130 | 24/12/2008 | 22/01/2009 | 23.977,71 |
| | | | | | | 2506 | 26/10/2011 | 30/11/2011 | 73.946,47 |
| | | | | | | 1416 | 06/07/2012 | 07/08/2012 | 60.702,31 |
| | | | | | | 3166 | 20/12/2013 | | 171.161,01 |
| SUBTOTAL | | | | | | | | | 449.676,08 |
| TOTAL | | | | | | | | | 5.443.620,13 |

**PORTARIA Nº 654, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Renova a qualificação da Unidade de Suporte Básico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Miranorte, pertencente à Regional de Palmas (TO), e mantém a transferência de incentivo de custeio ao Município de Miranorte (TO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.284/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, que qualifica 2 (duas) Unidades de Suporte Básico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Regional de Palmas (TO) e autoriza a transferência de custeio ao município;

Considerando o Título II - Do Componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - Do Financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências - do Titulo VIII, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando o Parecer Técnico nº 193-SEI/2019 da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência - CGUE/DAHU/SAS/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.221243/2012-52, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Unidade de Suporte Básico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), localizada no Município de Miranorte (TO) pertencente à Central de Regulação de Urgências Regional de Palmas (TO) e mantida a transferência de incentivo financeiro de custeio, conforme anexo a esta portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos, de acordo com art. 928 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, devendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

| UF | Município | IBGE | CNES | Descrição | SIPAR | Gestão | Código de incentivo | Proposta | Incremento financeiro para Qualificação Anual |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TO | Miranorte | 1713304 | 6949304 | USB | 25000.221243/2012-52 | Municipal | 82.51 | 92936 | R$ 137.186,40 |

**PORTARIA Nº 656, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Exclui o item I do Anexo II da Portaria nº 2.161/GM/MS, de 17 de julho de 2018, que incluiu procedimento e estabelece critério para troca do processador de fala na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a decisão judicial, exarada nos autos do processo judicial nº 0804166-65.2018.4.05.8300, resolve:

Art. 1º Fica excluído o item I do Anexo II da Portaria nº 2.161/GM/MS, de 17 de julho de 2018, que incluiu procedimento e estabelece critério para troca do processador de fala na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria 375/GM/MS, de 12 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 55, de 21 de março de 2019, Seção 1, página 46.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

**PORTARIA Nº 663, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Habilita o Município de Paraty (RJ) a receber incentivo financeiro de custeio, referente à Unidade Móvel Fluvial (Ambulancha), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de Regulação das Urgências de Angra dos Reis (RJ) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio de Janeiro e Município de Paraty.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 555/GM/MS, de 29 de março de 2012, que habilita os Municípios de Mangaratiba (RJ) e Paraty (RJ) a receberem Unidades de Suporte Básico e Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional da Baía de Ilha Grande (RJ) e autoriza a transferência de custeio ao Município;

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo III, Art. 57 da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, publicada no Suplemento ao nº 190 do Diário Oficial da União de 3/10/2017;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/GM/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando o Parecer Técnico nº 40/2019, da Coordenação Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, constante no processo NUP-SEI 25000.157515/2011-72, proposta SAIPS 17669, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Paraty (RJ) - CNES 9354239 a receber incentivo financeiro de custeio, referente à Unidade de Suporte Básico de Vida-Embarcação (Ambulancha), código de incentivo 82.46, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de Regulação das Urgências de Angra dos Reis (RJ),

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio de Janeiro e Município de Paraty.

Art. 3º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Paraty (RJ) - IBGE 330380, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2019.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

**PORTARIA Nº 668, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Habilita o Centro Especializado em Reabilitação - CER IV e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Tocantins e Município de Araguaína.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando o Anexo VI da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, por meio da criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com deficiência temporária ou permanente; progressiva, regressiva ou estável; intermitente ou contínua, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Centro Especializado em Reabilitação CER IV nas modalidades (Física, Intelectual, Auditiva e Visual) previsto na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, ANEXO VI.

| UF | Município | Número da Proposta SAIPS | Estabelecimento | CNES | Gestão | Modalidade | Código e Descrição dos Incentivos | Custeio anual R$ | CNPJ do Fundo de Saúde |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TO | Araguaína | 38833 | Centro Especializado em Reabilitação CER IV | 9494499 | Municipal | Física, Intelectual, Auditiva e Visual | 82.25 | 4.140.000,00 | 11.046.759/0001-21 |

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 4.140.000,00 (quatro milhões e cento e quarenta mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Tocantins e Município de Araguaína.

Art. 3º Fica determinado que o Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Araguaína, IBGE 170210, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2019.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

**PORTARIA Nº 669, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Habilita a APAE de Oliveira (MG) como Centro Especializado em Reabilitação - CER II e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando o Anexo VI da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, por meio da criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com deficiência temporária ou permanente; progressiva, regressiva ou estável; intermitente ou contínua, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a APAE de Oliveira, como Centro Especializado em Reabilitação - CER II, nas modalidades física e intelectual, prevista na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, ANEXO VI.

| UF | Município | Número da Proposta SAIPS | Estabelecimento | CNES | Gestão | Código e Descrição das Habilitações | Código e Descrição dos Incentivos | Custeio anual R$ | CNPJ do Fundo de Saúde |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | Oliveira | 32433 | APAE de Oliveira | 5851599 | Estadual | 22.08 - Física<br>22.09 - Intelectual | 82.23 CER II | 1.680.000,00 | 03.133.408/0001-20 |

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.680.000,00 (um milhão e seiscentos e oitenta mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais.

Art. 3º Fica determinado que o Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde de Minas Gerais, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2019.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

**PORTARIA Nº 671, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Habilita a Unidade Municipal de Pronto Atendimento Nova Cidade (UPA 24h, nova) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio de Janeiro e Município de São Gonçalo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/MS/SAS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Capítulo I da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando o Título IV, do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3 GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta cadastrada no SAIPS nº 92295, e aprovada em 7 de fevereiro de 2019 pela Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade Municipal de Pronto Atendimento Nova Cidade (UPA 24h, nova) localizada no Município de São Gonçalo (RJ).

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC ao Estado do Rio de Janeiro e Município de São Gonçalo, para o custeio da Unidade prevista no Art. 1º.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de São Gonçalo, IBGE 330490, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2019.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

| UF | Município | IBGE | CNES | Custeio | Código de incentivo | NUP SEI | Valor repassado anualmente | Gestão | Proposta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RJ | São Gonçalo | 330490 | 9126597 | Opção V | 82.42 | 25000.027689/2019-69 | R$ 2.100.000,00 | Municipal | 92295 |

**PORTARIA Nº 673, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico do Hospital Municipal de Araguaína e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Tocantins e Município de Araguaína.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso as atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Resolução da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins - CIB/TO nº 310, de 5 dezembro de 2013, que aprova sobre o Plano de Ação Regional da Rede de Urgência e Emergência da Região de Saúde Médio Norte Araguaia;

Considerando a Portaria nº 1.495/GM/MS, de 18 de setembro de 2015, que aprova o Componente Hospitalar da Etapa VI do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e dos Municípios do Tocantins, e aloca recursos financeiros para sua implantação;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 - Título X - Do cuidado progressivo ao Paciente Crítico ou Grave;

Considerando o Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - do Financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência- DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Pediátrica, Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

| Proposta SAIPS: 36.454 | Hospital | Nº leitos |
|---|---|---|
| CNES: 3663051 | Hospital Municipal de Araguaína/Prefeitura Municipal de Araguaína - Araguaína/TO | |
| Leito: 26.03 Pediátrica | | 10 |

Art. 2º Fica determinado que as referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos no Título X, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, terão suspensos os efeitos de seus cadastramentos.

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 2.628.000,00 (dois milhões e seiscentos e vinte e oito mil reais) a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Tocantins e Município de Araguaína, conforme anexo.

Art. 4º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 3° desta Portaria referem-se à habilitação de 10 (dez) leitos novos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Pediátrico Tipo II, do Hospital Municipal de Araguaína, CNES 3663051, localizado no Município de Araguaína (TO), proposta SAIPS n° 36.454, previstos no Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e dos Municípios do Tocantins, aprovada pela Portaria GM/MS nº 1495, de 18 de setembro de 2015.

Art. 5º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Araguaína, IBGE 170210, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 6º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2019.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

| UF | IBGE | Município | CNES | Estabelecimento | Gestão | CÓD | N° de leitos | Valor anual |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TO | 170210 | Araguaína | 3663051 | Hospital Municipal de Araguaína | Municipal | 82.18 | 10 | R$ 2.628.000,00 |

**PORTARIA Nº 675, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Laura Bandeira de Melo, nova) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Pernambuco e Município de Paudalho.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que Redefine os Incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta cadastrada no SAIPS nº 77660, e aprovada em 16 de novembro de 2018, a Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Laura Bandeira de Melo, nova) localizada no Município de Paudalho (PE).

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de 1.644.000,00 (um milhão e seiscentos e quarenta e quatro mil reais) a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC ao Estado de Pernambuco e Município de Paudalho, para o custeio da Unidade prevista no art. 1º.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Paudalho, IBGE 261060, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único - o recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2019.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

| UF | Município | IBGE | CNES | Custeio | Nº de Profissionais Médicos 24h | Código de incentivo | NUP SEI | Valor repassado anualmente | Gestão | Proposta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PE | Paudalho | 261060 | 9551476 | Opção IV | 5 (cinco) | 82.68 | 25000.180760/2018-50 | R$ 1.644.000,00 | Municipal | 77660 |

**RETIFICAÇÃO**

No artigo 1º da Portaria nº 487/GM/MS de 5 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 67, de 8 de abril de 2019 - Seção 1, página 45, onde se lê: "Fica habilitada a Santa Casa de Barretos (SP), CNES 209611" leia-se: "Fica habilitada a Santa Casa de Barretos (SP), CNES 2092611".

**RETIFICAÇÃO**

No anexo Portaria nº 3.575/GM/MS, de 5 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 223, de 21 de novembro de 2018, Seção 1, página 75-77,
Onde se lê:

| Estado | IBGE | Município | Equipe Saúde da Família (eSF) | | Agente Comunitário de Saúde (ACS) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Novo Credenciamento | Total após credenciamento* | Novo Credenciamento | Total após credenciamento* |
| RS | 430280 | Caçapava do Sul | 0 | 5 | 3 | 46 |

Leia-se:

| Estado | IBGE | Município | Equipe Saúde da Família (eSF) | | Agente Comunitário de Saúde (ACS) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Novo Credenciamento | Total após credenciamento* | Novo Credenciamento | Total após credenciamento* |
| RS | 430280 | Caçapava do Sul | 0 | 5 | 3 | 49 |

**RETIFICAÇÃO**

No Anexo da Portaria nº 1.580/GM/MS, de 1º de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 148, de 2 de agosto de 2013, Seção 1, página 47/49,
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | MODALIDADE | PROPONENTE | PORTE DA UPA | Nº DA PROPOSTA | SIPAR |
|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | São Vicente | AMPLIADA | SMS | III | 11899.413000/1130-03 | 25000.121317/2013-32 |
| SP | São Vicente | AMPLIADA | SMS | II | 11899.413000/1130-02 | 25000.121294/2013-66 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | MODALIDADE | PROPONENTE | PORTE DA UPA | Nº DA PROPOSTA | SIPAR |
|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | São Vicente | AMPLIADA | SMS | III | 11899.413000/1130-01 | 25000.121317/2013-32 |
| SP | São Vicente | AMPLIADA | SMS | II | 11899.413000/1130-03 | 25000.121294/2013-66 |

## SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

**PORTARIA Nº 20, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Torna pública a decisão de excluir o pamidronato dissódico para tratamento da doença de Paget, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica excluído o pamidronato dissódico para tratamento da doença de Paget, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENIZAR VIANNA ARAUJO

## AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.408, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Medical Brasil Assistência Médica Ltda.

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 11 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e nos termos do inciso IV do art. 26, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, e na forma do disposto no art. 7º-A da Resolução Normativa - RN nº 186, de 14 de janeiro de 2009, alterada pela RN nº 252, de 29 de abril de 2011, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.031872/2018-43, e considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota, ad referendum, em 17 de abril de 2019, a seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora Medical Brasil Assistência Médica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 19.240.166/0001-03, registro ANS nº 41.932-0, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 29 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Medical Brasil Assistência Médica Ltda pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º Terá validade de 5 (cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do Guia de Planos do sítio eletrônico da ANS na internet.

§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito da compatibilidade de produtos da portabilidade especial.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA

# AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

## DIRETORIA COLEGIADA

### DESPACHO Nº 59, DE 17 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve aprovar a abertura do Processo Administrativo de Regulação em Anexo com dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR), nos termos do art. 12 da Portaria nº 1.741, de 12 de dezembro de 2018 e com dispensa de Consulta Pública, nos termos do § 2º do art. 29 da Portaria nº 1.741, de 12 de dezembro de 2018, conforme deliberado em reunião realizada em 9 de abril de 2019, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

WILLIAN DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Processo nº: 25351.905454/2019-38
Assunto: Alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 205/2017, que estabelece procedimento especial para anuência de ensaios clínicos, certificação de boas práticas de fabricação e registro de novos medicamentos para tratamento, diagnóstico ou prevenção de doenças raras.
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos (GGMED)
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema nº 7.1 - Registro, pós-registro e notificação de medicamentos
Excepcionalidade: Dispensa de AIR por notório baixo impacto e dispensa de Consulta Pública por alto grau de urgência e gravidade
Relatoria: William Dib

### DESPACHO Nº 60, DE 17 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve aprovar a abertura do Processo Administrativo de Regulação em Anexo para tema não previsto na Agenda Regulatória da Anvisa, nos termos do inciso I do art. 11 da Orientação de Serviço nº 56, de 18 de dezembro de 2018, conforme deliberado em reunião realizada em 9 de abril de 2019, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Processo nº: 25351.902929/2019-34
Assunto: Atualização da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 200/2017, a qual dispõe sobre os critérios para a concessão e renovação do registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, genéricos e similares, e dá outras providências.
Área responsável: Gerência de Avaliação de Eficácia e Segurança (GESEF/GGMED)
Agenda Regulatória 2017-2020: Não é tema da Agenda
Excepcionalidade: Processo não relacionado a tema da Agenda Regulatória

### DESPACHO Nº 61, DE 17 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve aprovar a abertura do Processo Administrativo de Regulação com dispensa de realização de Consulta Pública, referente ao tema de atualização periódica, conforme deliberado em reunião realizada em 9 de abril de 2019, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Processo nº: 25351.935850/2018-17
Assunto: Atualização periódica das listas de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos (GGALI)
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema de Atualização Periódica nº 4.9 - Atualização das listas de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos
Excepcionalidade: Dispensa de Análise de Impacto Regulatório e Consulta Pública para tema de Atualização Periódica cujo padrão é a realização destas etapas
Relatoria: Fernando Mendes Garcia Neto

## 2ª DIRETORIA

### PORTARIA Nº 843, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Prorroga os prazos estabelecidos na Portaria nº 1.740, de 12 de dezembro de 2018

A Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 54, III, § 3º, aliado ao art. 52, IV, § 1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, e na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 252, de 28 de novembro de 2018, resolve:

Art. 1º Ficam prorrogados por 5 (cinco) meses o prazo estabelecido no art. 6º e por 3 (três) meses o prazo estabelecido no § 1º do art. 6º da Portaria nº 1.740, de 12 de dezembro de 2018, publicada no DOU nº 241, de 17 de dezembro de 2018, Seção 1, pág. 65, republicada no DOU nº 248, de 27 de dezembro de 2018, Seção 1, pág. 167.

Art. 2º Esta de Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA BASTOS SOARES

## 4ª DIRETORIA

## GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

### RESOLUÇÃO-RE Nº 1.000, DE 17 DE ABRIL DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) cautelar(es) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: TORRENT DO BRASIL LTDA - CNPJ: 33.078.528/0001-32
Produto - Apresentação (Lote): TORLOS H - 50 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 14(vários);TORLOS H - 50 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 30(vários);TORLÓS - 25 MG COM REV CT BL AL AL X 30(vários);TORLÓS - 50 MG COM REV CT BL AL AL X 30(vários);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0308902/19-9
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Motivação: Considerando o comunicado de recolhimento voluntário encaminhado pela Torrent do Brasil Ltda., protocolizado via expediente nº. 119422194, em razão de ter sido detectada durante a análise do insumo farmacêutico ativo quantidades de traços de uma impureza inesperada (NDEA: N-nitrosodietilamina) em alguns lotes, determina-se, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso dos lotes Torlos (losartana potássica) 50 mg lote CE32C014 (validade maio/2019) e lote CE32D004 (validade abril/2020) e que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito.

### RESOLUÇÃO-RE Nº 1.018, DE 17 DE ABRIL DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas cautelares constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: desconhecida - CNPJ: desconhecido
Produto - (Lote): JUVEDERM ULTRA 4(S30LA60506);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 0226761/19-6
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Motivação: Considerando que a empresa Allergan Produtos Farmacêuticos Ltda, detentora do registro do produto JUVEDERM ULTRA4, identificou no mercado unidades do lote S30LA605006 desse produto, com as divergências na data de fabricação (05/2017) e na data de validade (06/2019), diferentes das datas de fabricação e data de validade do lote de mesmo número originalmente fabricado pela empresa, tratando-se, portanto, de falsificação.
.....
2. Empresa: Ger-Ar Comércio de Produtos Médicos Ltda - CNPJ: 04.696.139/0001-72
Produto - (Lote): CRYOCARE E CRYOPROBE(TODOS);CRYO-60 - KIT DE CATETER DE AQUECIMENTO URETRAL(TODOS);KIT CRYOSURGICAL DE UROLOGIA CRYO 206(TODOS);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 0202237/19-1
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação, Uso
Motivação: Considerando as irregularidades detectadas durante inspeção para verificação de Boas Práticas de Fabricação na empresa Endocare Inc (Healthtronics Inc), localizada no endereço 9825 Spectrum Drive, Austin, TX 78717, Estados Unidos da América, que foi

considerada insatisfatória por descumprir o item 5.1.3 da Resolução-RDC 16 de 28 de Março de 2013.
.....
3. Empresa: RESPIRATORY CARE HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 02.126.465/0001-19
Produto - (Lote): MONITOR-DESFIBRILADOR(LOTES A PARTIR DE 20/03/2017);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 0276302/19-8
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação
Motivação: Descumprimento dos itens 2.2.6; 3.1.1; 3.3.1; 4.1.2; 4.1.3; 4.1.6; 4.1.7; 4.1.9; 4.1.11; 4.2.1; 5.1.2; 5.1.3; 5.1.4; 5.1.6; 5.4.1; 5.5.2; 5.5.3; 5.6; 6.1.1; 6.1.3; 6.2.1; 6.5.1; 6.5.3; 7.1.1.2; 7.2.1.4; 7.3.1; 9.1 e 9.2 da RDC nº 16/2013.
.....
4. Empresa: volk do brasil ltda. - CNPJ: 02.683.865/0001-25
Produto - (Lote): LUVA DE PROCEDIMENTO DE VINIL SEM PO BIOABSORVIVEL(PI446/17);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 0245107/19-7
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o Laudo de Análise Fiscal nº 252.1P.1/2018 e Laudo de Análise nº 252.CP.0/2018, tornado condenatório em razão da empresa não ter interposto recurso, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Paraná (LACEN), que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de Análise de Rotulagem (rótulo em desacordo com a legislação vigente) e Análise de Aspecto (presença de material estranho e manchas escuras e esbranquiçadas).

## GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

### RESOLUÇÃO-RE Nº 979, DE 16 DE ABRIL DE 2019

O Gerente de Laboratórios de Saúde Pública Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Habilitar, na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS), os laboratórios abaixo relacionados:

| Código na REBLAS | Nome do Laboratório | Endereço | Cidade/UF | CNPJ | Nº do Processo de habilitação na REBLAS |
|---|---|---|---|---|---|
| 176 | SCI-AGRO Estudos Analíticos Ltda. | Rua Democlácio José Rossin, 112 | Piracicaba/SP | 29.243.194/0001-38 | 25351.181364/2019-41 |
| 177 | JLA Brasil Laboratório de Análises de Alimentos S.A | Avenida Nilo Pandolphi 43-54 | Mirassol/SP | 07.440.269/0005-61 | 25351.202374/2019-27 |
| 178 | GMO Centro de Pesquisas e Controle de Qualidade LtdA. | R. Belmiro de Almeida, 198 , B. São Cristóvão | Belo Horizonte/MG | 22.641.575/0001-26 | 25351.119971/2019-91 |
| 179 | Associação Antônio Vieira | Av. Unisinos, 950 - Setor F - Prédio F03 | São Leopoldo/RS | 92.959.006/0008-85 | 25351.205290/2019-45 |

Art. 2º Os ensaios e/ou estudos analíticos habilitados para os laboratórios descritos na tabela do art. 1º serão publicados no sítio eletrônico da ANVISA (portal.anvisa.gov.br).
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

# Controladoria-Geral da União

## SECRETARIA EXECUTIVA

### PORTARIA Nº 1.420, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Atualiza a Política de Governança de Tecnologia da Informação da Controladoria-Geral da União - PGTI/CGU.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe confere o art. 5º, do Anexo I, do Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Portaria nº 50.223, de 4 de dezembro de 2015, alterada pela Portaria nº 903, de 11 de abril de 2017, o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, a Portaria SETIC/MP nº 19, de 29 de maio de 2017 e a Portaria CGU nº 665, de 7 de fevereiro de 2019, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Atualiza a Política de Governança de Tecnologia da Informação (PGTI) da Controladoria-Geral da União (CGU), tendo em vista a alteração da estrutura de Governança no âmbito do Órgão por ocasião da publicação da Portaria CGU nº 665, de 7 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - Tecnologia da Informação (TI): ativo estratégico que suporta processos de negócios institucionais, mediante a conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, disseminar e fazer uso de informações;

II - Governança Digital: utilização, pelo setor público, de recursos de Tecnologia da Informação com o objetivo de melhorar a disponibilização de informação e a prestação de serviços públicos, incentivar a participação da sociedade no processo de tomada de decisão e aprimorar os níveis de responsabilidade, transparência e efetividade do governo;

III - Governança de TI: sistema pelo qual o uso atual e futuro de TI é dirigido e controlado, mediante avaliação e direcionamento, para dar suporte à organização e monitorar seu uso para realizar os planos, incluída a estratégia e as políticas de uso de TI dentro da organização;

IV - Gestão de TI: é a atividade responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TI em consonância com a direção definida pela função de governança a fim de atingir os objetivos institucionais;

V - Solução de Tecnologia da Informação: conjunto de sistemas, bens e/ou serviços de Tecnologia da Informação que se integram para atendimento às necessidades institucionais;

VI - Provimento de solução de TI: ações necessárias para disponibilizar a solução de TI, assegurar seu funcionamento e dar suporte adequado aos usuários, de modo a atender às necessidades do negócio;

VII - Unidade gestora de solução de TI: unidade organizacional responsável pela definição de processos de trabalho, requisitos, regras de negócio e níveis de serviço aplicáveis a uma solução de TI;

VIII - Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI): Instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período; e

IX - Portfólio de soluções de TI: repositório único de registro de todas as soluções de tecnologia da informação à disposição da CGU, inclusive de origem externa cujo acesso seja permitido a partir do ambiente computacional do órgão.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º A PGTI/CCU tem por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de governança e gestão de TI com as estratégias institucionais da CGU, observados os seguintes objetivos específicos:

I - definir os princípios para a governança e gestão de TI na CGU;

II - estabelecer diretrizes para o planejamento de TI, bem como para o provimento e a gestão de soluções de TI;

III - instituir a estrutura de governança para a ação estratégica de TI;

IV - definir os papéis e responsabilidades dos envolvidos nas tomadas de decisões sobre TI;

V - estabelecer os mecanismos de transparência e prestação de contas dos investimentos de recursos públicos aplicados em iniciativas de TI;

VI - delimitar as interfaces entre as funções de governança e gestão de TI; e

VII - assegurar conformidade da governança e gestão de TI na CGU aos normativos internos e externos sobre o tema.

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º A governança e a gestão de TI no âmbito da CGU orientam-se pelos princípios estabelecidos nos normativos da Administração Pública Federal, nos normativos internos e pelos estabelecidos a seguir:

I - definição dos processos de governança e gestão de TI de acordo com as disposições legais de modo a observar as boas práticas reconhecidas nacional e internacionalmente;

II - direcionamento das ações de TI pela alta direção, com o objetivo de identificar oportunidades e iniciativas que otimizem o uso de TI para o alcance dos objetivos institucionais;

III - monitoramento e avaliação regular, pela alta direção, do alcance das metas definidas no planejamento de TI e da conformidade e desempenho dos processos que suportam a política de governança de TI;

IV - transparência na aplicação dos recursos públicos, no desempenho e nos resultados das ações de TI; e

V - gestão de pessoas por competência, com incentivo ao desenvolvimento técnico e gerencial necessário ao exercício pleno de todas as atribuições dos servidores da área de TI, de acordo com as lacunas de competência identificadas e as necessidades evidenciadas pelos planos e prioridades institucionais.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES

Seção I

DO PLANEJAMENTO DE TI

Art. 5º O planejamento de TI no âmbito da CGU é formalizado por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.

Parágrafo único. O PDTI conterá, no mínimo:

I - inventário de necessidades;

II - plano de ações e metas;

III - plano de gestão de pessoas;

IV - plano orçamentário; e

V - plano de gestão de riscos.

Art. 6º O planejamento de TI observará as seguintes diretrizes:

I - ampla participação das unidades organizacionais na elaboração do PDTI;

II - elaboração de planos de TI que contemplem objetivos, prioridades e ações alinhadas às estratégias de governança digital, governança e gestão de TI da Administração Pública Federal, e em consonância com as prioridades institucionais;

III - alocação prioritária dos recursos de TI no provimento de soluções que atendam às demandas estratégicas da CGU, consideradas a relevância, a urgência e os riscos associados;

IV - alinhamento entre o planejamento de TI e a capacidade operacional e os recursos orçamentários necessários à realização das ações planejadas e à gestão da infraestrutura e dos serviços que suportam as soluções de TI existentes; e

V - promoção da transparência ativa, por meio da divulgação, à sociedade, do planejamento de TI e das informações de monitoramento da execução das ações de TI.

Seção II

DO PROVIMENTO E GESTÃO DE SOLUÇÕES DE TI

Art. 7º Para os fins do disposto nesta Portaria, o provimento de soluções de TI compreende as seguintes modalidades:

I - desenvolvimento: construção de soluções, com recursos próprios ou de terceiros, para atender a necessidades específicas da CGU;

II - aquisição: adoção de soluções construídas externamente à CGU, por meio de contratação, recebimento de outros órgãos e entidades ou utilização de software livre; e

III - manutenção: alteração de solução existente para correção de erros, melhoria de qualidade, incorporação de novas funcionalidades, mudança nas regras de negócio ou adaptação a novas tecnologias.

Art. 8º O provimento e a gestão de soluções de TI observarão as seguintes diretrizes:

I - concepção de soluções com foco na integração e na otimização dos processos de trabalho organizacionais;

II - adoção de arquitetura e padrões tecnológicos que satisfaçam os critérios técnicos definidos pela Diretoria de Tecnologia e Informação (DTI) e se baseiem preferencialmente em padrões de mercado e em diretrizes de interoperabilidade do Governo Federal;

III - adoção da modalidade de provimento que se revelar, justificadamente, mais adequada à realização das estratégias e ao alcance dos objetivos institucionais, observados o custo-benefício e os riscos envolvidos;

IV - contratações de TI sempre precedidas de planejamento, em conformidade com a legislação e normativos vigentes, alinhadas aos planos e estratégias institucionais, e aos princípios de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade;

V - planejamento da contratação com vistas à aquisição, sempre que justificável, de soluções completas, contemplando itens como implementação, treinamento, suporte, operação e demais componentes necessários ao alcance dos objetivos definidos; e

VI - planejamento e gestão da infraestrutura de TI e dos processos operacionais que a suportam com foco na garantia dos níveis de serviço adequados para as soluções de TI.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE TI

Seção I

DO COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA (CGI)

Art 9º Compete ao Comitê de Governança Interna (CGI), para efeito do disposto nesta Portaria:

I - estabelecer políticas, diretrizes, objetivos e metas relacionadas ao provimento, gestão e uso de TI;

II - aprovar o planejamento de Tecnologia da Informação e a alocação dos recursos orçamentários destinados à TI, e autorizar alterações posteriores que provoquem impacto significativo sobre o planejamento e a alocação iniciais;

III - avaliar, periodicamente, a execução do planejamento de TI e a evolução dos indicadores de desempenho, de modo a reavaliar prioridades, identificar eventuais desvios e determinar correções necessárias; e

IV - deliberar sobre assuntos relativos à Governança Digital.

Parágrafo único. Caso exista manifestação fundamentada da área técnica competente sobre a necessidade de adequação de processos ou de procedimentos relacionados à aquisição ou ao desenvolvimento de soluções de TI priorizadas, o Secretário Executivo poderá alterar a ordem previamente aprovada, dando ciência aos membros do CGI.

Seção II

DO COMITÊ GERENCIAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CGTI)

Art. 10. O Comitê Gerencial de Tecnologia da Informação (CGTI) será composto por representantes, titular e suplente, das seguintes unidades organizacionais:

I - Gabinete do Ministro (GM);

II - Secretaria Federal de Controle Interno (SFC);

III - Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC);

IV - Secretaria de Combate à Corrupção (SCC);

V - Corregedoria-Geral da União (CRG);

VI - Ouvidoria-Geral da União (OGU);

VII - Diretoria de Tecnologia e Informação (DTI), que representará a Secretaria-Executiva;

VIII - Diretoria de Gestão Interna (DGI);

IX - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DIPLAD); e

X - Controladorias Regionais da União nos Estados.

§ 1º A presidência do Comitê Gerencial de Tecnologia da Informação será exercida pela Diretoria de Tecnologia da Informação;

§ 2º Nas proposições e deliberações do CGTI, a posição da Secretaria-Executiva será representada pela consolidação das manifestações das unidades organizacionais dos incisos VI, VIII e IX.

Art. 11. Compete ao Comitê Gerencial de Tecnologia da Informação:

I - auxiliar o CGI na execução de suas competências;

II - coordenar e articular, no âmbito da respectiva unidade organizacional, a identificação de oportunidades de informatização de processos de trabalho e a formulação de demandas para desenvolvimento e aquisição de soluções de TI, assim como de demandas de manutenção de soluções que extrapolem os recursos de TI destinados a esta finalidade;

III - promover, em conjunto com a DTI, a integração dos processos de trabalho institucionais, de modo a evitar duplicidade de soluções de TI em funcionamento ou planejadas no âmbito da CGU;

IV - analisar as demandas para provimento de soluções de TI e elaborar proposta de priorização em alinhamento com as diretrizes estabelecidas nesta Portaria;

V - acompanhar a execução do planejamento de TI, promovendo as articulações necessárias para a adequada condução das ações previstas; e

VI - exercer outras atividades definidas pelo CGI.

Seção III

DAS UNIDADES GESTORAS DE SOLUÇÕES DE TI

Art. 12. As unidades organizacionais da CGU são responsáveis pela gestão das soluções de TI que automatizam processos de trabalho sob sua responsabilidade.

Parágrafo Único. As unidades gestoras deverão indicar à DTI os servidores, titular e suplente, responsáveis pela gestão da solução.

Art. 13. Caberá às unidades gestoras, nas soluções de TI sob sua responsabilidade, para fins do disposto nesta Portaria:

I - definir requisitos, regras de negócio e níveis de serviço aplicáveis à solução, de modo a maximizar os benefícios para as partes interessadas e promover a integração com as demais soluções de TI em uso na CGU;

II - definir, em conjunto com a DTI, os requisitos de segurança necessários para a obtenção, tratamento, transmissão, uso, armazenamento e descarte das informações recebidas, produzidas ou tratadas pela solução;

III - participar, como requisitante da solução, dos processos de contratação, e exercer, como fiscal requisitante, a fiscalização dos contratos, acordos de cooperação e outros instrumentos congêneres relativos à solução de TI, nos termos da legislação específica;

IV - conduzir, sempre que necessário, e em conjunto com a DTI, negociações com órgãos e entidades envolvidos, para viabilizar o acesso e uso de solução provida pela CGU por parte do público externo, assim como de acesso e uso, na CGU, de solução provida por terceiros;

V - homologar as funcionalidades da solução dentro dos prazos acordados, e autorizar a implantação inicial e posteriores mudanças da solução em ambiente de produção;

VI - definir, em conjunto com a DTI, estratégia de implantação da solução, considerando as necessidades de divulgação e capacitação dos usuários, os processos e serviços de suporte à solução;

VII - planejar e promover, com o apoio técnico da DTI, as ações de capacitação inerentes ao uso da solução de TI, incluindo elaboração, disponibilização e atualização de manuais, roteiros de atendimento, informes e orientações necessárias à compreensão de conceitos e processos de trabalho associados à utilização da solução de TI;

VIII - avaliar, em conjunto com a DTI, as solicitações de paradas programadas das soluções de TI;

IX - definir e revisar periodicamente os privilégios, perfis e direitos de acesso de usuários às funcionalidades e às informações disponibilizadas pela solução, bem como as regras de concessão e de revogação de acesso;

X - receber, analisar e tratar as solicitações de mudanças ou de informações relativas a regras de negócio, requisitos e uso da solução;

XI - propor à DTI prioridades de atendimento às demandas de manutenção de solução de TI, observadas as estratégias institucionais, os benefícios esperados e os recursos de TI destinados a esta finalidade;

XII - reavaliar, periodicamente, os benefícios, a necessidade, a utilidade e o uso da solução e informar à DTI sobre razões que possam ensejar a descontinuidade da solução; e

XIII - autorizar previamente a disponibilização de informações e concessão de bases de dados a outros órgãos e entidades.

Seção IV

DA UNIDADE ORGANIZACIONAL EXECUTIVA

Art. 14. A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) é a unidade organizacional executiva responsável pela ação estratégica de Tecnologia da Informação da CGU.

Art. 15. Caberá à DTI, para fins do disposto nesta Portaria:

I - planejar, desenvolver, executar e monitorar as atividades de TI, em consonância com a direção definida pelo CGI;

II - assessorar o CGI na implementação das práticas de governança de TI, de acordo com as diretrizes e responsabilidades estabelecidas nesta Portaria;

III - realizar as funções de secretaria-executiva do CGI para a ação estratégica de Tecnologia da Informação;

IV - coordenar as ações relacionadas à elaboração e acompanhamento do planejamento de TI;

V - propor a alocação de recursos orçamentários destinados à tecnologia da informação e planejar e acompanhar, em articulação com as unidades organizacionais competentes, o uso desses recursos para contratação de bens e serviços de TI necessários à execução das estratégias e ações de TI;

VI - coletar, validar e avaliar as metas e métricas de desempenho da TI, bem como reportar, de forma sistematizada, os seus resultados para o CGI;

VII - dar publicidade às informações sobre o andamento das ações de TI;

VIII - prover ambiente computacional adequado para desenvolvimento, teste, homologação, treinamento e uso das soluções de TI;

IX - apoiar o CGTI e a unidade gestora da solução no processo de captura e tratamento de demandas, assim como na formulação de propostas de solução técnica para necessidades de negócio a serem tratadas por meio de solução de tecnologia da informação;

X - conduzir as atividades de provimento das soluções de tecnologia da informação sob sua responsabilidade;

XI - informar a unidade gestora da solução sobre paradas programadas e incidentes relacionados a soluções nos ambientes de homologação, de treinamento e de produção;

XII - decidir, em situação de emergência, sobre a interrupção de funcionamento de solução de TI, comunicando tempestivamente à unidade gestora da solução; e

XIII - participar, como área técnica, dos processos de contratação e exercer a fiscalização técnica dos contratos, acordos de cooperação e outros instrumentos congêneres relativos à solução de TI, nos termos da legislação específica.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos no âmbito desta Secretaria-Executiva.

Art. 17. Fica revogada a Portaria nº 3.123, de 22 de novembro de 2018.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE MARCELO CASTRO DE CARVALHO

# Ministério Público da União

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

1ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

**PAUTA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2019**

Hora: 13:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Feitos com Pedido de Vista

Processo IC-002985.2018.01.000/8 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: SUSCITADO: HELOISE INGERSOLL SÁ, SUSCITANTE: SAMIRA TORRES SHAAT - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-000218.2018.04.002/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-000149.2017.16.001/4 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: NOTICIANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, INQUIRIDO: SEBASTIANA DA SILVA SOUSA - Relator: Dr. André Lacerda.

Processo IC-000205.2016.13.001/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: INSIEL - TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA, NOTICIANTE: UNIÃO FEDERAL (DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL EM CAMPINA GRANDE) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-005593.2018.01.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: CONFEITARIA SANTO AMARO LTDA, NOTICIANTE: LEANDRA RIBEIRO DOS SANTOS - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-003095.2018.09.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: JPTE ENGENHARIA LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo IC-000233.2018.15.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: RAIZES PROJETOS, ACESSORIOS E MANUTENCAO DE JARDINS LTDA - ME, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

II - Recursos administrativos

Processo IC-005826.2016.02.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (AGÊNCIA BRÁS EST UNIF SP), INQUIRIDO: CEF CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-001561.2018.09.000/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO: LUIS CARLOS CÓRDOVA BURIGO, SUSCITANTE: MARGARET MATOS DE CARVALHO, NOTICIADO: EMPRESA SUL AMERICANA DE TRANSPORTES EM ÔNIBUS , NOTICIADO: INEILA SANDRI PARASSEN, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, NOTICIADO: SUL AMERICANA TRANSPORTES LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-000161.2018.09.004/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: PANIFICADORA PÉROLA LTDA. - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-000197.2018.09.009/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: LATICÍNIOS DAU, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-000031.2019.01.007/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-001189.2017.10.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL - AOJUS, NOTICIANTE: SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL - SINDOJUS, INQUIRIDO: SINDJUS/DF - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO/DF - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.

Processo IC-000474.2018.01.001/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.

Processo NF-008156.2018.02.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: FLORIVALDO TAZINAFFO RIBEIRO (PPFTR SISTEMAS E SOLUÇÕES / TAXIPARK), NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - MPT/PRT2 - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.

Processo NF-001860.2018.18.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: PRIME - O PRAZER DA CARNE EIRELI (ANTIGA CASA DE CARNES PARRILLA) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.

Processo NF-000286.2019.12.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: 3 VT FLORIANÓPOLIS, NOTICIADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, NOTICIANTE: MPT-PRT12-SEDE - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.

Processo IC-000138.2018.04.007/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE VERA CRUZ, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Débora Monteiro Lopes.

Processo NF-001818.2018.05.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DA BAHIA, NOTICIANTE: WELLINGTON CARLOS DOS SANTOS ALVES - Relatora: Dra. Débora Monteiro Lopes.

Processo IC-000135.2018.09.001/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: Gonzales & Sendeski Ltda - Alumínio Perfileve, NOTICIANTE: PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ - Relatora: Dra. Débora Monteiro Lopes.

Processo NF-000445.2018.12.001/2 - Assunto: 4.CONAP, 5.CONATPA - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: FURJ - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE , NOTICIADO: OGMO / SFS - ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC - Relatora: Dra. Débora Monteiro Lopes.

Processo IC-000379.2018.15.008/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: CNH LATIN AMERICA LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Débora Monteiro Lopes.

III - Declínios de atribuições

Processo IC-000155.2017.15.008/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

IV - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-001595.2008.01.007/1, IC-004172.2011.01.000/0, IC-001998.2012.01.000/1, IC-000482.2014.01.004/5, IC-000883.2015.01.004/7, IC-003109.2016.01.000/5, IC-006145.2016.01.000/3, IC-000210.2016.01.005/1, IC-000479.2016.01.005/9, IC-000059.2017.01.000/2, IC-000074.2017.01.000/2, IC-000137.2017.01.000/0, IC-000374.2017.01.000/7, IC-002050.2017.01.000/4, IC-002403.2017.01.000/8, IC-002763.2017.01.000/8, IC-002773.2017.01.000/4, IC-003282.2017.01.000/7, IC-003625.2017.01.000/4, IC-003806.2017.01.000/1, IC-006371.2017.01.000/7, IC-000402.2017.01.003/4, IC-000642.2017.01.004/0, IC-001005.2017.01.004/4, IC-003873.2018.01.000/1, IC-003933.2018.01.000/3, NF-005168.2018.01.000/8, PP-000370.2018.01.004/8, NF-000833.2018.01.004/9, IC-000338.2018.01.006/1, PP-000639.2018.01.006/2, PP-000811.2018.01.006/3, IC-000827.2018.01.006/9, IC-000210.2018.01.008/0, NF-000080.2019.01.000/9, NF-000386.2019.01.000/2, NF-000496.2019.01.000/8, NF-000523.2019.01.000/6, NF-000671.2019.01.000/8, NF-000912.2019.01.000/5, NF-000077.2019.01.001/3, IC-000011.2014.01.000/0, IC-002020.2014.01.000/0, IC-002132.2014.01.000/4, IC-003602.2014.01.000/0, IC-000049.2015.01.000/7, IC-000832.2015.01.000/0, IC-001538.2015.01.000/0, IC-000224.2015.01.004/0, IC-000661.2015.01.004/3, IC-000157.2016.01.000/2, IC-001230.2016.01.000/6, IC-001380.2016.01.000/5, IC-000495.2016.01.004/7, IC-003735.2017.01.000/8, IC-005652.2017.01.000/3, IC-001131.2017.01.004/9, IC-000532.2017.01.006/7, IC-000129.2017.01.007/2, IC-000346.2018.01.000/0, IC-000854.2018.01.000/6, IC-001524.2018.01.000/7, PP-002817.2018.01.000/7, IC-003208.2018.01.000/0, IC-003896.2018.01.000/0, NF-004624.2018.01.000/9, PP-004860.2018.01.000/7, IC-005114.2018.01.000/4, IC-005169.2018.01.000/3, NF-005819.2018.01.000/2, PP-005987.2018.01.000/3, NF-006199.2018.01.000/0, IC-000212.2018.01.003/8, IC-000274.2018.01.003/4, IC-000286.2018.01.003/4, NF-000892.2018.01.004/6, IC-000168.2018.01.005/6, IC-000366.2018.01.006/0, IC-000095.2018.01.008/4, NF-000185.2019.01.000/0, NF-000218.2019.01.000/6, NF-000054.2019.01.001/5, IC-003461.2014.01.000/8, IC-000910.2014.01.004/2, IC-000712.2015.01.000/8, IC-004924.2015.01.000/5, IC-000163.2017.01.000/7, IC-000421.2017.01.000/0, IC-000673.2017.01.000/5, IC-000859.2017.01.000/5, IC-001066.2017.01.000/5, IC-000320.2017.01.003/8, IC-000729.2017.01.004/9, IC-000060.2018.01.000/9, IC-000070.2018.01.000/7, IC-000343.2018.01.000/1, IC-003454.2018.01.000/5, PP-004662.2018.01.000/3, IC-004968.2018.01.000/8, IC-005702.2018.01.000/0, PP-006612.2018.01.000/8, NF-006719.2018.01.000/3, IC-000025.2018.01.001/4, IC-000335.2018.01.001/8, IC-000033.2018.01.003/1, IC-000371.2018.01.004/4, NF-000602.2018.01.004/4, IC-000870.2018.01.004/9, NF-001179.2018.01.004/0, IC-000544.2018.01.006/0, NF-000267.2019.01.000/6, NF-000583.2019.01.000/0, NF-000716.2019.01.000/4, NF-000297.2019.01.006/3, IC-000601.2011.01.004/9, IC-003530.2017.01.000/6, IC-006496.2017.01.000/4, IC-001306.2018.01.000/0, NF-003614.2018.01.000/4, IC-006066.2018.01.000/8, NF-006392.2018.01.000/7, IC-000250.2014.01.003/3, IC-004462.2015.01.000/3, IC-002947.2016.01.000/0, IC-005454.2016.01.000/8, IC-000975.2016.01.004/3, NF-001264.2017.01.004/1, NF-000299.2019.01.000/0, NF-000040.2019.01.006/7 - PRT 2ª Região-SP - IC-000085.2009.02.004/3, IC-000112.2012.02.002/4, IC-000211.2012.02.004/8, IC-004456.2014.02.000/8, IC-004547.2014.02.000/4, IC-001373.2015.02.000/4, IC-008419.2015.02.000/3, IC-000286.2015.02.003/7, IC-008309.2016.02.000/1, IC-000503.2016.02.002/7, IC-001817.2017.02.000/8, IC-006034.2017.02.000/7, IC-007894.2017.02.000/1, IC-008746.2017.02.000/1, IC-000094.2017.02.002/5, IC-001170.2017.02.002/3, IC-000369.2017.02.003/6, IC-001505.2018.02.000/0, IC-002220.2018.02.000/2, PP-005622.2018.02.000/7, PP-005678.2018.02.000/1, PP-006106.2018.02.000/8, PP-006184.2018.02.000/8, NF-006822.2018.02.000/0, PP-007727.2018.02.000/8, PP-007897.2018.02.000/0, NF-007899.2018.02.000/0, IC-000062.2018.02.003/1, IC-000442.2018.02.003/8, IC-000035.2018.02.005/2, IC-000210.2018.02.005/9, IC-000316.2018.02.005/5, NF-000134.2019.02.000/9, NF-000657.2019.02.000/3, PP-000796.2019.02.000/4, PP-000818.2019.02.000/7, NF-000883.2019.02.000/6, NF-001230.2019.02.000/2, NF-001472.2019.02.000/3, NF-000080.2019.02.002/5, NF-000164.2019.02.002/2, IC-000216.2014.02.002/3, IC-000352.2014.02.003/6, IC-000223.2015.02.000/2, IC-001640.2016.02.000/2, IC-004887.2016.02.000/5, IC-000885.2016.02.002/2, IC-000944.2016.02.002/5, IC-002322.2017.02.000/9, IC-006468.2017.02.000/7, IC-009099.2017.02.000/7, IC-009472.2017.02.000/5, IC-000155.2017.02.002/6, IC-000261.2017.02.003/7, IC-000165.2017.02.004/5, IC-000561.2018.02.000/1, IC-002440.2018.02.000/0, IC-004593.2018.02.000/1, PP-004743.2018.02.000/4, IC-005302.2018.02.000/2, NF-005966.2018.02.000/6, IC-006006.2018.02.000/0, PP-006127.2018.02.000/6, PP-006757.2018.02.000/9, NF-006928.2018.02.000/0, NF-007825.2018.02.000/4, NF-008100.2018.02.000/1, IC-008364.2018.02.000/6, NF-008634.2018.02.000/9, NF-008821.2018.02.000/0, IC-000811.2018.02.002/1, NF-000896.2018.02.002/1, IC-000079.2018.02.003/0, IC-000107.2018.02.003/6, IC-000119.2018.02.003/6, IC-000203.2018.02.003/9, IC-000221.2018.02.005/2, NF-000467.2019.02.000/4, NF-000644.2019.02.000/7, NF-001124.2019.02.000/0, NF-001149.2019.02.000/0, NF-001160.2019.02.000/4, NF-001583.2019.02.000/2, NF-001922.2019.02.000/8, IC-008648.2016.02.000/3, IC-001510.2017.02.000/8, IC-000910.2017.02.002/0, IC-000255.2018.02.000/5, IC-002639.2018.02.000/7, IC-004237.2018.02.000/3, PP-004917.2018.02.000/1, IC-004992.2018.02.000/5, PP-005861.2018.02.000/1, IC-006548.2018.02.000/3, IC-006559.2018.02.000/5, PP-006613.2018.02.000/4, NF-000425.2018.02.002/1, PP-000590.2018.02.003/0, NF-000908.2019.02.000/8, NF-001240.2019.02.000/9, NF-001360.2019.02.000/9, NF-001489.2019.02.000/8, NF-002095.2019.02.000/1, NF-000029.2019.02.002/1, NF-000128.2019.02.002/9, IC-003621.2016.02.000/1, IC-009560.2017.02.000/5, IC-000560.2017.02.002/4, NF-000101.2019.02.002/0, IC-007576.2017.02.000/8, IC-000145.2017.02.002/9, IC-000308.2017.02.005/8, IC-002288.2018.02.000/4, IC-008401.2018.02.000/9, IC-000007.2018.02.001/4, IC-000586.2018.02.001/9, NF-000996.2018.02.001/9, IC-000057.2018.02.002/8, NF-000849.2019.02.000/5, NF-000933.2019.02.000/8 - PRT 3ª Região-MG - IC-000121.2013.03.001/9, IC-001514.2015.03.000/7, IC-000225.2015.03.001/8, IC-000593.2015.03.001/0, IC-001033.2016.03.000/0, IC-002800.2016.03.000/0, IC-000637.2016.03.001/3, IC-000834.2016.03.001/0, IC-000244.2016.03.004/1, IC-000106.2017.03.004/0, IC-000536.2017.03.007/7, IC-001858.2018.03.000/1, IC-002785.2018.03.000/5, IC-003509.2018.03.000/0, PP-004002.2018.03.000/3, NF-004654.2018.03.000/0, IC-005137.2018.03.000/5, IC-000501.2018.03.003/2, IC-000201.2018.03.004/9, IC-000155.2018.03.005/3, IC-000338.2018.03.005/4, IC-000292.2018.03.006/2, IC-000262.2018.03.009/3, IC-000066.2019.03.006/2, IC-000495.2014.03.000/1, IC-003346.2015.03.000/9, IC-000109.2015.03.003/2, IC-002600.2016.03.000/6, IC-003620.2016.03.000/7, IC-003672.2016.03.000/0, IC-004354.2016.03.000/4, IC-000557.2016.03.001/0, IC-000867.2016.03.001/1, IC-001399.2017.03.000/4, IC-000495.2017.03.001/0, IC-000219.2017.03.004/4, IC-001227.2018.03.000/3, IC-001593.2018.03.000/8, IC-002691.2018.03.000/2, IC-003250.2018.03.000/0, IC-003808.2018.03.000/6, PP-003876.2018.03.000/0, IC-004187.2018.03.000/9, NF-004785.2018.03.000/1, IC-000040.2018.03.001/0, IC-000059.2018.03.002/5, IC-000255.2018.03.004/0, IC-000276.2018.03.004/1, NF-000489.2019.03.000/3, NF-000101.2019.03.002/1, NF-000073.2019.03.007/0, NF-000054.2019.03.009/5, NF-000087.2019.03.010/7, NF-000091.2019.03.010/1, IC-000169.2007.03.000/5, IC-002414.2013.03.000/4, IC-000163.2014.03.001/3, IC-002602.2015.03.000/5, IC-003158.2015.03.000/1, IC-000167.2015.03.002/5, IC-000072.2016.03.005/9, IC-002989.2017.03.000/0, IC-004385.2017.03.000/0, IC-004731.2017.03.000/6, IC-000270.2017.03.003/0, IC-000343.2017.03.003/5, IC-000051.2017.03.004/7, IC-000087.2017.03.004/5, NF-004590.2018.03.000/6, IC-000053.2018.03.001/0, IC-000010.2018.03.008/8, NF-000017.2019.03.008/2, IC-000275.2016.03.005/0, IC-000002.2017.03.003/8, IC-000332.2017.03.003/1, IC-000297.2017.03.010/7, IC-001707.2018.03.000/7, IC-003964.2018.03.000/0, IC-000034.2018.03.002/2, IC-001628.2015.03.000/2, IC-000026.2015.03.005/3, IC-003388.2016.03.000/7 - PRT 4ª Região-RS - IC-000499.2013.04.006/1, IC-003479.2014.04.000/0, IC-000001.2014.04.006/8, IC-000274.2014.04.006/1, IC-001756.2016.04.000/0, IC-002184.2016.04.000/3, IC-003499.2016.04.000/6, IC-003970.2016.04.000/0, IC-003995.2016.04.000/1, IC-000443.2016.04.006/5, IC-000020.2016.04.008/0, IC-004095.2017.04.000/5, IC-000408.2017.04.002/8, IC-000399.2017.04.004/8, IC-000200.2017.04.006/3, IC-000568.2017.04.006/2, IC-000124.2017.04.008/1, IC-001824.2018.04.000/0, IC-001834.2018.04.000/7, PP-002427.2018.04.000/7, IC-003535.2018.04.000/7, IC-003801.2018.04.000/9, IC-003823.2018.04.000/2, IC-000098.2018.04.005/0, IC-000261.2018.04.007/4, IC-000559.2018.04.007/5, IC-000250.2019.04.000/6, IC-000206.2012.04.007/9, IC-000044.2014.04.006/6, IC-000129.2015.04.007/2, IC-002949.2016.04.000/3, IC-000175.2016.04.006/5, IC-000470.2016.04.006/8, IC-000433.2016.04.007/6, IC-003991.2017.04.000/0, IC-004115.2017.04.000/1, IC-004284.2017.04.000/8, IC-000246.2017.04.002/8, IC-000035.2018.04.000/5, IC-000180.2018.04.000/7, IC-001180.2018.04.000/6, IC-001386.2018.04.000/4, IC-001687.2018.04.000/1, IC-001770.2018.04.000/3, PP-002354.2018.04.000/2, IC-002879.2018.04.000/8, IC-003156.2018.04.000/6, IC-003221.2018.04.000/7, IC-003257.2018.04.000/0, IC-003818.2018.04.000/3, IC-003850.2018.04.000/4, PP-004499.2018.04.000/8, IC-000415.2018.04.001/7, IC-000263.2018.04.004/2, NF-000468.2018.04.008/3, NF-000089.2019.04.000/9, PP-000167.2019.04.000/0, PP-000295.2019.04.000/0, NF-000043.2019.04.006/7, NF-000066.2019.04.007/7, NF-000096.2019.04.007/1, NF-000116.2019.04.007/7, IC-000045.2007.04.006/0, IC-000919.2013.04.000/9, IC-001764.2016.04.000/5, IC-003919.2016.04.000/1, IC-000055.2016.04.004/8, IC-000222.2016.04.006/8, IC-000384.2016.04.007/3, IC-005213.2017.04.000/6, IC-005243.2017.04.000/5, IC-000396.2017.04.002/2, IC-000131.2017.04.006/3, IC-000697.2017.04.006/6, IC-000496.2018.04.000/7, IC-001135.2018.04.000/1, IC-002500.2018.04.000/2, IC-002942.2018.04.000/8, IC-000070.2018.04.005/6, IC-000055.2018.04.006/7, IC-000120.2018.04.006/2, IC-000046.2018.04.007/7, NF-001064.2019.04.000/0, IC-000436.2015.04.001/0, IC-001509.2016.04.000/0, IC-002282.2016.04.000/9, IC-004389.2017.04.000/2, IC-000348.2017.04.006/1, IC-000880.2018.04.000/4, IC-000318.2018.04.008/9, IC-003265.2016.04.000/0, IC-000086.2017.04.004/3, IC-000459.2017.04.008/0 - PRT 5ª Região-BA - IC-000184.2013.05.005/9, IC-002033.2015.05.000/8, IC-002547.2015.05.000/2, IC-000592.2016.05.000/0, IC-000658.2017.05.000/0, IC-001894.2017.05.000/5, IC-000065.2017.05.002/6, IC-000013.2017.05.003/2, IC-000113.2018.05.001/1, IC-000384.2011.05.006/0, IC-000455.2014.05.006/1, IC-002788.2015.05.000/8, IC-000055.2015.05.006/8, IC-000393.2015.05.006/2, IC-000628.2015.05.006/8, IC-001600.2016.05.000/0, IC-002643.2016.05.000/0, IC-000261.2016.05.004/0, IC-000288.2017.05.000/9, IC-001130.2017.05.000/4, IC-000230.2017.05.002/3, IC-000001.2017.05.006/5, IC-001079.2018.05.000/3, PP-001716.2018.05.000/0, NF-002551.2018.05.000/1, PP-002640.2018.05.000/7, IC-000112.2018.05.001/5, IC-000167.2018.05.005/7, NF-000239.2018.05.007/8, IC-000397.2017.05.004/1, IC-000501.2018.05.000/3, PP-000616.2018.05.000/0, IC-000867.2018.05.000/0, IC-002557.2018.05.000/4, IC-000033.2018.05.002/0, IC-000103.2018.05.006/9, NF-000691.2018.05.006/2, IC-000001.2019.05.002/3, IC-001762.2014.05.000/2, IC-000241.2015.05.003/2, IC-002019.2017.05.000/1, PP-000177.2018.05.003/2, IC-000770.2014.05.000/3, IC-001819.2016.05.000/0, IC-000420.2018.05.006/9 - PRT 6ª Região-PE - IC-001680.2015.06.000/0, IC-000143.2017.06.000/1, IC-001059.2017.06.000/0, IC-000059.2017.06.001/8, PP-000108.2018.06.000/7, NF-002112.2018.06.000/3, NF-002641.2018.06.000/3, NF-000036.2019.06.000/5, IC-000740.2017.06.002/3, NF-000095.2019.06.002/0, IC-000881.2016.06.000/2, IC-000084.2017.06.000/4, IC-003646.2017.06.000/7, IC-002488.2018.06.000/2, IC-001375.2017.06.000/2, IC-002425.2017.06.000/6 - PRT 7ª Região-CE - IC-000431.2015.07.000/6, IC-001258.2016.07.000/9, IC-000716.2017.07.000/3, IC-001750.2017.07.000/3, IC-001965.2017.07.000/0, IC-000120.2017.07.001/1, PP-001926.2018.07.000/3, NF-000325.2019.07.000/7, NF-000326.2019.07.000/3, IC-001094.2017.07.000/0, IC-002397.2017.07.000/6, IC-000649.2018.07.000/5, PP-001269.2018.07.000/4, NF-001369.2018.07.000/1, IC-000368.2015.07.000/4, IC-001344.2015.07.000/6, IC-000648.2018.07.000/9, PP-000961.2018.07.000/7, IC-001239.2017.07.000/3, IC-001722.2017.07.000/5, IC-000111.2014.07.000/0, IC-001739.2015.07.000/6, IC-000192.2018.07.000/0, PP-001384.2018.07.000/7, NF-000166.2019.07.000/6 - PRT 8ª Região-PA - IC-000010.2016.08.001/1, IC-000122.2017.08.003/1, IC-000280.2017.08.003/6, PP-001063.2018.08.000/7, IC-001739.2018.08.000/1, NF-000253.2018.08.002/5, IC-000416.2012.08.003/0, IC-000428.2017.08.000/7, IC-000118.2017.08.003/2, IC-000896.2018.08.000/0, IC-001425.2018.08.000/1, IC-001779.2018.08.000/7, IC-000039.2018.08.002/2, NF-000307.2018.08.002/2, NF-000039.2018.08.003/4, IC-000279.2018.08.003/3, IC-000119.2017.08.003/9, IC-000415.2018.08.000/6, PP-001442.2018.08.000/6 - PRT 9ª Região-PR - IC-000078.2013.09.003/4, IC-000116.2014.09.006/1, IC-002974.2016.09.000/0, IC-000526.2016.09.003/4, IC-000262.2016.09.006/6, IC-000340.2016.09.008/9, IC-000233.2016.09.009/3, IC-003085.2017.09.000/6, IC-000328.2017.09.003/3, IC-000432.2017.09.003/0, IC-000017.2017.09.010/9, IC-000196.2018.09.000/5, IC-000333.2018.09.000/9, IC-000917.2018.09.000/9, IC-002020.2018.09.000/4, PP-002580.2018.09.000/9, IC-002780.2018.09.000/3, PP-002790.2018.09.000/0, PP-002960.2018.09.000/5, IC-000427.2018.09.001/6, PP-000066.2018.09.003/0, IC-000240.2018.09.004/2, IC-000213.2018.09.006/1, IC-000092.2018.09.008/4, IC-000184.2018.09.010/6, NF-000093.2019.09.000/0, IC-001041.2014.09.000/7, IC-000404.2015.09.001/4, IC-000230.2015.09.004/2, IC-003230.2016.09.000/0, IC-004015.2016.09.000/8, IC-001367.2017.09.000/0, IC-001476.2017.09.000/8, IC-001669.2017.09.000/2, IC-001757.2017.09.000/2, IC-002458.2017.09.000/4, IC-003102.2017.09.000/6, IC-003635.2017.09.000/8, IC-000238.2018.09.000/2, IC-000677.2018.09.000/8, PP-002248.2018.09.000/5, PP-002632.2018.09.000/5, IC-002705.2018.09.000/0, PP-002797.2018.09.000/8, PP-002801.2018.09.000/5, PP-003183.2018.09.000/4, IC-000379.2018.09.001/7, IC-000456.2018.09.001/1, IC-000234.2018.09.003/0, IC-000058.2018.09.004/8, IC-000102.2018.09.004/8, IC-000133.2018.09.007/9, IC-000070.2018.09.009/5, IC-000144.2018.09.009/4, PP-000302.2018.09.009/9, NF-000143.2018.09.010/0, NF-000015.2019.09.004/7, NF-000033.2019.09.010/3, IC-000373.2016.09.000/2, IC-000021.2016.09.005/7, IC-003592.2017.09.000/2, IC-003621.2017.09.000/0, IC-000027.2017.09.001/7, IC-000187.2017.09.001/2, IC-000767.2017.09.001/7, IC-000268.2017.09.005/6, IC-000214.2017.09.008/7, IC-000181.2018.09.000/6, IC-000189.2018.09.000/7, IC-000784.2018.09.000/4, IC-001414.2018.09.000/0, PP-002259.2018.09.000/7, PP-002793.2018.09.000/6, PP-000315.2018.09.004/0, IC-000083.2018.09.006/0, NF-000094.2019.09.001/0, IC-000630.2016.09.001/0, IC-000466.2017.09.007/1, PP-002376.2018.09.000/0, IC-000062.2015.09.001/6, IC-002703.2017.09.000/7, IC-003118.2017.09.000/5, IC-003799.2017.09.000/5, IC-000684.2017.09.001/4, PP-000547.2018.09.003/0, IC-000074.2018.09.004/5, PP-000338.2018.09.004/4, IC-000278.2018.09.007/8 - PRT 10ª Região-DF - IC-000658.2010.10.000/3, IC-000986.2013.10.000/5, IC-000125.2013.10.003/4, IC-000106.2014.10.001/2, IC-000124.2015.10.001/7, IC-000994.2016.10.000/8, IC-000065.2016.10.003/0, IC-002372.2017.10.000/0, IC-000008.2017.10.001/3, PP-001645.2018.10.000/2, IC-001688.2018.10.000/4, PP-001695.2018.10.000/4, IC-000017.2015.10.001/9, IC-000217.2015.10.002/5, IC-001210.2016.10.000/3, IC-001250.2016.10.000/9, IC-002363.2016.10.000/7, IC-000034.2016.10.001/7, IC-001630.2017.10.000/7, IC-000180.2017.10.001/0, IC-000313.2018.10.000/0, IC-000707.2018.10.000/0, IC-000730.2018.10.000/8, IC-000797.2018.10.000/6, IC-000968.2018.10.000/7, PP-001643.2018.10.000/1, NF-002742.2018.10.000/1, PP-002886.2018.10.000/6, PP-003024.2018.10.000/7, NF-000135.2018.10.002/7, PP-000042.2019.10.000/0, IC-000263.2014.10.000/7, IC-000081.2015.10.001/2, IC-000326.2016.10.000/0, IC-000209.2016.10.001/5, IC-000985.2017.10.000/0, IC-000048.2017.10.002/9, IC-

003062.2018.10.000/1, IC-001519.2017.10.000/6, PP-002739.2018.10.000/3, IC-001791.2017.10.000/8 - PRT 11ª Região-AM - IC-000202.2013.11.000/5, IC-001357.2014.11.000/9, IC-000422.2018.11.000/0, IC-000880.2018.11.000/3, IC-001044.2018.11.000/1, IC-000551.2015.11.000/5, IC-000162.2016.11.000/9, IC-000714.2016.11.000/4, IC-000947.2016.11.000/1, IC-001051.2016.11.000/8, IC-001213.2016.11.000/8, IC-000499.2018.11.000/5, IC-000224.2015.11.000/8, IC-000037.2016.11.000/0, IC-001070.2016.11.000/5, IC-000229.2017.11.001/3, NF-000790.2018.11.000/2 - PRT 12ª Região-SC - IC-000121.2013.12.005/7, IC-000151.2016.12.005/7, IC-001191.2017.12.000/0, IC-000647.2017.12.001/9, IC-000216.2017.12.004/2, IC-000233.2018.12.000/8, PP-001395.2018.12.000/9, IC-000138.2018.12.002/8, IC-000368.2018.12.005/0, IC-000655.2018.12.005/9, IC-002696.2008.12.000/1, IC-000441.2009.12.001/6, IC-000061.2010.12.005/5, IC-000303.2011.12.002/1, IC-000097.2015.12.005/1, IC-000543.2016.12.000/4, IC-000197.2016.12.002/0, IC-000330.2016.12.005/3, IC-000672.2017.12.000/0, IC-000625.2018.12.000/6, IC-001090.2018.12.000/0, IC-001369.2018.12.000/1, PP-001431.2018.12.000/6, PP-000408.2018.12.001/2, IC-000136.2018.12.004/1, PP-000207.2018.12.004/4, IC-000088.2018.12.005/1, IC-000183.2018.12.005/7, IC-000030.2015.12.002/9, IC-000383.2018.12.000/2, IC-001352.2018.12.000/7, IC-000455.2018.12.001/0, PP-000510.2018.12.001/7, PP-000537.2018.12.001/6, IC-000245.2014.12.005/9, PP-000203.2018.12.004/9 - PRT 13ª Região-PB - IC-000768.2017.13.000/0, IC-001168.2017.13.000/8, PP-000454.2018.13.001/4, IC-001777.2016.13.000/0, IC-000430.2016.13.001/9, IC-000550.2017.13.000/6, IC-000812.2017.13.000/4, IC-000502.2017.13.001/0, IC-000466.2018.13.000/6, IC-000055.2018.13.002/4, IC-000654.2014.13.000/1, IC-001107.2016.13.000/2, IC-000836.2017.13.000/4, IC-001052.2017.13.000/1, IC-000101.2017.13.001/1, IC-000404.2018.13.000/0, IC-000460.2018.13.000/8, NF-000298.2019.13.000/7, IC-001367.2016.13.000/5, IC-000857.2017.13.000/5, IC-001570.2017.13.000/0, IC-000692.2014.13.000/8, NF-001606.2018.13.000/7 - PRT 14ª Região-RO - IC-000280.2016.14.002/8, IC-000179.2018.14.001/7, IC-000404.2015.14.000/2, IC-000296.2015.14.002/0, IC-000140.2017.14.001/5, IC-000201.2017.14.002/9, IC-000336.2018.14.000/7, IC-000185.2013.14.000/7, IC-000171.2018.14.002/4, NF-000194.2018.14.002/8, IC-000176.2018.14.001/8, IC-000746.2013.14.000/3 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-001144.2013.15.000/2, IC-002343.2013.15.000/0, IC-002752.2013.15.000/0, IC-003009.2015.15.000/7, IC-003167.2015.15.000/1, IC-000247.2016.15.004/0, IC-000219.2017.15.004/4, IC-000623.2017.15.006/2, IC-001594.2018.15.000/2, IC-001992.2018.15.000/0, IC-003547.2018.15.000/3, PP-003726.2018.15.000/0, IC-003739.2018.15.000/2, NF-003783.2018.15.000/1, IC-000399.2018.15.006/0, PP-000545.2018.15.006/4, IC-000925.2018.15.008/9, IC-000980.2018.15.008/0, IC-000200.2019.15.000/2, IC-000536.2013.15.005/1, IC-001011.2014.15.000/1, IC-000053.2015.15.001/1, IC-001797.2016.15.000/0, IC-002495.2017.15.000/7, IC-002594.2017.15.000/9, PP-002875.2017.15.000/3, IC-003904.2017.15.000/9, IC-000791.2017.15.001/8, IC-000618.2017.15.007/5, IC-000198.2017.15.008/0, IC-000274.2018.15.000/6, IC-000381.2018.15.000/2, IC-000420.2018.15.000/0, IC-003317.2018.15.000/0, NF-003594.2018.15.000/9, IC-003879.2018.15.000/5, IC-000240.2018.15.001/7, PP-000620.2018.15.002/3, IC-000153.2018.15.003/1, NF-000362.2018.15.003/9, IC-000059.2018.15.005/0, IC-000399.2018.15.005/1, IC-000456.2018.15.007/8, IC-000942.2018.15.008/4, IC-000967.2018.15.008/0, NF-000236.2019.15.001/0, NF-000061.2019.15.002/0, PP-000064.2019.15.003/3, IC-002064.2014.15.000/8, IC-003548.2015.15.000/3, IC-000493.2016.15.000/5, IC-001869.2016.15.000/9, IC-003165.2016.15.000/2, IC-004095.2016.15.000/2, IC-003982.2017.15.000/9, IC-000655.2017.15.001/6, IC-001095.2017.15.002/4, IC-000772.2017.15.008/7, IC-001985.2018.15.000/0, NF-003931.2018.15.000/3, NF-001030.2018.15.002/0, PP-000355.2018.15.005/7, PP-000557.2018.15.007/2, IC-000801.2018.15.008/0, IC-000982.2018.15.008/3, PP-000012.2019.15.001/6, IC-001506.2018.15.000/6, IC-000702.2018.15.008/9, IC-003185.2017.15.000/7, IC-001033.2017.15.006/4, IC-002501.2018.15.000/7, PP-000409.2018.15.003/8 - PRT 16ª Região-MA - IC-000472.2018.16.000/0, PP-001164.2018.16.000/2, IC-000367.2017.16.001/2, IC-000273.2018.16.000/0, IC-000425.2018.16.000/3, IC-001015.2018.16.000/9, NF-000029.2019.16.002/8, IC-000156.2014.16.002/2, IC-000059.2015.16.002/8, IC-000788.2015.16.000/2, IC-000132.2017.16.001/2 - PRT 17ª Região-ES - PP-000001.2009.17.003/2, IC-001398.2014.17.000/9, IC-000719.2015.17.000/9, IC-000079.2016.17.000/8, IC-000154.2016.17.001/8, IC-000117.2017.17.000/2, PP-001077.2018.17.000/6, IC-000046.2018.17.001/0, NF-000113.2019.17.000/2, NF-000345.2019.17.000/3, IC-000006.2015.17.003/0, IC-001561.2016.17.000/0, IC-000051.2017.17.000/7, IC-000325.2017.17.003/8, IC-000017.2018.17.000/1, PP-000335.2018.17.000/3, IC-000538.2018.17.000/9, PP-001237.2018.17.000/5, IC-000021.2018.17.001/7, IC-000109.2018.17.001/9, IC-000180.2018.17.003/6, IC-001040.2017.17.000/7, IC-000626.2016.17.000/1, PP-001297.2018.17.000/3, IC-000200.2015.17.000/3, IC-000213.2018.17.000/8 - PRT 18ª Região-GO - IC-000030.2013.18.001/1, IC-001019.2017.18.000/5, IC-000129.2017.18.001/1, IC-000130.2017.18.001/1, IC-000854.2018.18.000/3, IC-001231.2018.18.000/0, PP-001422.2018.18.000/4, IC-000120.2018.18.001/7, IC-000133.2019.18.000/8, IC-000883.2011.18.000/0, IC-000135.2017.18.001/3, IC-000135.2017.18.003/0, IC-000696.2018.18.000/9, PP-001462.2018.18.000/0, IC-001512.2018.18.000/5, IC-001662.2018.18.000/4, IC-000230.2018.18.003/9, NF-000221.2019.18.000/6, NF-000268.2019.18.000/0, NF-000270.2019.18.000/6, NF-000494.2019.18.000/2, IC-001192.2017.18.000/5, IC-001220.2017.18.000/7, IC-000349.2018.18.000/7, IC-000206.2018.18.003/5, IC-000139.2019.18.000/6, IC-000255.2019.18.000/3, NF-000432.2019.18.000/6, IC-001952.2017.18.000/8, IC-001407.2018.18.000/9, IC-001587.2018.18.000/7, NF-001840.2018.18.000/5, NF-001867.2018.18.000/6, NF-000324.2019.18.000/3 - PRT 19ª Região-AL - IC-001303.2018.19.000/8, IC-001442.2018.19.000/5, IC-000023.2018.19.001/5, IC-000263.2014.19.000/5, IC-000286.2014.19.000/9, IC-000099.2015.19.000/4, IC-001465.2016.19.000/0, IC-000291.2017.19.000/2, IC-000620.2017.19.000/8, IC-000849.2017.19.000/6, IC-001504.2017.19.000/6, IC-001050.2018.19.000/1, IC-001288.2018.19.000/9, IC-000006.2018.19.001/6, NF-000155.2019.19.000/6, IC-001487.2016.19.000/4, IC-000711.2018.19.000/8, IC-000800.2018.19.000/2, IC-001575.2018.19.000/8, NF-000219.2019.19.000/0, IC-001327.2017.19.000/0, IC-001272.2018.19.000/0, IC-001635.2018.19.000/0 - PRT 20ª Região-SE - IC-000759.2014.20.000/0, IC-000102.2015.20.000/3, IC-000416.2015.20.000/0, IC-000186.2016.20.000/0, IC-000469.2016.20.000/9, IC-001309.2017.20.000/6, IC-001826.2017.20.000/9, IC-001400.2013.20.000/7, IC-001634.2014.20.000/4, IC-001984.2017.20.000/3, IC-002087.2017.20.000/2, IC-002208.2017.20.000/1, IC-000170.2018.20.000/0, IC-000087.2019.20.000/2, IC-002051.2017.20.000/0, PP-001528.2018.20.000/0, PP-000945.2018.20.000/5, IC-001600.2018.20.000/0, NF-000048.2019.20.000/7, IC-000465.2017.20.000/6, IC-001119.2017.20.000/8 - PRT 21ª Região-RN - IC-001461.2017.21.000/6, IC-000225.2017.21.002/8, PP-000916.2018.21.000/0, IC-000949.2018.21.000/1, IC-000238.2018.21.001/9, IC-000150.2017.21.002/0, IC-000151.2017.21.002/6, IC-000887.2018.21.000/0, IC-000910.2018.21.000/2, NF-000179.2019.21.000/0, NF-000050.2019.21.001/0, IC-000220.2017.21.002/6, IC-000738.2018.21.000/1, IC-001279.2018.21.000/3, IC-000877.2017.21.000/0, NF-001508.2018.21.000/5, IC-000506.2017.21.000/8, NF-000026.2019.21.001/9 - PRT 22ª Região-PI - IC-001372.2016.22.000/7, IC-001018.2017.22.000/1, IC-000397.2018.22.000/7, IC-000561.2018.22.000/3, PP-000865.2018.22.000/3, IC-001356.2018.22.000/0, IC-001421.2018.22.000/0, IC-000149.2018.22.001/5, IC-000913.2016.22.000/7, IC-000666.2017.22.000/0, IC-001053.2017.22.000/0, IC-001733.2017.22.000/8, IC-000067.2017.22.002/4, IC-000490.2018.22.000/0, IC-000581.2018.22.000/8, IC-000724.2018.22.000/0, IC-000988.2018.22.000/5, PP-001351.2018.22.000/2, IC-001317.2018.22.000/0, IC-001397.2018.22.000/0, IC-000695.2018.22.000/9, IC-001219.2017.22.000/1, IC-000968.2018.22.000/0 - PRT 23ª Região-MT - IC-000298.2014.23.000/5, IC-001007.2016.23.000/6, IC-001298.2017.23.000/5, IC-000546.2017.23.001/7, IC-000443.2018.23.000/4, IC-000173.2018.23.004/4, IC-000109.2019.23.000/1, IC-000210.2019.23.000/0, NF-000110.2019.23.001/0, IC-000264.2014.23.000/8, IC-000013.2015.23.004/0, IC-000174.2016.23.000/2, IC-000455.2018.23.000/4, IC-001015.2018.23.000/5, IC-001031.2018.23.000/6, NF-001123.2018.23.000/8, NF-001169.2018.23.000/6, IC-000593.2018.23.001/7, NF-000240.2019.23.000/1, NF-000112.2019.23.001/2, NF-000059.2019.23.003/0, IC-000021.2014.23.004/0, IC-000395.2016.23.001/8, NF-000787.2018.23.000/3, NF-001160.2018.23.000/7, PP-000259.2018.23.003/8, NF-000237.2019.23.000/9, NF-000064.2019.23.000/0, IC-000203.2015.23.003/5, IC-000035.2017.23.003/8, IC-000113.2018.23.004/0 - PRT 24ª Região-MS - IC-000128.2016.24.002/9, IC-000726.2017.24.000/1, PP-001017.2018.24.000/4, IC-000135.2016.24.000/0, IC-000895.2016.24.000/1, IC-001143.2017.24.000/7, PP-000371.2018.24.000/6, PP-000646.2018.24.000/0, PP-000750.2018.24.000/8, NF-000149.2018.24.002/5, PP-001001.2018.24.000/5, PP-000026.2019.24.000/3, PP-000790.2018.24.000/7.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Coordenadora da 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão

# Tribunal de Contas da União

## PLENÁRIO

**ATA Nº 5, DE 10 DE ABRIL DE 2019**
(Sessão Extraordinária Reservada)

Presidência: Ministro José Mucio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcelo Martins Pimentel
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Corrêa

Às 17 horas e 45 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler), e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes, com causa justificada, os Ministros Walton Alencar Rodrigues e Aroldo Cedraz, em missão oficial, os Ministros Benjamin Zymler e Augusto Nardes e a Ministra Ana Arraes e, em férias, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

ACOMPANHAMENTO DE JULGAMENTO DE PROCESSO

Na apreciação do processo TC-029.671/2018-3, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, nos termos do parágrafo único do art. 97 do Regimento Interno, foi autorizada a presença na Sala das Sessões do AUFC Nicola Espinheira da Costa Khoury, Coordenador de Infraestrutura, e do AUFC Paulo Roberto Wiechers Martins, Secretário-Geral de Controle Externo.

PROCESSO APRECIADO POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, o acórdão de nº 831.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário deliberou sobre os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-011.858/2012-5 - Acórdão 832

TC-012.077/2012-7 - Acórdão 833

MINISTRO-SUBSTITUTO ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-023.861/2018-5 - Acórdão 834

ALTERNÂNCIA NA PRESIDÊNCIA

O Ministro Raimundo Carreiro assumiu a cadeira da Presidência, em substituição ao Presidente José Mucio Monteiro.

MINISTRO JOSÉ MUCIO MONTEIRO

TC-029.671/2018-3 - Acórdão 835

O Ministro-Substituto André Luís de Carvalho apresentou declaração de voto (v. Anexo I desta Ata).

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSO

Em razão do levantamento de sigilo do respectivo processo, tornou-se público o acórdão de nº 831.

ACÓRDÃO PROFERIDO

O acórdão de nº 831, apreciado por relação, está transcrito a seguir.

RELAÇÃO Nº 9/2019 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 831/2019 - TCU - Plenário

Considerando a manifestação da unidade técnica lavrada nos seguintes termos:

"Tratam os autos de denúncia acerca de possível irregularidade consistente em assinatura, pelo Desembargador Presidente do TRE/DF, de contrato gratuito de cessão de urnas eletrônicas em benefício do clube social Iate Clube de Brasília para a realização de eleição de sua Comodoria e Conselho Deliberativo.

1. O denunciante informou que, em que pese o Iate Clube de Brasília ser um clube social considerado de elite, o TRE/DF o beneficiou mediante o empréstimo de urnas eletrônicas, lonas e demais apetrechos, sem que houvesse a previsão de contrapartida financeira por parte da associação privada. Isso sem mencionar o custo das horas trabalhadas pelos servidores da justiça eleitoral encarregados do processo eleitoral levado à cabo no citado clube.

2. No intuito de comprovar os fatos relatados, encaminhou cópia de partes do processo 0002271-35.2017-6.07.8100, que tratou do pedido de autorização para a realização de eleições parametrizadas pelo Iate Clube de Brasília (peça 2, p. 5-6 e 10); de notícia veiculada pelo jornal do Iate Clube acerca da venda de título do clube, de maneira a comprovar ser este um clube de elite (peça 2, p. 7-8); e cópia do Termo de Cessão de Uso 14/29017 (peça 2, p. 11-16). Consta dos autos, ademais, cópia do procedimento administrativo, do mesmo teor desta denúncia, encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (peça 2, p. 19-24).

HISTÓRICO

3. Por meio da análise constante da instrução inicial (peça 3), verificou-se o arcabouço normativo emanado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo TRE/DF, para a realização de eleição parametrizada. Essa iniciativa da Justiça eleitoral é tida como "uma forma rápida, segura e eficiente de planejar e executar uma eleição, utilizando a urna eletrônica com os parâmetros de uma eleição não oficial, fazendo

assim, a divulgação e a interação do eleitor com o voto eletrônico, além do exercício e consolidação da cidadania".

4. Verificou que "as eleições parametrizadas têm dupla finalidade: de um lado são utilizadas para treinamento de mesários, eleitores e corpo técnico do TRE/DF e, de outro, servem à divulgação do equipamento - a urna eletrônica e o sistema web. Além disso, vê-se que todos os contratos de cessão de urnas eletrônicas e software são a título gratuito, não há previsão de que seja realizado a título oneroso".

5. A conclusão daquela instrução foi no sentido de que "é forçoso concluir que o TRE/DF, em caráter excepcional, e em anos não eleitorais, como o de 2017, poderia atender a solicitações de entidades não previstas no caput do artigo 2º, da Resolução 6889/2010, ou seja, entidades outras que as públicas organizadas e as instituições de ensino. É ademais, forçoso concluir que a realização de eleições parametrizadas atende a interesse público expresso no treinamento de mesários, de eleitores e do corpo técnico da Justiça Eleitoral, além da divulgação do equipamento empregado em pleitos dessa natureza".

6. Diante disso, requisitou informações do TRE/DF para examinar os fundamentos de fato e de direito de sua decisão administrativa, em especial para verificar se a eleição para Comodoro e Conselho Deliberativo do Iate Clube preencheu as condições de excepcionalidade requeridas, pois não há cópia das demais páginas do processo que analisou a solicitação da entidade. A par disso, não constam elementos que comprovem ter efetivamente sido alcançada a finalidade pretendida, pelo menos no que se refere ao treinamento de mesários e do corpo técnico da Justiça Eleitoral, nem tampouco dados acerca do número de eleitores que participaram da eleição e que, portanto, obtiveram treinamento.

7. Assim, conforme delegação de competência do Relator José Múcio Monteiro e com vistas ao saneamento do TC 032.669/2017-8, esta Secex Administração, por meio do Ofício 1.170/2017-TCU/SecexAdministração, de 21/12/2017 (peça 6), solicitou da Diretora-Geral do TER/DF, com base no art. 11 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 157 do Regimento Interno do TCU, que:

a) encaminhe cópia do inteiro teor do processo 0002271-35.2017-6.07.8100, que examinou a solicitação do Iate Clube de Brasília para a realização de eleições parametrizadas para a Comodoria e Conselho Deliberativo da entidade;

b) manifeste-se sobre a denúncia apresentada ao TCU;

c) encaminhe outras informações ou documentos que considere relevantes para a apreciação do fato narrado.

EXAME TÉCNICO

8. Em resposta à diligência promovida por esta Secretaria, por meio do Ofício (peça 6), datado de 21/12/2017, o TRE/DF apresentou as informações e/ou esclarecimentos constantes da peça 13.

9. Não se verifica irregularidade no fato denunciado, pelo seguinte.

10. O TRE/DF informou que de fato houve a cessão de oito urnas eletrônicas, duas urnas de lona e dois servidores para execução do pleito ao Iate Clube de Brasília (peça 13, p. 98). Que o Desembargador Presidente do TRE/DF autorizou ad referendum do Tribunal referida cessão desses recursos da Justiça Eleitoral (peça 13, p. 98). Que houve autorização do Pleno Administrativo do TRE/DF (peça 13, p. 54-55), celebração contrato de cessão de urnas (peça 130, p. 149 a 154) e autorização de saída de material permanente do órgão (peça 13, p. 157).

11. Ainda, que essa eleição não oficial conduzida pelo Iate Clube de Brasília foi realizada, em 05/10/2017, que transcorreu sem quaisquer incidentes e restituídas as umas eletrônicas com segurança e incólumes, o Termo de Cessão de uso 14/2017 teve seu prazo de vigência expirado.

12. Alega que não houve qualquer ilegalidade na autorização deferida pelo Pleno Administrativo do TRE/DF para empréstimo de urnas eletrônicas e sistema de votação eletrônica para realização das eleições não oficiais de interesse do Iate Clube de Brasília, principalmente porque a autorização se efetivou nos estritos limites autorizados pela Resolução TRE/DF 6.899/2010 e pela Resolução TSE 22.685/2007 (peça 13, p. 7).

13. Quanto ao poder aquisitivo do Iate Clube de Brasília, suscitada pelo denunciante, o TRE/DF alega que não consta da Resolução TSE 22.685/2007, nem da Resolução TRE/DF 6.899/2010, como requisito para autorização de empréstimo a título gratuito de umas eletrônicas e sistema de votação parametrizada a análise do balanço patrimonial da entidade cessionária, a analise o poder aquisitivo dos cidadãos ou autoridades que compõem os quadros das entidades públicas ou privadas, das escolas, das instituições de ensino, das associações, dos conselhos de classes profissionais e outros entes.

14. Argumenta, ainda, que os requisitos que autorizam ou não a cessão gratuita estão objetivamente postos na Resolução do TSE e, complementarmente, na Resolução do TRE/DF, são eminentemente objetivos e tem o fim precípuo de fomentar a divulgação da votação informatizada, estimular o crescente interesse dos eleitores pelo exercício da cidadania e de incentivar o desenvolvimento de uma consciência cívica, a consolidação e busca pela maior qualificação de seus quadros bem como propiciar maior visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pela Justiça Eleitoral. (peça 13, p. 6).

15. Alega que eventual vedação a celebração de contratos nos moldes preconizados na Resolução TRE/DF 6.89912010 deverá ser objeto de expressa determinação, primeiramente do TSE, a quem compele por disposição legal expressa, o poder normativo na Justiça Eleitoral

16. Quanto ao custo da cessão, consta do contrato que foi ajustado a título gratuito, com finalidade específica; a ser cumprido em local e por tempo determinado, com despesas de instalação de uso e de consumo de materiais, eletricidade e outras indicadas na Cláusula Sétima, por conta exclusiva da CESSIONÁRIA, assim enumeradas: arcar com os custos previstos no artigo 14 da Resolução TRE-DF 6889/2010, relativos a transporte das urnas, materiais de expediente; deslocamento de servidores, manutenção, reparos e reposição de componentes, extravio dos equipamentos cedidos, além dos serviços extraordinários de servidor que exceder sua jornada de trabalho no Tribunal, na forma, estipulada no contrato, sem prejuízo da propositura das cabíveis ações cível e penal (peça 13, p. 150).

17. O gestor refere-se, ainda, que denúncia de igual teor apresentada ao Conselho Nacional de Justiça e que tramita naquele egrégio Conselho como Procedimento de Controle Administrativo 0008406-44.2017.2.00.0000, a qual foi considerada improcedente, nos seguintes termos:

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL. CESSÃO, À TÍTULO GRATUITO, DE URNAS ELETRÔNICAS A ENTIDADES PRIVADAS. POSSIBILIDADE. RESOLUÇÃO TSE Nº 22.685/2007. NÃO EVIDÊNCIA DE QUALQUER ILEGALIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1) O art. 1º, parágrafo único, da Resolução TSE nº 22.685/2007, ao regulamentar a conduta dos presidentes dos tribunais eleitorais, possibilita a cessão, a título de empréstimo, de urnas e sistema de votação específico a entidades privadas.

2) O simples fato de a entidade ser exclusivamente privada, ou mesmo ter reconhecida capacidade financeira, não a impede de se utilizar, assim como as demais entidades, dos equipamentos da Justiça Eleitoral, quando seguidos os requisitos da Resolução TSE nº 22.685/2007, ainda quando não se verificam quaisquer indícios de favorecimento ilegal.

3) É certo que o Conselho Nacional de Justiça detém a competência de avaliar os contornos legais do ato administrativo de cessão, a título de empréstimo, de urnas e sistema de votação específico a entidades privadas, com base nos preceitos do art. 37, caput, da Constituição Federal e da Resolução TSE nº 22.685/2007, podendo cassar o ato quando eivado de quaisquer ilicitudes.

4) O ato de cessão gratuita de urnas, analisado nos autos, não conteve ilegalidades.

5) Recurso Administrativo conhecido e não provido.

18. O relator da denúncia no CNJ, Conselheiro VALTÉRCIO DE OLIVEIRA, quanto ao pedido de vedar que os tribunais celebrem contratos para cessão gratuita de urnas eletrônicas para entidades de cunho estritamente privado, considerou descabida qualquer medida daquele Conselho, porquanto o Tribunal Superior Eleitoral, por meio da multicitada Resolução, regula a matéria, até mesmo por mandamento do art. 59, § 8º, da Lei 9.504/1997 (O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento).

19. Diante disso, verifica-se a possibilidade jurídica de o TRE/DF celebrar contrato para cessão de urnas eletrônicas com a entidade questionada, não existindo na norma do TSE critério relativo ao perfil econômico da beneficiária, de modo a considerar irregular a cessão como pretende o denunciante.

20. Não se vislumbra o ato administrativo questionado ter afrontado os princípios da eficiência, moralidade e impessoalidade mencionados pelo denunciante. Visto que a cessão de urnas eletrônicas ou de lona a entidades selecionadas mediante critérios objetivos previamente fixados pelo TSE, em gratuidade, mesmo que transferindo parte razoável do custo para o cessionário, evidencia-se meio eficiente e impessoal de acesso ao cidadão para este seja treinado no uso das tecnologias desenvolvidas pela Justiça Eleitoral. Também não se vislumbra imoralidade nessa cessão, máxime quando a regulamentação evidencia que se está possibilitando o treinamento de eleitoral de qualquer classe econômica.

CONCLUSÃO

21. Diante do exposto, conclui-se que não há irregularidade no ato administrativo denunciado e a improcedência da denúncia, visto que o TRE/DF celebrou contrato de cessão de urnas para realização de eleição não oficial com base em resolução do TSE, que por autorização legal pode colocar a disposição dos eleitores, sem discriminação de classe econômica, urnas eletrônicas para treinamento.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

22. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) conhecer da presente denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) excluir a chancela de sigiloso que recai sobre os autos;

c) dar ciência do acórdão que vier a ser proferido ao denunciante e ao TRE/DF, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso tenham interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhes cópia desses documentos sem quaisquer custos;

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal."

Acolho a proposta da unidade nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, nos arts. 1º, inciso XVI e 53 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 143, V, "a"; 234, 235 e parágrafo único, 236, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da presente denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) excluir a chancela de sigiloso que recai sobre os autos;

c) dar ciência deste Acórdão ao denunciante e ao TRE/DF, destacando que a deliberação ora encaminhada pode ser acessada por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso tenham interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhes cópia desses documentos sem quaisquer custos;

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

1. Processo TC-032.669/2017-8 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF)

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.7. Representação legal: Katia de Sousa Moreira de Araujo e outros, representando Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

SIGILO DE PROCESSOS

Foi mantido o sigilo dos acórdãos proferidos nos seguintes processos:

Acórdão nº 832, adotado no processo TC-011.858/2012-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 833, adotado no processo TC-012.077/2012-7, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 834, adotado no processo TC-023.861/2018-5, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

Acórdão nº 835, adotado no processo TC-029.671/2018-3, cujo relator é o Ministro José Mucio Monteiro.

Os acórdãos de nºs 832 a 835 constam do Anexo I desta Ata, que será arquivado eletronicamente na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerrou a sessão às 18 horas e 12 minutos, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado Eletronicamente)
LORENA MEDEIROS BASTOS CORRÊA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 16 de abril de 2019.

(Assinado Eletronicamente)

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

**ATA Nº 11, DE 10 DE ABRIL DE 2019**
(Sessão Ordinária)

Presidência: Ministro José Mucio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcelo Martins Pimentel
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Corrêa

Às 14 horas e 39 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler), e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes, em missão oficial, os Ministros Benjamin Zymler e Augusto Nardes e a Ministra Ana Arraes e, em férias, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 10, referente à sessão ordinária realizada em 3 de abril de 2019 (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÃO (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata):

Da Presidência:

Realização de oficina de planejamento da auditoria decorrente do Acordo de Cooperação (TC 002.893/2013-4) firmado entre o TCU e nove Tribunais de Contas dos Estados que abrangem o bioma amazônico. Presença, em Plenário, dos auditores participantes da oficina.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 782 a 798.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-022.634/2017-7, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;
TC-005.930/2014-6, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;
TC-029.602/2017-3, TC-040.374/2018-1, TC-040.795/2018-7 e TC-041.925/2018-1, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;
TC-009.210/2017-2 e TC-020.217/2017-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
TC-000.599/2019-0, TC-003.921/2016-6, TC-019.370/2013-0, TC-020.089/2018-0 e TC-026.335/2018-2, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e
TC-008.246/2015-7 e TC-015.621/2018-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-008.684/2018-9, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, e primeiro revisor, o Ministro Vital do Rêgo, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Bruno Dantas. Já votou o relator, no que foi acompanhado pelo Ministro Vital do Rêgo e pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, então convocado em substituição ao Ministro Augusto Nardes. O relatório, o voto e a minuta de acórdão apresentadas pelo relator constam no Anexo III desta Ata.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo TC-021.643/2014-8, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, então convocado em substituição ao Ministro Augusto Nardes. Com fundamento no § 6º do art. 112 do Regimento Interno, o relator antecipou seu voto no sentido de rejeitar os embargos declaratórios opostos pelo MPTCU e dar provimento parcial àqueles opostos por Aldemir Bendine, a fim de excluir a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e de reduzir o valor da multa. O Ministro Walton Alencar Rodrigues votou em sentido divergente, para rejeitar os embargos declaratórios opostos por Aldemir Bendine e dar provimento parcial àqueles opostos pelo MPTCU, a fim de agravar a pena de multa aplicada a Luciano Coutinho e aplicar-lhe a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no que foi acompanhado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, convocado em substituição ao Ministro Benjamin Zymler. O relatório, o voto e a minuta de acórdão apresentadas pelo relator constam no Anexo III desta Ata.

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-007.142/2018-8, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, então convocado em substituição ao Ministro Augusto Nardes. Já votou o relator, no que foi acompanhado pelos Ministros Walton Alencar Rodrigues e Bruno Dantas. O relatório, o voto e a minuta de acórdão apresentadas pelo relator constam no Anexo III desta Ata.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo TC-025.905/2014-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-006.732/2011-9, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Cel. Braz Carline Limonge produziu sustentação oral em nome próprio. Acórdão 799.

Na apreciação do processo TC-016.089/2018-9, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, o Dr. Rafael Marinangelo produziu sustentação oral em nome da Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda. Acórdão 800.

Na apreciação do processo TC-043.535/2018-6, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, a Sra. Fernanda Amorim Sanna declinou de produzir sustentação oral em nome da Athos Brasil Soluções em Unidades Móveis Ltda. Acórdão 801.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-008.684/2018-9 (Ata nº 50/2018), cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz e revisor o Ministro Vital do Rêgo. O processo foi objeto de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112, § 5º, do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do TC-015.516/2011-3 (Ata nº 33/2018), cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro e revisor, Ministro Aroldo Cedraz. Acórdão 811.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-006.732/2011-9 - Acórdão 799

MINISTRO RAIMUNDO CARREIRO

TC-016.089/2018-9 - Acórdão 800
O relator acolheu sugestão do Ministro Walton Alencar Rodrigues no sentido de propor a consolidação da medida cautelar antes expedida nos autos em vez de revogá-la.

MINISTRO-SUBSTITUTO ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-043.535/2018-6 - Acórdão 801

MINISTRO RAIMUNDO CARREIRO

TC-015.516/2011-3 - Acórdão 811
O relator acolheu a proposta do Ministro Walton Alencar Rodrigues, que apresentou declaração de voto (v. Anexo II desta Ata).

MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-007.505/2008-1 - Acórdão 802

TC-007.599/2008-8 - Acórdão 803

TC-012.263/2018-4 - Acórdão 804

TC-018.450/2013-0 - Acórdão 805

TC-036.585/2018-1 - Acórdão 806

TC-037.271/2018-0 - Acórdão 807

TC-041.942/2018-3 - Acórdão 808

TC-042.951/2018-6 - Acórdão 809

TC-043.209/2018-1 - Acórdão 810

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-013.097/2017-2 - Acórdão 812

TC-033.165/2014-9 - Acórdão 813

MINISTRO RAIMUNDO CARREIRO

TC-029.243/2018-1 - Acórdão 814

TC-040.390/2018-7 - Acórdão 815

MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-002.026/2014-7 - Acórdão 816

TC-003.306/2019-4 - Acórdão 817

TC-005.043/2014-0 - Acórdão 818

TC-012.369/2018-7 - Acórdão 819

TC-012.612/2012-0 - Acórdão 820

TC-017.699/2016-9 - Acórdão 821

TC-020.159/2018-8 - Acórdão 822

TC-033.169/2014-4 - Acórdão 823

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-007.142/2018-8 - Acórdão 830
Antes do registro do pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, foi concedida medida cautelar nos termos da decisão prolatada.

TC-009.845/2010-0 - Acórdão 824

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-023.547/2018-9 - Acórdão 825

TC-028.752/2016-3 - Acórdão 826

MINISTRO-SUBSTITUTO ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-005.048/2018-4 - Acórdão 827

TC-005.783/2018-6 - Acórdão 828

MINISTRO-SUBSTITUTO WEDER DE OLIVEIRA

TC-025.971/2015-8 - Acórdão 829

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 782 a 798, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 799 a 830, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 9/2019 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 782/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em vista de denúncia sobre possível acumulação indevida de cargos por José de Castro Souza Neto Júnior, médico veterinário, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar);
considerando que restou demonstrado que o servidor exerce cargos acumuláveis, que as cargas horárias contratadas não ultrapassam sessenta horas semanais, que estão sendo cumpridas a contento e que há compatibilidade de horários no exercício dos cargos ocupados;
ACORDAM, por unanimidade, com fulcro nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 234 e 235 Regimento Interno do TCU, em conhecer da denúncia e, no mérito, julgá-la improcedente, retirar a chancela de sigilo aposta aos autos, dar ciência desta deliberação ao denunciante, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte e à Universidade Federal de São Carlos, e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 27-29):

1. Processo TC-021.340/2017-0 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 783/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar "em implementação" a deliberação constante do item 9.2.5 do Acórdão 3.293/2014-TCU-Plenário; em considerar "implementada" as deliberações constantes nos itens 9.2.2, 9.2.3, 9.3 do Acórdão 3.293/2014-TCU-Plenário; em considerar "insubsistente sem reformulação da deliberação original" a deliberação do item 9.1.4 do Acórdão 3.293/2014-TCU -Plenário; em considerar "não implementadas" as deliberações constantes dos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.2.1, 9.2.4 e 9.2.6 do Acórdão 3.293/2014-TCU-Plenário; e em autorizar a SecexAgroAmbiental a proceder novo monitoramento das deliberações do Acórdão 3.293/2014-TCU-Plenário; dar ciência desta deliberação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Casa Civil da Presidência da República, promovendo-se, em seguida, o arquivamento, de acordo com o parecer SecexAmb:

1. Processo TC-023.863/2015-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Secretaria de Defesa Agropecuária - Mapa
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 784/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de solicitação formulada pelo Município de Santa Luzia/PB, no sentido de que o Tribunal de Contas da União instaure Tomada de Contas Especial relativa ao Convênio 186/2010 (Siafi 749069), celebrado pelo ex-prefeito, José Ademir Pereira de Morais, com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a fim de retirar aquela unidade federativa da situação de inadimplência no Sistema de Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi);

Considerando que o solicitante não trouxe aos autos qualquer indício de irregularidade que mereça pronta atuação desta Corte de Contas perante o órgão repassador;

Considerando que a solicitação formulada pelo requerente necessitaria de prévia fiscalização por parte do TCU;

Considerando que o requerente não tem competência para postular diretamente fiscalização ao TCU, porquanto, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e do art. 38, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 232 do Regimento Interno/TCU, não se insere no rol da autoridades legitimadas para solicitar ao Tribunal realização de auditorias, inspeções ou fiscalização, quais sejam: o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados e os presidentes de comissões do Congresso Nacional, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, quando por aquelas aprovadas;

Considerando que, em consulta ao sistema de pesquisa do TCU, não foi identificado processo autuado que trate de fiscalização ou tomada de contas especial relativa ao Convênio 186/2010 (Siafi 749069);

Considerando que, em consulta ao portal de convênios e ao portal de transparência do governo federal (https://portal.convenios.gov.br e www.portaltransparencia.gov.br), realizada em 1º/3/2019, foi verificado que o Convênio 186/2010 (Siafi 749069), celebrado entre o município de Santa Luzia/PB e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), cujo objeto é a implantação de sistema de abastecimento de água naquela unidade federativa, encontra-se na situação de "prestação de contas em análise";

Considerando que compete originariamente ao órgão repassador, no caso, a Funasa, analisar a prestação de contas de convênios por ele celebrados com ente subnacionais, adotando as medidas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos e, caso tenha identificado irregularidade injustificada na aplicação de recursos conveniados, deve instaurar tomada de contas especial e remeter a sua conclusão ao Tribunal, observados os requisitos estabelecidos na Instrução Normativa-TCU 71, de 28 de novembro de 2012;

Considerando, por fim, que incumbe ao solicitante adotar as medidas que entenda necessárias à exclusão da inadimplência do município, seja perante a entidade concedente, seja perante o Poder Judiciário.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e no inciso I do art. 38 da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso V, 232 do Regimento Interno/TCU e 10 da Resolução TCU 215/2008, não conhecer da presente solicitação, dando-se ciência ao interessado e arquivando-se os autos, de acordo com parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-004.581/2019-9 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Entidade: Município de Santa Luzia - PB
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado da Paraíba (Sec-PB).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 10/2019 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 785/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda., ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; no mérito, considerar improcedente a representação; e não conhecer do agravo interposto pela Central IT Tecnologia da Informação Ltda., vez que não atendidos os pressupostos de admissibilidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.075/2016-8 (REPRESENTAÇÃO com pedido cautelar)
1.1. Recorrente: Central It Tecnologia da Informação Ltda. (07.171.299/0001-96)
1.2. Interessado: M.I. Montreal Informática S/A (42.563.692/0001-26)
1.3. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).
1.8. Representação legal: Luiz Antonio Ferreira Bezerril Beltrão (19.773/OAB-DF) e outros, representando Central It Tecnologia da Informação Ltda.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 8/2019 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 786/2019 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos esse expediente apresentado pela empresa SO Telecomunicações, Segurança e Eletrônica (peça 1359), em face do Acórdão nº 639/2017-Plenário Rel. Ministro José Mucio (peça 657), aonde o interessando requer que este Tribunal receba o referido documento como recurso de reconsideração contra o referido Acórdão.

Considerando que com objetivo de buscar que o recurso fosse conhecido, o responsável recorreu em nome de sua empresa individual.

Considerando que os argumentos, no entanto, envolvem exclusivamente a condenação do responsável como pessoa física.

Considerando que a petição se dá em nome da empresa, restou caracterizada a inexistência de interesse recursal, conforme indicado no Despacho do Excelentíssimo Ministro Bruno Dantas (peça 1323).

Considerando que caso o recurso tivesse sido interposto exclusivamente pela pessoa física este seria intempestivo, pois foi apresentado em 23/06/2017, sendo que o responsável foi notificado da decisão do Tribunal em 02/06/2017.

Considerando a análise realizada pela Serur à peça 1615, a qual constatou a ocorrência da preclusão consumativa do recurso de reconsideração interposto, não conhecido anteriormente, bem como que a peça 1359 deva ser recebida como mera petição.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, ou 35 da Lei 8.443/92 c/c o art. 285, § 2º, do RI/TCU; em:

a) receber a Peça 1.359 como mera petição e negar recebimento ao pleito, em razão da preclusão consumativa e do disposto no artigo 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, e nos termos do art. 50, § 3º, da Resolução-TCU 259, de 7 de maio de 2014; e

b) dar ciência à requerente e aos órgãos/entidades interessados do teor do presente Acórdão, encaminhando-lhes cópia, bem como informando-lhes que o respectivo pode ser consultado em www.tcu.gov.br/acordaos, nos termos do Memorando-Circular Segecex 45/2017, de 25/8/2017.

1. Processo TC-006.994/2003-8 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (TOMADA DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2002)
1.1. Apensos: 007.300/2013-1 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Recorrente: SO Telecomunicações e Segurança Eletrônica Ltda
1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas (SR/DPF/AM)
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Amazonas (Sec-AM).
1.7. Representação legal: João Pontes Rocha Filho (OAB/CE 15.087), Dorothy Miranda da Silva (OAB/CE 13.077), Tatiana Miranda Fernandes (OAB/CE 21.162), Rafaela de Sousa Andrade (OAB/CE 20.199); Cláudia de Santana (OAB/AM 8.369); Izabelle Lima Assem, (OAB 6.075/AM); José Carlos Cavalcanti Junior (OAB/AM 3.607), Renzzo Fonseca Romano (OAB/AM 6.242), Wallestein Monteiro de Souza (OAB/AM 4.907), Hildeberto Correa Dias (OAB/AM 1.127), Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB/AM 7.396), Edilson Lima da Silva (OAB/AM 5.707), Tatiane Medina Oliveira (OAB/AM 6.336), Simone Rosado Maia Mendes (OAB/PI 4.550), Paulo Rogério Arantes (OAB/AM 1.509), Mara Glades Ribeiro dos Santos (OAB/AM 2.144), Karla Freixo Braga (OAB/AM 3.775), Raineri Ramos Ramalho de Castro (OAB/AM 7.598), Léo da Silva Sales (OAB/DF 7621), Fabianno Martins Frazão (OAB/AM 7.004), Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB/AM 3.808), Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB/AM 8.340), Sérgio Alberto Correa Araújo (OAB/AM 3.749), Antônio Azevedo de Lira (OAB/AM 5.474), Shirley da Silva Stek (OAB/AM 5.669) e Luciana da Silva Terças (OAB/AM 4.121)
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 787/2019 - TCU - Plenário

Considerando a manifestação da unidade técnica lavrada nos seguintes termos:

*"Trata-se de representação (peça 1) da licitante Gráfica do Preto Ltda.-ME, com pedido de medida cautelar, a respeito de alegadas irregularidades que teriam ocorrido no Pregão Eletrônico n. 19/2019 (Edital à peça 9), promovido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - UASG n. 153164, nos autos do processo administrativo 23081.003932/2019-75, cujo objeto é o Registro de Preços para confecção e instalação de 20 outdoors da Universidade.*

Aspectos Preliminares

O valor estimado da contratação era de R$ 24.000,00 (R$ 1.200,00 x 20) e o valor negociado no pregão com a licitante vencedora foi de R$ 16.200,00 (R$ 810,00 x 20), conforme peça 16, p. 1.

O valor proposto pela Representante foi de R$ 16.600,00 - R$ 830,00 x 20 (peça 16, p. 4).

O certame foi disputado por 8 licitantes, as quais apresentaram diversos lances, conforme registros da ata da sessão pública do PE (peça 16).

O certame foi homologado em 18/3/2019 (peça 19).

Indícios de Irregularidades Apresentados pela Representante

O Representante apresenta, em síntese, as seguintes ocorrências como notícias de irregularidade e seus indícios, conforme peça 1:

após ter se classificado em 2º lugar na licitação, solicitou diligência à UFSM por ter dúvidas em relação ao "atestado de capacidade técnica de uma gráfica (sendo que a ganhadora da licitação também é gráfica), emitido no dia da licitação", apresentado pela empresa vencedora, Bem Hur Jose Gradaschi - ME (Gradual Soluções Gráficas);

inconformada com o resultado da diligência efetivada pelo Pregoeiro, apresentou Recurso questionando a validade do atestado, tanto por apresentar "documento com indícios de falsidade", sem "credibilidade alguma de executar os serviços", como por se referir a "serviços gráficos" e não a "outdoor" - objetos diferenciados, no seu entendimento;

Pedidos da Representante

Diante disso, o Representante faz os seguintes pedidos ao TCU (peça 1, p. 9):

que seja concedida medida cautelar para que o processo licitatório seja "suspenso até o julgamento do mérito, por ficar demonstrado que se houver demora, o contrato que possui apenas 6 meses vai acabar, e não teremos mais alguém eficácia em possível decisão";

que "o TCU decida por fazer a UFSM diligenciar de forma correta, ou exigir do próprio arrematante a comprovação de que o atestado apresentado é verossímil e que os serviços foram comprovadamente realizados de outdoors, por meio de documentos comprobatórios, fotos, contrato, pagamento, boleto, nota fiscal ou outro";

se "ficar ao final constatado que a empresa [vencedora] apresentou documento em desconformidade", que lhe seja aplicada sanção; e

que se oriente à UFSM "a reabrir o procedimento licitatório convocando a empresa em 2º lugar para apresentar os documentos de habilitação e proposta".

PROCESSOS CONEXOS

Não há.

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

Preliminarmente, registra-se que a presente representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 c/c art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço da representante, bem como encontrar-se acompanhada dos indícios concernentes a irregularidades ou ilegalidades.

Além disso, empresa representante possui legitimidade para representar ao TCU, em virtude do previsto no art. 237, VII, do RI/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993.

Ainda, conforme dispõe o art. 103, § 1º, in fine, da Resolução-TCU 259/2014, verifica-se a existência do interesse público no trato das supostas irregularidades, pois poderiam, em tese, causar prejuízo ao erário.

Dessa forma, a representação poderá ser apurada, com o fim de comprovar a sua procedência, nos termos do art. 234, § 2º, segunda parte, do RI/TCU, aplicável às representações de acordo com o parágrafo único do art. 237 do RI/TCU.

EXAME TÉCNICO

Para a representante, o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa vencedora do certame, Jose Gradaschi - ME (Gradual Soluções Gráficas), inserido à peça 10, seria irregular, pelos seguintes motivos: a) foi emitido no mesmo dia (27/2/2019) da licitação; b) foi emitido por uma gráfica, mesmo ramo da licitante vencedora; c) se referiria a "serviços gráficos" e não a "outdoor", objetos que seriam diferenciados, o que invalidaria a atestação.

Como consta na publicação "Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU/4ª edição", página 384, a capacidade técnico-operacional refere-se à aptidão operativa da empresa licitante para executar o objeto a ser contratado.

Assim, o fundamento de exigir-se tal comprovação decorre especialmente da necessidade de garantir à Administração Pública que a empresa que venha a ser contratada poderá executar os serviços de forma pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com as necessidades do órgão.

No presente caso concreto, tem-se que o serviço a ser contratado é a confecção de até 20 outdoors em lona, medindo 6x3m, a serem instalados em painel localizado no campus da Universidade. Esse serviço será executado por 6 meses, ao custo estimado de R$ 1.200,00 cada outdoor.

Portanto, há baixa peculiaridade e complexidade do objeto licitatório.

Nesse sentido, considerando os princípios da razoabilidade e da eficiência da Administração Pública, promoveram-se pesquisas em diversas fontes de informação, obtendo-se resultados que indicam baixo risco, pelo que segue:

a empresa Bem Hur Jose Gradaschi-ME possui estrutura física e informações em seu website condizente com os objetos licitados (peça 20);

em 2018, já teria sido contratada pela UFSM para confecção e instalação de outdoor, conforme a Nota de Empenho 2018NE04719 (peça 21);

em 2017, venceu Pregão Eletrônico para confecção e instalação de até 15 outdoors (peça 22); e

conforme dados de bases internas do TCU, já foi contratada por diversos órgãos públicos para prestar serviços gráficos e semelhantes.

Portanto, se verifica que a empresa vencedora possui capacidade técnica-operativa para prestar os serviços licitados.

Ademais, se constata que há baixo potencial de dano ao erário ante à materialidade da contratação (R$ 16.200,00).

A presente situação concreta e os elementos coletados são suficientes para afastar a necessidade de realizar-se diligências ou o maior aprofundamento do exame da suposta impropriedade, posto que insistir em averiguações pode resultar em um custo do controle maior que o eventual benefício dele advindo. Deve-se, no caso, atentar para o princípio da eficiência e, também, para o disposto no art. 14 do Decreto-Lei 200/1967, onde se lê:

O trabalho administrativo será racionalizado mediante simplificação de processos e supressão de controles que se evidenciarem como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco.

Por fim, se verifica que não é possível extrair, direita ou indiretamente, em que medida o resultado do certame impugnado teria se revelado contrário ao interesse público.

Em verdade, a pretensão veiculada na inicial visa a proteger, precipuamente, interesse próprio da licitante classificada em 2º lugar no certame, mormente porque evidencia tão somente inconformismo com a conduta do órgão público promotor da licitação.

O TCU não é órgão vocacionado para a tutela de interesses individuais. Para tanto existe o Poder Judiciário, constitucionalmente destinado à defesa dos direitos dos que se sintam prejudicados por atos praticados pelo poder público.

Nesse contexto, considera-se improcedente a representação quanto a essa alegada irregularidade.

Do Pedido de Ingresso como Parte Interessada

Não foram apresentados pedidos nesse sentido.

Da Necessidade de Medida Cautelar

Como antes exposto, a proposta deste Auditor será por considerar improcedente esta representação. Nada obstante, de forma a subsidiar a decisão do Ministro-relator quanto aos requisitos para a concessão de medida cautelar, conforme disposto no art. 276 do RI/TCU, no art. 22, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014, e na Portaria-Segecex 12/2016, tem-se o adiante.

Houve a *perda do objeto? NÃO.*

Há a *plausibilidade jurídica? NÃO, pois de acordo com a análise anterior, percebe-se a inexistência da suposta irregularidade, bem como de qualquer dano à economicidade da contratação.*

Há o *perigo da demora? NÃO, pois não há perigo de dano irreparável, nem fundado receio de grave lesão ao Erário ou ao interesse público.*

Há o *perigo da demora inverso? NÃO.*

De toda a análise empreendida quanto à necessidade de adoção de medida cautelar, conclui-se pela *inexistência de pressupostos suficientes para a sua concessão.*

CONCLUSÃO

O documento constante da peça 1 deve ser conhecido como representação, por preencher os requisitos previstos nos arts. 235 e 237 do RI/TCU.

Não foram identificados os pressupostos necessários para a concessão da medida cautelar pleiteada.

Acerca das alegadas irregularidades apresentadas pela Representante, as análises efetuadas na presente instrução não reconheceram suas procedências.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior para envio ao Ministro-relator, propondo:

a) conhecer *da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;*

b) *indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo Representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;*

c) no mérito, considerar a presente representação *improcedente;*

e) *encaminhar cópia desta instrução e da deliberação que vier a ser adotada à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e ao Representante, Gráfica do Preto Ltda.-ME, esclarecendo-lhes que o inteiro teor da referida deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e*

f) *arquivar os presentes autos, nos termos do inciso III do art. 169, do Regimento Interno deste Tribunal."*

Acolho a proposta da unidade nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143, 169, 237, VII e 250, II do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo Representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

c) no mérito, considerar improcedente a presente representação;

e) encaminhar cópia da instrução e deste Acórdão à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e ao Representante, Gráfica do Preto Ltda.-ME, esclarecendo-lhes que o inteiro teor da referida deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

f) arquivar os presentes autos, nos termos do inciso III do art. 169, do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-006.095/2019-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Gráfica do Preto Ltda.-ME (CNPJ 03.750.414/0001-26)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Rio Grande do Sul (Sec-RS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 788/2019 - TCU - Plenário

Considerando a manifestação da unidade técnica lavrada nos seguintes termos:

"*Trata-se de representação de licitante, com pedido de medida cautelar inaudita altera pars, a respeito de alegadas irregularidades que teriam ocorrido no Pregão Eletrônico SRP 09/2018, do tipo menor preço por lote - em número de quatro - peça 4, cujo objeto era a "contratação de empresa especializada na cessão e gestão de mão de obra para a prestação de serviços de apoio administrativo ao serviço eleitoral mediante alocação de postos de trabalho (auxiliar administrativo e supervisor), conforme especificações descritas no Termo de Referência" - pelo período quatro meses - peça 19. O certame encontrava-se dividido em quatro lotes/itens, a saber: Prestação de Serviços de Apoio Administrativo (40 horas), Prestação Serviço Supervisor de Pessoal (40 horas), Prestação de Serviços de Apoio Administrativo (30 horas) e Prestação Serviço Supervisor de Pessoal (30 horas).*

2. A representante aduziu, em resumo, acerca de vícios no atestado de capacidade técnica da UP Eventos, inexequibilidade da respectiva proposta comercial e negativa de regularidade daquela empresa perante o sindicato patronal da categoria.

3. Ademais, a licitante apresentou, ao tempo da respectiva publicação, questionamentos ao edital, sem, no entanto, formalizar impugnação (peça 7).

4. Dando segmento ao exame da representação neste TCU, foram, incontinenti, solicitadas informações preliminares pelo meio mais expedito (peça 19, in fine). O atendimento consumou-se em 24/5/2018 (peças 19-21).

HISTÓRICO

5. Em exame preliminar (peça 25), esta Secex-PR verificou que a presente representação preenchia os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 c/c art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), bem como a sociedade empresária NOSSA Serviço Temporário e Gestão de Pessoas Ltda. possuia legitimidade para representar ao TCU, em virtude do previsto no inciso VII do art. 237 do RI/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993.

6. Além disso, pontuou que conforme dispõe o art. 103, § 1º, in fine, da Resolução - TCU 259/2014, verificou-se, em princípio, a existência do interesse público no trato da suposta irregularidade/ilegalidade, pois um desenlace negativo da situação concreta poderia, em tese, causar prejuízo ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

7. O Representante apresentou, em síntese, as seguintes ocorrências como notícias de irregularidade e seus elementos indiciários:

a) vícios em atestado de capacidade técnica da UP Eventos (peça 1, p. 8-13);

b) inexequibilidade da respectiva proposta comercial, a qual se encontraria em desconformidade ao edital (peça 1, p. 13-22);

c) negativa de regularidade daquela empresa perante o sindicato patronal da categoria (peça 1, p. 22-23).encontrar-se acompanhada dos indícios concernentes a irregularidades ou ilegalidades.

8. Diante disso, o Representante deduziu os seguintes pedidos ao TCU (peça 1, p. 26):

a) deferimento de medida cautelar suspensiva do certame e decorrente contratação; e

b) nulidade do ato que classificou a Up Eventos no pregão eletrônico (SRP) 09/2018.

9. Ao examinar os argumento trazidos pelo representante, a conclusão emitida por esta Secex-PR foi no sentido de que não haviam sido identificados os pressupostos necessários para a concessão da medida cautelar pleiteada.

10. Acerca das alegadas irregularidades apresentadas pela Representante, as análises efetuadas naquela instrução concluíram pela necessidade de oitiva da Direção Geral do TRE do Paraná acerca dos aspectos da inexequibilidade da proposta apresentada e quanto aos supostos vícios em atestado de capacidade técnica da UP Eventos. Contudo, sobre a ausência do atestado de regularidade daquela empresa perante o sindicato patronal da categoria como elemento hábil a caracterizar a indevida habilitação, essa restou afastada.

11. Em acréscimo, abriu-se a oportunidade de manifestação à UP Eventos, empresa adjudicada no certame, para fazê-lo no mesmo prazo da oitiva, na linha da Súmula Vinculante nº 3, do Supremo Tribunal Federal, considerando que da decisão possa resultar anulação ou revogação de ato administrativo que a tenha beneficiado.

12. Com efeito, cabe destacar que o pregão encontrava-se homologado, ao tempo em que corria o Mandado de Segurança nº 5010941-91.2018.4.04.7000, junto à 1ª Vara Federal de Curitiba, o qual obstou "a assinatura da ata de registro de preços e demais atos relacionados à contratação" até ulterior manifestação (peça 21).

13. Do mesmo modo, tramitava, ainda, o Mandado de Segurança nº 5018314-76.2018.4.04.7000, junto à 5ª Vara Federal de Curitiba, dirigido a obter liminar suspensiva da contratação (peça 20), concluso, naquela data, para sentença.

EXAME TÉCNICO

14. Em resposta à oitiva promovida por esta Secretaria, por meio do Ofício (peça 31), datado de 19/6/2018, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR apresentou, tempestivamente, as informações e/ou esclarecimentos constantes das peças 35 a 37.

15. Em momento posterior a esta manifestação do TRE/PR, a Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná autorizou a continuação do procedimento licitatório. Diante disso, o TRE/PR formalizou o Contrato nº 39/2018 com a empresa UP Eventos Eireli, vencedora do Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 09/2018 (peça 40).

16. Destaca-se que, embora a vigência inicial estava prevista até a data de 10/10/2018, os termos aditivos a prorrogaram até a data de 14/12/2018 (peça 41), portanto, encontra-se encerrado.

17. Diante dos fatos supervenientes, considera-se prejudicada, no mérito, a presente representação, por perda de objeto, em razão de a decisão pleiteada nesta representação já não se mostrar hábil a produzir seus efeitos, tendo em vista a conclusão do procedimento licitatório inquinado, bem como, a consequente formalização e execução contratual.

CONCLUSÃO

18. O documento constante da peça 1 deve ser conhecido como representação, por preencher os requisitos previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para no mérito, considerá-la prejudicada, ante a perda de seu objeto, em razão da conclusão do procedimento licitatório, bem como, do término de sua execução contratual. (parágrafos 15 a 17)

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

19. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la prejudicada, ante a perda de seu objeto;

b) comunicar ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e ao representante a decisão que vier a ser adotada nestes autos;

c) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU."

Acolho a proposta da unidade nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143, 237, VII e 250, II do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la prejudicada, ante a perda de seu objeto;

b) dar ciência deste Acórdão ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e ao representante, destacando que a deliberação ora encaminhada pode ser acessada por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso tenham interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhes cópia desses documentos sem quaisquer custos para V. Sas.; e

c) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-015.202/2018-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: NOSSA Serviço Temporário e Gestão de Pessoas Ltda. (CNPJ 86.915.691/0001- 79)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Paraná (Sec-PR).
1.6. Representação legal: Lucyanna Joppert Lima Lopes (24484/OAB-PR), Felipe Cordella Ribeiro (OAB/PR 41.289) e outros
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 789/2019 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos este Pedido de Reexame em Tomada de Contas Especial, interposto pela Primeiro Time Informática Ltda., contra o Acórdão 155/2019-TCU-Plenário - (Peça 49), Peça Recursal: R001 - (Peças 64 e 65).

Considerando a ausência de legitimidade recursal da representante, nos termos dos arts. 146 e 282 do RI/TCU.;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, ou 35 da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, IV "b" e 277, II, do RI/TCU; em:

a) Não conhecer do pedido de reexame interposto por Primeiro Time Informática Ltda., em razão da ausência de legitimidade e de interesse recursal, nos termos do artigo 48 da Lei 8443/1992 e artigos 146 e 282 do Regimento Interno/TCU; e

b) Dar ciência à recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor deste Acórdão, encaminhando-lhes cópia, bem como informando-lhes que o respectivo pode ser consultado em www.tcu.gov.br/acordaos, nos termos do Memorando-Circular Segecex 45/2017, de 25/8/2017.

1. Processo TC-042.867/2018-5 - PEDIDO DE REEXAME (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Primeiro Time Informatica Ltda (06.012.469/0001-27)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Bruno Dantas
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).
1.7. Representação legal: Mauricio Leonardo Gonçalves Silva e outros, representando Primeiro Time Informatica Ltda; Rafael Reis Marques, representando Technology Soluções e Sistemas Integrados Ltda.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 9/2019 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 790/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Processo Administrativo de Desapropriação da Fazenda Floresta II, localizada na cidade de Promissão/SP, cadastrada perante o INCRA sob nº 617.229.331.406-0.

Considerando que presente a denúncia configura tentativa de resguardar tutela de interesse particular, o que não é abarcado pela jurisprudência do TCU;

Considerando a existência de elementos que podem vir a caracterizar ilegalidade em procedimentos de desapropriação para fins de reforma agrária promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra;

Considerando que o tema foi objeto de análise por parte desta Corte em sede de representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU, que resultou no Acórdão 3.479/2012-TCU-Plenário, por meio do qual foram expedidas recomendações de medidas corretivas ao Incra;

Considerando que, inclusive, foi recomendado ao Incra que "aprimorasse os seus controles internos com o objetivo de eliminar a equivocada aplicação do disposto no § 6º do art. 2º da Lei 8.629/1993, explicitando nos autos dos processos desapropriatórios todas as nuances que possibilitem a análise do caso à luz da jurisprudência recente dos Tribunais Superiores";

Considerando que, no âmbito de monitoramento realizado pela unidade técnica responsável, o Incra informou sobre medidas adotadas para atender as recomendações mencionadas, que foram avaliadas como cumpridas por meio do Acórdão 3.050/2014-TCU-Plenário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

a) não conhecer a presente documentação como denúncia, eis que ausentes os requisitos de admissibilidade;

b) dar ciência da presente deliberação à SecexAgroAmbiental com o fim de subsidiar futuras ações de controle daquela unidade; e

c) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-005.976/2019-7 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão: Superintendência Regional do Incra no Estado de São Paulo.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de São Paulo (Sec-SP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 791/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) considerar atendida a determinação constante do item "a" do Acórdão 1.001/2018-TCU-Plenário;

b) fazer a determinação especificada no item 1.6; e

c) apensar, definitivamente, os presentes autos ao TC 021.320/2017-9, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-021.442/2018-5 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinar à Segecex que, no acompanhamento sobre pregões do Comprasnet, a partir de alertas emitidos pelo Sistema Alice, observe o cumprimento do disposto no item 9.3 do Acórdão 1.875/2015-TCU-Plenário.

RELAÇÃO Nº 7/2019 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 792/2019 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia, nos quais foram aplicadas multas aos responsáveis Maria Berenice Alho da Costa Tourinho, CPF 111.993.772-87; e Osmar Siena, CPF 324.188.929-72.

Considerando que a responsável Maria Berenice Alho da Costa Tourinho recolheu integralmente a multa a ela aplicada por meio do item 9.1.1 do Acórdão 1022/2017-Plenário, no valor de R$ 17.500,00, conforme comprovantes anexos aos autos;

Considerando que o responsável Osmar Siena recolheu integralmente a multa a ele aplicada por meio do item 9.4 do Acórdão 2399/2016-Plenário, no valor de R$ 15.000,00, conforme comprovantes anexos aos autos;

Considerando a proposta da unidade técnica, no sentido de que seja expedida quitação aos responsáveis, nos termos do art. 218 do RI/TCU;

Considerando o parecer do MP/TCU, manifestando-se de acordo com a proposta da unidade técnica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, por unanimidade, em dar quitação às pessoas físicas Maria Berenice Alho da Costa Tourinho, CPF 111.993.772-87; e Osmar Siena, CPF 324.188.929-72.

1. Processo TC-000.798/2014-2 (DENÚNCIA)
1.1. Apensos: 003.156/2015-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia
1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Rondônia (Sec-RO).
1.8. Representação legal: José Alves Pereira Filho (647/OAB-RO) e outros, representando Osmar Siena e Maria Berenice Alho da Costa Tourinho

ACÓRDÃO Nº 793/2019 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Centro Audiovisual do Museu do Índio, em Goiânia/GO, referentes a (i) superfaturamento, (ii) troca ou substituição de equipamentos com diferentes especificações e (iii) desaparecimento de bens com prejuízo do erário.

Considerando que os equipamentos em questão teriam sido adquiridos por meio do Pregão Eletrônico 33/2015, Ministério da Justiça/Dages/Funai/Museu do Índio, ao custo global de R$ 156.628,63;

Considerando que a Denúncia não se encontra devidamente amparada de indícios concernentes à ocorrência de superfaturamento, à substituição de equipamentos com diferentes especificações ou ao desaparecimento de bens;

Considerando a análise perfunctória promovida pela unidade técnica indicando a inexistência de indícios de superfaturamento por preços excessivos (peça 6);

Considerando que a inexistência de indicação do endereço do Denunciante, a despeito de a priori constituir empecilho ao conhecimento da exordial, poderia ser minorada por meio de simples consulta aos sistemas informatizados desta Corte;

Considerando a análise promovida pela unidade técnica às peças 6-8 e a proposta de encaminhamento suscitada,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 15, inciso I, alínea "p", 143, inciso V, alínea "a", 234 e 235, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer a presente documentação como denúncia por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, determinando-se liminarmente o arquivamento do processo, com fundamento no parágrafo único do art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 105 da Resolução - TCU 259/2014, encaminhar cópia dos autos à Controladoria-Geral da União (CGU), dar ciência desta deliberação ao interessado e dar publicidade ao presente acórdão, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto, caso presentes motivos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-006.648/2019-3 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 794/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217, §§ 1º e 2º, todos do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em autorizar o parcelamento, conforme solicitado (peça 137), das multas aplicadas aos Srs. Liana Bathomarco Corrêa (R$ 20.000,00), Renato Luiz da Costa (R$ 40.000,00) e Marcelo Otávio de Souza Gomes (R$ 30.000,00), por meio subitem 9.3 do Acórdão 1542/2016 - TCU - Plenário, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente e com incidência dos correspondentes acréscimos legais, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze dias), a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, e, ainda, alertando-os da necessidade de encaminhamento dos comprovantes de pagamento das parcelas a este Tribunal..

1. Processo TC-002.710/2012-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsáveis: Renato Luiz da Costa (CPF 894.466.157-04), Marcelo Otávio de Souza Gomes (CPF 707.037.367-87), Liana Bathomarco Corrêa (CPF 003.682.797-58), Gravataí Locação de Equipamentos Ltda. (CNPJ 02.832.886/0001-65), Letras e Artes Pós Produção Digital de Filmes Ltda. (CNPJ 09.565.964/0001-51), XLR8 Locação de Equipamentos Ltda. (CNPJ 04.909.553/0001-12)
1.2. Unidade jurisdicionada: Centro Técnico do Audiovisual - Secretaria do Audiovisual - Ministério da Cultura (CTAv/SAV/MinC)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
1.6. Representação legal: André Luiz Porcionato (OAB/SP 245.603), Emerson Caetano de Moura (OAB/DF 30.004), Tiago Pugsley (OAB/DF 25.466) e outros.

ACÓRDÃO Nº 795/2019 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, nos quais foi aplicada multa à responsável Solange Cristina Rocha de Oliveira, CPF 601.107.162-72.

Considerando que a responsável Solange Cristina Rocha de Oliveira recolheu integralmente a multa a ela aplicada por meio do item 9.1 do Acórdão 1.679/2014-Plenário, de 25/06/2014, no valor de R$ 8.000,00, conforme comprovantes anexos aos autos;

Considerando que relativamente aos outros responsáveis também condenados ao pagamento de multa por meio do mesmo acórdão, Srs. Francisco de Assis Benchaya e José Bruno Simões de Albuquerque, forma autuados processos de cobrança executiva, TCs 028.596/2015-3 e 028.595/2015-7, respectivamente;

Considerando a proposta da unidade técnica, no sentido de que seja expedida quitação à responsável Solange Cristina Rocha de Oliveira e, não restando outros responsáveis com multa em aberto, arquivados os presentes autos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, por unanimidade, em:

a) dar quitação a Solange Cristina Rocha de Oliveira, CPF 601.107.162-72; e

b) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-032.914/2008-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 006.916/2009-0 (DENÚNCIA); 028.596/2015-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 029.510/2011-2 (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO); 028.595/2015-7 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Adalberto Fernandes de Azevedo (321.293.862-53); Andrea Soares Barnez (937.910.465-00); Edelto de Oliveira Lopes (314.374.352-20); Eram Estaleiro Rio Amazonas Ltda. (02.709.163/0001-73); Francisco de Assis Benchaya (055.069.482-04); José Bruno Simões de Albuquerque Ferreira (143.429.442-00); José Milton Barbosa Filho (074.296.653-49); João Bosco Cantuária dos Reis (213.053.582-87); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00);; Marineth de Souza Ferreira (122.845.132-04); Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva (174.201.562-04); Raimunda Regina Cruz de Angiolis (346.813.882-20); Ricardo Kumihiko Yamaguishi (562.968.948-72); Servico Autonomo de Agua e Esgoto de Maues (04.587.036/0001-74); Sidney Ricardo de Oliveira Leite (240.678.572-68); Solange Cristina Rocha de Oliveira (601.107.162-72); Valter Casimiro Silveira (564.286.341-04); Vivaldo do Nascimento Rabelo (000.863.392-49)

1.3. Interessados: Prefeitura Municipal de Maués - AM (04.282.869/0001-27); Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (05.829.742/0001-48)

1.4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Prefeituras Municipais do Estado do Amazonas (62 Municípios)

1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

1.8. Representação legal: Polliana Rodrigues da Silva (9476/OAB-AM) e outros, representando Solange Cristina da Costa Rocha; Felipe Aires Coelho Araujo Dias e outros, representando Sidney Ricardo de Oliveira Leite; Bianca de Paiva Guimarães Duarte (138065/OAB-RJ) e outros, representando Servico Autonomo de Agua e Esgoto de Maues; Jedier de Araujo Lins (1635/OAB-AM) e outros, representando Eram Estaleiro Rio Amazonas Ltda e Adalberto Fernandes de Azevedo; Kennedy Monteiro de Oliveira (7389/OAB-AM) e outros, representando José Milton Barbosa Filho, Audizia Donizete Gomes Lobo, Francisco de Assis Benchaya, Solange Cristina da Costa Rocha, Jackson Monteiro Martins, Edelto de Oliveira Lopes e Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva.

ACÓRDÃO Nº 796/2019 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que cuidam de requerimento formulado pelo Secretário de Controle Interno do Ministério da Defesa, solicitando a prorrogação de prazo, por 60 dias, para o encaminhamento de tomada de contas especial registrada no e-TCE sob o nº 1.389/2018, instaurada para apuração de possível prejuízo decorrente da perda de materiais adquiridos, bem como de indícios de sobrepreço e infrações diversas à legislação, nas quais incorreram o Hospital das Forças Armadas.

Considerando que a solicitação se fundamenta no redirecionamento do trabalho de apuração do valor exato do dano realizado pela comissão de TCE, demandando acréscimo de tempo na busca de preços praticados no novo referencial adotado, qual seja, o Banco de Preços em Saúde, do Ministério da Saúde, além de certa dificuldade, mesmo momentânea, na tramitação e autuação de dados no recém-implantado sistema e-TCE; e

Considerando a proposta uníssona da SecexTCE (peças 3 e 4) pelo deferimento do pleito, uma vez que as justificativas se revelam plausíveis e que o pedido se enquadra na hipótese prevista no § 3º do art. 11 da Instrução Normativa/TCU 71/2012;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em deferir o requerimento formulado pelo Secretário de Controle Interno do Ministério da Defesa, de forma a prorrogar por sessenta dias o prazo previsto no art. 11 da Instrução Normativa TCU 71/2012 para o envio da referida TCE.

1. Processo TC-004.217/2019-5 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa

1.2. Interessado: Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 6/2019 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 797/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, retirar a chancela de sigiloso, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 7), ao denunciante.

1. Processo TC-000.203/2019-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado da Bahia (SEC-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 798/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, retirar a chancela de sigiloso, encerrar o processo e arquivar os autos.

1. Processo TC-006.581/2019-6 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

1.3. Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrabalho).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência deste processo à SecexTrabalho.

ACÓRDÃO Nº 799/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.732/2011-9.

1.1. Apenso: 011.707/2011-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secex-RJ (54.987.345/0001-14)

3.2. Responsáveis: Braz Carline Limonge (703.324.607-20); João Alberto de Souza Angulski (569.178.807-87); Quick Delivery Entregas Rápidas de Encomendas e Locação de Veículos Ltda. - ME (06.214.588/0001-62); William Alexandre Félix (605.612.031-72).

4. Órgão: Departamento Geral do Pessoal - Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Representação legal:

8.1. Robison de Oliveira Mello, representando Centro de Controle Interno da Marinha (peça 390).

8.2. Rafael Oliveira de Freitas Silva (166.967/OAB-RJ), representando João Alberto de Souza Angulski (peça 381).

8.3. Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto (13.802/OAB-DF), representando William Alexandre Felix (peça 392).

8.4. Juscelio Garcia De Oliveira (23.788/OAB-DF) e outros, representando Quick Delivery Entregas Rápidas de Encomendas e Locação de Veículos Ltda. - ME (peça 395).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre supostas irregularidades no Contrato 22/2010, firmado entre Departamento-Geral de Pessoal do Comando do Exército e a empresa Quick Delivery Entregas Rápidas de Encomendas e Locação de Veículos Ltda. - ME, no âmbito do V Jogos Mundiais Militares;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa de João Alberto de Souza Angulski e da empresa Quick Delivery Entregas Rápidas de Encomendas e Locação de Veículos Ltda. - ME;

9.3. acolher as razões de justificativa de Braz Carline Limonge;

9.4. determinar ao Departamento-Geral de Pessoal do Comando do Exército, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, a retenção definitiva dos valores cautelarmente bloqueados por meio do Acórdão 2.812/2011-TCU-Plenário, referentes à execução do Contrato DGP 22/2010:

9.4.1. R$ 396.433,83 referentes à atualização monetária e aos juros de mora incidentes sobre o valor indevidamente pago à contratada de R$ 3.346.252,09, no período de 23/12/2010 a 24/7/2011; e

9.4.2. R$ 2.222.826,88 referentes ao sobrepreço contratual apurado;

9.5. aplicar a João Alberto de Souza Angulski a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. declarar a inidoneidade da empresa Quick Delivery Entregas Rápidas de Encomendas e Locação de Veículos Ltda. - ME para participar, por três anos, de licitação na Administração Pública Federal, com fulcro no art. 46 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0799-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 800/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.089/2018-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto (VII): Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A (CNPJ 61.584.223/0001-38) e Egis - Engenharia e Consultoria Ltda. (CNPJ 44.239.135/0005-03)

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Mato Grosso - Dnit/MT

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT)

8. Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros; Rafael Marinangelo (OAB/SP 164.879), Tânia Aoki Carneiro (OAB/SP 196.375) e Priscilla Bigotte Donato (OAB/SP 248.777)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Representação, com pedido de medida cautelar (peça 1), a respeito de possíveis irregularidades relacionadas à Licitação RDC Eletrônico 99/2017-11 da Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Mato Grosso (Dnit/MT) para a contratação integrada de empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração dos projetos e execução das obras de implantação e pavimentação da rodovia BR-158/MT - Lote A do Contorno da Terra Indígena Maraiwatsede.

ACORDAM os Ministro do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, por satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do RI/TCU c/c o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45, caput, da Lei 8.443/1992 e art. 251, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da presente deliberação, para que a Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Mato Grosso (Dnit/MT):

9.2.1. adote as providências cabíveis ao exato cumprimento da lei, no sentido de anular o julgamento da fase de habilitação da Licitação RDC Eletrônico 99/2017-11, ocorrida em 21/11/2017, por meio da ANÁLISE Nº 112/2017/SELIC - MT/SRE - MT (Documento SEI n. 0279282), que inabilitou o Consórcio CONSTRUCAP-EGIS, sob o argumento de que a proposta apresentada pela licitante não está aderente aos critérios de qualificação técnica requisitados no Edital;

9.2.2. anule todos os atos subsequentes, e diretamente dependentes da inabilitação do citado consórcio, por infringência ao disposto no item 19.2.19 do Edital do RDC Eletrônico 99/2017-11 c/c item 5.1, alíneas "e" e "f", do Anexo 1.A (Anteprojeto), do mencionado Edital, bem como ao art. 3º da Lei 12.462/2011 e aos arts. 3º, 30 e 33 da Lei 8.666/1993;

9.2.3. informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, as providências adotadas para o pleno cumprimentos das presentes determinações;

9.3. confirmar a cautelar adotada por meio do despacho do Exmo. Min. Relator José Múcio Monteiro, confirmada pelo Acórdão 1.363/2018 - TCU - Plenário, de forma a permitir a continuidade do certame licitatório após a adoção das medidas do subitem anterior; e

9.4. dar ciência à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Mato Grosso (Dnit/MT), com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no procedimento licitatório RDC Eletrônico 99/2017-11, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.4.1. inabilitação indevida, ocorrida em 21/11/2017, por meio da ANÁLISE Nº 112/2017/SELIC - MT/SRE - MT (Documento SEI n. 0279282), do Consórcio formado pelas empresas Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A (CNPJ 61.584.223/0001-38) e Egis - Engenharia e Consultoria Ltda. (CNPJ 44.239.135/0005-03), da Licitação RDC Eletrônico 99/2017-11, em afronta aos princípios da legalidade, da moralidade, da economicidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo das propostas e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, constantes nos seguintes normativos: caput, do art. 37, da CRFB/88; inciso IV, § 1º, art. 1º e art. 3º, ambos da Lei 12.462/2011; art. 3º da Lei 8.666/1993;

9.4.2. imposição de exigências que extrapolam as disposições do Edital RDC Eletrônico 99/2017-11 contra o Consórcio formado pelas empresas Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A (CNPJ 61.584.223/0001-38) e Egis - Engenharia e Consultoria Ltda. (CNPJ 44.239.135/0005-03), ao exigir que as mencionadas empresas comprovassem, para fins de habilitação no certame, a execução de serviços idênticos aos serviços licitados, constantes no item 19.3 do Anexo I.A do mencionado Edital, em afronta ao item 19.2.19 do Edital do RDC Eletrônico 99/2017-11 c/c item 5.1, alíneas "e" e "f", do Anexo 1.A (Anteprojeto), do mencionado Edital, bem como aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo das propostas, constantes no art. 3º da Lei 12.462/2011; e nos arts. 3º, 30, § 3º, e 33, todos da Lei 8.666/1993;

9.4.3. tratamento não isonômico ao analisar as condições de habilitação/qualificação técnica, quando comparado o julgamento emitido para o Consórcio formado pelas empresas Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A (CNPJ 61.584.223/0001-38) e Egis - Engenharia e Consultoria Ltda. (CNPJ 44.239.135/0005-03), em relação ao julgamento emitido para o Consórcio liderado pela empresa Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda. (CNPJ 59.598.029/0001-60), em violação aos princípios da legalidade, da moralidade, da economicidade, da igualdade de condições a todos os concorrentes, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo das propostas e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, insculpidos nos seguintes normativos: caput, e inciso XXI, do art. 37, da CRFB/88; incisos I e IV, § 1º, art. 1º e art. 3º, ambos da Lei 12.462/2011; art. 3º da Lei 8.666/1993;

9.5. dar ciência do teor da presente decisão, acompanhada do relatório e voto que a fundamentaram, ao Dnit/MT, bem como ao Consórcio formado pelas empresas Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A (CNPJ 61.584.223/0001-38) e Egis - Engenharia e Consultoria Ltda. (CNPJ 44.239.135/0005-03) e ao Consórcio liderado pela empresa Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda. (CNPJ 59.598.029/0001-60), por meio de seus representantes;

9.6. nos termos do art. 35 da Resolução-TCU 259/2014, determinar à Secex/MT que monitore o cumprimento da presente deliberação.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0800-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 801/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 043.535/2018-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante/Interessados:

3.1. Representante: Athos Brasil Soluções em Unidades Móveis Ltda. (CNPJ 04.617.192/0001-30).

3.2. Interessados: Athos Brasil Soluções em Unidades Móveis Ltda. (CNPJ 04.617.192/0001-30); Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná - Sesi-PR (CNPJ 03.802.018/0001-03); Truckvan Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ 05.142.588/0001-31).

4. Entidade: Departamento Nacional do Sesi no Estado do Paraná - (Sesi-PR).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Paraná (Sec-PR).

8. Representação legal:

8.1. Robinson Zanini de Lima (122505/OAB-SP), entre outros, representando a Truckvan Indústria e Comércio Ltda.;

8.2. Fernanda Amorim Sanna (222866/OAB-SP), entre outros, representando a Athos Brasil Soluções Em Unidades Moveis Ltda.; e

8.3. Marco Antônio Guimarães (22427/OAB-PR), entre outros, representando o Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de representação formulada pela Athos Brasil Soluções em Unidades Móveis Ltda. sobre possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº 855/2018 conduzido pelo Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná (Sesi-PR) sob o valor total de R$ 6.074.000,00 para o fornecimento de unidades móveis multifuncionais, aí incluídos os equipamentos, o mobiliário e os acessórios;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em

9.1. manter, no presente momento, a cautelar suspensiva referendada pelo Acórdão 60/2019-TCU-Plenário;

9.2. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.2.1. promova a identificação dos membros da comissão de licitação responsáveis pela condução do Pregão Presencial n.º 855/2018, além dos gestores responsáveis pela homologação do certame no âmbito do Sesi-PR, e, nos termos do art. 12, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 157 do RITCU, promova a audiência dos aludidos responsáveis, entre outros porventura identificados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as suas razões de justificativa em face de todas os indícios de irregularidade detectados nos autos e, especialmente, em face das seguintes falhas:

9.2.1.1. desclassificação da Athos Brasil Soluções em Unidades Móveis Ltda., no Pregão Presencial n.º 855/2018, sem a precisa indicação do dispositivo do edital supostamente violado e sem a justificativa para a ausência da correspondente diligência saneadora, tendo a administração do Sesi-PR optado simplesmente por promover a suscitada desclassificação da licitante vencedora, deixando de atentar para a observância, aí, do princípio da busca pela proposta mais vantajosa para a administração púbica;

9.2.1.2. ausência de efetiva competitividade no certame, a partir do cotejo entre a quantidade de lances e o desconto ofertado no Lote 3 com resultado bastante expressivo em face da comparação com os Lotes 1 e 2, em patamares bem inferiores, a despeito de todos os três lotes apresentarem a mesma descrição básica ("*Fornecimento de unidade móvel de multifuncional modelo (X) para o Sesi/Senai Paraná, inclusos equipamentos, mobiliários e acessórios*", variando apenas a classificação do modelo entre "A", "B" ou "C"), sob as seguintes condições:

| Lote | Estimativa de preço (Sesi-PR) | Proposta vencedora | nº de lances | Desconto (R$) | Desconto (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 2.644.000,00 | 2.625.000,00 | 21 | 19.000,00 | 0,16% |
| 02 | 1.710.000,00 | 1.670.000,00 | 40 | 40.000,00 | 0,23% |
| 03 | 1.720.000,00 | 1.347.000,00 | 415 | 373.000,00 | 21,69% |

9.2.2. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, aos responsáveis chamados em audiência, para facilitar a correspondente manifestação nos autos; e

9.2.3. dê prosseguimento ao presente feito, com a devida urgência.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0801-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 802/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.505/2008-1.

1.1. Apensos: 033.113/2015-7; 016.471/2015-6

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Antonio Sergio Torquato (684.416.658-34); Carlos Roberto Nolasco Ferreira (348.058.267-20); Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (62.428.073/0001-36); Instituto Brasileiro de Desenvolvimento do Cooperativismo (01.183.522/0001-39); Instituto Gente (03.493.203/0015-50); Luiz Tsueo Hiraga (692.966.348-49); Maria Inês dos Santos (045.118.358-45); Maria Izilda Aguilar Perez (702.655.428-04); Nicola Moreno Junior (069.210.948-04); Pedro Cesar Aguilar Perez (510.143.008-00); Qualivida Instituto para a Promoção da Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador (02.188.083/0001-10); Raimundo de Sousa (030.079.328-66); Sonia Maria Jose Bombardi (678.630.008-15); Tadais Takemori (452.609.828-00)

3.2. Responsáveis: Antonio Sergio Torquato (684.416.658-34); Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata (02.077.209/0001-89); Carlos Roberto Nolasco Ferreira (348.058.267-20); Enilson Simões de Moura (133.447.906-25); Humberto Carlos Parro (121.065.008-82); Instituto Brasileiro de Desenvolvimento do Cooperativismo (01.183.522/0001-39); Instituto Gente (03.493.203/0015-50); Luiz Tsueo Hiraga (692.966.348-49); Maria Ines dos Santos (045.118.358-45); Maria Izilda Aguilar Perez (702.655.428-04); Moira Martins de Andrade (031.871.858-86); Nicola Moreno Junior (069.210.948-04); Pedro Cesar Aguilar Perez (510.143.008-00); Qualivida Instituto para a Promoção da Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador (02.188.083/0001-10); Raimundo de Sousa (030.079.328-66); Sonia Maria Jose Bombardi (678.630.008-15); Tadais Takemori (452.609.828-00)

3.3. Recorrentes: Pedro Cesar Aguilar Perez (510.143.008-00); Maria Izilda Aguilar Perez (702.655.428-04); Instituto Gente (03.493.203/0015-50); Antonio Sergio Torquato (684.416.658-34); Nicola Moreno Junior (069.210.948-04); Luiz Tsueo Hiraga (692.966.348-49); Raimundo de Sousa (030.079.328-66); Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata (02.077.209/0001-89); Enilson Simões de Moura (133.447.906-25); Carlos Roberto Nolasco Ferreira (348.058.267-20).

4. Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal:

8.1. Guilherme Antonio Brito Gonçalves Barbosa (45.197/OAB-DF) e outros, representando Carlos Roberto Nolasco Ferreira.

8.2. Ana Cláudia Machado (27034/OAB-DF) e outros, representando Qualivida Instituto Para A Promoção da Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador, Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata e Enilson Simões de Moura;

8.3. Ricardo Aguilar Perez (195449/OAB-SP) e outros, representando Maria Izilda Aguilar Perez, Instituto Gente, Pedro Cesar Aguilar Perez e Pedro Cesar Aguilar Perez;

8.4. Nilton Stachissini (79671/OAB-SP), representando Nicola Moreno Junior e Luiz Tsueo Hiraga;

8.5. Alexandre Machado da Silva (252099/OAB-SP), representando Antonio Sergio Torquato.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase processual, tratam de recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 770/2013-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 32, inciso I, e art. 33 da Lei 8.443/92, em:

9.1. dar provimento ao recurso interposto por Nicola Moreno Júnior e Luiz Tsueo Hiraga, para julgar regulares suas contas especiais, excluir-lhes da solidariedade quanto ao pagamento do débito referido no item 9.2.1 do Acórdão 770/2013-Plenário e tornar insubsistente a multa a eles aplicada pelo item 9.3.1, da mesma deliberação;

9.2. dar provimento parcial aos recursos interpostos pelos demais recorrentes, para excluir do subitem 9.2.1 do Acórdão 770/2013-Plenário a importância de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil), com data de ocorrência 29/12/2000;

9.3. encaminhar as comunicações atinentes ao recorrente Carlos Roberto Nolasco Ferreira ao escritório profissional de seus patronos, sito ao SHIS QI 19, Conjunto 13, casa 25, Brasília-DF, CEP 71655-130; e

9.4. dar ciência do teor desta deliberação aos recorrentes, a seus advogados, ao Ministério do Trabalho, à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro/MTE) e aos demais interessados.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0802-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 803/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.599/2008-8.
1.1. Apensos: 019.902/2009-2; 014.982/2015-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Astep Engenharia Ltda. (10.778.470/0001-34); ATP Engenharia Ltda. (35.467.604/0001-27); Congresso Nacional (vinculador); Consórcio ARG/EGESA (08.348.751/0001-05); Consórcio Contécnica - Planservi - Lenc (08.661.436/0001-33); Consórcio Cr Almeida - Via - Emsa (08.396.100/0001-90); Consórcio OAS/camargo Corrêa/mendes Júnior (08.411.565/0001-73); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (04.892.707/0001-00); Dynatest Engenharia Ltda. (32.116.154/0001-30); JBR Engenharia Ltda. (70.074.448/0001-35); Magna Engenharia Ltda. (03.426.423/0001-66); Maia Melo Engenharia Ltda. (08.156.424/0001-51); Ministério da Defesa/comando do Exército (vinculador); Seplane Engenharia e Planejamento do Nordeste Ltda. (01.631.413/0001-37); Skill Engenharia Ltda. (02.991.032/0001-21)
3.2. Responsáveis: Aston Medeiros dos Santos (041.456.744-72); Divaldo de Arruda Câmara (025.342.154-34); Expedito Leite da Silva (112.494.634-91); Fernando Rocha Silveira (107.545.124-87); Francisco Fernando de Figueiredo Lopes (219.548.367-91); Genivaldo Paulino da Silva (021.453.594-00); Gustavo Adolfo Andrade de Sá (160.953.084-53); Heraldo Cosentino (468.395.778-72); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); Hugo Sternick (296.677.716-87); Jose Narcélio Marques Sousa (003.013.884-15); Luis Munhoz Prosel Junior (459.516.676-15); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Luiz Clark Soares Maia (040.065.774-00); Luiz Guilherme Rodrigues de Mello (765.579.601-72); Mauro Ernesto Campos Lima (160.271.757-53).
4. Órgãos/Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
8. Representação legal: Pablo Alves Prado (43164/OAB-DF); Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF); Patrícia Guércio Teixeira Delage (90.459/OAB-MG); Fernando Antonio dos Santos Filho (37.934/OAB-DF); Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/OAB-DF); Ângelo Longo Ferraro (37.922/OAB-DF); Cintia Batista Angelini Carvalho (33265/OAB-DF).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), no período de 17/1/2017 e 15/3/2017 (Fiscobras 2017), abrangendo as obras de adequação e ampliação da capacidade da BR-101/PB, entre a divisa RN/PB e a divisa PB/PE, totalizando 129 km de extensão, relativas aos lotes 3, 4 e 5.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 250, § 1º do Regimento Interno/TCU, acolher as razões de justificativas dos responsáveis, abaixo arrolados, em relação aos indícios de irregularidade a eles imputados, descritos no relatório:
9.1.1. Luiz Antônio Pagot, Heraldo Cosentino, Luis Munhoz Prosel Junior, Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, Mauro Ernesto Campos Lima, Expedito Leite da Silva, Gustavo Adolfo Andrade de Sá, Francisco Fernando de Figueiredo Lopes, José Narcélio Marques de Souza Divaldo de Arruda Câmara, Aston Medeiros dos Santos e Genivaldo Paulino da Silva;
9.2. considerar revéis, para todos os efeitos, os senhores Hideraldo Luiz Caron e Fernando Rocha Silveira, nos termos do art. 202, § 8º, do Regimento Interno do TCU;
9.3. aproveitar a Hideraldo Luiz Caron e a Fernando Rocha Silveira as conclusões da análise das razões de justificativa trazidas pelos demais responsáveis para o fim de não-aplicação de sanção quanto às irregularidades a eles imputadas;
9.4. desconsiderar a análise do indício de irregularidade referente à ausência de fundamentação técnica para acréscimo de quantitativos dos serviços de CBUQ Faixa C, Re-estabilização de Base, Base de Brita Graduada e Imprimação, pertinentes à restauração do acostamento e faixas de segurança, constante do pedido de revisão em fase de obras do lote 5, protocolado no DNIT pelo Exército Brasileiro (achado 3.5, Subitem IV, do Relatório de Fiscalização 128/2008), considerando que a questão será objeto de exame no TC 010.772/2011-1;
9.5. acolher as razões de justificativas apresentadas por Luiz Clark Soares Maia, quanto aos indícios de irregularidades listados a seguir, com fundamento no art. 250, § 1º do Regimento Interno do TCU:
9.5.1. Achados 3.5 - Subitem I - Relatório de Fiscalização 128/2008 - encaminhamento e aprovação de termos aditivos de readequação de equipe aos contratos de supervisão de obras de adequação da BR-101/PB, lotes 3, 4 e 5, insuficientemente motivados;
9.5.2. associação indesejável ocorrida entre a supervisora de obras e o consórcio construtor do Lote 3, no que concerne à utilização simultânea das mesmas instalações de laboratórios para conferência dos serviços executados; e
9.5.3. Achado 3.9 - Relatório de Fiscalização 128/2008 - Sub-rogação/subcontratação irregular de contrato - Subcontratação não autorizada pela Administração ou não prevista em edital/contrato;
9.6. rejeitar as razões de justificativas de Luiz Clark Soares Maia, na condição de fiscal do Contrato 253/2006, em razão da deficiente fiscalização dessa avença, materializada pela não- identificação do descumprimento, por parte do consórcio executor das obras, das condições especificadas no projeto executivo e no edital, quanto ao *filler* utilizado na usinagem do CBUQ, tendo sido violado o subitem 9.2.2 do Acórdão 616/2005-TCU-Plenário - Achado 3.7 do Relatório de Fiscalização 128/2008;
9.7. aplicar a Luiz Clark Soares Maia multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1993, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhe prazo de 15 (quinze) dias, contados da efetiva notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU) o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data da deliberação, até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.8. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) que proceda ao desconto da dívida do item 9.7, acima, nos vencimentos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, caso não atendida, no prazo fixado, a notificação constante do referido item;
9.9. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se refere o item "9.7", acima, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, além de se mostrar frustrada a medida constante do item "9.8", supra;
9.10. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com fundamento no art. 250, inciso II do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 90 dias, a partir da ciência, apresente ao TCU resultado conclusivo da apuração de responsabilidade sobre as falhas na atuação da empresa Astep Engenharia Ltda. (Contrato PG-137/2001-00), tratada no processo administrativo 50613.000103/2011-09, inclusive com as justificativas que fundamentarem a aplicação, ou não, das sanções cabíveis;
9.11. dar ciência do acórdão, bem como do relatório e voto, aos responsáveis destes autos e demais interessados neste processo;
9.12. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação) que:
9.12.1 autue processo específico do tipo monitoramento para que sejam realizadas as medidas necessárias à verificação do cumprimento da determinação ao DNTI;
9.12.2 anexe ao processo de monitoramento a ser autuado cópias do presente relatório e do acórdão, acompanhado dos respectivos relatório e voto que o fundamentam.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0803-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 804/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.263/2018-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidades: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Rio de Janeiro (Sec-RJ).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada nas universidades federais do Estado do Rio de Janeiro para avaliar os editais de concursos públicos para o cargo do magistério superior e para seleção de discentes de doutorado e de residência médica;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro, à Universidade Federal Fluminense, à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de noventa dias, suprimam dos normativos que regulam internamente a realização de concursos públicos para o magistério superior a previsão de critérios para a avaliação de títulos que se baseiem no tempo de exercício ou na experiência profissional dos candidatos, por afrontarem o princípio da isonomia, previsto no art. 5º da Constituição Federal, assim como a Jurisprudência do E. Supremo Tribunal Federal (ADI 3.443-0-MC/MA, RE-AgR 558.833/CE e MS 32.074/DF, dentre outros);
9.2. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro, à Universidade Federal Fluminense, à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, nos futuros editais para seleção de docentes e de discentes de pós-graduação, adotem as seguintes providências:
9.2.1. divulgar os editais para seleção de discentes nos programas de pós-graduação, *stricto* ou *lato sensu*, em meio de comunicação adequado e com antecedência suficiente para que o público-alvo tenha conhecimento dos requisitos e exigências estabelecidos no instrumento convocatório, em observância ao princípio da publicidade, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal;
9.2.2. dar publicidade a todas as etapas previstas no processo seletivo para discentes nos programas de pós-graduação, *stricto* ou *lato sensu*, em observância aos princípios da publicidade e da eficiência, insculpidos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, atentando para que seja franqueado ao candidato a possibilidade de recorrer da decisão administrativa que lhe for imposta, como previsto no art. 56 da Lei 9.784/1999;
9.2.3. fazer constar do edital para seleção de docentes e de discentes de pós-graduação todas as informações necessárias para delimitar as condições e as exigências do processo de seleção, dentre outras: procedimentos e requisitos para inscrição e realização de provas; quantitativo de vagas; regime de trabalho ou estudo; reserva de vagas por força legal, quando for o caso; cronograma para realização das etapas do processo de seleção e divulgação dos respectivos resultados; conteúdo programático exigido e bibliografia de referência; requisitos para pontuação das etapas e classificação dos candidatos, especificando-se o caráter eliminatório e/ou classificatório de cada etapa, haja vista os princípios ditados no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, bem como o previsto no art. 42 do Decreto 9.739/2019, no art. 5º, §2º, da Lei 8.112/1990, no art. 1º, § 1º, do Decreto 9.508/2018 e no art. 1º da Lei 12.990/2014;
9.2.4. divulgar a comissão de julgamento do processo seletivo para docente ou discentes nos programas de pós-graduação, *stricto* ou *lato sensu*, com a antecedência necessária e suficiente para a preparação do candidato, haja vista os princípios contidos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal;
9.2.5. coibir a identificação do candidato nas provas aplicadas, visto que afronta o princípio da impessoalidade, ditado no art. 37, *caput*, da Constituição Federal;
9.2.6. padronizar os instrumentos convocatórios para seleção de docentes ou discentes nos programas de pós-graduação, *stricto* ou *lato sensu*, em vista da eficiência almejada pela Administração Pública indireta, consoante previsto no art. 26, inciso III, do Decreto-Lei 200/1969;
9.2.7. fazer constar dos editais para seleção de discentes de pós-graduação as linhas de pesquisa disponíveis, a quantidade de vagas correspondente e os possíveis orientadores, assim como o o conteúdo programático, as referências bibliográficas e as orientações necessárias para a elaboração de projetos de tese, conforme o caso, e garantam a divulgação desse conteúdo nos meios de comunicação pertinentes, como forma de favorecer simetria de informação entre os candidatos, em observância aos princípios ditados no art. 37, *caput*, da Constituição Federal;
9.3. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro, à Universidade Federal Fluminense, à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que façam constar menção específica sobre cada uma das providências requeridas no item 9.2 desta deliberação no relatório de gestão anual;
9.4. recomendar à Universidade Federal do Rio de Janeiro, à Universidade Federal Fluminense, à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e conveniência de realizar prova oral ou arguição de memoriais, teses ou projetos em sessão pública e gravada para fins de registro e avaliação, disponibilizando tais gravações aos interessados, em observância aos princípios da publicidade, do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. 5º, *caput* e inciso LV, da Constituição Federal c/c o art. 56 da Lei 9.784/1999;
9.5. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Educação, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e às Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como subsídio ao Projeto de Lei 252/2003, que estabelece normas gerais sobre a realização de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração pública direta e indireta.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0804-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 805/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.450/2013-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em processo de Representação
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH (15.126.437/0001-43); Instituto Nacional de Amparo A Pesquisa, Tecnologia, Inovação e Saúde (11.344.038/0001-06); Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (11.147.286/0001-59); Prefeitura Municipal de Petrolina - PE (10.358.190/0001-77); Procuradoria da República/PE - MPF/MPU (26.989.715/0021-56)

3.2. Responsáveis: Julianeli Tolentino de Lima (965.575.594-00); Luiz Antônio de Vasconcelos (128.176.004-87); Maria de Fátima Ramos Brandão (110.522.605-00); Platini Gomes Fonseca (019.507.075-55); Roberto César Ferreira da Silva (991.140.705-53); Ronald Juenyr Mendes (789.887.646-68); Sílvia Raquel Santos de Morais (719.584.873-68)

3.3. Recorrente: Julianeli Tolentino de Lima (965.575.594-00).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

8. Representação legal:

8.1. Antônio de Carvalho Ribeiro (13487/OAB-BA) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto por Julianeli Tolentino de Lima em face do Acórdão 1.710/2015-Plenário, parcialmente alterado pelo Acórdão 3.340/2015-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência dessa deliberação ao recorrente e à Procuradoria da República em Pernambuco.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0805-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 806/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.585/2018-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: ABS Engenharia, Locações, Transportes e Ambiental Ltda. (17.204.061/0001-73).

4. Entidade: Município de Poço Dantas/PB.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado da Paraíba (Sec-PB).

8. Representação legal:

8.1. Mariana de Almeida Pinto (23767/OAB-PB), representando ABS Engenharia, Locações, Transportes e Ambiental Ltda.

8.2. Rodrigo Lima Maia (14.610/OAB-PB) e outros, representando o Município de Poço Dantas/PB.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre supostas irregularidades na Tomada de Preços 2/2018, conduzida pelo Município de Poço Dantas/PB para implantar usina de reciclagem de lixo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. com fulcro no art. 45 da Lei 8.443/1992, assinar prazo de quinze dias para que o Município de Poço Dantas/PB adote as providências necessárias para anular a Tomada de Preços 02/2018 e os atos dela decorrentes ou, caso opte pela reedição da Tomada de Preços 2/2018, observe a disciplina do art. 21 da Lei 8.666/93, haja vista as alterações efetuadas após a intervenção deste Tribunal, informando a esta Corte, no mesmo prazo, as medidas adotadas;

9.3. dar ciência desta deliberação ao representante, à ABS Engenharia, Locações, Transportes e Ambiental Ltda. e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0806-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 807/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 037.271/2018-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria do TCU no Estado de Alagoas (00.414.607/0002-07).

4. Entidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Município de Marechal Deodoro/AL; Município de Penedo/AL.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Alagoas (Sec-AL).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada junto aos Municípios de Penedo e de Marechal Deodoro, ambos no Estado de Alagoas, para avaliar o desempenho e a regularidade dos serviços prestados de transporte escolar;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Município de Marechal Deodoro/AL, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de trinta dias, adotem providências para corrigir as seguintes irregularidades:

9.1.1. superlotação em veículos de transporte escolar, com ameaça à segurança e à integridade física dos alunos, o que contraria o disposto no art. 137 da Lei 9.503/1997;

9.1.2. utilização de veículo para transporte escolar sem identificação da atividade escolar desempenhada, o que contraria o disposto no art. 136, inciso III, da Lei 9.503/1997, no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa 1/2017, do Detran/AL;

9.1.3. utilização de veículo para transporte escolar com idade superior a sete anos, o que contraria as recomendações emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio do Guia do Transporte Escolar;

9.1.4. utilização de veículo sem autorização para circulação coletiva de escolares, emitida pelo Detran/AL e afixada na parte interna do veículo, e sem inspeção semestral para verificação de equipamentos obrigatórios de segurança, o que contraria o disposto nos arts. 136, caput e incisos I e II, e 137 da Lei 9.503/1997 e o disposto nos arts. 4º, inciso I, e 9º da Instrução Normativa 1/2017, do Detran/AL;

9.1.5. ausência de registros, documentos e seguros obrigatórios para embarcações de transporte escolar, a saber: Título de Inscrição de Embarcação Miúda (TIEM); comprovante de regularização junto à Capitania dos Portos, Delegacia ou agência integrante do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA) e seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou por suas cargas (DPEM), o que contraria o disposto no Capítulo 2, itens 0205 "c" e 0206, da Norma Técnica 2/DPC, da Marinha do Brasil, e nos arts. 3º, 7º e 13 da Resolução ANTAQ 1.274/2009;

9.2. determinar ao Município de Penedo/AL, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de trinta dias, adotem providências para corrigir as seguintes irregularidades:

9.2.1. superlotação em veículos de transporte escolar, com ameaça à segurança e à integridade física dos alunos, o que contraria o disposto no art. 137 da Lei 9.503/1997;

9.2.2. utilização de veículo para transporte escolar com idade superior a sete anos, o que contraria as recomendações emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio do Guia do Transporte Escolar, e o disposto no art. 9º da Instrução Normativa 1/2017, do Detran/AL;

9.2.3. utilização de veículo para transporte escolar desprovido de itens de segurança (cinto de segurança em quantidade igual a de lotação, extintores de incêndio, lâmpadas de trânsito, pneus em bom estado ou estepe; macaco, chaves-de-roda, triângulos e limpadores de para-brisas), o que contraria o disposto no art. 136, incisos III, V a VII, da Lei 9.503/1997, no art. 4º da Instrução Normativa 1/2017, do Detran/AL; e

9.2.4. utilização de veículo sem autorização para circulação coletiva de escolares afixada na parte interna do veículo, e sem inspeção semestral para verificação de equipamentos obrigatórios de segurança, o que contraria o disposto nos arts. 136, caput e incisos I e II, e 137 da Lei 9.503/1997 e o disposto nos arts. 4º, inciso I, e 9º da Instrução Normativa 1/2017, do Detran/AL;

9.3. recomendar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, que avalie a oportunidade e conveniência de orientar a ação dos Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb para, no que se refere ao transporte escolar, manifestar conclusivamente acerca da qualidade dos serviços prestados e da observância aos requisitos de segurança estabelecidos nos arts. 136 a 139 da Lei 9.503/1997;

9.4. dar ciência das irregularidades identificadas nesta auditoria ao Departamento de Trânsito de Alagoas, à Capitania dos Portos e à Agência Nacional de Transportes Aquaviário, a fim de que sejam adotadas as providências necessárias para assegurar que o transporte escolar ofertado por meio terrestre ou aquático tenham as condições de segurança e trafegabilidade requeridas;

9.5. determinar que a Sec-AL monitore o cumprimento das determinações feitas por meio desta deliberação aos Municípios de Marechal Deodoro/AL e de Penedo/AL.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0807-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 808/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 041.942/2018-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ish Tecnologia S/A (01.707.536/0001-04).

4. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Espírito Santo (Sec-ES).

8. Representação legal :

8.1. Leonardo Gonoring Goncalves Simon (18844/OAB-ES) e outros, representando Ish Tecnologia S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação atinente a supostas irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços PE SRP 20/2018, promovido pelo Instituto Federal do Espírito Santo - IFES;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 237 e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer da representação para, no mérito, julgá-la improcedente, com a consequente perda de eficácia da medida cautelar referendada pelo Acórdão 112/2019 - TCU - Plenário;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes, bem como ao interessado Ish Tecnologia S/A.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0808-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 809/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 042.951/2018-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão: Controladoria-Geral da União (Vinculador).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o sistema de controle interno do Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine), referentes ao período entre 1/1/2018 e 18/2/2019;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento na Cláusula 5.03, do Contrato de Empréstimo 2919/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o BID, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. autorizar o envio dos relatórios dos auditores independentes à Controladoria-Geral da União - CGU;

9.2. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0809-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 810/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 043.209/2018-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Rio de Janeiro (Sec-RJ).
8. Representação legal:
8.1. Mauricio Leonardo Gonçalves Silva e outros, representando Primeiro Time Informática Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 48/2018, conduzido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, cujo objeto é a aquisição de solução de armazenamento de dados;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator:
9.1. conhecer da presente representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, revogar a medida cautelar referendada por meio do Acórdão 113/2019-TCU-Plenário e autorizar a continuidade ao Pregão Eletrônico 48/2018;
9.2. dar ciência à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro sobre as seguintes impropriedades e falhas identificadas neste processo:
9.2.1. a aquisição por itens, ainda que sob o argumento de restrição operacional imposta pelo sistema Comprasnet para atendimento ao incentivo previsto no Decreto 7174/2010, pode resultar na aquisição de equipamentos incompatíveis entre si e gerar prejuízo para a Administração;
9.2.2. a exigência de declaração do fabricante, consignada no item 4.1.3 do termo de referência, fere, em regra, o princípio da isonomia entre os licitantes, ditado no art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993, sendo permitida apenas em casos excepcionais e desde que haja justificativa técnica, consoante pacífica Jurisprudência deste Tribunal (acórdãos 808/2003, 1670/2003, 1676/2005, 423/2007, 539/2007, 1729/2008, 2056/2008, todos do Plenário);
9.3. recomendar à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, que, nas próximas aquisições para registro de preços em que haja a participação de entidades de diferentes unidades da federação, avalie a conveniência e a oportunidade de valer-se do previsto no art. 9º, § 2º, do Decreto 7.892/2013, de modo a obter preços mais vantajosos para a Administração;
9.4. dar ciência desta deliberação à representante, à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, bem como às empresas Zoom Tecnologia Ltda. e Storback Tecnologia Comércio e Serviços de Informática;
9.5. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Economia, para que se avalie a possibilidade de implementar melhoria no Portal de Compras Governamentais (Comprasnet), a fim de permitir ao gestor efetuar, sob o esteio do Decreto 7.174/2010, a aquisição de soluções integradas, agrupando itens em lote ou grupo.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0810-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 811/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.516/2011-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Denúncia)
3. Recorrentes: Eliane Oliveira da Silva (membro da Subcomissão Técnica, CPF 509.579.102-15); Francisco Renato Guimarães Ramos (membro da Comissão de Licitação, CPF 493.206.292-34); Núbia Regina da Silva (Coordenadora da Comissão de Licitação, CPF 275.592.892-15); Regiane Lúcia Lôbo Guedes (membro da Comissão de Licitação, CPF 743.872.782-34); Patricia Maria Ribeiro de Cicco (membro da Subcomissão Técnica, CPF 003.690.347-75); Raimunda Maria Araujo Bezerra (membro da Subcomissão Técnica, CPF 574.604.262-53); Luis Hiroshi Sakamoto (Diretor de Gestão, CPF 098.737.591-15)
4. Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/AM
8. Advogados constituídos nos autos:
8.1. Gustavo Andere Cruz (OAB/MG 68.004) e outros, representando Amazonas Distribuidora de Energia S.A.;
8.2. Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira (OAB/AM 3.554), representando Luis Hiroshi Sakamoto, Núbia Regina da Silva, Patricia Maria Ribeiro de Cicco, Francisco Renato Guimarães Ramos, Regiane Lúcia Lôbo Guedes, Eliane Oliveira da Silva e Raimunda Maria Araujo Bezerra.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia, em fase de pedido de reexame contra o Acórdão 2.813/2017 - Plenário, por meio do qual o Tribunal aplicou multas aos responsáveis com base no art. 58, II, da Lei 8.443/92.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com base nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, e nos arts. 277, 285 e 286 do RI/TCU em:
9.1. conhecer dos presentes pedidos de reexame para, no mérito, dar-lhes provimento, tornando insubsistente o Acórdão 2.813/2017 - TCU - Plenário;
9.2. dar ciência do presente acórdão aos recorrentes e demais interessados, ressaltando-se que o Relatório e o Voto que o acompanham podem ser consultados no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, no dia seguinte ao de sua oficialização;
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0811-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Revisor) e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 812/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.097/2017-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Revisão de ofício em aposentadoria.
3. Interessada: Almira Oliveira de Andrade (308.249.741-15).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de proposta de revisão de ofício do ato de concessão de aposentadoria referente a Almira Oliveira de Andrade, no cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho, considerado ilegal por meio do Acórdão 5.829/2017-2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; e 260, §§ 1º e 2º, e 262, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentaria e negar-lhe o respectivo registro, em razão de ter sido incorporado aos proventos a vantagem de quintos/décimos, transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, pelo artigo 62-A da Lei 8.112/1990, e de opção de função, que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18, §§ 2º e 3º da Lei 11.416/2006), tendo em vista que as funções incorporadas tinham natureza de emprego público e foram utilizadas na transformação para o cargo público ocupado atualmente pela interessada, como dispõe o art. 243, § 1°, da Lei 8.112/1990;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que:
9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. comunique à interessada acerca do teor deste acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.3.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada nos autos, e submeta-o à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da deliberação;
9.3.4. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência do acórdão, o comprovante de que a interessada tomou ciência do inteiro teor deste acórdão;
9.4. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário;
9.5. autorizar o arquivamento dos autos, após o cumprimento das determinações.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0812-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 813/2019 - TCU - Plenário

Processo TC 033.165/2014-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Instituto Quero-Quero (CNPJ 02.653.807/0001-59), Alberto Naoyoshi Ohnuki Junior (CPF 213.411.948-92), Everton Tiago Damasceno de Oliveira (CPF 347.759.618-88), Valeria Daleffi Scheide (CPF 138.364.508-60), CST Brasil Cooperativa e Serviços de Transportes e Turismo (CNPJ 08.685.607/0001-64) Restaurante e Lanchonete Maritoca (CNPJ 09.402.960/0001-52), S & M Transportes Ltda. (CNPJ 10.969.911/0001-85), Mario Dutra Amaral (CPF 359.414.481-04), Ana Paula da Silva (CPF 763.588.959-15), Anderson Alexandre dos Santos (CPF 042.793.597-09), Anete Alves Fernandes Fidelis (CPF 146.269.501-91), Carlo Roberto Simi (CPF 330.130.557-15), Manoel Eugenio Guimarães de Oliveira (CPF 334.477.481-68), Francisca Regina Magalhães Cavalcante (CPF 142.838.833-87), Freda Azevedo Dias (CPF 782.175.556-72), Geraldo Lima Bentes (CPF 079.333.124-20), Leonardo Cabral Dias (CPF 516.931.514-72), Luciano Paixão Costa (CPF 603.391.101-63), Marcio Misso (CPF 254.377.548-09), Eduardo Marques de Souza (CPF 093.569.938-40)
4. Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo e Instituto Quero-Quero (CNPJ 02.653.807/0001-59).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de São Paulo (SEC-SP).
8. Representação legal:
8.1. Luiz Henrique Coke (165.271/OAB-SP) e outros, representando Sei Motoyoshi.
8.2. Romildo Andrade de Souza Junior (146.539/OAB-SP) e Evelise de Morais Salero (OAB-SP 138.869), representando Alberto Naoyoshi Ohnuki Junior.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Representação autuada especificamente para realização de audiências e oitivas relacionadas à fiscalização no Instituto Quero-Quero, a partir de determinação contida no Acórdão 7.193/2014-TCU-2ª Câmara, proferido no âmbito do Relatório de Auditoria realizada em organizações privadas do Estado de São Paulo, no período de março a julho/2012, tendo por objetivo verificar a regularidade na execução de 14 (catorze) convênios e um termo de parceria destinados à qualificação de profissionais para atendimento ao público da Copa do Mundo de 2014, entre outros objetos;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 243 do Regimento Interno em:
9.1. conhecer da presente Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. acatar as razões de justificativa apresentadas por Mário Dutra Amaral, Geraldo Lima Bentes, Freda Azevedo Dias, Marcio Misso, Carlos Roberto Simi e Manoel Eugênio Guimarães;
9.3. acatar parcialmente as razões de justificativa de Ana Paula da Silva, Anete Fernandes Fidelis e Francisca Regina Magalhães Cavalcante;
9.4. considerar revéis Anderson Alexandre dos Santos, Alberto Naoyoshi Ohnuki Junior, Everton Tiago Damasceno de Oliveira, Valeria Daleffi Scheide, Leonardo Cabral Dias, Eduardo Marques de Souza, Luciano Paixão Costa, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/92;
9.5. aplicar, individualmente, a Ana Paula da Silva, Anete Alves Fernandes Fidelis, Valeria Daleffi Scheide e Francisca Regina Magalhães Cavalcante, e a Anderson Alexandre dos Santos, Alberto Naoyoshi Ohnuki Junior, Everton Tiago Damasceno de Oliveira e Luciano Paixão Costa a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92; e a Eduardo Marques de Souza, a multa prevista no art. 58, incisos II e III, da mesma lei, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU) o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

| Responsável | Qualificação | Valor da multa |
|---|---|---|
| Alberto Naoyoshi Ohnuki Junior | comissão licitação | R$ 4.000,00 |
| Everton Tiago Damasceno de Oliveira | comissão licitação | R$ 4.000,00 |
| Valeria Daleffi Scheide | comissão licitação | R$ 4.000,00 |
| Ana Paula da Silva | MTE | R$ 5.000,00 |
| Anderson Alexandre dos Santos | MTE | R$ 5.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| Anete Alves Fernandes Fidelis | MTE | R$ 4.000,00 |
| Francisca Regina Magalhães Cavalcante | MTUR | R$ 4.000,00 |
| Luciano Paixão Costa | MTUR | R$ 4.000,00 |
| Eduardo Marques de Souza | Presidente da convenente | R$ 40.000,00 |

9.6. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento das dívidas decorrentes em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. considerar revéis as empresas Restaurante e Lanchonete Maritoca e CST Brasil Cooperativa e Serviços de Transportes e Turismo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/92, combinado com o art. 250, § 7º, do Regimento Interno do TCU;

9.9. nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, declarar inidôneas para licitar na Administração Pública Federal as empresas Restaurante e Lanchonete Maritoca e CST Brasil Cooperativa e Serviços de Transportes e Turismo, pelos prazos abaixo discriminados:

| Empresa | Prazo da inidoneidade |
|---|---|
| Restaurante e Lanchonete Maritoca | 3 anos |
| CST Brasil Cooperativa e Serviços de Transportes e Turismo | 2 anos |

9.10. determinar, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno-TCU, à Secretaria Especial da Cultura/Ministério da Cidadania: em relação aos Convênios 702284/2008 e 723203/2009, firmados com o Instituto Quero-Quero, com fundamento no art. 10, § 8º, do Decreto 6.170/2007, com redação dada pelo Decreto 8.244/2014, que conclua a análise da prestação de contas, considerando os apontamentos feitos neste processo, e encaminhe o resultado final ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, tendo em vista que a ausência de análise conclusiva da prestação de contas após o prazo máximo de 2 (dois) anos ofende ao citado normativo;

9.11. determinar, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno-TCU à Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia: em relação ao Convênio 748048/2010, firmado com o Instituto Quero Quero, com fundamento no art. 10, § 8º, do Decreto 6.170/2007, com redação dada pelo Decreto 8.244/2014, que conclua a análise da prestação de contas, considerando os apontamentos feitos neste processo, e encaminhe o resultado final ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, tendo em vista que a ausência de análise conclusiva da prestação de contas após o prazo máximo de 2 (dois) anos ofende ao citado normativo;

9.12. determinar, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno-TCU à Secretaria Especial de Esportes/Ministério da Cidadania: em relação ao Convênio 702311/2008, firmado com o Instituto Quero Quero, com fundamento no art. 10, § 8º, do Decreto 6.170/2007, com redação dada pelo Decreto 8.244/2014, que conclua a análise da prestação de contas, considerando os apontamentos feitos neste processo, e encaminhe o resultado final ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, tendo em vista que a ausência de análise conclusiva da prestação de contas após o prazo máximo de 2 (dois) anos ofende ao citado normativo;

9.13. determinar à SEC-SP que:

9.13.1. tendo em vista a instauração das Tomadas de Contas Especiais para tratarem dos Convênios 728341/2009 (TC 032.978/2014-6) e 747278/2010 (TC 005.892/2016-2), junte àqueles processos cópia do presente Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam;

9.13.2. monitore o cumprimento das determinações constantes dos itens acima expostos;

9.14. encaminhar cópia integral destes autos aos órgãos e entidades sucessores, na nova estrutura da Administração Pública Federal (Medida Provisória 870, de 1º de janeiro de 2019), dos Ministérios do Turismo; do Trabalho e Emprego e à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, visando a subsidiar o cumprimento das determinações acima, constantes deste Acórdão;

9.15. remeter cópia do presente Acórdão à Procuradoria Regional da República no Estado de São Paulo, para as providências cabíveis, nos termos do § 7º, **in fine**, do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0813-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 814/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.243/2018-1.
1.1. Apenso: 030.066/2018-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
8. Representação legal:
8.1. Gerardo da Silva Gomes e outros, representando Superior Tribunal de Justiça.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Representação, com pedido de adoção de medida cautelar, sobre possíveis irregularidades do Convênio STJ/PMDF/GDF 5/2018, firmado entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e o Governo do Distrito Federal (GDF), para a cessão de policiais militares, em relação às disposições do Acórdão 1.774/2017 - TCU - Plenário (Relator: Ministro Bruno Dantas).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer a presente Representação, com fulcro nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno do Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considera-la improcedente;
9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar pleiteada pela Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal, tendo em vista a ausência dos pressupostos necessários à sua concessão;
9.3. comunicar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o teor da presente deliberação para que avalie eventual necessidade de atualização da Resolução-CNJ 148/2012, diante dos novos parâmetros fixados pela Lei 13.690/2018 para a cessão de policias e bombeiros militares do Distrito Federal para os órgãos do Poder Judiciário nela indicados;
9.4. dar ciência do presente Acórdão à Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal, ao Deputado Distrital Chico Vigilante e ao Superior Tribunal de Justiça destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso tenham interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhes cópia desses documentos sem quaisquer custos;
9.5. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0814-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 815/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 040.390/2018-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado da Bahia (Sec-BA).
8. Representação legal:
8.1. Antonio Cesar Viana Domiense e outros, representando Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelos Desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Paulino César Martins Ribeiro Couto e Ana Lúcia Bezerra Silva, contra deliberação do Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, que decidiu pelo não prosseguimento da obra de construção da sede do órgão e dos atos subsequentes.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno deste TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferindo, por conseguinte, o pedido de adoção de medida cautelar, por não estarem presentes os pressupostos para adoção da referida medida;
9.2. dar ciência do presente acórdão aos representantes e ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso tenham interesse, o TCU pode encaminhar-lhes cópia desses documentos sem quaisquer custos;
9.3. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0815-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 816/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.026/2014-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Daniel Vaz Freire (171.035.138-13); Opção Brasil (05.004.633/0001-91).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria do TCU no Estado de São Paulo (Sec-SP).
8. Representação legal: Aline Akemi Freitas (OAB/SP 246.891) e Kátia Regina Camila Catalano (OAB/SP 217.039) e outros, representando Daniel Vaz Freire e Opção Brasil.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pela Opção Brasil e por Daniel Vaz Freire em face do Acórdão 1957/2017-Plenário - retificado por inexatidão material pelos Acórdãos 711/2018 e 911/2018, ambos do Plenário -, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares, imputou-lhes débito e aplicou-lhes multa,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 1957/2017-Plenário - retificado por inexatidão material pelos Acórdãos 711/2018 e 911/2018, ambos do Plenário;
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0816-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 817/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.306/2019-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo.

3. Recorrentes: Confederação Nacional do Comércio (33.423.575/0001-76); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (33.469.172/0001-68); e Serviço Social do Comércio (33.469.164/0001-11).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Consultoria Jurídica (Conjur).

8. Representação legal: Fabiano Augusto Martins Silveira (OAB/DF 31.440) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso interposto por Confederação Nacional do Comércio (CNC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Serviço Social do Comércio (Sesc) contra o despacho do relator proferido no TC 021.535/2017-5, da lavra do Ministro-Substituto André Luiz de Carvalho, que indeferiu pedido de obtenção de cópia daqueles autos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 15 da Lei 12.527/2011, c/c o artigo 28 da Resolução-TCU 249/2012, conhecer e negar provimento ao recurso;

9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0817-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 818/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.043/2014-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Representação)

3. Recorrentes: Augusto Daige da Silva (787.387.331-53) e Amaury Edgardo Mont'Serrat Ávila Souza Dias (690.313.471-91).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Mato Grosso do Sul (Sec-MS).

8. Representação legal:

8.1. Newley Alexandre da Silva Amarilla (2.921/OAB-MS) e outros, representando Augusto Daige da Silva.

8.2. Joisi Teresinha Paulo dos Santos (12.093/OAB-MS), representando Amaury Edgardo Mont Serrat Avila Souza Dias.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Amaury Edgardo Mont'Serrat Ávila Souza Dias e Augusto Daige da Silva contra o Acórdão 2.582/2018-TCU-Plenário, que apreciou representação instaurada a partir de irregularidades constatadas no Pregão 242/2011, realizado pelo Hospital da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (NHU/FUFMS);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante os motivos expostos pelo Relator, em:

9.1. conhecer e rejeitar os embargos de declaração, com fulcro no art. 34 da Lei 8.443/1992;

9.2. dar ciência deste acórdão aos embargantes.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0818-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 819/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.369/2018-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados: ABB Ltda. (61.074.829/0011-03); Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda. (05.356.949/0008-19); Siemens Ltda. (44.013.159/0031-31); Transformadores e Serviços de Energia das Américas Ltda. (08.870.769/0004-15); Weg Equipamentos Elétricos S.A. (07.175.725/0014-84); Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (17.957.780/0001-65)

4. Entidade: Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEletrica); Secretaria de Controle Externo no estado do Amazonas (Sec-AM)

8. Representação legal:

8.1. Raphael de Mello Losacco (235.127/OAB-SP) e outros, representando ABB Ltda.

8.2. Gustavo Franco Ferreira (236811/OAB-SP) e outros, representando Siemens Ltda.

8.3. Gustavo Andere Cruz (68.004/OAB-MG) e outros, representando Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este relatório de auditoria realizada na empresa Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmGT), no âmbito do Fiscobras 2018, para avaliar a conformidade de licitações e contratos para o fornecimento de equipamentos para a implantação de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica nas subestações Manaus e Jorge Teixeira, em Manaus/AM,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. que realize estudo de impacto financeiro e orçamentário com vistas à inclusão, no modelo de contratação em que se preveja o adiantamento de pagamentos, de garantias mais abrangentes para mitigação do risco de inadimplemento do fornecedor, em conformidade com o art. 38 do Decreto 93.872/1986 e encaminhe a esta Corte, no prazo de sessenta dias, um cronograma para implementação dessa medida;

9.2. com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, dar ciência à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. de que:

9.2.1. a realização de pesquisa de preços somente junto a potenciais fornecedores fragiliza o orçamento estimado para as suas licitações, tendo em vista que impede a administração pública de avaliar a vantajosidade da proposta, bem como o custo decorrente da contratação, o que afronta o art. 3º, *caput*, da Lei 8.666/1993 e o art. 9º, § 2º, do Decreto 5.450/2005 (pregão eletrônico);

9.2.2. a ausência de cláusula de reajuste do preço do objeto, na minuta do contrato do edital de licitação, afronta os artigos 40, inciso XI, e 47, *caput,* da Lei 8.666/1993;

9.2.3. a ausência de registro de atos do pregoeiro, em ata de pregão eletrônico, que modifiquem a proposta originária apresentada pelo licitante vencedor, mesmo sem que haja sua alteração substancial, viola o art. 26, §3º, do Decreto 5.450/2005, art. 3º da Lei 8.666/1993 e art. 37, *caput*, da Constituição Federal; e

9.3. dar ciência desta deliberação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0819-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 820/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.612/2012-0.

1.1. Apenso: 022.305/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria).

3. Recorrente: Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida (341.332.917-00).

4. Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoferrovia).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto por Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida, ex-superintendente de projetos da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias, contra o Acórdão 915/2015-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal aplicou multa ao recorrente, além de inabilitá-lo para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal pelo período de oito anos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 c/c art. 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao recurso; e

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0820-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 821/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.699/2016-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV- Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Anna Thereza Chaves Loureiro (176.367.014-72); Durval Leite da Silva Filho (237.362.164-91); Flávio Nunes de Sousa (619.872.804-82); Francisco de Oliveira Braga Neto (518.502.304-04); Inez Cristhina Palitot Clementino Remigio Leite (364.882.084-20); Ítalo Oriente (160.355.424-68); José Erivan Leite (472.490.644-87); José de Anchieta Anastácio Rodrigues de Lima (576.363.624-49); Livramento Construções, Serviços e Projetos Eireli (09.326.532/0001-98); Maria Cenir Ramalho (380.555.974-72); Maria Vilma de Oliveira (263.227.734-53); Sérgio Pessoa Araujo (176.455.904-59); Vani Leite Braga de Figueiredo (203.909.804-63).

4. Entidade: Município de Conceição - PB.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado da Paraíba (Sec-PB).

8. Representação legal:

8.1. Marcos Antônio Inácio da Silva (4007/OAB-PB) e outros, representando Ítalo Oriente.

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1663/OAB-PB) e outros, representando Francisco de Oliveira Braga Neto, José Erivan Leite, Maria Cenir Ramalho, Maria Vilma de Oliveira e Vani Leite Braga de Figueiredo;

8.3. Severino Medeiros Ramos Neto (19.317/OAB-PB), representando Flávio Nunes de Sousa.

8.4. Walter de Agra Júnior (8.682/OAB-PB) e outros, representando Livramento Construções, Serviços e Projetos Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força do Acórdão 2.037/2016-TCU-Primeira Câmara, em razão de irregularidades em licitações e desvios de recursos no âmbito do Município de Conceição/PB, tendo como escopo específico, nesta feita, o contrato de repasse 0213801-87 (Siafi 585065), que teve por objeto a construção de complexo hídrico, e o convênio 218/2011 (Siconv 760305), que teve por objeto a construção de 194 módulos sanitários domiciliares;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir Ítalo Oriente do rol de responsáveis;

9.2. considerar Anna Thereza Chaves Loureiro revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b", "c" e "d", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Vani Leite Braga de Figueiredo, Francisco de Oliveira Braga Neto, empresa Livramento Construções, Serviços e Projetos Ltda. e seus respectivos sócios, José de Anchieta Anastácio Rodrigues de Lima e Flávio Nunes de Sousa, Ana Thereza Chaves Loureiro, José Erivan Leite, Maria Vilma de Oliveira e Maria Cenir Ramalho, Sérgio Pessoa Araújo, Durval Leite da Silva Filho e Inez Cristhina Palitot Clementino Remigio Leite, condenando-os solidariamente ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos,

calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres indicados, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

| Contrato de repasse 0213801-87 - Cofre credor: Tesouro Nacional | | |
|---|---|---|
| Responsáveis solidários | Data da ocorrência | Valor Histórico |
| Vani Leite Braga de Figueiredo<br>Francisco de Oliveira Braga Neto<br>Anna Thereza Chaves Loureiro<br>Maria Cenir Ramalho<br>Maria Vilma de Oliveira<br>José de Anchieta Anastácio Rodrigues de Lima<br>Flávio Nunes de Sousa<br>Livramento Construções Serviços e Projetos Ltda. | 16/8/2012 | R$ 578.990,81 |

| Contrato de repasse 0213801-87 - Cofre credor: Tesouro Nacional | | |
|---|---|---|
| Responsáveis solidários | Data da ocorrência | Valor Histórico |
| Vani Leite Braga de Figueiredo<br>Francisco de Oliveira Braga Neto<br>Anna Thereza Chaves Loureiro<br>Maria Cenir Ramalho<br>Maria Vilma de Oliveira<br>José de Anchieta Anastácio Rodrigues de Lima<br>Flávio Nunes de Sousa<br>Livramento Construções Serviços e Projetos Ltda.<br>Sérgio Pessoa Araújo | 16/8/2012 | R$ 50.000,00 |

| Convênio 218/2011- Cofre credor: Fundação Nacional de Saúde | | | |
|---|---|---|---|
| Responsáveis solidários | Medições | Data | Valores históricos |
| Vani Leite Braga<br>Francisco de Oliveira Braga Neto<br>José Erivan Leite<br>Maria Vilma de Oliveira<br>Maria Cenir Ramalho<br>Livramento Construções, Serviços e Projetos Ltda.<br>José de Anchieta<br>Flávio Nunes de Sousa<br>Durval Leite<br>Inez Cristhina Palitot Clementino Remigio Leite | 1ª medição | 9/7/2012 | R$ 12.468,24 |
| | 2ª medição | 26/7/2012 | R$ 106.511,30 |
| | 3ª medição | 28/8/2012 | R$ 149.060,99 |
| | 4ª medição | 24/9/2012 | R$ 117.162,42 |
| | 5ª medição | 2/10/2012 | R$ 28.885,83 |

9.4. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar, aos responsáveis, a multa individual abaixo especificada, atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

| | |
|---|---|
| Vani Leite Braga de Figueiredo | 180.000,00 |
| Francisco de Oliveira Braga Neto | 180.000,00 |
| Livramento Construções, Serviços e Projetos Ltda. | 150.000,00 |
| José de Anchieta Anastácio Rodrigues de Lima | 150.000,00 |
| Flávio Nunes de Sousa | 150.000,00 |
| Ana Thereza Chaves Loureiro | 95.000,00 |
| José Erivan Leite | 60.000,00 |
| Maria Vilma de Oliveira | 150.000,00 |
| Maria Cenir Ramalho | 150.000,00 |
| Sérgio Pessoa Araújo | 10.000,00 |
| Durval Leite da Silva Filho | 60.000,00 |
| Inez Cristhina Palitot Clementino Remigio Leite | 60.000,00 |

9.5. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal a devida atualização monetária, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.6. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.7. considerar graves as infrações cometidas por Vani Leite Braga, Francisco de Oliveira Braga Neto, José Erivan Leite, Ana Thereza Chaves Loureiro, Maria Vilma de Oliveira, Maria Cenir Ramalho, Livramento Construções, Serviços e Projetos Ltda., José de Anchieta, Flávio Nunes de Sousa, Sérgio Pessoa Araújo, Durval Leite e Inez Cristhina Palitot Clementino Remigio Leite;

9.8 inabilitar os responsáveis abaixo identificados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública pelo período indicado, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992;

| | |
|---|---|
| Vani Leite Braga de Figueiredo | 8 anos |
| Francisco de Oliveira Braga Neto | 8 anos |
| José de Anchieta Anastácio Rodrigues de Lima | 5 anos |
| Flávio Nunes de Sousa | 5 anos |
| Ana Thereza Chaves Loureiro | 5 anos |
| José Erivan Leite | 5 anos |
| Maria Vilma de Oliveira | 5 anos |
| Maria Cenir Ramalho | 5 anos |
| Sérgio Pessoa Araújo | 5 anos |
| Durval Leite da Silva Filho | 5 anos |
| Inez Cristhina Palitot Clementino Remigio Leite | 5 anos |

9.9. declarar a inidoneidade da empresa Livramento Construções, Serviços e Projetos Ltda., para participar, por cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992;

9.10. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia do inteiro teor desta deliberação à Procuradoria da República na Paraíba, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.11. dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao Município de Conceição/PB, aos responsáveis e ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA/PB.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0821-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 822/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.159/2018-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Monitoramento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Ministério do Desenvolvimento Regional.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
8. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e Murilo Muraro Fracari (OAB/DF 22.934), representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam o monitoramento das disposições do Acórdão 1.345/2018-TCU-Plenário, que tratou de relatório de auditoria efetuada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana), no âmbito do Fiscobras 2017, com objetivo de fiscalizar as obras de implantação do Corredor de Ônibus - Radial Leste - Trecho 2, no município de São Paulo/SP,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. autorizar o Serviço de Informação de Fiscalização de Obras Públicas (Siob) a reclassificar:
9.1.1. de IGP para F/I os seguintes achados de auditoria: sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado; e restrição à competitividade da licitação decorrente de adoção indevida de pré-qualificação e de critérios inadequados de habilitação e julgamento;
9.1.2. de IGC para F/I os seguintes achados de auditoria: ausência ou inadequação de providências para retomar o empreendimento paralisado; e projeto básico deficiente ou desatualizado;
9.2. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que os indícios de irregularidades graves do tipo IGP, apontados no Contrato 44/Siurb/13 e Edital de Pré-qualificação 2/2012-SPObras, visando à contratação das obras de implantação do Corredor de Ônibus - Radial Leste - Trecho 2, no município de São Paulo/SP, não mais se enquadram no inciso IV do § 1º do art. 121 da Lei 13.408/2016 (LDO 2017), tendo sua classificação sido alterada para falha/impropriedade (art. 2°, inciso VII, da Resolução-TCU 280/2016), em função da rescisão do Contrato 44/Siurb/13; e
9.3. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal, ao Ministério do Desenvolvimento Regional, à Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo e à Procuradoria da República em São Paulo (Inquérito Civil 1.34.001.007074/2015-18).

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0822-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 823/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 033.169/2014-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação)
3. Recorrentes: Barros e Pucharelli Ltda.-ME (03.116.775/0001-15) e L. R. Ferreira Barros Locações - ME (05.442.324/0001-01).
4. Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria do TCU no Estado de São Paulo (Sec-SP).
8. Representação legal: Lucas Pimenta Bertagnolli (313334/OAB-SP), representando Barros e Pucharelli Ltda.-ME e L. R. Ferreira Barros Locações - ME;

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada conforme determinado pelo Acórdão 7193/2014-TCU-2ªCâmara para verificar convênios e termos de parceira firmados por órgãos da Administração Pública com o Instituto de Cidadania Raízes, em cuja etapa processual se apreciam pedidos de reexame interpostos por Barros e Pucharelli Ltda.-ME e L. R. Ferreira Barros Locações contra o Acórdão 2317/2017-Plenário, retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 1017/2018-Plenário, por meio do qual o Tribunal declarou as recorrentes inidôneas para licitar com a Administração Pública Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer dos pedidos de reexame e negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes, ao Ministério do Turismo, à Procuradoria Regional da República no Estado de São Paulo e demais interessados.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0823-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 824/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.845/2010-0.
1.1. Apensos: 036.653/2011-0; 014.972/2011-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Pedido de Reexame).
3. Recorrentes: Danilo Souza Baptista (210.299.700-68).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos embargos de declaração opostos por Danilo Souza Baptista, à época gerente da área de engenharia da Petrobras, em face do Acórdão 493/2019-TCU-Plenário, por meio do qual este Tribunal negou provimento ao seu pedido de reexame e manteve a multa que lhe foi aplicada pela aprovação do projeto básico deficiente das obras de terraplenagem da Refinaria Premium I da Petrobras, localizada no Maranhão.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões exposta pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração, uma vez preenchidos os termos do art. 34, §1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência ao embargante e ao interessado.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0824-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 825/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC-023.547/2018-9
2. Grupo: II - Classe: VII - Assunto: Representação (com pedido de cautelar).
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (Conter).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada a este Tribunal pela empresa BTM Comércio de Brindes Ltda. ME. (CNPF 08.027.382/0001-59), versando sobre possíveis irregularidades ocorridas durante a realização do Pregão Eletrônico 10/2018 pelo Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (Conter),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do RI/TCU, para, no mérito, julgá-la parcialmente procedente;
9.2. indeferir o requerimento de medida cautelar;
9.3. dar ciência ao Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia acerca das seguintes irregularidades constatadas no Pregão Eletrônico 10/2018:
9.3.1. a aceitação de documentos adicionais apresentados pelas empresas licitantes e a concessão de prazo adicional excessivo, não previstos em edital, para habilitação, podem atentar contra os princípios da isonomia, da impessoalidade, da igualdade e da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/1993, em que pese esses deverem sempre ser sopesados com os princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração;
9.3.2. a exigência de apresentação de dois atestados de capacidade técnica é contrária à jurisprudência do TCU, que considera irregular o estabelecimento de número mínimo de atestados para fins de habilitação, a exemplo dos Acórdão 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 e 1.052/2012 do Plenário, a não ser que a especificidade do objeto recomende esse requisito, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação;
9.4. encaminhar cópia deste acórdão à representante e ao Conter; e
9.5. arquivar os presentes autos, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto, caso presentes elementos que justifiquem a medida.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0825-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 826/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC-028.752/2016-3.
2. Grupo: I - Classe: VII - Assunto: Denúncia.
3. Responsável: Virgínia Alice Almeida Hagge (CPF 320.885.745-49).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria do TCU no Estado da Bahia (Sec-BA).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia acerca de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito da então Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia, relativas aos processos licitatórios que especifica,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente denuncia, com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. considerar revel a Sra. Virgínia Alice Almeida Hagge, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.3. aplicar à responsável, Sra. Virgínia Alice Almeida Hagge, então Superintendente Federal de Agricultura na Bahia, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar desde logo a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.5. retirar o sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos, e
9.6. dar ciência deste acórdão ao denunciante.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0826-11/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 827/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.048/2018-4.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Francisco Assis de Lima (CPF 474.961.779-20); Lacir Mascari Filho (CPF 463.259.219-68); Nivaldo Batista de Souza (CPF 515.428.389-91); Solange Cristina Potechi Suriano (CPF 115.426.388-60).
4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS em Londrina - PR.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Paraná (Sec-PR).
8. Representação legal:
8.1. Fernando Rosa Fortes (OAB 48296/PR), representando o Sr. Nivaldo Batista de Souza.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Gerência Executiva do INSS em Londrina - PR contra Francisco Assis de Lima, Lacir Mascare Filho, Nivaldo Batista de Souza e Solange Cristina Potechi Suriano diante da fraude pela irregular concessão de benefícios previdenciários e da subsequente produção de dano ao erário sob o valor histórico de R$ 84.650,75;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis os Srs. Francisco Assis de Lima e Lacir Mascari Filho e a Sra. Solange Cristina Potechi Suriano, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;
9.2. julgar irregulares as contas de Francisco Assis de Lima, Lacir Mascari Filho, Nivaldo Batista de Souza e Solange Cristina Potechi Suriano, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "c" e "d", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los ao pagamento do débito apurado nos autos, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da referida dívida em favor do Instituto Nacional do Seguro Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:
9.2.1. débito sob a responsabilidade solidária de Francisco Assis de Lima, Lacir Mascari Filho e Nivaldo Batista de Souza:

| Data da Ocorrência: | Valor Histórico (R$): |
|---|---|
| 28/12/2007 | 342,00 |
| 28/12/2007 | 475,00 |
| 28/12/2007 | 380,00 |
| 29/01/2008 | 380,00 |
| 29/02/2008 | 380,00 |
| 01/04/2008 | 415,00 |
| 05/05/2008 | 415,00 |
| 29/05/2008 | 415,00 |
| 26/06/2008 | 415,00 |
| 29/07/2008 | 415,00 |
| 27/08/2008 | 623,00 |
| 26/09/2008 | 415,00 |
| 29/10/2008 | 415,00 |
| 26/11/2008 | 622,00 |
| 26/12/2008 | 415,00 |

9.2.2. débito sob a responsabilidade solidária de Francisco Assis de Lima, Lacir Mascari Filho e Solange Cristina Potechi Suriano:

| Data da Ocorrência: | Valor Histórico (R$): |
|---|---|
| 29/01/2008 | 56.564,00 |
| 01/02/2008 | 1.612,86 |
| 03/03/2008 | 1.668,19 |
| 01/04/2008 | 1.751,70 |
| 02/05/2008 | 1.751,70 |
| 02/06/2008 | 1.751,70 |
| 01/07/2008 | 1.751,70 |
| 01/08/2008 | 1.751,70 |
| 01/09/2008 | 2.431,70 |
| 01/10/2008 | 1.556,70 |
| 03/11/2008 | 1.556,70 |
| 01/12/2008 | 2.423,40 |
| 02/01/2009 | 1.556,70 |

9.3. aplicar em desfavor de Francisco Assis de Lima e Lacir Mascare Filho, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob os respectivos valores de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. solicitar, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, que a Advocacia-Geral da União adote as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 275 do RITCU, caso não haja, dentro do prazo estabelecido, a comprovação do efetivo recolhimento das aludidas dívidas, devendo o MPTCU atentar para a eventual possibilidade de promover o referido arresto em relação ao valor consolidado do débito imputado contra os aludidos responsáveis em eventuais outros processos de tomada de contas especial autuados no âmbito do TCU;

9.7. considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas por Francisco Assis de Lima e Lacir Mascare Filho, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270, § 1º, do RITCU;

9.8. inabilitar os Srs. Francisco Assis de Lima e Lacir Mascare Filho, pelo período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU;

9.9. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Procuradoria Geral Federal (PGF) junto à Advocacia-Geral da União, para ciência e adoção das providências solicitadas pelo item 9.6 deste Acórdão;

9.10. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Controladoria-Geral da União, para ciência e adoção das providências determinadas pelo item 9.8 deste Acórdão; e

9.11. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0827-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 828/2019 - TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC 005.783/2018-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Vera Lúcia da Silva Santos (CPF 749.075.498-49).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Sorocaba - SP.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Sorocaba - SP contra Vera Lúcia da Silva Santos, como então servidora do INSS, diante da fraude pela irregular concessão de benefícios previdenciários e da subsequente produção de dano ao erário sob o valor histórico de R$ 852.546,08;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a Sra. Vera Lúcia da Silva Santos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Vera Lúcia da Silva Santos, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "c" e "d", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-la ao pagamento do débito apurado nos autos, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da aludida dívida em favor do Instituto Nacional do Seguro Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

9.2.1. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Arnaldo Celestino dos Santos:

| Valor - R$ | Data |
|---|---|
| 3.029,99 | 1º/4/2003 |
| 982,70 | 10/4/2003 |
| 982,70 | 13/5/2003 |
| 982,70 | 11/6/2003 |
| 2.164,88 | 10/9/2003 |
| 1.082,44 | 10/9/2003 |
| 1.082,44 | 10/10/2003 |
| 1.082,44 | 12/11/2003 |
| 2.164,88 | 10/12/2003 |
| 1.082,44 | 13/1/2004 |
| 1.082,44 | 11/2/2004 |
| 1.082,44 | 10/3/2004 |
| 1.082,44 | 5/4/2004 |
| 1.082,44 | 5/5/2004 |
| 1.131,47 | 3/6/2004 |
| 1.131,47 | 5/7/2004 |
| 1.131,47 | 4/8/2004 |
| 1.131,47 | 3/9/2004 |
| 1.131,47 | 5/10/2004 |
| 1.131,47 | 4/11/2004 |
| 2.262,94 | 3/12/2004 |
| 1.131,47 | 5/1/2005 |
| 1.131,47 | 3/2/2005 |
| 1.131,47 | 3/3/2005 |
| 1.131,47 | 5/4/2005 |
| 1.131,47 | 4/5/2005 |
| 1.203,37 | 3/6/2005 |
| 1.203,37 | 5/7/2005 |
| 1.203,37 | 3/8/2005 |
| 1.203,37 | 5/9/2005 |
| 1.203,37 | 5/10/2005 |
| 1.203,37 | 4/11/2005 |

9.2.2. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Francisco Eliezer Pinto Gonçalves:

| Valor - R$ | Data |
|---|---|
| 1.002,13 | 13/2/2004 |
| 1.768,48 | 12/3/2004 |
| 1.768,48 | 8/4/2004 |
| 1.768,48 | 7/5/2004 |
| 1.807,03 | 7/6/2004 |
| 1.807,03 | 7/7/2004 |
| 1.807,03 | 6/8/2004 |
| 1.807,03 | 8/9/2004 |
| 1.807,03 | 7/10/2004 |
| 1.807,03 | 8/11/2004 |
| 3.614,06 | 7/12/2004 |
| 1.807,03 | 7/1/2005 |
| 1.807,03 | 9/2/2005 |
| 1.807,03 | 7/3/2005 |
| 1.807,03 | 7/4/2005 |
| 1.807,03 | 6/5/2005 |
| 1.921,86 | 7/6/2005 |
| 1.921,86 | 7/7/2005 |
| 1.921,86 | 5/8/2005 |
| 1.921,86 | 8/9/2005 |
| 1.921,86 | 7/10/2005 |
| 1.921,86 | 8/11/2005 |
| 3.843,72 | 7/12/2005 |
| 1.921,86 | 6/1/2006 |
| 1.921,86 | 7/2/2006 |
| 1.921,86 | 7/3/2006 |

9.2.3. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Jeremias José da Silva:

| Valor - R$ | Data |
|---|---|
| 686,66 | 17/12/2003 |
| 1.420,69 | 6/1/2004 |
| 1.420,69 | 9/2/2004 |
| 1.420,69 | 2/3/2004 |
| 4.321,19 | 7/7/2004 |
| 1.479,81 | 7/7/2004 |
| 1.479,81 | 6/8/2004 |
| 1.479,81 | 3/9/2004 |
| 1.479,81 | 6/10/2004 |
| 1.479,81 | 3/11/2004 |
| 2.959,62 | 2/12/2004 |
| 1.479,81 | 5/1/2005 |
| 1.479,81 | 2/2/2005 |
| 1.479,81 | 2/3/2005 |
| 1.479,81 | 4/4/2005 |
| 1.479,81 | 3/5/2005 |
| 1.573,85 | 2/6/2005 |
| 1.573,85 | 4/7/2005 |
| 1.573,85 | 2/8/2005 |
| 1.573,85 | 5/9/2005 |
| 1.573,85 | 4/10/2005 |
| 1.573,85 | 3/11/2005 |
| 3.147,70 | 2/12/2005 |
| 1.573,85 | 3/1/2006 |
| 1.573,85 | 2/2/2006 |
| 1.573,85 | 2/3/2006 |
| 1.573,85 | 4/4/2006 |
| 1.652,54 | 3/5/2006 |
| 1.652,54 | 2/6/2006 |
| 1.652,54 | 4/7/2006 |
| 1.652,54 | 2/8/2006 |
| 1.652,54 | 4/9/2006 |
| 1.652,69 | 3/10/2006 |
| 1.652,69 | 3/11/2006 |
| 3.305,38 | 4/12/2006 |
| 1.652,69 | 3/1/2007 |
| 1.652,69 | 2/2/2007 |
| 1.652,69 | 2/3/2007 |
| 1.652,69 | 3/4/2007 |
| 1.707,22 | 3/5/2007 |
| 1.707,22 | 4/6/2007 |
| 1.707,22 | 3/7/2007 |
| 1.707,22 | 2/8/2007 |
| 2.560,83 | 4/9/2007 |
| 1.707,22 | 2/10/2007 |
| 1.707,22 | 5/11/2007 |
| 2.560,83 | 4/12/2007 |
| 1.707,22 | 3/1/2008 |
| 1.707,22 | 7/2/2008 |
| 1.707,22 | 4/3/2008 |
| 1.792,58 | 2/4/2008 |
| 1.792,58 | 5/5/2008 |
| 1.792,58 | 3/6/2008 |
| 1.792,58 | 2/7/2008 |
| 1.792,58 | 4/8/2008 |
| 2.688,87 | 2/9/2008 |
| 1.792,58 | 2/10/2008 |
| 1.792,58 | 4/11/2008 |
| 2.688,87 | 2/12/2008 |
| 1.792,58 | 5/1/2009 |
| 1.792,58 | 3/2/2009 |
| 1.898,70 | 3/3/2009 |
| 1.898,70 | 2/4/2009 |
| 1.898,70 | 5/5/2009 |
| 1.898,70 | 2/6/2009 |
| 1.898,70 | 2/7/2009 |

| | |
|---|---|
| 1.898,70 | 4/8/2009 |
| 2.848,05 | 2/9/2009 |
| 1.898,70 | 2/10/2009 |
| 1.898,70 | 4/11/2009 |
| 2.848,05 | 2/12/2009 |
| 1.898,70 | 5/1/2010 |
| 2.015,28 | 2/2/2010 |
| 2.015,28 | 2/3/2010 |
| 2.015,28 | 5/4/2010 |
| 2.015,28 | 4/5/2010 |
| 2.015,28 | 2/6/2010 |
| 2.015,28 | 2/7/2010 |
| 2.215,21 | 3/8/2010 |
| 3.067,90 | 2/9/2010 |

9.2.4. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Joaci Bispo dos Santos:

| Valor - R$ | Data |
|---|---|
| 87,23 | 10/11/2003 |
| 1.308,53 | 10/11/2003 |
| 1.635,66 | 2/12/2003 |
| 1.308,53 | 2/1/2004 |
| 1.308,53 | 2/2/2004 |
| 1.308,53 | 1º/3/2004 |
| 1.308,53 | 1º/4/2004 |
| 1.308,53 | 3/5/2004 |
| 1.414,74 | 1º/6/2004 |
| 1.414,74 | 1º/7/2004 |
| 1.414,74 | 2/8/2004 |
| 1.414,74 | 1º/9/2004 |
| 1.414,74 | 1º/10/2004 |
| 1.414,74 | 1º/11/2004 |
| 2.829,48 | 1º/12/2004 |
| 1.414,74 | 3/1/2005 |
| 1.414,74 | 1º/2/2005 |
| 1.414,74 | 1º/3/2005 |
| 1.414,74 | 1º/4/2005 |
| 1.414,74 | 2/5/2005 |
| 1.504,64 | 1º/6/2005 |
| 1.504,64 | 1º/7/2005 |
| 1.504,64 | 1º/8/2005 |
| 1.504,64 | 1º/9/2005 |
| 1.504,64 | 3/10/2005 |
| 1.504,64 | 1º/11/2005 |
| 3.009,28 | 1º/12/2005 |
| 1.504,64 | 2/1/2006 |
| 1.504,64 | 1º/2/2006 |
| 1.504,64 | 1º/3/2006 |
| 1.504,64 | 3/4/2006 |
| 1.579,87 | 2/5/2006 |
| 1.579,87 | 1º/6/2006 |
| 1.579,87 | 3/7/2006 |
| 1.579,87 | 1º/8/2006 |
| 2.369,80 | 1º/9/2006 |
| 1.580,02 | 2/10/2006 |
| 1.580,02 | 1º/11/2006 |
| 2.370,11 | 1º/12/2006 |
| 1.580,02 | 2/1/2007 |
| 1.580,02 | 1º/2/2007 |
| 1.580,02 | 1º/3/2007 |
| 1.580,02 | 2/4/2007 |
| 1.632,16 | 2/5/2007 |
| 1.632,16 | 1º/6/2007 |
| 1.632,16 | 2/7/2007 |
| 1.632,16 | 1º/8/2007 |
| 2.448,24 | 3/9/2007 |
| 1.632,16 | 1º/10/2007 |
| 1.632,16 | 1º/11/2007 |
| 2.448,24 | 3/12/2007 |
| 1.632,16 | 2/1/2008 |
| 1.632,16 | 1º/2/2008 |
| 1.632,16 | 3/3/2008 |
| 1.713,76 | 1º/4/2008 |
| 1.713,76 | 2/5/2008 |
| 1.713,76 | 2/6/2008 |
| 1.713,76 | 1º/7/2008 |
| 1.713,76 | 1º/8/2008 |
| 2.570,64 | 1º/9/2008 |
| 1.713,76 | 1º/10/2008 |
| 1.713,76 | 3/11/2008 |
| 2.570,64 | 1º/12/2008 |
| 1.713,76 | 2/1/2009 |
| 1.713,76 | 2/2/2009 |
| 1.815,21 | 2/3/2009 |
| 1.815,21 | 1º/4/2009 |
| 1.815,21 | 4/5/2009 |
| 1.815,21 | 1º/6/2009 |
| 1.815,21 | 1º/7/2009 |
| 1.815,21 | 3/8/2009 |
| 2.722,81 | 1º/9/2009 |
| 1.815,21 | 1º/10/2009 |
| 1.815,21 | 3/11/2009 |
| 2.722,81 | 1º/12/2009 |
| 1.815,21 | 4/1/2010 |
| 1.926,66 | 1º/2/2010 |
| 1.926,66 | 1º/3/2010 |
| 1.926,66 | 1º/4/2010 |
| 1.926,66 | 3/5/2010 |
| 1.926,66 | 1º/6/2010 |
| 1.926,66 | 1º/7/2010 |
| 2.127,42 | 2/8/2010 |
| 2.933,01 | 1º/9/2010 |

9.2.5. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. José Carlos Siqueira:

| Valor - R$ | Data |
|---|---|
| 145,74 | 15/5/2003 |
| 1.093,09 | 15/5/2003 |
| 1.093,09 | 13/6/2003 |
| 1.417,77 | 11/7/2003 |
| 1.417,77 | 19/8/2003 |
| 1.417,77 | 11/9/2003 |
| 1.417,77 | 16/10/2003 |
| 1.417,77 | 17/11/2003 |
| 2.481,09 | 11/12/2003 |
| 1.417,77 | 14/1/2004 |
| 1.417,77 | 12/2/2004 |
| 1.417,77 | 11/3/2004 |
| 1.417,77 | 6/4/2004 |
| 1.417,77 | 6/5/2004 |
| 1.481,99 | 4/6/2004 |
| 1.481,99 | 6/7/2004 |
| 1.481,99 | 5/8/2004 |
| 1.481,99 | 6/9/2004 |
| 1.481,99 | 6/10/2004 |
| 1.481,99 | 5/11/2004 |
| 2.963,98 | 6/12/2004 |
| 1.481,99 | 6/1/2005 |
| 1.481,99 | 4/2/2005 |
| 1.481,99 | 4/3/2005 |
| 1.481,99 | 6/4/2005 |
| 1.481,99 | 5/5/2005 |
| 1.576,17 | 6/6/2005 |
| 1.576,17 | 6/7/2005 |
| 1.576,17 | 4/8/2005 |
| 1.576,17 | 6/9/2005 |
| 1.576,17 | 6/10/2005 |

9.2.6. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. José Joaquim dos Santos:

| Valor - R$ | Data |
|---|---|
| 958,33 | 20/6/2003 |
| 958,33 | 20/6/2003 |
| 975,29 | 17/7/2003 |
| 975,29 | 20/8/2003 |
| 975,29 | 5/9/2003 |
| 975,29 | 7/10/2003 |
| 975,29 | 11/11/2003 |
| 1.706,75 | 8/12/2003 |
| 975,29 | 7/1/2004 |
| 975,29 | 5/2/2004 |
| 975,29 | 4/3/2004 |
| 975,29 | 6/4/2004 |
| 975,29 | 6/5/2004 |
| 1.019,47 | 4/6/2004 |
| 1.019,47 | 6/7/2004 |
| 1.019,47 | 5/8/2004 |
| 1.019,47 | 6/9/2004 |
| 1.019,47 | 6/10/2004 |
| 1.019,47 | 5/11/2004 |
| 2.038,94 | 6/12/2004 |
| 1.019,47 | 6/1/2005 |
| 1.019,47 | 4/2/2005 |
| 1.019,47 | 4/3/2005 |
| 1.019,47 | 6/4/2005 |
| 1.019,47 | 5/5/2005 |
| 1.084,25 | 6/6/2005 |
| 1.084,25 | 6/7/2005 |
| 1.084,25 | 4/8/2005 |
| 1.084,25 | 6/9/2005 |
| 1.084,25 | 6/10/2005 |
| 1.084,25 | 7/11/2005 |
| 2.168,50 | 6/12/2005 |
| 1.084,25 | 6/1/2006 |
| 1.084,25 | 6/2/2006 |
| 1.084,25 | 6/3/2006 |
| 1.084,25 | 6/4/2006 |
| 1.138,46 | 5/5/2006 |
| 1.138,46 | 6/6/2006 |
| 1.138,46 | 6/7/2006 |
| 1.138,46 | 4/8/2006 |
| 1.707,69 | 6/9/2006 |
| 1.138,56 | 5/10/2006 |
| 1.138,56 | 7/11/2006 |
| 1.707,89 | 6/12/2006 |
| 1.138,56 | 5/1/2007 |
| 1.138,56 | 6/2/2007 |
| 1.138,56 | 6/3/2007 |
| 1.138,56 | 5/4/2007 |
| 1.176,13 | 7/5/2007 |
| 1.176,13 | 6/6/2007 |
| 1.176,13 | 5/7/2007 |
| 1.176,13 | 6/8/2007 |
| 1.764,19 | 6/9/2007 |
| 1.176,13 | 4/10/2007 |
| 1.176,13 | 7/11/2007 |
| 1.764,20 | 6/12/2007 |
| 1.176,13 | 7/1/2008 |
| 1.176,13 | 11/2/2008 |
| 1.176,13 | 6/3/2008 |
| 1.234,93 | 4/4/2008 |
| 1.234,93 | 7/5/2008 |
| 1.234,93 | 5/6/2008 |
| 1.234,93 | 4/7/2008 |
| 1.234,93 | 6/8/2008 |
| 1.852,39 | 4/9/2008 |
| 1.234,93 | 6/10/2008 |
| 1.234,93 | 6/11/2008 |

| | |
|---|---|
| 1.852,40 | 4/12/2008 |
| 1.234,93 | 7/1/2009 |
| 1.234,93 | 5/2/2009 |
| 1.308,03 | 5/3/2009 |
| 1.308,03 | 6/4/2009 |
| 1.308,03 | 7/5/2009 |
| 1.308,03 | 4/6/2009 |
| 1.308,03 | 6/7/2009 |

9.2.7. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Lindinalva Leite Franco da Silva:

| Valor - R$ | Data |
|---|---|
| 20,00 | 15/4/2003 |
| 200,00 | 15/4/2003 |
| 240,00 | 15/5/2003 |
| 240,00 | 13/6/2003 |
| 240,00 | 15/7/2003 |
| 240,00 | 14/8/2003 |
| 240,00 | 12/9/2003 |
| 240,00 | 14/10/2003 |
| 240,00 | 14/11/2003 |
| 440,00 | 12/12/2003 |
| 240,00 | 15/1/2004 |
| 240,00 | 16/2/2004 |
| 240,00 | 5/4/2004 |
| 240,00 | 7/4/2004 |
| 240,00 | 7/5/2004 |
| 260,00 | 8/6/2004 |
| 260,00 | 7/7/2004 |
| 260,00 | 6/8/2004 |
| 260,00 | 8/9/2004 |
| 260,00 | 7/10/2004 |
| 260,00 | 8/11/2004 |
| 520,00 | 7/12/2004 |
| 260,00 | 7/1/2005 |
| 260,00 | 9/2/2005 |
| 260,00 | 7/3/2005 |
| 260,00 | 8/4/2005 |
| 260,00 | 9/5/2005 |
| 300,00 | 7/6/2005 |
| 300,00 | 7/7/2005 |
| 300,00 | 5/8/2005 |
| 300,00 | 8/9/2005 |
| 300,00 | 7/10/2005 |
| 300,00 | 8/11/2005 |
| 600,00 | 7/12/2005 |
| 300,00 | 6/1/2006 |
| 300,00 | 7/2/2006 |
| 300,00 | 7/3/2006 |

9.2.8. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Maria das Dores da Silva:

| Valor - R$ | Data |
|---|---|
| 2.085,60 | 6/6/2003 |
| 521,40 | 6/6/2003 |
| 521,40 | 26/6/2003 |
| 574,32 | 18/7/2003 |
| 574,32 | 13/8/2003 |
| 574,32 | 10/9/2003 |
| 574,32 | 10/10/2003 |
| 574,32 | 11/11/2003 |
| 1.148,64 | 17/12/2003 |
| 574,32 | 16/1/2004 |
| 574,32 | 10/2/2004 |
| 574,32 | 9/3/2004 |
| 574,32 | 7/4/2004 |
| 574,32 | 5/5/2004 |
| 600,33 | 3/6/2004 |
| 600,33 | 6/7/2004 |
| 600,33 | 3/8/2004 |
| 600,33 | 2/9/2004 |
| 600,33 | 5/10/2004 |
| 600,33 | 3/11/2004 |
| 1.200,66 | 3/12/2004 |
| 600,33 | 4/1/2005 |
| 600,33 | 2/2/2005 |
| 600,33 | 2/3/2005 |
| 600,33 | 6/4/2005 |
| 600,33 | 3/5/2005 |
| 638,48 | 2/6/2005 |
| 638,48 | 4/7/2005 |
| 638,48 | 2/8/2005 |
| 638,48 | 2/9/2005 |
| 638,48 | 4/10/2005 |
| 638,48 | 3/11/2005 |
| 1.276,96 | 2/12/2005 |
| 638,48 | 3/1/2006 |
| 638,48 | 2/2/2006 |
| 638,48 | 2/3/2006 |
| 638,48 | 4/4/2006 |
| 670,40 | 3/5/2006 |
| 670,40 | 2/6/2006 |
| 670,40 | 4/7/2006 |
| 670,40 | 2/8/2006 |
| 1.005,72 | 4/9/2006 |
| 670,46 | 3/10/2006 |
| 670,46 | 3/11/2006 |
| 1.005,72 | 4/12/2006 |
| 670,46 | 3/1/2007 |
| 670,46 | 2/2/2007 |
| 670,46 | 2/3/2007 |
| 670,46 | 3/4/2007 |
| 692,58 | 3/5/2007 |
| 692,58 | 4/6/2007 |
| 692,58 | 3/7/2007 |
| 692,58 | 2/8/2007 |
| 1.038,87 | 4/9/2007 |
| 692,58 | 2/10/2007 |
| 692,58 | 5/11/2007 |
| 1.038,87 | 4/12/2007 |
| 692,58 | 3/1/2008 |
| 692,58 | 7/2/2008 |
| 692,58 | 4/3/2008 |
| 727,20 | 2/4/2008 |
| 727,20 | 5/5/2008 |
| 727,20 | 3/6/2008 |
| 727,20 | 2/7/2008 |
| 727,20 | 4/8/2008 |
| 1.080,80 | 2/9/2008 |
| 727,20 | 2/10/2008 |
| 727,20 | 4/11/2008 |
| 1.090,80 | 2/12/2008 |
| 727,20 | 5/1/2009 |
| 727,20 | 3/2/2009 |
| 770,25 | 3/3/2009 |

9.2.9. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Maria Magali Trovo Leite da Silva:

| Valor - R$ | Data |
|---|---|
| 4.390,20 | 1°/4/2004 |
| 1.248,40 | 27/4/2004 |
| 1.248,40 | 19/5/2004 |
| 1.287,22 | 4/6/2004 |
| 1.287,22 | 5/7/2004 |
| 1.287,22 | 4/8/2004 |
| 1.287,22 | 3/9/2004 |
| 1.287,22 | 5/10/2004 |
| 1.287,22 | 4/11/2004 |
| 2.574,44 | 3/12/2004 |
| 1.287,22 | 5/1/2005 |
| 1.287,22 | 3/2/2005 |
| 1.287,22 | 3/3/2005 |
| 1.287,22 | 5/4/2005 |
| 1.287,22 | 4/5/2005 |
| 1.369,02 | 3/6/2005 |
| 1.369,02 | 5/7/2005 |
| 1.369,02 | 3/8/2005 |
| 1.369,02 | 5/9/2005 |
| 1.369,02 | 5/10/2005 |
| 1.369,02 | 4/11/2005 |
| 2.738,04 | 5/12/2005 |
| 1.369,02 | 4/1/2006 |
| 1.369,02 | 3/2/2006 |
| 1.369,02 | 3/3/2006 |
| 1.369,02 | 5/4/2006 |
| 1.437,47 | 4/5/2006 |
| 1.437,47 | 5/6/2006 |
| 1.437,47 | 5/7/2006 |
| 1.437,47 | 3/8/2006 |
| 2.156,20 | 5/9/2006 |
| 1.437,60 | 4/10/2006 |
| 1.437,60 | 6/11/2006 |
| 2.156,47 | 5/12/2006 |
| 1.437,60 | 4/1/2007 |
| 1.437,60 | 5/2/2007 |
| 1.437,60 | 5/3/2007 |
| 1.437,60 | 4/4/2007 |
| 1.485,04 | 4/5/2007 |
| 1.485,04 | 5/6/2007 |
| 1.485,04 | 4/7/2007 |
| 1.485,04 | 3/8/2007 |
| 2.227,56 | 5/9/2007 |
| 1.485,04 | 3/10/2007 |
| 1.485,04 | 6/11/2007 |
| 2.227,56 | 5/12/2007 |
| 1.485,04 | 4/1/2008 |
| 1.485,04 | 8/2/2008 |
| 1.485,04 | 5/3/2008 |
| 1.559,29 | 3/4/2008 |
| 1.559,29 | 6/5/2008 |
| 1.559,29 | 4/6/2008 |
| 1.559,29 | 3/7/2008 |
| 1.559,29 | 5/8/2008 |
| 2.338,93 | 3/9/2008 |
| 1.559,29 | 3/10/2008 |
| 1.559,29 | 5/11/2008 |
| 2.338,94 | 3/12/2008 |
| 1.559,29 | 6/1/2009 |
| 1.559,29 | 4/2/2009 |
| 1.651,59 | 4/3/2009 |
| 1.651,59 | 3/4/2009 |
| 1.651,59 | 6/5/2009 |
| 1.651,59 | 3/6/2009 |
| 1.651,59 | 3/7/2009 |
| 1.651,59 | 5/8/2009 |
| 2.477,38 | 3/9/2009 |
| 1.651,59 | 5/10/2009 |
| 1.651,59 | 5/11/2009 |
| 2.477,39 | 3/12/2009 |
| 1.651,59 | 6/1/2010 |
| 1.752,99 | 3/2/2010 |
| 1.752,99 | 3/3/2010 |
| 1.752,99 | 6/4/2010 |

| | |
|---|---|
| 1.752,99 | 5/5/2010 |
| 1.752,99 | 4/6/2010 |
| 1.752,99 | 5/7/2010 |
| 1.779,09 | 4/8/2010 |
| 2.668,63 | 3/9/2010 |

9.2.10. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Noêmia Trindade dos Santos:

| Valor - R$ | Data |
|---|---|
| 191,21 | 4/7/2003 |
| 523,48 | 4/7/2003 |
| 523,48 | 7/8/2003 |
| 523,48 | 4/9/2003 |
| 523,48 | 6/10/2003 |
| 828,84 | 4/12/2003 |
| 523,48 | 4/12/2003 |
| 523,48 | 8/1/2004 |
| 523,48 | 10/2/2004 |
| 523,48 | 4/3/2004 |
| 523,48 | 6/4/2004 |
| 523,48 | 6/5/2004 |
| 547,19 | 7/6/2004 |
| 547,19 | 6/7/2004 |
| 547,19 | 9/8/2004 |
| 547,19 | 6/9/2004 |
| 547,19 | 6/10/2004 |
| 547,19 | 5/11/2004 |
| 1.094,38 | 6/12/2004 |
| 547,19 | 6/1/2005 |
| 547,19 | 4/2/2005 |
| 547,19 | 4/3/2005 |
| 547,19 | 6/4/2005 |
| 547,19 | 5/5/2005 |
| 581,96 | 6/6/2005 |
| 581,96 | 6/7/2005 |
| 581,96 | 4/8/2005 |
| 581,96 | 6/9/2005 |
| 581,96 | 6/10/2005 |
| 581,96 | 7/11/2005 |
| 1.163,92 | 6/12/2005 |
| 581,96 | 5/1/2006 |
| 581,96 | 6/2/2006 |
| 581,96 | 6/3/2006 |
| 581,96 | 6/4/2006 |
| 611,05 | 5/5/2006 |
| 611,05 | 6/6/2006 |
| 611,05 | 6/7/2006 |
| 611,05 | 4/8/2006 |
| 916,57 | 6/9/2006 |
| 611,10 | 5/10/2006 |
| 611,10 | 7/11/2006 |
| 916,63 | 6/12/2006 |
| 611,10 | 5/1/2007 |
| 611,10 | 6/2/2007 |
| 611,10 | 6/3/2007 |
| 611,10 | 5/4/2007 |
| 631,26 | 7/5/2007 |
| 631,26 | 6/6/2007 |
| 631,26 | 5/7/2007 |
| 631,26 | 6/8/2007 |
| 946,89 | 6/9/2007 |
| 631,26 | 4/10/2007 |
| 631,26 | 7/11/2007 |
| 946,89 | 6/12/2007 |
| 631,26 | 7/1/2008 |
| 631,26 | 11/2/2008 |
| 631,26 | 6/3/2008 |
| 662,82 | 4/4/2008 |
| 662,82 | 7/5/2008 |
| 662,82 | 5/6/2008 |
| 662,82 | 4/7/2008 |
| 662,82 | 6/8/2008 |
| 994,23 | 4/9/2008 |
| 662,82 | 6/10/2008 |
| 662,82 | 6/11/2008 |
| 994,23 | 4/12/2008 |
| 662,82 | 7/1/2009 |
| 662,82 | 5/2/2009 |
| 702,05 | 5/3/2009 |
| 702,05 | 6/4/2009 |
| 702,05 | 7/5/2009 |
| 702,05 | 4/6/2009 |
| 702,05 | 6/7/2009 |
| 702,05 | 6/8/2009 |
| 1.053,07 | 4/9/2009 |
| 702,05 | 6/10/2009 |
| 702,05 | 6/11/2009 |
| 1.053,08 | 4/12/2009 |
| 702,05 | 7/1/2010 |
| 745,15 | 4/2/2010 |
| 745,15 | 4/3/2010 |
| 745,15 | 7/4/2010 |
| 745,15 | 6/5/2010 |
| 745,15 | 7/6/2010 |
| 745,15 | 6/7/2010 |
| 756,24 | 5/8/2010 |
| 1.134,36 | 6/9/2010 |

9.2.11. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Iraci Silveira Cleto (procuradora - Sra. Zilda Elena Leonel Ferreira):

| Valor - R$ | Data |
|---|---|
| 3.275,67 | 14/4/1999 |
| 954,08 | 14/4/1999 |
| 954,08 | 4/5/1999 |
| 954,08 | 2/6/1999 |
| 979,45 | 2/7/1999 |
| 979,45 | 3/8/1999 |
| 979,45 | 2/9/1999 |
| 979,45 | 4/10/1999 |
| 979,45 | 3/11/1999 |
| 1.958,90 | 2/12/1999 |
| 979,45 | 4/1/2000 |
| 979,45 | 2/2/2000 |
| 979,45 | 2/3/2000 |
| 979,45 | 4/4/2000 |
| 979,45 | 3/5/2000 |
| 979,45 | 6/6/2000 |
| 1.036,35 | 5/7/2000 |
| 1.036,35 | 2/8/2000 |
| 1.036,35 | 4/9/2000 |
| 1.036,35 | 3/10/2000 |
| 1.036,35 | 3/11/2000 |
| 2.072,70 | 5/12/2000 |
| 1.036,35 | 3/1/2001 |
| 1.036,35 | 2/2/2001 |
| 1.036,35 | 2/3/2001 |
| 1.036,35 | 3/4/2001 |
| 1.036,35 | 8/5/2001 |
| 1.036,35 | 4/6/2001 |
| 1.115,72 | 3/7/2001 |
| 1.115,72 | 2/8/2001 |
| 1.115,72 | 4/9/2001 |
| 1.115,72 | 2/10/2001 |
| 1.115,72 | 6/11/2001 |
| 2.231,44 | 4/12/2001 |
| 1.115,72 | 3/1/2002 |
| 1.115,72 | 4/2/2002 |
| 1.115,72 | 4/3/2002 |
| 1.115,72 | 2/4/2002 |
| 1.115,72 | 6/5/2002 |
| 1.115,72 | 4/6/2002 |
| 1.218,36 | 2/7/2002 |
| 1.218,36 | 2/8/2002 |
| 1.218,36 | 3/9/2002 |
| 1.218,36 | 2/10/2002 |
| 1.218,36 | 6/11/2002 |
| 2.436,72 | 3/12/2002 |
| 1.218,36 | 3/1/2003 |
| 1.218,36 | 11/2/2003 |
| 1.218,36 | 6/3/2003 |
| 1.218,36 | 2/4/2003 |
| 1.218,36 | 5/5/2003 |
| 1.218,36 | 3/6/2003 |
| 1.458,49 | 2/7/2003 |
| 1.458,49 | 4/8/2003 |
| 1.458,49 | 2/9/2003 |
| 1.458,49 | 2/10/2003 |
| 1.458,49 | 4/11/2003 |
| 2.916,98 | 2/12/2003 |
| 1.458,49 | 5/1/2004 |
| 1.458,49 | 3/2/2004 |
| 1.458,49 | 2/3/2004 |
| 1.458,49 | 2/4/2004 |
| 364,62 | 28/2/2005 |

9.3. aplicar em desfavor de Vera Lúcia da Silva Santos a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendida a notificação;

9.6. solicitar, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, que a Advocacia-Geral da União adote as medidas necessárias ao arresto dos bens da responsável, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 275 do RITCU, caso não haja, dentro do prazo estabelecido, a comprovação do efetivo recolhimento das aludidas dívidas, devendo o MPTCU atentar para a eventual possibilidade de promover o referido arresto em relação ao valor consolidado do débito imputado contra a aludido responsável em vários outros processos de tomada de contas especial autuados no âmbito do TCU;

9.7. considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas por Vera Lúcia da Silva Santos, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270, § 1º, do RITCU;

9.8. inabilitar a Sra. Vera Lúcia da Silva Santos, pelo período de 8 (oito) anos, para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU;

9.9. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Procuradoria Geral Federal (PGF) junto à Advocacia-Geral da União, para ciência e adoção das providências solicitadas pelo item 9.6 deste Acórdão;

9.10. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Controladoria-Geral da União, para ciência e adoção das providências determinadas pelo item 9.8 deste Acórdão; e

9.11. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0828-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 829/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.971/2015-8.

2. Grupo II - Classe: VII - Assunto: Denúncia.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (33.665.647/0001-91).

3.2. Responsáveis: Afonso Ferreira Bernardes (076.212.052-53); Alessandro Jose Macedo Machado (576.106.225-91); Antônio Carlos Albério (002.358.652-49); Carlos Batista das Neves (512.943.978-34); Celio Moura Ferreira (033.742.703-87); Daniel Antonio Salati Marcondes (149.980.178-53); Francisco Soares da Silva (032.588.403-00); Jolindo Renno Costa (213.720.986-15); José Tadeu da Silva (720.451.168-91); João Francisco dos Anjos (068.033.262-68); Juarez Batista de Faria (129.728.511-53); Júlio Fialkoski (093.018.879-91); Leonides Alves da Silva Neto (649.724.024-15); Lucio Antonio Ivar do Sul (143.293.876-20); Marcos Motta Ferreira (327.175.716-04); Mario Varela Amorim (056.169.644-68); Paulo Laercio Vieira (110.686.804-82).

4. Entidade: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal:

8.1. Igor Tadeu Garcia e outros, representando Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

8.2. Wilton Luis da Silva Gomes (220788/OAB-SP) e outros, representando José Tadeu da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos relativos à denúncia sobre irregularidades ocorridas no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) relativamente à regulamentação e à concessão de diárias, auxílio translado e ajuda de custo em valores muito superiores ao regularmente permitido e/ou sem previsão legal.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar prejudicado o cumprimento do item 9.2 do acórdão 908/2016-TCU-Plenário, em virtude da existência de erro material na decisão;

9.2. com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992 c/c art. 252 do RI/TCU, converter os autos em tomada de contas especial para que se proceda à identificação dos responsáveis e à quantificação do dano resultante das seguintes irregularidades:

9.2.1. pagamento da verba indenizatória "ajuda de custo" (AC) concomitantemente com o pagamento de diárias, resultando em duplicidade de indenização;

9.2.2. definição, na portaria da Presidência AD 152/2016, de valores de diárias notadamente e injustificadamente superiores aos estabelecidos no Decreto 5.992/2006, resultando em pagamentos de diárias em valores desarrazoados;

9.2.3. pagamento retroativo de diárias a título de ajuste de contas com base em valor manifestamente desarrazoado;

9.3. revogar a medida cautelar exarada no despacho de 27/10/2017 (peça 60), tendo em vista que os novos valores de diárias definidos na decisão de Diretoria CD-066/2018 estão em consonância com o item 9.3 do acórdão 908/2016-TCU-Plenário;

9.4. dar ciência ao Confea de que:

9.4.1. o pagamento de diárias que descaracterize seu caráter eventual e transitório ou se configure como espécie de remuneração não se conforma às finalidades dessa indenização, prescritas no art. 58 da Lei 8.112/1990 e no art. 2º do Decreto 5.992/2006;

9.4.2. não constam da aba "legislação" do portal da entidade os normativos dos tipos portaria da Presidência-AD e decisão do Conselho Diretor-CD que versam sobre valores de diárias, em prejuízo ao princípio da transparência;

9.5. apensar os presentes autos ao autos da tomada de contas especial que vier a ser autuada, na forma prevista no art. 41 da Resolução - TCU 259/2014;

9.6. enviar cópia desta deliberação ao Plenário do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), em cumprimento ao disposto no art. 198, parágrafo único, do RI/TCU.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0829-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 830/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.142/2018-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Responsável: Fernando Antonio Ribeiro Soares (005.162.126-64).

4. Órgãos: Ministério da Economia; Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada com vistas a apurar possíveis pagamentos irregulares a título de participação nos lucros ou resultados (PLR) a empregados e dirigentes de estatais não dependentes do Tesouro Nacional que, entre os anos de 2013 e 2017, receberam aportes de capital da União, o que poderia caracterizar dependência do Governo federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. com fundamento no art. 276 do Regimento Interno do TCU (RITCU), determinar cautelarmente que a Infraero se abstenha de realizar os pagamentos a seguir discriminados, até que este Tribunal se manifeste de forma definitiva acerca da condição de dependência da referida estatal quanto ao recebimento de aportes financeiros do Tesouro Nacional:

9.1.1. acima do teto constitucional a seus empregados e dirigentes, a teor do disposto no art. 37, inciso XI, da CF/1988;

9.1.2. a título de distribuição de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) a seus servidores e de Remuneração Variável Anual (RVA) a seus dirigentes, por força do disposto no art. 3º da Resolução CCE 10/1995;

9.2. promover a oitiva da Infraero e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia (Sest), nos termos do § 3º do art. 276 do RITCU, para que se manifestem, no prazo de quinze dias, se assim desejarem, acerca dos indícios de dependência da estatal em relação ao aporte de recursos provenientes dos cofres da União, conforme detalhado no relatório e voto que fundamentam a presente deliberação;

9.3. com fundamento no art. 276 do Regimento Interno do TCU (RITCU), determinar cautelarmente que a Eletrobras se abstenha de deliberar sobre possível concessão de aumento remuneratório de qualquer espécie para sua diretoria, até que esta Corte realize a análise de informações acerca da situação financeira da estatal, em particular, de da existência de índicios de dependência do Tesouro Nacional;

9.4. promover a oitiva da Eletrobras e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia (Sest), nos termos do § 3º do art. 276 do RITCU, para que se manifestem, no prazo de quinze dias, se assim desejarem, acerca dos indícios de dependência da estatal em relação ao aporte de recursos provenientes dos cofres da União;

9.5. notificar a Sest, a Infraero e a Eletrobras da presente decisão.

10. Ata n° 11/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/4/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0830-11/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

A Presidência lembrou a realização de sessão extraordinária de caráter reservado em seguida, e, às 17 horas e 40 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORRÊA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 16 de abril de 2019.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

**EXTRATO DE PAUTA**
Sessão Ordinária, de 24/04/2019, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

016.819/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ana Paula da Rosa Quevedo; Anti Status Quo Producoes Artisticas Ltda - ME; Carla Cristina Marques; Daniela Guimarães Goulart; Fundação Brasileira de Teatro; Henilton Parente de Menezes; IEC Instituto Educar e Crescer; José Maria Bezerra Paiva; Luciana Soares Lara; Maria Beatriz Correa Salles; Pablo Peixoto de Souza; RC Assessoria e Marketing Ltda - Me; Rosângela Nascimento Marques; Volnei Franca da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18444) e outros

Ministro BENJAMIN ZYMLER

001.736/2019-1
Natureza: Representação
Representante: Fani Rodrigues Hisatomi - Gerente da Biblioteca do Campus de Tocantintinópolis da UFT
Representados: Saulo Eglain Sá Menezes Moraes; Eliseu Riscaroli
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins
Representação legal: não há

023.267/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Procurador-Chefe da União no Estado do Piauí, Sr. Reginaldo de Castro Cerqueira Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pimenteiras/PI
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

011.645/2018-0
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Fundação Oswaldo Cruz; Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos; Secretaria Executiva do Ministério da Saúde; Secretaria-geral das Relações Exteriores
Responsáveis: Akira Homma; Artur Roberto Couto
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: Eduardo Marcelo de Lima Sales (OAB/RJ 64.141), representando Fundação Oswaldo Cruz; Dimitri Leal Gasos e outros, representando Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos

Ministro AROLDO CEDRAZ

005.715/2019-9
Natureza: Representação
Representante: Construrban Logística Ambiental LTDA
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
Representação legal: Marcos Moreira de Carvalho (OAB/SP 119.431)

016.524/2007-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Ceará
Responsáveis: Deusiclea Barboza de Castro; Francisco Pessoa Furtado; Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa; Lauro Sergio de Figueiredo; Mestra Ltda.; Paulo Ramiro Perez Toscano; Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira; Raymundo Cesar Bandeira de Alencar; Raymundo José Santos Garrido; Rui Melo de Carvalho
Representação legal: Alessandra Nunes da Costa e outros, representando Deusiclea Barboza de Castro; Juarez Morais Chaves e outros, representando Centro de Educacao Universitario e Desenvolvimento Profissional Ltda.; Maria Eroneide Alexandre Maia (OAB/CE 12833) e outros, representando Francisco Pessoa Furtado; Antônio Lázaro Martins Neto (OAB/DF 253540) e outros, representando Raymundo José Santos Garrido; Matheus Machado Mendes de Figueiredo (OAB/DF 6597-E) e outros, representando Raymundo Cesar Bandeira de Alencar; Manoel de Santana Neto (OAB/DF 13.708),

representando Itazil Fonseca Benicio dos Santos; Vinícius Vilardo de Mello Cruz (OAB/CE 21.419) e outros, representando Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa; Cristian Klock Deudegant (OAB/DF 24734) e outros, representando Paulo Ramiro Perez Toscano; Iuri Mattos de Carvalho (OAB/BA 16741) e outros, representando Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira

Ministra ANA ARRAES

023.380/2017-9
Natureza: Denúncia
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
Órgão/Entidade/Unidade: 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/PR
Representação legal: não há

025.293/2017-6
Natureza: Monitoramento
Responsável: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação
Representação legal: não há
Determinações/Recomendações/Orientações: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

036.479/2018-7
Natureza: Acompanhamento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgãos/Entidades/Unidades: entidades/órgãos municipais e estaduais e organizações da sociedade civil do Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

036.869/2018-0
Natureza: Acompanhamento
Órgãos/Entidades/Unidades: Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Prefeituras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

043.208/2018-5
Natureza: Consulta
Consulente: Chefe do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro Intendente Sérgio Almeida de Paula e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Controle Interno da Aeronáutica
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

012.496/2016-2
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

012.497/2016-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

020.089/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Escala Comunicação & Marketing Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: então Ministério da Cultura
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Lucia Helena Fernandes Campolina entre outros, representando o então Ministério da Cultura; Bruno Ferreira de Sousa Silva (OAB/DF 43.052), representando a Agencia Nacional de Propaganda Ltda.

026.335/2018-2
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Daniel Rocha Maia (OAB/RJ 129.571) entre outros, representando a MCAM Digital Serviços e Soluções em Tecnologia - EPP; Marcelo Tadeu Ângelo (OAB/RJ 116.982) entre outros, representando a Brain Digital Publicidade e Participações Ltda.; Vinicius Casqueiro Lemos (OAB/RJ 23.460) entre outros, representando o Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro; José Roberto Borges (OAB/RJ 56.635) entre outros, representando Marcelo José Salles de Almeida; Camila Machado Silva (OAB/RJ 190.119) entre outros, representando o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

040.423/2018-2
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Atibaia/SP; Município de Franco da Rocha/SP; Município de Hortolândia/SP; Município de Suzano/SP
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro BENJAMIN ZYMLER

004.662/2014-8
Pedido de reexame interposto pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários e pelo Centro Nacional de Navegação Transatlântica contra o Acórdão 1.439/2016 - Plenário.
Interessados: André de Seixas Ponce Alves; Centro Nacional de Navegação Transatlântica
Recorrentes: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq; Centro Nacional de Navegação Transatlântica - Centronave
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq
Representação legal: Andrea Fabrino Hoffmann Formiga (OAB/SP 18.575) e outros, representando o Centro Nacional de Navegação Transatlântica - Centronave; Alexandre Dalfior de Figueiredo, representando a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq
Interessado em sustentação oral:
- André de Seixas Ponce Alves, em seu próprio nome.

023.922/2015-0
Pedido de reexame interposto contra decisão prolatada no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) destinada a avaliar a regularidade da aplicação dos recursos provenientes da Lei 9.615/1998 (Lei Pelé), que, entre as medidas adotadas, expediu determinações ao recorrente.
Órgãos/Entidades/Unidades: Comitê Olímpico Brasileiro; Comitê Paraolímpico Brasileiro; Confederação Brasileira de Atletismo; Confederação Brasileira de Clubes; Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais; Confederação Brasileira de Hipismo; Confederação Brasileira de Judô; Confederação Brasileira de Rugby; Confederação Brasileira de Voleibol
Recorrente: Comitê Olímpico Brasileiro
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Ana Maria Ferreira Negreiro (OAB/RJ 93.124), Pedro Henrique Rebello de Mendonca (OAB/RJ 149.272) e outros, representando Comitê Olímpico Brasileiro; Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira (OAB/SP 287.546) e outros, representando Confederação Brasileira de Clubes; Luciano Henrique Alvim Battistoti Hostins (OAB/SC 10.405), representando Confederação Brasileira de Judô; Luiz Fernando de Moraes (OAB/DF 27.437), Paulo Victor Barchi Losinskas (OAB/SP 306.109) e outros, representando Comitê Paraolímpico Brasileiro.
Interessado em sustentação oral:
Wladimir Vinycius de Moraes Camargos (OAB/DF 39.918), em nome do Comitê Olímpico Brasileiro

Ministra ANA ARRAES

017.549/2016-7
Representação sobre possíveis irregularidades em pregão eletrônico para contratar serviços de produção gráfica, em condições especiais de segurança e sigilo, dos cadernos de provas e instrumentos de aplicação destinados à realização do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem/2016. Análise das razões de justificativa.
Representante: Plural Indústria Gráfica Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Interessados: Advocacia-Geral da União e RR Donnelley Editora e Gráfica Ltda.
Responsáveis: Alexandre André dos Santos, Eunice de Oliveira Ferreira Santos e Hélio Júnio Rocha Morais
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Gustavo Valadares (OAB/DF 18.669) e outros representando a empresa RR Donnelley Editora e Gráfica Ltda.; Anna Dias Rodrigues (OAB/MG 131.159), Daniel Pereira de Franco e outros representando Advocacia-Geral da União; Ludmylla Scalia Lima (OAB/DF 37.743) e outros representando a Plural Indústria Gráfica Ltda
Interessados em sustentação oral:
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6546), RR Donnelley Editora e Gráfica Ltda. e Eunice de Oliveira Ferreira Santos representando o INEP.

023.466/2016-2
Representação sobre supostas irregularidades em certame realizado para contratar serviços especializados de aplicação e correção do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade. Análise das razões de justificativa.
Representante: Consulplan Consultoria e Planejamento em Administração Pública Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Responsáveis: Eunice de Oliveira Ferreira Santos, Margô Gomes de Oliveira Karnikowski e Pedro Massad Júnior
Interessadas: Advocacia-Geral da União e Fundação Cesgranrio
Representação legal: Carolina Scherer Bicca (OAB/RS 56.875) representando o Inep; Marçal Justen Filho (OAB/DF 34.390) e outros representando a Fundação Cesgranrio; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros representando a Consulplan Consultoria e Planejamento em Administração Pública Eireli; Anna Dias Rodrigues (advogada da União) e outros representando a AGU
Interessados em sustentação oral:
- Marçal Justen Filho (OAB/PR 7.468), representando a FUNDAÇÃO CESGRANRIO e Eunice de Oliveira Ferreira Santos representando o INEP.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro AUGUSTO NARDES

003.852/2013-0
Tomada de contas especial instaurada em razão de fraudes realizadas na folha de pagamento do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo
Responsáveis: Maria Francélia da Silva Schmidt; Marli dos Santos; e Vladimir Renato de Aquino Lopes
Representação legal: Priscila Guimarães Siqueira, representando Maria Francélia da Silva Schmidt; Gustavo Di Angellis da Silva Alves (OAB/DF 40.561) e outros, representando Vladimir Renato de Aquino Lopes
Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (31/10/2018)

Ministro JOSÉ MUCIO MONTEIRO

024.774/2014-6
Tomada de contas especial instaurada em decorrência de irregularidades na execução de convênio para execução do projeto intitulado "Festa de São João de 2010".
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Uiraúna/PB
Responsáveis: Glória Geane de Oliveira Fernandes e Erivan Antônio de Morais - Eventos - EPP
Representação legal: Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663), Edgar Smith Neto (OAB/RN 8.223, OAB/PB 8.223-A e OAB/SP 356.071) e outros
Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (09/08/2017)

Ministro VITAL DO RÊGO

007.142/2018-8
Representação autuada com vistas a apurar possíveis pagamentos irregulares a título de participação nos lucros ou resultados (PLR) a empregados e dirigentes de estatais não dependentes do Tesouro Nacional que, entre os anos de 2013 e 2017, receberam aportes de capital da União.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: Elisabete Barbosa Ruberto (OAB/RJ 169.700), representando o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira (10/04/2019)

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

021.643/2014-8
Embargos de declaração contra decisão que julgou pedidos de reexame em face de acórdão proferido em processo de representação sobre possíveis irregularidades em repasses financeiros entre o Tesouro Nacional e instituições financeiras públicas e privadas.
Embargantes: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, na pessoa do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira; e Aldemir Bendine
Órgãos/Entidades/Unidades: Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.A.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Caixa Econômica Federal; Secretaria do Tesouro Nacional

Responsáveis: Adriano Pereira de Paula; Aldemir Bendine; Alexandre Antonio Tombini; Arno Hugo Augustin Filho; Carlos Antonio Vieira Fernandes; Dyogo Henrique de Oliveira; Gilberto Magalhães Occhi; Guido Mantega; Jorge Fontes Hereda; Luciano Galvão Coutinho; Manoel Dias; Marcelo Pereira de Amorim; Marcus Pereira Aucélio; Nelson Henrique Barbosa Filho; Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello; Túlio José Lenti Maciel
Representação legal: Eugenio Jose Guilherme de Aragao (OAB/DF 4935) e outros, representando Guido Mantega; Lucas Resende Fraga (OAB/DF 50028) e outros, representando Arno Hugo Augustin Filho; Allan Lúcio Sathler e outros, representando Secretaria do Tesouro Nacional; Deusa Maura Santos Fassina (OAB/SP 164146) e outros, representando Banco do Brasil S.A.; Raquel Cristina de Carvalho e Silva (OAB/RJ 133.596) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Luciano Galvão Coutinho; Gabriel Barbosa Rocha (OAB/DF15.808E) e outros, representando Marcus Pereira Aucélio; Cristiano de Oliveira Lopes Cozer (OAB/DF 16400) e outros, representando Alexandre Antonio Tombini e Túlio José Lenti Maciel; Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi (OAB/DF 40915) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Rodrigo Fontenelle de Araujo Miranda e outros, representando Banco Central do Brasil; Janes Jose de Almeida Silva, representando Carlos Antonio Vieira Fernandes; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF), representando Marcelo Pereira de Amorim; Maury Gonzaga Farias, representando Dyogo Henrique de Oliveira; Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77366) e outros, representando Jorge Fontes Hereda; Vilmon Malcorra Villagran (OAB/DF 43181), representando Aldemir Bendine.
Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira (10/04/2019)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

024.646/2014-8
Pedido de Reexame em face de decisão que expediu determinações em sede de auditoria realizada para avaliar a atuação da Anatel, no que concerne à regulamentação, controle, acompanhamento e fiscalização dos bens reversíveis, vinculados às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), tendo em vista o que estabelecem os contratos de concessão e a Lei Geral de Telecomunicações (LGT).
Recorrente: Agência Nacional de Telecomunicações
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações
Representação legal: Mariana Félix Gonçalves de Mateus

028.317/2016-5
Monitoramento de determinações exaradas em processo de representação acerca de possíveis irregularidades praticadas por deputados e senadores com o uso das verbas das Cotas para o Exercício da Atividade Parlamentar.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados; Senado Federal
Representação legal: Cidney Arantes Carrasquel Coelho

Ministro BENJAMIN ZYMLER

005.849/2002-4
Embargos de declaração opostos em face de acórdão que conheceu e rejeitou embargos anteriores à deliberação que deu provimento parcial a recurso de reconsideração para reduzir os valores dos débitos e das multas imputadas em razão de supostas irregularidades verificadas na concorrência, e no contrato dela decorrente, que teve por objeto as obras de construção do cais para contêineres do Porto de Maceió/AL.
Recorrentes: Lafayete Pacheco Neto; Fernando Antônio Crisóstomo
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Rio Grande do Norte
Responsáveis: Carlos Ivan da Câmara Ferreira de Melo; José Jackson Queiroga de Morais; Fernando Antônio Crisóstomo; Lafayete Pacheco Neto; Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.; Hidrotopo Consultoria e Projetos Ltda.
Interessado: Companhia Docas do Rio Grande do Norte
Representação legal: Luiz Felipe Bulus (OAB/DF 15.229) e outros, representando Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.; Thiago Huckleberry Siqueira de Azevedo (OAB/RJ 154.720), representando Hidrotopo Consultoria e Projetos Ltda.; Karen Vasconcelos dos Santos Lima (OAB/RN 3.861) e outros, representando Companhia Docas do Rio Grande do Norte; Aline Coely Gomes de Sena Bianchi (OAB/RN 4.183) e outros, representando José Jackson Queiroga de Morais

007.416/2013-0
Embargos de declaração opostos em face de acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes e os condenou ao pagamento de débito e multa em razão de prejuízo na execução de contrato para locação de veículos executivos.
Embargantes: Agil Servicos Especiais Ltda; Williames Pimentel de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Agil Servicos Especiais Ltda; Carlos Luiz Barroso Junior; Eduardo Tarcísio Brito Targino; Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho; Williames Pimentel de Oliveira
Representação legal: Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3.593) e outros, representando Williames Pimentel de Oliveira; Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596), Bruno Silva Campos (OAB/DF 12.509) e outros, representando Ágil Serviços Especiais Ltda.; Ivan Ribeiro dos Santos Nazarèth (OAB/RJ 121.685) e outros, representando Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho

013.389/2017-3
Representação com vistas a apurar a participação de empresa em supostas fraudes ocorridas nas licitações para implantação da Refinaria Abreu e Lima em Ipojuca/PE, também denominada de Refinaria do Nordeste - Rnest.
Representante: Skanska Brasil Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Cláudio Coelho de Souza Timm (OAB/DF 16.885) e outros, representando Skanska Brasil Ltda.

014.362/2015-5
Tomada de contas especial instaurada para apurar os indícios de superfaturamento na contratação dos serviços remanescentes do Lote 4 da Ferrovia Norte-Sul, em Goiás. Análise de citações.
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A
Responsáveis: André Von Bentzeen Rodrigues; Bruno Von Bentzeen Rodrigues; Francisco Elísio Lacerda; Francisco Zacarias Cordeiro de Miranda; José dos Passos Nogueira; José Américo Cajado de Azevedo; José Francisco das Neves; Luiz Carlos Oliveira Machado; Maria Estela Filardi; SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda.; STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A.; Ulisses Assad
Representação legal: Gabriel Miranda Coelho (OAB/RJ 43.502), representando Maria Estela Filardi; João Francisco Aguiar Drumond (OAB/DF 10.460), Antônio Glaucius de Morais (OAB/DF 12.308) e outros, representando STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A.; Cyrlston Martins Valentino (OAB/DF 23.287) e outros, representando José Américo Cajado de Azevedo; Thor Ribeiro Aune (OAB/DF 26.168), Marcelo Sá Pontes (OAB/DF 32.681) e outros, representando Jose dos Passos Nogueira; Leonardo Lacerda Jubé (OAB/GO 26.903) e outros, representando Francisco Elísio Lacerda; Caio Soares Junqueira (OAB/MG 70.398), André Luiz Melo de Oliveira Carneiro (OAB/DF 30.293) e outros, representando André Von Bentzeen Rodrigues, Bruno Von Bentzeen Rodrigues e SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda.; Silvia Regina Schmitt (OAB/RS 58.372) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

014.364/2015-8
Embargos de declaração contra decisão que julgou irregulares as contas dos responsáveis, condenando-os ao pagamento de débitos e multas, em função do superfaturamento constatado nas obras da construção do Lote 4 da Ferrovia Norte-Sul no trecho de 108 km situado entre o Pátio de Santa Izabel/GO e o Pátio de Uruaçu/GO.
Embargantes: Luiz Sérgio Nogueira; José dos Passos Nogueira; Constran S.A. - Construções e Comércio
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A
Responsáveis: Constran S.A. - Construções e Comércio; Francisco Zacarias Cordeiro de Miranda; José dos Passos Nogueira; José Francisco das Neves; Luiz Sérgio Nogueira; STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A.; Ulisses Assad
Representação legal: João Francisco Aguiar Drumond (OAB/DF 10.460) e outros, representando STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A.; Cyrlston Martins Valentino (OAB/DF 23.287) e outros, representando José Américo Cajado de Azevedo; Thor Ribeiro Aune (OAB/DF 26.168), representando José dos Passos Nogueira; Eri Rodrigues Varela (OAB/RN 1.807) e outros, representando Ulisses Assad; Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e outros, representando Luiz Sérgio Nogueira; Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92.114), Maria Carolina Viana Machado Pinheiro (OAB/SP 235.057), Mario Henrique de Barros Dorna (OAB/SP 315.746) e outros, representando Constran S.A. - Construções e Comércio; Silvia Regina Schmitt (OAB/RS 58.372) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

015.316/2016-5
Pedido de reexame interposto contra decisão que aplicou multas individuais aos recorrentes pela celebração de diversos convênios com instituição incapaz de executar as avenças.
Recorrentes: Waldemar Manoel Silva de Souza; Mário Augusto Lopes Moyses; Frederico Silva da Costa
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério do Esporte; Ministério do Trabalho e Emprego (extinto); Ministério do Turismo
Responsáveis: Frederico Silva da Costa; Mario Augusto Lopes Moyses; Paul Israel Singer; Renata Leite Manoel de Jesus; Waldemar Manoel Silva de Souza
Representação legal: Luene Gomes Santos (OAB/DF 16.727), Renata Machado de Araújo Machado (OAB/DF 38.097), Thiago Machado de Carvalho (OAB/DF 26.973), Luiz Fernando de Moraes (OAB-DF 27.437), Celso Cordeiro de Almeida e Silva (OAB-SP 161.995), Pedro Estevam Alves Pinto Serrano (OAB-SP 90.846) e outros

033.054/2017-7
Representação acerca de possíveis irregularidades na aquisição de títulos de dívida perpétua (bônus perpétuo).
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço
Interessado: Banco Central do Brasil
Representação legal: Roberto Duarte Gonçalves, representando Banco Central do Brasil; Murilo Fracari Roberto (OAB/DF 22.934) e outros, representando Caixa Econômica Federal

Ministro AUGUSTO NARDES

020.829/2017-5
Auditoria com o objetivo de avaliar a suscetibilidade das organizações públicas ao risco de ocorrência de fraude e corrupção.
Órgãos/Entidades/Unidades: Administração Regional do Senac no Estado do Mato Grosso do Sul; Administração Regional do Senar no Estado do Mato Grosso do Sul; Administração Regional do Sesc no Estado do Mato Grosso do Sul; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Administração do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Corretores de Imóveis 14ª Região (MS); Conselho Regional de Economia 20ª Região (MS); Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região (MS); Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região (MS); Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Odontologia do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Psicologia 14ª Região (MS); Conselho Regional de Química XX Região (MS); Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Serviço Social 21ª Região (MS); Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 12ª Região (MT e MS); Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso do Sul; Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul; Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul; Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Mato Grosso do Sul; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul; Superintendência Regional do Incra no Estado do Mato Grosso do Sul; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Mato Grosso do Sul; Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS; Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul
Representação legal: Danilo da Cunha Davet (OAB/MS 16.455) e outros, representando Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul e Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso do Sul

022.906/2018-5
Representação a respeito de possíveis irregularidades relacionadas com pregão eletrônico, cujo objeto era o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação (TI).
Representante: Basis Tecnologia da Informação S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Interessado: Cast Informática S/A
Representação legal: Henrique Donato Rabelo (OAB/MG 130511) e outros, representando Cast Informática S/A; Albertina de Almeida Noberto (OAB/DF 34654) e outros, representando Basis Tecnologia da Informação S.A.

026.106/2015-9
Pedidos de reexame interpostos contra acórdão que declarou a inidoneidade das recorrentes para participar de licitação na Administração Pública Federal em razão de irregularidades praticadas em pregão presencial cujo objeto foi o registro de preços para aquisição de medicamentos, correlatos e materiais odontológicos.
Recorrentes: Detmed/D R C Comercio Ltda - EPP, Otima - Distribuidora/R. O. Carvalho do Nascimento, Medica Hospitalar Comercio e Representações Ltda - EPP, Weberth B. Sousa - ME e Droga Rocha Distribuidora de Medicamentos Ltda - EPP, Marcio de Souza Sá e Semíramis Antão de Alencar
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Timon/MA
Responsáveis: D R C Comercio Ltda. - Epp; Droga Rocha Distribuidora de Medicamentos Ltda. - Epp; Luciano Ferreira de Sousa; Marcio de Souza Sa; Medica Hospitalar Comercio e Representações Ltda. - Epp; R. O. Carvalho do Nascimento; Semíramis Antão de Alencar; Weberth B. Sousa - Me
Interessados: D R C Comercio Ltda. - Epp; Donaldo Gie Nogueira Eireli; Droga Rocha Distribuidora de Medicamentos Ltda. - Epp; Identidade Reservada; Luciano Ferreira de Sousa; Medica Hospitalar Comercio e Representações Ltda. - Epp; R. O. Carvalho do Nascimento; Weberth B. Sousa - Me
Representação legal: Jefferson Willame Martins Lira e outros, representando Weberth B. Sousa - Me; Daniel Albuquerque de Abreu (OAB/DF 55.446) e outros, representando Marcio de Souza Sa; Marcos Antonio Cardoso de Souza (OAB/PI 3.387) e outros, representando Droga Rocha Distribuidora de Medicamentos Ltda - Epp, Weberth B. Sousa - Me, R. O. Carvalho do Nascimento e Medica Hospitalar Comercio e Representações Ltda - Epp; Willer Tomaz de Souza (OAB/DF 32.023), representando Marcio de Souza Sa e Semíramis Antão de Alencar; Erico Malta Pacheco (OAB/PI 3906), representando D R C Comercio Ltda - Epp e R. O. Carvalho do Nascimento

Ministro AROLDO CEDRAZ

005.487/2006-6
Pedidos de Reexame interpostos contra acórdão que aplicou multa a um dos recorrentes e expediu determinações a outro, em sede de auditoria realizada para avaliar a regularidade das despesas efetuadas por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF).
Recorrentes: Abin e Antônio Augusto Muniz de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Brasileira de Inteligência
Interessados: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e Secretaria de Controle Interno da Presidência da República
Representante legal: Advocacia-Geral da União

014.240/2016-5
Auditoria realizada com o objetivo de fiscalizar a execução das obras de construção da Segunda Ponte do Guaíba, nas BR's 116/290/RS.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: Consórcio Ponte do Guaíba; Delmar Pellegrini Filho; Engevix Engenharia e Projetos S/A; Fabio Pessoa da Silva Nunes; Pedro Luzardo Gomes; Roger da Silva Pegas; Tarcísio Gomes de Freitas
Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando Consórcio Ponte do Guaíba; Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Barbara Pupin de Almeida (OAB/SP 316.074) e outros, representando Engevix Engenharia e Projetos S/A

022.969/2015-2
Recurso de revisão interposto, em processo de tomada de contas especial, contra acórdão que decidiu, entre outros encaminhamentos, julgar irregulares as contas da recorrente, imputando-lhe débito, em razão de irregularidades na prestação de contas dos recursos repassados por força do convênio que teve como objeto dar apoio financeiro ao projeto 'Cara e Cultura Negra'.
Recorrente: Prefeitura dos Condomínios do Setor de Diversões Sul de Brasília/DF
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, vinculada ao então denominado Ministério da Justiça e Cidadania
Responsáveis: Flávia Helena Portela de Carvalho e Prefeitura dos Condomínios do Setor de Diversões Sul de Brasília/DF
Representação legal: Jorginaldo Fernando de Sousa Aguiar (OAB/DF 37.157), representando a Prefeitura dos Condomínios do Setor de Diversões Sul de Brasília/DF

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

010.794/2002-5
Recurso de reconsideração contra decisão que após acolher recurso de revisão interposto pelo MPTCU, julgou irregulares as contas em relação ao recorrente, condenando solidariamente os responsáveis ao pagamento do débito, e, individualmente, em multa, em sede da prestação de contas ordinária referente ao exercício 2001.
Recorrente: Antônio Moyses da Silva Netto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Interessados: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Ministério Público Junto Ao Tribunal de Contas da União
Representação legal: Marcos Pinheiro de Lima Filho e outros, representando Maria de Nazaré da Silva Coelho; Alexandre Souza Farias (OAB/MA 9052), representando Maria da Graca Reis Ribeiro; Ricardo Augusto Figueiredo Moyses (OAB/MA 7319), representando Antonio Moyses da Silva Netto

010.978/2018-6
Acompanhamento de processos de aquisições logísticas da Administração Pública Federal no exercício de 2018, a partir da utilização de ferramentas de Tecnologia da Informação, informações disponibilizadas no clipping do TCU e notícias nos diversos meios de comunicação.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas do Tribunal de Contas da União

020.532/2009-2
Recurso de revisão contra decisão que julgou as contas do recorrente irregulares e o condenou em débito e ao pagamento de multa em razão de irregularidades no convênio de repasse para aquisição de três unidades móveis de saúde - UMS
Recorrente: André Luiz Ceciliano
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Paracambi/RJ
Responsáveis: André Luiz Ceciliano, Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda. e Cleia Maria Trevisan Vedoin
Representação legal: Roberta Maria Rangel (OAB/DF 10.792), Daiane Mângia Furtado (OAB/DF 21.920), Vitor Lobo Morais (OAB/PE 46.765), José Durvalino Romão (OAB/PE 9.787) e outros

Ministra ANA ARRAES

025.584/2010-3
Pedido de reexame interposto contra acórdão que aplicou à recorrente as sanções de multa e inabilitação para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança no âmbito da administração federal e determinou seu afastamento cautelar, em sede de acompanhamento de determinações exaradas em acórdão que apreciou atos de concessão de aposentadoria.
Recorrente: Rita de Cássia Knabben
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Interessados: Rita de Cássia Knabben, Edevar Valnier, Moacir João de Espíndola, Olímpio Plácido Schmitt e Valmira Silva dos Santos
Responsáveis: Moacir João de Espíndola, Olímpio Plácido Schmitt, Rita de Cássia Knabben e Valmira Silva dos Santos
Representação legal: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605) e outros representando Valmira Silva dos Santos, Olímpio Plácido Schmitt e Moacir João de Espíndola

034.518/2018-5
Auditoria realizada com objetivo de avaliar os demonstrativos financeiros do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) referentes ao exercício de 2018.
Responsáveis: Édison Antônio Costa Britto Garcia, Francisco Paulo Soares Lopes e Renato Rodrigues Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo do Regime Geral de Previdência Social e Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

036.846/2018-0
Representação sobre possível fraude em pregões eletrônicos com vistas à aquisição de bases e tampas em polipropileno para contêiner desmontável leve.
Representante: Plásticos Novel São Paulo Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: Gustavo Esperança Vieira (OAB/SP 212.756) e outros representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Sólon Henriques de Sá e Benevides (OAB/PB 3.728) e outros representando Didática Comercial Ltda.; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros representando Plásticos Novel São Paulo Ltda

Ministro VITAL DO RÊGO

023.796/2015-4
Recurso de reconsideração contra decisão em que o recorrente teve suas contas julgadas irregulares, além de ter sido condenado ao pagamento de débito e multa, bem como ter sido inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública, em razão de fraude na prestação de contas do convênio que impediu o estabelecimento do nexo causal entre as receitas recebidas e as despesas realizadas.
Recorrente: João Dilmar da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Limoeiro do Norte/CE
Responsável: João Dilmar da Silva
Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: João Batista Freitas de Alencar (OAB/CE 4.972)

029.260/2017-5
Auditoria realizada para verificação da regularidade da execução de termo de compromisso que objetivou a transferência do velódromo do Rio de Janeiro para o município de Pinhais/PR
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pinhais-PR
Responsável: Luiz Goularte Alves e Mario Luiz Stier Segundo
Representação legal: Edson Galdino Vilela de Souza (OAB/PR 38.270), Luís Boaventura Goulart Júnior (OAB/PR 55.167) e Fabíola Negreiros Guimarães Arnaldi (OAB/PR 41.099)

033.318/2016-6
Auditoria nas obras de adequação da BR-304/RN - Reta Tabajara, em que se apuram indícios de projeto executivo deficiente que resultaram na suspenção cautelar de partes dos serviços. Exame das oitivas.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Interessados: Congresso Nacional; Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda.; Ivaí Engenharia de Obras Sociedade Anônima
Representação legal: Igor Fellipe Araujo de Sousa (OAB/DF 41.605); Paulo Aristóteles Amador de Sousa e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

021.281/2017-3
Denúncia formulada em face de possível irregularidade na contratação de empresa para a realização do 8º Congresso Riopharma.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro
Responsável: Marcus Vinícius Romano Áthila
Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

011.648/2005-6
Prestação de contas relativa ao exercício de 2004.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado do Paraná
Responsáveis: Altavir Zaniolo, Antônio Bento Rodrigues Pontes, Clodovil Silvério, Elias Martins, Geraldo Serathiuk, José Antônio Fares, José Sargenito da Silva, Marcos Mueller Schlemm, Maria Favero Rodrigues, Mário Marcondes Lobo, Milton Wittig Bueno, Nelson Luís Strobel, Nilton Sergio Jacobsen, Ovaldir Nardin, Osvaldo Davet, Rodrigo Costa da Rocha Loures e Ronaldo Duschenes
Representação legal: Alexander Miranda (OAB/PR 43.462), Camila Gaeski (OAB/PR 44.110), Christian Schramm Jorge (OAB/PR 25.957), Claudia Beeck Moreira de Souza (OAB/PR 46.108), Clayton Gomes de Medeiros (OAB/PR 59.941), Fábio Dias Vieira (OAB/PR 36.687), Fabíola de Fátima Barroso (OAB/PR 31.211), Juliano Gurski da Silva (OAB/PR 48.085), Marco Antônio Guimarães (OAB/PR 22.427), Narjara Cheyenne Carmelo Andriet (OAB/PR 50.506), Rodrigo Pozzobon (OAB/PR 22.997) e Thiago Bertapelli (OAB/PR 31.078)

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

014.148/2014-5
Tomada de contas especial autuada com vistas a apurar os indícios de fraude na aplicação dos recursos no âmbito de contrato de repasse destinado à pavimentação em pedra tosca de vinte ruas do município de Cascavel - CE.
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cascavel/CE
Responsáveis: Antônio Joab Cavalcante de Albuquerque; Caixa Economica Federal; Carlos Nunes Dourado; Construtora C & A Ltda; Construtora Costa Machado Ltda; Daniely Silva de Souza; Decio Paulo Bonilha Munhoz; Fabio Cavalcante de Albuquerque; Fabrício Falcão Lopes; Francisca Silva Rodrigues; Giane Santos Almeida; Jayme Renan Machado Costa; Jean Arruda Nunes; Joaquim Ciriaco Ramires; Joaquim Nunes Dourado; José Airton de Lima; José Cláudio de Castro Lima; Margarida de Alacoc Diniz Dourado; Ministério do Turismo
Representação legal: Francisco Artur de Souza Munhoz (OAB/CE 18458), entre outros, representando Décio Paulo Bonilha Munhoz; Antônio Flávio Pedrosa Holanda (OAB/CE 37125), entre outros, representando Fabrício Falcão Lopes; Marcelo Cordeiro de Castro (OAB/CE 19194), representando a Construtora Costa Machado Ltda.; Alanna Castelo Branco Alencar (OAB/CE 6854), entre outros, representando José Airton de Lima, Décio Paulo Bonilha Munhoz, Daniely Silva de Souza, José Cláudio de Castro Lima, Francisca Silva Rodrigues, Jean Arruda Nunes e Giane Santos Almeida.

015.563/2013-8
Embargos de declaração interposto contra decisão que não conheceu do agravo interposto contra o despacho decisório que não conheceu do recurso de reconsideração interposto pelo embargante contra acórdão que lhe aplicou multa em decorrência de irregularidades detectadas em fiscalização realizada com a finalidade de verificar a regularidade na aplicação dos recursos públicos federais oriundos do termo de compromisso que teve por objeto a execução de obras de drenagem pluvial e canalização de córregos.
Embargante: Paulo Leniman Barbosa Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia/TO
Responsáveis: Ferreira Franco Construtora Ltda; Lucelia Lima de Oliveira; Marcos Santos Jorge; Marília Barros Coelho; Paulo Leniman Barbosa Silva; Pedro Rezende Tavares
Interessado: Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia/TO
Representação legal: Pamella Cristina Barbosa Dutra Barros (OAB/TO 6840/, representando Paulo Leniman Barbosa Silva

019.370/2013-0
Monitoramento das determinações expedidas em processo de auditoria para verificar a regularidade da folha de pagamento.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Acre
Responsável: João Thaumaturgo Neto
Representação legal: não há

020.042/2018-3
Auditoria realizada com o objetivo de avaliar os controles internos do sistema de Pagamento Alternativo de Benefícios (PAB), analisando-se o período de janeiro de 2016 a setembro de 2018.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

027.512/2017-7
Tomada de contas especial instaurada diante da fraude pela irregular concessão de benefícios previdenciários.
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Campinas/SP
Responsáveis: Franksmar Messias Barboza; Geraldo José Chiogna; Marinês Aparecida Gomes Moreira e Vera Lúcia Ferreira Costa

Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596), entre outros, representando Franksmar Messias Barboza; Luciane de Castro Moreira (OAB/SP 150.011), entre outros, representando Marinês Aparecida Gomes Moreira.

036.694/2018-5
Embargos de declaração opostos em face de acórdão que, entre outras medidas, declarou a inidoneidade para participar de licitação na administração pública federal da embargante, no bojo de representação autuada para a realização de oitiva de empresa em face das evidências de fraude às licitações conduzidas pela Petrobras na realização das obras da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar).
Embargante: Construtora Queiroz Galvão S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S/A
Representação legal: Luís Justiniano Haiek Fernandes (OAB/DF 2.193), entre outros, representando a Construtora Queiroz Galvão S/A

Em 17 de abril de 2019
LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Subsecretária

## 1ª CÂMARA

**EXTRATO DE PAUTA**
Sessão Ordinária, de 23/04/2019, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

002.267/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Mauro Almeida da Silva Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará
Representação legal: não há

002.395/2019-3
Natureza: Reforma
Interessados: Carlos Alberto Fernandes de Oliveira; Edmundo Correia de Lima; Elias Gabriel Pereira; Francisco das Chagas Santos; José Hortencio dos Santos; José Ribeiro da Silva; Valdenio Barros da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.569/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Leitão Correa e Silva; Fernanda Costa Bernardes; Leonardo Rangel de Melo Filardi; Liliane Maia Rosa; Marcela Jaccottet Lopes; Marcelo Aguiar Cerri; Pablo Rangell Mendes Rios Pereira; Paulo Henrique Siqueira Isobe; Renan Mendes Gaya Lopes dos Santos; Ricardo Tadeu de Albuquerque Peixoto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

003.712/2019-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Divinora Amazonense de Melo; Lucileide da Costa do Nascimento Silva; Maria José Paz de Souza; Raimunda Vale da Silva; Sandra Maria de Lima Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

003.940/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Débora Catiane Curtinaz Bierhals
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

004.386/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Mário Inácio Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

004.424/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jorge Kleber Gomes de Souza; Milton Ferreira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

005.191/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Eliane Maria da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

005.195/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: João Antonio da Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

005.469/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Isabel Kreusch; Marina Edite dos Santos Soares; Marli Teresinha Cristofolini dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Representação legal: não há

005.732/2019-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Cristiane Heringer; Maria Lúcia de Lima Silva; Railda Maria Brayner Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

007.341/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria de Fatima Dias Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Evandro Chagas
Representação legal: não há

007.347/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Helder Baruffi
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

007.357/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Lourenço Júlio Azevedo Rego
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

007.365/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adir Hildo Kalinke; Aldo Santos Pereira; Ana Lucia Santos Verdasca Guimarães; Antonio Amilcar Levandoski; Beatriz Antonina Fontana de Vargas; Carlos Roberto Juchen; Elaine Cristina de Azevedo; Gilberto Manoel Alves; João Egdoberto Siqueira; Jorge Carlos Correa Guerra
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

007.391/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria das Graças Sales de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará
Representação legal: não há

007.397/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Sandra Regina de Andrade; Sônia Regina Ramos de Freitas; Suzana Serzedello Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

007.423/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jacira dos Santos Domingues; José Vieira de Miranda; Luiz José da Conceição; Nerci David Vier; Vilma Terezinha da Silva; Wilson Deda Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

007.490/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Augusto Pretoni Ceneviva; Eliane Ferraz Alves; João Batista Costa; José de Almeida Costa; Luiz Francisco da Cruz; Marcilio Imbassahy Ribeiro Rodrigues; Maria Eleonora de Sales Negri; Maria Gerusa Jacinto Seixas; Maria Lazuir Braga Matos; Maria de Fátima Severo Trindade
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

007.538/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ana Maria Dolavale
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

007.549/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Rodrigues da Silva Neto; Reynaldo Francisco Mora
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

016.737/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adilene Paula dos Santos; Adneia Paula dos Santos; Alaíde Paula dos Santos; Arlinda Paula dos Santos; Railda de Oliveira Santos; Rute Lôpo dos Santos; Taiara dos Santos de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: não há

045.653/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Francineia Moreira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

001.640/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Felix Arthur Castilho de Azevedo Garcia; Herculano Felix dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão de Valores Mobiliários
Representação legal: não há

001.649/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Raimunda Gomes Milhomem
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Imperatriz/MA
Representação legal: não há

003.054/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jessica Souza da Silva; Jose Ricardo Gabriel dos Santos; Maurilio Darcy dos Santos Mendes; Nadia de Andrade Dantas; Priscilla Estefani Santos da Silva; Rosa Lucia Duarte de Freitas; Solange da Paz; Thomas Almeida de Sousa Nogueira; Walter dos Santos Goncalves; Zuleidi Andrade da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

003.852/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Priscila Alves de Morais
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital das Forças Armadas
Representação legal: não há

004.406/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marcos Antonio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Representação legal: não há

005.122/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marcleia Elias Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

037.183/2018-4
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2017

Responsáveis: André Barbosa Barretto; Carlos Joel da Silva; Carlos Rivaci Sperotto; Cesar Luis Tagliari Vieira; Daniel Kluppel Carrara; Gedeao Silveira Pereira; Gilmar Tietbohl Rodrigues; Jorge Luiz Machado Rodrigues; Valmir Antonio Susin; Zenia Aranha da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senar no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

002.332/2019-1
Natureza: Reforma
Interessados: Alvino Batista de Freitas; Antonio Liberato Lopes Sobrinho; Armando Gusmao da Rocha; Carlos Alberto Batista da Rocha; Edmilson Antunes Ferreira; Joaquim Pereira Alves Cordeiro; Jose Pereira Lopes; Patricio Ferreira Dias; Paulo Ferreira Filho; Roldao Azevedo Lins
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha
Representação legal: não há

002.350/2019-0
Natureza: Reforma
Interessados: Adilson Jose Ribeiro; Carlos Ferreira da Silva; Fernando Goncalves Gois; Isan Maia da Silva; Jorge Amaro Alves; Jose Herval de Jesus; Luiz Carlos Cezar da Silva; Odair da Silva Borges; Rafael Bittencourt; Zelmo Quintiliano
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando da Marinha
Representação legal: não há

002.411/2019-9
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Avelino de Morais; Joao Batista Palheta Filho; Josue Ferreira dos Santos; Raimundo Nonato da Costa; Reinaldo Ferreira de Franca
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército
Representação legal: não há

002.420/2019-8
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Chagas; Antonio Marcio de Souza; Eliezer de Almeida Ribeiro; Flavio Reinoldo Rieger; Glei Marcus de Carvalho Cafumana; Jose Carlos Maia Pereira; Railton Robson Ribeiro da Silva; Rogerio Carlos Tavares Abib Junior; Wilians Silva de Oliveira; Xavir Everton Antunes Porto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército
Representação legal: não há

002.550/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allana Victoria Oliveira de Lima; Ana Paula Moreira Pereira; Cleber Richardson Barbonalha Filho; Isabela de Andrade Emerick Fonseca; Leonardo Henrique Cezar Silva; Luigi Viol Discacciati; Olga Voese Cordero; Renan Pavan Sa; Vinicius Prata de Figueiredo; Yuri Victor do Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

002.603/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alonso Pereira Silva Filho; Arary Lima Galvao de Oliveira; Daniel Pinto Fernandes; Davy de Medeiros Baia; Dayse Barbosa Leite; Lana Lisier de Lima Palmeira; Thiago Ferreira Cirilo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

002.676/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Lucimara Lopes da Silva; Pricila Marin; Silvia Priscila Dias Monte Blanco; Taila Fernanda Volpato de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

002.991/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Cordeiro dos Santos; Eduardo Cesar Bezerra Camara; Marcilio de Souza Barbosa; Roseane Santos da Silva; Thamyrys Morgana Pontes de Almeida; Valeria Rodrigues Teles
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Representação legal: não há

003.138/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Santana Oliveira Valente; Darlisson de Alexandria Santos; Felipe Fernando da Silva Siqueira; Humberto Silva de Oliveira; Jose Claumick Maia Araujo; Lucas Cesar Ribeiro Miranda; Maria Jose Pereira da Silva; Paulo Nogueira da Costa; Roberson Geovani Casarin; Tamyris Thaise Costa de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Representação legal: não há

003.559/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gustavo Couto Passarini
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

003.929/2019-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alanir dos Santos; Carolina Santos Menezes da Costa; Climenes da Silva Wanderley; Deolinda Anello Mama; Elisa Bizzi de Avila; Etelvina da Silva Vieira; Eunice Maria de Souza Damasceno; Iclea Gomes Castello Branco; Ignez Mendes Leig; Josefa Maria da Silva; Katia Guilhermina Machado; Loris Elisa Risch Prates; Maria Alice Neves dos Santos; Maria de Lourdes Mabalhães Avila; Nely Gonçalves Areia; Normanda Regis de Almeida; Ottilia Anello Vilardo; Raquel Ochôa Carpes; Ruth Puerta Nicolau; Selva Beatriz Portella; Tereza Fleck; Zilda Barbosa Franco
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar
Representação legal: não há

004.033/2019-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Roberto Carlos Silvestre
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Ribeirão Preto/SP - INSS/MPS
Representação legal: não há

004.063/2019-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Hevete Jorge Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

004.116/2019-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ester Felix da Silva; Idamir Barbosa dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

004.121/2019-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Irany Cortes Sermoud; Maria Apparecida de Carvalho Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

004.179/2019-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria Correia da Rocha; Vania Padusca de Aguiar Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

004.237/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Odon Fernandes Loures; Pedro Bispo Franca; Raimundo Fidelis da Silva; Sebastião Pimentel; Yoshimi Matsubara
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

004.370/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edson Jose Ferragini Lopes; Helio de Liro e Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

004.401/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Ari Rodrigues Braga; Antonio Estelita de Aguiar Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

007.343/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Josmayl Brito; João Seno de Moura; Lauriza de Queiroz Souza; Luiz Renato Ifarraguirre dos Santos; Lúcia Maria da Silva Terra de Oliveira; Maria Auxiliadora dos Anjos Lopes; Marlene Santos França Pereira; Orlando Conceição Costa; Sidonil Borel do Amaral; Sonia Maria Lopes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

007.348/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alda Regina de Souza; Ana Maria Torres Rodrigues; Antonio Soares Mesquita; Celia Lontra Vieira; Denise Alves; Euripia Maria da Silva; Iva Sotero do Nascimento; Jose Esmeraldino de Oliveira Correa; José Carneiro Bruzaca; Manoel Henrique Pires
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há

007.358/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Ulisses Peixoto Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

007.377/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Carmen Selita Aristimunho
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Inss - Passo Fundo/RS
Representação legal: não há

007.407/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Lucia Helena Silva Araujo; Simplicio Correa Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Juiz de Fora/MG
Representação legal: não há

007.411/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Anselmo Barroso Vasconcellos; Neide de Fatima Miranda da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Ouro Preto/MG
Representação legal: não há

007.425/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ely Luiz Serafin
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

007.444/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aderito Soares da Mota; Ana Maria Said; Cynthia Barbosa Firmino; Delma Faria Shimamoto; Hudson Armando Nunes Canabrava; José Flores Fernandes Filho; José Renan Escalante Hurtado; João Batista de Oliveira; Lindolfo Gonçalves Cabral; Maria Margarida Naves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

007.447/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Ednilce Claudino Anias Santos; Maria do Carmo Pereira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: não há

007.452/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Barbosa de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Imprensa Nacional
Representação legal: não há

007.456/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana das Gracas Silva; Hilario Gabriel de Faria; Hisao Takahashi; Iamara Virginia de Mendonca Motta; Messias Lopes; Onivaldo Assuncao de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Representação legal: não há

007.540/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Beatriz Cirelli dos Santos; Clair Teresa Moretti; Edite Pereira de Lima; Eugênio de Souza Luz; Giselma Rien; Heleno Rosa; Lidia Maremi Homenhuck; Lourdes Lambert; Manoel Antonio Cunha Palma; Vera Regina Nunes Silveira

Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

008.567/2015-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alcides Melo Gomes; Alfredo Pereira Raggi
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Governador Valadares/MG
Representação legal: não há

013.172/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Irituia/PA
Responsáveis: Antonio Odenilson Quemel Vieira; Benedito Augusto Bandeira Ferreira; CGD - Comercio & Serviços Ltda; Pro-Construção Ltda; Sebastiana Silva Souza
Representação legal: Sábato Giovani Megale Rossetti (OAB/PA 2.774) e outros

015.976/2009-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2008
Responsáveis: Manoel dos Santos Santana; Marcelo David Ribeiro de Amorim; Rosangela Lima Marques; Sonia Maria Silva Lima; William Dell Oso
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: não há

018.389/2018-0
Natureza: Representação
Representantes: Paulo Gilson Chopinho de Castro Ribeiro e Evaldo José Ambrósio
Responsável: José Sacido Barcia Neto
Interessados: Evaldo José Ambrósio; Paulo Gilson Chopinho de Castro Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Lourenço/MG
Representação legal: não há

019.106/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Airles do Nascimento; Jose Wilson Menezes da Nobrega; Paulo Teodoro de Castro; Raimundo Castelo Melo Pereira; Ronaldo de Oliveira Sales; Sidnei Torres Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

027.088/2018-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2017
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Responsáveis: Andre Nunes; Augusto Akira Chiba; Bruno César Grossi de Souza; Bruno Nunes Sad; Carlos Eduardo Lampert Costa; Dyogo Henrique de Oliveira; Esteves Pedro Colnago Júnior; Fernando Antonio Braga de Siqueira Junior; Fernando Antonio Ribeiro Soares; George Alberto de Aguiar Soares; Geraldo Julião Junior; Hailton Madureira de Almeida; Jorge Saba Arbache Filho; Julio Alexandre Menezes da Silva; Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari; Maria Fernanda Nogueira Bittencourt; Mauro Ribeiro Neto; Rodrigo Toledo Cabral Cota; Vania das Graças Soares; Walmir Gomes de Sousa; Walter Baere de Araujo Filho
Representação legal: não há

029.405/2010-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wanderson Danyllo Florencio Aires
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em Tocantins
Representação legal: não há

031.079/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Cleonice do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

034.719/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Recorrente: Vera Lúcia Hallack Ávila de Azevedo
Interessados: Claudia Maria Richmond; Helena Ester Alves Lapagesse; Valma do Amaral Cid; Vera Lúcia Cobra Rache; Vera Lúcia Hallack Ávila de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: Marcello Lavenère Machado (OAB/DF 1.120-A) e outros

041.636/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Leila Elaine Pacheco Nunes; Lorena Paz Botelho; Luiz Adroaldo Ortiz Peixoto; Luiz Alberto Lopes Senff; Luiz Carlos Lupinacci; Luiz Carlos de Alencastro; Lygia Falleiro de Paula; Manoel Sidney Viçosa Sityá; Marco Aurelio Fontes de Albuquerque; Maria Conceição Buralde
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

002.556/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Barbara Alessandra Magnani de Assis Cataldo; Erick Almeida Esmerino; Gleyce Anne Cardoso; Junior Borella; Marcela Francis Costa Lima; Phillipe Augusto Ferreira Rodrigues; Priscila Batista do Nascimento Souza; Rosemeri Maria da Conceicao; Siria da Fonseca Jorge; Sofia Eder
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

002.780/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anellysa Pereira Cavalcante de Araujo; Breno Camara Cavalcanti; Cristiane Spadacio; Diego Medeiros Araujo; Luciana Salviano Marques da Silva; Magaly Moreira de Lima Macedo de Araujo; Raphael Lorenzo Lopes Ramos Fagundes; Sesia Wanderley Quinino; Zenobio Targino Dutra Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

002.821/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Mauro Bragion; Cassia Silva de Miranda Mendes Veloso; Cesar Augusto Girke; Diego Nunes da Silva; Italo Leite de Camargo; Leandro Aparecido Bizerra Moureira; Matheus Guedes Camargo; Nivaldo Goncalves de Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

002.862/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Pereira Fraga; Geicyanne Ferreira Nunes; Graciela Maria Miranda Borges; Jhone Lima Santos; Joao Paulo Araujo Souza; Lilian de Almeida Brito; Marcus Vinicius Araujo Marques; Pedro Paulo Saleme de Souza; Roger Anibal Lambert da Silva; Vanessa Pereira de Souza Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

002.921/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriane Lilian de Oliveira Liberal Sousa; Andressa de Souza Ferrao; Anna Paula Maas Tillmann; Bruna da Silveira de Mattos; Carolina Chitolina Eberle; Clarice Espirito Santo Rodrigues de Silveira; Deodete Maria Oliveira Alves; Diana Taila Oliveira de Jesus; Fernando Augusto Vasconcelos; Patricia de Abreu Farias Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.994/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Givaldo Souza da Silva; Juliany Torres Siqueira; Mario Carvalho de Angelis; Matheus Silva dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Representação legal: não há

003.097/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Amalia Saturnino Chaves; Chris Hebert de Jesus Franco; Edineres Caldeira dos Santos; Isis de Freitas Espechit Braga; Julia Milward; Lucas Pacheco Campos; Marluce Rodrigues Godinho; Rebecca Barbosa de Decco Monteiro Marinho; Sarah da Silva Mendes; Vanessa Tonelli da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

003.103/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Patricia da Silva Andrade Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

003.133/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Helenita Ramos Santos; Breno Bastos Novaes; Cae Garcia Carvalho; Cristovao Mascarenhas Cordeiro; Emiliano Boccardi; Erico Renteria Perez; Paula Laise Ribeiro de Oliveira; Rodrigo Lima de Souza; Thiago Santos Novais; Victor Dalencar Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

004.119/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elza dos Santos Camargo; Irandyr Damasceno Chaves; Joao Martins da Silva; Josefa Maria de Moraes; Lucy Machado Alves; Maria José Sacramento; Maria Lica Ferreira; Maria da Conceição Luiz; Raimundo Nonato Martins de Meneses; Terezinha Alice Dantas Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

004.427/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Jose de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Cardiologia
Representação legal: não há

004.436/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Angelina Silva Gomes Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

005.391/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Mirian Ferrazzi; Natalina Maria Viero; Neusa Maria Baschi Arduim; Nilva Kalikoski; Rogério Sigal da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs
Representação legal: não há

005.730/2019-8
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Enilde Silva Nunes; Maria Helena Goncalves Cavalcante; Vera Lucia Leite Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército
Representação legal: não há

006.672/2019-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aparecida de Fatima Colombo; Claudia Prochmann Loebens; Maria de Fatima Reboucas Malva; Maria do Socorro Roseo Reboucas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército
Representação legal: não há

006.761/2019-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Edilene Angela Vanderlei de Assis Santos; Edilene Vanderlei de Assis Silva; Laudiceia Alves Feitosa; Lidia Gonzaga da Silva; Lindalva Gonzaga da Silva Gomes; Maria Nazareth Feitosa; Maria Neide Gonzaga da Silva; Maria da Conceição de Oliveira Cruz; Miraci Gonzaga da Silva; Neide Maria Gonzaga da Silva; Rosimere de Oliveira de Souza; Salete de Assis Silva; Sandra de Assis Silva; Silvanete de Assis Silva; Simone Vanderlei de Assis Silva; Solange de Assis Silva; Zelia Gonzaga da Silva; Zenilde Gonzaga da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar
Representação legal: não há

007.381/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Ana Adelaide Klostermann Cavalcante; Antonia de Fatima Costa Ramalho
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - João Pessoa/PB
Representação legal: não há

007.388/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joao Batista de Souza; Lídia Caetano Almeida Barbosa; Marlene Messias da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás
Representação legal: não há

007.446/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Rodrigues Pereira; Jose Marinho de Lima; Mauro Resende
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

007.475/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Werlênio Rêgo de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

007.495/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Lauro Luiz Hanke; Lazaro Antonio Ruiz Parellada; Liane Essenfelder Cunha Mello Frank; Lucia Sgobaro Zanette; Luciana Albanese; Luiz Alberto Fernandes; Luiz Carlos de Almeida Rocha; Luiz Ernani Madalozzo; Manoel Eduardo Correa Costa; Maria Jose Gnatta Dalcuche Foltran
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

002.787/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos de Moraes Ribeiro; Daniela Rodrigues da Silva; Ednamar de Faria Ribeiro; Fernanda do Monte Mauro; Isadora Mendonca Botelho de Souza Villarinho; Jihed Chadraqui; Marcelo Salgueiro Rios; Maria Celina Xavier de Oliveira; Ruana Freitas Machado; Tatiana Amaral de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

004.101/2019-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Helena de Almeida Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.628/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ana Paula dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

005.382/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Juliemar Teixeira Albino; Leila Cloe Rocha; Leticia Silveira; Liliane Vighi Storch; Lina Maria Konzen
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

005.386/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Mara Orminia Gomes da Silva; Marelise Ribeiro; Maria Alice Santrovitsch; Maria Amélia Souto Castanheira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

005.478/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Bernardo da Costa; Ilce Marinho Nogueira Fernandes; José Cosmo Ciríaco
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN
Representação legal: não há

005.726/2019-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Helaine Almeida Montenegro; Helida Almeida de Freitas; Ismalia de Fatima Amaral; Lindalva Rodrigues Amaral; Luciana Guedes Araujo; Maria Nazare Guedes Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

005.727/2019-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Gertrudes Cunha de Souza Nascimento; Maria Alzira Borges Lira; Milena Tomaz de Souza Peixoto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

006.655/2019-0
Natureza: Representação
Representante: Flex Projetos e Sistemas Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Representação legal: não há

006.796/2019-2
Natureza: Representação
Representante: Smart Rio Academia de Ginástica S.A
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região (RJ, ES)
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro BENJAMIN ZYMLER

026.411/2016-4
Tomada de contas especial instaurada em face de irregularidades em pagamentos efetuados no âmbito de contrato para prestação de serviços de transporte aéreo e terrestre de carga, mobiliário e encomendas. Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Carlos Luiz Barroso Júnior; Valteir Lopes Pereira; Voetur Cargas e Encomendas Ltda
Representação legal: Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29.760); Ana Carolina Mazoni (OAB/DF 31.606); Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 51.623); André Jansen do Nascimento (OAB/DF 51.119); Andréia da Silva Lima (OAB/DF 25.408); Carla Mayrink Santos Moraes (OAB/DF 27.789); Claudio Renato do Canto Farag (OAB/DF 14.005); Cristiana Muraro Tarsia (OAB/DF 48.254); Felipe Teixeira Vieira (OAB/DF 31.718); Ielton Carvalho Piancó (OAB/DF 47.965); Jaques Fernandes Reolon (OAB/DF 22.885); Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546); João Henrique Soares de Holanda (OAB/DF 36.556); Ludimila Reis Alves (OAB/DF 51.113); Mariana Ribeiro de Melo Pereira (OAB/DF 52.393); Marina Rocha Mota (OAB/DF 26.535); Marina Santa Rosa Brasileiro de Sant'Anna (OAB/DF 36.963); Melanie Costa Peixoto (OAB/DF 14.585); Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 41.796); Pedro Estuqui e Alves (OAB/DF 27.977); Ramay Sousa Rocha (OAB/DF 39.751); Sofia Rodrigues Silvestre Guedes (OAB/DF 27.635); Thiago Lelis de Freitas (OAB/DF 48.856); Victor Matheus Scholze de Oliveira (OAB/DF 39.503)

Interessados em sustentação oral:
- Claudio Renato do Canto Farag (OAB/DF 14.005), representando VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA
- Cristiana Muraro Fracari (OAB/DF 48.254), em nome de CARLOS LUIZ BARROSO JUNIOR

Ministro VITAL DO RÊGO

032.642/2010-5
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas do recorrente e condenou-o ao pagamento de débito em razão da impugnação total das despesas de convênio com o objetivo de implementar infraestrutura de terminal turístico na praia de Atalaia, em Luís Correia/PI.
Recorrente: Paulo de Tarso de Moraes Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Representação legal: Guilardo Cesa Medeiros Graça (OAB/PI 7.308), representando Paulo de Tarso de Moraes Souza e Francisco de Assis de Moraes Souza; Márcia Maria Macedo Franco (OAB/PI 2.802) e outros, representando Governo do Estado do Piauí

Interessado em sustentação oral:
- Emmanuel Fonseca de Souza (OAB/PI 4.555), em nome de PAULO DE TARSO DE MORAES SOUZA

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

000.730/2016-5
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. Convênio 1.117/2005 (Siafi 555366). Objeto: a execução de melhorias sanitárias em 80 unidades habitacionais do município de Vitorino Freire/MA
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Vitorino Freire/MA
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Responsável: Jose Ribamar Rodrigues
Representação legal: não há

001.346/2015-6
Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial.
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Luciana Andrea Accorsi Berardi
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Representação legal: Anderson Medeiros Bonfim (OAB/SP 315.185)

005.213/2015-0
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Rosário/MA, à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rosário/MA
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsáveis: Ivaldo Antonio Cavalcante; Marconi Bimba Carvalho de Aquino
Representação legal: Herlinda de Olinda Vieira (OAB/MA 5.604), representando Ivaldo Antonio Cavalcante

010.748/2016-4
Tomada de contas especial instaurada em decorrência da reativação ilegal do benefício previdenciário 092.976.134-0, no sistema informatizado do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Eleonor Cunha de Oliveira; Lourdes Monteiro Lima de Moraes; Maria Cicera da Silva Brito
Representação legal: não há

012.037/2011-7
PENSÃO CIVIL. PROCESSO GERADO AUTOMATICAMENTE COM ATOS PRIORIZADOS/SELECIONADOS PELA SEFIP
Interessado: Marlene Felix da Silva Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

014.120/2015-1
Recurso de Reconsideração em Tomada de contas especial.
Recorrentes: Marlene Libardoni; Agende Ações em Gêneros Cidadania e Desenvolvimento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Representação legal: Dimitri Graco Lages Machado (OAB/DF 26911)

015.343/2018-9
Representação contra o Pregão Eletrônico 4/2018, conduzido pelo Hospital Universitário Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro (Hospital Universitário de Lagarto - HUL/UFS/Ebserh).
Responsável: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: Marcus Vinicius Santa Rita Freire Silva (OAB/SE 2.674), representando a empresa Luiz Melo & Cia Ltda. e Marcelo Hagenbeck Melo

016.665/2016-3
Tomada de contas especial em razão da omissão no dever de prestar contas do Convênio 700201/2011 (Siafi 667582).
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsáveis: Filadelfo Mendes Neto; José Arlindo Silva Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura de Pinheiro/MA
Representação legal: Dilson Dias Sa (OAB/MA 8455); Carlos Victor Guterres Mendes (OAB/MA 6265); Flávia Lucena Veiga Fernandes (OAB/MA 6845)

017.346/2016-9
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. Convênio 0841/2008 (Siafi 631701) firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de São Pedro do Suaçui
Interessado: Ministério do Turismo
Responsáveis: Júlio Campolina Vargues; Serafim Ciriaco de Oliveira; Wilson Ferreira de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Pedro do Suaçuí - MG
Representação legal :
Amando Prates (25760/OAB-MG)

017.716/2016-0
Tomada de contas especial em razão de impugnação total de despesas custeadas com recursos do Termo de Compromisso 574/2011 (Siafi 669985).
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Eliseu Barroso de Carvalho Moura; Iomar Salvador Melo Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura de Pirapemas/MA
Representação legal: não há

022.510/2017-6
Ato de concessão de pensão civil.
Interessados: Alfred Jan Serwaczak; Dagmar Barbalho Azevedo; David da Cunha Duarte; Dulcineia Feitosa da Cunha; Maria Ferreira Dias Maia; Maria Libania de Medeiros Gurgel
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

027.081/2016-8
Tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por meio do Convênio 2747/2005-Funasa (Siafi 558936), firmado entre Funasa e a Prefeitura de Bom Jesus das Selvas/MA.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Conceição de Maria da Silva Azar; Cristiane Trancoso de Campos Damião; Luiz Sabry Azar
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura de Bom Jesus das Selvas/MA
Representação legal: Antonio Edivaldo Santos Aguiar (OAB/MA 5455), Felipe José Aguiar Lima (OAB/MA 13240) e outros

029.834/2016-3
Tomada de contas especial em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de São João do Sóter/MA.
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social
Responsável: Ivan Santos Magalhaes
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura de São João do Soter/MA
Representação legal: não há

033.957/2011-8
Recurso de reconsideração em Tomada de contas especial.
Recorrentes: Fábio José Castelo Branco Costa; Gilberto Rodrigues do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Representação legal: Cid de Castro Cardoso (OAB/AL 5.091), representando Fábio José Castelo Branco Costa; Emmanuel Bezerra Correia (OAB/PE 12177), representando Eudes de Souza Correia; Airton Rocha Nobrega (OAB/DF 5369), representando Gilberto Rodrigues do Nascimento

034.262/2017-2
Ato de concessão de pensão civil.
Interessada: Maria Lucia Wermersk Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação
Representação legal: não há

034.812/2014-8
Representação constituída por força do subitem 9.6 do Acórdão 2.330/2014-Plenário, que versa sobre irregularidades na execução dos Contratos 410/2009 e 881/2009.
Interessado: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Joaquim Guedes Martins Neto; Deusimar Bezerra Lima;
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Ceará
Representação legal: Clauver Renne Luciano Barreto (OAB/CE 16.641)

035.323/2015-9
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. Tomada de Contas Especial instaurado pela Superintendência da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Maranhão/Ministério da Saúde, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos do Termo de Compromisso TC/PAC n° -0546/2011 (fls. 12-15), celebrado com o Município de Lago do Junco/MA, tendo por objeto " a execução da ação de SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - MSD".
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Responsável: Haroldo Euvaldo Brito Lêda
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura de Lago do Junco/MA
Representação legal: não há

036.241/2012-1
Embargos de declaração interposto por Manoel Messias Sukita Santos contra decisão do Acórdão nº 2.81/2018 - TCU - 1ª Câmara
Responsáveis: Antônio Fernando Lima Santos; Clédiston de Andrade; Cosme Rocha Santos; Elis Simone Mamlak; Luana Moura Pinho Grassi; Manoel Messias Sukita Santos; Maria Telma Santos; Prefeitura Municipal de Capela - SE; Robério dos Anjos Andrade; S.t. Locação de Veículos Eireli
Recorrente: Manoel Messias Sukita Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Capela/SE
Representação legal: Nadson Costa Cerqueira (OAB/SE 5424), representando Elis Simone Mamlak
Madson Lima de Santana (OAB/SE 3863), representando S.t. Locação de Veículos Eireli
José Benito Leal Soares Neto (OAB/SE 6.215); Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5646); Tarcísio André Targino Matos (OAB/SE 4349), representando Cosme Rocha Santos

Ministro BENJAMIN ZYMLER

006.062/2016-4
Tomada de contas especial, instaurada em razão de irregularidades ocorridas em contrato firmado pelo Hospital Federal do Andaraí (HFA) com a empresa Unirio Manutenção e Serviços Ltda.
Responsáveis: Dásio Lopes Simões; Wilson José Coelho Matheus; empresa Unirio Manutenção e Serviços Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal do Andaraí
Representação legal: André Andrade Viz (OAB/RJ 57.863) e Priscila Santos Martins (OAB/RJ 213.167), representando Dásio Lopes Simões

012.915/2012-2
Apreciação, para fins de registro, de pensão civil concedida pela Gerência Executiva do INSS em Niterói/RJ.
Interessada: Dilma Mello Cunha dos Anjos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Niterói/RJ
Representação legal: não há

014.329/2015-8
Recurso de reconsideração interposto por Fabio Gouveia Franco de Moraes, Rogério Aparecido de Almeida e Sindicato Rural de Santa Vitoria contra decisão que julgou irregulares suas contas, condenou-os solidariamente em débito e aplicou-lhes multa.
Responsáveis: Fábio Gouveia Franco de Moraes; Rogério Aparecido de Almeida; Sindicato Rural de Santa Vitória/MG
Recorrentes: Fábio Gouveia Franco de Moraes; Rogério Aparecido de Almeida; Sindicato Rural de Santa Vitória/MG
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: Alberto Pablo Costa Silveira (OAB/MG 107.105); César Augusto Cunha Campos (OAB/DF 44.511)

022.820/2009-7
Embargos de declaração opostos ao Acórdão nº 2.242/2019-1ª Câmara, que acolheu embargos anteriormente opostos para tornar insubsistente o Acórdão 13.719/2018-1ª Câmara, conferindo-lhe nova redação.
Embargante: Maria de Lourdes Bandeira de Lamonica Freire
Interessados: Maria de Lourdes Bandeira de Lamonica Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: Alexandre Luiz Lozano Pereira (OAB/MT 7.889-B) e outros, representando Maria de Lourdes Bandeira de Lamonica Freire

029.062/2012-8
Pessoal. Pedido de reexame em pensão civil.
Interessadas: Ana Maria de Souza; Lourdes Tiburcio da Silva; Natália Georgia Lourenço
Recorrente: Lourdes Tibúcio da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: Gustavo Tadeu Bijos Assis Pinto (OAB/MG 106.451) e outros, representando Lourdes Tibúcio da Silva

031.844/2014-6
Pedido de reexame contra deliberação em que foi negado registro a ato de aposentadoria emitido pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
Interessado: Euler Costa Sampaio
Recorrente: Euler Costa Sampaio
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: José Vigilato da Cunha Neto (OAB/DF 1.475) e outros, representando Euler Costa Sampaio

035.679/2015-8
Tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Instituto de Qualidade de Vida por meio de convênio.
Responsáveis: Instituto de Qualidade de Vida - Iquavi; Luís Ricardo Pereira da Silva; Paloma Martins Mendonça
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Representação legal: Luiz Alberto Borges de Sousa (OAB/RJ 167.238), representando Luís Ricardo Pereira da Silva; Gleiciane Janaina de Almeida (OAB/RJ 115.920), representando Paloma Martins Mendonça

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

004.772/2014-8
Recurso de revisão que julgou TCE instaurada em virtude de irregularidades na documentação da prestação de contas da 1ª parcela e da omissão no dever de prestar contas dos recursos da 2ª parcela do Convênio que tinha por objeto o apoio ao projeto Caraíba Cidadã, que visava a contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos adolescentes residentes em Rubiataba (GO)
Órgão/Entidade/Unidade: Radiodifusão Comunitária de Rubiataba/GO
Recorrente: Valdir Barbosa Nascimento
Representação legal: Rodrigo Faria Leite (OAB/GO 40.523), Leandro Bernardo dos Santos (OAB/GO 40.482) e Edimeire Sousa Ribeiro Pereira Leal (OAB/GO 34.871)

Ministro VITAL DO RÊGO

004.832/2011-6
Ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal da Paraíba. Apreciação para fins de registro.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Interessada: Vania Perazzo Barbosa Hlebarova
Representação legal: não há

019.985/2014-2
Recurso de reconsideração interposto contra deliberação que julgou irregulares as contas de entidade, condenou-a em débito e aplicou-lhe multa, em virtude da cobrança irregular de procedimentos do SIA/SUS.
Recorrente: Banco de Sangue Modelo de Anápolis Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco de Sangue Modelo de Anápolis Ltda.
Representação legal: Roldão Izael Cassimiro (OAB/GO 15.153)

022.625/2017-8
Tomada de contas especial instaurada em face do não alcance dos objetivos pactuados em convênio firmado para realização de evento festivo.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pintópolis/MG
Responsável: José Carlos de Almeida
Representação legal: não há

031.487/2011-4
Ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso. Apreciação para fins de registro.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Interessado: Paulo Roberto Damasceno
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

000.283/2017-7
Representação formulada acerca de indícios de irregularidades na gestão da Ordem dos Músicos do Brasil, no Estado de São Paulo, incluindo a intervenção realizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil naquele regional
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil-SP; Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil
Responsáveis: Anapolino Barbosa da Silva; Ricardo Antão do Nascimento
Representação legal: Bruna Rodrigues da Silva e outros, representando Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil-SP; Rafael Paulo Azevedo Gomes (OAB/RN 10.265) e outros, representando Ricardo Antão do Nascimento; Duzolina Helena Lahr (OAB/SP 171526), representando Anapolino Barbosa da Silva; Giovanni Charles Paraizo (OAB/MG 105420) e outros, representando Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil-SP, Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil-SP e Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil

000.542/2014-8
Tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Secretário Municipal de Saúde do Município de Vilhena/RO no período de 1º/1/2001 a 22/1/2007, em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados na modalidade fundo a fundo no exercício de 2005, em despesas relacionadas a ações administrativas do Fundo Municipal e da Prefeitura do Município de Vilhena/RO.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Vilhena/RO
Responsáveis: Zacarias Batista Donadon; Município de Vilhena/RO
Representação legal: Carlos Eduardo Machado Ferreira, Procurador-Geral do Município de Vilhena/RO (OAB/RO 3691)

000.573/2016-7
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Saúde em desfavor do ex-prefeito de São Gonçalo dos Campos/BA, em razão da impugnação total das despesas de convênio firmado entre a Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e o ente municipal e cujo objeto tratava da execução de melhorias sanitárias domiciliares, por meio da construção de 108 unidades sanitárias em residências do município.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Gonçalo dos Campos/BA
Responsáveis: Antonio Dessa Cardozo; José Carlos de Lacerda
Interessada: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: Rafael de Medeiros Chaves Mattos (OAB/BA 16035) e outros, representando Antonio Dessa Cardozo

011.387/2016-5
Tomada de Contas Especial instaurada pela Funasa, em desfavor do ex-Prefeito de Vera Cruz/BA (gestão 2005/2008), em face da falta de alcance social na execução do objeto de convênio que objetivou a Execução de Melhorias Sanitárias Domiciliares.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vera Cruz/BA
Responsáveis: Nicandro Moreira de Macedo; TL Construções e Manutenções Ltda. - ME
Interessado: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: Marcone Sodré Macêdo (OAB/BA 15060) e outros, representando Nicandro Moreira de Macedo

014.514/2017-6
Tomada de contas especial instaurada pelo FNDE em desfavor do ex-Prefeito do Município de Alcântara/MA (gestão 2009-2012), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), no exercício de 2012.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Alcântara/MA
Responsáveis: Domingos Santana da Cunha Junior; Raimundo Soares do Nascimento
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: Sâmara Santos Noleto e outros (OAB/MA 12.996), representando Raimundo Soares do Nascimento

024.752/2016-9
Embargos de Declaração em face do Acórdão 15.706/2018-1ª Câmara, que julgou irregulares as contas do responsável, imputando-lhe, em solidariedade com o ex-prefeito de Jussara/BA, o débito apurado e a multa individual.
Embargante: Aurélio Pires Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Jussara/BA
Responsáveis: Aurélio Pires Junior; Ronaldo Almeida Sousa
Interessado: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: Luiz Carlos Alencar Barbosa (OAB/BA 3220) e outros, representando Aurélio Pires Junior; José Souza Pires (OAB/BA 9.755) e outros, representando Ronaldo Almeida Sousa; Alberto Maia Carvalho (OAB/BA 45001), representando MVS Construtora e Engenharia de Avaliacoes Eireli

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

012.111/2018-0
Tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) - exercício 2011.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Coari/AM
Responsável: Arnaldo Almeida Mitouso
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

017.518/2017-2
Tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por intermédio de convênio, cujo objeto foi a aquisição de veículo automotor para transporte escolar, por meio de apoio financeiro, no Âmbito do Programa Caminho da Escola.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ibicoara/BA
Responsáveis: Arnaldo Silva Pires; Sandra Regina Gomes Vidal
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

034.306/2011-0
Atos de concessão inicial de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG)
Interessado: Ana Márcia Boneli Vasconcellos
Representação legal: Araceli Alves Rodrigues (OAB/DF 26.720) e outros, representando Ana Márcia Boneli Vasconcellos

035.943/2018-1
Atos de concessão de pensão civil.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul (SFA/RS)
Interessados: Adrienne Ignez Tomberg Alves; Aracy Genoveva Baggio Leite; Cleci Lopes dos Santos; Gabriel Rodrigues de Freitas; Glades Daneris Valerio; Idercy de Souza Schultz; Irma Santiago Dorneles; Izaura de Oliveira Souza; Onira Santa Maria de Oliveira; Raphael Rodrigues de Freitas; Sthephanne Aparecida Rodrigues de Freitas; Vaneska Rodrigues de Freitas; Vanete Rodrigues; Zulma Braga Medina
Representação legal: não há

Em 17 de abril de 2019
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

## 2ª CÂMARA

**EXTRATO DE PAUTA**
Sessão Ordinária, de 23/04/2019, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

003.691/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Tayane Cerqueira da Silva dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Representação legal: não há

003.924/2019-0
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Iracema Crespo da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar
Representação legal: não há

004.174/2019-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio Carlos Pereira de Sousa; Elzeny Nogueira de Albuquerque; Maria Biarritz Matamata Farias; Nadir de Jesus Cunha; Vinicio Brasileiro Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

004.635/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josie Gomes de Almeida Barros; José Ricardo de Carvalho; Pablo Silva Pereira; Renata Celi Lopes Toledo; Walmir da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

005.476/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Denise Beatriz Petersen; Vera Lúcia Alves de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Militar
Representação legal: não há

007.360/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Adriana Lobo de Carvalho Falleiros; Elizabete Alves Guimarães; Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira; Zildene Moreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

007.374/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eliane do Espírito Santo Queiroz; Jose Eduardo de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Representação legal: não há

007.399/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Tereza Ferreira Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Santo André/SP - INSS/MPS
Representação legal: não há

007.402/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ronaldo Rodrigues Esteves
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Osasco/SP
Representação legal: não há

007.429/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Thelma de Lima Meneses
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação
Representação legal: não há

007.451/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Jocelma Cavalcante Chagas
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

007.498/2008-5
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Paulo Ramiro Perez Toscano
Responsáveis: Deusiclea Barboza de Castro; Israel Beserra de Farias; Itazil Fonseca Benicio dos Santos; Lauro Sergio de Figueiredo; Luciano de Petribú Faria; Mestra Ltda.; Organização Pró-defesa e Estudo dos Manguezais da Bahia; Oscar Cabral de Melo; Paulo Ramiro Perez Toscano; Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira; Raymundo Cesar Bandeira de Alencar; Rui Melo de Carvalho; Sergio Ramos dos Santos; Tl Construtora Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: Alexandre Melo Soares (OAB/DF 24518) e outros, representando Paulo Ramiro Perez Toscano; Iuri Mattos de Carvalho (OAB/BA 16741) e outros, representando Mestra Ltda. e Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira; Sérgio Leverdi Campos e Silva (OAB/DF 12069/) e outros, representando Raymundo Cesar Bandeira de Alencar; Fabricio Bastos de Oliveira (OAB/BA 19062) e outros, representando Israel Beserra de Farias e Tl Construtora Ltda; Maria de Lourdes Nunes (OAB/DF 4872), representando Deusiclea Barboza de Castro; Manoel de Santana Neto (OAB/DF 13.708), representando Itazil Fonseca Benicio dos Santos; Fernanda Sabino Diniz de Sousa (OAB/DF 14390) e outros, representando Oscar Cabral de Melo.

010.517/2007-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Capinzal do Norte/MA
Responsáveis: José Alberto Bezerra de Magalhães; José Francisco Lima Neres; José Francisco dos Santos; Maria Francisca dos Santos Oliveira; Maria Raimunda dos Santos
Representação legal: Isabela Mendes Magliano (OAB/DF 3039242) e outros, representando José Francisco Lima Neres; Laecio Pinto Leite, representando Maria Raimunda dos Santos

031.328/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Arnóbio da Silva Delgado
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

032.903/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Oroniva Xavier da Silva; Roberto Gomes Serpa; Romilda Soares Ribeiro de Carvalho; Umbelina Jose Vasconcelos; Vania Maria Vaz Fidalgo Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

001.567/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Lucia Paiva Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

001.688/2015-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria de Nazareth Rabello Mendes Cavaignac; Maria de Nazareth Rabello Mendes Cavaignac
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

003.478/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Lucas Lopes Soares; Carla de Sousa Jorge
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

004.133/2019-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria do Carmo Benites Sugino; Rosa Maria Jung
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

004.409/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jorge Nei Batista dos Anjos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Tecnologia
Representação legal: não há

005.082/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Natalia Madureira Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

005.377/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carlos Rezende Cardoso Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

007.345/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aluísio da Costa Moura; Masileu Soares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

007.353/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Tania Regina Ferreira; Valdeni Elias da Natividade; Vidomar Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

007.371/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisca Quinto de Souza; Heliana Oliveira Moraes; Hermando Ferreira de Noronha; Hiroshi Arima; Inácio Loiola de Sousa; Jeane Silva Costa; Joao Batista da Silva; Luci Maria Pontes; Lucia Rocha de Carvalho; Marcia Margareth Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

007.372/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marcos de Barros Valadão; Maria Mazzarello Fonseca Boquadi; Maria Soares Artiaga; Maria da Conceição Maranhão Gomes de Sá; Maria de Fátima Lopes de Morais Martins; Nildimar Silva Sá; Osvaldo Muller; Ruben Bezerra de Oliveira; Sandra Rozaide Mendes Oliveira; Sebastião Germano Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

007.373/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sebastião Vieira Pires; Valdiná Barreira Costa; Vera Lúcia de Queiroz Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

007.385/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vera Lucia Ribeiro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

007.436/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eduardo da Costa Teixeira; Francisca Maria; Janete Zuanazzi Tonello; Joao Severino da Silva Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

007.508/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Leonardo Ensslin; Letícia Maria Furlanetto; Lourival Abreu Junior; Lucena Dall'alba; Luis Moretto Neto; Luiz Alberto Hebeche; Marcos Ottoni de Almeida; Maria Albertina da Conceicao; Maria Anice da Silva; Maria Aparecida Crepaldi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

007.539/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Marinaldo Batista de Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

033.686/2016-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Responsáveis: Associacao Lagobonitense de Pequenos Agricultores-alpa; Omar Moisés Santana
Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32261) e outros, representando Caixa Econômica Federal

039.963/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Romerio Santos Barbosa; Ronaldo Andrade dos Santos; Ronildo Jose Soares; Ronni Gonzales Peroni; Servio Tullio Codeceira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: não há

040.071/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Rene de Oliveira; Paulo Roberto Nunes Junior; Reuto Santos; Ricardo Carlos Ferreira Alves Santos; Rodrigo Silveira Trindade
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

002.366/2019-3
Natureza: Reforma
Interessados: Claudio Vinicius Biazollo Xavier; Cleberson Silva de Azevedo; Junio Rodrigues de Sousa; Leonardo Lopes de Oliveira; Roosevelt Caboclo da Silva; Valter Batista Barroso Veiga
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército
Representação legal: não há

002.399/2019-9
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Fernando Lamego; Antonio Rodrigues de Souza Neto; Cesar Augusto Elpidio; Ivair Frederico; Ivan Costa Pereira; Lauritz Silva; Lucio dos Santos; Luiz Angelo Guedes; Osmar Lamounier de Carvalho; Vanderlei de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército
Representação legal: não há

002.452/2017-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maristela Bezerra da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda (extinta)
Representação legal: não há

003.107/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Ferreira de Brito Caldas; Andreza Lima Cardoso; Bruna Correa; Elisa Gomes Nazario; Gustavo Henrique de Araujo; Jessica Oliveira Cardoso; Lauricio Cassol Argenta; Milena Mazaro Barbosa; Rodrigo Vital de Miranda; Tamires Maria Vaz da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.493/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Elton Paulo de Assis Henriques
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

003.997/2019-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Zuleide Barbosa Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Goiás
Representação legal: não há

004.046/2019-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Angelica Dias; Doroteia Maria Pinho Freire; Elvira Merces de Albuquerque; Francisca Gadelha Pordeus; Francisca Gadelha Pordeus; Maria Nazare Veras de Sousa; Maria Solidade da Silva Fernandes; Pedrina Barboza
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

004.114/2019-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Rosa dos Santos Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

004.227/2019-0
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Merces Alves Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

005.401/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Inês de Souza Rocha; Maria das Graças Assis Quintão; Mário Lúcio Alvarenga; Nívia Ianni Lisboa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Representação legal: não há

007.339/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Vania Pimentel de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Goiás
Representação legal: não há

007.379/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Eliete Candida Silva de Jesus; Eunice Aparecida Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Inss - Maringá/PR
Representação legal: não há

007.403/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rita de Cassia Oliveira Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Inss / Taubaté/SP
Representação legal: não há

007.410/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Estenio da Silva Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Varginha/MG - INSS/MPS
Representação legal: não há

007.416/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Amilto José Potrich; Cleonice Rodrigues Sales; Ivan de Carvalho Costa; Osvaldo Caetano de Abreu; Santina Azevedo Soares; Sergio Antonio Novato Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás
Representação legal: não há

007.417/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco José Rocha Torquato
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Roraima
Representação legal: não há

007.421/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marcelo Zaturansky Nogueira Itagiba; Nazir Abdalla Chain; Roberto Machado dos Santos; Walter Pereira de Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

007.431/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arnorino Barbosa Alves; Deomar Clemente; Everaldo Nunes Lamounier; Maria Jose de Jesus; Maria Odete Lima Oliveira; Maria de Lourdes Lopes Ferrari Chauffaille; Teresa Feres
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

007.461/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Lurdes Alves Monteiro Valverde da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há

007.466/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fernando Jose da Silva Barreiros; Katsuhiro Sanada; Luzia Maria Farias Favacho; Maria Eleonor Guedes Dias; Maria Socorro da Costa; Maria de Lourdes Melo Azevedo; Maria de Nazare Almeida Filha; Neuton Santana da Silva; Oneir Aleluia da Silva Amaral; Venina do Socorro Carmo da Silva Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

007.476/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Ageu Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

007.483/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agnelo Nicácio Pereira; Amauri Oliveira; Diva Maria de Freitas Oliveira; Francisco Carlos do Carmo; Joanita Assunção Porto; Maria Denise Oliveira Brito; Maria da Conceição Rangel da Silva; Maria da Graça Druck de Faria; Neyla Margarida Rodrigues Lopo; Regina Lúcia Mendonça Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

007.492/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alberto Pio Fiori; Anete Curte Ferraz; Anita Helena Schlesener; Anna Gouveia Smolka; Antonio Rioyei Higa; Carlos Mello Garcias; Christiane Gioppo Marques da Cruz; Claudir Jose Daltoe; Cloris Ditzel Faraco; Consuelo Alcioni Borba Duarte Schlichta
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

007.514/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ada Lelis da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

007.525/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gloria Maciel Bertolino; Guilherme da Silva Malta; Guilherme de Oliveira Barbosa; Gwhythey Machado Portugal; Ilda de Almeida Ferreira; Inês Generoso de Abreu Bhering; Ivo Lino Pereira; Janete Silva Leao de Matos; Joaquim Alves Costa; Joaquim Freire da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

007.530/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Margarida Maria Grossi; Maria Aparecida Pinheiro Abdala; Maria Bento Rodrigues; Maria Cinara da Cunha Soares; Maria das Graças Alves; Maria de Fatima Rodrigues Rocha; Maria de Lourde Lucas de Carvalho; Maria de Lourdes Silva Coelho; Maria de Paula Dias Ferreira; Maria do Carmo Pires Ladislau
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

007.543/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Helio Thomaz; Ivonete Rodrigues Souza; Marisa Salgado Soave; Matildes dos Santos Ferreira; Silvia Helena de Palma Souza; Tania Portilho Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

007.546/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Medeiros Gastao; Maria Gilza de Medeiros; Marilene Morais Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerencia Executiva do INSSS em Natal/RN - INSS/MPS
Representação legal: não há

007.550/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Silvio Jose de Brito Sobrinho; Therezinha da Costa Mertens
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

007.551/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Janete Zdanowski Ricci
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

010.519/2018-1
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Recorrente: Maria da Penha Ferreira Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Imprensa Nacional
Representação legal: não há

041.634/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adriana Elizabeth Panceri Melo; Benedito Francisco dos Santos; Cleci Maria Zanotelli Cagliari; Cleuza Corrêa de Moraes; Edelweiss Maria Schrage Wächter; Elaine Schell; Elci Ripe da Cruz; Elisabete Coutinho; Elmes Luiz Andreis; Geraldo Zanini Louzada
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

000.187/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Responsáveis: Cooperativa dos Prestadores de Serviços do Estado do Maranhão Ltda.; Reinaldo Martins Ferreira Pinto; e Ricardo de Alencar Fecury Zenni
Representação legal: não há

002.654/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Simões da Silva e Celso Eduardo Rodrigues de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto
Representação legal: não há

004.782/2018-6
Natureza: Prestação de Contas Extraordinária
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos
Responsáveis: Aguinaldo Macedo Filho; Alexandre Mendonca Goncalves; Andrei Augusto Passos Rodrigues; Cristiano Barbosa Sampaio; Gustavo Paulo Leite de Souza; Humberto Freire de Barros; Leonardo Gomes Vieira; Luciana do Amaral Alonso Martins; Otavio Pedro Fernandes; Romulo Fisch de Berredo Menezes; Victor Neves Feitosa Campos e William Marcel Murad
Representação legal: não há

004.807/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Leonidas Soares de Andrade; Fausto Jose Ricardo Melito; Genildo Gomes da Silva; Jetro José da Silva Santos e José Arnaldo Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

004.814/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Marinete Oliveira Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
Representação legal: não há

006.751/2019-9
Natureza: Representação
Representante: Comissária Pibernat Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Distribuidora S.A
Representação legal: Andre Luiz Miranda Cavalcante (OAB/RJ 198.005) e outros, representando Petrobras Distribuidora S.A.

007.369/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Carlos Bussolo; Armi Renilde Salvan Marques; Carla Beatriz de Souza Cardoso; Fatima dos Navegantes Velho Speck; Janete Marlene Meneghel; Leonice Debiazi Cordini e Vera Lucia Ferreira Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS/Criciúma/SC
Representação legal: não há

007.392/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luzia Besen; Manoel Conceição
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

007.398/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wilson Rodrigues de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Representação legal: não há

007.422/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alceu João Zagonel; Alesio Machado de Azevedo; Angela da Silva Almeida; Bernardete Benta dos Santos; Clerio Cordeiro; Fernando Cesar Cardoso; Fernando Jose Vieira; Francisco de Assis Sobrinho; Fábio Alves Athaídes e Irineu Pereira de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

007.457/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Barbara Beatriz de Chevalier; Mariluce Salgado Costa e Silvia Sette Whitaker Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Representação legal: não há

007.477/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Eurico Álvaro Duarte Brandão
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Representação legal: não há

007.478/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joaquim Takao Yamamoto
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

007.516/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Lucimar Barbosa Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

009.832/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Angela Satiko Cassimiro de Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: Eliana Lucia Ferreira (OAB/SP 115.638) e outros, representando Angela Satiko Cassimiro de Matos

022.602/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edirlei Costa e Raimundo Lopes Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

023.318/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Afonso Bandeira Florence; Elvino José Bohn Gass; José Carlos Nunes Júnior; Luiz
Albuquerque Couto; Adelmo Carneiro Leão; Nilto Ignacio Tatto; João Somariva Daniel; Paulo Fernando dos Santos
Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: não há

027.936/2015-5
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Órgãos/Entidades/Unidades: Agência Brasileira de Inteligência; Gabinete de Segurança Institucional
Responsáveis: Ana Maria Junqueira Dantas; David Bernardes de Assis; Edson Leal Pujol; Francisco Joseli Parente Camelo; Glauco Costa de Moraes; Janer Tesch Hosken Alvarenga; José Elito Carvalho Siqueira; Luiz Alberto Santos Sallaberry; Luiz Fernando da Cunha; Marcos Antonio Amaro dos Santos; Paulo Cesar Demby Correa; Roberto Sebastião Peternelli Junior; Ronaldo Martins Belham; Saulo Moura da Cunha e Wilson Roberto Trezza
Representação legal: não há

034.234/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aparecido Dourado dos Santos; Aparecido Goncalves de Matos; Argeu Julio da Cruz; Arnaldo de Assis; Audenisce Borge Pereira; Aurelio Rodrigues de Faria; Bruna Caroline Nunes de Oliveira; Bruna Jamile da Silva Fernandes; Bruno Fabrete de Paula e Bruno Feitosa Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.543/2012-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Comando de Fronteira no Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva (CFAC/4º BIS) - MD/CE
Responsáveis: Ednilson Nogueira dos Santos; Francisco Candido Amaral Schroeder; George Herison Soares; Rogerio Gomes Marques; Zortton Comércio e Serviços Imp. e Exp. Ltda.
Representação legal: Germano Américo dos Santos (OAB/RJ 204303) e outros, representando Francisco Candido Amaral Schroeder; Roberto Barreto de Almeida (OAB/AC 3344-A), representando Zortton Comércio e Serviços Imp. e Exp. Ltda

000.903/2017-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Maria da Boa Vista/PE
Responsável: Rogério Júnior Mendonça Gomes
Representação legal: não há

000.973/2015-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Esperantina/PI
Representação legal: não há

002.393/2019-0
Natureza: Reforma
Interessados: Andre Haydt Castello Branco; Benedito Vicente Ezequiel; Boanerges Machado Neto; Gerson Berges Ribeiro; Ismael Helio Lima; Joaquim Jorge Goncalves; Naur Caproni; Paulo Cesar Santos de Oliveira; Silvio Mezette Pegoraro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.922/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adeides Gomes de Aquino; Deborah Nicole da Costa Andrade; Delfina Generosa Quintana de Paula de Souza; Deuzelina da Silva Sampaio; Erika Patricia Oliveira de Oliveira; Fernanda Pacheco Marques; Gabriela Silva dos Santos; Jonathan Tiago Queiroz; Karin Lucchese do Espirito Santo; Suellen Santos Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH
Representação legal: não há

002.959/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabricio Diesel Perin; Gregorio Oliva Tavares; Simone Chusyd
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal - MPF
Representação legal: não há

003.001/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Neves Amorim; Djany Souza Silva; Eduardo Silva dos Santos; Kamilla Andrade de Oliveira; Marco Schreck; Mayara Bezerra Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Representação legal: não há

003.034/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Martorelly Quirino de Aragão; Vanda Maria Rabelo Melao; Wilbert Ribeiro Junquilho
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
Representação legal: não há

003.653/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Eliane Figueiredo de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Representação legal: não há

003.733/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edson Darci Scheffler
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF
Representação legal: não há

003.907/2019-8
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Lucy Maria de Aquino Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

005.278/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eurídice Gomes de Oliveira; João Carlos Toledo; Lia Rosa Botelho Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - TRT14/AC e RO
Representação legal: não há

005.344/2019-0
Natureza: Representação
Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: Renato Lopes (OAB/SP 406.595-B); Tiago dos Reis Magoga (OAB/SP 283.834)

006.130/2019-4
Natureza: Representação
Representante: Ondrepsb PR Limpeza e Serviços Gerais Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep, Serviço Social da Indústria - Sesi/PR, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai/PR e Instituto Evaldo Lodi - Iel/PR
Representação legal: não há

014.984/2015-6
Natureza: Representação
Representante: Serviço de Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde no Estado do Piauí
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Piauí
Representação legal: não há

028.175/2017-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Responsáveis: Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância de Mossoró/RN - Apamirim/RN; Francisco de Andrade Silva Filho; Laíre Rosado Filho
Representação legal: não há

029.069/2018-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Rorainópolis/RR
Responsável: Adilson Soares de Almeida
Representação legal: não há

030.098/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Athaide Prata Silva; Helenita Costa Pitangueira; Iracilda Oliveira Leao do Amaral; Josefa Vilma Prata Vieira; Joselita da Conceição Prata; Luciete Oliveira Correia; Maria Cristina da Silva Oliveira; Maria Cristina da Silva Oliveira; Maria das Graças Ribeiro de Oliveira; Noeme Ribeiro de Oliveira; Rita de Cássia Ribeiro de Oliveira Rezende; Vanilde Cerqueira Prata; Vera Lúcia Santana Pitangueira Conceição
Órgão/Entidade/Unidade: Sexta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

031.685/2018-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Primavera/PE
Responsável: Jadeildo Gouveia da Silva
Representação legal: não há

038.546/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aclesia Borges; Airton Martins de Oliveira; Angela Maria Alves Ceschin; Carla Adriana Dagostim Goncalves; Claudia Andrea Ferreira Malta; Ivette Costa Penteado; Ivonete de Andrade; Joanita Rohregger; Leonice Lamaur; Luiz Felipe de Jesus; Madalena Milek Fantinato; Maria Edelfina Lobo Samuel; Rosalba Tereza Lobo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

038.551/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Cristina Borges; Eliane Regina da Silva Mokwa; Elisabeth Aparecida Ambrosio da Silva; Elisabeth Rosa dos Reis; Emilia Utsch Ribeiro Carneiro; Helena Elisa Rosa; Joana Darc Marinho Falcao; Lilian Campos Augusto; Maria Beatriz Gomes Pimenta Gouthier; Maria Jose Azevedo Costa; Marilucy Yolanda Bretas Leopoldo; Marlucy Aparecida Bretas; Neiva dos Santos; Paula Marcia Gomes Pimenta; Regina Rezende Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

038.556/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Maria Gama Jorge Victoria; Christhiny Fernanda Masiero Sanson; Corina Favo Rivas; Flavia Emanuele Masiero Sanson; Gelci Lucia Fernandes; Isabelly da Fonseca Teixeira; Karla Christhiny Masiero Sanson Souto Maior; Maria Leticia Maya Vasques; Maria Luiza Dantas Kraemer; Maria Selmira de Paula Bochi; Maria de Lurdes Gonçalves Mendes; Pedro Henrique Correa Teixeira; Rosangela Favo Rivas; Terezinha Maria Brigo; Vania Lais da Silveira Bochi
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

038.558/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Cristina Paula Reis da Silva; Eliane Martins Schmachtenberg; Elsa Pereira Melo; Iria Richardt Gewehr; Maria Helena Marostica; Maria Salett Carlotto Ferraz; Maria do Horto de Souza Guterres; Renata Severo Ferreira Rattes; Terezinha de Jesus Piccioni Correa; Vanilla Todeschini Hilgert
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

000.717/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Belém de Maria/PE
Responsáveis: ABBL Promoções de Espetáculos Ltda.; Adjailson Benedito de Barros; Carlos Marques Ferreira Júnior e Wilson de Lima e Silva
Representação legal: não há

003.895/2019-0
Natureza: Relatório de Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe e Secretaria Municipal de Saúde de
Aracaju/SE
Responsáveis: José Almeida Lima e Valberto de Oliveira Lima
Representação legal: não há

004.809/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Romy Bezerra Correia da Silva; Ronaldo Mendonça; Vandeir Pereira Matheus e Vilmar Leonel
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

005.277/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alcimar Maria de Fatima Nacarati; Eduardo Cícero de Souza; Mamédio Araújo e Neuda Ribeiro Macedo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

005.728/2019-3
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Erotilde Mendes Ribeiro; Josefa Dias Silva e Nédia Silva Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército
Representação legal: não há

007.355/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antônio Elias Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

007.359/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gisel Carriconde Azevedo e Roberto Ricardo Buarque Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

007.500/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aldenira de Souza Rocha; Edival Jose de Amorim; Francisca Fernandes da Silva; Gonçala Soares da Silva; Iana Teresa Bulhões Bezerra; Lenilda Alves Araújo; Manoel Messias dos Santos; Marcos Alcântara da Silva; Marcos Antonio de Carvalho Lopes e Maria da Conceição Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

007.534/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Wanderlúcia Alves de Souza; Wilma Fernandes de Carvalho Silva e Zélia Ferreira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

010.671/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elsa Teresinha Seganfredo Menin; Hermes Buffon e Ironi Neli Perin
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Caxias do Sul/RS
Representação legal: Larissa Moreira da Rosa (OAB/RS 102.922) entre outros, representando Ironi Neli Perin e Elsa Teresinha Seganfredo Menin

029.752/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Evandwilson Rocha da Silva/ME
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado de São Paulo

Representação legal: Priscilla de Held Mena Barreto Silveira (OAB/SP 154.087), representando o Departamento Regional do Serviço Social da Indústria em São Paulo; Ariosto Mila Peixoto (OAB/SP 125.311) e outros, representando a Evandwilson Rocha da Silva - ME

030.181/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Esperantina/PI
Responsável: Hospital das Clinicas de Esperantina Ltda - ME
Representação legal: Alcimar Pinheiro Carvalho (OAB/PI 2.770/96) e Sandra Maria da Costa (OAB/PI 4.650), representando Carlos Afonso Gomes, Hospital das Clinicas de Esperantina Ltda - ME e Franklin de Paiva Oliveira Neto

033.643/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Pereira da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em São Luís - MA
Representação legal: não há

042.075/2018-1
Natureza: Representação
Representante: RC Restauração e Construções Eirelli
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Superintendência Regional em Pernambuco/PE
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministra ANA ARRAES

023.890/2018-5
Representação acerca de possíveis irregularidades na execução de contratos para a prestação de serviços de gerenciamento informatizado de manutenção de veículos automotivos.
Representante: Link Card Administradora de Benefícios-Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: Marcos Antônio Tavares Martins (OAB/DF) e outros representando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Leandro Basante Albuquerque Santos (OAB/SP 393.797) representando a Link Card Administradora de Benefícios - Eireli
Interessado em sustentação oral:
- Leandro Basante Albuquerque Santos (OAB/SP 393.797), em favor da LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS-EIRELI

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

008.705/2015-1
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) em desfavor de Carlos Eduardo Levischi, Marly Figueiredo Brilhante, Rogério Gonzales Alves e Francisco Augusto Pereira Desideri, além da Queiroz Galvão S.A., por força de determinação proferida pelo Acórdão 1.721/2010-TCU-Plenário, diante de irregularidades identificadas na execução do Contrato CP nº 1/2001 a partir de fiscalizações sobre o Convênio PG nº 110/94-99.
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Roraima
Responsáveis: Carlos Eduardo Levischi, Francisco Augusto Pereira Desideri, Marly Figueiredo Brilhante, Rogério Gonzales Alves e Construtora Queiroz Galvão S.A.
Representação legal: Alana Abilio Diniz Vila Nova (OAB/DF 35.470) e outros, representando a Construtora Queiroz Galvão S.A.; Felipe Gregorio de Velloso Vianna, e outros, representando Francisco Augusto Pereira Desideri; Gardênia de Fátima Figueiredo Pereira (OAB/AM 5.939), representando Marly Figueiredo Brilhante
Interessado em sustentação oral:
- Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB/DF 41.605), em nome de FRANCISCO AUGUSTO PEREIRA DESIDERI

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro AUGUSTO NARDES

010.718/2017-6
Ato de concessão de aposentadoria de ex-servidor da Superintendência Estadual da Funasa na Bahia.
Interessado: Clovis Duarte dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: não há

011.408/2018-9
Atos de concessão de aposentadoria emitidos pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Interessados: Maria Izabel Queiroz; Mirta Schinder Parnes e Sirlene Antunes da Silva Reis
Representação legal: não há

015.831/2007-4
Pedido de reexame interposto acórdão que julgou ilegais os atos de concessão e alteração de pensão no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
Recorrente: Dayse Maria Cavalcante Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
Interessados: Dayse Maria Cavalcante Fernandes; Luis Carlos Fernandes da Cunha; Renato Fernandes da Cunha; Érika Maria Fernandes da Cunha
Representação legal: não há

019.389/2015-9
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na execução financeira de convênio que teve por objeto a realização da "'Sonata de Brasília".
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: João Luiz dos Santos Moreira; Paulo Cesar Boechat Lemos da Silva
Representação legal: não há

022.797/2015-7
Tomada de contas especial instaurada devido à omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados mediante convênio cujo ajuste tinha por objeto "a construção de escola(s) em atendimento ao Plano de Ações Articuladas - PAR, no âmbito do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Formoso/GO
Responsáveis: Denilson Severino Rosa; Massilon Lira de Vasconcelos
Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Município de Formoso/GO; Secretaria de Educação Básica
Representação legal: não há

023.698/2010-1
Atos de concessão de pensão civil deferida pela Universidade Federal Fluminense.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Interessados: Adelaide Silva da Hora; Claudio Lacerda Costa; Ezequias Gomes Martins; Iury Windwl Machado Freitas dos Santos; Iury Windwl Machado Freitas dos Santos; Ivan de Jesus Lima; Neide da Silva Santos; Noemia Carneiro Silva; Raimunda Machado da Hora; Raquel Carneiro da Silva; Renato Silva da Hora; Sulamita Silva da Hora e Taise Santos da Hora
Representação legal: não há

023.713/2010-0
Ato de concessão de pensão civil instituída por ex-servidor do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Interessado: Iere de Brito Lira
Representação legal: não há

028.003/2013-6
Pedido de reexame interposto contra acórdão que julgou ilegais as aposentadorias dos recorrentes.
Recorrentes: Cláudio José de Abreu; José Ires Catapan
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: Emerson Corazza da Cruz (OAB/PR 41.655) e outros, representando Cláudio José de Abreu; Elisangela Alves dos Santos Taborda (OAB/PR 65.835) e outros, representando José Ires Catapan e Cláudio José de Abreu; Edemilson Pinto Vieira (OAB/PR 31.921), representando Pedro Antônio Salvatti, Cláudio José de Abreu e José Ires Catapan; Aurelio Belem do Espirito Santo (OAB/SE 3349) e outros, representando Rivaldo Sobral Magalhães e José Flávio Santos.

031.912/2011-7
Pedido de reexame interposto contra acórdão que julgou ilegal os atos de aposentadoria emitidos pela Universidade Federal de Santa Catarina.
Recorrente: Rita de Cássia Knabben
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Responsável: Rita de Cássia Knabben
Interessados: Dina Teresa Brasil; Jose Carlos Teixeira; Ledoir da Mota; Lucia Helena Scheidt Meinicke; Luiz Carlos Oripka; Luiz Henrique Westphal Verani; Marcos Daniel Duarte; Maria Lucia Boos; Maria Rosa dos Passos; Mario Alonso de Lima; Nadia Faraco; Oda Raupp Martins; Olga Bichibichi Vieira; Olidia Maria da Silveira; Vanderlei Rosa e Silva
Representação legal: não há

032.905/2018-1
Atos de concessão de aposentadoria a ex-servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Interessados: Paulo Cesar de Carvalho; Simita Soares Santos; Terezinha de Lourdes Zago de Carvalho; Ubirajar de Souza Moreira; Waldete Freitas Albuquerque; Willian Ferreira Aires e Yosio Nagato
Representação legal: não há

032.974/2018-3
Atos de concessão de aposentadorias concedidas pela Superintendência Estadual da Funasa na Bahia.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessados: Ivonilde Bueno de Oliveira; João Rodrigues; Mariluz Casar; Reginaldo Bacelar dos Santos e Rubem da Silva Matos
Representação legal: não há

033.323/2018-6
Atos de concessão de pensões civis instituídas no âmbito da Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Interessados: Aleandro de Souza Oliveira Filho; Alexandre Santos Oliveira; Gelsonira Felismina de Oliveira Souza; Gessica Soares Souza; Sabrina Queller Santana Moura; Veyda Carolina Nascimento Souza
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

004.892/2011-9
Embargos de Declaração opostos pelo Município de Osasco - SP, contra o 937/2019 - TCU - 2ª Câmara.
Embargante: Município de Osasco
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Osasco - SP
Responsáveis: Município de Osasco, José Miguel Spina, João de Souza Filho e Wanderley José Toniolo
Representação legal: Kleber Amancio Costa (OAB/SP 20.012) e outros, representando José Miguel Spina e Wanderley José Toniolo, Adriano Pedro Alves (OAB/SP 271.332), representando o Município de Osasco-SP

006.343/2017-1
Pedido de Reexame interposto por Edimilson Dias Ferreira contra o Acórdão 9.612/2017 - TCU - 2ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria.
Interessados: Dora Célia Rozendo Vianna; Edimilson Dias Ferreira; Ângela Cristina Gomes Barroca
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

007.572/2015-8
Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Gean Campos de Barros, por meio do qual contesta o Acórdão 10.355/2017-TCU-2.ª Câmara, que julgou irregulares as suas contas, imputou-lhe o débito no valor de R$ 300.000,00 e aplicou-lhe multa de R$ 50.000,00, em razão da não comprovação da execução do objeto do Convênio 724.852/2009, celebrado entre o Município de Lábrea-AM e Ministério do Turismo cujo objeto era a realização do Projeto intitulado "REVEILLON".
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo (Mtur) e Município de Lábrea-AM
Responsáveis: Gean Campos de Barros e Wera Publicidade Ltda - ME
Recorrente: Gean Campos de Barros
Representante legal: Diogo de Mendonça Melim (35188/OAB-DF)

010.947/2018-3
TCE instaurada pelo Ministério da Cultura em razão de Omissão no dever de prestar contas de recursos captados por meio da Lei Rouanet, que teve por objeto REALIZAÇÃO DE 9 PALESTRAS PARA PÚBLICO ADULTO E 9 ENCONTROS PARA CRIANÇAS E JOVENS SOBRE MÚSICA ERUDITA COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS MULTIMÍDIA E PROJEÇÕES EM DVD. (nº da TCE no sistema: 383/2017).
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsáveis: Maria Paula de Souza Amaral e PA Produções e Projetos Culturais Ltda.
Representação legal: não há

014.444/2006-8
Pedido de Reexame interposto pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará contra o Acórdão 6.375/2017-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegais os atos de aposentadoria de Gildo Serva Gomes e Francisco José Motta Barros de Oliveira.
Interessados: Francisco José Motta Barros de Oliveira; Gildo Serva Gomes;
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

015.906/2017-5
Embargos de declaração interposto por Dalva Gila Piedade contra o Acórdão 9.671/2018-2ª Câmara. Pensão especial instituída por ex-combatente, em posto diverso do previsto em lei. Ilegalidade.
Órgão/Entidade/Unidade: Sexta Região Militar/Comando Militar do Nordeste
Embargante: Dalva Gila Piedade
Representação legal: Julimar Andrade Vieira (OAB/DF 12.947)

021.398/2013-5
Tomada de Contas da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SE/MJSP), relativa ao exercício de 2012, agregando as Contas do Gabinete do Ministro (GM/MJ), da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), da Secretaria de Assuntos Legislaivos (SAL), Seretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDDD).
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva Ministério da Justiça e Segurança Pública; Gabinete do Ministro; Secretaria de Assuntos Legislativos; Secretaria Nacional de Justiça; Secretaria de Reforma do Judiciário; Secretaria Nacional do Consumidor; Fundo de Defesa de Direitos Difusos
Responsáveis: Adélio Cláudio Basile Martins; Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto; Márcia Pelegrini; Rodrigo Oliveira de Faria; Paulo Machado; Lylian Beatriz de Oliveira Comelli; José da Cruz Lira; Clóvis Felix Curado Júnior; Humberto Miranda Cardoso; Alessandro de Oliveira Soares; Helena Melo Moura Meireles de Matos; Paulo Abrão Pires Junior; João Guilherme Casagrande Martinelli Lima Granja Xavier da Silva; Frederico de Morais Andrade Coutinho; Izaura Maria Soares Miranda; Riane Freitas Paz Falcão; Ricardo Andrade Saadi; Roberto Biasoli; Fernanda Alves do Anjos; Davi Ulisses Brasil Simões Pires; Flávio Crocce Caetano; Kelly Oliveira de Araújo; Wagner Augusto da Silva Costa; Marivaldo de Castro Pereira; Gabriel de Carvalho Sampaio; Patrick Mariano Gomes; Leandro Guimarães Guedes; Anna Claudia Pardini Vazzoler; Juliana Pereira da Silva; Amaury Martins de Oliva; Francisco Elrisdenis Batista Costa; John Kennedy Ferrer Lima; Neiva Gomes Moreira
Representação legal: não há

025.820/2017-6
Tomada de Contas Especial - TCE, instaurada contra o Sr. Dennys Veneri (CPF 035.065.448-45), ex-Prefeito municipal de Mairinque/SP (gestão 2005-2012), em razão da impugnação parcial de despesas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no exercício de 2012, para a Prefeitura de Mairinque/SP.
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo; Município de Mairinque/SP
Responsável: Dennys Veneri
Representação legal: não há

033.573/2015-8
Recurso de reconsideração interposto por José Barros Sobrinho, pelo qual contesta o Acórdão 3771/2017-TCU-2.ª Câmara, o qual julgou suas contas irregulares, aplicando-lhe multa de R$ 5.000,00.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de União - PI
Responsáveis: Gustavo Conde Medeiros; José Barros Sobrinho
Representação legal: Germano Tavares Pedrosa e Silva (OAB/PI 5.952; procuração à peça 10)

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

008.176/2018-3
Pedido de reexame contra decisão que julgou as contas do recorrente irregulares e ao pagamento de multa em razão de irregularidades na execução de contratos celebrados no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, instituído pela Resolução FNDE 6.
Recorrente: Glauber Gularte Lima,
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santana do Livramento/RS
Responsável: Glauber Gularte Lima
Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: Ian Cunha Angeli (OAB/RS 86.860b) e Edson Luís Kossmann (OAB/RS 47.301)

010.906/2018-5
Tomada de contas especial em razão da não consecução dos objetivos pactuados do Contrato de Repasse celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo, e o Município de São Pedro da Cipa/MT, tendo por objeto o apoio de infraestrutura turística, com vigência estipulada para o período de 31/12/2004 a 16/8/2005, continuamente prorrogada até 31/7/2017.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa - MT
Responsáveis: Alexandre Russi; Daniel Francisco Farias; Wilson Virginio de Lima
Interessados: Caixa Economica Federal; Ministério do Turismo
Representação legal: Edmilson Vasconcelos de Moraes (8.548/OAB-MT) e outros, representando Alexandre Russi e Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa - MT

011.304/2012-0
Pensão Civil.
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Responsável: Bruno César da Silva Souza
Interessados: Bruno César da Silva Souza; Delvina Sousa da Silva; Isaias Philipe da Silva Rosa
Representação legal: Carlos Rodrigues Soares (9.741/OAB-DF) e outros, representando Bruno Cesar da Silva Souza

026.446/2015-4
Recurso de reconsideração contra decisão que julgou irregulares as contas da recorrente, a condenou em débito e ao pagamento de multa em razão da impugnação total das despesas realizadas no âmbito do convênio que teve por objeto prestar apoio técnico e financeiro para Estudo e Pesquisa - Auxílio financeiro para construção do Sistema de Vigilância de Doenças de Agravos não Transmissíveis, Manutenção de Unidade de Saúde, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS),
Recorrente: Yolanda Galindo Pacheco
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406) e Élson Vilassa dos Santos (OAB/DF 13.353)

029.572/2010-0
Atos de aposentadorias.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB
Interessados: Nilton de Pontes Lins e Maria do Rosário da Nóbrega Medeiros
Representação legal: Não há

Ministra ANA ARRAES

000.271/2014-4
Recurso de reconsideração interposto por ex-presidente da Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde de Cianorte/PR contra acórdão que julgou irregulares as suas contas e lhe aplicou multa em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos oriundos de convênio firmado entre o Fundo Nacional de Saúde e a aludida entidade, para aquisição de equipamentos e material permanente.
Recorrente: Jorge Abou Nabhan
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde de Cianorte/PR
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: Maurício Goncalves Pereira (OAB/PR 34.718) representando Jorge Abou Nabhan; Luiz Carlos Biaggi (OAB/PR 16.880) e outros representando João Carlos Raddi; Marcos Roberto Brianezi Cazon, (OAB/PR 38.006) e outros representando a Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde de Cianorte/PR

004.140/2018-4
Tomada de contas especial instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos contra ex-empregado em razão de diferença de numerário no caixa da Agência dos Correios em Icatu/MA.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Responsável: Marcelo Carvalho Santana Rodrigues Magalhães
Representação legal: Mariana Pereira Gonçalo de Sousa (OAB/MA 11.280) e outros representando Marcelo Carvalho Santana Rodrigues Magalhães

009.483/2018-7
Pedido de reexame interposto contra decisão que julgou ilegal ato de aposentadoria de ex-servidora do TRT 21ª Região por pagamento de parcela relativa a plano econômico.
Recorrente: Verônica Gonçalves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN
Representação legal: João Helder Dantas Cavalcanti (OAB/RN 1.361) e outros representando a recorrente

013.967/2012-6
Recurso de reconsideração interposto com o objetivo de que sejam julgadas irregulares as contas de empresa contratada para executar convênio destinado à implantação de melhorias sanitárias domiciliares.
Recorrente: Ministério Público junto ao Tribunal, representado pelo procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
Órgãos/Entidades/Unidades: município de Baía Formosa/RN e Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Real Master Serviços, Indústria & Comércio Ltda. e Samuel Monteiro da Cruz
Representação legal: Lauro Severino de Melo Neto (OAB/RN 2.844) e outro representando Samuel Monteiro da Cruz

020.914/2018-0
Atos de admissão oriundos da Gerência de Recursos Humanos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Estado da Bahia.
Interessados: Antônio de Oliveira da Silva Filho, Iuri Magalhães Santos Braz, Paulo César Ribeiro Silva, Rafael Portella Silva, Raphael Guimarães de Almeida e Ricardo Araújo Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Operações da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no Estado da Bahia
Representação legal: não há

021.749/2014-0
Tomada de contas especial instaurada pelo FNDE em razão de impugnação total das despesas de convênio celebrado entre aquele fundo e o município de Lagoa da Pedra/MA.
Órgão/Entidade/Unidade: município de Lago da Pedra/MA
Responsável: Raimunda Alves de Melo
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: Aidil Lucena Carvalho (OAB/MA 12.584) e outros representando Raimunda Alves de Melo

024.038/2010-5
Ato de concessão de aposentadoria de no cargo de professor de 1º e 2º graus da Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro (CefetQ/RJ).
Interessada: Tânia Mara Franco
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.940/2017-9
Representação de licitante a respeito de possíveis irregularidades ocorridas em pregão eletrônico realizado pela ECT.
Representante: Amazônia Representação, Comércio e Serviços de Máquinas e Equipamentos Ltda.
Interessados: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Navegação Cidade Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: Gustavo Esperança Vieira (OAB/SP 212.756) e outros representando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

032.719/2018-3
Atos de concessão de aposentadoria de ex-servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Interessados: Ernani Guilhon Loures, João Costa Veloso Filho e José Eduardo Abreu de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

035.297/2015-8
Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento a pedidos de reexame interpostos em face de acórdão que conheceu de representação e a considerou procedente.
Embargantes: Luís Hiroshi Sakamoto e Radyr Gomes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A
Interessada: Amazonorte Cargas Express Ltda.
Responsáveis: Antônio Carlos Faria de Paiva, Antônio Venâncio de Souza Filho, Diego Sousa da Luz, Luís Hiroshi Sakamoto, Radyr Gomes de Oliveira e Renato de Oliveira Guerreiro
Representação legal: Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB/AL 12.170) e outros representando Luís Hiroshi Sakamoto, Radyr Gomes de Oliveira e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A.; Igor Folena Dias da Silva (OAB/DF 52.120) e outros representando Luís Hiroshi Sakamoto, Antônio Carlos Faria de Paiva e Radyr Gomes de Oliveira; Neiva Evangelista Barboza (OAB/AM 3.187) e outros representando Renato de Oliveira Guerreiro, Antônio Venâncio de Souza Filho, Diego Sousa da Luz e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A.; Marcos Sirino Serra (OAB/AM 5.843) e outros representando a Amazonorte Cargas Express Ltda. - EPP

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

004.390/2013-0
Tomada de Contas Especial instaurada em face da não restituição do saldo financeiro do Convênio 284/PCN/2007, que tinha por escopo a aplicação de recursos no "Projeto de Revitalização e Infraestrutura Básica da Rua Suapi", situada no município de Pacaraima/RR.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pacaraima/RR
Responsáveis: Altemir da Silva Campos; município de Pacaraima/RR e Construtora, Comércio e Representações Jurity Ltda./EPP
Representação legal: Bruno da Silva Mota (OAB/RR 798); e Maria do Rosário Alves Coelho (OAB/RR 300)

007.117/2018-3
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS em razão do não encaminhamento da documentação exigida para a prestação de contas do Convênio 109/2008-SESAN.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Igarassu/PE
Responsável: Gesimário Pessoa Baracho
Representação legal: não há

010.377/2016-6
Tomada de Contas Especial instaurada pelo TRE/CE, em decorrência da não aprovação da prestação de contas apresentada pelo Diretório Regional do Partido Trabalhista Brasileiro no Ceará, quanto a recursos do fundo partidário recebidos em 2002.
Órgão/Entidade/Unidade: Diretório Regional do Partido Trabalhista Brasileiro no Ceará
Responsável: Paulo Afonso de Accioly Sousa Filho
Representação legal: não há

024.863/2016-5
Tomada de Contas Especial instaurada em nome do Sr. Eduardo Florentino Ribeiro, ex-Prefeito de Cascavel/CE, devido à impugnação parcial das despesas efetuadas com recursos dos Programas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, relativos ao Fundo Nacional de Assistência Social, no exercício de 2007.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cascavel/CE
Responsável: Eduardo Florentino Ribeiro
Representação legal: não há

027.271/2018-8
Concessão de pensão militar pela Primeira Região Militar do Comando do Exército.
Interessadas: Elcenir Alves dos Santos, Ercinete Moreira, Yara Moreira, Marcia D Almeida Santana, Marilsa DAlmeida Santana, Nely Augusto da Silva Costa Muniz, Dulcelina Fraga Ferreira, Guacyra Fraga Ferreira e Mary Susan Ferreira Netto
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar do Comando do Exército
Representação legal: não há

027.465/2017-9
Tomada de Contas Especial instaurada em face da não utilização dos recursos da contrapartida pactuada e da impugnação parcial de despesas realizas na execução do Termo de Responsabilidade 2.455/MPAS/SEAS/1999, que tinha por finalidade a "implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cabo de Santo Agostinho/PE
Responsáveis: Elias Gomes da Silva e Município do Cabo de Santo Agostinho
Representação legal: João Batista de Moura

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

003.144/2015-1
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor de Ernane Soares Borba, como ex-prefeito de Cortês - PE (gestão: 2005-2008), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio nº 927/2007 destinado ao apoio à realização do projeto intitulado "Cortês Cultural Ano VI - PE" (Peça nº 1, fls. 31/49), sob o valor de R$ 110.000,00, com R$ 100.000,00 em recursos federais e R$ 10.000,00 em recursos municipais.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cortês/PE
Responsável: Ernane Soares Borba
Representação legal: Luís Alberto Gallindo Martins (OAB/PE 20.189), entre outros, representando Ernane Soares Borba.

006.449/2019-0
REPRESENTAÇÃO. Objeto(s) do processo: contratação de serviços de atendimento eletrônico e de comutação e controle do atendimento humano das Centrais de Atendimento Telefônico da Previdência Social (Centrais 135), visando a centralização desses serviços numa única localização (Ponto Central) e substituição das atuais plataformas em operação das Centrais 135.
Licitação: 004/2019
Representante: 3CORP Technology S/A Infraestrutura de Telecom
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: Beatriz Cruz da Silva (OAB/DF 24.967), entre outros, representando a 3CORP Technology S/A Infraestrutura de Telecom.

010.666/2018-4
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Município de Nova Iguaçu-RJ, solidariamente com Sheila Chaves Gama de Souza e Nelson Roberto Bornier de Oliveira, como então prefeitos do aludido município (gestões: 2010-2012 e 2013-2016, respectivamente), diante da não-devolução completa dos recursos repassados à conta do Convênio 3.369/2005, celebrado em 30/12/2005, sob a gestão do Sr. Luiz Lindbergh Farias Filho (gestões: 2005-2008 e 2009-2010), destinado à construção de um mini-hospital no Bairro de Cabuçu, sob o valor total de R$ 1.300.000,00 com o aporte de R$ 1.050.000,00 em recursos federais e R$ 250.000,00 em recursos da contrapartida, tendo a vigência do ajuste sido fixada para o período de 30/12/2005 a 24/4/2010.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Iguaçu/RJ
Responsáveis: Luiz Lindbergh Farias Filho; Nélson Roberto Bornier de Oliveira; Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu/RJ; e Sheila Chaves Gama de Souza
Representação legal: Wanessa Martinez Vargas (OAB/RJ 168.812), entre outros, representando a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu/RJ; e Ernesto Baccherini, representando Sheila Chaves Gama de Souza.

010.675/2017-5
Aposentadoria deferida em favor de Nair Stehr de Souza pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Cascavel - PR
Interessada: Nair Stehr de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional de Seguridade Social em Cascavel/PR
Representação legal: Iury Rafael de Souza (OAB/PR 53.719), representando Nair Stehr de Souza

014.203/2014-6
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Francisco Rômulo Cruz Gomes, como prefeito de Pacoti - CE (gestões: 2005-2008 e 2009-2012), diante da total impugnação das despesas inerentes ao Convênio 804/2003 destinado à implantação de centro de tratamento de resíduos sólidos (CTRS) e ao desenvolvimento do programa de coleta seletiva e reciclagem por meio do aporte de recursos públicos no montante de R$ 116.978,91, com R$ 111.966,00 à conta de repasses federais e R$ 5.012,91 a título de contrapartida do convenente, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 22/12/2003 a 27/10/2010.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pacoti/CE
Responsáveis: Construtora Náutica Comércio e Serviços Ltda. - ME; Fernando Antônio Sampaio Nepomuceno; Júnior César Gomes Pinheiro
Representação legal: José Abílio Pinheiro de Melo (OAB/CE 14.899), representando Francisco Rômulo Cruz Gomes

014.928/2017-5
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor, originalmente, de Sheila Chaves Gama de Souza, como então prefeita de Nova Iguaçu - RJ (gestão 31/3/2010 a 31/12/2012), diante da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 2592.0214.606-34/2006 para a execução de pavimentação e drenagem de diversos logradouros do município, sob o valor total de R$ 2.232.260,67.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Iguaçu/RJ
Responsáveis: Luiz Lindbergh Farias Filho e Sheila Chaves Gama de Souza
Representação legal: Maria Inês Sobreira de Azevedo (OAB/RJ 1.622-A), entre outros, representando Sheila Chaves Gama de Souza; e Fabiano Muniz da Silva, entre outros, representando o Município de Nova Iguaçu/RJ

015.222/2016-0
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Antão Alves Costa, como então prefeito de Itacajá-TO (gestão: 2001-2004), e da empresa Porto & Fernandes Ltda., diante da impugnação total dos dispêndios inerentes ao Convênio 1499/2002 (Siafi 473907) destinado à execução de melhorias sanitárias domiciliares nas aldeias indígenas de Lagoinha, Morro do Boi e Santa Cruz sob o valor original de R$ 128.234,55, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 24/12/2002 a 14/12/2004, com prazo fatal para a prestação de contas fixado em 12/2/2005.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itacajá/TO
Responsáveis: Antão Alves Costa; Porto & Fernandes Ltda.
Representação legal: Gabriel Silva Batista Pinto (OAB/TO 7.880), representando a Porto & Fernandes Ltda.

016.853/2014-8
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Cultural Palmares em desfavor do Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento - Ibrad e do Sr. Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa, como então presidente da referida entidade, diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 30/2004 - Siafi 513.605 (Peça 1, p. 102-124) destinado à realização do "Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares" em Brasília-DF, sob o valor total de R$ 700.494,40 com o aporte de R$ 640.000,00 em recursos federais e R$ 60.494,40 em recursos da contrapartida, tendo a vigência do ajuste sido fixada para o período de 8/12/2004 a 23/6/2004, com o prazo fatal para a prestação fixado em 23/8/2004.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Cultural Palmares
Responsáveis: Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento; e Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa
Representação legal: não há

019.030/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo - MTur em desfavor da Agência Estadual de Turismo - Goiás Turismo e do Sr. Sebastião Barbosa Neto, como seu então presidente, diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 700425/2008 (Siafi 638512) destinado a incentivar o turismo por meio da promoção do evento "Viaje Goiás" a partir de aporte de recursos federais sob o valor total de R$ 530.500,00, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 21/11/2008 a 10/04/2009.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Goiás
Responsável: Sebastião Augusto Barbosa Neto
Representação legal: Robson Humberto dos Santos (OAB/DF 22.782), entre outros, representando o Sr. Sebastião Augusto Barbosa Neto; Osvandi Raioni Soares Assolari (OAB/GO 35.277), representando a Agência Estadual de Turismo

022.423/2016-8
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor da Sra. Neila Pereira dos Santos, como então prefeita de Peixe - TO (gestões: 2009-2012 e 2013-2016), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio nº 0717/2009 destinado ao apoio à realização da "Temporada de Praia 2009", tendo a vigência do aludido ajuste sido fixada para o período de 20/7/2009 a 22/12/2009, com a previsão do aporte de recursos federais na ordem de R$ 300.000,00 à conta do concedente, além de R$ 12.500,00 a título de contrapartida do convenente, perfazendo o montante de R$ 312.500,00.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Peixe/TO
Responsável: Neila Pereira dos Santos
Representação legal: não há

028.980/2018-2
Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério da Cultura em desfavor da Ação Social do Brasil - ACB, como entidade beneficiária, diante da total impugnação dos dispêndios inerentes aos recursos captados por força da Lei Rouanet (Pronac 00-4436) para a implementação do projeto cultural "Bonecos Contadores", e do Sr. Rudolph Hohn, como então diretor-presidente da ACB, destinado a jovens da Cidade Alta, no Estado do Rio de Janeiro, tendo a captação dos recursos no referido projeto sido realizada sob o valor de R$ 100.000,00, dentro do valor máximo autorizado de R$ 145.178,00, durante o período de 29/11/2004 a 31/12/2006.
Órgão/Entidade/Unidade: então Ministério da Cultura
Responsáveis: Ação Comunitária do Brasil; Rudolf Hohn
Representação legal: Renato de Sousa Monte Alto (OAB/RJ 95.395), entre outros, representando Rudolf Hohn e a Ação Comunitária do Brasil

036.076/2016-3
Tomada de Contas anual dos gestores da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Amazonas, referente ao exercício de 2003, autuada a partir de cópia de peças trasladadas do TC 007.843/2004-6, em cumprimento à determinação consignada no item 1.8 do Acórdão 2.489/2016, do Plenário (Relação n.º 37/2016).
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Amazonas
Responsáveis: Aline do Nascimento Silva; Francisco Canindé Fernandes de Macedo; Francisco Pereira da Rocha; Graciete Limeira Ribeiro; Ivanhoé Martins Fernandes; Jacira Araújo do Nascimento; José Edson Rodrigues de Souza; José Ferreira Sales; Luzia Rocha da Silva; Maria das Graças Malheiros Monteiro; Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes
Representação legal: Eliana Monteiro Staub Quinto, representando Ivanhoé Martins Fernandes; Gustavo Di Angellis da Silva Alves (OAB/DF 40561), entre outros, representando José Ferreira Sales; e Cíntia Pinheiro dos Santos (OAB/AM 5433), representando Maria das Graças Malheiros Monteiro

041.583/2018-3
Aposentadorias deferidas em favor de Edson Jacy Rosa, Heraida Aparecida Garcia de Moraes, José Alves Ferreira, Margot Elisabet Stolt da Silva, Maria Clézia dos Santos, Maria das Dores Inácio, Maria Nienkotter Wiggers, Mauro da Silveira Rocha, Neusa Maria Rodrigues Luiz e Nádia Regina Azevedo Demétrio pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Florianópolis - SC.
Interessados: Edson Jacy Rosa; Heraida Aparecida Garcia de Moraes; José Alves Ferreira; Margot Elisabet Stolt da Silva; Maria Clézia dos Santos; Maria Nienkotter Wiggers; Maria das Dores Inácio; Mauro da Silveira Rocha; Neusa Maria Rodrigues Luiz; Nádia Regina Azevedo Demétrio
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Florianópolis/SC
Representação legal: não há

Em 17 de abril de 2019
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

# Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

### RESOLUÇÃO Nº 503, DE 12 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2018, do Conselho Regional de Biologia da 1ª Região - CRBio-01.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros Federais presentes na 348ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2019; resolve:

Art. 1º Aprovar, julgando pela sua regularidade, a Prestação de Contas do Conselho Regional de Biologia da 1ª Região - CRBio-01, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WLADEMIR JOÃO TADEI

### RESOLUÇÃO Nº 504, DE 12 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2018, do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região - CRBio-02.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros Federais presentes na 348ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2019; resolve:

Art. 1º Aprovar, julgando pela sua regularidade, a Prestação de Contas do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região - CRBio-02, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WLADEMIR JOÃO TADEI

### RESOLUÇÃO Nº 505, DE 12 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2018, do Conselho Regional de Biologia da 3ª Região - CRBio-03.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros Federais presentes na 348ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2019; resolve:

Art. 1º Aprovar, julgando pela sua regularidade, a Prestação de Contas do Conselho Regional de Biologia da 3ª Região - CRBio-03, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WLADEMIR JOÃO TADEI

### RESOLUÇÃO Nº 506, DE 12 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2018, do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região - CRBio-04.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros Federais presentes na 348ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2019; resolve:

Art. 1º Aprovar, julgando pela sua regularidade, a Prestação de Contas do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região - CRBio-04, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WLADEMIR JOÃO TADEI

### RESOLUÇÃO Nº 507, DE 12 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2018, do Conselho Regional de Biologia da 5ª Região - CRBio-05.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros Federais presentes na 348ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2019; resolve:

Art. 1º Aprovar, julgando pela sua regularidade, a Prestação de Contas do Conselho Regional de Biologia da 5ª Região - CRBio-05, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WLADEMIR JOÃO TADEI

### RESOLUÇÃO Nº 508, DE 12 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2018, do Conselho Regional de Biologia da 6ª Região - CRBio-06.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros Federais presentes na 348ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2019; resolve:

Art. 1º Aprovar, julgando pela sua regularidade, a Prestação de Contas do Conselho Regional de Biologia da 6ª Região - CRBio-06, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WLADEMIR JOÃO TADEI

### RESOLUÇÃO Nº 509, DE 12 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2018, do Conselho Regional de Biologia da 7ª Região - CRBio-07.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros Federais presentes na 348ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2019; resolve:

Art. 1º Aprovar, julgando pela sua regularidade, a Prestação de Contas do Conselho Regional de Biologia da 7ª Região - CRBio-07, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WLADEMIR JOÃO TADEI

### RESOLUÇÃO Nº 510, DE 12 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2018, do Conselho Regional de Biologia da 8ª Região - CRBio-08.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros Federais presentes na 348ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2019; resolve:

Art. 1º Aprovar, julgando pela sua regularidade, a Prestação de Contas do Conselho Regional de Biologia da 8ª Região - CRBio-08, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WLADEMIR JOÃO TADEI

## CONSELHO FEDERAL DE ESTATÍSTICA

### RESOLUÇÃO Nº 328, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Disciplina, realização de eleição extraordinária, fora dos prazos previstos na legislação, para compor o Conselho Federal de Estatística e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ESTATÍSTICA - CONFE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, Lei nº 4739 de 15 de julho de 1965 e Decreto nº 62 497 de 1 de abril de 1968, CONSIDERANDO a necessidade de preencher as vagas, existentes nesta data, na composição plenária do Conselho Federal de Estatística de acordo com o Art. 22 do Decreto nº 62 497 de 1 de abril de 1968; CONSIDERANDO o disposto no Art.31, Inciso XX do Decreto nº 62 497 de 1 de abril de 1968 que fixa o "quórum" mínimo de 5 (cinco) membros do Conselho para realização de suas sessões; CONSIDERANDO não haver, até a presente data, nenhum suplente eleito para garantir o "quórum" da Plenária do Conselho; CONSIDERANDO o risco eminente de paralisação das atividades da Plenária do CONSELHO por falta de "quórum": CONSIDERANDO que ao Conselho Federal compete disciplinar o procedimento eleitoral e o que dispõe o Inciso XVII DO Art. 31 do Decreto nº 62 497 de 1 de abril de 1968;, resolve:

Art.1º - realizar eleições extraordinárias no dia 10 de julho de 2019 para eleição de 03 (três) conselheiros efetivos e 09 (nove) conselheiros suplentes para a complementação da composição plenária do Conselho.

Parágrafo 1º - a Assembleia de Representantes Eleitorais proclamará eleito Conselheiro efetivo, 01 (um) o candidato que tenham obtido a primeira classificação na contagem dos votos, que terá seu mandato até 31 de dezembro de 2021 e 02 Conselheiros que tenham obtido a segunda e terceira classificação na contagem dos votos, que terão seus mandatos até 31 de dezembro 2020.

Parágrafo 2º - a Assembleia de Representantes Eleitorais proclamará eleitos Conselheiros suplentes os candidatos que obtiverem as classificações subsequentes na contagem de votos após o preenchimento de três vagas de efetivo.

Parágrafo 3º - para efeito de ordenação dos Conselheiros Suplentes, quanto à substituição de Conselheiros Efetivos, em Sessão Plenária, prevalecerá à ordem de classificação no pleito; 03 (três) candidatos com mandato até 31 de dezembro de 2021; 03 (três) candidatos com mandatos até 31 de dezembro de 2020; 03 (três) candidatos com mandatos até 31 de dezembro de 2019.

Art.2º - o Conselho Federal deverá adotar o seguinte procedimento para a realização das eleições extraordinárias previstas na presente Resolução:

a) Expedir Instrução de eleição.

b) Publicar o edital para abertura de registro de candidato, pelo prazo de 66 dias, contados a partir da data de publicação, no Diário Oficial da União, no qual constará também convocação de eleição no Diário Oficial da União para o dia 10 de julho de 2019.

c) Analisar a situação da regularidade dos inscritos, principalmente quanto ao pagamento da anuidade e quanto a inexistência de cumprimento de qualquer tipo de penalidade.

d) Publicar relação de candidatos registrados no site do Conselho Federal e no site dos Conselhos Regionais.

e) Publicar edital de convocação de eleição no Diário Oficial da União para o dia 10 de julho de 2019.

f) Concluída a votação, apurar e proclamar o resultado, lavrando a respectiva ata que será divulgada no site do CONFE.

Art.3º - o Presidente do Conselho Federal, convocará reunião plenária especial para o dia 17 de julho de 2019, com a finalidade de dar posse aos eleitos,

Art.4º - esta Resolução será publicada no Diário Oficial da União e publicada no site do Conselho Federal e no site dos Conselhos Regionais.

Art.5º - esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Esta Resolução foi aprovada na reunião plenária ordinária de n.º 1463 realizada. No dia 16/ 04 /2019.

LUIZ CARLOS DA ROCHA
Presidente do Conselho

## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

### RESOLUÇÃO Nº 2.230, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Regulamenta a vedação à gravação de imagens e sons nos atos processuais, incluindo audiências e sessões de julgamento, em processos ético-profissionais e sindicâncias, em atenção ao sigilo a que se submetem.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 3.268/1957, os quais assinalam que os Conselhos de Medicina são autarquias federais, tendo como atribuição precípua a supervisão da ética profissional em toda a República, e, ao mesmo tempo, julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético na medicina, assim como pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º da Lei nº 3.268/1957, que dispõe que são atribuições do Conselho Federal, dentre outras: organizar o seu regimento interno (alínea "a") e expedir as instruções necessárias ao bom funcionamento dos Conselhos Regionais (alínea "b");

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º do Código de Processo Ético-Processual (Resolução CFM nº 2.145/2016), o qual determina que os processos ético-profissionais e sindicâncias em curso perante os Conselhos Regionais de Medicina (CRM) e o Conselho Federal de Medicina (CFM) tramitarão em sigilo profissional;

CONSIDERANDO que o sigilo profissional visa à garantia e à proteção da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas envolvidas, sobretudo aos pacientes, em aquiescência à proteção constitucional insculpida no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988, e em consonância ao inciso XIV do mesmo disposto constitucional, que garante o resguardo ao sigilo quando necessário ao exercício profissional. Outrossim, em vista à natureza das matérias tratadas nos procedimentos ético-profissionais médicos;

CONSIDERANDO ainda a inaplicabilidade, ao caso, da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), conforme disposto em seu artigo 22, o qual exclui expressamente das disposições daquele diploma normativo as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido em reunião plenária do CFM realizada em 21 de março de 2019, resolve:

Art. 1º É vedada a utilização, pelas partes, de equipamentos de gravação de som e imagem em todos os atos processuais, inclusive audiências e sessões de julgamento, ocorridas no bojo de sindicâncias e processos ético-profissionais.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA
Presidente do Conselho

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-Geral

## CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO

### RESOLUÇÃO Nº 116, DE 15 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a criação de função de confiança.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE SÃO PAULO- CREF4/SP, no uso de suas atribuições estatutárias, e:

CONSIDERANDO o disposto no inciso XI, do art. 36 do Estatuto do CREF4/SP (Resolução CREF4/SP nº. 060/2011);

CONSIDERANDO a deliberação da reunião de Diretoria do dia 09/04/2019;

CONSIDERANDO a deliberação da 227ª Plenária Ordinária do dia 12/04/2019;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a estrutura do Gabinete, órgão administrativo superior;, resolve:

Art. 1º - Fica criada a função de confiança de Encarregado de Gabinete, com remuneração na forma do § 5º do art. 10 da Resolução CREF4/SP nº 095/2017.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, alterando no que couber a Resolução CREF4/SP nº 095/2017 e a Resolução CREF4/SP nº 103/2018.

PEDRO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA
Em exercício

## CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO MARANHÃO

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 33/2019, publicada no DOU de 16/04/2019, Edição nº 73, Seção 1, página 111

Onde se lê:

PORTARIA Nº 33, DE 12 DE ABRIL DE 2019

Leia-se:

PORTARIA Nº 26, DE 12 DE ABRIL DE 2019.

Ficam ratificadas todas as demais informações.


# Diário Oficial da União Digital

## Cada vez mais acessível e conectado ao cidadão




**O portal da Imprensa Nacional oferece:**

Acesso livre e gratuito às edições do DOU publicadas desde 1990

Edições certificadas desde agosto de 2009, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital

Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas

Filtros por data, órgão e tipo de ato na busca por matéria

Aquisição das edições completas em PDF, pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir da publicação, ou, gratuitamente, das 12h às 23h59

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial
www.IN.gov.br